UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA – PROLAM

JUDITE ELAINE DOS SANTOS

O Internacionalismo Proletário e a Revolução Cubana

Versão corrigida.

SÃO PAULO
2020

JUDITE ELAINE DOS SANTOS

O Internacionalismo Proletário e a Revolução Cubana

Versão Corrigida.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Integração da América Latina – PROLAM, Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientador: Professor Dr. Wagner Tadeu Iglecias
Co-orientandor: Professor Dr. Lincoln Secco

SÃO PAULO
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237i

Santos , Judite
O Internacionalismo Proletário e a Revolução Cubana / Judite Santos ; orientador Wagner Iglecias - São Paulo, 2020.
399 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.

1. História . 2. Política . 3. Relações Internacionais . 4. América Latina . 5. Africa . I. Iglecias , Wagner , orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTACÃO

Termo de Ciência e Concordância do orientador

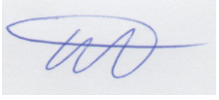
Nome da aluna: Judite Elaine dos Santos

Data da defesa: 15 de maio de 2020

Nome da orientador: Prof. Dr. Wagner Tadeu Iglecias

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 15 /03/2021



_____

Assinatura do orientador

SANTOS, Judite Elaine dos

O Internacionalismo Proletário e a Revolução Cubana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Integração da América Latina – PROLAM, Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovada em: 15 de maio de 2020.

Banca Examinadora

Professor Dr.: Wagner Tadeu Iglecias
Instituição: Universidade de São Paulo
Julgamento: 15 de maio de 2020

Professor Dr.: Luiz Bernardo Pericás
Instituição: Universidade de São Paulo
Julgamento: 15 de maio de 2020

Professora Dra.: Patricia Villen
Instituição: Universidade Estadual de Campinas
Julgamento: 15 de maio de 2020

À Revolução Cubana.

AGRADECIMENTOS

A história deste trabalho é, em parte, um esforço individual, mas não tenho dúvida que também foi, em parte, uma obra coletiva. O resultado que temos em mãos só foi possível graças à contribuição direta ou indireta de muitas pessoas com as quais compartilho minha vida, meu trabalho e meus sonhos.

Talvez seja difícil mencionar todas as pessoas com que conversei e me apoiei ao longo de pelo menos cinco anos sobre Internacionalismo e solidariedade internacional. Estou segura de que um grande número de amigos e militantes do Movimento Sem Terra fazem parte desta construção e é por isso mesmo que considero esta uma construção coletiva, pois muitas ideias surgiram de discussões, inclusive mesmo antes do meu ingresso no mestrado. Alguns puderam contribuir diretamente com leituras de partes ou do todo, de maneira a compartilhar suas opiniões acerca desta investigação, aportando com críticas e dicas de percurso.

Conciliar a vida militante e o estudo acadêmico sem que um prevaleça sobre o outro, no atual contexto histórico, sem dúvida não foi fácil, mas foi significativo e só reforçou a convicção de que a teoria e a prática devem caminhar lado a lado. Agradeço todos e todas que acreditaram neste projeto junto a mim e me deram alento nos momentos difíceis da caminhada.

Em primeiro lugar, quero registrar gratidão a minha família, em especial meus pais João e Lourdes, pela compreensão das minhas ausências, que sem dúvida foram muitas. Devo a eles e a todos meus irmãos e irmãs a coragem e o ânimo para seguir adiante.

De forma muito especial quero agradecer minha irmã Selma Santos, quem vivenciou minhas angústias, preocupações, inquietudes e conflitos nos últimos meses. Foi ela que, com sua experiência e seu compromisso intelectual e político me aconselhou e apontou caminhos, ela quem compartilhou noites inteiras conversando, me ouvindo e, principalmente, lendo minuciosamente todos os capítulos do meu trabalho. Ainda, foi quem também assumiu minhas responsabilidades familiares, fazendo minha parte no cuidado aos que necessitaram.

Agradeço ao Movimento Sem Terra (MST), organização à qual faço parte e milito incondicionalmente. Foi o MST quem me ensinou fazer a leitura crítica da realidade e a entender o estudo como processo indispensável na formação humana. Foi

o MST quem me mostrou que estudar é mais que um direito, é também um dever de todos que lutam pela emancipação humana.

Quero aqui fazer menção especial a Edgar Kolling, a quem considero um mestre na minha formação, ele que todos os dias motiva a militância Sem Terra a contagiar-se pelo gosto da leitura, da poesia e da cultura do saber crítico.

Agradeço à Brigada do MST em Cuba, que junto ao Centro Marthin Luther King, organizaram as minhas agendas de entrevistas durante a pesquisa de campo, sem eles não teria sido possível chegar às pessoas indicadas.

A todos os militantes internacionalistas do MST, que vivenciam na prática os valores e princípios defendidos neste trabalho. À Escola Nacional Florestan Fernandes pelas inúmeras oportunidades em trabalhar e conviver com gente do mundo inteiro, experiências com as quais tenho aprendido muito sobre solidariedade internacional.

Agradeço com muito carinho e respeito meu professor orientador Dr. Wagner Iglecias pela dedicação, diálogo e confiança durante os dois anos de orientação acadêmica, de reflexões compartilhadas acerca da política e as complexidades do mundo atual. Foi uma construção baseada na confiança, com observações sempre pertinentes que me ajudaram a entender meu papel enquanto pesquisadora sem impor sua autoridade intelectual sobre a minha condição de orientanda. Assim, posso dizer com total confiança que o grande aprendizado foi o de construir juntos.

Agradeço também meu coorientador Dr. Lincoln Secco, com quem tive pouca convivência e diálogo, pois nos acercamos já na reta final do meu trabalho, mas de igual maneira fui privilegiada em poder contar com a sua atenção.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação Integração da América Latina – PROLAM/USP por ter acolhido meu projeto de pesquisa e aceitado oferecer as condições para uma investigação coerente. Programas como o PROLAM são imprescindíveis para a construção do pensamento crítico e da prática latino americanista. Deixo também meu muito obrigada aos trabalhadores do PROLAM nas pessoas do William e Ágda, pela atenção e paciência às demandas como aluna do programa durante este percurso.

De maneira especial, quero agradecer ao povo cubano, quem me acolheu para conhecer o processo revolucionário. Em Cuba, durante três anos (20013-2016) vivenciei e aprendi os mais belos valores que me transformaram como ser humano: o cuidado, a solidariedade, a resistência e a convicção profunda no projeto societário.

A vivência em Cuba me inspirou o tema da pesquisa e, ao voltar para o Brasil, decidi estudar academicamente aquilo que havia vivenciado no cotidiano, a práxis internacionalista cubana. Quase tudo do que aqui está grafado foi obra engendrada por milhares de cubanos e cubanas.

Agradeço imensamente o esforço do Centro Marthin Luther King, na pessoa da Llanisca Lugo, a qual sem a sua contribuição não teria sido possível a realização das entrevistas de campo, tanto do ponto de vista das agendas e contatos, como apoio logístico brindado na capital La Habana. Também, agradeço o carinho sempre recebido dos trabalhadores e trabalhadoras do CMLK, minha família durante o tempo vivido em Cuba.

Minha gratidão à Yaima e a pequena Abril, quem me acolheram com afeto em sua casa e permitiram uma calorosa convivência durante as duas semanas de pesquisa de campo.

Aos entrevistados, que dedicaram tempo para me receber e dar atenção às minhas perguntas sobre o Internacionalismo e a Revolução Cubana. Ao professor Dr. Roque Lazo, do Instituto de Filosofia; ao ex-embaixador cubano no Brasil, Jorge Lezcano; ao professor Tony López, um dos fundadores do Departamento de América; ao professor Dr. Fabio Fernandes da Universidade de La Habana; aos ex combatentes de Angola, Rigoberto Senarega, diretor fotográfico do Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica (ICAIC), e Angel Sardiñas, comunicador social do CMLK, ambos participantes do 41° Festival Internacional del Nuevo Cine latino-americano de La Habana (2019), que dedicaram seus escassos tempos para as entrevistas comigo. À Carla Valdéz, que disponibilizou materiais áudio visuais sobre Angola, bem como sua pesquisa sobre este tema. Ao professor e sociólogo Dr. Juan Valdéz Paz, que com sua simpatia e bom humor me recebeu em sua casa para dar seu depoimento acerca da minha pesquisa. A Rafael Hidalgo e René González, do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, que abriram as portas do Comitê Central para falar sobre a Política Exterior Cubana. Por último, e de maneira muito especial, agradeço a Victor Dreke, quem também me recebeu amavelmente em sua casa para contar sua experiência como combatente internacionalista no continente africano. Com Dreke, quase não sabia o que perguntar pois estava diante de um dos homens mais importantes do Internacionalismo cubano na África, o número Um de Che Guevara no Congo em 1965. Eu só queria escutar sua brilhante história de vida, sem interrupção para perguntas.

Agradeço à querida Bárbara – a Barbarita como é carinhosamente chamada no seu bairro Marianao – quem considero minha mãe cubana por todo o cuidado e afeto durante os anos vividos na ilha.

Muito obrigada à companheira Cecília Luedemann, da Editora Expressão Popular, que solidariamente se dispôs a me ajudar no trabalho de normas técnicas.

Gratidão à Aline Piva pela pronta disposição em fazer a tradução do resumo deste trabalho.

A minha querida sobrinha primogênita, Karen Gabriela, estudante de Letras na Universidade Federal do Paraná, que dedicou seu precioso tempo para fazer a revisão de português e finalização da formatação técnica desta dissertação.

As minhas primas, Lucimara, Lucinei, Luciane e Letícia, que, justamente nestes dois anos, batalharam incansavelmente para cuidar da querida Tia Paula que não resistiu à acometida de um câncer. Agradeço a compreensão nos momentos ausentes, mas sobretudo a confiança depositada e o carinho recebido durante esta batalha. Essa luta nos envolveu profundamente e nela aprendi melhor o valor da vida.

A todos meus amigos e amigas que de perto ou de longe me acompanharam nesta trajetória, não farei nenhuma menção especial para não cometer injustiça.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa

Revolución
es sentido del momento histórico;
es cambiar todo lo que debe ser cambiado;
es igualdad y libertad plenas;
es ser tratado y tratar a los demás como seres humanos;
es emanciparnos por nosotros mismos y con nuestros propios esfuerzos;
es desafiar poderosas fuerzas dominantes dentro y fuera del ámbito social y nacional;
es defender valores en los que se cree al precio de cualquier sacrificio;
es modestia, desinterés, altruismo, solidaridad y heroísmo;
es luchar con audacia, inteligencia y realismo;
es no mentir jamás ni violar principios éticos;
es convicción profunda de que no existe fuerza en el mundo capaz de aplastar la fuerza de la verdad y las ideas.
Revolución es unidad, es independencia,
es luchar por nuestros sueños de justicia para Cuba y para el mundo,
que es la base de nuestro patriotismo, nuestro socialismo y nuestro internacionalismo.

(FIDEL CASTRO, 2000, La Habana)

RESUMO

SANTOS, Judite Elaine dos. O Internacionalismo Proletário e a Revolução Cubana. 2020. 396 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O Internacionalismo Proletário, como concepção teórica e ação prática, originou-se do movimento revolucionário socialista a partir do final do século XIX, principalmente após a constituição da I Internacional, com contribuições teóricas de Karl Marx e Friedrich Engels, e teve seu primeiro ensaio na experiência da Comuna de Paris, conhecida como “assalto aos céus”. No entanto, o século XX foi o tempo fecundo para a materialização do Internacionalismo Proletário. A Revolução Russa de 1917 alterou o curso histórico da Humanidade, apresentando ao mundo a primeira Revolução Socialista da História, na qual o Internacionalismo Proletário constituiu-se na palavra de ordem para a construção do socialismo em nível internacional. Após o triunfo da Revolução bolchevique, criou-se a Terceira Internacional, a Komintern, como instrumento de organização do proletariado mundial, de maneira que Partidos Comunistas floresceram pelos diferentes continentes, e o marxismo, como teoria científica do comunismo, também extrapolou o eixo europeu, possibilitando a interpretação desta teoria à partir das diferentes realidades no mundo periférico, tais como América Latina e África. Em 1959, triunfou outra Revolução transcendental para o Socialismo no mundo, a Revolução Cubana, momento em que se atravessava a Guerra Fria na disputa pela hegemonia entre Capitalismo e Socialismo, representados por suas principais potências, Estados Unidos e União Soviética. Cuba representou o baluarte da Revolução Socialista no Terceiro Mundo e vivificou a prática do Internacionalismo Proletário, transformando-se na principal referência de solidariedade para os povos da América Latina, África e Ásia. A Revolução Cubana apoiou Movimentos de Libertação Nacional em diferentes partes do mundo e levou para o seio destes movimentos a necessidade da emancipação dos povos contra o imperialismo, o capitalismo e o colonialismo. A Operação Carlota, em Angola, foi a maior missão de solidariedade internacional praticada pela Revolução Cubana, na qual, durante 16 anos de conflitos, cerca de meio milhão de cubanos participaram da guerra que levou à independência definitiva de Angola da Namíbia e o fim do regime racista de *apartheid* sul-africano. Assim, Cuba nutriu a luta pela construção do modelo contra hegemônico alternativo

ao sistema do Capital, apoiada no bloco socialista, e a luta contra o imperialismo estadunidense alcançou dimensão planetária na qual o Internacionalismo Proletário cumpriu papel determinante no seu devido momento histórico.

Palavras-chave: Revolução. Internacionalismo proletário. Socialismo. Cuba.

RESUMEN

SANTOS, Judite Elaine dos. El Internacionalismo Proletario y la Revolución Cubana. 2020. 396 p. 2020. 396 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

El Internacionalismo Proletario, como concepción teórica y acción práctica, se originó en el movimiento revolucionario socialista de finales del siglo XIX principalmente, después de la constitución de la I Internacional con las contribuciones teóricas de Karl Marx y Friedrich Engels y tuvo su primer ensayo en la experiencia de la Comuna de París, conocida como "asalto al cielo". Sin embargo, el siglo XX fue el siglo fructífero para la materialización del Internacionalismo Proletario. La Revolución Rusa de 1917 alteró el curso histórico de la Humanidad, presentando al mundo la primera Revolución Socialista en la Historia, para la cual el Internacionalismo Proletario fue la consigna para la construcción del socialismo a nivel internacional. Después del triunfo de la Revolución Bolchevique, se creó la Tercera Internacional, el Komintern, como instrumento de organización del proletariado mundial, de modo que los partidos comunistas florecieron en diferentes continentes, y el marxismo, como teoría científica del comunismo, también se extendió el eje europeo, permitiendo así la interpretación de esta teoría desde diferentes realidades en el mundo periférico, entre ellas, también América Latina y Africa. En 1959, triunfó otra revolución trascendental para el socialismo en el mundo, la Revolución Cubana, en un momento en que la Guerra Fría atravesaba la disputa por la hegemonía entre Capitalismo y socialismo, representada por las principales potencias, Estados Unidos y la Unión Soviética. Cuba representó el baluarte de la revolución socialista en el Tercer Mundo y dió vida a la práctica del Internacionalismo Proletario, convirtiéndose en la principal referencia de solidaridad para los pueblos de América Latina, África y Asia. La Revolución Cubana apoyó los movimientos de Liberación Nacional en diferentes partes del mundo y trajo al centro de estos ovimientos la necesidad de la emancipación de los pueblos contra el imperialismo, el capitalismo y el colonialismo. La Operación Carlota en Angola fue la misión de solidaridad internacional más grande practicada por la Revolución Cubana: durante 16 años, alrededor de medio millón de cubanos participaron en la guerra que condujo a la independencia definitiva de Angola, Namibia y al fin del régimen racista del *apartheid* sudafricano.

Así, Cuba alimentó la lucha por la construcción del modelo contrahegemónico alternativo al sistema del Capital, apoyado por el bloque socialista, y la lucha contra el imperialismo estadounidense alcanzó una dimensión planetaria en la que el Internacionalismo Proletario desempeñó un papel decisivo en su debido momento histórico.

Palabras clave: Revolución. Internacionalismo Proletario. Socialismo. Cuba.

ABSTRACT

SANTOS, Judite Elaine dos. Proletarian Internacionalism and the Cuban Revolution. 2020. 396 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Proletarian Internationalism, as a theoretical formulation and practical action, originated from the socialist revolutionary movement of the late 19th century, after the I International was constituted. It counted with the theoretical contributions of Karl Marx and Friedrich Engels and had its first practical trial in the experience of the Paris Commune, known as a “storm on the heavens.” However, the 20th century was the fruitful century for the embodiment of Proletarian Internationalism. The Russian Revolution of 1917 altered the course of the history of Humanity, presenting the world with the first Socialist Revolution in History, to which Proletarian Internationalism was the leitmotiv for building Socialism at the international level. After the triumph of the Bolshevik Revolution, the III International, the Komintern, was created as a means to organize the proletariat of the world, leading to Communist Parties flourishing on different continents, and Marxism, as a scientific theory of communism, went beyond European borders, which made it possible for this theory to be interpreted from the different realities in the peripheral world, such as Latin América and Africa. In 1959, another Revolution triumphed, the Cuban Revolution, that was transcendental for Socialism in the world in a moment of the Cold War, where the main powers, the United States and Russia, were disputing hegemony between capitalism and socialism. Cuba represented the bastion of the Socialist Revolution in the Third World, and gave life to the practice of Proletarian Internationalism, becoming the main reference of solidarity for the peoples of Latin América, Africa, and Asia. The Cuban Revolution supported the National Liberation movements in different parts of the world and brought to the core of these movements the need for the emancipation of the people of the world from imperialism, Capitalism, and colonialism. Operation Carlota in Angola was the most significant international solidarity mission practiced by the Cuban Revolution. During 16 years, about half a million Cubans participated in the war that led to the definitive independence of Angola, Namibia, and the end of the racist regime of South African apartheid. Thus, Cuba nourished the struggle for the construction of the alternative hegemonic model to the Capitalist system, supported by the socialist bloc, and the struggle against U.S. imperialism

reached a planetary dimension to which Proletarian Internationalism played a decisive role in its due historical moment.

Keywords: Revolution. Proletarian Internationalism. Socialism. Cuba.

LISTA DE SIGLAS

ACN – CONGRESSO NACIONAL AFRICANO

AD – AÇÃO DEMOCRÁTICA

AIT - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

ALN – AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL

ANL – ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

APRA – ALIANÇA POPULAR REVOLUCIONÁRIA AMERICANA

ATC – ASSISTÊNCIA TÉCNICA COMPENSADA

CAME – CONSELHO PARA ASSISTÊNCIA ECONÔMICA MÚTUA

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CIR – CENTROS DE INSTRUÇÃO REVOLUCIONÁRIA

CMLK – CENTRO MEMORIAL MARTIN LUTHER KING

CTC – CENTRAL DE TRABALHADORES DE CUBA

ELAM – ESCOLA LATINO AMERICANA DE MEDICINA

ELN - EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

EPU – EXAME PERIÓDICO UNIVERSAL

ERP – EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DO POVO

EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FALN – FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

FAPLA – FORÇAS ARMADAS PARA A LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

FAR – FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS

FARC – FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DA COLÔMBIA

FMC - FEDERAÇÃO DAS MULHERES CUBANAS

FMLN – FRENTE FARABUNDO MARTÍ PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL

FN – FRENTE NACIONAL

FNLA - FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

FP – FRENTE POPULAR

FRELIMO - FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

FSLN – FRENTE SANDINISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

GEI – GRUPO ESPECIAL DE INSTRUÇÃO

HIV – VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA

ICAIC – INSTITUTO CUBANO DE ARTE E INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA

MIA – MOVIMENTO PARA A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

MININT – MINISTÉRIO DO INTERIOR

MINREX – MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES

MIR – MOVIMENTO DE ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

MLD – MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOMINICANO

MLN - MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

MLN-T - MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL – TUPAMAROS

MLSTP – MOVIMENTO PARA A LIBERTAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

MMCA – MISSÃO MILITAR CUBANA EM ANGOLA

MPLA – MOVIMENTO POPULAR PELA LIBTERTAÇÃO DE ANGOLA

MR8 – MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO – BRASIL

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

M-26-7 – MOVIMENTO 26 DE JULHO

NEP – NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

SADF – FORÇAS DE DEFESA DA ÁFRICA DO SUL

SWAPO – ORGANIZAÇÃO POPULAR DO SUDOESTE AFRICANO

OEA – ORGANIZAÇAO DOS ESTADOS AMERICANOS

OFAC – AGÊNCIA DE CONTROLE DE ATIVOS

OLAS – ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOLIDARIEDADE

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

OSPAAAL – ORGANIZAÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS DA ÁFRICA, ÁSIA E AMÉRICA LATINA

OTAN – ORGANIZAÇAO DO TRATADO DO ATLANTICO NORTE

OUA – ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA

PAIGC – PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DE GUINÉ E CABO VERDE

PC – PATIDO COMUNISTA

PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

PCC – PARTICO COMUNISTA DE CUBA

PCCH – PARTIDO COMUNISTA DO CHILE

PCdoB – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PCE – PARTIDO COMUNISTA ESPANHOL

PCML – PARTIDO COMUNISTA MARXISTA-LENINISTA

PDA – PARTIDO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PIS – PROGRAMA INTEGRAL DE SAÚDE

PLUA – PARTIDO DA LUTA UNIDA DOS AFRICANOS EM ANGOLA

POS – PARTIDO OPERÁRIO SOCIALISTA

PRT – PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES

PUC – PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

RENAMO – RESISTÊNCIA NACIONAL MOÇAMBICANA

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

UNITA – UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA

UPA – UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA

URNG – UNIÃO REVOLUCIONÁRIA NACIONAL DA GUATEMALA

URSS – UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIETICAS

VPR – VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA

ZANU – UNIÃO NACIONAL AFRICANA DO ZIMBÁBUE

ZAPU – UNIÃO DO POVO AFRICANO DO ZIMBÁBUE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 26
2 INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO COMO ALTERNATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA 32
2.1 ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS 33
2.2 A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES 47
2.3 A EXPERIÊNCIA DA COMUNA DE PARIS 54
2.4 A REVOLUÇÃO RUSSA E A INTERNACIONAL COMUNISTA 64
2.5 AS BRIGADAS INTERNACIONAIS NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA 78
2.6 AMÉRICA LATINA 93
2.6.1 Simón Bolívar e a Pátria Grande 96
2.6.2 José Martí e a Nuestra América 100
2.6.3 A herança marxista e a Revolução Latino Americana 106
2.6.4 O triunfo do socialismo na América Latina 122
3 A REVOLUÇÃO CUBANA E O SOCIALISMO 132
3.1 BREVE CONTEXTO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA 132
3.2 PRELÚDIO REVOLUCIONÁRIO 135
3.3 O CARÁTER DA REVOLUÇÃO CUBANA 144
3.4 ASPECTOS ECONÔMICOS DO SOCIALISMO CUBANO 153
3.5 FIDEL CASTRO E A REVOLUÇÃO CUBANA 161
3.6 TRANSFORMAÇÕES E ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO CUBANA 172
3.6.1 Avanços e tendências que demarcam o modelo Cubano 183
3.6.2 Atualidade do bloqueio 187
3.6.3 Aspectos sociais 195
4 A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL COMO PRINCÍPIO NA POLÍTICA EXTERIOR CUBANA 202
4.1 PRECEDENTES HISTÓRICOS DO INTERNACIONALISMO CUBANO 203
4.2 A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA 209
4.2.1 A batalha diplomática na OEA e a Primeira Declaração de La Habana ... 220
4.2.2 O calor da Guerra Fria e a Segunda Declaração de La Habana 226

4.2.3 A COEXISTÊNCIA PACÍFICA E A POLÍTICA EXTERIOR CUBANA 246
4.3 NOVOS RUMOS DA POLÍTICA EXTERIOR CUBANA..... 252
4.3.1 SAÚDE COMO DESTAQUE NA POLÍTICA SOLIDÁRIA INTERNACIONAL 257
4.4 OS IMPACTOS DA REVOLUÇÃO CUBANA NA AMÉRICA LATINA 273
4.4.1 A OSPAAAL COMO CATALISADORA DA LUTA PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA 275
4.4.2 A OPÇÃO GUERRILHEIRA NA AMÉRICA LATINA 280
5 EPOPEIA CUBANA NA ÁFRICA..... 294
5.1 BREVE CONTEXTO DAS REVOLUÇÕES AFRICANAS (1960 – 1970) 297
5.1.1 A LUTA ARMADA CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS 312
5.2 O INTERNACIONALISMO CUBANO NA ÁFRICA 317
5.2.1 A PARTICIPAÇÃO DE CUBA NAS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS 317
5.3 INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA..... 345
5.3.1 A REVOLUÇÃO ANGOLANA..... 346
5.4 OPERAÇÃO CARLOTA 362
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 376
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: 386

1 INTRODUÇÃO

O Internacionalismo Proletário foi, a partir do final do século XIX e durante o século XX, a consigna do movimento comunista internacional que direcionou a internacionalização da luta proletária em defesa da Revolução Socialista como alternativa ao capitalismo enquanto modelo hegemônico de sociedade.

A solidariedade internacional, ou o Internacionalismo, como construção histórica do movimento revolucionário experimentou diferentes nuances de acordo com cada processo em suas épocas históricas. A Revolução Russa abriu o século das Revoluções Socialistas, colocando em movimento a maior experiência de Internacionalismo Proletário da História através da Internacional Comunista.

Assim, o debate do Internacionalismo Proletário ganha eficácia, principalmente a partir da Europa no século XIX, contra o avanço do sistema capitalista no mundo, colocando, assim, a classe trabalhadora no movimento da luta de classes em nível internacional, como por exemplo, a Comuna de Paris.

Mas a partir da segunda metade do século XX, a práxis do Internacionalismo Proletário transcende a órbita europeia e ganha dimensões hemisférica através das revoluções do Terceiro Mundo. Na América Latina, o Internacionalismo Proletário ganhou significância após o triunfo da Revolução Cubana, que representou a essência do projeto socialista latino-americano.

Em tempos de crise do sistema capitalista, fragmentação da classe trabalhadora e avanço do ultraconservadorismo no mundo, faz-se necessário a retomada do debate sobre o Internacionalismo como componente substancial do projeto estratégico e este foi o motivo principal ao qual norteou a escolha deste tema.

A Revolução Cubana como objeto desta pesquisa teve peso importante e complexo ao mesmo tempo, pois fez-se difícil desvencilhar do objeto por razões inerentes a própria militância, que acredita no Socialismo como projeto estratégico[1].

A elaboração destas páginas tem a ver, portanto, com a mescla da exigência do nosso tempo histórico sobre a necessidade da realização de estudos e apropriação do meio acadêmico como instrumento para a formação de intelectuais orgânicos da

[1] Aqui refiro-me a minha condição de autora e ao mesmo tempo militante comprometida com a Revolução Cubana. Foi difícil tomar distância ao estudar o tema, implicando, assim, nos riscos de imparcialidade da investigação. A escolha do tema por si só imprime no trabalho o viés ideológico da investigação refletida na opção do referencial teórico e na abordagem do conteúdo.

classe trabalhadora. Também, foi uma necessidade própria, apropriar-se do instrumental teórico e metodológico acumulado na Universidade para a realização do estudo sistemático acerca da Revolução Cubana, também na perspectiva de deixar contribuições que sirvam à outras investigações, haja vista que desde sempre a minha apropriação sobre o tema esteve vinculada ao âmbito político.

Tal mescla nos conduz à bela experiência de mergulhar na História de um país cuja Revolução produziu câmbios profundos nos últimos 60 anos que tiveram impactos em âmbito nacional e internacional.

A Revolução Cubana foi um dos paradigmas da luta revolucionária que apresentou à América Latina o caminho da Revolução Socialista.

A partir do triunfo revolucionário e suas consequências imediatas, Cuba colocou em prática o Internacionalismo como forma de defesa para sobreviver aos ataques orquestrados pelos Estados Unidos contra o avanço revolucionário no continente. Mas o Internacionalismo da Revolução Cubana transcende a perspectiva da autodefesa e constitui-se num princípio ético revolucionário. O Internacionalismo cubano foi, portanto, o espírito recriador do projeto socialista em nível internacional através do terreno fértil da América Latina.

Nesta perspectiva, busca-se construir uma narrativa que abarca a dimensão do Internacionalismo cubano nas suas várias facetas, desde o que se concebe historicamente por Internacionalismo na concepção cubana até, e principalmente, a sua prática de solidariedade revolucionária pelo mundo, na qual a faceta militar ganha relevo através da experiência, especialmente, no continente africano.

Optamos em não fazer recorte temporal, o que, por um lado, possibilita trabalhar a amplitude da trajetória histórica do Internacionalismo cubano, porém, por outro lado, limita-se ao não precisar o período, o que acaba perdendo, a rigor, o aprofundamento de questões específicas que poderiam ser melhor exploradas.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos que buscam construir a investigação do ponto de vista da trajetória histórica do Internacionalismo Proletário e da Revolução Cubana, nos quais será oferecido ao leitor uma dimensão abrangente sobre o tema em questão.

No primeiro capítulo, intitulado “Internacionalismo Proletário como alternativa contra hegemônica”, pretende-se discutir conceitualmente o Internacionalismo Proletário. Para melhor definição do termo utilizamos do referencial teórico acessível para

o debate conceitual a partir da leitura marxiana e sua implicação no movimento revolucionário da classe trabalhadora.

Para identificar a sua implicação real no seio do movimento comunista internacional, buscamos discorrer sobre as experiências históricas de maior relevância, ao nosso ver, que tiveram impactos decisivos na luta do proletariado internacional, como por exemplo, a Comuna de Paris de 1871 e a Revolução Russa de 1917. Também destacamos as principais experiências de instrumentos organizativos do movimento revolucionário mundial, sendo estas a Primeira, Segunda e Terceira Internacionais, destacando suas origens, caráter e principalmente os seus impactos na organização da classe. No mesmo âmbito, também destacamos a Guerra Civil Espanhola como experiência importante no seio do Internacionalismo Proletário, sobretudo na vigência da Internacional Comunista na qual milhares de voluntários internacionalistas participaram.

Ainda no primeiro capítulo, abrimos uma seção sobre as ideias e lutas na América Latina, evidenciando brevemente alguns precursores na construção da unidade latino-americana, como Simón Bolívar e José Martí, a partir das lutas independentistas, mas também destacamos a pertinência da chegada do marxismo e os impactos da organização do movimento comunista latino-americano com base principalmente nos estudos de Michael Löwy (2016).

No segundo capítulo, “A Revolução Cubana e o Socialismo”, nos dedicamos ao estudo da Revolução Cubana, seus precedentes desde a luta anticolonial levada a cabo pelos *mambises,* Exército independentista cubano, no século XIX.

Para entender o caráter da Revolução Cubana, utilizamos como referência principal o livro de Florestan Fernandes: *Da Guerrilha ao Socialismo* (2012), que nos oferece uma reflexão acerca da condição neocolonial a que Cuba esteve submetida antes da revolução de 1959 e os impactos desta Revolução na sociedade cubana. Buscando no autor o motivo pelo qual o Socialismo cubano foi o divisor de águas na luta revolucionária latino-americana, uma vez que rompeu a formulação cristalizada sobre o caráter da Revolução Socialista. Também, dialogamos com a obra de Mao Junior, *A Revolução Cubana e a questão nacional (1868-1963)*, estabelecendo, assim, um diálogo entre o caráter e o percurso da Revolução.

Uma seção especial neste capítulo foi dedicada a Fidel Castro, por reconhecer seu papel como dirigente histórico da Revolução Cubana, mas também como um dos

grandes líderes mundiais do século XX. Ademais, finalizamos o segundo capítulo desenvolvendo uma breve seção sobre as nuances do modelo socialista cubano e os impactos das mudanças em curso, ainda que não adentremos profundamente no tema, consideramos importante destacar alguns aspectos da atualidade com base em autores cubanos e dados oficiais do próprio governo.

Ao adentrar no terceiro capítulo, denominado “A solidariedade internacional como princípio na Política Exterior cubana”, nos direcionamos ao enfoque proposto na pesquisa, que é o estudo sobre o Internacionalismo cubano. Para tanto, buscamos entender como se constituiu a Política Exterior cubana baseada no princípio de solidariedade. O terceiro capítulo foi chave para conferir nossa hipótese principal concebida durante a elaboração do projeto de pesquisa: Se a solidariedade internacional teria sido uma condição para cuba vencer o isolamento político ao qual havia sido submetida após os primeiros anos do triunfo revolucionário.

Neste capítulo analisa-se a batalha diplomática entre a Revolução Cubana e a OEA (Organização dos Estados Americanos), através das resoluções de 1960 a 1962 que levou à expulsão de Cuba deste organismo regional, bem como examina-se discursos oficiais da Revolução na Primeira e Segunda Declaração de La Habana como resposta aos atos da OEA.

Ainda no terceiro capítulo, aborda-se os impactos do Internacionalismo cubano na Revolução latino-americana, em que todos os países do continente, em menor ou maior grau, mantiveram relações com La Habana em seu processo de luta revolucionária a partir da década de 1960.

Evidentemente não adentraremos em todos os processos, por razões de tempo e enfoque da pesquisa, no entanto, destacamos as que tiveram maiores impactos, utilizando como referência principal para este assunto a obra de Michael Löwy, *O Marxismo na América Latina*.

O quarto e último capítulo, concebido sob o título “Epopeia cubana na África”, leva-nos a um estudo sobre a concretude do Internacionalismo cubano, ou seja, o exame da sua práxis internacionalista concretizada na ajuda solidária a outros povos do mundo. Para compreender a dimensão desta política revolucionária buscamos conhecer a participação cubana nas independências africanas e seu papel, em alguns casos, determinante para a conquista da emancipação política de países como Angola, por exemplo.

A bibliografia principal utilizada para a elaboração deste capítulo foi o livro de Piero Gleijeses, *Misiones en Conflicto* (2007), que nos oferece uma análise minuciosa de documentos secretos até então guardados nos departamentos de Inteligência dos Estados Unidos, La Habana e em alguns países da África. Os detalhes encontrados na pesquisa de Gleijeses foram fundamentais para compreender a relevância cubana nas guerras de independência de alguns países africanos. O caso de Angola ocupa a centralidade no final deste último capítulo, haja visto que Cuba participou decididamente durante 16 anos de guerra, garantindo a independência de Angola sob a direção do Movimento pela Libertação de Angola, o MPLA.

O termo “epopeia” é utilizado metaforicamente pelos próprios cubanos para referir-se à magnitude da ação cubana no continente africano, deste modo, optamos por utilizar o mesmo termo, considerando a voz cubana sobre o assunto.

Tanto no terceiro, quanto no quarto capítulos verificou-se como Cuba esteve envolvida, em certa medida, no conflito mundial entre as duas principais potências da época, Estados Unidos e União Soviética, durante a Guerra Fria.

Metodologicamente, buscamos construir uma pesquisa qualitativa especificamente baseada em revisão bibliográfica de autores e obras selecionadas sobre o tema, na sua totalidade de orientação crítica, tanto para definição de conceitos como para entender os fatos históricos que colocaram a Revolução Cubana no centro dos conflitos mundiais, como por exemplo, a “Crise dos Mísseis” em outubro de 1962 e a Guerra de Angola a partir de 1975.

Alguns autores foram utilizados de maneira transversal nos diferentes capítulos, por exemplo Eric Hobsbawm, que nos oferece um panorama completo do “Breve Século XX”, que contribuiu em assuntos como Guerra Fria, Socialismo, Revolução Socialista e Terceiro Mundo, os quais foram fundamentais para entender a complexa correlação de forças na geopolítica internacional do período estudado.

Além da bibliografia utilizada, também buscamos examinar discursos oficiais na tentativa de entender o fio condutor das principais batalhas da Revolução Cubana, tanto do ponto de vista interno quanto externo, este último expressado na definição da Política Exterior da Revolução.

Por último, realizamos pesquisa de campo para colher depoimentos de cubanos que participaram diretamente em missões internacionalistas, tanto na África como na América Latina, afim comprovar empiricamente, ou não, as afirmações e informa-

ções encontradas na bibliografia examinada. No total, logramos realizar Onze entrevistas entre intelectuais, professores, ex-combatentes, ex-diplomatas e dirigentes da Revolução Cubana.

Ainda como aspecto metodológico, examinamos fontes documentais audiovisuais do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC), o qual guarda um acervo importante sobre a missão cubana na África. Além do ICAIC, também buscamos fontes de realizadores individuais que produziram ficções e documentários sobre África, especialmente Angola.

Esperamos que este diálogo possa oferecer alguma contribuição à comunidade acadêmica e aos movimentos populares de resistência, entre outros, que comungam ou não, da vertente teórica/prática acerca do Internacionalismo Proletário e da Revolução Cubana

2 INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO COMO ALTERNATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

No primeiro capítulo desta dissertação pretende-se discorrer sobre a construção do Internacionalismo Proletário, desde a sua formulação do ponto de vista teórico às suas experiências práticas ao longo do desenvolvimento histórico. Nosso marco teórico-prático parte do século XIX, com as elaborações de Marx e Engels em "O Manifesto Comunista" de 1848 e com a Comuna de Paris de 1871, mas, sobretudo, traz como referência principal o século XX, após a Revolução de Outubro de 1917.

Para além das experiências ocorridas na Europa, pretende-se fazer uma breve conexão com a América Latina, situando o pensamento de José Martí como o precursor de ideias libertárias latino-americanas do final do século XIX e a chegada do marxismo na primeira metade do século XX, na perspectiva de situar o continente no contexto internacional das revoluções e lutas pelo Socialismo. Entretanto, não dedicaremos nenhuma parte sobre alguma experiência asiática, muito embora se saiba que houve experiências importantes que impactaram o cenário internacional, como a Revolução Chinesa em meados do século XX, que não será possível incluir neste trabalho.

Sobre a África, um capítulo em especial tratará das experiências internacionalistas neste continente. Por ora, nos dedicaremos apenas às experiências europeias, que, diga-se de passagem, abriram as portas para a construção do Internacionalismo Proletário e, brevemente, ao contexto da América Latina, uma vez que nesta dissertação será dedicada mais ênfase ao Internacionalismo Cubano.

Para definições conceituais, buscamos apoiar-nos em autores da teoria marxiana, como, Marx e Engels, Lenin, Gramsci, dentre outros que praticamente introduziram o debate teórico sobre o Internacionalismo Proletário, colocando-o em seu devido lugar, que é lado a lado às práticas revolucionárias protagonizadas pela classe trabalhadora no âmbito da luta de classes.

2.1 ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O Internacionalismo Proletário teve sua origem na Europa, em meados do século XIX, num contexto de lutas e organização do movimento operário contra a expropriação da classe trabalhadora pelos seus patrões, resultado da ascensão do capitalismo na sua forma industrial.

Para Marx[2] e Engels[3] (1946) o conceito de Internacionalismo Proletário é elaborado a partir da necessidade da universalização do proletariado, ou seja, os autores partem da premissa de que o sujeito denominado proletário deve converter-se em sujeito universal, vinculado diretamente à realidade histórica.

O Internacionalismo como práxis revolucionária foi fundamental para o pensamento marxista. Tanto Marx como Engels, e depois Lenin[4], criticaram veementemente o nacionalismo burguês ao defender os interesses comuns da classe trabalhadora em nível internacional. Para os autores, somente quando a luta assume o caráter

---

2 Karl Marx (1818-1883), de acordo com Engels, foi o homen que deu ao socialismo e ao movimento operário uma base científica. Dedicou-se ao estudo da História, filosofia e economia política. Foi o cientista que desenvolveu o estudo mais profundo sobre a História das sociedades, com base no desenvolvimento do sistema capitalista. Marx estudou e elaborou sobre o comunismo e o concebeu como uma ciência, por isso o termo comunismo cientifico que se difere do comunismo primitivo das sociedades antigas. De acordo com Engels, “Das muitas descobertas importantes com que Marx inscreveu o seu nome na história da ciência, podemos aqui pôr em evidência apenas duas. A primeira é o revolucionamento, por ele completado, em toda a concepção da história mundial […] Para a visão socialista, porém, esta nova concepção da história teve o maior significado. Ela demonstrou que toda a história até aqui se move em oposições de classes e lutas de classes, que sempre houve classes dominantes e dominadas, exploradoras e exploradas e que a grande maioria dos homens sempre esteve condenada a trabalho duro e pouca fruição […] A segunda descoberta importante de Marx é o esclarecimento definitivo da relação de capital e trabalho, por outras palavras, a demonstração de como, na sociedade actual, no modo de produção capitalista existente, se completa a exploração do operário pelo capitalista […] O socialismo científico, moderno, fundamenta-se nestes dois factos importantes” (ENGELS, 1877). Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/06/marx.htm. Acesso em: 28 de março de 2020.

3 Friedric Engels (1820-1895). Fundador, junto com Karl Marx, do socialismo científico. Lançaram as bases do Materialismo Histórico e Dialético e da Economia Política do Capitalismo a partir da análise do surgimento do capitalismo, da história das sociedades humanas e da crítica de outras correntes filosóficas então em voga. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm. Acesso em: 28 de março de 2020.

4 Vladimir Ilitch Ulianov (1870-1924) – conhecido pelo pseudônimo Lenin, foi o mais influente dirigente teórico/prático de orientação marxista do século XX que soube juntar a teoria à práxis revolucionária. “Lenin revitalizou a teoria da revolução do marxismo ao acentuar a importância da luta de classes ser dirigida por um partido coesamente organizado. Desenvolveu uma teoria do imperialismo, como [estágio final] do capitalismo em que estariam dadas as condições para uma revolução proletária internacional, que se estabeleceria e se manteria, pela força, numa ditadura do proletariado transitória. Dirigiu o Partido Bolchevique na Revolução de Outubro de 1917, que levou ao poder na Russia o primeiro Estado socialista do mundo. Por intermédio da Internacional Comunista, por ele inspirada, suas concepções se espalharam por todo o mundo, definindo o comunismo moderno, em oposição à social-democracia” (BOTTOMORE, 2001, p. 211). Colchete nosso no sentido de discordar com o autor nesta interpretação em específico. Para Lenin, o imperialismo é uma fase superior ao capitalismo, e não final.

internacional esta é capaz de produzir a aliança dos trabalhadores contra o sistema do capital para defender o interesse comum enquanto classe.

> Marx e Engels achavam que esse interesse comum estava não apenas na cooperação através das fronteiras em defesa dos interesses imediatos de classe, mas também no projeto de provocar 'uma grande revolução social (que) se apropriará destas realizações da época burguesa – o mercado mundial e as modernas forças de produção -, sujeitando-as ao controle comum dos povos mais adiantados' (BOTTOMORE, 2001, p. 199).

O lema "Proletários de Todo Mundo, Uni-vos" coloca-se no primeiro plano de interesse comum do proletariado, independentemente da nacionalidade. O chamamento confere assim a tônica de que o Internacionalismo é tarefa, sobretudo, do movimento comunista na luta revolucionária. "O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo dos demais partidos proletários: a constituição do proletariado em classe, a derrubada do domínio da burguesia, a conquista do poder político pelo proletariado" (MARX; ENGELS, 2008, p. 31).

Nesta perspectiva marxista do termo, o Internacionalismo possui diferentes narrativas, as quais contribuem para ampla compreensão da terminologia. Em alguns dicionários, abaixo mencionados, encontramos os padrões descritivos sobre o mesmo.

Para Tom Bottomore (2001), o Internacionalismo fundamentou com recorte de classe a ideia de fraternidade humana outrora proclamada pela Revolução Francesa de 1789.

Para este autor, ao mesmo tempo em que se opunham ao nacionalismo burguês e seu egoísmo, os grandes precursores da elaboração do Internacionalismo, Marx e Engels, não viam contradição profunda na luta pelo estabelecimento da nação onde a própria classe trabalhadora de cada país teria a tarefa de lutar primeiro contra a sua burguesia nacional, pois o caráter da luta é de classes entre burguesia e proletariado. Assim, a luta dos trabalhadores em cada país seria um estímulo para a luta em outros países.

Na mesma linha, Lenin, a partir de 1914, segundo Bottomore, defendia a autodeterminação das nações oprimidas para uma fusão de nações a partir de uma base democrática e internacionalista, não subestimando a importância da luta nacional, no entanto, conferindo ênfase à unidade da luta proletária.

> Uma união entre os proletários revolucionários dos países capitalistas adiantados e as massas revolucionárias dos países onde não há, ou quase não há, um proletariado, isto é, as massas oprimidas dos países coloniais e orientais […] o Internacionalismo proletário exige, primeiro, que os interesses da luta proletária em qualquer país sejam subordinados aos interesses dessa luta em escala mundial, e segundo, que uma nação que está conseguindo a vitória sobre a burguesia deva ser capaz de e esteja disposta a fazer os maiores sacrifícios nacionais pela derrubada do capital internacional (LENIN, 1920 apud BOTTOMORE, 2001, p. 199).

A Revolução Russa de 1917 deveria ser, para Lenin e os bolcheviques[5], a precursora da Revolução Socialista em nível internacional, e o foi, em certa medida. Mas sob o regime de Stalin[6], o sentido internacionalista da Revolução Russa foi substituído pelos elementos nacionalistas, em fins da década de 1920, do socialismo num só país.

Para debater o Internacionalismo, como termo marcadamente registrado no seio da esquerda, faz-se necessário um parêntese para tratar da concepção anterior ao mesmo, o nacionalismo como estrutura de apoio ao seu oposto, conforme Anderson (2005). Para o autor, o nacionalismo e Internacionalismo tem sua inter-relação caracterizada tanto por conflitos significativos ou de valores que coexistiram entre ambos.

O debate acerca do nacionalismo como o oposto do Internacionalismo se torna relevante para tal contexto histórico, uma vez que o Internacionalismo Proletário engendra-se como disputa ideológica ao nacionalismo burguês dominante da época.

---

5 bolcheviques – o bolchevismo teve origens em 1903 no segundo congresso do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Russos. Resultado de uma disputa de tendências internas dentro do partido surgiram dois grupos, os bolcheviques (majoritário) e os Mencheviques (minoritário), mas somente em 1917 a expressão Bolchevique apareceu oficialmente: Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Russos (bolcheviques) que e a partir de 1918 passou a se chamar Partido Comunista Russo (bolchevique). Em 1925, passou a ser chamado Partido Comunista de Toda a União (Bolchevique) e finalmente em 1952 teve sua última mudança para Partido Comunista da União Soviética (PCUS). O termo Bolchevique se designava a uma estratégia de engajamento militante ativo na prática política tendo o partido marxista como vanguarda revolucionária. Tratava-se de um Partido de novo tipo, onde as decisões eram baseadas no princípio do centralismo democrático (BOTTOMORE, 2001, p. 34).

6 Iosif Vissarionovitch Djugatchvili (1879-1953) – conhecido pelo codinome Stalin, após a revolução de 1917 se ocupou de muitos cargos de direção e do birô político do Partido. Em 1922, foi indicado como Secretario Geral e após a morte de Lenin derrotou a oposição interna, transformando-se no líder supremo do partido e do Estado Soviético em 1929. Comandou o triunfo da industrialização na Rússia e durante a Segunda Guerra Mundial comandou a guerra contra a invasão nazista. “Stalin foi um tático destacado e um político duro e sem escrúpulos. Usou seu poder para destruir todos os que surgiam em seu caminho e para transformar a Rússia agraria numa superpotência industrial. Era temido e admirado por estas duas qualidades […]” (BOTTOMORE, 2001, p. 363).

As origens do nacionalismo, tal como conhecemos hoje, podem ser encontradas ainda no século XVIII, período no qual duas grandes revoluções marcam o sentimento moderno de nacionalismo, sendo estas: 1) rebelião das colônias norte-americanas contra a Grã-Bretanha; e, 2) derrubada do absolutismo na França; ambas deram o sentido de coletividade popular ao sentimento de nação. No curso do desenvolvimento histórico, o nacionalismo tornou-se um discurso comum na maioria dos países industriais.

No entanto, transformou-se em um chauvinismo oportuno com expressão étnica em que as grandes potências se apoiaram para garantir seu domínio, que segundo Anderson, tinha uma dupla função:

> Por um lado servia para mobilizar a população de cada país afim de intensificar a competição imperialista da época e para atuar nas tarefas de conquista colonial. Por outro lado, servia para integrar as massas na estrutura política da ordem capitalista em um momento em que o sufrágio começava a se estender a setores da classe trabalhadora (ANDERSON, 2005, p. 23).

Após a Primeira Guerra Mundial, o nacionalismo chauvinista é redefinido frente às crises econômicas, o avanço da concentração de capitais etc., de forma mais avançada que o período anterior do nacionalismo romântico, neste contexto o fascismo emerge como tipo dominante de nacionalismo localizado no seio das potências derrotadas da Primeira Guerra. “Enquanto isso, se o chauvinismo criado pelo capital havia se radicalizado em fascismo, o mesmo aconteceu com o Internacionalismo trabalhista – mas na direção oposta […]” (ANDERSON, 2005, p. 26).

Mas não foi somente o capitalismo que avançou na sua forma nacionalista exacerbada, o próprio socialismo – que sempre definiu-se claramente como internacionalista – também viveu a sua fase de nacionalismo emergente.

Com a emergência de Stalin na direção da Revolução Russa, baseado no discurso de socialismo num só país, “cristalizou uma nova forma de nacionalismo, específica à autocracia em franca construção interna” (ANDERSON, 2005, p. 26).

A questão do socialismo em um só país está envolta em questões mais complexas no âmbito geopolítico daquele momento, a disputa entre o fascismo e o comunismo que avançava por toda Europa em meio a Segunda Guerra Mundial.

Para Fernandes, a questão do socialismo em um só país, se caracteriza pelo seguinte:

> E não basta ver e exagerar unilateralmente a influência limitativa ou mesmo negativa do chamado 'socialismo em um só país'. Hoje existe uma variedade de países em transição para o socialismo e o maior dilema que eles suscitam está na ausência de um sistema internacional de poder socialista, que pudesse lançar o seu peso na proteção e na aceleração das correntes revolucionárias da história. O cerco ao inimigo interno e externo fica assim muito mais fácil para os países capitalistas, porque não há uma força capaz de exercer, no plano internacional, influências criadoras de longa duração na correção dos desiquilíbrios gerados pela forma capitalista de dissuasão político – militar (FERNANDES, 2009, p. 50).

A polêmica era fundamentada na ideia de que "a edificação do socialismo poderia ser realizada na União Soviética sem uma revolução socialista em outros países [...]" (BOTTOMORE, 2001, p. 363). Fundamentos estes, que se colocavam totalmente na contramão do que era defendido por Lênin e ao próprio caráter da Revolução Russa, de constituir-se nos propósitos da Revolução Socialista mundial.

O debate da internacionalização da Revolução, só veio a recuperar-se mais tarde através do programa de assistência mútua e na tentativa de integração dos sistemas socialistas no mundo, a partir da década de 1950. Programa este caracterizado mais por uma assistência internacionalista aos países em conflito na sua luta nacional do que o Internacionalismo Proletário como solidariedade e princípio de unidade dos trabalhadores em nível mundial na luta contra o capitalismo e pela revolução proletária.

Já no Breve Dicionário Político (2001), o termo Internacionalismo aparece diretamente conjugado como "Internacionalismo Proletário", definido como princípio de atividade dos comunistas, o qual permeia todo o conteúdo da teoria e da prática do comunismo científico[7], defendendo a solidariedade internacional entre os povos, a ajuda mútua entre a classe trabalhadora na luta pelos seus comuns objetivos.

O Internacionalismo Proletário se fundamenta na concepção de que os trabalhadores de todos os países e nacionalidades possuem natureza social única e, na sociedade burguesa, ocupam sempre o mesmo lugar na produção e na vida social, concepção esta claramente elaborada no âmbito da solidariedade de classes, ainda

---

[7] A partir das elaborações teóricas de Marx e Engels sobre o comunismo na Era Moderna, provocou-se um divisor de águas entre a concepção de comunismo de tipo primitivo (anterior aos modos de produção escravista, asiático, feudal e capitalista) e o comunismo cientifico fruto das contradições da sociedade burguesa moderna, dada a complexidade do funcionamento da luta de classes sob o modo de produção capitalista.

que haja, historicamente, diferentes nuances no mundo do trabalho e o papel que cada setor da classe trabalhadora cumpre na divisão internacional do trabalho.

A relação entre as diferentes nações se dá através do seu nível de desenvolvimento, ou seja, do nível de desenvolvimento das suas forças produtivas, e esta relação fica mais clara pela divisão do trabalho. Para além da divisão interna do trabalho, seja divisão entre campo e cidade, trabalho comercial e industrial, manual e intelectual etc., também existe a divisão internacional do trabalho que, como explica Marx e Engels em Ideologia Alemã, “as mesmas condições se verificam, com um intercambio mais desenvolvido, nas relações de diferentes nações entre si” (MARX; ENGELS, 2002, p. 17).

Neste sentido, os países menos desenvolvidos, ou periféricos, se assim quisermos os chamar, terão sempre uma relação de subordinação em relação aos países centrais desenvolvidos na esfera da divisão internacional do trabalho. Historicamente, foi a partir do século XVII, com o avanço da manufatura na Inglaterra, que o comércio mundial foi sendo gerado a partir da necessidade crescente de intercambio de produtos (MARX; ENGELS, 2002).

> A grande indústria universalizou a concorrência… estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, submeteu a si o comercio, transformou todo o capital em capital industrial e criou assim a rápida circulação (o desenvolvimento da finança) e a concentração de capitais. Com a concorrência universal obrigou todos os indivíduos à mais intensa aplicação da sua energia... Foi ela que pela primeira vez criou a história Universal, na medida que tornou dependentes de todo o mundo todas as nações civilizadas e todos os indivíduos nelas existentes para a satisfação das suas necessidades, e aniquilou a exclusividade até aí natural de cada uma das nações. Subordinou ao capital a ciência da natureza e retirou à divisão do trabalho a última aparência de naturalidade. Dum modo geral, aniquilou a naturalidade tanto quanto é possível no seio do trabalho, e resolveu todas as relações naturais em relações de dinheiro (MARX; ENGELS, 2008, p. 77 e 78).

Assim deu-se processo de internacionalização do Capital através da livre concorrência, transformando as relações sociais em relações sociais capitalistas mediadas pelo dinheiro. Se em uma economia capitalista as regras da divisão do trabalho são ditadas pelo Capital, a divisão internacional o trabalho também reproduz estas regras, de maneira que se geram desigualdades regionais e dependência combinada. O chamado desenvolvimento desigual e combinado se dá através das desigualdades e necessidades impostas pelo sistema do Capital nas diferentes regiões do mundo,

marcado pela relação entre centro e periferia do mundo capitalista, discussão esta elaborada pela teoria da dependência, ao qual não adentraremos.

Para Eric Hobsbawm (1995), a década de 1970 passou por uma nova divisão internacional do trabalho na qual houve “uma maciça transferência de indústrias que produziam para o mercado mundial, da primeira geração de economias industriais, que antes a monopolizavam, para outras partes do mundo” (HOBSBAWM, 1995, p. 354). As empresas do velho mundo industrial mudaram parte da sua produção para o Segundo e Terceiro Mundo[8].

Anderson, ao referir-se à situação da classe trabalhadora na Europa em 1848, afirma que a mesma estava caracterizada “pela combinação paradoxal de enraizamento social (incluindo confiança cultural e um sentido de alta política) e mobilidade territorial (incluindo a possibilidade de uma experiência direta de vida no exterior e um senso de solidariedade entre os povos” (ANDERSON, 2005, p. 26).

Se a classe trabalhadora se caracteriza pelo enraizamento social, estando no mesmo lugar na produção e respectivamente na vida social, seja na Europa ou em outra parte do mundo, ela também se caracterizará pela identidade nos processos de internacionalização da sua luta.

> A ideia do Internacionalismo Proletário foi proclamada e fundamentada por Marx e Engels e recebeu sua expressão no famoso chamamento: ‘proletários de todos os países, uni-vos!’ que se converteu em palavra de ordem de combate do movimento operário e comunista internacional (L. ONIKOV; N. SHISHLIN, 1983, p. 245, tradução nossa).

Aos 172 anos do Manifesto Comunista, as palavras de Marx e Engels ainda ecoam como um dos escritos mais importantes direcionado à classe trabalhadora. O da união proletária na construção da sociedade sem a exploração do homem pelo homem.

O Manifesto Comunista é, sem dúvida, a elaboração mais concreta que expressa a situação da classe trabalhadora no bojo das revoluções de 1848, chamada

---

[8] Para Hobsbawm, o conceito de Terceiro Mundo foi utilizado para distinguir os países pobres dos países ricos no mundo, “e na medida em que o fosso entre as duas zonas, agora muitas vezes chamadas de ‘Norte’ e ‘Sul’, se alargava visivelmente , havia muito sentido na distinção […] as dezenas de Estados pós-coloniais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, junto com a maior parte da América Latina que também pertencia visivelmente às regiões dependentes no velho mundo imperial e industrial, logo se viram agrupadas como ‘Terceiro Mundo’- diz-se que o termo foi cunhado em 1952 (Haris, 1987, p. 18) – em contraste com o ‘Primeiro Mundo’ dos países capitalistas desenvolvidos e o ‘Segundo Mundo’ dos países desenvolvidos comunistas [...]” (HOBSBWM, 1995, p. 349; 353).

Primavera dos Povos[9]. A batalha entre o proletariado e a burguesia assinala a posição dos comunistas frente ao problema principal, a situação da classe trabalhadora. Para Anderson,

> A cadeia de levantes revolucionários que convulsionou a Europa naquele ano combinou o fermento nacional e o contágio internacional por todo o continente […] o ano de 1848 também foi, é claro, o ano das revoluções liberais fracassadas e do começo das lutas revolucionárias pelo socialismo, anunciadas pelo Manifesto Comunista (ANDERSON, 2005, p. 20).

Através do Manifesto Comunista, Marx e Engels, afirmam que os comunistas apoiam em toda parte a luta da classe trabalhadora e os movimentos revolucionários contra as condições de dominação e exploração do sistema capitalista em expansão.

Assim, a convocatória "Proletários do Mundo, Uni-vos!" converte-se na declaração aberta da revolução contra a ordem social que será protagonizada pela classe trabalhadora em todas as partes do mundo, pois "os proletários não têm nada a perder nela, além de seus grilhões. Têm um mundo a conquistar" (MARX; ENGELS, 2008, p. 64).

Já para o pensamento gramsciano, Liguori e Pasquale (2017), afirmam que o conceito de Internacionalismo se distingue de "cosmopolitismo" ou de "irradiação internacional". No caso, Gramsci[10] analisa a situação dos intelectuais italianos para construir sua definição, criticando a função cosmopolita e o não caráter nacional-popular destes.

Segundo os autores, Gramsci defende que os países devem construir primeiro uma consciência nacional-popular, caso contrário o Internacionalismo se transforma num vasto sentido de fraternidade incapaz de libertar-se do cosmopolitismo burguês, "de modo que, se uma concepção internacionalista não se determina concretizando-

---

9 Primavera dos Povos foi uma cadeia de levantes revolucionários instaurados por toda Europa no ano de 1948. Os sujeitos principais da Primavera dos Povos foram os artesãos pré-industriais que levantaram barricadas por todas as partes contra a situação de exploração da classe trabalhadora. Segundo Anderson (2005), em 1848 havia pelo menos trinta mil artesãos alemães em Paris e, de maneira geral, os trabalhadores circulavam entre os países da Europa o que fazia com que esta revolução tivesse um caráter internacionalista de solidariedade entre os povos. "Tal era a configuração que permitiu a passagem das lutas nacionais para as internacionais e das lutas internacionais para as sociais, nas barricadas de 1848-49" (ANDERSON, 2015, p. 21).

10 Antonio Gramsci (1891-1937). Membro fundador do Partido Comunista Italiano. Teorizou sobre conceitos chave, como a hegemonia, a base, superestrutura, intelectuais orgânicos e guerra de posições. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/gramsci/index.htm. Acesso em: 28 de março de 2020.

se em um contexto nacional, ela permanece abstrata" (LIGUORI; PASQUALE, 2017, p. 433). Mas não significa que Gramsci defenda o nacionalismo, ao contrário, entende este fenômeno como próprio de pequenas burguesias antiquadas e reacionárias.

Gramsci analisa a questão nacional com relação aos países subordinados, colocando em primeiro lugar a ausência do desenvolvimento das relações de produção internas e, depois, os efeitos perversos do mercado mundial. Mas o limite do desenvolvimento da estrutura produtiva traz consequências no âmbito internacional, "já que o mundo é uma unidade".

Se não considerar a questão nacional, o Internacionalismo se torna abstrato, uma vez que não pode ser uma questão puramente ideológica. As condições de luta em um determinado país e o sucesso de uma revolução dependem do conjunto de relações entre as classes de um país, no entanto, a revolução traz consequências e pode levar à vitória também no plano internacional. "A luta pela independência nacional por parte dos povos oprimidos se torna o momento de luta de classes do proletariado mundial. Ou melhor, apenas a luta de classes é capaz de conferir um conteúdo concreto à própria luta nacional" (LIGUORI; PASQUALE, 2017, p. 566).

Ao analisar o caso da Revolução Russa de 1917, Gramsci recorda, segundo os autores, que:

> O partido internacionalista deverá estudar a determinações especificas e a 'combinação de forças nacionais' que a classe internacional deverá 'dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretivas internacionais'. Assim, é essencial 'depurar o Internacionalismo de todo o elemento vago puramente ideológico (em sentido pejorativo) para dar-lhe um conteúdo de política realista' […] Embora a perspectiva do comunismo seja internacionalista, para poder dirigir 'camadas sociais estritamente nacionais (intelectuais) e, muitas vezes menos ainda que nacionais particularistas', ela precisa, por necessidade, nacionalizar-se até que formem 'as condições de uma economia segundo um plano mundial', que permitirão superar 'as leis da necessidade' que caracterizam o precedente histórico. A consolidação do processo revolucionário, embora em uma só nação, pode contribuir, na opinião de G., para a expansão da revolução em países em que as forças progressivas são 'escassas e insuficientes em si mesmas (mas de altíssimo potencial porque representam o futuro do seu país)' (LIGUORI; PASQUALE, 2017, p. 435, aspas dos autores).

Nas concepções de Gramsci, podemos perceber, portanto, que este considera a questão nacional importante para o desenvolvimento real de um movimento internacional. O autor acredita que mesmo com a vitória da revolução internacional

será impossível acabar com os Estados nacionais e, também afirma, que “o comunismo só existirá quando e na medida em que for internacional” e que para o proletariado o Estado será a forma “de defesa e de ataque” (LIGUORI; PASQUALE, 2017, p. 567).

Sem considerar estes aspectos, o Internacionalismo esvazia-se no conteúdo e torna-se abstrato. “neste sentido no sistema político do comunismo internacional, o Estado socialista deve estar preparado e organizado de modo a ser capaz de se articular com os outros Estados socialistas’’ (LIGUORI; PASQUALE, 2017, p. 564).

Diante do exposto em que buscou-se apresentar uma breve definição do termo Internacionalismo, adentraremos a seguir no contexto de algumas experiências construídas através luta da classe trabalhadora ao longo da História.

Desde Marx, passando por Lenin até chegar à América Latina, o Internacionalismo Proletário foi uma construção histórica a partir de experiências concretas. A Comuna de Paris foi a primeira tentativa de governo do proletariado com fortíssima presença de estrangeiros e já assumira o caráter internacional como condição para o triunfo da luta revolucionária.

As diferentes experiências das Internacionais[11], como instrumento de organização da classe trabalhadora, foram experiências que demarcaram a alternativa contra o sistema capitalista. A Primeira e, sobretudo, a Terceira Internacional produziram um legado para o pensamento dos movimentos da classe trabalhadora e o desafio de entender a complexidade de uma nova sociedade projetada para a superação da ordem do Capital.

A partir das revoluções proletárias, ensaiadas no final do século XIX, como a experiência da Comuna de Paris, e concretizadas no século XX com as Revoluções Socialistas, o termo Internacionalismo Proletário se universalizou e ganhou referência na luta da classe trabalhadora pela unidade internacional.

Com a Revolução Russa de 1917, Lenin, defensor do Internacionalismo Proletário, o caracterizou como “ideologia política da classe trabalhadora”. Sua evidência no problema nacional e internacional era uma clara oposição à ideologia do nacionalismo burguês. Assim, o Internacionalismo Proletário era, para Lenin, um poderoso meio de realização da missão histórica universal do proletariado, ou seja, a transformação pela via revolucionária do regime capitalista para o socialismo.

---

11 Aqui estamos nos referindo a I, II, III e IV Internacional.

Nesta perspectiva, o Internacionalismo Proletário se desenvolve e enriquece conjuntamente com o desenvolvimento do movimento comunista e operário internacional.

> Sob a bandeira do Internacionalismo Proletário, triunfou na Rússia a Grande Revolução Socialista de outubro, se fortaleceram as posições do primeiro Estado Socialista, surgiu o *sistema socialista mundial*, robustece e desenvolve a comunidade dos Estados Socialistas, cresce e se coesiona o movimento comunista e operário internacional (L. ONIKOV; N. SHISHLIN, 1983, p. 245, tradução nossa, itálico dos autores).

O triunfo da Revolução de Outubro contribuiu enormemente para o surgimento do sistema socialista mundial, aprofundou e ampliou as formas e o conteúdo da solidariedade internacional dos trabalhadores, “surgiu o socialismo socialista que representa a aplicação e desenvolvimento dos princípios do Internacionalismo Proletário nas relações entre etnia e nações que empreenderam o caminho do socialismo entre os estados socialistas soberano” (L. Onikov e N. Shishlin, 1983, p. 245, tradução nossa).

A solidariedade de classe em nível internacional é a composição principal do Internacionalismo Proletário, nela está contida a essência do que deve ser a luta pela emancipação dos trabalhadores.

> A solidariedade da classe operária e dos comunistas de todos os países na luta pelos objetivos comum, o apoio que prestam à luta dos povos pela libertação nacional e o progresso social, a colaboração voluntária dos partidos irmãos iguais em direitos e independentes, a conjugação orgânica na sua política de interesses nacionais e internacionais dos trabalhadores, isto é precisamente o Internacionalismo proletário em ação (PCUS, apud: L. ONIKOV; N. SHISHLIN, 1983, p. 245, tradução nossa)[12].

O Internacionalismo Proletário é a unidade em luta dos povos contra o jugo do Capital, pois, para sobreviver, as organizações da classe trabalhadora em âmbito nacional devem transformar-se em organizações internacionais (MUSTO, 2014, p. 50).

---

[12] Disposição do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), sobre os 60 anos da Revolução Russa. L. ONIKOV; N. SHISHLIN, 1983.

Ao longo da história, existiram experiências concretas que influenciaram o desenvolvimento do Internacionalismo Proletário. Elas constituem uma raridade na história, pois são experiências sem as quais não seria possível debater o Internacionalismo Proletário hoje, ao contrário, ficariam, conforme sugere Gramsci, "ideias abstratas e sem conteúdo", ou seja, foram as diferentes experiências práticas experimentadas através dos processos revolucionários que deram conteúdo concreto e materialidade à ideia de Internacionalismo Proletário.

Há um ganho significativo ao estudar estas experiências na contemporaneidade, haja vista que a própria distância do tempo histórico possibilita uma análise totalizadora dos processos, bem como o acesso ao conhecimento sistematizado sobre as mesmas, e contribui para melhores reflexões e interpretações. Entretanto, para Secco[13], atualmente perdemos na incidência do debate junto ao movimento prático e real nas lutas sociais (informação verbal).

As experiências históricas, como por exemplo, as Internacionais, a Comuna de Paris, a Revolução Russa, as Brigadas Internacionalistas na Guerra Civil Espanhola e, por último, a Revolução Cubana, deram materialidade ao Internacionalismo Proletário, cada uma de acordo com as exigências da sua época histórica, as quais deixaram suas contribuições práticas e teóricas para o movimento revolucionário contemporâneo.

A questão internacional, ou o Internacionalismo, parte do pressuposto de que é possível superar a questão nacional para construir um novo projeto de emancipação humana que, obviamente, não se pauta pelo projeto do Capital. A Internacional Proletária compõe o projeto de superação da ordem do Capital através da solidariedade de classe entre os trabalhadores em nível internacional, por isso, precisamos pensar o internacional como projeto estratégico e de unidade na conformação da "classe para si".

Há que destacar-se que não existe somente o Internacionalismo de tipo proletário, uma vez que a existência de diferentes tipos de práticas internacionalistas podem ser caracterizadas como um Internacionalismo revolucionário construído desde as bases dos processos de luta por transformação social, ou o seu oposto, baseado na representação do sistema capitalista que através de suas ações e representações

---

[13] Informação fornecida pelo Professor Dr. Lincoln Secco, durante palestra sobre 'As Editoras da Internacional Comunista' no o Simpósio Internacional 100 Anos da Internacional Comunista (1919-2010), São Paulo, 2019.

burguesas vão ganhando dimensão internacional com interesses claros e definidos, completamente distintos aos interesses da classe trabalhadora, tais como globalização do mercado, internacionalização do sistema financeiro, estrangeirização dos bens da natureza e apropriação dos mesmos por empresas transnacionais entre outros.

O Internacionalismo Proletário, para além da contraposição ao nacionalismo burguês, também se opõe ao Internacionalismo do Capital, este último baseado no movimento de expansão e intensificação da exploração capitalista nos países periféricos, levado a cabo a partir do processo de internacionalização do sistema capitalista.

De acordo com Harvey (2005), a relação do Capital internacional com os países periféricos, neste caso, a América Latina ou África, reforça o papel relegado às economias de Terceiro Mundo dentro da divisão internacional do trabalho: a produção principalmente de mercadorias primárias para suprir as demandas dos países centrais, numa relação aprofundada de intensificação da exploração do trabalho e da natureza, análogas ao sistema colonial de acumulação primitiva do capital, ao que o autor chama de acumulação por espoliação.

A necessidade de construir, portanto, o Internacionalismo da classe trabalhadora já foi fundamentada por Marx e Engels, como vimos, na expressão do famoso chamamento: “proletários de todo o mundo, uni-vos!”, o qual se converteu em palavra de ordem no interior das experiências revolucionárias no mundo.

Para Michael Löwy,

> De todas as frases do Manifesto Comunista, a última é sem dúvida a mais importante, a que tocou a imaginação e o coração de várias gerações de militantes (homens e mulheres) e operários e socialistas: “Proletários de todos os países, uni-vos! Länder, vereinigt euch!”. Não por acaso esta interjeição se tornou a bandeira e palavra de ordem das correntes mais radicais do movimento nos últimos 150 anos. Trata-se de um grito, de uma convocação, de um imperativo categórico tanto ético como estratégico, que serviu de bússola em meio a guerras, confrontos confusos e nevoeiros ideológicos (LÖWY, 1998, p. 97).

Löwy faz uma defesa poética, mas não menos contundente, sobre a convocatória de Marx e Engels ao proletariado internacional através da célebre frase final de O Manifesto Comunista.

Na mesma linha, Coggiola afirma que:

> A histórica bandeira do internacionalismo proletário (“Proletários do Mundo, Uni-vos”, lançada no *Manifesto Comunista* de 1848) foi a expressão de uma tendência já existente na classe operária internacional, quando ainda os Estados Nacionais se encontravam em formação, e o capitalismo lutava para conquistar o mundo (COGGIOLA, 2011, p. 166).

De acordo com estes dois autores podemos afirmar, portanto, que o Internacionalismo Proletário nasce em confrontação direta com sistema capitalista e propõe como alternativa a internacionalização da luta pela socialização dos meios de produção, que só seria possível com a abolição das fronteiras nacionais.

O sociólogo brasileiro Florestan Fernandes[14], ao escrever um artigo para a revista Ensaio, em 1981, quando se completava 100 anos da morte de Karl Marx, alertou que a teoria de Marx – que abarca diferentes campos do pensamento, desde a história, à filosofia e à economia, entre outras, numa proposição clara de unidade entre teoria e prática – e seu pensamento nunca perderam eficácia, uma vez que suas ideias inspiram o pensamento ideológico de esquerda, o qual ganhou notoriedade nos processos históricos revolucionários, principalmente no século XX. José Paulo Netto[15] o chamou de “o morto mais vivo da contemporaneidade” (informação verbal).

Ainda, Florestan Fernandes nos ajuda a recuperar a leitura do Manifesto do Partido Comunista como um clássico das ciências sociais e assinala que o mais importante é preservar a sua leitura política para a melhor compreensão da sociedade e das condições pelas quais a luta internacional dos trabalhadores se faz necessária.

> A socialização proletária tem seu ponto de partida nos interesses comuns dos trabalhadores antagônicos aos do capital, na solidariedade de classes dos trabalhadores, em escala nacional e internacional, e na negação da ordem, existente em todos os níveis, o da produção, o da organização da sociedade e o do Estado democrático, que funciona como um órgão de ditadura de classe. Essa relação contraditória com base estrutural e dinâmica econômica faz com que a história da sociedade de classes seja uma história da luta de classes, e a converte na forma antagônica de sociedade mais vulnerável a conflitos sociais profundos e irreconciliáveis (FERNANDES, 2009, p. 36).

---

[14] Florestan Fernandes (1920-1995), sociólogo brasileiro que, nas palavras do professor Otavio Ianni, fundou uma escola de sociologia chamada “Sociologia Crítica”. De acordo com o próprio Florestan, ele iniciou sua vida de sociólogo quando precisou ganhar a vida como engraxate. Ver: IANNI, Octavio. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

[15] Informação fornecida por José Paulo Netto durante curso sobre o pensamento de Marx na Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema, 2018.

Ao analisar a sociedade e suas classes antagônicas, percebe-se a solidariedade, tanto em nível nacional como internacional, no interior da classe trabalhadora na sua luta pela emancipação.

Fernandes enfatiza que as revoluções das classes trabalhadoras não desapareceram, elas estão atrasadas nas suas técnicas de luta de classes e, enquanto isso, as burguesias dos países capitalistas ganham tempo para a contrarrevolução burguesa graças ao avanço e transformações do capitalismo.

Neste sentido, o autor reforça a necessidade da construção da organização da classe trabalhadora que tenha eficácia no âmbito da luta contra o Capital, mas que seja para uma transição a um sistema internacional de poder socialista.

2.2 A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

Em 1864, reuniam-se na capital inglesa cerca de dois mil trabalhadores para uma assembleia de dirigentes sindicais da Europa onde o propósito era proclamar a fraternidade entre os povos. A ambição era construir um fórum de debate, mas não consideravam, segundo Marcello Musto (2014), a hipótese de fundar um instrumento de organização sindical e política da classe operária.

Entre os anos de 1864 e 1866 é fundada a Internacional dos Trabalhadores – AIT, na qual participou Karl Marx, além de muitos outros internacionalistas, na tarefa de escrever documentos como o Manifesto Inaugural e seu Estatuto. No Estatuto se considera o compromisso de classe daqueles que tentariam articular e dar direcionamento a um movimento que já existia, mas que precisava ser organizado.

Karl Marx teve participação fundamental na definição do caráter da Internacional, muito embora não tenha sido organizador da sua fundação, foi um dos 34 membros incumbidos de redigir a Mensagem Inaugural e os Estatutos Provisórios da Internacional, conforme mencionamos anteriormente. Devido ao seu trabalho unificador, foi possível a convivência entre os diferentes ânimos, haja vista que existiam diferentes grupos no interior da organização. A conotação classista da Internacional foi graças à obra de Marx, segundo Musto:

> Foi Marx quem deu uma finalidade clara à Internacional, quem realizou um programa político não excludente, embora firmemente classista, como garantia de uma organização que ambicionava ser de massas e não sectária. Marx foi a alma política de seu Conselho Geral, aquele

> que redigiu todas as suas resoluções principais e compilou todos os relatórios preparatórios para os congressos [...] Ele foi 'o homem certo no lugar certo', como escreveu o alemão Johann Georg Eccarius (1818-1889) (MUSTO, 2014, p. 23).

A repercussão e impacto da fundação da Primeira Internacional se deu tanto no seio da classe trabalhadora como também no interior das classes burguesas, como mostra Musto.

> Graças à Internacional, o movimento operário pôde compreender mais claramente os mecanismos de funcionamento do modo de produção capitalista, adquirir maior consciência da própria força e desenvolver novas e mais avançadas formas de luta. Seu eco ultrapassou os confins da Europa, gerando a esperança de que outro mundo era possível até para os artesãos de Buenos Aires, os membros das primeiras associações operárias de Calcutá e os grupos de trabalhadores na Austrália e na Nova Zelândia. Nas classes dominantes, ao contrário, a notícia da fundação da Internacional provocou horror. O pensamento de que também os operários viessem a exigir um papel ativo na história gerou indignação, e foram numerosos os governos que invocaram a eliminação da organização, perseguindo-a com todos os meios que dispunham (MUSTO, 2014, p. 21).

A luta foi intensa no interior da Primeira Internacional e se acirrou com a eclosão da Comuna de Paris. É nesta experiência que se encontram os germes da ditadura do proletariado[16] como forma de democracia popular.

A luta se trava entre os propósitos mais revolucionários contra os mais reformistas que se interessavam, sobretudo, pelo aspecto econômico das lutas, onde a melhoria de condições de trabalho era a sua causa principal, ainda que sem colocar o capitalismo no centro da questão. Esta tendência era majoritariamente defendida pelo sindicalismo inglês, cuja pauta impedia, inclusive, a "importação" de trabalhadores estrangeiros durante as greves.

---

[16] Por ditadura do proletariado se entende o processo pelo qual o proletariado, ou a classe trabalhadora, exerce o controle do poder político. Defendida pela ideologia marxista, a ditadura do proletariado só é possível num processo revolucionário de ruptura com o modo de produção capitalista para implementar no seu lugar o sistema comunista, no qual a forma de governo é exercida através de uma democracia substancial por parte dos trabalhadores na perspectiva de superar o poder da burguesia. Assim, a Comuna de Paris pode ser considerada o primeiro exemplo de ditadura do proletariado da história. A forma mais ampla de democracia entre os trabalhadores é expressa pela ditadura do proletariado.

O segundo grupo estava entre os seguidores de Pierre-Joseph Proudhon[17], dominante na França, na Bélgica e na Suíça francesa, e se opunha ao envolvimento político dos trabalhadores, inclusive em greves e, assim, estes dois grupos construíram a ala direita da Internacional (MUSTO, 2014).

Por outro lado, se encontrava o terceiro grupo: o dos comunistas reunidos em torno de Karl Marx, que, embora em termos numéricos fossem minoria, circulavam em pequenos grupos na Suíça, na França e em Londres. Conforme Musto, "anticapitalistas, os comunistas se opunham ao sistema de produção existente, reivindicando a necessidade da ação política para a sua derrubada" (MUSTO, 2014, p. 22).

Conforme já elucidado, o Internacionalismo Proletário está vinculado ao movimento comunista internacional na perspectiva de se opor ao sistema capitalista como modelo de sociedade dominante e suas consequências para a classe trabalhadora, tais como a superexploração do trabalho e a pauperização geral das condições de vida do trabalhador.

A concepção anticapitalista da Internacional também foi obra de Marx, graças a sua perspicácia, como define Musto, uma vez que foi possível sintetizar as diferentes tendências num projeto de luta comum, a unidade da luta econômica com a luta política se tornou irreversível na perspectiva do pensamento político e da luta em escala internacional. Este foi um dos principais legados da Internacional em torno do projeto internacionalista protagonizado pela classe trabalhadora mundial.

Para Coggiola, as divergências existentes no interior da organização não eram o problema principal, segundo o autor,

> As divergências internas presentes na AIT não eram consideradas uma ameaça à sua constituição. Ao contrário, a intenção de seus fundadores era criar uma organização democrática aberta a todos os trabalhadores, das mais diversas tendências. Esta iniciativa tinha como objetivo fazer avançar a unidade das "multiformes divisões do trabalho". Embora a Internacional desestimulasse as práticas conspirativas e sectárias de grupos operários, colocava como principal meta prepará-los para constituírem uma frente conjunta em suas lutas pela emancipação, assumindo o papel de instrumento de impulsão das lutas dos trabalhadores (COGGIOLA, 2011, p. 170).

---

[17] Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Filósofo político e econômico francês, um dos principais teóricos e fundadores do anarquismo, participou da I Internacional tendo profundas divergências com Karl Marx no aspecto ideológico, o qual foi considerado por este um socialista utópico (MARXIST, 2019). Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/proudhon/index.htm. Acesso em: 11 de março de 2020.

Para resgatar o legado da Primeira Internacional aos dias de hoje, é necessário a capacidade de balanço desta experiência histórica através de uma crítica feita no tempo presente, conforme o autor,

> O barbarismo pelo qual lutou e obteve importante vitória, voltou a tornar-se a realidade da nossa época. Além disso, afundou numa profunda subordinação ideológica ao sistema dominante. A tarefa atual é, portanto, reconstruí-lo sobre suas ruínas, e uma familiaridade direta com as teorizações originais do movimento dos trabalhadores pode ajudar significativamente a reverter a tendência (MUSTO, 2014, p. 15).

A Primeira Internacional foi a tentativa de apresentar uma alternativa contrária ao sistema capitalista, inclusive com tendências reformistas, mas, principalmente através da oposição à guerra, propor um Internacionalismo da classe trabalhadora como forma de organização política.

Após os acontecimentos de Paris, no ano de 1871, como veremos a seguir, a Internacional ganhou força no interior do movimento operário europeu. Os trabalhadores se deram conta de que era possível construir uma sociedade radicalmente diferente da sociedade capitalista (MUSTO, 2014).

Alguns sindicatos e associações aderiram à Internacional e esta organização continuou a crescer e se expandir em alguns países. Na Itália, por exemplo, teve a adesão de Giuseppe Garibaldi[18], que neste período já havia lutado em diferentes países.

Seções foram abertas em Portugal, Dinamarca, Austrália, Nova Zelândia e até mesmo na Argentina, demonstrando assim um crescente interesse de organizações locais pela Associação Internacional dos Trabalhadores como representação legítima da classe trabalhadora em nível mundial.

---

[18] Giuseppe Garibaldi (1807-1882). Italiano que participou de várias lutas internacionais, tanto na Europa como na América Latina, por isso foi apelidado de ‘heróis de dois mundos’. Segundo Anderson (2005), Garibaldi, se converteu aos ideários internacionalistas lutando em diferentes países. “Após a derrota da República [romana em 1848] ele lutou durante uma década como soldado por causas progressistas na América Latina, Brasil e Uruguay, onde já havia servido como capitão, antes de retornar para liderar uma expedição que liberaria a Sicília e a Calábria do jugo dos Bourbon, fortalecendo a unificação nacional italiana [...] Na década de 1860, Lincoln o convidou para assumir o comando dos Exércitos do norte durante a Guerra Civil norte-Américana – uma proposta que ele rejeitou, ao suspeitar acertadamente das atitudes de Lincoln em relação à escravidão. Por outro lado, Garibaldi aceitou o posto de general na França, na defesa da Terceira República contra os alemães em 1871, e foi eleito por três cidades francesas para ser deputado na Assembléia Nacional; depois da Comuna de Paris, aderiu publicamente à primeira internacional, para o escândalo de Mazzini. Na figura histórica de Garibaldi, conseguimos ver a encarnação dos melhores valores dos artesãos europeus deste período, no qual impulsos nacionais e internacionais coexistiam sem tensão” (ANDERSON, 2005, p. 22, colchete nosso).

Neste mesmo ano de 1871, foi convocada uma Conferência em Londres, onde se reuniu o Conselho Geral da organização, estando esta proibida de convocar seu congresso devido aos sucessos de Paris. Nesta conferência, o debate versou sobre temas organizativos da Internacional, uma vez que a mesma estava em risco e precisava fortalecer-se internamente. Daí saiu a resolução de dar caráter partidário à Internacional com uma estrutura política organizativa mais centralizada, o que gerou descontentamentos nas seções de diferentes países, por acreditar que esta nova forma tirava da Internacional sua autonomia nas seções nacionais e a transformaria em organização hierárquica e dirigida por um comitê.

Assim, começou a oposição no interior da organização com sinais de insurgência contra a linha política adotada em Londres. Apesar de ter tido um aumento significativo de novas seções em diferentes países aderindo à Internacional no ano de 1871, no ano seguinte a crise interna levou ao desligamento de vários outros países, diminuindo consideravelmente suas fileiras (MUSTO, 2014).

Em setembro de 1872, se realizou em Haia o V Congresso Geral da Internacional com a participação de 65 delegados de 14 países. Nos dois anos anteriores, o contexto europeu passava por transformações e, consequentemente, a organização dos trabalhadores também se alterava. A Internacional havia cumprido seu objetivo inicial: a solidariedade entre os trabalhadores em escala europeia, sobretudo nas greves e organizações sindicais (MUSTO, 2014).

O Congresso de Haia propunha avançar o debate sobre a emancipação econômica dos trabalhadores para a emancipação política dos mesmos. “A luta política não era mais considerada um tabu, mas, antes, o instrumento necessário para a transformação da sociedade” (MUSTO, 2014, p. 63).

E ainda:

> Depois da Comuna de Paris, o verdadeiro desafio colocado ao movimento operário era a revolução, isto é, o de como organizar-se para por fim ao modo de produção capitalista e derrubar as instituições do mundo burguês. Não mais a questão da reforma da sociedade existente, mas a construção de uma nova (MUSTO, 2014, p. 66).

Para lograr estes novos objetivos era necessário organizar os partidos da classe operária como instrumento essencial para a luta dos trabalhadores, tendo o Internacionalismo como referência no enfrentamento ao sistema capitalista.

Mas a oposição era cada vez maior nas deliberações do Congresso entre aqueles que defendiam a organização como um instrumento político e aqueles que queriam manter a autonomia e a federação de grupos no interior da Internacional. Os conflitos foram mais a fundo e, ainda no Congresso de Haia, Engels propôs a mudança da sede do Comitê Geral para a Nova York, o que causou espanto aos opositores.

Ao final do Congresso de Haia, a tensão entre os grupos tomava conta do ambiente, vários membros foram expulsos da organização, entre estes Bakunin, acusado de pertencer a uma organização secreta com estatutos opostos ao da Internacional.

A justificativa de Engels para transferência da sede foi de que “em Londres os conflitos entre os grupos haviam atingido tal nível que [o Conselho Geral] tinha de ser transferido para outro lugar” (ENGELS, 1872 apud MUSTO, 2014, p. 68, colchete do autor).

Além de transferência da sede, Engels propunha que esta fosse formada por membros do Conselho Federal americano, assim, o Conselho Geral se transferia para além-mar, como define Musto, para se distanciar das federações europeias e, inclusive, Marx, Engels e outros fundadores não comporiam o Comitê Central. A ideia de Engels se tratava de uma estratégia para neutralizar a participação do grupo opositor, os blanquistas[19].

> A configuração inicial da Internacional estava, portanto, superada, e sua missão originária havia sido concluída. Não se tratava mais de conceber e coordenar iniciativas de solidariedade em escala europeia para a sustentação das greves, nem de realizar congressos para discutir a utilidade das organizações sindicais ou outra necessidade de socializar a terra e os meios de produção (MUSTO, 2014, p. 64).

O desafio da Internacional naquele momento era a superação da sociedade existente, e não a reforma dela. Portanto, a batalha pelo socialismo deveria transcender os limites da luta nacional e o Internacionalismo deveria continuar sendo o farol do proletariado (MUSTO, 2014).

---

[19] Blanquismo foi a corrente do movimento revolucionário francês do século XIX, relacionado com o nome de Louis Auguste Blanqui (1805-1881). Conformado num movimento em defesa da República na França, predominantemente composta por uma minoria de estudantes e intelectuais, este movimento compunha a ala opositora a Engels e Marx na Primeira Internacional. Esta corrente acreditava que a revolução seria alcançada através da conquista do poder por um pequeno grupo de conspiradores revolucionários, negando-se à teoria de Marx de que a revolução se daria mediante a luta de classes entre a burguesia e o proletariado e que para tanto seria necessário a organização de um partido político que se apoiasse nas massas (L. ONIKOV; N. SHISHLIN, 1983).

A proposta de transferir a sede para Nova York se justificava, segundo Engels, pelo fato de ir para um ambiente de menos repressão, no entanto, a oposição foi contundentemente contrária à proposta e retirou-se do congresso e, logo, da Internacional.

Sobre as inquietudes da transferência da sede do Conselho Geral para Nova York, Marx afirmou que seria uma maneira da Internacional ganhar outros espaços para fortalecer a organização dos trabalhadores.

> Muitos, até mesmo entre os nossos amigos, pareceram surpreendidos por semelhante decisão. Esquecem acaso que a América se torna o mundo dos trabalhadores por excelência; que todos os anos meio milhão de homens, de trabalhadores, emigram para esse outro continente e que é preciso que a Internacional ganhe vigorosas raízes nesse solo em que domina o operário? E além disso, a decisão do Congresso dá ao Conselho Geral o direito de chamar a si os membros que julgar necessários e úteis para o bem da causa comum. Esperemos da sua sensatez que saberá escolher homens à altura da sua tarefa e que saberão manter firme na Europa a bandeira da nossa associação (MARX, 1972)[20].

Musto agrega outros fatores pertinentes em sua análise sobre a crise da Primeira Internacional, que se relaciona com o próprio avanço do capitalismo que produz também alterações no mundo do trabalho e consequentemente na luta e organização do proletariado.

> Na verdade, foram as mudanças ocorridas no mundo ao redor da Internacional que a tornaram obsoleta. O crescimento e a transformação das organizações do movimento operário, o fortalecimento dos Estados-nação […], a definitiva virada moderada do sindicalismo inglês e a repressão que se seguiu à queda da Comuna de Paris agiram, de modo concomitante, para tornar a configuração originária da Internacional inapropriada para as condições históricas modificas (MUSTO, 2014, p. 69).

Os bakunistas, principais divergentes no congresso de Haia, ao qual foram chamados pelos marxistas de “cisionistas” tentaram, sem êxito, criar uma Internacional autônoma, ou, como ficou conhecida, uma “Internacional antiautoritária”, celebrando assim em 1973 seu Congresso em Genebra onde mudaram os estatutos da AIT de acordo com os princípios defendidos pelos bakunistas.

---

[20] Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/09/08.htm. Acesso em 28 de março de 2020.

Debilitada, a Internacional marxista ainda viveu debilmente alguns anos até seu último Congresso na Filadélfia, onde foi dissolvida. De acordo com Coggiola,

> Em Filadélfia, em julho de 1876, se acordou «suspender por tempo indeterminado a Associação Internacional dos Trabalhadores». Previamente, Marx e Engels já a tinham condenado. Em carta de Engels a Sorge, com motivo da demissão deste do cargo de Secretário da Internacional, se diz: «Com sua demissão, a velha Internacional fica definitivamente ferida de morte e chega ao seu fim. Isso é bom. Pertencia ao período do Segundo Império...

Diante de tal complexidade, verifica-se, portanto, que o fim da Primeira Internacional se deu pela soma de fatores – crise interna e mudança do contexto internacional – determinantes para que a primeira experiência de organização internacional da classe trabalhadora deixasse de existir em 1876, encerrando um importante capítulo da história do movimento operário.[21]

2.3 A EXPERIÊNCIA DA COMUNA DE PARIS

Conhecida como “assalto ao céu”, a Comuna de Paris[22] teve grande impacto na História da luta comunista em nível internacional. Foi a primeira experiência na qual os trabalhadores tomaram o poder, instaurando-se a ditadura do proletariado como forma de governo.

A burguesia havia se constituído como força hegemônica desde a vitória da última revolução burguesa do século XVIII, a Revolução Francesa. E, para impor seu projeto de dominação sobre as demais classes, instaurou a ditadura burguesa, que se concretizou posteriormente com o bonapartismo[23], numa tentativa de equilíbrio dos

---

21 Para Coggiola, a AIT continua vigente até os dias atuais. Segundo o autor “a chamada Associação Internacional dos Trabalhadores sobreviveu somente na sua dissidência anarquista, que se considera como herdeira da que foi fundada em Londres, em 1864. A sua existência hoje é principalmente simbólica” (COGGIOLA, 2011, p. 183).

22 A Comuna de Paris é considerada primeira experiência de governo operário da história. Deu-se através da tomada do poder governamental resultado de um levante geral dos trabalhadores e no lugar se instaurou uma nova forma de governo com total poder ao proletariado. Karl Marx, em seu texto *Sobre a Comuna de Paris*, começa dizendo: “na aurora de 18 de março de 1871, Paris despertou com o estrondo: ‘Viva a Comuna! ’. Que é a Comuna, essa esfinge tão atordoante para o espirito burguês?” (Marx, 1871, apud: Musto, 2014, p. 235), demonstrando assim o grande impacto causado na sociedade burguesa a tomada dos negócios pelas mãos dos trabalhadores.

23 Bonapartismo é uma forma de ditadura contrarrevolucionária através de situações de golpes, por parte da burguesia em defesa dos interesses da classe dominante que se apresenta às massas como saída através das promessas de reformas, contando com apoio militar e religioso. O termo

projetos em disputa, apresentando características populistas, conforme a análise de Milton Pinheiro (2011).

Porém, o bonapartismo enquanto forma de Estado começa a desgastar-se em meio às contradições com a burguesia e o descontentamento dos setores populares.

Assim, as tarefas da revolução burguesa – modernização social, econômica e transformação política – foram levadas às últimas consequências. O projeto capitalista desenvolve a industrialização e, junto a ela, a urbanização. O desenvolvimento das relações capitalistas de produção implica, portanto, em mudanças culturais, políticas e sociais.

Para Costa, a burguesia tentou uniformizar a sociedade e neutralizar as ações coletivas do proletariado para impedir a sua identidade enquanto classe trabalhadora. “A ideologia burguesa, ao elaborar ideias de igualdade e direitos universais em abstrato, busca eliminar as contradições e as desigualdades – reais – entre as classes sociais e uniformizar a sociedade” (COSTA, 2002, p. 2).

Mas o aprofundamento do antagonismo de classe, resultado do desenvolvimento do capitalismo e o autoritarismo, acirrou a luta de classes, conforme observa Marx,

> No mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe (MARX, 1871, in: MUSTO, 2014, p. 236).

O desenvolvimento das forças produtivas através do progresso da moderna indústria também contribuiu para internacionalização da classe trabalhadora, ao passo que o capitalismo levou à internacionalização da produção capitalista.

A Comuna rompe com a ideia de nacionalismo burguês, desmistifica, segundo Costa, o discurso burguês de Estado-nação e revela o caráter internacional da burguesia e, logo, da luta de classes.

Neste período, a França viveu o contexto do conflito envolvendo o Império francês e o reino da Prússia (1870-1871), conflito este que trouxe a ruína do segundo

---

se relaciona com a França do período de Napoleão Bonaparte, após a Revolução Francesa de 1789. O bonapartismo é marcado pela ofensiva à democracia e violência contra o movimento revolucionário.

Império e a derrocada de Luís Bonaparte, bem como demarcou a vitória e a unificação da Alemanha, enquanto a França é derrotada e humilhada.

Após a derrota na chamada Guerra Franco-Prussiana, a Terceira República foi declarada no dia 14 de setembro de 1870, mas o país viveu um período de instabilidade política sob o governo de Adolphe Thiers, nomeado chefe do poder executivo na França. Os trabalhadores fortaleciam a luta contra a burguesia e sua aliança com os setores monárquicos atrasados numa acirrada luta de classes. De acordo com Mauro Iasi,

> A capitulação do governo, que se transferira para cidade vizinha Versalhes, abriria caminho para a ocupação prussiana da capital. Armados para a defesa da cidade, os trabalhadores constituídos em Guarda Nacional se recusam a obedecer a capitulação de Versalhes e, principalmente, recusam-se a depor armas que eles próprios haviam fabricado para se defender do cerco prussiano (IASI, 2011, p. 97).

Os soldados de Thiers tentaram desarmar os trabalhadores, mas a resistência foi eminente e estes tomaram a cidade. O descontentamento popular na capital francesa levou ao derrocamento do governo de Thiers e a fundação da Comuna de Paris, considerada “o mais importante evento político da história do movimento operário do século XIX” (MUSTO, 2014, p.50).

Em 18 de março de 1871 Paris acordou com uma Revolução. Nas palavras de Marx e Engels: "Na alvorada de 18 de Março (1871), Paris foi despertada por este grito de trovão: VIVE LA COMMUNE! O que é, pois, a Comuna, essa esfinge que põe tão duramente à prova o entendimento burguês?” (MARX; ENGELS, 1871)[24].

Mas segundo Marx e Engels, o proletariado não se contentou em apenas tomar o poder do Estado, tal qual ele é, foi preciso transformá-lo e colocar para funcionar de acordo com os interesses dos trabalhadores. Assim, uma das primeiras medidas foi a supressão do Exército e a substituição deste pelo povo em armas.

> E no dia 26 de março os trabalhadores e trabalhadoras elegem uma Comuna, pela primeira vez eleita com voto universal, cada cabeça um voto, sem distinções de renda ou de sexo e mesmo nacionalidade, dando posse aos estrangeiros eleitos, porque, segundo seu manifesto, ‘a bandeira da Comuna é a República Mundial’ (IASI, 2011, p. 98).

[24] Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/05/30.htm. Acesso em 28 de março de 2020.

Assim, pode-se afirmar que o Internacionalismo Proletário, enquanto conceito e experiência prática, surge para fazer frente a forma pelo qual o Capital se sobrepõe como modelo e a luta internacional é a maneira encontrada para fazer frente à hegemonia global pela via da ruptura.

A Comuna de Paris foi um levantamento da classe trabalhadora para colocar fim à ordem vigente através da tomada do poder pelos próprios trabalhadores, foi, portanto, a primeira experiência histórica de construção da democracia substancial ao qual o poder foi transferido ao povo, colocando fim ao velho regime. “Proclamada no dia 28 de março, a Comuna passa a administrar a cidade de Paris, e a bandeira vermelha da Internacional tremula sobre o telhado do Hôtel de Ville” (IASI, 2011, p. 98).

O governo comunal foi organizado de maneira a superar as regras de um governo centralizado e autoritário, conforme os analisa Karl Marx:

> A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria dos seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operaria. A comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser um agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em um agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo foi feito em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser prestado por *salários de operários*. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com esses mesmos altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal como toda iniciativa exercida até então pelo Estado foram postas nas mãos da Comuna... todas as instituições de ensino foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo purificadas de toda interferência da igreja e do Estado. Assim, não somente a educação se tornava acessível a todos, mas a própria ciência se libertava dos grilhões criados pelo preconceito de classe e pelo poder governamental (MARX,1871, in: MUSTO, 2014, p. 238).

A Comuna de Paris é considerada a primeira experiência de poder proletário de caráter socialista no mundo, como já dito, e teve seus princípios e suas inspirações baseados na Primeira Internacional, ela colocou em prática a ditadura do proletariado, embora esta breve experiência tenha durado pouco mais dois meses antes de ser esmagada pela repressão da burguesia.

A ditadura do proletariado, na experiência da Comuna de Paris, aparece como uma organização estatal transitória atendendo os interesses da classe operária e trabalhadora em geral. Para Costa, é a destruição da propriedade privada dos meios de produção e das sociedades de classes dando lugar à construção da sociedade sem classes, o comunismo. De acordo com Fernandes[25],

> Assim o conceito de 'ditadura do proletariado' significa, simplesmente, o poder de Estado (ditadura) da classe operária (do proletariado), que compõe, junto aos outros trabalhadores, a maioria da sociedade. Como o objetivo maior da revolução proletária é exatamente superar a divisão da sociedade em classes, o Estado (como órgão de dominação) também deve ser superado. O reconhecimento de que inclusive o poder político dos trabalhadores (como qualquer poder político) é uma ditadura que mantém a perspectiva de que se trata de um Estado transitório a ser superado, e não perpetuado (FERNANDES, 1990 apud COSTA, 2011, p. 70).

A ditadura do proletariado como configuração proletária do Estado socialista é a conformação ampla de democracia num período de transição, ao qual serão extintas as formas de dominação burguesa até que sejam criadas as condições para a própria extinção do Estado como aparelho de dominação.

Na Comuna de Paris, ao assumir o governo, o proletariado teve que construir uma nova forma de organizar a sociedade para corresponder ao novo poder que se estabelecia e permitir à classe trabalhadora exercer o controle de todas as atividades de governo.

Apesar das funções no interior do governo serem eleitas por sufrágio universal e podendo ser demissíveis, ainda se preservou um governo central com poucas, mas importantes, funções que seriam exercidas por agentes comunais. Assim, "a unidade da nação não seria quebrada, mas ao contrário, organizada por meio de uma constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder estatal..." (MARX, in: MUSTO, 2014, p. 239), ao qual manteria através deste governo central a unidade nacional em Paris, mas abrangendo comunidades rurais em diferentes distritos.

De acordo com Marx e Engels, era necessário abolir a escravatura social à qual estavam submetidos trabalhadores do campo e da cidade.

---

[25] FERNANDES, Luís. **"Democracia: valor histórico"**. In: Princípios, n. 19. São Paulo: Anita Garibaldi, nov. 1990.

> A supremacia política do produtor não pode coexistir com a eternização da sua escravatura social. A Comuna devia pois servir de alavanca para derrubar as bases económicas em que se fundamenta a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser o atributo de uma classe (MARX; ENGELS, 1871).

Segundo alguns autores, diversos erros são possíveis destacar na experiência da Comuna. Conforme Sílvio Costa, dentre estes erros, a falta de unidade política entre as diferentes iniciativas do seu Comitê Central, o que favoreceu a unidade da reação contrarrevolucionária tão rapidamente. Além disso, é possível destacar:

1) o respeito à propriedade privada burguesa, como por exemplo, o Banco da França que não foi expropriado pela Comuna. O banco armazenava gigantescas reservas de ouro da burguesia, que serviram para mantê-las em Versalhes. Deste modo, a contrarrevolução se manteve sem precisar fazer nenhum tipo de acordo com a Comuna antes de derrotá-la;

2) no aspecto ideológico, havia muitas fragmentações, desde anarquistas, blanquistas, babeufistas[26] e outras correntes de ideologia pequeno burguesa que dificultava a unidade nos momentos de decisão;

3) do ponto de vista geográfico, a Comuna estava limitada somente à Paris e a deflagração da insurreição sem um trabalho anterior de ampliação para outras regiões para “além da concentração do poder destrutivo do Estado aristocrático-burguês, a condenou à derrota, em que pese o heroísmo e a bravura dos Communards” (Costa, 2011, p. 55).

Milton Pinheiro, também analisa equívocos cometidos, reafirmando o já dito por Marx que a classe trabalhadora da França não estava ainda preparada para uma ação daquela envergadura. Para o autor,

> Avaliamos que estes equívocos se constituem no fato de a Comuna não ter confiscado a propriedade dos meios de produção, apenas controlando socialmente aquelas fabricas (oficinas) que os donos haviam abandonado na fuga de Paris; não ter marchado no primeiro momento sobre Versalhes, quando as tropas do governo de Thiers encontravam-se desorganizadas; não confiscar o dinheiro do Banco da França, que estava financiando as ações contrarrevolucionárias do governo de Versalhes; a completa desarticulação entre o campo e a cidade; a falta

[26] Babeufistas é a referência ao movimento revolucionário francês inspirado pelo socialista utópico e dirigente revolucionário da sociedade Conspiração dos Iguais, Graco Babeuf (1760-1797), durante o surgimento do proletariado fabril entre finais do século XVIII e início do século XIX. Para os Babeufistas, o ideal de futuro era a igualdade efetiva entre todos (L. ONIKOV e N. SHISHLIN, 1983).

> de vontade política em abrir os arquivos da França, nos quais estavam as mais sórdidas história da burguesia e da monarquia; e, por fim, a desorganização das tropas da Comuna, que não conseguiram ter uma disciplina para colocar em ação/ combate o poderoso conjunto de homens e mulheres que estavam com sede de luta e motivados para transformar o mundo em que viviam (PINHEIRO, 2011, p. 42).

Da mesma maneira, Mauro Iasi também observa que a Comuna deixou de cumprir ações fundamentais para que a experiência da ditadura do proletariado viesse a triunfar de maneira mais duradoura. Segundo o autor,

> A Comuna, ainda que tenha desenvolvida uma forma governamental que poderia estender à organização da nação, circunscreveu-se em parte, não por sua vontade) à administração da capital, da mesma maneira que não partiu para destruir seus inimigos em Versalhes e acabou mantendo-se na defensiva (IASI, 2011, p. 118).

Os Communards de 1871 não conseguiram chegar à realização plena da ditadura do proletariado, mas a Comuna indicou os caminhos pelos quais a classe trabalhadora pôde construir o seu percurso no século XX (IASI, 2011).

Na mesma linha Coggiola também afirma que a Comuna foi a primeira tentativa de poder proletário:

> Mas a Comuna de Paris não podia ser mais do que uma primeira tentativa. Iniciada ao término de uma guerra, espremida entre dois exércitos prontos a dar as mãos para esmagá-la, não se atreveu a enveredar pelo caminho da revolução econômica. Não iniciou um processo de expropriação do capital ou de organização do trabalho. Não soube ao menos avaliar os recursos da cidade. Também não conseguiu romper com a tradição de um governo representativo, nem procurou realizar, dentro da Comuna, o mesmo tipo de organização que fora instaurada pela proclamação da independência da cidade e a livre associação das federações (COGGIOLA, 2011, p. 173).

A experiência da Comuna de Paris deixou muitas lições para o movimento comunista internacional. Uma delas sobre como enfrentar as medidas vindas de cima para conter o avanço das sublevações operárias que foram pensadas por governos monarquistas e autoritários, como os da Alemanha e Áustria-Hungria, onde buscaram, conforme analisa Costa, criar condições no sentido de resolver os problemas sociais para a contenção da onda vermelha.

> Promover condições para uma mediação entre o capital e o trabalho, para uma colaboração de classes em que o Estado tenha importante

> papel. Delineiam um ‘Estado Assistencial’ que algumas décadas depois caracterizaria o ‘Estado de bem-estar social (COSTA, 2011, p. 55).

A Comuna teve um caráter essencialmente de classes e socialista na perspectiva da construção do Estado do proletariado, apesar das suas debilidades, conforme mencionamos, apontadas pelo próprio Marx e pela Internacional que, segundo Costa,

> As condições históricas não comportavam naquele momento uma revolução de caráter popular e socialista, chamavam a atenção para as debilidades organizativas, para o perigo do isolamento político do proletariado de Paris e para a superioridade numérica das tropas da reação (COSTA, 2011, p. 53).

O elo entre a Comuna de Paris e o Internacionalismo Proletário é que, segundo Marx, a Comuna de Paris foi uma experiência essencialmente internacionalista, pois esta contava com representantes de diferentes países, sem distinção de nacionalidade, para assumir as responsabilidades no governo comunal. Enquanto a burguesia encontrava formas de perseguir estrangeiros em Paris, a Comuna lhes dava espaço na vanguarda do processo revolucionário, demonstrando o seu caráter internacionalista.

> A Comuna concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa imortal. Entre a guerra externa perdida por sua traição e a guerra civil fomentada por sua conspiração com o invasor estrangeiro, a burguesia achara tempo para exibir seu patriotismo organizando batidas policiais contra os alemães residentes na França. A comuna nomeou um operário alemão [Leo Frankel] seu ministro do trabalho... A Comuna honrou os heroicos filhos da Polônia [J. Dombrowski e Wróblewski] colocando-os na vanguarda dos defensores de Paris […] (MARX, in: MUSTO, 2014, p. 245).

Pinheiro também destaca o papel internacionalista da Comuna de Paris, lembrando que:

> É importante registrar a presença de militantes internacionais dentro da Comuna que lutaram em suas fileiras, tornando real a frase de Marx, ‘Proletários de todos os países, uni-vos’. Havia trabalhadores de vários países europeus que trabalhavam em Paris, particularmente aqueles vindos da Bélgica. Todavia, pela Comuna passaram internacionalistas que tiveram papéis extraordinários, a exemplo de Léo Frankel, operário húngaro que foi o comissário de justiça da Comuna e que

> realizou uma grande obra social. Lutaram os militares poloneses Wroblewski e Dombrowski, que lideraram as tropas comunardas, tendo este último, como comandante militar da Comuna, lutando até os últimos dias da façanha histórica. Dombrowski morreu em combate no dia 23 de maio e se transformou em herói da República Universal, assim como tantos outros lutadores anônimos (PINHEIRO, 2011, p. 43).

Ao cabo de pouco mais de dois meses a Comuna foi brutalmente reprimida pelas forças do Exército de Versalhes durante a Semana Sangrenta (21 a 28 de maio), período em que cerca de dez mil[27] communards foram assassinados. Segundo Musto, "foi o massacre mais violento da história da França" (MUSTO, 2014, p. 52).

A classe proprietária da França não fez oposição diante da ocupação do país pelas forças estrangeiras prussianas, mas sim, se opôs aos trabalhadores que se levantaram para defender o país. Estas classes proprietárias submetidas às imposições prussianas sob o pacto de não intervenção organizaram a repressão contra os trabalhadores (COSTA, 2002).

> Neste sentido a *Comuna de Paris de 1871* é a primeira experiência e manifestação do conteúdo internacional das classes, da dominação de classe e da luta entre as classes, pois revela com grande nitidez, contundência e violência a aliança e união das aristocracias e burguesias francesas e prussianas contra o proletariado de Paris (COSTA, 2002, p. 03, itálico do autor).

Este fato demonstra claramente a ascensão de ambas as classes em âmbito internacional, a internacionalização das relações capitalistas de produção e a exteriorização do caráter internacional da luta de classes.

Quando a Comuna de Paris se levanta contra a submissão da França à dominação prussiana, não o fez somente por um sentimento nacional, e sim por uma série de questões que evidenciam o caráter internacional da resistência dos trabalhadores contra a burguesia nacional francesa e prussiana. "Por isso, os conflitos locais e naci-

---

[27] Aqui reproduzimos os dados encontrados na bibliografia de Musto (2014), "durante a semana sangrenta (de 21 a 28 de maio, cerca de 10 mil communards foram mortos em combate ou sumariamente justiçados […] os prisioneiros capturados superam 43 mil, e destes, 13.500 foram foram condenados à prisão, a trabalhos forçados ou à pena de morte, ou foram deportados (em grande parte, para a longíqua colônia de Nova Caledônia). Por fim cerca de 7 mil presos conseguiam fugir e exilar-se na Inglaterra, na Bélgica ou na Suíça" (MUSTO, 2014, p. 52). No entanto, também encontramos dados que apresentam uma pequena diferença em Iasi (2011) ao qual afirma que: "Foram 30 mil mortos na resistência, 45 mil prisioneiros, dos quais 13 mil condenados, 270 à morte, 400 a trabalhos forçados e 4 mil deportados" (IASI, 2011, p.96).

onais são somente manifestações concretas da luta de classes e que tendem a desaparecer com a internacionalização das relações sociais, e assim, se convertem em conflitos que superam os limites nacionais" (COSTA, 2002, p. 03).

Assim, podemos verificar que os problemas do proletariado francês transcendem os limites geográficos e se identificam com os problemas do proletariado de outras partes do mundo e que sua luta não se limitou ao curto período de tempo da sua existência.

A Comuna não durou apenas os 72 dias, suas consequências ultrapassaram este curto ínterim, ela foi além da derrota sangrenta, a experiência da Comuna transcendeu seu tempo histórico e demonstrou ser possível construir um novo tipo de Estado, colocando fim à Era das revoluções burguesas e anunciando a Era das revoluções proletárias, que se inicia com a Revolução Russa de 1917, conforme Costa.

> Além de que, apesar da derrota da Comuna no mês seguinte, os communards legaram ao movimento internacional operário os símbolos que ainda perduram: a bandeira vermelha do socialismo e a famosa canção do comunismo, a 'Internacional', escrita pelo communard Eugène Pottier […] (COSTA, 2002, p. 23).

Apesar de a Comuna de Paris não ter sido obra direta da Internacional, pelo contrário, muitos representantes, inclusive Marx, pensavam que não era o momento para uma ação desta magnitude dado contexto vivido na França, mesmo assim, a AIT não deixou de apoiá-la, por isso, depois da sua derrocada, a Internacional foi acusada de ser responsável pela sublevação. Thiers, que havia retomado o controle do governo, colocou a organização na ilegalidade na França, mas outros países também adotaram medidas contra a Internacional, até mesmo o papa Pio IX emitiu comunicado em nome do Vaticano apelando para que os governos da Europa punissem os "inimigos de Deus e da humanidade" (MUSTO, 2014, p. 53).

Para Costa, a Associação Internacional dos Trabalhadores foi fundamental para unificar o apoio do movimento operário e socialista de outras partes do mundo em defesa da Comuna.

> Neste sentido, o proletariado obtém o apoio e a solidariedade do movimento operário e socialista de vários países – sobretudo da Associação Internacional dos Trabalhadores, a *Internacional* – incorpora inumeráveis socialistas estrangeiros em suas fileiras e, sentindo sua convicção sobre os princípios do Internacionalismo proletário, escolhe vários estrangeiros para posições de direção na *Comuna*, que inclusive,

> morreram nas barricadas em defesa da *república universal*. Isto porque ‘a bandeira da Comuna é a bandeira da República mundial’ (COSTA, 2002, p. 23, itálico do autor).

Com a experiência da Comuna de Paris, a classe operária da França se tornou vanguarda do proletariado moderno e a Primeira Internacional se tornou o organismo de conspiração para levantes em diferentes países, conforme afirma Marx, “na realidade, nossa Associação não é mais do que o vínculo internacional entre os trabalhadores mais avançados nos diversos países do mundo civilizado” (MARX, in: MUSTO, 2014, p. 247).

> A Paris operária, com a sua Comuna, será para sempre celebrada como a gloriosa percursora de uma sociedade nova. A recordação dos seus mártires conserva-se piedosamente no grande coração da classe operária. Quanto aos seus exterminadores, a História já os pregou a um pelourinho eterno, e todas as orações dos seus padres não conseguirão resgatá-los (MARX; ENGELS, 1871).

Deste modo, a Comuna dos trabalhadores e trabalhadoras de Paris se converteu na precursora da nova sociedade na qual se deve abolir a ditadura do Capital sobre o trabalho e instalar um novo tipo de poder assentado nos princípios da ditadura do proletariado.

2.4 A REVOLUÇÃO RUSSA E A INTERNACIONAL COMUNISTA

A experiência da Revolução Russa talvez seja a experiência histórica mais importante do ponto de vista do debate do Internacionalismo Proletário. Se a Comuna de Paris foi a experiência que emergiu a possibilidade de ruptura com ordem social burguesa, a Revolução Russa foi a concretização desta possibilidade. “[...] no final da ‘Grande Guerra’, foram o exemplo e as lições da Comuna que inspiraram os bolcheviques russos a encabeçar e dirigir o novo ‘assalto ao céu’” (COGGIOLA, 2011, p. 179).

A luta pela unidade do movimento proletário revolucionário em escala mundial foi uma das principais bandeiras da Revolução Russa de 1917, sob a direção de Vladmir Ilich Ulianov Lenin[28] e o bolcheviques[29].

Lenin sempre destacou a importância do movimento operário na ampliação dos vínculos com a luta internacional no sentido prático e teórico.

Neste sentido, os desafios dos intelectuais revolucionários na atualidade consistem em identificar os problemas fundamentais do movimento revolucionário mundial – considerando a riqueza do pensamento marxista como aspecto constitutivo da análise dos problemas reais – de maneira a perpassar o campo da análise e vincular as elaborações teóricas à dinâmica concreta da classe trabalhadora, como o fazia Lenin.

Na Revolução Russa foi possível unificar a teoria com a prática revolucionária como um princípio metodológico. Assim como para Marx, Lenin também defendia que a obra fundamental da classe trabalhadora seria destruir a sociedade de classes na luta pela sua emancipação.

Lenin concebeu a Revolução de Outubro como um processo de revolução mundial sem precedentes na História mundial, pois compreendeu com rigor e profundidade o momento histórico em que se deu a revolução, graças aos instrumentos teóricos e analíticos de que havia se apropriado (NETTO, 2017).

De acordo com José Paulo Netto, Lenin formulou com eficácia as diretrizes para a vanguarda revolucionária e, após a tomada do poder, suas posições foram essenciais para a resistência e vitória depois de dois anos de guerra civil.

> Ademais, e esta é uma dimensão constitutiva da sua intervenção teórica e política, toda a atividade revolucionária de Lenin sempre foi pautada com a consideração das conexões internacionais e das responsabilidades internacionalistas próprias daqueles que se viam como

---

28 Vladmir Ilich Ulianov, Lenin (1870 – 1924). Conhecido como um dos maiores revolucionários de todos os tempos, Lenin protagonizou sua liderança processo da Revolução Russa de 1917, que levou a instauração da primeira revolução socialista da história. Foi uma liderança inconteste no partido bolchevique e grande intelectual acerca do imperialismo e do comunismo, como disse Florestan Fernandes, “Lenin demonstrou o seu talento ímpar, tanto como político e estadista revolucionário quanto como interprete da história em processo” (Fernandes, 2017). Segundo José Paulo Netto, “até 1917, por razões de segurança, o líder do Outubro russo utilizou-se de vários codinomes, mas desde a publicação de Que Fazer? (1902) sob pseudônimo “N. Lenin”, tornou-se conhecido como Lenin” (NETTO, 2017, p. 19).

29 Bolchevique foi a denominação dos revolucionários de orientação marxistas do movimento operário, na Rússia, se configurou no Partido proletário do novo tipo fundado por Lenin, ao qual se caracterizou pela unidade entre teoria e pratica revolucionária.

> legatários das ideias de Marx-Engels: na trajetória de Lenin, a perspectiva da revolução socialista nunca foi situada senão como um processo planetário – ele concebeu a revolução de Outubro como um momento da revolução socialista mundial (NETTO, 2017, p. 24, itálico do autor).

A derrubada do tzarismo na Rússia foi para Lenin o ponto essencial que levou a transformação social a diversos países. É pertinente recordar que Lenin acreditava que o epicentro da revolução mundial se daria nos países desenvolvidos (NETTO, 2017), e não em países atrasados como a Rússia, assim como pensavam também Marx e Engels, conforme ressalta Netto,

> Vale dizer: até então, ele [Lenin] – como Marx e Engels - prospectava a revolução socialista como um processo mundial, *tendo como espaço de eclosão os países capitalistas avançados e irradiando-se depois para as periferias* (NETTO, 2017, p. 35, itálico do autor, colchete nosso).

A Revolução Russa cimentou a ofensiva revolucionária contra o capital e a luta proletária internacional pelo socialismo como único sistema capaz de derrocar o sistema e implementar a ditadura dos trabalhadores como forma de democracia em escala internacional. Lenin se convenceu, portanto, que "[…] a Revolução Russa pode ser o imediato prólogo da revolução socialista mundial e o nexo entre a revolução socialista no Ocidente e a revolução democrática do Oriente, dinamizando o despertar da Ásia" (NETTO, 2017, p. 38).

Após três anos do triunfo da Revolução de Outubro na Rússia, foi fundada, em 1919, a Internacional Comunista, Terceira Internacional ou Komintern, como também denominada, fundada face à falência da Segunda Internacional e suas posições revisionistas e oportunistas.

Cabe, brevemente, abrir um parêntese para contextualizar a Segunda Internacional, já que não trataremos desta com ênfase no bojo das experiências aqui discutidas. Fundada em 1889, treze anos após a falência da Primeira Internacional, e justamente no ano do centenário da Revolução Francesa, a Segunda Internacional teve a participação direta de Engels, que contribuiu para propagar e defender as ideias marxistas.

A Segunda Internacional, foi um tipo de federação descentralizada composta por sindicatos e partidos nacionais em um contexto de nascimento de partidos socialistas operários de orientação marxista. De acordo com Anderson, a Segunda Internacional era aparentemente superior a Primeira Internacional.

> Vista de longe, essa Internacional era uma estrutura muito mais impressionante que a sua antecessora, englobando mais partidos, mais membros, mais trabalhadores industriais reais. Mas as aparências se mostraram enganosas. Na realidade, a mudança de base social do novo conglomerado não fortaleceu como uma Internacional (ANDERSON, 2005, p. 23; 24).

A década de 1890 foi de retomada da expansão do capitalismo em escala mundial, período em que houve o abandono dos objetivos imediatos do socialismo, uma vez que os partidos aderiram, em sua grande maioria, à institucionalização tendo como projeto estratégico a disputa eleitoral, uma vez que suas bases eram compostas pelos sindicatos que cresciam significativamente neste período.

Os novos trabalhadores estavam nas fábricas e minas distantes das capitais dos seus países. Estes, segundo Anderson, não possuíam, como os artesãos, os seus próprios meios de produção, as suas ferramentas de trabalho e, além disso, eram carentes da cultura de combatividade dos antigos artesãos. Para o autor, poderiam ser definidos “como o exato oposto da de seus predecessores: uma combinação de imobilidade territorial e desenraizamento social” (ANDERSON, 2005, p. 24).

Para Coggiola[30], a Internacional Socialista possibilitou a criação de grandes partidos socialistas, inicialmente opositores dos governos, até que, a partir do início do século XX, começaram a chegar aos governos e começaram a moderar seus discursos para continuar crescendo (informação verbal).

Devido à composição do perfil da Segunda Internacional, houve uma aceitação mais efetiva do imperialismo em grandes seguimentos desta classe. Para Del Roio, a Segunda Internacional nunca conseguiu resolver temas complexos que a envolvia, como por exemplo, a guerra, o imperialismo, a questão nacional e a revolução. Para o autor, “havia divergências fundas dentro dos partidos nacionais e, em ocasiões diferentes, entre os partidos” (DEL ROIO, 2015, p. 106).

---

[30] Informação fornecida pelo Professor Dr. Osvaldo Coggiola, durante palestra “Internacional Socialista, Revolução Russa e Terceira Internacional” no o Simpósio Internacional 100 Anos da Internacional Comunista (1919-2010), São Paulo, 2019.

Mesmo antes de 1914, os sindicatos obtiveram ganhos do ponto de vista das conquistas econômicas e o padrão de vida dos trabalhadores melhorou, retirando da pauta a ação do movimento revolucionário contra o sistema capitalista. E assim uma série de contradições foram se aprofundando no seio da Segunda Internacional.

Para Anderson, a passividade da Segunda Internacional “deu boas-vindas à declaração da Primeira Guerra Mundial em 1914” (ANDERSON, 2005, p. 24).

A polêmica era grande em torno da participação da esquerda nos governos burgueses, havia divergências no debate sobre o colonialismo e, finalmente, a posição sobre a guerra aprofundava as contradições, uma vez que muitos partidos apoiaram os governos acerca da participação na Primeira Guerra Mundial.

> O tema do imperialismo e da guerra dividia os partidos socialistas. Os principais partidos, como o alemão (social democrata), não viam o imperialismo como algo ruim, e sim como forma de levar a civilização às colônias […] havia muitas polemicas: uma ala se proclamava como social imperialista, a França e Inglaterra tinham colônias e podiam mandar seus desempregados para as colônias, a Itália e Alemanha eram mais pobres e não tinham colônias. A segunda ala, defendiam que as colônias eram uma barbaridade e deveriam ser abolidas e lutar contra o imperialismo, nesta ala estavam Lenin e Rosa […] (COGGIOLA, 2019, informação verbal).

A influência da ideologia pequeno burguesa e a hostilidade ao marxismo eram crescentes entre o final do século XIX e início do século XX. Estes defendiam a revisão do marxismo como orientação ideológica da Internacional Socialista e propunham o pluralismo ideológico.

Segundo as análises de Lenin, era preciso aproveitar a guerra para derrotar o capitalismo, mas o nacionalismo burguês ganhou a disputa no seio do socialismo em meio à guerra, ao contrário do que defendia.

No início da Primeira Guerra Mundial, no ano de 1914, os líderes da Segunda Internacional ocuparam posições reformistas e apoiaram a política imperialista da guerra em seus governos nacionalistas, o que levaria a sua própria derrota, não de forma ignominiosa, como destaca Anderson, mas devido à conformação social dos jovens proletários da época. Ao fim, a Segunda Internacional traiu o Internacionalismo que levara em seu próprio nome.

Para Del Roio, a esquerda da socialdemocracia tinha leituras diferenciadas com relação ao contexto da guerra, acreditavam que o avanço do capitalismo necessariamente levaria ao imperialismo e à guerra, de maneira que neste contexto se daria a luta revolucionária em resposta a eclosão da guerra. Para o autor:

> Pouca ou nenhuma importância teve o fato de a posição da esquerda ter sido vencedora em certas ocasiões, como no encontro de Basileia em 1912, pois, em julho de 1914, o levantamento da bandeira da Pátria em perigo e a mobilização total para a guerra significou a mais grave derrota do movimento operário socialista desde o massacre da Comuna de Paris. Agora seriam milhões de proletários a morrer pela Pátria que só lhes oferecia miséria e exploração do trabalho (DEL ROIO, 2015, p. 16).

De acordo com Del Roio foram poucos os que viram na guerra o que realmente ela é: a barbárie, a contra parte da civilização burguesa. Lenin foi um dos que melhor viu e interpretou a guerra.

> O único conteúdo real, o significado e o sentido da guerra presente é anexar terras e subjugar outras nações, arruinar a nação concorrente, saquear suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas de Rússia, Alemanha, Inglaterra e demais países, desunir e confundir os operários com propaganda nacionalista e exterminar a sua vanguarda para debilitar o movimento revolucionário do proletariado (LENIN, 1976 apud DEL ROIO, 2015, p. 108).

Para Lenin, a única maneira de travar a guerra era enfrentá-la através da guerra civil, tanto no próprio como em outros países. Mas Lenin, segundo Del Roio, notava que a socialdemocracia deixava de cumprir seu papel revolucionário e abandonava o socialismo. “A socialdemocracia deixava de lado a perspectiva socialista e assumia o nacionalismo burguês como sua ideologia e como prática política” (DEL ROIO, 2015, p. 108). Assim, Lenin começa a construir uma nova Internacional para recolocar na ordem do dia a Revolução Socialista em nível internacional.

> Mesmo assim, segundo Lenin, a Internacional cumpriu o seu papel histórico de contribuir pra a organização da classe operária e para a difusão do marxismo, mas agora, por conta da guerra, pode ser considerada morta. A guerra mostrou como no involucro da Internacional Socialista havia diferentes vertentes teóricas, diferentes interesses. Esse era um elemento positivo em perspectiva histórica, apesar do impacto moral que produzia a participação na guerra da fração majoritária da socialdemocracia. Mas, por ora, no pensamento de Lenin, a

> Internacional sobrevivia e deveria ser reconstituída nos termos da luta contra a guerra e pela revolução (DEL ROIO, 2015, p. 110).

Diante de tal situação, frente à guerra e à bancarrota da Segunda Internacional, se fez necessária a "criação de um novo instrumento de ação política, um novo partido revolucionário adequado à situação reinante de conflito militar e preparado para desencadear a guerra civil" (DEL ROIO, 2015, p. 113).

De acordo com Löwy, este momento representou um novo impulso do movimento internacionalista.

> Como se sabe, agosto de 1914 provocou o desmoronamento catastrófico da Internacional, quando a grande maioria do movimento operário socialista foi submergida por uma imensa onda de histeria nacionalista e patrioteira, em nome da 'defesa nacional'. Isto, contudo, não devia marcar o fim do Internacionalismo no século XX, mas o início de um novo impulso internacionalista no seio do movimento operário: primeiro limitado a pequenos círculos de revolucionários ou pacifistas, em seguida, após 1917, desenvolvendo-se num impressionante movimento de massa, a Internacional Comunista (LÖWY, 1998, p. 99).

Em meio à guerra, triunfa em outubro de 1917 a Revolução Socialista levada a cabo pelos bolcheviques na Rússia. De acordo com Anderson, a Revolução Russa foi a única na História a romper as fronteiras nacionais, nas palavras do autor:

> O regime que surgiu deste levante foi o primeiro e único estado da história a não incluir referência territorial ou nacional em seu nome – ele seria simplesmente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sem designação de lugar ou povo. Ou seja, a intenção dos seus fundadores foi incondicionalmente internacionalista (ANDERSON, 2005, p. 26).

Para Lenin, a Revolução de 1917, quando os bolcheviques assumiram o poder, era o momento inicial da revolução mundial (DEL ROIO, 2015).

Após a Revolução de Outubro, frente à falência da Segunda Internacional, os bolcheviques criam a Internacional que representaria definitivamente os anseios do proletariado mundial. Lenin analisa o fim da Segunda Internacional e o desprezível papel desempenhado por esta.

> A Segunda Internacional está em falência, morrendo e apodrecendo em vida. De fato, desempenha o papel de lacaio da burguesia internacional. É uma verdadeira internacional amarela. Seus líderes ideológicos mais importantes, como Kautsky, cantam louvores à democracia

> burguesa, chamando-a de ‘democracia’ em geral ou – o que é ainda mais estúpido e grosseiro - ‘pura democracia’ (LENIN, 1919, aspas do autor)[31].

Segundo Del Roio, o próprio Lenin analisou a bancarrota da Internacional como sinal de que “essa havia cumprido a sua missão histórica e que uma nova era agora tinha início, a qual exigia um novo operador político” (DEL ROIO, 2015, p. 112).

Esta seria em definitiva uma Internacional Comunista conduzida por Lenin e os bolcheviques dedicada à guerra civil revolucionária contra o imperialismo.

Mais tarde, em 1919, Lenin faz a caracterização de cada uma das Internacionais, na sua opinião:

> A I Internacional (1864-1872) colocou os cimentos da organização internacional dos operários para a preparação da sua ofensiva revolucionária contra o capital. A II Internacional (1889-1914) foi uma organização internacional do movimento proletário, cujo crescimento se realizou amplamente, depois de um descenso temporário do nível revolucionário, no fortalecimento temporário do oportunismo, que no final das contas, levou a dita Internacional a uma bancarrota. De fato, a III Internacional foi criada em 1918, quando o longo processo de luta contra o oportunismo e o social chauvinismo conduziu, sobretudo, durante a guerra, a formação de partidos comunistas em uma série de nações. Formalmente, a III Internacional foi fundada no seu I Congresso, celebrado em março de 1919 em Moscou. E o traço mais característico desta Internacional, sua missão é cumprir, levar a pratica os preceitos do marxismo e realizar os ideais seculares do socialismo e do movimento operário. Este traço, o mais característico da III Internacional, se revelou imediatamente em que a nova, a terceira ‘Associação Internacional dos Trabalhadores’ começou a coincidir, já desde agora, em certo grau, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (LENIN, 1919).

Os bolcheviques foram decisivos na denúncia contra a guerra e na reivindicação de uma Internacional que realmente representasse os anseios da classe trabalhadora. Assim, a Revolução Russa trouxe terreno fértil para a fundação da Terceira Internacional – a Internacional Comunista – em março de 1919, no seu primeiro congresso.

O êxito da Revolução Socialista na Rússia e o impulso do movimento revolucionário mundial reafirmou a tarefa histórica do proletariado, que nada mais é que a criação da nova sociedade. Para Lenin, a Revolução Russa de 1917 foi o segundo

---

[31] LENIN, V. I. **La Tercera Internacional y su lugar en la História.** 2000. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/1910s/iv-19.htm. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

passo de importância histórica universal, o primeiro foi a Comuna de Paris (KUSKOV; RUMIÁNTSEV; TIMOFÉIEV, 1979).

A Revolução de Outubro pôde colocar em prática as ideias de socialismo que até então haviam sido ensaiadas. Além de considerar a experiência anterior, possibilitou recriá-la e enriquecê-la, dando um salto qualitativo, conforme o ressalta o próprio Lenin.

> A democracia soviética ou proletária nasceu na Rússia. Em comparação com a Comuna de Paris, foi dado o segundo passo de importância histórica universal. A República Soviética Proletária e Camponesa provou ser a primeira república socialista sólida do mundo. Esta República não pode mais morrer como um novo tipo de Estado. Esta República não está mais sozinha no mundo (LENIN, 1919).

A Revolução Russa se apoiou, portanto, na ideia de governo proletário da Comuna de Paris, no entanto, deu “um passo adiante no desenvolvimento mundial do socialismo” (KUSKOV; RUMIÁNTSEV; TIMOFÉIEV, 1979, p. 20).

A grande tarefa do movimento comunista internacional, a partir da Revolução Russa, consistia em organizar a luta pela via revolucionária na transição do capitalismo para o socialismo.

A passagem da Segunda para a Terceira Internacional apresenta uma mudança significativa de forma e conteúdo. De acordo com Secco[32], a Segunda era uma associação de partidos e cada um elaborava o seu próprio debate. A Terceira, por sua vez, era uma organização centralizada, onde o marxismo se tornara a doutrina principal.

Para Del Roio, o ponto mais importante estava na diferença de compreensão na questão da democracia entre a Segunda e a Terceira Internacional. De acordo com autor:

> Para os reformistas o problema se reduzia à defesa e aperfeiçoamento das instituições da república democrática liberal burguesa, a qual, em tese, possibilitaria a progressão da classe operária em termos de condições de vida e de direitos, até mesmo o acesso ao governo do Estado. Para o movimento comunista, que agora se fundava, essencial era a desorganização do Estado burguês a sua substituição por outra forma de democracia, a ditadura democrática do proletariado organizada sobre a base de conselhos (DEL ROIO, 2015, p. 118).

[32] Informação fornecida pelo Professor Dr. Lincoln Secco, durante palestra sobre ‘As Editoras da Internacional Comunista’ no Simpósio Internacional 100 Anos da Internacional Comunista (1919-2010), São Paulo, 2019.

O lançamento da Terceira Internacional, ainda que minoritariamente, em 1919, foi defendida por Lenin como novo instrumento político frente à falência da Internacional Socialista num contexto catastrófico de guerra, em que a necessidade da internacionalização da revolução era latente. Esta teve como forma organizativa o centralismo democrático e a disciplina partidária. Ou seja, democracia nos debates e centralismo na implementação das decisões, tendo como órgão máximo o Congresso da Komintern.

A Terceira Internacional foi uma experiência mundial que conquistou setores decisivos da classe trabalhadora.

> Sua existência constituiu uma prova histórica de que o ideal de solidariedade internacional dos explorados não é somente uma utopia, um princípio abstrato, mas pode, em circunstâncias dadas, exercer uma atração de massa sobre os trabalhadores e outras camadas sociais oprimidas (LÖWY, 1998, p. 99).

Em 1920, no seu II congresso, se debatia fortemente sobre a colonização e a face violenta do imperialismo contra os povos colonizados, ressaltando assim a essência de uma Internacional anticapitalista e anti-imperialista, debates estes conduzidos principalmente por Lenin. “Era a primeira vez que se refletia sobre essas questões de um ponto de vista radicalmente anti-imperialista e anticapitalista, tendo Lenin participado exatamente da comissão que estudou o problema agrário e nacional” (DEL ROIO, 2015, p. 120).

A partir de 1921, a Internacional Comunista já começa a apresentar mudanças, o imperialismo fazia de tudo para bloquear o avanço revolucionário. Segundo Del Roio, neste período já havia se concluído a fase revolucionária, ou pelo menos dado uma pausa, frente ao avanço imperialista aliado à burguesia nacional exilada no exterior.

A criação da NEP (Nova Política Econômica)[33], nos marcos do III congresso da Komintern, seria uma aposta para avançar no desenvolvimento econômico do país para fazer frente a contrarrevolução.

---

[33] NEP: Nova Política Econômica da União Soviética, criada por Lenin em 1921, com base na economia mista e não totalmente estatizada teve como foco principal o desenvolvimento da agricultura. De acordo com Del Roio “a substância da NEP era a construção de um capitalismo de Estado com controle do poder soviético. As relações com o campesinato seriam modificadas afim

Para Hobsbawm, a NEP foi uma substituição do “comunismo de guerra” para o “capitalismo de Estado”, de acordo com o autor a NEP teve duas fases diferentes, uma na década de 1920 e outra na década de 1980:

> Foi objeto de apaixonado debate na Rússia na década de 1920, e de novo no início dos anos de Gorbachev na década de 1980, mas por motivos opostos. Na década de 1920, era claramente reconhecida como uma derrota para o comunismo, ou pelo menos um desvio, das colunas em marcha para o socialismo, da rodovia principal, para a qual, de uma maneira ou de outra, era preciso descobrir o caminho de volta […]. Por outro lado, os debates da década de 1980 eram buscas retrospectivas de uma alternativa histórica ao stalinismo que de fato sucedesse na NEP: uma estrada para o socialismo diferente da realmente prevista pela direita e esquerda bolcheviques na década de 1920 (HOBSBAWM, 1995, p. 369).

A NEP foi, de acordo com a opinião do autor, uma breve “Era do Ouro” na Rússia camponesa, pois teve êxitos na restauração da economia frente ao bloqueio e boicote dos países capitalistas e em 1926 já havia recuperado sua economia devastada no Pré Guerra.

A partir de 1922, no IV congresso, adotou-se, após debates anteriores, a definição da tática da frente única. Foi o último congresso da Internacional Comunista com a presença de Lenin, a qual este “fez apenas uma breve exposição sobre os cinco anos da revolução russa. Aproveitou mais uma vez para falar da NEP e do capitalismo de Estado, mas pouco falou da situação internacional” (DEL ROIO, 2015, p. 125). Lenin já se encontrava doente neste período.

No final de 1923, a política defendida por Lenin começa a ter retrocessos e não mais ser defendida por outros dirigentes na URSS. “Trotsky, que fora um grande defensor da NEP e da política de frente única em 1921, agora avalia que ambas estariam esgotadas e dá início à luta interna pela sucessão de Lenin, cuja morte ocorreu em janeiro de 1924” (DEL ROIO, 2015, p. 125).

---

de garantir a sua contribuição econômica assim como o seu respaldo político ao Estado. Do campesinato seria cobrado um imposto em espécie (o trigo, em particular), seria garantido o montante para o plantio e para o resgate e expansão da pequena indústria, ficando o resto disponível para o comércio. Os camponeses teriam também, em troca do imposto, acesso a produtos industriais […]. O outro pilar da NEP seria a concessão em forma de arrendamento ao capital externo de minas, bosques, poços de petróleo, por ex. Com isso se contava com poder incorporar conhecimento técnico e administrativo, que seria utilizado no desenvolvimento da indústria estatal socializada. A chave do problema era canalizar o desenvolvimento para o leito do capitalismo de Estado. (DEL ROIO, 2015, p. 122;123). Para Lenin a NEP seria uma forma de avançar a grande produção contra a pequena e atrasada, implementando maquinas para industrializar a produção.

No V congresso da Komintern, em 1924, após a morte de Lenin, se adota a estratégia da “bolchevização”[34] dos partidos comunistas no mundo: acumular força seguindo o modelo bolchevique, o que significava a inserção dos comunistas nas classes operárias através das células nas fábricas e unidades de produção em geral.

Diferentemente da Primeira e da Segunda, a Terceira Internacional caracterizava-se como um Partido Comunista Internacional e não como uma federação descentralizada de partidos e sindicatos. O objetivo principal da Terceira Internacional era alcançar a revolução mundial, ter princípios centralizados e estar geograficamente espalhada pelo mundo, alcançar e consolidar-se em outros continentes para ter base no movimento comunista, principalmente nos países avançados.

A ruptura com os setores reformistas, predominantes na Segunda Internacional e depois expulsos na Terceira, levou à substituição de um programa social-democrata para um programa definitivamente assentado no comunismo. A democracia substancial, de cunho proletário, em contraposição à democracia representativa burguesa, se concretizava a partir da experiência dos sovietes.

Em síntese, a Komintern foi a Internacional dos partidos comunistas, construiu sua identidade baseada nos valores da solidariedade internacional e na prática no Internacionalismo socialista-comunista. A criação da Terceira Internacional significou a criação de um Estado Maior político e ideológico para conduzir o movimento revolucionário crescente no mundo a partir da criação dos partidos comunistas em todas as partes do mundo.

Os impactos destas experiências foram gigantescos, principalmente fora da Europa, onde a realidade não havia permitido, ainda, um crescimento importante das lutas revolucionárias. Na América Latina, é a partir principalmente da década de 1920[35] que o movimento comunista avança com o início da criação da maioria dos partidos comunistas.

A Internacional Comunista contribuiu enormemente para a formação dos quadros dirigentes que levariam adiante os partidos comunistas como instrumentos de organização da classe trabalhadora, o partido de novo tipo, segundo a concepção de

---

[34] É importante frisar que a bolchevização – em referência ao centralismo democrático dos bolcheviques – não significa a stalinização da revolução e nem do movimento comunista internacional, pois neste período, do V Congresso da Komintern, Stalin ainda não era a liderança máxima da Revolução Russa, após a morte de Lenin, houve um período de disputas pela liderança.

[35] Em alguns países importantes os partidos comunistas surgiram antes mesmo da década de 1920, como por exemplo na Argentina em 1918, no México em 1919.

Lenin, capaz de organizar e conduzir as massas no processo de acirramento da luta de classes. Nos cabe dizer que foi graças à Terceira Internacional que a ideia de Internacionalismo Proletário chega à América Latina.

Com a morte de Lenin houve uma grande disputa no interior do partido bolchevique em torno de quem assumiria a direção revolucionária na Rússia. Com a cisão entre Trotsky e Stalin, este último vencedor da disputa, a Internacional Comunista se transformou no aparelhamento do movimento comunista pela URSS, cujo método arbitrário passou a ser aplicado como regra já a partir do final da década de 1920.

De acordo com Löwy, este formidável movimento internacionalista – a Internacional Comunista – sem precedentes na história do socialismo foi destruído pelo stalinismo.

> Este último canalizou essa energia em benefício do nacionalismo burocrático, de sua política de Estado e de sua estratégia de poder. O Internacionalismo foi posto a serviço da política externa soviética e o movimento comunista mundial transformado em instrumento da construção do 'socialismo em um só país'. A política feita pelo Komintern em relação ao nazismo alemão, desde o final dos anos 20 até sua dissolução em 1943, fornece o exemplo mais chocante: seus estranhos ziguezagues tinham pouca relação com os interesses vitais dos trabalhadores e dos povos europeus, mas estavam exclusivamente determinados pelas mudanças que intervinham na política soviética (stalinista) de alianças diplomáticas e militares (LÖWY, 1998, p. 100).

Após a ascensão de Stalin e a cristalização de uma nova forma de nacionalismo caracterizado pela linha do "socialismo num só país", as atividades da Terceira Internacional passaram a ser subordinadas aos interesses soviéticos, o que veio a deformar o Internacionalismo construído até então por Lenin e os bolcheviques. O recuo na estratégia de internacionalizar a revolução através da política "socialismo em um só país" foi na contramão do defendido por Lenin e representou o refluxo do movimento comunista internacional.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, o problema reaparecera para movimento revolucionário, assim como foi a Primeira Guerra para a Segunda Internacional.

Mesmo com a adoção da linha de não participação na guerra por parte dos Partidos Comunistas da Europa – uma vez já estando em refluxo –, a guerra não seria, novamente, a possibilidade de intensificar a luta anti-imperialista, conforme os propósitos de Lenin.

> Naquele contexto, os Partidos Comunistas da França, Reino Unido, Bélgica, Países Baixos e Noruega – todos países atacados pela Alemanha nazista – recusam-se a apoiar seus próprios governos, argumentando que o conflito era, mais uma vez, meramente uma contenda imperialista e, portanto, de nenhum interesse para as massas (ANDERSON, 2005, p. 27).

Traçando um paralelo entre as experiências das Internacionais, podemos ver que a Primeira Internacional se acaba em 1876, alguns anos após a esmagadora derrota da Comuna de Paris. A Segunda Internacional com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914, quando abandona o quadro de superação nacional frente os impactos da guerra. E a Terceira Internacional termina dissolvida por Stalin em 1943 e pelos impactos da Segunda Guerra. “A Terceira Internacional parte do projeto de mudar o mundo, e perde para o projeto de divisão do mundo, entre os Estados Unidos e a União Soviética. Ela termina quando o projeto de mudar o mundo é abandonado” (RICUPERO, 2019, informação verbal)[36].

No entanto, há ainda a experiência da Quarta Internacional, que não vamos tratar aqui, por entender que sua influência no movimento comunista internacional foi limitada devido a fragmentação do mesmo neste contexto histórico. Michael Löwy ressalta que o que sobrou deste movimento, já dominado pelo stalinismo, foram pequenas frações cegamente fiéis à União Soviética.

> O grande mérito da Quarta Internacional, fundada por León Trotsky em 1938, foi não somente o de salvaguardar a herança comunista/ internacionalista contra a falsificação burocrática stalinista, mas também de renovar, sob o impulso de figuras como Ernest Mandel, a reflexão e a prática revolucionária, em função das novas condições históricas (LÖWY, 1998, p. 100).

Nas palavras de Marcello Musto, sobre o balanço da antologia política da Associação Internacional dos Trabalhadores, nos traz a reflexão acerca da importância de se pensar a construção de uma nova Internacional.

Para o autor:

---

[36] Informação fornecida pelo Professor Dr. Rodrigo Ricupero, durante palestra “Internacional Socialista, Revolução Russa e Terceira Internacional” no o Simpósio Internacional 100 Anos da Internacional Comunista (1919-2010), São Paulo, 2019.

> A barbárie da ‘ordem mundial’ vigente, os desastres ecológicos pelo presente modo de produção, o inaceitável abismo que separa as riquezas de uma minoria de exploradores e o estado de indigência de extratos cada vez mais vastos da população mundial, a opressão de gênero, os novos ventos da guerra, do racismo e do chauvinismo, impõe ao movimento operário contemporâneo reorganizar-se, com urgência, a partir de duas características da Internacional: a radicalidade dos objetivos a perseguir e a forma poliédrica de sua estrutura. Os objetivos da organização nascida em Londres há 150 anos são hoje mais atuais e indispensáveis que nunca. Mas para estar à altura do presente, a nova Internacional não poderá prescindir de dois requisitos fundamentais: deverá ser plural e anticapitalista (MUSTO, 2014, p. 85).

Acredita-se ser este o caminho que deverão traçar os movimentos populares e a esquerda da atualidade na construção da luta internacional, que agregue elementos de lutas diversas de cunho anti-imperialistas e anticapitalistas. Parece-nos que não está pautada na ordem do dia a retomada do socialismo, ou do comunismo, embora haja a defesa de que esta retomada seja fundamental para reafirmar o projeto de superação da sociedade atual. Não há espaço, portanto, para a convivência pacífica entre o projeto da barbárie, representada pelo capital, e o projeto alternativo, representado pelo socialismo.

Em última instância, há que se optar por uma “Internacional da Resistência”, contra a ofensiva capitalista, como defende Michael Löwy. Para o autor, o Internacionalismo não é uma fórmula, deve considerar as questões históricas e depende das especificidades culturais e das desigualdades nas condições de vida entre o capitalismo central e periférico no contexto de um sistema global (LÖWY, 1998).

2.5 AS BRIGADAS INTERNACIONAIS NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

O século XX foi marcado por inúmeras experiências no âmbito da solidariedade internacional, a começar pela Revolução Russa que deixou, há mais de cem anos, seu legado na construção do Internacionalismo Proletário.

Ao investigar tais experiências, não podemos deixar de fazer referência a uma das atuações mais emblemáticas que aconteceu durante “uma das mais dolorosas catástrofes da história europeia do século XX, a Guerra Civil Espanhola […]” (GRAHAN, 2013, p. 07).

Foi durante esta guerra que se formaram as Brigadas Internacionais de solidariedade, na qual mais de 45 mil[37] voluntários representando cerca de 50 nacionalidades participaram da luta contra a ascensão do fascismo na segunda metade dos anos de 1930. Apolônio de Carvalho[38] foi um dos brasileiros que, aos 25 anos de idade, se somou a esta luta internacionalista em defesa da República espanhola contra o avanço fascista.

A década de 1920 foi marcada pelo contexto de ditadura militarizada que emerge na Espanha contra as vitórias eleitorais da esquerda, foi neste cenário que surge o partido Comunista Espanhol (PCE) em 1920, que durante a Guerra Civil chegou atingir o número de 300 mil militantes[39].

Neste período, o movimento operário teve importante crescimento sobretudo na Catalunha, mas também em outras regiões desenvolvidas da Espanha. A Revolução Russa de 1917 espalhava ventos de mudanças políticas, sociais e, sobretudo, ideológicas por todo o mundo.

No cenário espanhol, havia um choque entre as elites industriais relativamente progressistas e o poderoso setor agrário conservador que dominava sobretudo o sul da Espanha, os latifúndios desta região, em sua maioria, tinham vínculos familiares com o setor militar. O fim do império colonial afetou a oficialidade militar, que agora precisava buscar um novo papel para preservar seu prestígio. Os militares se consideravam os únicos defensores da unidade e da hierarquia, da homogeneidade cultural

---

37 Acerca do número exato de voluntários que participaram das Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola, há diferentes informações encontradas nas fontes pesquisadas, geralmente apontam-se estimativas em torno de 35 mil e 45 mil, a depender da fonte.

38 Apolonio de Carvalho (1912-2005). Militante comunista, lutou e defendeu o povo brasileiro mas também foi um grande internacionalista combatendo na Espanha e na França. Aos 23 anos, oficial da cavalaria do Exército, engaja-se na ANL (Aliança Nacional Libertadora), foi preso e teve sua patente do Exército cassada. Após a saída da prisão, em 1937 ingressa no Partido Comunista e se soma a outros 20 brasileiros que lutaram ao lado dos Republicanos nas Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola contra o fascismo do General Franco. Em 1939, vai para a França apoiar a resistência francesa e em 1942 torna-se comandante da guerrilha dos partisans no sul da França. Com o fim da II guerra mundial, Apolonio regressa ao Brasil, vivendo na clandestinidade até 1953. Devido à situação, passa quatro anos estudando na União Soviética. Durante a ditadura militar no Brasil, foi preso e torturado, sendo um dos 39 presos enviados para Argel em troca do embaixador alemão sequestrado no Rio de Janeiro. Apolonio de Carvalho só regressa para o Brasil no final do anos de 1970, após a anistia. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/apolonio/index.htm. Acesso em 28 de março de 2020.

39 Informações fornecidas pelo Professor Dr. Horacio Gutiérrez “A Internacional Comunista e a Guerra Civil Espanhola” no Simpósio Internacional 100 Anos da Internacional Comunista (1919-2010), São Paulo, 2019.

e política do país. Foi neste contexto de surgimento da nova geração militar que emergiu Francisco Franco[40].

> Na realidade, boa parcela da elite militar deu um passo a mais, interpretando a defesa da sua ideia de Espanha como um novo dever *imperial* – interpretação que invertia a constituição monárquica, segundo a qual os territórios coloniais eram províncias da metrópole. Essa nova concepção da defesa imperial teve o efeito desastroso de voltar-se contra grupos de espanhóis que simbolizavam as mudanças sociais e econômicas em curso nas cidades (GRAHAN, 2013, p. 13, itálico do autor).

Na segunda década do século XX, os setores urbanos da Espanha se movimentavam para as necessárias mudanças econômicas frutos do avanço industrial, tais como melhoria no transporte, nas comunicações etc. O setor do operariado industrial adquiriria, cada vez mais, expressão política. De acordo com o autor, “a ordem tradicional, muito restritiva quanto ao direito de voto, estava submetida à crescente tensão na Espanha urbana” (GRAHAN, 2013, p. 13). Mas, paralelamente ao avanço urbano industrial, a Espanha Rural formava um mundo rígido mantenedor dos costumes e tradições conservadoras, estreitamente vinculadas aos valores da igreja católica.

Na década seguinte, uma série de eventos políticos acirrou a luta contra a classe dominante representada pela oligarquia. Em fevereiro de 1936, a vitória eleitoral da Frente Popular, sob a primazia do PCE, contra as forças militares e conservadoras alterou a correlação de forças no país, contudo, em julho do mesmo ano os militares se mostraram mais fortes e deram o Golpe de Estado através do chamado Movimento Nacional sob a liderança de Francisco Franco.

Para Buonicore, os antecedentes da Guerra Civil Espanhola se deram em meio à crise do governo monárquico de Afonso XIII, quando nas eleições municipais de 1931 os candidatos republicanos saíram vitoriosos com uma esmagadora maioria dos votos.

O governo republicano de viés reformista possibilitou uma série de mudanças que colocaram em questão os privilégios da classe dominante, sustentada sobretudo pela igreja católica, que fora desde sempre sustentáculo da monarquia espanhola.

---

[40] Francisco Franco (1892-1975). Militar espanhol, conhecido como o “generalíssimo” comandou o golpe militar contra a Segunda República espanhola em 1936, dando início à Guerra Civil Espanhola. Após derrotar os republicanos na guerra civil, comandou o país sob uma sangrenta ditadura fascista, conhecida como franquismo.

Para Grahan, “o primeiro governo republicano estava decidido a dar ao novo regime uma feição reformista que realizasse uma redistribuição fundamental do poder econômico e social na Espanha” (GRAHAN, 2013, p. 17).

A República extinguiu o pagamento de salários aos padres, que era feito pelo Estado, instituiu o casamento civil e o divórcio, proibiu o ensino religioso nas escolas, criou limites à apropriação de terras pela igreja e iniciou um processo de reforma agrária. Tais atitudes criaram um verdadeiro precipício entre autoridades civis e eclesiais. Disto se aproveitaram amplamente os setores reacionários, jogando a massa católica, especialmente a do interior, contra o governo republicano (BUONICORE, 2016).

Para além destas medidas, o governo republicano de Niceto Alcalá Zamora (1931 a 1936) também realizou reformas sociais e políticas no país, como o estabelecimento de 8 horas de jornada de trabalho e o voto feminino. O governo sofreu oposição tanto da direita, apoiada no fascismo italiano e no nazismo alemão, quanto da esquerda, organizada especialmente nas tendências comunistas e anarquistas.

Rebeliões ocorreram por todo o país, enquanto isso a extrema direita se organizava criando grupos direitistas com referências no nazismo e no fascismo. Em 1933 a direita retoma o poder através das eleições. Um ano depois, em outubro de 1934, a esquerda organizou uma série de greves e rebeliões operárias contando com a participação de comunistas, anarquistas e socialistas de esquerda. Na Catalunha, nas Astúrias e outras partes da Espanha a greve transformou-se em insurreição armada, mas foi esmagada pelo governo republicano composto cada vez mais por grupos de extrema direita (BUONICORE, 2016).

Diante da crise desencadeada no país, somada aos escândalos de corrupção dentro do governo, o presidente dissolveu o parlamento e convocou novas eleições. De acordo com o autor, os comunistas haviam optado pela composição de frentes populares de caráter antifascistas a partir de 1934, consolidada, segundo Buonicore, no VII Congresso da Internacional Comunista, realizado naquele mesmo ano.

A principal bandeira da Frente Popular na Espanha era a luta contra o fascismo, não havia, portanto, um programa socialista e sim um programa de caráter democrático popular.

O cenário das eleições de 1936 foi extremamente polarizado, a esquerda organizada na Frente Popular (FP) teve um resultado eleitoral ajustado sobre a direita

organizada na Frente Nacional (FN), no entanto, a vitória no parlamento teve um resultado mais folgado em favor da esquerda[41].

A crise se acirrou no novo governo e as greves eclodiram em diferentes regiões. No campo, os camponeses sem terras ocupavam as propriedades rurais, as igrejas foram incendiadas e assim estabeleceu-se, de acordo com Buonicore, a autonomia dentro da República Espanhola da Catalunha e País Basco. Com a crise generalizada no país, abalava-se a base da Frente Popular, que caminhava para a ruptura.

A Espanha encontrava-se política e territorialmente dividida, fruto do tensionamento acumulado nas próprias questões internas, que envolvia desde a economia, a cultura e a religião, dentre outros fatores. “A divisão inicial do território espanhol entre a República e os militares rebeldes refletia a geografia política do país. De maneira geral, a rebelião tendeu fracassar nas áreas em que havia forte apoio às reformas republicanas e a um programa político progressista […]” (GRAHAN, 2013, p. 32).

Mas não foi somente as questões internas que abalaram o país levando-o à Guerra Civil. De acordo com Grahan, a Guerra Civil Espanhola não foi um evento separado dos acontecimentos da Europa, ao contrário, estavam intrinsicamente vinculados.

Tanto a polarização social e econômica em torno das reformas sociais, bem como as lutas travadas antes da Guerra Civil na Espanha na disputa entre o rural e urbano, os conflitos religiosos etc., eram questões que se apresentavam também fora da Espanha. De maneira que “as supostas ‘soluções’ para o conflito espanhol também traziam todos os elementos típicos das receitas monolíticas impostas em outros lugares por regimes fascistas e quase fascistas da Europa” (GRAHAN, 2013, p. 08).

O ano de 1936 foi extremamente violento, assassinatos políticos aconteciam em todo o país, praticados pelos fascistas que atacavam os operários em greves. No dia 13 de julho, o líder direitista Calvo Sotelo foi executado em respostas aos assassinatos fascistas, este episódio foi o álibi para o levante militar contra o governo republicano em crise (BUONICORE, 2016).

---

41 De acordo com Buonicore (2016), “A eleição foi muito polarizada e o país praticamente se dividiu ao meio. A Frente Popular alcançou 4.654.116 votos e a FN 4.503.524. Contudo, o mecanismo de composição do parlamento que na eleição anterior beneficiara a direita, agora jogava a favor da esquerda republicana. Esta ficou com 286 deputados contra 132 da direita e 42 do Centro”. Disponível em https://vermelho.org.br/2016/07/19/augusto-buonicore-80-anos-da-guerra-civil-espanhola/. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

Para Grahan, a Guerra Civil começou com um “velho recurso aplicado a um novo objetivo”. O golpe militar para deter a democracia reivindicada pelas massas.

> Neste sentido, o levante militar contra a ordem democrática da Segunda República da Espanha pode ser visto como equivalente aos golpes de Estado fascistas que se seguiram à ascensão ao poder de Mussolini na Itália (1922) e de Hitler na Alemanha (1933), igualmente destinados a estancar processos semelhantes de mudança social, política e cultural (GRAHAN, 2013, p. 11).

Para enfrentar e resistir ao golpe militar de 17-18 de julho de 1936, os operários, em greve geral, decidiram pela formação das milícias populares contra a rebelião militar e assim começava a sangrenta Guerra Civil Espanhola.

> Nas províncias onde havia forte influência monárquica e uma numerosa população camponesa influenciada pela Igreja Católica, os rebeldes obtiveram rápidas vitórias. Em algumas regiões, os operários republicanos ingenuamente confiaram nos discursos legalistas dos oficiais e foram iludidos por eles. Ali suas lideranças foram presas e muitas sumariamente executadas. Implantou-se o ‘terror branco’. Nos locais onde existia um forte movimento operário-popular, e este tomou a iniciativa, mobilizando-se e armando-se, o golpe pôde ser detido (BUONICORE, 2016).

A Guerra Civil ganhou proporções nacionais. Em setembro de 1936, Francisco Franco foi eleito chefe do golpe militar, elevando-se ao grau de General e logo todos os grupos de extrema direita conformaram-se em um partido único, a Falange Espanhola Tradicionalista, que tinha como prática a execução em massa (BUONICORE, 2016). De acordo com o autor:

> Do outro lado da barricada se implantou o ‘terror vermelho’. Membros das falanges, oficiais e mesmo burgueses e religiosos tidos como inimigos da República eram presos e executados sumariamente. Igrejas continuavam sendo queimadas. Os comunistas e socialistas condenavam esse tipo de procedimento, que era alimentado de maneira inconsequente pelos anarquistas (BUONICORE, 2016).

Grahan, destaca o aspecto simbólico da violência cometida pelos republicanos, sobretudo por pessoas comuns, a que o autor chama de “violência vingativa” explicitada na raiva contra a tentativa de perpetuação do antigo regime através do golpe militar para impedir as reformas sociais levadas a cabo pelos republicanos. O autor faz uma ligação entre os conflitos vividos antes e após golpe, para afirmar o seu

caráter simbólico. “A violência vingativa voltou-se contra as fontes e pilares do antigo poder – fossem eles materiais (destruindo registros e cadastros de propriedades) ou humanos (o assassinato ou tratamento brutal de sacerdotes, guardas civis, policiais, patrões e oficiais de justiça) […] (GRAHAN, 2013, p. 38).

O caso mais conhecido desta “violência simbólica” foi cometida contra o clero, onde cerca de 7 mil religiosos foram assassinados por serem considerados representantes da aliança histórica da igreja com a classe rica. De acordo com Grahan, esse tipo de ação não era orientação dos dirigentes republicanos, mas o fato é a situação fugiu do controle e maculou a imagem e a credibilidade da República no exterior. Mas “foi a determinação desses líderes para pôr fim à violência descontrolada que forneceu um poderoso impulso ético à proposta de restaurar a autoridade do governo central frente a fragmentação induzida pelo golpe” (GRAHAN, 2013, p. 39).

Aproveitando-se deste cenário, os militares justificavam o golpe de Estado como ação preventiva para deter o avanço da esquerda.

> Olhando novamente para o passado, pode-se ver, porém, que a rebelião militar é que criou as condições para a violência em grande escala, e não só no território republicano. Nos dias e semanas que se seguiram ao golpe de julho, houve declarações públicas das elites civis nas zonas rebeladas […]. As declarações foram independentes entre si e das autoridades militares, mas com a notável semelhança. A mensagem era que a Espanha precisava ser depurada ou purificada. Falavam inclusive, às vezes, da necessidade de um sacrifício de sangue. Esse tipo de sentimento desencadeou uma repressão selvagem desde o início, em todos os lugares inclusive em muitas áreas controladas pelos revoltosos desde o começo, onde não se podia falar de resistência armada ou política, nem front, nem tropas avançando ou recuando, nem ‘guerra’ no sentido convencional da palavra (GRAHAN, 2013, p. 40).

A Guerra Civil Espanhola não se deu de maneira isolada, pelo contrário, estava vinculada aos eventos que ocorriam sobretudo na Europa. Esta se desenvolveu no preâmbulo da Segunda Guerra Mundial, durante a ascensão do fascismo italiano e do nazismo alemão. Entre julho de 1936 e abril de 1939, a Espanha vivenciou a sangrenta guerra que preparou o cenário para o auge do militarismo na região. O país estava completamente polarizado entre as forças conservadoras e o campo progressista de esquerda.

A participação internacional na Guerra Civil, se deu logo na sequência do golpe militar e a transformou em um fator de peso. De acordo com Grahan, os militares

golpistas solicitaram ajuda a Hitler e Mussolini diante de uma possível derrota contra a República.

> Nesse primeiro ato de intervenção internacional, que também foi a primeira ponte aérea de militares na história da guerra moderna, as potências fascistas da Europa facilitaram o acesso dos rebeldes espanhóis ao seu exército, permitindo-lhes começar uma guerra em grande escala contra a República. Hitler e Mussolini aceitaram intervir ao mesmo tempo, mas cada um tomou a decisão de modo independente […] (GRAHAN, 2013, p. 35).

As forças de combates eram formadas por soldados profissionais da Legião Estrangeira compostos pelo Exército da África[42] e de uma tropa de mercenários marroquinos sob o comando de oficiais espanhóis, liderados por Francisco Franco[43].

O Exército da África parecia ser invencível, em um mês avançaram quase quinhentos quilômetros do sul à capital Madri cometendo uma diversidade de atrocidades contra a população civil, muitos refugiados migraram para o norte do país fugindo da guerra. “Cada vez que o exército rebelde tomava um povoado, cometiam-se atrocidades. Os corpos das vítimas ficavam durante dias nas ruas para aterrorizar os habitantes e logo eram amontoados nos cemitérios para serem queimados sem ritos funerários” (GRAHAN, 2013, p. 47).

A resistência republicana teve que pensar sua estratégia de enfrentamento, pois enquanto a luta se travava contra o inimigo local, ou seja, contra a própria polícia espanhola, o conflito estava mais ou menos equilibrado, mas na medida em que a Alemanha e Itália intervêm enviando ajuda militar profissional moderna, transforma-se a natureza do conflito.

Para resistir foi preciso que os republicanos mobilizassem toda a população para a guerra. “Agora era preciso juntar todo mundo: os setores da população não mobilizados, os setores da classe média e, especialmente, as mulheres, a fim de organizar um esforço moderno de guerra. De outro modo, a República não sobreviveria (GRAHAN, 2013, p. 48).

---

[42] Exército da África - corpo do exército espanhol em Marrocos, criado para defender o Protetorado Espanhol marroquino, desde o século XIX até a independência de Marrocos. Durante a Guerra Civil Espanhola, o Exército da África cumpriu um importante papel lutando contra os republicanos ao lado dos militares franquistas.

[43] Francisco Franco fez carreira militar durante dez anos e meio no norte da África no período da brutal guerra colonial, a qual ele prório declarou que: “sua experiêcia na África lhe permitira realizar a ‘salvação’ da Espanha em 1936: ‘Sem a África, não posso explicar-me a mim mesmo ou aos meus camaradas de armas’. […]” (GRAHAN, 2013, p. 44).

A posição da Inglaterra foi decisiva para o avanço do golpe na Espanha. A boa amizade britânica com a classe conservadora espanhola preservava os laços de classe em oposição ao programa de reformas sociais da República, havia importante Capital britânico investido no país e não seria positivo para a Inglaterra uma vitória republicana na guerra, uma vez que ameaçaria seus interesses. A Inglaterra fez vistas grossas, segundo Grahan, para a intervenção da Alemanha e Itália no conflito espanhol, de maneira que Hitler e Mussolini se sentiram legitimados. “Se os ingleses tivessem reagido negativamente, é claro que as duas ditaduras teriam se recusado a intervir com tanta generosidade, ou mesmo se retirado, pois nem Itália nem Alemanha estavam preparadas para um confronto militar com a Grã-Bretanha” (GRAHAN, 2013, p. 50; 51).

Neste cenário, a França recua na sua promessa de ajuda à República, uma vez que estaria vulnerável caso tivesse um inconveniente diplomático com a Inglaterra, haja vista que passara ter fronteiras com duas potências fascistas. O governo francês tampouco queria enfrentar problemas domésticos na política com os conservadores no que se referia ao tema espanhol, pois tinha visava colocar em prática algumas reformas sociais. “Dadas as dificuldades da França e a indiferença da Grã-Bretanha, a República espanhola se viu reduzida em agosto e setembro a juntar armas, peça por peça, por intermédio de compradores – um processo tão oneroso e desperdiçador quanto ineficaz” (GRAHAN, 2013, p. 51).

Dessa maneira, o bloco fascista eliminaria qualquer possibilidade de constituição de um bloco opositor franco-espanhol, de cunho liberal de esquerda, na região. A ideologia e o discurso anticomunista neutralizavam a oposição britânica sobre a intervenção nazifascista na Espanha, estratégia esta exitosa para o equilíbrio de poder na Europa.

A vitória nazifascista na região mudaria a correlação de forças no cenário internacional colocando a URSS numa situação desfavorável, assim, a URSS decide articular apoio aos republicanos, a princípio sem se envolver diretamente, mas, posteriormente, com a influência cada vez maior da Itália e Alemanha, decide participar mais efetivamente.

O governo republicano foi o primeiro governo espanhol a reconhecer a URSS em 1933, no entanto, não havia ocorrido, ainda, a troca de representantes diplomático entre os países.

A Internacional Comunista neste período vivia sua fase “esquerdista”, sob a direção de Stalin, que a princípio aderiu à política de não intervenção para preservar a diplomacia com potências como Grã-Bretania e França, mas, posteriormente, com o perigo da expansão da Alemanha nazista sobre a Europa, a União Soviética decide enviar apoio militar à República espanhola.

De acordo com Grahan, a Espanha já havia solicitado apoio da União Soviética, talvez por uma situação de desesperança ao perceber que a França iria recuar na sua promessa de apoio bélico, mas a URSS teria ignorado o primeiro pedido de apoio. Segundo o autor, a União Soviética também prezava pela não intervenção britânica e, neste caso, ao apoiar a República na Espanha corria-se o risco de afastar-se da Inglaterra diante do eminente perigo da expansão nazista. Stalin apostava na aliança de defesa mútua entre Inglaterra, França e URSS, numa política denominada “segurança coletiva”, pois o perigo não estava no comunismo russo e sim na expansão territorial nazista (GRAHAN, 2013).

No entanto a União Soviética teve que se posicionar para evitar a derrota esmagadora dos republicanos.

> Logo se tornou evidente, porém, que a não intervenção não surtiria efeito, e Stalin compreendeu que, se nenhuma providência fosse tomada, a República não teria condições de resistir ao ataque. Se isso viesse a ocorrer, o poderio militar nazista estaria livre para uma agressão a leste contra as vulneráveis fronteiras soviéticas. Para evitá-lo, Stalin decidiu arriscar-se a descontentar os ingleses enviando uma limitada ajuda militar. No entanto, na tentativa de proteger seu objetivo acalentado de estabelecer aliança defensiva com a França e Grã-Bretanha, o auxílio bélico soviético à República, ao contrário do equivalente humanitário, jamais foi reconhecido abertamente […] (GRAHAN, 2013, p. 54).

A negociação de equipamento bélico com Stalin foi o que deu sustentação aos combates de novembro de 1936 contra as tropas de Franco e salvou a República espanhola da derrota militar.

Neste contexto, fez-se necessário a formação de Brigadas Internacionais compostas por milhares de voluntários para somarem-se ao lado dos republicanos. Com isso, a Guerra Civil Espanhola ganha o enorme significado simbólico da internacionalização da luta antifascista. A formação das Brigadas Internacionais, auspiciada pela Internacional Comunista, permitiu a participação de diferentes correntes de esquerda, anarquistas, comunistas e democratas do mundo inteiro.

> Em 18 de setembro, dirigentes da Internacional Comunista reuniram-se em Moscou para discutir o envio de voluntários à Espanha. Era o início da constituição das legendárias Brigadas Internacionais. Aproximadamente 40 mil voluntários, representando 54 países, se alistaram nelas. A maioria não tinha experiência militar e deveria ser treinada ao chegar. Havia também 2.100 conselheiros militares, pilotos, técnicos e agentes de inteligência soviéticos (BUONICORE, 2016).

Orientadas pela Komintern, as Brigadas tiveram forte adesão de participação voluntária de milhares de combatentes tanto da Europa, quanto de outros continentes.

Em fevereiro e março do ano seguinte, os republicanos obtiveram importantes vitórias contra o exército de Franco nas batalhas pela defesa da capital e Madri se transformou no símbolo internacional da resistência antifascista. “Muitos antifascistas acorreram à Espanha para participar da luta. A batalha por Madri foi intensa e causou muitas baixas, principalmente entre as Brigadas Internacionais, que foram convocadas quando os exércitos rebeldes chegaram à capital”. De acordo com Grahan:

> As Brigada eram formadas por soldados voluntários ligados à esquerda. Cerca de 35 mil lutaram ao lado da República espanhola entre 1936 e 1939; seu contingente médio variou entre 12 mil e 16 mil (o número mais alto somente foi alcançado no auge do recrutamento, na primavera de 1937). Os voluntários vinham do mundo inteiro, mas a maioria originava-se da Europa. Mesmo nos dois contingentes que chegaram dos Estados Unidos e do Canadá – cerca de 3 mil e 1,6 mil, respectivamente – a grande maioria era formada por emigrantes europeus ou filhos de emigrantes (GRAHAN, 2013, p. 54; 55).

O autor afirma que a maior parte dos voluntários que participaram da Guerra Civil Espanhola, tanto da Europa quanto de outros continentes, já eram exilados políticos de países que já viviam sob ditaduras nacionalistas de direita, monarquias autocráticas ou pela direita radical fascista, como por exemplo Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Polônia e Finlândia. Nesta linha, o autor afirma que,

> Na verdade é impossível compreender as Brigadas Internacionais como fenômeno histórico sem levar em conta suas origens na diáspora europeia. Os brigadistas provinham de uma massa de emigrantes, sobretudo das classes operárias urbanas, que já havia deixado seus países de origem em algum momento após a Primeira Guerra Mundial, seja por razões econômicas, seja para fugir da repressão política, muitas vezes pelos dois motivos (GRAHAN, 2013, p. 55).

A adesão internacional à luta na Espanha, remonta, portanto, ao problema não resolvido causado pela Primeira Guerra Mundial de embrutecimento da política no despertar dos nacionalismos antidemocráticos que deixaram sequelas políticas, econômicas e sociais na sociedade europeia, que vieram a exacerbar-se na década de 1930, com a crise econômica internacional do sistema capitalista.

> Para os exilados e emigrados, o internacionalismo de esquerda era uma forma de política que reforçava de modo natural a própria diáspora. Representava também um poderoso antídoto a outras formas de política, literalmente assassina, que meandravam em seus países" (GRAHAN, 2013, p. 55).

Os combatentes internacionalistas estavam cientes de que ao combater contra os militares na Guerra Civil Espanhola estavam combatendo os apoiadores fascistas e sendo soldados políticos de uma guerra em curso. Um dos maiores contingentes foi proveniente da França, no qual participaram cerca de nove mil voluntários. Mas, para além da Europa ou da diáspora europeia, houve muitos outros contingentes, a América Latina, por exemplo, participou significativamente. De Cuba, houve um contingente de cerca de mil voluntários que lutaram ao lado dos republicanos.

O componente racial é destacado por Grahan ao analisar a participação da diáspora europeia na Guerra Civil Espanhola. Para o autor, era uma guerra cultural com forte componente racial. Além da Alemanha, outros países que ascenderam à políticas nacionalistas no Pós Primeira Guerra, a que muitos brigadistas exilados tinham fugido, desenvolviam a política da segregação racial e da limpeza étnica. De acordo com o autor:

> Havia muitos voluntários judeus entre os brigadistas – cerca de um quarto do total. Entre os brigadistas poloneses formou-se uma companhia especificamente de judeus que atraiu muitos voluntários internacionalistas. Esse batalhão recebeu o nome de um jovem comunista, Naftali Botwin, morto na Polônia em 1925, e sua bandeira trazia a frase 'Por vossa liberdade e a nossa', escrita em iídiche e polonês de um lado, e em espanhol do outro (GRAHAN, 2013, p. 56).

Muitos combatentes judeus se identificavam muito mais pela luta antifascista do que pelo próprio fato de serem judeus. Muitos deles lutaram posteriormente na resistência francesa. A luta contra o fascismo na Espanha era uma forma de lutar também contra a violência da segregação e da exclusão social e política.

A heterogeneidade das Brigadas, a mistura de todas as raças e culturas é, também, um dos aspectos relevantes da afronta direta à política xenofóbica dos regimes fascista e nazista. A simbologia das Brigadas Internacionais na Espanha afrontava a ideologia racista não somente na Europa, mas também em países como os Estados Unidos, que preserva até os dias atuais o problema do racismo estrutural.

Um dos exemplos marcantes do componente antirracista nas Brigadas Internacionais foi a própria Brigada Abrahan Lincoln, proveniente dos Estados Unidos na qual combateram cerca de noventa afro-americanos, "[…] foi a primeira unidade militar norte-americana não segregada da história – pois os Estados Unidos continuaram a praticar a segregação racial durante toda a Segunda Guerra Mundial […] (GRAHAN, 2013, p. 58).

As Brigadas Internacionais foram uma experiência significativa do ponto de vista histórico em diferentes aspectos, pois, como vimos, jamais houvera algo semelhante, foi uma experiência única que não voltou a repetir-se na História e transformou-se num dos acontecimentos mais relevantes na luta contra o fascismo.

Em 1938, as Brigadas Internacionais se retiraram da Espanha, dando lugar ao aprofundamento da intervenção nazifascista.

> Numa posição defensiva e tentando dar mostras de boa vontade, em setembro de 1938, o governo Negrin anunciou a retirada de todos os combatentes estrangeiros e o fim das Brigadas Internacionais. Doze mil voluntários foram desmobilizados e em 29 de outubro eles desfilaram pela última vez nas ruas de Barcelona. Neste dia Dolores Ibarruri fez um dos seus mais comoventes discursos. Contudo, mais de 30 mil 'voluntários' italianos e a temível Legião Condor continuaram combatendo na Espanha (BUONICORE, 2016).

Após três anos de combate, em 1939 o fascismo triunfou sobre a Guerra Civil e iniciou-se o massacre contra todos os comunistas e anarquistas, forçando a emigração de meio milhão de espanhóis, sobretudo para a França.

Os bombardeios aéreos contra territórios republicanos aterrorizaram a população civil. Segundo Grahan, "a Espanha foi o primeiro país europeu a suportar esse acme da guerra moderna […]. O alvo estratégico do ataque não era militar, e sim o abatimento moral da população civil […]" (GRAHAN, 2013, p. 85).

A Guerra Civil Espanhola trouxe impactos importantes no cenário Internacional. Ao final da Guerra Civil, havia 37 mil crianças exiladas em pelo menos oito países distintos para preservar suas vidas. Com os bombardeiros aéreos em Guernica em

1937, 15 mil crianças foram retiradas da cidade. “Enviaram-nas a diferentes destinos, inclusive para a Grã-Bretanha, que mantinha vínculos históricos e comerciais com o País Basco; 5 mil foram levadas para a Bélgica e 3 mil para a União Soviética” (GRAHAN, 2013, p. 85).

Na América Latina, por exemplo, o México nunca reconheceu a ditadura franquista e ofereceu exílio político, incluindo as crianças filhas dos espanhóis que lutaram contra a ditadura franquista. Como ilustração, pode-se mencionar o caso emblemático de los Niños de Morelia, ou Niños de la Guerra, quando 456 crianças da Espanha menores de 12 anos desacompanhadas de seus pais cruzaram o Oceano Atlântico para viver no México durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), onde muitos permaneceram pelo resto de suas vidas[44].

No que se refere ao caso de exílio infantil, Grahan garante que transformou-se, em muitos casos, no exílio para o resto da vida. Nas palavras do autor, “no entanto, o que se imaginou ser um alívio temporário, converteu-se para muitos em uma odisseia que durou a vida inteira; até os que tentaram regressar tiveram de passar pela experiência de alienação da cultura e da identidade” (GRAHAN, 2013, p. 85).

A guerra na Espanha deixou mais de meio milhão de mortos, número equivalente aos exilados pelo mundo. Com o triunfo do fascismo, iniciou-se o massacre que perdurou por mais de trinta anos.

A Guerra Civil Espanhola foi uma das experiências mais emblemáticas no marco do Internacionalismo Proletário, pois, como vimos, nela participaram voluntários de todo o mundo motivados pelo único sentimento antifascista e de solidariedade em defesa do povo espanhol. Na Espanha uniram-se militantes de esquerda de diferentes correntes ideológicas num claro entendimento que somente a unidade e solidariedade salvaria o país da vitória fascista.

A bandeira republicana da Guerra Civil Espanhola demonstrou a persistência em defesa da igualdade e da justiça. A solidariedade e camaradagem de milhares de estrangeiros fez com que a Espanha experimentasse o verdadeiro sentido de humanidade.

---

[44] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=QFE3AQKjv1c&feature=emb_logo. Acesso em 22 de março de 2020.

No decorrer da guerra as Brigadas sofreram muitas perdas, o contingente britânico, por exemplo, foi dizimado em fevereiro de 1937. Vale ressaltar que os voluntários da Guerra Civil Espanhola não foram somente de contingente militares, também havia contingentes de saúde para cuidar os feridos. Para Grahan:

> Os voluntários estrangeiros da área da saúde foram fundamentais nessa assistência: o apoio de médicos e enfermeiras, junto com a coleta de fundos financeiros para suprimentos humanitários e equipamentos de saúde, constituiu parte essencial da solidariedade progressista no tratamento de urgência de feridos – especialmente nas técnicas de triagem de transfusão de sangue – que seriam fundamentais mais tarde na Segunda Guerra Mundial (GRAHAN, 2013, p. 59).

É importante destacar que a experiência das Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola irrompeu temas paradoxais no interior da esquerda. A experiência foi relevante do ponto da solidariedade internacional na luta contra o fascismo, mas também gerou pautas como igualdade racial e igualdade de gênero no seio da esquerda revolucionária, na medida em que se confrontavam regras atrasadas e conservadoras em meio à luta pela emancipação. Por exemplo, segundo Grahan, de maneira geral não se aceitavam o alistamento de mulheres como voluntárias para a Espanha que não fossem para funções apropriadas segundo a cultura dominante, ou seja, as mulheres só eram aceitas como enfermeiras ou pessoal de apoio.

Neste entretanto, as Brigadas Internacionais trouxeram enormes avanços para o movimento comunista internacional, e sobretudo para o europeu, já que este foi o eixo em torno da qual as Brigadas se organizaram. A solidariedade com a República espanhola foi a principal atividade do movimento comunista na década de 1930, canalizada pela Internacional Comunista a partir do momento em que a União Soviética decide apoiar militarmente a República em 1936.

A retirada das Brigadas Internacionais do meio do conflito espanhol se deu em 1938, quando a maioria das Brigadas já eram compostas por voluntários espanhóis e a presença de internacionalistas a esta altura era mais uma questão simbólica. Segundo Grahan, Stálin já não acreditava na vitória republicana na guerra, assim as Brigadas foram convocadas a retirar-se.

Dolores Ibarruri[45], La Passionara, uma das principais dirigentes do Partido Comunista Espanhol, em seu discurso de despedida das Brigadas Internacionais, intitulado “Mensagem aos voluntários das Brigadas Internacionais”, em 01 de novembro de 1938, ressalta a importância da solidariedade e o caráter Internacionalista das Brigadas. Em suas palavras:

> Camaradas das Brigadas Internacionais! razões políticas, razões de Estado, a saúde dessa mesma causa pela qual ofereceram o seu sangue com generosidade sem limites fazem alguns voltarem para suas pátrias, e outros à forçada imigração. Vocês podem ir embora orgulhosos. São a história, são a lenda, são o exemplo heroico da solidariedade e da universalidade da democracia, frente ao espírito vil e acomodado dos que interpretam os princípios democráticos com a atenção voltada aos cofres-fortes ou às ações industriais que querem proteger de qualquer risco (LA PASSIONARA, 1938).

O Exemplo das Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola foi uma das expressões máximas de solidariedade na história do século XX, nelas voluntários de todas as cores e ideologias, como disse La Passionara, se encontraram para defender a liberdade e justiça em solo espanhol, uma vez que naquele momento defender a Espanha contra o fascismo era uma luta em defesa da humanidade.

2.6 AMÉRICA LATINA

Conforme as experiências acima tratadas, vimos que, para a classe trabalhadora obter conquistas significativas, fez-se necessário sair do âmbito das organizações nacionais e internacionalizar-se, pois o sistema de dominação do Capital ao internacionalizar-se ocupou todas as esferas do globo terrestre, impactando diretamente a classe trabalhadora.

---

[45] Isidora Dolores Ibárruri Gómez, La Passionara (1895-1989). Militante revolucionária oriunda do País Basco, transformou-se numa liderança política, sendo uma das fundadoras e dirigentes do Partido Comunista Espanhol (PCE), ao qual atuou na clandestinidade, depois participou ativamente da Guerra Civil Espanhola. Após a guerra exilou-se na União Soviética onde continuou exercendo seu papel de liderança no Partido, sendo eleita secretária-geral em 1942, ocupando o cargo até 1960 . “Durante a Guerra Civil Espanhola, a figura da Pasionaria, os seus discursos, a sua força e coerência, provocavam verdadeiras paixões entre o povo de Espanha e sobretudo de Madrid. O seu grito ‘No pasarán!’ ainda hoje se ouve como sinal potente contra o fascismo. Durante a batalha de Madrid, que durou dois anos e meio, Dolores foi verdadeiramente a Pasionaria.” Ao retornar do exílio em 1977 se tornou deputada. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/ibarruri/index.htm. Acesso em 11 de março de 2020.

O contexto geral do século XIX foi marcado por conflitos, tanto na Europa, quanto na América Latina, mas com uma significativa distância entre ambos os processos. Enquanto na Europa as lutas se travavam na perspectiva da luta de classes entre burguesia e proletariado, fruto sobretudo da Revolução Industrial, que marcou o desenvolvimento do sistema fabril e o avanço do capitalismo para sua fase industrial, na América Latina a luta principal se dava em torno dos processos de independências contra o jugo colonial após trezentos anos de resistência.

As primeiras lutas pela emancipação no continente latino-americano foram pautadas nos processos de independência que, em alguns casos, tiveram caráter revolucionário no sentido da realização de mudanças profundas, como é o caso do Haiti, por exemplo.

Muitas lutas se travaram para enfrentar o modelo colonizador, ao qual historicamente houve imensa resistência em todos os países, a começar pelos povos indígenas na luta pela sobrevivência e em defesa de seus territórios, depois os povos africanos trazidos forçadamente para a América como substituição da mão de obra indígena no regime de escravidão, sem deixar de mencionar as lutas contemporâneas. Todos estes processos nos ajudam a compreender as raízes das lutas na América Latina.

Há que se considerar alguns personagens que tiveram importante contribuição na elaboração das ideias críticas que fundamentaram as lutas emancipadoras no continente latino-americano. Estes, através de suas ideias e práticas, inauguraram um novo momento na história da América Latina: o da luta pela emancipação com base no elemento de unidade continental anticolonial.

A maioria das independências do continente latino-americano foram de corte liberal popular, lideradas pelas elites que defendiam seus interesses locais. Entretanto, algumas tiveram caráter mais radical e impactaram internacionalmente, inclusive com conteúdo de solidariedade internacionalista, haja vista a participação de estrangeiros em casos particulares como Cuba e Venezuela, entre outros. O conceito de Internacionalismo Proletário utilizado neste trabalho está relacionado às experiências, não somente, mas sobretudo do século XX marcadas pelo triunfo das Revoluções Socialistas, portanto, o termo não se aplica à discussão da América Latina nos processos de lutas pela independência, no entanto, acreditamos ser importante trazer o debate das independências como primeiras manifestações da solidariedade internacionalista no continente.

O exemplo principal pode ser o caso do Haiti, onde em 1804 eclodiu a Revolução Negra, inspirada nos ideários da Revolução Francesa de 1789 de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que haviam se espalhado pelo mundo.

A Revolução Haitiana de 1804 foi a primeira Revolução Negra da História. A luta pela emancipação contra o domínio colonial francês na ilha caribenha teve um desfecho impactante para toda a América Latina. O triunfo da Revolução Francesa de 1789 trouxe enormes repercussões na longínqua colônia francesa e o lema foi compreendido pelos escravos negros haitianos como possibilidade de rebelar-se em insurreição contra o domínio colonial.

Os rebeldes haitianos ficaram conhecidos como jacobinos negros, em alusão ao movimento político da Revolução Francesa. Em 01 de janeiro de 1804, foi proclamada a independência do Haiti após sangrentas lutas contra o exército colonial, sob o comando do general revolucionário Jean Jacques Dessalines[46], chefe das tropas independentistas.

A Revolução Haitiana foi um fato transcendental na história da Humanidade, pois deu origem à primeira República Negra liderada por escravos na América Latina. Neste aspecto, nota-se o conteúdo internacional, tanto do ponto de vista das ideias liberais circuladas a partir da Revolução Francesa quanto do ponto de vista do impacto da Revolução Haitiana para o continente latino-americano, cujos países ainda ensaiavam seus processos de independência.

De acordo com Angel García[47], a Revolução Haitiana teve expressões de Internacionalismo em pelo menos dois episódios mais conhecidos: 1) o apoio de Alexandre Petión[48] à causa de Simón Bolívar[49] em 1815, que contribuiu inclusive com a

---

46 Jean-Jacques Duclos Dessalines (1758-1806). Em 1791, Dessalines aderiu à rebelião de escravos das planícies do norte do Haiti, se tornado um dos principais líderes da única rebelião de escravos que deu origem à primeira Revolução Negra da história contemporanea, coroada com o sucesso da criação de uma nação independente na América Latina. Dessalines promulgou a Declaração de Independência do Haiti em 1 de janeiro de 1804.

47 GARCIA, Angel. Professor da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Entrevista de campo realizada em Guararema, SP, em 26 de janeiro de 2019.

48 Alexandre Pétion (1770 – 1818). Político e militar haitiano, lutou pela independência do Haiti, sendo presidente do país de 1807 a 1818. Concedeu asilo político para Simón Bolívar em 1815, quando este havia sido expulso da Venezuela, também brindou ajuda material para que o “Libertador” pudesse empreender a luta pela libertação e em troca pediu que Bolívar agregasse, à luta pela emancipação do continente, a libertação de todos os escravos.

49 Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios Ponte-Andrade y Blanco (1783 – 1830). Oriundo de família da elite *criolla* da Venezuela, Simón Bolívar foi um dos principais líderes independentista da América Latina e precursor da unidade latino-americana, a qual aprendeu com Miranda, a ideia de Pátria Grande como território livre das Américas. Pelas suas lutas e ideias em prol da emancipação latino-mericana ficou conhecido como o “Libertador” cumprindo seu

radicalização dos processos independentista no continente, uma vez que a ajuda de Petión estava condicionada ao comprometimento de Bolívar com a libertação dos escravos de todas as terras que alcançassem a independência da Espanha, num claro sentimento de irmandade e solidariedade ao povo africano; 2) o apoio de tropas haitianas na tentativa – fracassada – de ajudar na insurreição pela independência de Cuba em 1829.

Com estas e outras expressões solidárias da luta do povo haitiano, pode-se verificar o sentimento e a prática internacionalista que caracterizaram as lutas latino-americanas anticoloniais naquele tempo histórico. Apesar de não serem marcadas por algum projeto de viés ideológico, a manifestação do caráter internacionalista da Revolução Haitiana contribuiu para o fortalecimento da luta latino-americana por independência.

2.6.1 Simón Bolívar e a Pátria Grande

De acordo com as opiniões do professor Angel Garcia, Simón Bolívar (1783-1830) um dos principais independentistas latino-americano, acrescentou um conteúdo anti-imperialista à luta pela Independência e de liberação nacional na América Latina. Bolívar entendeu desde o início das suas projeções políticas para o continente que os Estados Unidos projetavam tornar-se um império e dominar a América Latina. Nas palavras de Bolívar (1829), “Os Estados Unidos parecem destinados pela Providência a atormentar a América de misérias em nome da liberdade" (BOLÍVAR, in: VILA 2007, p. 286, tradução nossa).

Bolívar constatou, de acordo com Garcia, que a unidade das nações Americanas era a única maneira de garantir a verdadeira independência. Nesse espírito, convocou o Congresso Anfíbio do Panamá, em 1826, com o objetivo de criar a Confederação dos Estados da América, na perspectiva de formar um governo único centralizado.

A contribuição de Bolívar foi importante na construção da ideia de uma única nação latino-americana construída desde o vínculo cultural, dos costumes, religiões e idioma. A luta pela independência da América Latina esteve pautada, portando, no

juramento, realizado em 1804, na Espanha, "Não descansar enquanto a América não for livre". Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1858/mes/bolivar.htm. Acesso em: 20 de junho de 2020.

sentimento de unidade bem como no inseparável anti-imperialismo, caminho que posteriormente será trilhado por outros pensadores e revolucionários.

Para a maioria dos latino-americanos, em especial os Venezuelanos, a figura de Simón Bolívar representa a essência de um ideal de justiça e libertação. Representa também o espírito de unidade continental.

Simón Bolívar utilizou o termo Gran Colômbia, ou Pátria Grande[50], referindo-se à necessidade de construir uma unidade dos povos latino-americanos, uma pátria sem fronteiras, onde o caráter internacionalista aparece no propósito de união dos países latino-americanos contra o poder colonial.

Conhecido como Libertador da América, Bolívar deixou o legado do pacto latino-americano. O sentido de Pátria Grande é justamente a ideia de romper as fronteiras impostas pelo domínio colonial que dividem os povos não só territorialmente, mas também política, social e culturalmente.

A obra de Simón Bolívar tem valor universal. Sua luta e pensamento independentista transcendeu a derrubada do domínio espanhol, era necessário organizar um novo Estado pós-colonial que levasse em consideração a dimensão regional em todos os aspectos. Neste sentido, o Congresso Anfibio de Panamá em 1826, defendeu a proposta de nação única, conformada em uma confederação de nações americana.

Bolívar foi sem dúvida um revolucionário do seu tempo, embora as condições da época obviamente não o permitissem pensar para além da independência e da instauração de um governo de federações centralizadas. Foi também foi um pensador político, cuja obra, compilada e publicada na Venezuela, se calcula em pelo menos dez mil documentos entre cartas, ofícios, mensagens, manifestos, artigos jornalísticos etc., a maioria relacionados à sua visão de governo e sociedade na época (VILA, 2007). De acordo com o autor:

> Este cálculo não está exagerado, está demonstrado no trabalho da Comissão Editora dos *Escritos del Libertador,* da Sociedade Bolivariana da Venezuela, que publicou até hoje 11 volumes, com um total de 2.290 documentos, somente até 31 de outubro de 1817 […] (VILA, 2007, p. 11, itálico do autor).

[50] A idéia de Pátria Grande latino-americana foi criada pelo venezuelano Francisco de Miranda (1750 – 1816), um dos precursores da luta pela libertação das colônias hispânicas na América Latina junto a Simón Bolívar, que posteriormente seguiu empregando o termo.

A sede de transformar a realidade o fez contundente na luta pela libertação dos escravos, começando pelos seus próprios, conforme afirma na mensagem ao Congresso de Angostura em 1816.

Em seus escritos e viagens entre Colômbia, Venezuela, Equador e Peru, encontra-se a elaboração da sua ideia de unidade regional. Por exemplo, em 1813, escreve:

> Quando o território da Venezuela estiver livre dos seus inimigos, terminada então minha missão, será celebrada a Assembleia representativa da Venezuela, onde será nomeado o presidente de todos os Estados. Esta mesma Assembleia se pronunciará sobre a união com a Nova Granada [Colômbia], se não estiver ainda sancionada, e o meu destino, desde então, será aquele que conduzirem nossos invencíveis soldados contra os inimigos da Independência Americana (BOLÍVAR, in: VILA, 2007, p. 27, colchete nosso).

A disposição de Simón Bolívar em lutar pela independência da América explicita o sentido de solidariedade para com os países colonizados. Não bastava libertar a Venezuela do jugo colonial, era preciso, para uma verdadeira independência latino-americana, estender a luta aos países vizinhos.

Em seus escritos, Bolívar defendia a importância da união entre Venezuela e Nova Granada (Colômbia, Equador e Panamá), como possibilidade de fortalecer o poder anticolonial na região. Esta coesão seria a âncora para um governo independente, além de fortalecer-se como nação, possibilitaria a cooperação mútua impondo respeito frente aos inimigos.

Para derrotar os séculos de servidão e violência que mancharam de sangue o solo latino-americano era necessário, de acordo com Bolívar, unir-se contra o Exército inimigo. Para isso, expressava Bolívar, em 1815: “eu desejo mais que qualquer outro ver a maior nação do mundo na América formada, menos por sua extensão e riqueza que por sua liberdade e glória” (BOLÍVAR, in: VILA, 2007, p. 65).

O Libertador acreditava que a América poderia estender-se desde o México, passando pela Guatemala, a Nova Granada se uniria a Venezuela e depois Peru formando uma única república confederada.

Obviamente, Bolívar está longe de defender uma batalha ideológica que levasse ao desenvolvimento de uma luta revolucionária de caráter popular. A luta bolivariana se limita contra o domínio colonial sustentada por ideias de construir um governo central que abarcasse várias nações com vínculos entre si e com o todo. “Já

que tem uma origem, uma língua, uns costumes e uma religião, deveria consequentemente, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que hão de ser formados" […] (BOLÍVAR, in: VILA, 2007, p. 69).

A independência latino-americana deveria dar-se de maneira conjunta, pois individualmente cada país teria maior dificuldade em enfrentar o inimigo. Em 1819, após o Exército Libertador conquistar Bogotá, realizou-se em Angostura o congresso que fundou a República da Colômbia, que compreendia os estados libertos de Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador, ainda que no momento da sua criação o território ainda se encontrava ocupado pelos espanhóis.

Vale recordar que Bolívar não contava com o Brasil – naquele momento Império - como aliado na construção da Pátria Grande, mas principalmente, não via os EUA como parte desta aliança, uma vez que já visualizava projeções imperialistas no gigante do norte continental.

A independência da América Latina foi um processo largo que atravessou quase todo o século XIX, começando pela independência haitiana em 1804. Na primeira metade do século houve lutas acirradas em praticamente todo o continente, sobretudo sendo mais expressivas na América do Sul. Em 1830, após a conquista da independência de vários países, o aprofundamento da crise econômica afetou a República da Gran Colômbia, em desenvolvimento. Viveu-se um período de hostilidades entre Peru e Gran Colômbia, a crise política se acirrou e esta República viu-se afetada em meio à crise e rupturas. Nascia então o Estado da Venezuela com características centro-federalistas (VILA, 2007).

Em dezembro de 1830, Simón Bolívar morre em Santa Marta na Colômbia, fator determinante para a dissolução da República da Colômbia. Equador também se separa, fechando assim um ciclo importante da história da América hispânica (VILA, 2007).

Simón Bolívar foi, segundo estudiosos, incomparável na história latino-americana. Tornou-se um dos grandes nomes reconhecidos pela ação e pensamento. Durante vinte anos exerceu incansavelmente seu papel defensor da unidade latino-americana e comandou a luta que levou a independência latino-americana, do Caribe ao Andes pacífico, os quais constituem hoje os seguintes países: Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia e Panamá (VILA, 2007).

De acordo com o autor, Bolívar não só comandou a guerra de libertação, como também pensou no formato das instituições que seriam criadas pós-independência.

2.6.2 José Martí e a Nuestra América

Entre os percursores do Internacionalismo Proletário latino-americano e terceiro-mundista está José Martí (1853-1895). Considerado o apostolo cubano, José Martí influencia o pensamento revolucionário latino-americano até os dias atuais.

Martí desde muito jovem apresentava anseios de rebeldia contra o sistema colonial opressor, aos 16 anos de idade foi aprisionado e obrigado a realizar trabalho forçado devido a suas ideias revolucionárias. Dois anos depois foi deportado para a Espanha, onde publicou seu primeiro manifesto intitulado “El Presidio Político en Cuba”, que publicitava a violência sofrida no cárcere.

Na Espanha, se articula com outros cubanos para debater o tema da independência da ilha, após sua estadia neste país, muda-se para o México e logo em sequência para a Guatemala, regressando a Cuba somente em 1878, depois da primeira Guerra de Independência, a Guerra dos Dez Anos, tema que abordaremos novamente no início do segundo capítulo deste trabalho.

Devido a seu envolvimento nos processos de independência, ao regressar a Cuba se vê novamente deportado e vai para Nova York, onde funda o Partido Revolucionário Cubano e desenvolve excepcionalmente a sua intelectualidade. O herói cubano foi morto em combate na luta pela independência em maio de 1895 em solo pátrio junto a outros independentistas ao enfrentar a ofensiva do Exército espanhol.

A práxis internacionalista de José Martí foi de grande importância para o pensamento emancipatório latino-americano, sobretudo para a Revolução Cubana.

Em 1891, em um pequeno texto publicado em New York, José Martí afirma a seguinte expressão, que posteriormente será utilizada como epígrafe sobre suas ideias: “trincheiras de ideias valem mais que trincheiras de pedras”. Esta afirmação é utilizada até os dias de hoje para referir-se ao processo de emancipação política e intelectual dos povos latino-americanos. Para José Martí, as ideias, o conhecimento, são as armas principais pelas quais levarão à libertação a sociedade oprimida.

Ao pensar a América Latina referimo-nos às várias dimensões deste continente: Primeiramente, ao território colonizado pelos portugueses, espanhóis e franceses utilizando-nos dos diferentes términos ou categorias como, por exemplo, América Espanhola, Ibero América, Hispano América, Nuestra América, Indo América, para

citar os termos utilizados por diferentes autores. Mas, também, nos referimos à construção do pensamento político latino-americano, utilizando sobretudo a vertente do pensamento liberal ou do crítico, e neste último se encontra José Martí.

O termo Nuestra América, formulado pelo autor, reivindica a América como território dos povos nativos originários, mas também dá sentido de unidade à luta anticolonial, bem como contra o domínio estadunidense que, já então, era identificado pelo autor como imperialista.

Estando em Nova York, Martí vive um período frutífero do ponto de vista intelectual e político, ali escreve diversos textos e poemas importantes que compõe a sua vasta obra. Também, desenvolve contato com os países da América Latina, conforme Arias:

> Nova York, a cidade cosmopolita que reúne gentes, coisas e ideias de todas as partes do mundo, deve considerar-se uma presença determinante para o desenvolvimento martiano. A própria preparação de La Edad de Oro, seria difícil de conceber em outro lugar que não fosse esta cidade, inclusive, podia estabelecer uma melhor comunicação com todos os países da América Latina […] (ARIAS, 2012, p. 18).

Foi sobretudo vivendo e testemunhando as grandes mudanças ocorridas naquele período finais do século XIX, as imigrações em massa para a cidade novaiorquina, o fenômeno da urbanização etc., que Martí desenvolve sua concepção sobre o nascente gigante imperialista.

A intensa vida cultural daquela cidade contribuiu para sua formação cultural e intelectual. “Claro que também conheceu a Nova York da miséria, da sordidez, inclusive, a máquina aniquiladora de milhares de existência” (ARIAS, 2012, p. 22).

Martí aproveitou o caos da grande cidade e transformou-a numa escola de vida, fez da própria vivência a vertente principal da sua obra literária latino-americanista.

Arias, o compara a outros escritores que também submergiram no cenário vórtice da modernidade para concluir suas obras envoltas às contradições daquele final de século, dos quais muitos, apesar de desenvolver sua intelectualidade voltada para o cenário latino-americano, não tinham implícito em seus pensamentos o compromisso com o povo latino-americano. Martí, nas palavras de Arias:

> Não é Andrés Bello desterrado pobre em Londres, mas muito reconhecido intelectualmente; nem Sarmiento, amigo de ministros no Chile;

> nem muito menos o aristocratismo profundo de Montalvo; ou Gonzáles Prada, grande senhor partidário e defensor dos que não tinham seus privilégios; ou Hostos, que rechaçou a vida novaiorquina para ser mestre do ensino em Santo Domingo; nem Rodó, sempre um intelectual de altura; para não mencionar Darío, tão aberto a conseguir e desfrutar ajuda dos poderosos (ARIAS, 2012, p. 23).

Nesta afirmação o autor expõe claramente sua opinião sobre a opção pró estadunidense ou europeia da maioria dos clássicos do pensamento latino-americano.

Muitos foram os discursos, poemas e folhetos escritos por Martí estando em Nova York para correspondência hispano-americana, a tônica do seu discurso sempre versava sobre a independência de Cuba e o papel dominante dos Estados Unidos. “Nós somos espora, chicote, realidade, vigia, consolo. Nós unimos o que outros dividem, nós não morremos. Nós somos as reservas da Pátria!” (MARTÍ apud ARIAS, 2012, p. 18)[51].

A vida política estadunidense foi para Martí terreno fértil para a criação literária. Suas observações acerca dos Estados Unidos foram publicadas sob o título "Escenas norte-americanas", em cinco tomos de 284 crônicas, sendo a maioria sobre aspectos da sociedade norte-americana e sua evolução ao imperialismo. Tais artigos servem para matizar seu pensamento e concepção, os quais submete posteriormente à experiência prática.

De acordo com Arias, o objetivo de Martí através de suas crônicas era “dar a conhecer aos povos hispano-americanos os conflitos, virtudes, defeitos e perigos deste poderoso país ainda em formação” (ARIAS, 2012, p. 64).

Martí foi também um pensador pedagogo, em sua revista *La Edad de Oro*, dedicada ao público infantil, propunha uma formação calcada em valores humanos, ou seja, pensou estrategicamente na formação e emancipação da sociedade futura.

Segundo o autor, sua dedicação ao projeto emancipador na América Latina também se encontra no trabalho para o público infantil, tanto que os três heróis nos contos da revista *Edad de Oro*, eram Bolívar, San Martín e Hidalgo[52]. Desta maneira,

---

51 MARTÍ, José. Discurso en conmemoración del 10 de Octubre de 1868, em Masonic Temple, Nueva York, 10 de octubre de 1888.

52 O autor refere-se a outros dois independentistas da América Latina. Sendo estes, José Francisco de San Martín y Matorras (1778-1850) general argentino, primeiro líder norte-americanas", em cinco tomos de 284 crônicas, sendo a maioria sobre aspectos da sociedade norte-americana e sua evolução ao imperialismo. Tais artigos servem para matizar seu pensamento e concepção, os quais submete posteriormente à experiência prática. Ilaseñor (1753-1811) padre liberal considerado o pai da nação mexicana por ser um dos precursores na luta pela independência do México.

Martí traz para a literatura infantil a essência do pensamento emancipador de face latino-americanista.

Outra expressão da essência do pensamento de Martí foi o ensaio Nuestra América, publicado pela primeira vez na Revista Ilustrada de Nova York em 1º de janeiro de 1891 e em 30 de janeiro do mesmo ano foi publicada no México pelo Partido Liberal. Este texto é uma das principais obras de José Martí antes da fundação do Partido Revolucionário Cubano. No texto o autor expressa um mapa dos problemas fundamentais da América Latina, problemas estes que, em essência, chegam até aos dias de hoje com o aprofundamento da agressividade do imperialismo norte-americano, conforme CINTIO VITIER (2012)[53].

O conceito Nuestra América foi adotado posteriormente, na leitura crítica, como chave de interpretação para a unidade dos povos da América Latina.

José Martí foi e continua sendo um dos pensadores de maior influência em Cuba, suas ideias transcenderam as barreiras do seu próprio país influenciando muitos países com os ideários de libertação.

Gerações como a de Julio Antonio Mella e Fidel Castro se inspiraram tanto na obra quanto nos atos de rebeldia de Martí. Vale recordar que antes de Fidel, tanto Martí como Mella já haviam pensado a Revolução Cubana partindo do México para empreender a luta armada, o Iate Granma foi, portanto, a concretização de uma ideia muito antes elaborada.

Portanto, estudar o pensamento de Martí como uma das referências no processo libertação latino-americano se faz indispensável para entender questões relativas às raízes históricas dos nossos problemas atuais e, apesar de ser um escritor do século XIX, seu pensamento continua vigente.

Nuestra América é uma análise política sobre a América Latina, com uma linguagem metafórica própria do autor, que trata a realidade histórica e social apontando a saída através da unidade dos povos da América Latina.

Problemas como a usurpação das terras pelos colonizadores europeus estão presentes no ensaio, o autor critica a soberba com que os europeus se impuseram nas terras latino-americanas numa relação de poder autoritário que promoveu o massacre contra povos indígenas originários. Nas palavras de Martí, “creem os soberbos

---

[53] VITIER, Cintio, responsável pela pesquisa, apresentação e notas da Edição Crítica do Nuestra América. ver: MARTÍ, José. **Nuestra América.** Centro de Estudios Martianos. Edición Crítica. La Habana, 2012.

que a terra foi feita para lhes servir de pedestal porque têm a pluma fácil ou a palavra colorida e acusa de incapaz e irredimível a sua república nativa [...]" (MARTÍ, 2012, p. 14, tradução nossa).

Fidel Castro, em seus escritos sobre Martí, assegura que este foi um dos primeiros anti-imperialistas da América Latina. "Martí não era marxista e nem leninista, mas tinha simpatia por Marx, por este ter se colocado ao lado dos pobres" (FIDEL CASTRO, in: LÖWY, 295, 2016).

José Martí teve visão de longo alcance em sua perspectiva acerca das projeções do imperialismo norte americano. Nas palavras de Fidel:

> Porque o imperialismo norte-americano começa a se desenvolver vigorosamente a partir da intervenção em Cuba, ao qual se apodera praticamente da riqueza do país, apodera-se de Porto Rico, apodera-se das Filipinas, e inicia-se a etapa imperialista do capitalismo norte-americano (FIDEL CASTRO, in: LÖWY, 2016, p. 295).

Como se sabe, José Martí viveu exilado nos Estados Unidos durante 14 anos (1881-1895), período em que pôde conhecer o "monstro" desde as suas entranhas, o quê possibilitou-lhe analisar a transformação dos EUA em potência imperialista já no final do século XIX.

Sobre isso, escreve Fidel: "vejam como Martí era realmente um revolucionário genial, que percebeu o desenvolvimento do imperialismo no ano de 1895, quando este ainda não começara a se manifestar como força mundial" (FIDEL CASTRO, in: LÖWY, 2016, p. 295).

Para José Martí, os oprimidos têm causa comum contra o poder e interesses dos opressores, ideia chave desenvolvida pelo autor de Nuestra América, no sentido de mostrar a possibilidade de revolução da classe oprimida.

José Martí defende a ideia de uma América com espaço para todos: índios, negros, campesinos e todo o "povo natural". A luta contra a colônia objetivava alcançar a liberdade e a constituição do "povo natural" contra o ódio estabelecido pelos europeus, era preciso triunfar o amor sobre o ódio. E assim:

> Levantam-se os povos e se saúdam 'como somos?' se perguntam uns aos outros e vão dizendo como são [...] os jovens da América colocam a camisa no ombro, mergulham as mãos na massa e a levantam com o fermento do seu suor. Criar é o passa palavra desta geração. Se o vinho de banana sai azedo, é nosso vinho! […] de pé com os olhos alegres de trabalhadores, se saúdam de um povo a outro os novos

> homens americanos e do estudo direto da realidade surgem os estadistas naturais (MARTÍ, 2012, p. 21; 22, tradução nossa).

Desta maneira, começara a edificar-se um novo pensamento e poder na América Latina para enfrentar os perigos iminentes e recuperar os séculos perdidos.

Sua tese central, a unidade de Nuestra América, ao qual chama poeticamente de união tácita e urgente da "alma continental", Martí não fala da união tácita entre as nações, e sim da alma continental, projeto que também defendia Simón Bolívar, desejando a “unidade de espírito” entre todos os habitantes do continente.

A diferença entre Bolívar e Martí está no projetar da nova sociedade pós colonial. Enquanto Bolívar pensava na constituição de um governo centralizado que administrasse o conjunto dos países que formariam a Gran Colômbia, Martí tem uma visão estratégica de luta ampla contra o inimigo maior, o imperialismo estadunidense em processo de formação, e ao mesmo tempo pensava na forma de governo proveniente da população local, uma espécie de poder popular que emanasse dos povos originários, mestiços e natural da Nuestra América. Bolívar criticava os escravos e indígenas afirmando que estes sujeitos estavam dominados pelo colonizador e não teriam capacidade de levantar-se contra o opressor, embora repudiasse veemente a escravidão.

É certo que Bolívar teve muito mais experiência em campo de batalha na luta contra os espanhóis do que Martí. Neste sentido, pôde ver, mesmo que incompleto, o grande sonho da Pátria Grande na constituição da unidade latino-americana.

Tanto Bolívar quanto Martí comungaram do mesmo sonho, dos mesmos ideais, da mesma visão latino-americanista e universal do continente.

Naquele período, Martí analisava a América Latina como fruto de muitas resistências contra a imposição da cultura colonizadora em defesa dos saberes autênticos de mais de 200 milhões (atualmente acima de 600 milhões de pessoas)[54] numa síntese entre índios, negros e brancos, portanto, a cultura de um povo que não se limita a repetir os traços de uma civilização estrangeira dominante (MARTÍ, 2012).

O ensaio de José Martí é considerado uma crítica à condição colonial e prelúdio das futuras lutas latino-americanas, escrito há mais de um século, se mantêm

---

[54] Segundo os dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a América Latina chegaria a 625 milhões de habitantes em 2016 (ONU, 2016). Disponível em: https://nacoesunidas.org/numero-de-habitantes-na-america-latina-deve-chegar-a-625-milhoes-em-meados-de-2016-segundo-cepal/. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

plenamente vigente, a qual os Estados os Unidos, convertido em potência imperialista, aprofunda o processo predatório contra a liberdade e soberania de Nuestra América.

O pensamento de Martí não é apenas uma elaboração conceitual contra o sistema colonial, é principalmente uma proposta política contra o sistema vigente ao qual em carne própria foi experimentar. Seu pensamento constrói-se, portanto, a partir de uma práxis revolucionária anti-imperialista na qual a unidade latino-americana seria o único antídoto contra a dominação imperialista.

Para Garcia, tanto Bolívar quanto Martí avançaram no desenvolvimento de ideias anti-imperialistas e na noção de unidade latino-americana como expressão espontânea do internacionalismo. Isso antes das ideias marxistas penetrarem na América Latina, algo que não acontecera até as primeiras décadas do século XX.

2.6.3 A herança marxista e a Revolução Latino Americana

Pretendemos aqui contextualizar o marxismo na América Latina na perspectiva de situar a realidade latino-americana ao contexto dos movimentos revolucionários, que se desenvolveram com mais profundidade a partir do século XX.

O desenvolvimento do capitalismo na América Latina se deu paralelamente à violência inerente ao próprio sistema. Os setores modernos e industriais, representados pela burguesia nacional, prometeram avanços contra o atraso e, para garantir a ordem do Capital, esta classe foi completamente antipopular e contrarrevolucionária, pois teve que aliar-se à classe dominante latifundista atrasada, “essa aliança produziu uma evolução que fez da América Latina uma região do mundo muito melhor articulada que antes ao capitalismo mundial” (HEREDIA, 2006, p. 55, tradução nossa).

Segundo o autor, o processo de centralização e concentração do capital nas últimas décadas do século XX foi gigantesco e a América Latina não ficou atrás. Os laços profundos dos países latino-americanos com o centro imperialista fizeram com que a região perdesse a autonomia. E com esta perda de autonomia entra em curso um processo de recolonização da América Latina e de outras partes do mundo pois, como vimos, o Capital em seu processo de crise estrutural busca novas formas de expansão e intensificação para atender às demandas da sua própria reprodução.

Em paralelo à luta do proletariado na Europa, na perspectiva de construir uma organização em âmbito internacional que desse respaldo às principais demandas da

classe trabalhadora, a América Latina buscou construir-se no âmbito do processo emancipatório que desse identidade comum e unidade às lutas na região.

Nesta perspectiva, buscar-se-á desenvolver uma conexão da América Latina com o que já estava ocorrendo na Europa. Para tanto, utilizaremos como referência as reflexões de autores como Michael Löwy, com base na chegada do marxismo na América Latina a partir da primeira metade do século XX e como estas ideias e lutas concretas se conectaram entre si no próprio continente latino-americano, construindo em certo sentido, uma solidariedade continental, mas que também com apoio nas experiências mais avançadas em outras partes do mundo.

Ver-se-á como a influência do movimento comunista internacional, sobretudo a Terceira Internacional, impactou diretamente na elaboração teórica e nas ações práticas latino-americanas, diante do contexto de expansão e crise do sistema do Capital, bem como de que forma a particularidade da América Latina fez brotar um marxismo ora dogmático, ora autêntico, contraditório em si, mas que buscava raízes para afirmar-se como teoria revolucionária.

Por diversas razões não será possível tratar da América Latina na sua completude, tampouco dar destaque a todos os autores importantes na elaboração da teoria marxista a partir desta realidade, entretanto, destacar-se-á alguns processos de lutas revolucionárias, bem como alguns pensadores que, a nosso juízo, tiveram contribuições fundamentais e que influenciam o pensamento crítico latino-americano.

Na América Latina o processo de lutas revolucionárias na perspectiva socialista se deu de maneira mais tardia, se consideradas as experiências vistas anteriormente no âmbito da Revolução Socialista. De Acordo com Florestan Fernandes, a formação tardia da luta revolucionária na América Latina deve-se ao fato de que,

> A maioria dos países de origem colonial sofreu um desenvolvimento capitalista deformado e perverso. Muitos não lograram ter um desenvolvimento agrícola entrosado com o desenvolvimento industrial capaz de alimentar a formação de um proletariado industrial relativamente denso (FERNANDES, 1984 p. 71).

O que houve na América Latina no primeiro quartel do século XX foram contrarrevoluções burguesas, pois a classe operária não estava consolidada a ponto de levar a cabo uma revolução, mesmo que a Revolução de 1917 trouxera impulso para muitas mobilizações no continente.

De acordo com Florestan Fernandes, o conceito de Revolução se aplica para referir-se a mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade (FERNANDES, 1984). Neste caso, estamos nos referindo ao processo de mudanças que mexeram nas estruturas sociais imperantes daquele momento que na América Latina se vivenciou. Muitas tentativas, no entanto, foram frustradas ou esmagadas pela contrarrevolução burguesa em detrimento do poder e avanço do Capital nesta região.

Para Fernandes, o atraso da revolução no Brasil – e na América Latina – está relacionado ao congelamento do processo de descolonização, onde a imensa maioria da população ficou isolada dos processos de decisão política e das formas sociais organizativas. O regime de classes preservou um padrão neocolonial que atrasou a organização das massas.

No entanto, com o avançar da industrialização, olhando para o caso brasileiro, conforme a análise de Fernandes, o crescimento súbito das forças produtivas etc., o regime de classes passa por transformações, aumenta-se o número de trabalhadores e os proletários se constituem enquanto classe em si. De acordo com o autor, “deixa de operar segregadamente, como parte do universo urbano-industrial, atingindo com fluidez os que estão proletarizados e os que aguardam a proletarização […]” (FERNANDES, 1984 p. 94). Neste sentido, a classe sai do isolamento e se constitui com maior fluidez os conflitos que as envolvem.

Com exceção de alguns casos, como Cuba e Nicarágua, a revolução latino-americana no século XX foi esmagada pelas ditaduras militares que, em prol do desenvolvimento capitalista, constituíam um Estado burguês autocrático para garantir com segurança os interesses do Capital.

No âmbito da revolução internacional, a Revolução Russa conferiu grande influência nas lutas operárias das primeiras décadas do século XX na América Latina. E depois, com a fundação da Internacional Comunista, houve a criação de inúmeros partidos comunistas pelo continente, embora a natureza da revolução latino-americana, como vimos, enfrentava limitações e precisava necessariamente desatar-se das amarras que a deixaram paralisadas frente à contrarrevolução burguesa.

De acordo com Fernandes, o melhor exemplo na América Latina, de ruptura com a ordem social vigente foi a Revolução Cubana, ao conseguir transformar o nacionalismo em conteúdo revolucionário. “O essencial é libertar a Nação como um todo

e eliminar dentro dela todas as sequelas da sociedade colonial, que foram reconstituídas e fortalecidas sob a ‘sociedade nacional’ pelo capitalismo neocolonial” (FERNANDES, 1984 p. 84).

Concomitante à formação da classe operária e a organização da luta revolucionária, o marxismo se constituiu na América Latina de maneira peculiar, considerando duas questões principais. A primeira foi considerar a formação sócio histórica e cultural da realidade latino-americana que assumiu o caminho do marxismo indo-americano. E a segunda foi a transplantação do marxismo europeu na realidade continental.

Neste sentido, Michael Löwy, apresenta o panorama desta construção na América Latina, destacando os principais debates e momentos históricos. Numa apresentação esquemática, pode-se destacar três períodos históricos diferentes para entender o marxismo na América Latina.

> 1) um período revolucionário, dos anos 1920 até meados de 1930, cuja expressão teórica mais profunda é a obra de Mariátegui e cuja manifestação pratica mais importante foi a insurreição salvadorenha de 1932. Neste período, os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e anti-imperialista; 2) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959 durante o qual a interpretação soviética de marxismo foi hegemônica, e por conseguinte a teoria da revolução por etapas, de Stalin, definindo a etapa presente na América Latina como nacional-democrática. 3) o novo período revolucionário, após a Revolução Cubana, que vê ascensão (ou consolidação) de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são de natureza socialista da evolução e a legitimidade, em certas situações da luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara (LÖWY, 2016, p. 12).

A partir dessa periodização tentaremos, portanto, organizar a contextualização sobre o continente latino-americano no bojo do contexto internacional do período que vai da década de 1920 a finais da década de 1950, com o triunfo da Revolução Cubana.

As diferentes interpretações do marxismo na América Latina trazem algumas consequências, por um lado, o excepcionalismo do socialismo indo-americano com Mariátegui, e por outro, o eurocentrismo como consequência desta mesma interpretação levado a um profundo particularismo da realidade, considerando o espaço-tempo indo-americano governado pelas suas leis naturais diferentemente do espaço-tempo europeu analisado por Marx (LÖWY, 2016).

A APRA (Aliança Popular Revolucionária) fundada pelo peruano Victor Raúl Haya de La Torre (1895-1979) no México, tendia a ser um movimento de caráter continental que assumiria viés internacionalista, no entanto, se fixou na realidade peruana tornando-se um partido de massas. Foi uma das primeiras iniciativas concretas de trazer o marxismo à realidade latino-americana.

Para Löwy, o marxismo na América Latina apresenta duas vertentes opostas: o indoamericanismo e o eurocentrismo.

O excepcionalismo Indo americano absolutiza a especificidade da América Latina na questão indígena, o partido de Haya de La Torre é a expressão desta abordagem e coloca em questão o marxismo como exclusividade europeia. Aliás Haya de La Torre, negava o marxismo europeu afirmando ser uma teoria importada, de acordo com Mesquita e Adoue,

> Suas análises, no entanto, exaltam exclusivamente o elemento autóctone, desconsiderando todas as alternativas vindas da Europa, inclusive o socialismo marxista. Haya de la Torre, por exemplo, dizia que o marxismo não poderia servir de instrumento para a compreensão da realidade latino- Americana por ser uma teoria importada (MESQUITA; ADOUE, 2012, p. 16).

O eurocentrismo, por sua vez, devastou, segundo Löwy, o marxismo latino-americano, ao tentar “transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX” (LÖWY, 2016, p. 12).

A superação desta maneira oposta de pensar deveria incidir na aplicação criativa do marxismo, superando tanto o particularismo quanto o dogmatismo e aplicar a dialética entre o específico e o universal. Assim, o autor afirma que:

> Na nossa opinião é acidental que a maioria dos pensadores que compartilham essa posição metodológica, de Mariátegui a Che Guevara, para citar dois exemplos bem conhecidos, chega justamente à conclusão oposta: ‘*a revolução na América Latina será socialista ou não será’* (LÖWY, 2016, p. 14, itálico nosso).

José Carlos Mariátegui (1894-1930) foi uma grande referência na introdução do marxismo na América Latina, foi “indubitavelmente o pensador marxista mais vigoroso e original que a América Latina já conheceu” (LÖWY, 2016, p. 19).

Escritor e jornalista, encontrou-se com o marxismo em 1919 após um período de três anos na Europa. Há que recordar-se que a Revolução Russa recém triunfara sacudindo a Europa e o mundo. Ao regressar ao Peru, vincula-se aos movimentos da classe trabalhadora através dos sindicatos e partidos (LÖWY, 2016). Mais tarde, após romper com a APRA, por considerá-la reformista, fundou o Partido Socialista que se reclamava pertencente à Internacional Comunista.

Para Galastri, foi inspirado em Lenin que Mariátegui[55] declarou que o socialismo peruano não poderia ser "decalque ou cópia" do socialismo europeu.

> Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indoamericano. Eis aqui uma missão digna de uma geração nova (MARIÁTEGUI, 1974 in: GALASTRI, 2015, p. 282).

Ao trazer a teoria marxiana para a realidade peruana concreta, Mariátegui chama a atenção para o problema da exploração indígena como questão racial, que é segundo Galastri, uma variável latino-americana. Nas observações do autor sobre tal interpretação este afirma que: "Em sua opinião, o marxismo é a única concepção teórica que pode conferir um sentido moderno e construtivo para a causa indígena, elevando-a a um plano de política criadora e realista com base em sua própria condição social e econômica" (GALASTRI, 2015, p. 282).

Sua principal obra "Sete ensaios de Interpretação da Realidade Peruana", publicada em 1928, significou, conforme Löwy, "a primeira tentativa de análise marxista de uma formação social latino-americana concreta" (LÖWY, 2016, p. 19).

Mariátegui fora criticado e acusado de eurocentrista pelo grupo da APRA, ao mesmo tempo, era também acusado por alguns soviéticos dogmáticos de ser populista nacional, devido a sua interpretação do marxismo a partir de realidade particular peruana. Ou seja, estava no meio das duas tendências marxistas na América Latina e recebendo críticas de ambos os lados.

Mariátegui, assim como Lenin, criticava a tendência reformista e pacifista no seio do da Segunda Internacional e apostava na Terceira Internacional como força revolucionária, traçando comparação entre ambas. Para além da crítica às tendências

---

55 MARIATEGUI. **José Carlos. Ideología y política.** Lima: Amauta, 1974.

do movimento revolucionário mundial, Mariátegui também esteve em sintonia com Lenin em sua análise acerca do desenvolvimento do capitalismo. Para Galastri:

> Mariátegui não analisa o desenvolvimento do capitalismo peruano como um fenômeno específico contido nos limites do território de seu país, mas associa tal desenvolvimento ao desenrolar de uma nova fase do capitalismo mundial, qual seja a fase imperialista. Dessa forma, assevera igualmente que o proletariado peruano também é parte do contexto mundial de crise do capitalismo. E não poderia ser diferente, já que, como enfatizado por ele, o desenvolvimento capitalista tornaria unificados os interesses, as ideias, os costumes e os regimes dos povos submetidos a esse sistema econômico (GALASTRI, 2015, p. 284).

Verifica-se, portanto, que a interpretação de Mariátegui transcende a realidade peruana e coloca no campo das suas análises a situação da classe trabalhador em geral.

Para Mesquita e Adoue, Mariátegui não só pensou a questão indígena, que era naquele momento o problema de quatro milhões de pessoas no Peru, como também pensou na complexidade da luta do operariado peruano em formação.

> Mariátegui mostra sua competência como intelectual marxista pela capacidade de pensar o presente simultaneamente às tarefas revolucionárias. Esta maneira de ver a luta socialista e reconhecê-la na luta dos indígenas partia, em grande medida, da tentativa de compreender como era a configuração particular do proletariado do país. O proletariado peruano, mesmo o trabalhador industrial ou de serviços, era de conformação recente e com um grande componente de origem camponês/indígena. E mantinha laços estreitos com seu território e sua comunidade, que era sua retaguarda em caso de desemprego (MESQUITA; ADOUE, 2012, p. 17).

A importância de Mariátegui para construção do pensamento crítico latino-americano é fundamental, sendo um dos primeiros a trazer para a realidade latino-americana a interpretação da luta de classes no processo de desenvolvimento do Capital.

Galastri nos reafirma a importância deste precursor do marxismo no continente ao sustentar que:

> José Carlos Mariátegui considerou sempre, desde que se reconheceu como um pensador marxista (notadamente na última década de vida), a necessidade da organização política e do desenvolvimento de uma consciência socialista entre os trabalhadores rurais e urbanos. Viveu,

> pensou e escreveu absorvido pela necessidade premente de se criar as condições materiais e simbólicas para a revolução socialista no Peru. Foi assim que nos legou, aos latino-americanos, passagens essenciais da história de nosso pensamento crítico a respeito do imperialismo, da luta de classes com as especificidades dessa região do mundo, da importância da assimilação dos costumes e tradições da organização social própria dos indígenas camponeses na construção do socialismo, entre outras reflexões originais (GALASTRI, 2015, p. 296).

Mariátegui encontra no marxismo, portanto, o caminho teórico, mas também a prática política para travar a luta no continente. Por isso também a importância de Mariátegui nos estudos sobre o Internacionalismo na América Latina.

De acordo com Löwy, o pensamento de Mariátegui aponta que a revolução latino-americana deve ser necessariamente socialista, não há outro caminho.

> A revolução latino-americana só pode ser uma revolução socialista que inclua objetivos agrários e anti-imperialistas. Em um continente dominado por impérios não há lugar para um capitalismo independente; a burguesia local chegou tarde demais à cena histórica (LÖWY, 2016, p. 21).

Na década de 1920, podia-se observar um “comunismo original”, segundo Löwy, na América Latina, antes do dogmatismo e triunfo do stalinismo, que também afetou esta parte do mundo, sobretudo dos anos de 1930 até 1960. Neste sentido, a Revolução Cubana foi uma nova Era que se abriu no continente.

> O marxismo foi inicialmente introduzido e disseminado na América Latina por imigrantes alemães, italianos e espanhóis por volta do final do século XIX. Surgiram os primeiros partidos operários, os primeiros pensadores valeram-se das ideias marxistas e surgiu uma corrente, inspirada pela II Internacional; sua ala moderada era representada por Juan B. Justo (1865-1928) e o seu Partido Socialista Argentino (fundado em 1825), e a ala revolucionária por Luis Emilio Recabarren (1876-1924) e o seu Partido dos Trabalhadores Socialistas do Chile (fundado em 1912) (LÖWY, 2016, p. 16).

Os primeiros partidos comunistas começaram a surgir na América Latina, a partir dos impactos da Revolução de Outubro de 1917, ainda que suas forças continuassem limitadas durante muito tempo. A filiação na Terceira Internacional orientava o papel da América Latina na revolução mundial, que era, sobretudo, a luta contra o capitalismo agrário e o imperialismo (Löwy, 2016).

A Revolução Russa exerceu enorme influência na América Latina, o exemplo mais apropriado para ilustrar, como já vimos, foi Mariátegui, mas para além deste também se pode destacar a liderança do sindicalista Luis Emilio Recabarren (1876-1924), que ao tornar-se comunista, transformou o Partido Operário Socialista do Chile em Partido Comunista, a seção chilena da Internacional. Sua ferrenha luta na região salitreira do Chile mobilizava as massas de trabalhadores em torno do poder revolucionário, muito embora não significasse uma aproximação com o marxismo-leninismo.

Para Sena, o movimento operário no Chile era coeso e estava mais desenvolvido que em outras partes da América Latina. De acordo com a autora, “sua linha política não se baseou na conquista do poder pelos meios insurrecionais, mas sim através das instituições democrático-burguesas, fundamentalmente” (SENA, In: PARODI; LÓPEZ, 2015, p. 77, tradução nossa). Veremos mais adiante como esta tradição chilena é também um marco na luta pelo socialismo na América Latina.

Outro exemplo bastante importante do marxismo na América Latina foi o cubano Julio Antonio Mella (1903-1929), fundador do Partido Comunista Cubano em 1925. Devido a sua forte atuação contra a ditadura de Machado, teve que exilar-se no México, de onde continuou sua militância preparando a luta armada para derrubar a ditadura em Cuba, o que não se concretizou devido a seu assassinato - aos 26 anos de idade, em 1929 – quando ainda estava no México. Conforme Löwy, Mella foi um dos grandes exemplos para a história do marxismo na América Latina.

> Foi o primeiro e mais brilhante exemplo de uma figura frequentemente encontrada na história social da América Latina: o estudante ou jovem intelectual revolucionário, o espírito anticapitalista romântico, que encontrava no marxismo uma resposta para a paixão pela justiça social (LÖWY, 2016, p. 17).

Mella, apesar de ter sido assassinado muito jovem, tem um lugar excepcional na história do marxismo latino-americano, particularmente sua referência na Revolução Cubana é até hoje uma das mais importantes. De caráter radical, era um militante que não se enquadrava nas regras definidas pelo Komintern, por isso acabou sendo expulso do partido acusado de ser um herege. A expulsão se deu devido a uma greve de fome durante sua prisão em 1926, foi expulso por insubordinação e indisciplina.

Galdós (2019), afirma que a greve de fome realizada por Mella foi um ato que comoveu o país. E “Como consequência da intensa mobilização popular que gerou a

greve de fome de Mella, o regime ditatorial se viu obrigado a conceder lhe a liberdade provisória" (GALDÓS, 2019)[56].

Após a saída da prisão, Mella teve que exilar-se. Estabeleceu-se no México onde juntou-se ao Partido Comunista e participou de diferentes lutas operárias e campesinas, além da sua valiosa contribuição em publicações para o debate revolucionário.

Ao completar 50 anos da fundação do primeiro Partido Comunista de Cuba, Fidel Castro fez a seguinte afirmação:

> Mella é forçado a deixar o país meses após sua histórica greve de fome. Mas sua personalidade extraordinária, suas ideias e sua combatividade amedrontaram demais ao imperialismo ianque, a oligarquia a serviço desse imperialismo e a tirania machadista; eles não pararam até implementar a conspiração que culminou no assassinato covarde de 10 de janeiro de 1929. Eles interromperam esse talento extraordinário, essa vida fecunda na flor de sua existência (FIDEL CASTRO, 1975 in: GALDÓS, 2019)[57].

De acordo com Pericás (2019)[58], três anos depois sua expulsão foi revogada na Komintern, pois Mella era uma liderança marcadamente expressiva e o Partido precisava de pessoas como ele para mobilizar as massas em torno das lutas em Cuba. Para Pericás, o primeiro Partido Comunista de Cuba, fundado por Mella, deixou as bases para o que viria ser, 40 anos depois, o Partido Comunista de Cuba, vigente e até hoje no poder (informação verbal).

Não podemos falar de internacionalismo na América Latina sem fazer referência à obra de Mella. Assim como José Martí, Mella acreditava na unidade latino-americana através da fraternidade entre povos protagonizada pelos sujeitos revolucionários.

> Esta unidade da América só pode ser realizada pelas forças revolucionárias inimigas do capitalismo internacional: trabalhadores, camponeses, indígenas, estudantes e intelectuais de vanguarda. Nenhum revolucionário de hoje pode deixar de ser internacionalista. Deixaria de ser revolucionário. Nenhum programa de renovação, nem a destruição

---

56 GALDÓS, Pérez Víctor. Aniversario 90 del asesinato de Julio Antonio Mella. Disponível em: http://www.radiorebelde.cu/noticia/aniversario-90-asesinato-julio-antonio-mella-20190110/. Acesso em: 02 de julho de 2020.

57 Idem.

58 Informação fornecida pelo Professor Dr. Luiz Bernardo Pericás, durante palestra "A Comintern, Julio Antonio Mella e a Revolução Cubana" no Simpósio Internacional 100 Anos da Internacional Comunista (1919-2010), São Paulo, 2019.

> de qualquer tirania, poderiam ocorrer sem uma ação conjunta de todos os povos da América, sem exceção dos Estados Unidos (MELLA, 1925)[59].

O internacionalismo latino-americano de Mella é de caráter revolucionário. De acordo com sua concepção, é uma tarefa que perpassa os ideários da literatura e do plano diplomático, ou seja, há que concretizar-se através da aspiração de todas as forças revolucionárias no seu conjunto.

Mella é claro em suas ideias acerca do imperialismo e o é também nas formas para combatê-lo, através ruptura revolucionária: “Todo homem novo acredita ser possível e conveniente a formação de uma frente única entre todas as forças anti-imperialistas da América Latina. Distintas organizações têm entre seus fins a luta contra o imperialismo” (MELLA, 1925). Seu conceito de América Latina está assentado na unidade revolucionária contra as tiranias que promovem o massacre aos povos.

O imperialismo, através de suas representações locais, cria mecanismos de integração que forjam uma consciência de submissão e não de emancipação dos povos, por isso, defende a necessidade da criação de uma internacional latino americanista, que leve em conta os anseios da realidade da América Latina frente às agressões imperialistas.

> É necessário também constituir uma Internacional americana capaz de aglutinar todas as forças anti-imperialistas e revolucionárias do Continente para forjar uma frente única e poder enfrentar a grandiosa influência do inimigo, da mesma forma como nos organismos humanos é preciso aparecer a célula inicial que irá crescer […] Na América Latina existem diversas entidades que aspiram a este fecundo internacionalismo por rumos diferentes e que possivelmente realizariam maior labor se fossem respaldadas por uma internacional americana anti-imperialista e revolucionaria: a União Latino-Americana, a Liga Anti-Imperialista das Américas, quase todas as agremiações operárias do Continente, várias federações estudantis e grupos de propaganda e cultura poderiam, mantendo sua autonomia, formar uma frente única, em uma perfeita internacional que se constituísse e que tivesse por base de organização as fortes instituições com tendências internacionais anunciadas em parágrafos anteriores (MELLA, 1925)[60].

---

[59] MELLA, Julio Antonio. **Rumo à Internacional Americana.** Publicado originalmente in *Venezuela Libre,* Havana, Ano IV, No. 15, setembro-dezembro de 1925, págs. 7 a 15. Traduzido por Luiz Bernardo Pericás. Disponível em: http://www.mouro.com.br/Mouro%2014/005%20-%20Rumo%20a%20Internacional%20americana%20JulioMella.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2020.

[60] Idem.

Mella defende claramente a formação de uma frente única de forças revolucionárias latino-americanas no combate ao imperialismo, lembremos que neste período a Internacional Comunista já havia aderido à estratégia das Frente Única em 1922, Mella portando respalda esta estratégia desde que esteja pautada nos problemas da realidade latino-americana. “Neste século, as mudanças não serão realizadas por nações isoladas. A civilização se universaliza. Um câmbio na Europa e na Asia terá influência definitiva na América” (MELLA, 1925).

Aos 22 anos de idade Mella já era um defensor das ideias de Lenin no continente e conseguia fazer a disputa da narrativa, pois teve acesso às leituras do marxismo-leninismo que chegavam no continente, sendo um dos primeiros latino-americanos a tomar contato com as publicações do marxismo.

Para Mata Salas (2019)[61], Mella é fruto de um contexto histórico, que tem a ver com a América Latina mas também com o triunfo da Revolução Bolchevique. É o jovem que se lança ao movimento revolucionário cubano e realiza grandes feitos em pouco tempo, sua vida ativa como militante durou apenas 07 anos, mas “conseguiu transcender o movimento estudantil e confluir com o movimento operário, uniu o pensamento estudantil universitário com o movimento operário” (informação verbal).

O Partido Comunista Cubano era extremamente pequeno, segundo Mata Salas, não chegava a ter 60 membros e era composto por militantes jovens e sem muita experiência. Mas, alcançou transcender para o movimento operário e para o movimento sindical, que passou da natureza reformista para algo superior à época, Mella contribuiu para que o movimento sindical e operário pudesse aderir às ideias comunistas. Defendia que a Revolução Cubana deveria ter conteúdo de caráter nacional, primeiramente sentir o anseio do povo, que eram os anseios pela liberação nacional. Neste sentido, Mella foi o principal fundador do comunismo cubano e latino-americano (informação verbal).

Esta revolução de caráter nacional foi chamada por Mella de nacionalismo revolucionário, que se difere completamente do nacionalismo burguês, conforme definimos anteriormente neste mesmo capítulo. A clara diferença entre o nacionalismo

---

61 Informação fornecida por Antonio Luis Mata Salas, então conselheiro de imprensa e solidariedade no consulado de Cuba em São Paulo, durante palestra “A Comintern, Julio Antonio Mella e a Revolução Cubana” no o Simpósio Internacional 100 Anos da Internacional Comunista (1919-2010), São Paulo, 2019.

burguês e o nacionalismo revolucionário está na relação de exploração, conforme Mella:

> Existem o nacionalismo burguês e o nacionalismo revolucionário; o primeiro deseja uma nação para sua casta viver parasitariamente do resto da sociedade e das migalhas do capital saxão; o último deseja uma nação livre para acabar com os parasitas internos e os invasores imperialistas, reconhecendo que o principal cidadão em toda sociedade é aquele que contribui para elevá-la, com seu trabalho diário, sem explorar os seus semelhantes (MELLA, 2019, p. 18).

Mella concebeu a revolução como processo de libertação nacional, mas também foi um internacionalista convicto, já que seu objetivo alcançou a esfera latino-americana em geral.

> Há uma última razão, de ordem prática, para convencer todos os timoratos da necessidade de adaptar-se às novas orientações da humanidade: o sangue derramado com maior generosidade, dos pampas chilenos até as ruas da Bulgária, é o dos lutadores pelo comunismo. A Revolução, em seu período insurrecional, se faz com sangue, e em sua fase construtiva, com ação e ideias: estamos, por ora, na primeira etapa (MELLA, 2019, p. 18).

Para além de Julio Antonio Mella e José Carlos Mariátegui, caracterizados por pensamentos mais independentes com relação à URSS, o comunismo latino-americano, a partir de 1920, começou desenvolver outros tipos de lideranças mais vinculadas do ponto de vista intelectual e político ao stalinismo, através do aparelhamento da Internacional Comunista. Entre eles podemos destacar Vittorio Codovillha (1894-1970), secretário geral do Partido Comunista Argentino. (LÖWY, 2016).

Para o autor, personagens como Codovilla adotam a análise sobre o caráter da revolução latino-americana, a qual deveria ser uma revolução democrático burguesa concebido por etapas, conforme a análise soviética deste período. Ao contrário desta teoria, Florestan Fernandes é enfático ao defender a revolução como uma tarefa histórica do proletariado. Para o autor:

> A época das revoluções burguesas já passou; os países capitalistas da periferia assistem a uma falsa repetição da história: as revoluções burguesas em atraso constituem processos estritamente estruturais, alimentados pela energia dos países capitalistas centrais e pelo egoísmo auto defensivo das burguesias periféricas (FERNANDES, 1984, p. 14).

Na contramão da linha rígida da Komintern, surgiram outros partidos de inclinação revolucionária mais autônoma em seus processos de lutas e enfrentamento, como é o caso de El Salvador.

Sob a liderança de Augustín Farabundo Martí (1893 – 1932), o Partido Comunista de El Salvador, fundado em 1930, organizou em 1932 “a primeira – e única – insurreição de massa na história da América Latina a ser liderada por um partido comunista” (LÖWY, 2016, p. 23). Neste contexto, o país centro americano vivia sob a sangrenta ditadura militar do General Martínez, responsável por uma gigantesca onda de repressões, prisões e assassinatos de comunistas e simpatizantes.

Este capítulo da história salvadorenha ficou conhecido como *La Matanza*, devido ao fuzilamento e assassinato de cerca de 20 mil homens, mulheres, e crianças nas “regiões Vermelhas” (LÖWY, 2016).

Segundo análises e documentos históricos, a Internacional Comunista não desempenhou nenhum papel sobre o caso de El Salvador, pois as lideranças do Partido Comunista haviam tomado as decisões em completa independência da Komintern, o que foi criticado por outras lideranças comunistas da América Latina, na época, a qual acusaram o PC salvadorenho de irresponsabilidade (LÖWY, 2016).

> Portanto podemos concluir que a rebelião de 1932 constituiu um evento inteiramente singular na história do comunismo latino-americano, por seu caráter de levante armado e de massas, seu programa abertamente socialista e sua autonomia face ao Comintern (LÖWY, 2016, p. 25).

E, por fim, segundo o autor, uma última tentativa de insurreição, que marca definitivamente a história do movimento comunista na América Latina foi o caso brasileiro.

Ao contrário de El Salvador, no Brasil a situação se deu pela via militar, a Rebelião Vermelha de 1935. De caráter nacional popular, foi uma ação concebida pelas vias da Komintern. De acordo com Michel Löwy, o homem destacado para colocar em prática esta insurreição foi Luiz Carlos Prestes (1898-1990), bastante conhecido pela sua lendária marcha de soldados que durante três anos (1925-1927) percorreram os quatro cantos do Brasil na chamada Coluna Prestes. Após seu exílio na Bolívia e Argentina, aproximou-se do marxismo, tornando-se integrante do secretariado latino-americano da Komintern.

A ANL (Aliança Nacional Libertadora), criada em 1935, com um programa relativamente moderado para alcançar reformas democráticas, optou pelo método da luta armada, mas foi esmagada ainda no berço, pois não logrou adesão de outros setores como o da burguesia progressista que supostamente apoiaria o levante, bem como não houve a mobilização dos setores operários e campesinos do país, ficando unicamente em torno dos militares. E assim como em El Salvador,

> O fracasso foi seguido por uma enorme onda de repressão, com execuções, tortura em massa e o encarceramento de dezenas de milhares de prisioneiros políticos. O próprio Prestes foi detido e aprisionado por dez anos. Sua esposa, a comunista alemã Olga Benário, foi entregue a Gestapo […] (LÖWY, 2016, p. 27).

Para Löwy, após a morte de Mella e Mariátegui começou um processo de deterioração do pensamento marxista na América Latina que durou décadas, com exceção de alguns casos particulares, s[62]. De acordo com o autor:

> A América Latina seguiu muito cedo ou muito tarde. Cada mudança na situação mundial está defasada com mudanças na situação continental ou regional. Os partidos comunistas, seguindo as diretrizes do Comintern, encontram-se na contracorrente dos eventos regionais, enfrentando as suas tarefas especificas a contrapelo (DEBRAY, 1974 apud LÖWY, 2016, p. 29).

O novo período do movimento comunista internacional, representado pela hegemonia de Stalin, levou à adoção das frentes populares, através de alianças entre os partidos, para construir o socialismo pela via democrática burguesa e enfrentar o fascismo. “A mudança de âmbito mundial rumo à frente popular, isto é, rumo a uma aliança antifascista de partidos comunistas, socialistas e democráticos-burgueses foi sancionada oficialmente pelo VII Congresso do Comintern em 1935” (LÖWY, 2016, p. 30).

A estratégia da frente popular impediu a revolução pela via da insurreição ao apostar na conquista do poder através do voto, vetando qualquer possibilidade de as massas eclodirem nas ruas e no campo.

Para Secco, a história das Frentes Populares surge desde o final do século XIX, mas ganha mais impulso a partir da década de 1920 do século XX, quando há

---

62 REGIS, Debray. **La critique des armes**. Paris: Seuil, 1974.

uma necessidade de compor as forças de esquerda sobretudo nos países do Terceiro Mundo. Segundo o autor:

> Os acordos então propostos eram pontuais e visavam obter reformas, cargos ou influência no programa de uma coalizão eleitoral. Esses objetivos táticos configuravam uma aliança e não uma frente. A partir dos anos 1920 o recuo das perspectivas revolucionárias de 1917-1921 levou a Internacional Comunista a identificar um período de estabilização do capitalismo e a debater uma frente única que não ultrapassasse as fronteiras da própria esquerda, exceto nos chamados países coloniais e semicoloniais (SECCO, 2019)[63].

Para o autor, foi na década de 1930, com o avanço do fascismo que os comunistas fortalecem a estratégia da Frente Ampla ratificada no VII Congresso da Kominter em 1935. No caso da América Latina, o Chile logrou chegar ao poder. No Brasil houve tentativas como, por exemplo, o PCB com o Bloco Operário, a ANL também se unificou com outros setores da esquerda.

Somente durante a Guerra Fria, devido à ofensiva dos EUA contra a União Soviética e a criação dos partidos comunistas pelo mundo, a luta de classes contra as burguesias nacionais se restabeleceram e, apesar de uma enorme resistência à repressão desmedida feita contra os comunistas e certa radicalização sobretudo contra as ditaduras militares que começaram a surgir no continente, não se evidenciou nenhuma luta de massas de caráter revolucionário, com exceção do exemplo cubano (LÖWY, 2016).

Mais tarde, surgira outro pensador e revolucionário de fundamental importância para o resgate do marxismo na América Latina, Ernesto Che Guevara. Como protagonista do seu tempo histórico, Guevara pôde trazer influências significativas através da práxis revolucionária, tratada mais especificamente no último capítulo desta dissertação.

Löwy destaca três aspectos que compõe o eixo central do marxismo de Che Guevara: 1) a importância da ética comunista no processo revolucionário; 2) o caráter socialista da revolução latino-americana; e 3) a defesa da luta armada como principal forma de luta para derrubar as ditaduras no continente.

Che Guevara não só tonou oportuno o resgate do marxismo na América Latina, como transformou-o em ação concreta através da sua práxis revolucionária.

---

63 SECCO, Lincoln. **A Frente Antifascista.** Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-frente-antifascista/. Acesso em: 28 de março de 2020.

2.6.4 O triunfo do socialismo na América Latina

Já no avançar do século XX, alguns poucos países na América Latina provocaram a ruptura radical contra o sistema dominante, como é o caso de Cuba, por exemplo, a qual podemos chamar de ruptura socialista conforme Mészáros (2010).

As condições de Cuba não permitiram fazer uma revolução por dentro da ordem, como nos elucida Florestan Fernandes. Foi preciso romper com o sistema de dominação neocolonial para construir uma nova forma de sociabilidade.

Michel Löwy considera a Revolução Cubana transcendental para romper com o modelo esquemático de revolução na América Latina, uma vez que esta demonstrou a eficácia da luta armada na construção socialismo.

> A Revolução Cubana obviamente constituiu uma mudança capital na história do marxismo latino-americano e na história da própria América Latina […] o fato excepcional da Revolução Cubana é que toda uma equipe política de origem pequeno-burguesa, inspirada por uma ideologia jacobina e pelas ideias de José Martí, passou para o campo do proletariado e tornou-se marxista em uma "metamorfose ideológica" coletiva verdadeiramente sem precedentes (LÖWY, 2016, p. 45 - 46, aspas do autor).

Podemos dizer, portanto, que outros modelos de revolução foram experimentados na América Latina. Para Florestan Fernandes, "o capitalismo foi incapaz de introduzir na América Latina o ciclo de suas revoluções típicas. Para garantir seu desenvolvimento, o capital teve de recorrer com frequência, a ditaduras cruéis [...]" (FERNANDES, 2012, p. 327).

A própria crise do Capital global que afetou diretamente as economias subdesenvolvidas proporcionou saídas autoritárias para salvar sua economia.

Na América Latina, a partir dos anos vinte do século XX, os governos militares marcaram um período histórico de violência para garantir os interesses do Capital em crise. Diversos países da América Latina, como Cuba, Venezuela, Nicarágua, entre outros, experimentaram este tipo de regime (SADER, 2019).

Mella nos brinda com sua análise de como o Capital, para garantir sua usura, cria seus representantes através de governos servis que reproduzem a lógica da expropriação do próprio povo em troca da garantia de seus privilégios.

> Esta situação econômica, como é natural, tem seu concomitante político. A exploração imperialista do capitalismo ianque está sustentada em cada país por um Governo servil ao amo estrangeiro e necessariamente tirânico com o povo. Todo escravo tem desejo de vingar sua humilhação ao senhor poderoso, exercendo o mesmo vício do abuso da força sobre os mais fracos. Por esta razão vemos como a primeira atitude de cada republiqueta da América que decide civilizar-se é criar um ditadorzinho para garantir, não as liberdades individuais, nem a segurança física da nação e dos nativos, mas as concessões ao capital estrangeiro sob o pretexto de modernizar o país e de promover o desenvolvimento das riquezas naturais (MELLA, 2019, p.17).

Após a segunda metade do século XX, sobretudo no Conesul, esta forma de exploração do Capital assumira caráter de ditaduras em defesa da segurança nacional, motivados pelo sentimento do nacionalismo burguês.

Este setor também firmara aliança estratégica com os Estados Unidos no combate ao comunismo e, ao mesmo tempo, promover a hegemonia do grande Capital internacionalizado. Neste sentido, ultrapassam o nacionalismo burguês e aderem ao globalismo capitalista. De acordo com Mella,

> os internacionalistas exploradores já criaram uma série de organizações capazes de formar a consciência continental de submissão: a União Pan-Americana, os sindicatos petroleiros, as agências de notícias, a propaganda cinematográfica e muitas outras (MELLA, 1925).

De maneira que autoritarismo foi imposto para garantir a submissão da maioria sob o grande Capital. E depois “só depois – e em doses necessárias a cada país – vieram a ‘democratização’ e a ‘redemocratização’ controladas. A história recente dos colonizadores não é igual à história recente dos colonizados” (Heredia, 2006, p. 54, tradução nossa).

Para Manuel Piñeiro (2007), a revolução latino-americana carrega as marcas desse tempo histórico de revoltas contra o autoritarismo. “Toda época imprime suas marcas nas revoluções sociais que acontecem em determinado tempo histórico” (PIÑEIRO, 2007, p. 228, tradução nossa). Estas são as marcas da revolução latino-americana.

Assim como 1789 e 1871[64] foram épocas especiais na Europa, na América Latina, o último quartel do século XX também foi marcado pelas lutas desenvolvidas nas condições gerais daquele tempo histórico.

Hobsbawm, afirma que a onda de regimes militares direitistas inundou o continente latino-americano a partir da década de 1960, mas para o autor esses regimes não saíram de moda na América Central.

Na Argentina, tomaram o poder do populista Juan Domingo Perón em 1955 e em 1973, esta última marcada por sangue, tortura e retórica patriótica. No Brasil, as forças armadas tomaram o poder em 1964 e “as pequenas tentativas de guerrilha de fins da década que proporcionaram uma desculpa para a implacável repressão do regime, jamais representaram um verdadeiro desafio a ele” (HOBSBAWM, 1955, p. 429). No Chile o inimigo foi a esquerda unida, em geral entre socialistas, comunistas e progressistas.

Na Bolívia, o perigo era a influência cubana, então os militares tomaram o poder após 1964. “A era militar terminou após quinze anos, preenchidos por uma rápida sucessão de generais, cada vez mais de olho nos lucros do tráfico de drogas” (HOBSBAWM, 1955, p. 430).

Já no Uruguai, embora houvesse luta de guerrilha urbana bastante eficiente, o mais provável é que os militares tomaram o poder em 1972 para impedir a vitória da nascente Frente Ampla, “os uruguaios retiveram o suficiente de sua tradição para acabar derrubando a algemada Constituição que lhes fora oferecida por seus governantes militares, e em 1985 voltaram ao poder civil” (HOBSBAWM, 1955, p. 430).

Neste contexto, as organizações revolucionárias na América Latina viveram longos períodos de crise e enfrentamento à forte onda de repressão. Conforme analisa Fernando Heredia,

> Durante os anos 60 e 70 houve um enfrentamento prolongado e muito sangrento entre as ondas de protestos sociais e rebeldias revolucionárias que percorreu o continente, precedida e estimulada pelo triunfo cubano e uma grande repressão que alguns países chegaram ao genocídio, realizado pela classe dominante e o imperialismo […] a vitória obtida pelo bloco dominante não foi só militar, mas também política e ideológica, ainda que na verdade também foram obrigados a reconhecer o aumento da consciência social e a capacidade organizativa de

[64] Aqui faz-se referência à Revolução Francesa de 1789 e a Comuna de Paris de 1871, acontecimentos que marcaram profundamente a Europa, mas que também alastraram seus impactos pelo mundo.

> amplos setores da população (HEREDIA, 2006, p. 31, tradução nossa).

Muitos países experimentaram forçosamente este enfrentamento prolongado e sangrento ao qual se refere Heredia.

No início dos anos setenta, após o golpe no Chile, a América Latina passa por um processo agudo de polarização das estruturas sociais e os enfrentamentos políticos de interesses antagônicos são, cada vez mais, eminentes entre revolução e contrarrevolução (SANTOS, 2020)[65].

Mesmo em meio à crise, as alternativas de esquerda que defendiam o projeto socialista davam um sinal contrário, como é o caso do Chile, por exemplo.

Era a primeira vez que se chegara ao socialismo pela via pacífica. Foi um processo singular na América Latina, “Allende ajudado pelas circunstâncias rompeu a tradição: não venceu pela terceira, mas pela quarta ocasião que aspirou a presidência. Logrou o triunfo a contrapelo do que acreditava a maior parte da esquerda radical no mundo” (OTERO, In: PARODI; LÓPEZ, 2015, p. 39, tradução nossa).

O triunfo de Salvador Allende em 1970 implicara, segundo Heredia (2015), em câmbios reais e decisivos a favor do campo popular, no entanto, não foi capaz de romper com a ordem vigente para mudar a correlação de forças a seu favor. Sendo assim, o governo estava destinado submeter-se aos inimigos que estavam dispostos levar a cabo uma das mais cruéis e sangrentas ditaduras militares no continente latino-americano.

De acordo com Hobsbawm, a desestabilização do governo de Salvador Allende e o golpe militar foi fortemente apoiado pelos EUA “que introduziram no Chile traços característicos dos regimes militares da década de 1970 – execuções ou massacres, oficiais e para-oficiais, tortura sistemática de prisioneiros e o exílio em massa de adversários políticos” (HOBSBAWM, 1995, p. 429).

Para Fernandes, a Revolução Chilena foi prematura, pois exigia um peso maior dos regimes socialistas no equilíbrio de poder em nível mundial. Pois “somente isso poderia impedir que os capitalistas não ousassem e, se ousassem, ousariam para serem batidos militar e politicamente” (FERNANDES, 1984 p. 113).

---

[65] Disponível em: https://mst.org.br/2020/09/11/11-de-setembro-uma-data-para-nao-esquecer-jamais/. Acesso em: 11 de setembro de 2020.

Além disso, a condição histórica não estava à altura das demandas do Chile para o triunfo de uma revolução socialista, pois a burguesia nacional e internacional “aproveitaram os erros cometidos como se apenas colhessem os frutos maduros” (FERNANDES, 1984 p. 113).

Chegar no governo não significa ganhar o poder, por isso se fazia necessário preparar-se para enfrentar um possível golpe militar contrarrevolucionário. Mas as mudanças no Chile avançaram rapidamente comparadas às circunstâncias latino-americanas. No primeiro ano de governo da Unidade Popular (UP), Salvador Allende adotou medidas radicais, como por exemplo, a nacionalização das empresas de riquezas estratégicas no país e reduziu pela metade a situação de desemprego (OTERO, 2015).

No caso chileno, não houve a ajuda de peso que o país necessitava, como se refere Fernandes, sobretudo da União Soviética. Segundo Otero, esta não podia confrontar os Estados Unidos em sua área de influência, ou seja, a América Latina em plena Guerra Fria.

Hobsbawm também afirma que a União Soviética não esteve presente ou não prestou ajuda necessária aos processos latino-americanos, pois não pretendiam iniciar uma briga com os EUA em sua região de atuação em pleno período de distensionamento.

A Política Exterior de Salvador Allende foi claramente anti-imperialista. A aproximação do Chile com Cuba e demais países do campo socialista fez com que os Estados Unidos aplicassem sua Política Externa de conspiração, assédio e ingerência para a derrocada do governo socialista chileno.

> A decisão dos Estados Unidos de *degolar* o processo revolucionário chileno, tem a ver com a política exterior independente desenvolvida por Allende: restabeleceu de imediato relações com Cuba, a República Democrática da Alemanha e China – fatos espetaculares na época da Guerra Fria –; expressou sua solidariedade ao Vietnã, adotou posições anti-imperialistas claras e um projeto socialista explicito; buscou fortalecer os nexos com a União Soviética sem êxito devido ao temor desta grande potência criar problema com os Estados Unidos em sua área de influência (OTERO, In: PARODI; LÓPEZ, 2015, p.44 tradução nossa, itálico nosso).

Já em finais de 1971, a ofensiva se desencadeava contra o governo de Allende, desestabilização econômica, campanha anticomunista etc., começaram a intensificar-se para prejudicar a via pacífica ao socialismo. O Movimento de Esquerda

Revolucionária (MIR), ao contrário da Unidade Popular, defendia que não seria possível a construção do socialismo no Chile pela via pacífica, havia que radicalizar contra a contrarrevolução pela via armada. Lideranças como Miguel Henriques[66] foram até as últimas consequências ao lado da Unidade Popular mesmo acreditando no caminho mais radical (SANTOS, 2020).

Os longos anos de ditadura do general Pinochet (1973 – 1990) foram suficientes para impor ao Chile uma política de ultraliberalismo econômico "demonstrando, entre outras coisas, que liberalismo político e democracia não são parceiros naturais do liberalismo econômico (HOBSBAWM, 1995, p. 429 - 430).

Na América Central, as lutas alertaram o continente desde os finais dos anos setenta com o triunfo da Revolução Sandinista na Nicarágua, com o movimento revolucionário em El Salvador e a insurgência na Guatemala. Ainda que a violência do intervencionismo imperialista dos Estados Unidos tentasse impor derrota à região, as lutas cresciam cada vez mais.

De acordo com Fernandes, todas as revoluções latino-americanas do século XX, com exceção da Revolução Cubana, "tiveram um período de incubação de 20 a 30 anos (ou mais), e foram favorecidas na fase de apogeu, por comoções de âmbito mundial do capitalismo" (FERNANDES, 1984 p. 94).

No caso nicaraguense, segundo o autor, comprovou eficácia, porém, com menos vantagens com relação ao processo cubano. A sua maior importância reside no fato de que existira possibilidade e espaço para todas as forças sociais combaterem as ditaduras e o imperialismo na América Latina, e a Nicarágua soube aproveitar este fator.

> […] a experiencia da Nicarágua prova que ausência de um partido revolucionário proletário, solidamente apoiado nas massas, constitui uma vantagem para os setores revolucionários e que se limitam a defender a *reforma do capitalismo* e gera um tempo de espera que é altamente favorável às manobras diretas e indiretas do imperialismo, quando ele se manifesta dentro da área com ânimo colonial, como fazem os Estados Unidos (FERNANDES, 1984 p. 114, itálico do autor).

[66] Miguel Enríquez Espinosa (1944-1974) revolucionário chileno de orientação marxista foi fundador e dirigente do Movimento Esquerda Revolucionaria (MIR). Defendia a luta armada como via para chegar ao socialismo, após o golpe militar que levou a derrocada do governo de Salvador Allende organizou a resistência clandestina contra o governo ditatorial de Augusto Pinochet. Foi assassinado pela ditadura chilena um ano após o golpe contra Salvador Allende.

A Revolução Cubana se tornou a vanguarda revolucionária contra as ditaduras militares e o imperialismo, com uma notável incorporação de setores progressistas e revolucionários, caminho este também seguido por outros países. “Nicarágua e Granada, com suas revoluções vitoriosas, reafirmam a legitimidade do caminho ao poder aberto por Cuba e enriqueceram o acervo da cultura revolucionária continental” (PIÑEIRO, 2007, p. 239, tradução nossa).

Manuel Piñeiro analisa este período como importante para o acirramento da luta de classes no continente, em suas palavras:

> Tudo isso marca o final de uma etapa histórica no continente, ao mesmo tempo que promove as condições de um novo cenário para a luta de classes, onde os povos e suas organizações revolucionárias encontram maiores potencialidades para desenvolver suas lutas […] Elas tem um objetivo em comum: a solução definitiva das contradições do sistema de opressão e exploração imperialista pela via das transformações revolucionárias de suas estruturas econômicas e políticas (PIÑEIRO, 2007, p. 237, tradução nossa).

Para o marxismo latino-americano tais lutas abriram um novo caminho. Foi possível conectar os acontecimentos da década de 1960 em diante aos processos da década de 1920, “[…] os castristas redimiram Mariátegui e resgataram Mella e a revolução de 1932 em El Salvador do esquecimento histórico” (LÖWY, 2016, p. 46).

Neste sentido, o projeto socialista precisa apropriar-se do conhecimento junto à luta política para caminhar juntos e romper com a hegemonia cultural burguesa, apropriar-se da memória histórica para não esquecer a submissão que a América Latina foi sujeitada durante séculos (HEREDIA, 2006).

O exemplo da Revolução Sandinista traz esta dimensão da necessidade da apropriação do conhecimento e da memória histórica. Ali formou-se o chamado sujeito popular, algo que já existia em Cuba, por exemplo, mas que não era chamado como tal. O professor Heredia visitou a Nicarágua no ano do triunfo revolucionário, em 1979, e relata que naquele país havia muito mais pessoas analfabetas do que em Cuba em 1959, mas que a necessidade intelectual era muito maior na Nicarágua do que em Cuba (HEREDIA, 2006).

Dessa maneira, tanto Cuba como Nicarágua desenvolveram como política prioritária, após o triunfo revolucionário, a campanha de alfabetização como elemento central na elevação do nível cultural e intelectual da população em geral. “A Cruzada Nacional de Alfabetização mobilizou dezenas de milhares de jovens e o sentimento

de todos no país" (HEREDIA, 2006, p.48, tradução nossa), na construção do sujeito popular na Nicarágua.

Este exemplo demonstra o crescimento e amadurecimento da cultura política latino-americana nos processos revolucionários. A importância do estudo para apropriação teórica na luta revolucionária adquire um lugar fundamental.

Em Cuba, a revolução nacional foi feita pelo povo de todas as classes contra a ordem social vigente. A Revolução mudou o conteúdo e o horizonte cultural das pessoas e "o fato patente é que nenhum país da América Latina consegue emparelhar com Cuba em conquistas marcantes" (FERNANDES, 2012, p. 36). E ainda:

> Esta última digressão sugere o quanto a pequena Cuba ultrapassou as demais nações da América Latina. Pode-se dizer que a revolução mudou a natureza e os conteúdos do horizonte cultural do homem médio cubano, que ela modificou os dinamismos da consciência social e das lutas de classes etc. o que Cuba botou de si própria e da substância íntima do homem pobre e trabalhador para engendrar essa viragem da história. As revoluções não caminham sozinhas. Temos de pensar nisso se não quisermos trabalhar com hipóteses abstratas e ignorar por que coube a essa pequena nação do Caribe colocar as Américas no circuito mais avançado da época do socialismo (FERNANDES, 2012, p. 36).

Diferentemente de todas outras revoluções, a Revolução Cubana se realizou na sua completude e foi de uma grandeza extraordinária. Nas palavras de Florestan Fernandes, "[…] não obstante entre as grandes Revoluções Proletárias do século 20, é a Revolução Cubana que apresenta essa face como a mais saliente e característica […] o seu mérito e o seu talento residem no fato de haverem perseverado e levado a revolução até o fim" (FERNANDES, 2012, p. 86 e 87).

Nos demais países da América Latina, a burguesia nacional dependente tentou fazer a revolução dentro da ordem para manter a dominação e a reprodução do sistema em prol dos seus privilégios e permaneceu no atraso do subdesenvolvimento. As lutas conduzidas pelas classes privilegiadas eram utilizadas para defender seus próprios interesses particulares pronunciando-se em nome do povo e da nação (FERNANDES, 2012).

De acordo com Fernandes, deve-se levar em conta a via cubana, a via nicaraguense e a via chilena para extrair aprendizados sobre a revolução latino-americana. O autor enfatiza que o mais importante dos aprendizados sobre a via cubana não está na guerrilha em si, mas "no modo pelo qual os guerrilheiros conquistaram o

apoio dos camponeses e dos proletários agrícolas para a revolução" (FERNANDES, 1984, p. 112).

Com a mudança na geopolítica internacional, sobretudo após o fim do socialismo no leste europeu, os impactos da dominação capitalista na América Latina foram muito maiores. Os Estados Unidos se fortaleceram, reforçando sua hegemonia na região ao impor o modelo capitalista como único e desqualificar as tentativas de construir o socialismo como alternativa contra hegemônica, fortalecendo a ideia de que o socialismo é antidemocrático (HEREDIA, 2006).

O caráter das revoluções do século XX na América Latina são essencialmente anticapitalistas e anti-imperialistas e se convertem em fatos mundiais, que se diferem das revoluções do período pré-monopolista do sistema capitalista (PIÑEIRO, 2007).

E, ao mesmo tempo, estas revoluções de natureza anti-imperialista e de liberação nacional estão vinculadas à transição do capitalismo para o socialismo. Daí nascem as particularidades destas revoluções, tanto por seus objetivos, composição social e rumos estratégicos.

> De tal modo, as revoluções de liberação nacional de nossos tempos têm um profundo conteúdo social que as transformam em fatos de alcance mundial. Elas são parte invisível de um único processo revolucionário internacional em que a contradição fundamental – socialismos versus capitalismo – é ao mesmo tempo agudizada pelo avanço daquelas (PIÑEIRO, 2007, p. 230, tradução nossa).

O curso das revoluções anti-imperialistas e anticapitalistas as coloca no patamar das forças contra o regime burguês, aproximando-as do sistema socialista internacional, dessa maneira, transformam-se em revoluções internacionalistas e fazem eco com os processos de liberação nacional da África e Ásia (de caráter anticolonial) e avançam pelo caminho iniciado em 1917 na Rússia.

Tais revoluções, chamadas Revoluções do Terceiro Mundo para diferentes autores, de caráter sobretudo agrária, predominaram a partir da década de 1950. Para Hobsbawm,

> Os rebeldes latino-americanos na década de 1950 inevitavelmente se viram não só recorrendo à retórica de seus libertadores históricos, de Simón Bolívar ao José Martí da própria Cuba, mas à tradição anti-imperialista e social-revolucionária da esquerda pós- 1917. Eram a favor da 'reforma agrária' o que quer que quisesse dizer isso, e, pelo menos

> implicitamente contra os norte-americanos, sobretudo na pobre América Central, tão longe de Deus, tão perto dos EUA, na expressão do velho homem forte mexicano Porfírio Díaz (HOBSBAWM, 1995, p. 426; 427).

O enigma da vitoriosa Revolução Cubana está no Internacionalismo desta revolução. Porque não foi uma revolução meramente cubana, foi latino-americana e seu impacto transcendeu os limites geográficos da ilha caribenha, de acordo com Fernandes:

> […] A Revolução Cubana transcende a Cuba e ao Caribe: ela coloca as Américas no próprio circuito de formação, difusão e expansão de um novo tipo de civilização. Representa para todas as Américas, a conquista de um patamar histórico-cultural que parecia nebuloso ou improvável e, para a América Latina, em particular, a evidência de que existem alternativas socialistas para a construção de uma sociedade nova no Novo Mundo […] (Fernandes, 2012, p. 89).

Uma das premissas da Revolução Cubana é precisamente o Internacionalismo Proletário que, além de cumprir o dever fundamental de solidariedade, coloca no centro do debate a necessidade de vencer batalhas ideológicas através da solidariedade entre os povos na luta pela libertação nacional.

Neste sentido, pode-se dizer que a principal experiência de Internacionalismo proletário na América Latina foi através da Revolução Cubana.

Se a Comuna de Paris lançou o embrião da internacionalização da revolução proletária em 1871, a Revolução Russa de 1917 foi responsável pela germinação deste embrião ao desenvolver a estratégia do movimento revolucionário em nível mundial. Na América Latina foi a Revolução Cubana que retomou a internacionalização da revolução proletária, a retirou da órbita europeia e a expandiu para o Terceiro Mundo através da solidariedade internacional.

A Revolução Cubana, nesta perspectiva, contribuiu para o enraizamento do Internacionalismo Proletário em todas as suas dimensões estendendo-a para todos os rincões do mundo sob a bandeira do socialismo.

3 A REVOLUÇÃO CUBANA E O SOCIALISMO

Este capítulo do trabalho está fundamentalmente baseado na obra de Florestan Fernandes “Da Guerrilha ao Socialismo” (2012). Nele, Florestan elabora uma minuciosa análise sobre a Revolução Cubana no desfecho da década de 1970, quando a mesma completava apenas 20 anos de triunfo.

Apesar de a investigação ter sido de um momento histórico particular, talvez das décadas mais fecundas da Revolução, ela continua extremamente atual. Como pontuou Mauro Iasi, “de certa forma a experiência revolucionária cubana é assim uma riquíssima experiência sociológica que nunca poderá ser compreendida senão apaixonadamente” (IASI, 2016).

E assim o fez Florestan Fernandes, uma análise sociológica a partir de um curso ministrado na PUC-SP em 1979, sem deixar de expressar sua profunda admiração pela Revolução Cubana, a qual define como “a primeira fronteira histórica e o primeiro patamar concreto da manifestação do socialismo na América Latina” (FERNANDES, 2012, p. 25). E é nesta perspectiva que pretendemos estudar Cuba, a primeira Revolução Socialista da América Latina.

3.1 BREVE CONTEXTO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Os precedentes da Revolução Cubana podem ser encontrados desde o processo de luta pela Independência contra a Espanha, protagonizado pelos *Mambises*[67]*,* Exército composto por cubanos de todas as classes sociais, desde ex-escravizados, mestiços, camponeses e até mesmo de proprietários rurais, que lutaram na primeira guerra de independência de Cuba (1868-1878), conhecida também como a *Guerra dos Dez Anos*.

[67] Mambises foram os componentes do Exército libertador de Cuba que lutaram contra a colonização dos espanhóis. Mambí é uma palavra de origem africana do bantú, que era usada de forma pejorativa pelos espanhóis para referir-se aos independentistas cubanos, mas que já havia sido utilizado anteriormente na República Dominicana para caracterizar os rebeldes daquele país. Mambí, para os espanhóis significava rebelde, insurrecto, até mesmo bandido ou criminoso, ou seja, pessoa má. Os cubanos foram simpáticos ao termo e se definiram como Mambí para lutar contra a colonização. O termo é utilizado até hoje em homenagem aos primeiros libertadores de Cuba, ser Mambí, para os cubanos significa ser herói. Disponível em: https://www.ecured.cu/Mambises#El_t.C3.A9rmino_mamb.C3.AD. Acesso em: 25 de maio de 2019.

Posteriormente veio a *Guerra Pequena* de 1879-1880 e, por último, a *Guerra Necessária* de 1895, esta última contou com a participação direta de José Martí, considerado herói da pátria cubana por ter sido um convicto revolucionário em defesa da independência de Cuba e da América Latina. José Martí foi um escritor intelectual de grande importância, mas também foi combatente nas tropas independentistas na Guerra de 1895, a qual caiu em combate logo no seu início[68]. Na qualidade de intelectual, Martí teve papel fundamental, na formação da consciência libertadora e patriótica do povo Cubano.

> Dirigias por Carlos Manuel de Céspedes, Antonio Maceo, José Martí […] Cuba deixou para traz a sociedade escravista – a abolição da escravatura foi em 1886 – e incorporou um novo conteúdo à luta pela independência: impedir 'que os Estados Unidos se estendam para o resto dos países da América', conforme carta de Martí a Manuel Mercado. Martí, de pensamento antiescravista, independentista e profundamente humanista, foi pioneiro em falar do nascente imperialismo expansionista (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 9).

A luta anticolonial do século XIX, representou o enfrentamento direto dos cubanos contra um potente exército de 300 mil espanhóis e *criollos* que deixaram para traz cerca de 50 mil vidas ceifadas (SANTOS; KOLLING, 2017).

Foi na Guerra Hispano-americana (1895-1899) que os Estados Unidos interviram militarmente no conflito entre Cuba e Espanha, no ano de 1898. A intervenção culminou no acordo firmado em Paris, acordo este que previa a independência de Cuba e a retirada do domínio espanhol da ilha, porém, sob a tutela dos EUA, que nos quatro anos seguintes governaram o país por intervenção de uma junta militar atendendo diretamente a seus interesses.

Após o final da Guerra Hispano-americana, os EUA não só exerceram domínio sobre Cuba, mas também sobre outros países caribenhos, como é o caso de Porto Rico.

Em 1902 foi criada a República de Cuba, mas os EUA a obrigaram inserir um apêndice à Constituição, a Emenda Platt[69], a qual permitia a ingerência dos EUA em

---

[68] Disponível em: https://www.ecured.cu/Guerra_Necesaria_(1895-1898). Acesso em: 25 de maio de 2019.

[69] De acordo com Gabriel Molina Franchossi (2016), "a chamada Emenda Platt, assinada pelo presidente estadunidense William McKinley, em 29 de março do ano 1903, foi a expressão legislativa dos perenes propósitos de ingerência dos Estados Unidos respeito a Cuba. Tomás Estrada Palma, primeiro presidente daquela República, assinou pela Ilha o Tratado de Relações

assuntos cubanos quando seus interesses estivessem ameaçados, além de se apossarem da Bahia de Guantánamo[70], território cubano que continua sob controle estadunidense.

De 1925 a 1933, Cuba foi governada pelo general Gerardo Machado, após derrotado foi a vez de Fulgêncio Batista, que governou de 1934 a 1959 em três períodos distintos, no primeiro período (1934-1940) manteve o controle do país através da nomeação dos presidentes, que eram submetidos aos interesses dos EUA e, no segundo período, Batista governou de 1940 a 1944, quando foi eleito presidente. Em 10 de março de 1952, ano eleitoral com possibilidades reais de vitória progressista, Fulgêncio promoveu um golpe e passou a governar novamente o país, sendo reconhecido e financiado pelos EUA até 1959, quando triunfa a Revolução Cubana.

O governo de Fulgêncio Batista foi marcado por fortes repressões aos movimentos opositores ao seu regime, calcula-se que mais de duas mil pessoas foram assassinadas neste período, além da tortura, violência e execuções públicas instaladas no país.

Cuba não havia, ainda, completado a sua independência. O país se livrou do domínio colonial direto por parte da Espanha e ficou sob o domínio colonial indireto por parte dos Estados Unidos, após a intervenção deste na Guerra Hispano-americana de 1898. A transição do regime colonial para o regime semicolonial ou neocolonial foi paulatina, conforme definição de Florestan Fernandes. O neocolonialismo representou uma modernização do antigo sistema, que permaneceu intacto ou com pequenas alterações, já que não houve em Cuba uma transição para o desenvolvimento capitalista nacional.

As contradições se aprofundaram cada vez mais em decorrência do atraso e subdesenvolvimento da herança neocolonial. Após meio século de dominação violenta, de profundas crises econômicas, anomia social e violência política, a situação

---

Permanentes que, por exigência dos EUA, permitiu à lei entrar em vigor em maio do ano 1903 […] Essencialmente, o governo cubano devia consentir que o dos EUA pudesse intervir em Cuba, quando achasse preciso, e cedia aos Estados Unidos fatias do território para instalar bases navais" disponível em: http://pt.granma.cu/cuba/2016-03-10/a-emenda-platt-e-a-deslealdade-de-estrada-palma-completam-113-anos. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

70 Guantánamo é uma província na região oriental de Cuba onde está localizada a Base Naval de Guantánamo, prisão instalada ilegalmente em território cubano sob controle dos Estados Unidos desde a intervenção deste na guerra de independência cubana contra a metrópole espanhola. A Base Naval de Guantánamo é conhecida internacionalmente por abrigar presos, supostamente terroristas, de diferentes partes do mundo. Disponível em: https://www.ecured.cu/Base_naval_de_Guant%C3%A1namo#Base_de_detenci.C3.B3n_y_tortura. Acesso em: 27 de maio de 2019.

se tornava insustentável. Para Florestan Fernandes, esse conjunto de fatores “imprimiam o caráter potencial explosivo às tensões criadas pela bipolarização e uma intolerância extrema do grosso da população diante das interferências do poder central” (FERNANDES, 2012, p. 83).

3.2 PRELÚDIO REVOLUCIONÁRIO

Em 1953, um grupo de jovens de diferentes origens desde estudantes e outros setores sociais, com perfil militante revolucionário, sob o comando de Fidel Castro, planejaram um assalto simultâneo aos quartéis Moncada, em Santiago de Cuba e Carlos Manuel de Céspedes, em Bayamo. Desprovidos de qualquer recurso material, os combatentes treinaram ao longo de um ano de forma clandestina. Fidel Castro em 1973, na comemoração aos 20 anos do assalto ao Moncada, afirmou que “o mais difícil do Moncada não era atacá-lo e tomá-lo. Mas, sim, o gigantesco esforço de organização, preparação, aquisição de recursos e mobilização, em plena clandestinidade, partindo virtualmente do zero” (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 228).

Os recrutados provinham das camadas mais pobres da sociedade cubana, eram trabalhadores do campo e da cidade e alguns deles estudantes e profissionais, “suas mãos foram suficientemente robustas, suas mentes suficientemente sãs, seus peitos suficientemente valentes para se converterem, mais tarde, em estandartes da primeira revolução socialista na América” (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 221).

Assim, os ataques aos Quartéis Moncada em Santiago de Cuba e Carlos Manuel de Céspedes em Bayamo, no dia 26 de julho de 1953, não foram somente o entusiasmo e a coragem de um pouco mais de uma centena de homens indignados e corajosos, como disse Fidel Castro. Foi a culminação das motivações coletivas, fatores objetivos e subjetivos que imperavam em busca da construção de uma nova Cuba.

Conforme Mao Jr. (2007), a elaboração do plano e os detalhes do assalto ocorreu em completo sigilo. Tanto que “dos 123 rapazes e duas moças[71] selecionados, menos de dez sabiam com precisão qual bastião iriam atacar” (MAO JR. 2007,

[71] As duas moças ao qual se refere o autor, são Aydée Santamaria e Melba Hernández, as únicas mulheres que participaram do assalto ao quartel Moncada. Após o fracasso da ação militar, ambas

p. 240). O que demonstra o nível de responsabilidade e disciplina apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo grupo, incluindo a falta de recursos.

O assalto ao Quartel Moncada foi o meio pelo qual Cuba retomou o seu processo de luta revolucionária iniciado por Antonio Maceo, José Martí e tantos outros heróis da Pátria Cubana. Foi o desatar do nó dos setores sociais radicalizados que encontraram na insurreição armada o caminho para liquidar definitivamente com o passado colonial, já que as condições de uma revolução “dentro da ordem” não estavam colocadas para Cuba.

> Sob o ponto de vista estritamente técnico, a ação consistia na tomada de uma instalação militar por meio de um golpe no qual o fato surpresa constituía elemento tático fundamental. Porém um acontecimento fortuito determinou o fracasso da manobra: nas cercanias do quartel, uma parte dos atacantes foi surpreendida por uma patrulha militar. Do encontro resultou uma rápida refrega cujos disparos alertaram a guarnição do quartel. Rompeu-se assim o fino fio pelo qual pendia todo o sucesso da operação. Uma vez perdido o fator surpresa, perdeu-se a única superioridade tática que os atacantes dispunham (MAO JR. 2007, p. 240).

O assalto foi a retomada da luta armada iniciada pelas gerações anteriores, isto é, a retomada da via cubana para concluir o processo de independência, que demarcou o tipo de insurgência na América Latina.

Para Florestan Fernandes “o ataque ao quartel Moncada, em 1953, constituiu o marco do novo tipo de insurgência, que irá combinar a ação política rebelde à ação militar organizada” (FERNANDES, 2012, p. 111). Esse tipo de insurgência será a aposta principal dos movimentos revolucionários latino-americanos, a que veremos adiante.

As revoluções não caminham sozinhas, é preciso sujeitos, homens e mulheres capazes de conduzi-las. Fidel Castro, Raul Castro, Abel Santamaría, Aydée Santamaría e tantos outros insurrectos desconhecidos foram os que trouxeram de volta à Cuba, a possibilidade da revolução. Transformaram as tensões acumuladas em rebeldia e alçaram voo para a emancipação, abrindo de novo as portas para o transcurso que veio a florescer alguns anos depois.

---

foram enviadas à prisão feminina de Guanajay, província de Artemisa, onde cumpriram sete meses de prisão.

O Moncada foi uma prova amarga da adversidade, Abel e dezenas foram assassinados, Fidel, Raul e outros foram presos, Aydée e Melba, as duas únicas mulheres participantes do assalto também foram presas. Mas a derrota desta ação os ensinou converter os contratempos em vitória.

> A derrota do Moncada e o programa ali desenvolvido, em 'A História me Absolverá', demonstraram que não havia solução pacífica para Cuba de Batista: a culpa não era mais dos revolucionários, mas sim, do regime. A guerra revolucionária seria o último recurso (SANTOS; KOLLING, 2017, p. 11).

Fidel Castro, que era advogado de formação, proferiu sua autodefesa a qual ficou conhecida como "A História me Absolverá". Nela, Fidel afirma que foi José Martí o autor intelectual do assalto ao Moncada, pois a ação foi inspirada em suas ideias libertárias de luta pela independência de Cuba.

> Ao ser inquirido pelo tribunal sobre quem seria o autor intelectual da ação, Fidel respondeu com orgulho: 'José Martí'. Em momento algum refutou as acusações imputadas a ele ou a seus companheiros […] sempre que lhe era dada a palavra, Fidel aproveitava para denunciar as atrocidades praticadas pelo regime, descrevendo a forma barbara com que muitos de seus companheiros foram executados ou torturados (MAO JR. 2007, p. 243, itálico do autor).

A História me Absolverá se transformou, posteriormente, no programa revolucionário chamado "Programa do Moncada", pois nele continha os germes da futura Revolução. Além de denunciar os crimes cometidos pelo Estado, sintetiza a situação cubana e expõe as medidas revolucionárias como possíveis saídas para resolver os problemas do país. E termina com a frase celebre "Condenem-me não importa, a História me absolverá!".

Para Mao Jr., Fidel Castro teve uma brilhante atuação diante do tribunal ao denunciar os crimes cometidos pela ditadura batistiana. De acordo com o autor, "Fidel revelou-se possuidor de uma habilidade muito comum aos grandes líderes da História: a capacidade de transformar uma derrota numa retumbante vitória política" (MAO JR. 2007, p. 244).

> O assalto ao Quartel Moncada não significou o triunfo da Revolução naquele momento, mas sinalou o caminho e traçou o programa de li-

> beração nacional que abriria as portas do socialismo para nossa pátria. Nem sempre na História os reveses táticos são sinónimos de derrota (FIDEL CASTRO, 1975, p. 27, tradução nossa).

A luta travada afora da fortaleza militar naquele 26 de julho, foi a mesma que se deu três anos depois na Sierra Maestra, após o desembarque do Iate Granma. E também foi a mesma que em pouco mais de cinco anos, no dia 1º de janeiro de 1959, anunciou o triunfo revolucionário. "[...] O 1º de janeiro de 1959 distancia-se cinco anos, cinco meses e cinco dias de Moncada […]" (SANTOS; KOLLING, 2017, p. 12).

O Moncada foi, então, ocupado pelos mesmos rebeldes sem disparar um tiro. "Os assassinos aterrorizados viram surgir dos cadáveres heroicos dos homens assassinados em Moncada o espectro vitorioso de suas ideias" (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 230). Com estas palavras recordava Fidel Castro, 20 anos depois, o assalto ao Moncada.

Após sair da prisão da Ilha de Pinos[72] quase dois anos depois, Fidel, ainda na clandestinidade antes de partir para o exílio no México, funda o Movimento 26 de julho. O M-26-7 foi o instrumento político militar que levou a cabo a luta guerrilheira na Sierra Maestra através do Exército Rebelde.

> O Movimento 26 de julho abriu a nova fase da História de Cuba: a da ação armada. Apresentava um programa de transformação econômica, social e política para romper com o quietismo e o reformismo existentes. Um grupo de combatentes decididos, com Fidel Castro como dirigente, organizador da luta armada e da ação política radical do povo, preparou a expedição do Granma e a guerrilha na Sierra Maestra. Já não eram mais o tempo de Moncada. Um novo período surgia […] A guerrilha passou a ser o catalizador das forças […] (SANTOS; KOLLING, 2017, p. 11).

Após algumas semanas em liberdade, proibido de falar aos jornais sob intimidação e ameaça de morte, Fidel se obriga a sair de Cuba. De acordo com Harnecker[73],

---

[72] A Ilha de Pinos, utilizada como prisão desde os princípios do século XIX, local onde José Martí também foi encarcerado aos 17 anos de idade, em 1870 onde prestava trabalho forçado. Nesta mesma ilha, foram prisioneiros os assaltantes do Quartel Moncada, entre eles Fidel Castro e Raul Castro, onde permaneceram cerca de dois anos. Após o triunfo revolucionário, a antiga Ilha de Pinos foi transformada na Ilha da Juventude. O novo nome foi aprovado pela Assembleia Nacional de Cuba em agosto de 1978, em homenagem aos milhares de jovens que trabalharam para o desenvolvimento e a recuperação da Ilha após o furacão Alma de 1996, o anúncio do novo nome se deu no marco do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes realizado em Cuba em 1978. Disponível em: https://www.ecured.cu/Isla_de_la_Juventud. Acesso em: 27 de maio de 2019.

[73] HARNECKER, Marta. **Fidel: a estratégia política da vitória**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p.60.

"[…] esgotados os meios legais, ele e alguns de seus companheiros mais próximos foram para o México preparar as condições para derrubar a ditadura por um caminho revolucionário" (HARNECKER, apud: MAO JR. 2007, p. 249). Antes de sair, em 07 de julho de 1955, deixa sua mensagem, que foi publicada pela revista Bohemia, a qual explica os motivos de sua partida e que só regressaria à ilha com a tirania decapitada, em alusão a um discurso de José Martí (MÁO JR. 2007).

No México, se reorganiza o contingente de revolucionários que empreenderiam a luta armada em Cuba. Foi neste período que o médico argentino Ernesto Guevara (mais tarde conhecido como o Che) se incorpora ao Movimento 26 de Julho. De acordo com Mao Jr., o Iate Granma em péssimas condições zarpou do porto Tuxpán no México, na madrugada do dia 25 de novembro de 1952.

Para Bambirra[74], o desembarque do Granma, como parte da estratégia da luta pela tomada do poder através da insurreição, era resultado de uma ampla tradição das lutas do povo Cubano. A autora reafirma que "a ideia do desembarque foi tomada da guerra de independência, de finais do século XIX, dirigida e comandada por Martí e Maceo […]" (BAMBIRRA, 1975 apud: MAO JR. 2007, p. 258).

Na mesma linha de Vânia Bambirra, Mao Jr. também sustenta que em outros momentos históricos houve tentativas de cruzar o golfo do México com destino à Cuba para empreender a revolução.

> Como José Martí, Máximo Gómez e Antonio Maceo em 1895, os tripulantes de *Granma* pretendiam desembarcar na Província de Oriente. O plano inicial consistia em coordenar o desembarque, previsto para 30 de novembro, com uma série de levantes em toda a ilha. A concepção estratégica da operação estava indubitavelmente inspirada nas diversas experiências históricas das lutas do passado. Procuravam seguir as mesmas pegadas e caminhos trilhados em diversos momentos históricos pelos revolucionários de outrora (MAO JR. 2007, p. 258, itálico do autor).

Este caminho também fazia parte da estratégia de Julio Antonio Mella, quando exilado no México organizava a empreitada revolucionária em Cuba, mas como disse Fidel, o assinaram no florescer da sua vida revolucionária.

No dia dois de dezembro de 1956 desembarcou, na província de Oriente em Cuba, uma expedição com 81 guerrilheiros a bordo e novamente foram surpreendidos

---

[74] BAMBIRRA, Vânia. **A Revolução Cubana: uma reinterpretação.** Coimbra: Centelha, 1975, p. 77-79.

e reprimidos pelo Exército do governo Batista. O desembarque do Iate Granma foi outro derramamento de sangue com o assassinato de muitos expedicionários, sobrevivendo pouco mais de uma dezena. Os que sobreviveram conseguiram fugir para a Sierra Maestra[75] onde, algumas semanas depois, se reagruparam os sobreviventes e, com apenas sete armas, se dá início a guerra de guerrilha.

A guerrilha só foi possível, neste primeiro momento, devido ao incondicional apoio dos camponeses pobres da Sierra Maestra. “Um grande número de habitantes não titubeou em colocar suas vidas em risco para protegê-los e não foram poucos os que pagaram com suas próprias vidas por este gesto de Rebeldia […]” (MAO JR. 2007, p. 283).

Houve, portanto, uma grande solidariedade dos camponeses em prol dos expedicionários procurados pelo Exército de Batista. Estes os escondiam em suas casas, além de dividir a pouca comida que havia e vigiar a presença do inimigo na região.

O percurso histórico da situação cubana, agravada pela crise política e econômica no período pré-revolucionário, empurrou o país para um cenário de luta crescente, chegando a seu auge na década de 1950. A luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista foi o marco que levou Cuba enfrentar sem tréguas a dominação imperialista até sua vitória final.

Depois de vários meses de combate, o Exército Rebelde cria novas colunas para estender a luta em outras partes do país. Assim, Raul Castro e Juan Almeida seguiram com a missão de formar novas frentes guerrilheiras na região do Oriente cubano, do mesmo modo, Che Guevara e Camilo Cienfuegos partem de Sierra Maestra com destino ao Centro do país. Assim, se abrem novas colunas guerrilheiras pelo Centro e Oriente de Cuba (SANTOS; KOLLING, 2017).

Em meados de 1958, o Exército Rebelde contava com cerca de 300 combatentes, enquanto o Exército regular mobilizava ao redor de 10 mil soldados, divididos em 14 batalhões, além de outros aparatos de guerra para a ofensiva denominada Fase Final (FF). No entanto, o Exército Rebelde contava com algumas vantagens, como domínio do terreno e apoio da população camponesa (MAO JR. 2007).

---

[75] Segundo Mao Jr, a Sierra Maestra na década de 1950, período que ocorreu o desembarque do Granma, contava com uma população estimada em 40 mil pessoas, sendo na sua maioria pertencente ao campesinato cubano. Com uma extensão de 150 km, se avançava a extensão do latifúndio cafeeiro na Sierra em um processo contínuo de expulsão dos camponeses desta área (MÁO JUNIOR, 2007, p. 275-276).

De acordo com Bambirra[76], o auge das guerrilhas rurais se deu nos 70 dias de ofensiva da tirania e da contraofensiva dos Rebeldes, momento em que esta se transforma na forma principal de luta e a liderança se afirma como vanguarda.

> A derrota da ofensiva da tirania é de importância chave do ponto de vista militar e político, pois ela determina uma mudança qualitativa no caráter da guerra, criando as condições para expandir e dominar novas regiões e inaugurando uma nova etapa da ofensiva revolucionária, que se realizará através da deslocação das colunas invasoras (BAMBIRRA, 1975 apud MÁO JR. 2007, p. 303).

Acreditando na força do Exército Rebelde após os êxitos da contraofensiva, reafirmou-se que a queda de Batista só seria possível através da guerra de guerrilhas, com o avanço de tropas do Oriente para o Ocidente para expandir-se pelo país, assim como o fizeram nas lutas do passado.

As novas colunas invasoras foram criadas em agosto de 1958, sendo estas: a Coluna Antonio Maceo e a Coluna Ciro Redondo. A primeira, comandada por Camilo Cienfuegos, com a incumbência de avançar até Pinar del Rio, parte Ocidental de Cuba. E a segunda, comandada por Che Guevara, deveria conquistar a região de Las Villas.

De acordo com Mao Jr., e outros autores, esta ofensiva já havia sido protagonizada, assim “repetia-se a histórica manobra militar empreendida pelo Exército Libertador durante a Guerra de Independência de 1895 quando as Colunas Invasoras de Antonio Maceo e Máximo Gómez iniciaram a ofensiva Invasión de Oriente a Ocidente” (MAO JR. 2007, p. 307).

Na opinião de Hobsbawm, o médico argentino Che Guevara, era um talentoso líder guerrilheiro. Com 148 homens partiu para conquistar outras partes remotas da Sierra Maestra, chegando pelo menos a 300 guerrilheiros quando se dava as últimas batalhas no centro-ocidente do país (HOBSBAWM, 1995).

A conhecida batalha de Santa Clara, liderada por Che Guevara em meados de dezembro de 1958, foi fundamental para o avanço do Exército Rebelde, pois estrategicamente rompeu a linha férrea que era a principal via de comunicação entre Ocidente e Oriente do país através do descarrilhamento do Trem Blindado, que levava armas e munições para o Exército regular (SANTOS; KOLLING, 2017).

---

[76] BAMBIRRA, Vânia. **A Revolução Cubana: uma reinterpretação.** Coimbra: Centelha, 1975, p. 77-79.

Enquanto estas duas colunas avançavam rumo à capital La Habana, a Coluna nº 1 José Martí, sob o comando direto de Fidel Castro, avançava sobre Santiago de Cuba, assim como as forças da II Frente Oriental Frank País, comandas por Raul Castro, atacavam a retaguarda batistiana.

Sobre a ofensiva final do Exército Rebelde, Guevara afirma que:

> A ditadura preparou sua ofensiva mais feroz. Por volta de 25 de maio do ano passado [1958], dez mil soldados bem equipados atacaram nossas posições, centralizando sua ofensiva na coluna número 1, liderada pessoalmente por nosso comandante em chefe Fidel Castro. O Exército Rebelde ocupava uma área muito pequena e é quase inacreditável que apenas trezentos rifles da liberdade se opusessem àquela massa de dez mil soldados, pois eram os únicos na Serra Maestra naquela época. A direção tática adequada dessa campanha resultou que a ofensiva de Batista terminara em 30 de julho, passando os rebeldes de defensivos para ofensivos e capturamos mais de 600 novas armas, mais que o dobro dos rifles com os quais havíamos começado esta ação e fizemos mais de mil baixas ao inimigo entre mortos, feridos, desertores e prisioneiros. (GUEVARA, 1959)[77].

Para Mao Jr., "[…] deste momento em diante, os acontecimentos se desenvolveram em rápida sucessão […] As colunas invasoras de Che e Camilo praticamente dividiram Cuba em duas partes, ameaçando a capital Havana, situada no centro da Ilha" (MAO JR. 2007, p. 308).

No final de dezembro de 1958, Fidel Castro, comandante geral do Exército Rebelde, ordenou a ofensiva final e convocou Greve Geral, a qual foi respaldada por todo o povo cubano, contra as manobras orquestradas na tentativa de golpe de Estado para escamotear a vitória da revolução. Todas as unidades do Exército inimigo foram pressionadas até a sua rendição total. No dia 31 de dezembro, os guerrilheiros entraram em Santiago de Cuba, o governo de Fulgêncio Batista colapsou e este fugiu na madrugada de 1º de janeiro de 1959 para a República Dominicana (SANTOS; KOLLING, 2017).

Para Hobsbawm, a vitória de Fidel Castro se deu devido à fragilidade do governo de Batista, mas igualmente tal vitória demonstrou que "uma força irregular poderia controlar um grande 'território liberado' e defendê-lo contra uma ofensiva de um Exército reconhecidamente desmoralizado" (HOBSBAWM, 1995, p. 426).

---

[77] Disponiíve em: https://www.marxists.org/espanol/guevara/59-proye.htm. Acesso em: 29 de março de 2020.

O autor também afirma que o governo de Batista desmoronou após todas as forças de oposição apoiarem os guerrilheiros, ficando assim o governo sem apoio real, o autor afirma ainda que após o esgotamento do governo, as forças guerrilheiras assumiram consequentemente o governo. E conclui que: “a vitória do Exército rebelde foi genuinamente sentida pela maioria dos cubanos como um momento de libertação e infinita promessa escarnada em seu jovem comandante” (HOBSBAWM, 1995, p. 426).

O êxito do Exército Rebelde, somado à greve geral, implode também a tentativa de golpe presidida por Carlos M. Piedra[78]. No dia 2 de janeiro, Manuel Urrutia[79] foi nomeado presidente e Santiago de Cuba se tornou a capital provisória do país.

Em análise histórica da Revolução durante o Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba em 1975, Fidel Castro refere-se aos processos de luta transcorridos até a chegada ao socialismo, afirmando que a derrota de 1953 serviu para amadurecer o processo revolucionário, pois, naquelas circunstâncias de correlação de forças desfavoráveis, seria impossível o triunfo de uma revolução socialista. Ainda era cedo para vencer o inimigo, mas abriu caminho para as lutas vindouras.

> Sem o Moncada não haveria existido o Granma, a luta da Sierra Maestra e a vitória extraordinária do Primeiro de Janeiro de 1959 […]. Aos cinco anos, cinco meses e cinco dias do assalto ao Moncada triunfou a Revolução em Cuba. Um recorde verdadeiramente impressionante se considerar que seus dirigentes passaram quase dois anos presos, mais de um ano e meio no exílio e 25 meses de guerra (FIDEL CASTRO, 1975, p. 27, tradução nossa).

Nesta mesma ocasião, Fidel recordou a chegada do Exército Rebelde em Santiago de Cuba quando expressou: “Finalmente chegamos a Santiago! O caminho foi duro e longo, mas chegamos […] chegara o momento de cumprir com as promessas do Moncada […] quem sabe daqui para frente tudo será mais difícil” (FIDEL CASTRO, 1975).

A direção revolucionária estava ciente de que as coisas se tornariam mais difíceis. Lutaram e venceram o inimigo mais poderoso, logo, já era de se esperar que

---

78 Carlos Manuel Piedra (1895-1988). Político cubano, assumiu o governo do país durante um dia entre a fuga de Fulgêncio Batista e o triunfo do Exército Rebelde. Piedra foi nomeado por uma junta liderada pelo general Eulogio Cantillo, numa tentativa frustrada dos EUA escamotear o triunfo da Revolução Cubana.

79 Manuel Urrutia Lleó (1901-1981). Presidente de Cuba durante o processo de transição revolucionaria de janeiro a julho de 1959.

a contra revolução imperialista operasse através de seus métodos clássicos, entre eles a guerra suja.

Invasão ao território, bloqueio econômico, rechaço e deslegitimação do país diante dos organismos internacionais foram os primeiros ataques contundentes enfrentados por Cuba. Os EUA treinaram e financiaram mercenários na tentativa de destruição do novo regime que estava nascendo, a exemplo das operações contrarrevolucionárias nas montanhas do Escambray, até a invasão da Bahía dos Porcos em Playa Girón - 1961.

Desenvolvia-se, assim, um confronto claro e aberto entre a Cuba revolucionária e a nação mais poderosa do mundo, os EUA a tão somente 90 milhas de distância. Quando os Estados Unidos se deram conta que havia se produzido uma Revolução em Cuba, tentaram de todas as formas esmagá-la.

A invasão de Playa Girón foi um dos episódios mais radicais depois do triunfo revolucionário e marcou um momento importante na história da Revolução: foi – segundo os próprios cubanos – a primeira derrota imperialista na América Latina.

Este episódio levou Cuba a seu caminho sem volta quando Fidel declarou o caráter Socialista da Revolução[80] em 16 de abril de 1961.

3.3 O CARÁTER DA REVOLUÇÃO CUBANA

Desde o assalto ao Quartel Moncada até abril de 1961, o socialismo não estava no programa estratégico da Revolução Cubana. Neste contexto, a ruptura com os EUA foi inevitável, pois se tratava de uma histórica relação de dominação e dependência, assim, a opção pela autonomia, independência e socialismo colocava Cuba no bloco dos países inimigos.

Ao fazer a Revolução Socialista, Cuba, um país pequeno, com cerca de seis milhões[81] de habitantes na região caribenha a poucas milhas do gigante imperialista, começa a se deparar com novos desafios na construção da sociedade nova. Como

---

80 Sobre o caráter socialista da Revolução Cubana, ver discurso proclamado por Fidel Castro em comemoração ao 40º Aniversário do caráter socialista da Revolução em: FIDEL CASTRO, 2001, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 281.

81 Cuba possui atualmente uma população de cerca de 11.215.334 habitantes, segundo os dados estatísticos do anuário demográfico de Cuba de 2018, da ONEI (oficina nacional de estadistica y información) da Republica de Cuba. Disponível em: http://www.one.cu/publicaciones/cepde/anuario_2018/7-Cap%C3%ADtulo_I.pdf . Acesso em 28 de maio de 2019.

construir uma Revolução Socialista, no contexto cubano de ruptura com o modelo neocolonial, sem haver passado ainda por uma independência completa?

Florestan Fernandes caracteriza como modelo neocolonial a relação de Cuba com os Estados Unidos após esta ter se livrado do domínio colonial direto da Espanha e não haver logrado construir um Estado soberano, caindo, assim, nas garras dos Estados Unidos, que exerceu o domínio colonial indireto.

> O que apareceu e persistiu, por mais de meio século, foi um desenvolvimento capitalista semicolonial (extra e antinacional, sob vários aspectos; e prolongado, quanto à duração) […] O máximo de modernização foi combinado com o máximo de preservação e de continuidade da velha ordem colonial (FERNANDES, 2012, p. 65).

O termo neocolonial se explica então, no caso cubano, como uma situação de dominação indireta e gradual por parte dos Estados Unidos para levar a colonização até o fundo. Ainda conforme o autor, “Na verdade, a penetração estadunidense ajudara a diminuir os ritmos da desagregação da velha ordem colonial, pois as duas tendências convergentes de modernizar a colonização e de levar a colonização até ao fundo partiram dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2012, p. 70).

Analisando desde esta perspectiva, vemos que a Revolução Cubana logrou uma junção de fatores: a unificação da luta pela liberação nacional – para alcançar uma independência total e completa – contra o modelo neocolonial em desagregação e a Revolução Socialista pelas vias radicais para construir um novo modelo de desenvolvimento que rompeu os paradigmas daquela sociedade.

Mas o caráter socialista da Revolução Cubana, assumido nos anos iniciais depois do triunfo de 1959, foi o que levou Cuba a uma situação realmente revolucionária, nas palavras de Florestan Fernandes, “a revolução crescerá como revolução na medida em que o socialismo for sendo criado” (FERNANDES, 2012, p. 86).

Neste sentido, a declaração do caráter socialista da Revolução foi um salto qualitativo do processo revolucionário. Ao reafirmar esta decisão, Cuba transcende os limites do caráter nacionalista de consciência burguesa da sua revolução e transfere a responsabilidade desta aos setores humildes, que serão os defensores desta via socialista.

Para Fidel Castro,

> Esta é uma revolução socialista e democrática dos humildes, com humildes, para os humildes. E por esta revolução dos humildes, e pelos humildes e para os humildes estamos dispostos a dar a vida […] orgulhosos de defender esta revolução dos humildes, pelos humildes e para os humildes, não vacilaremos, diante de quem seja, em defendê-la até nossa última gota de sangue (FIDEL CASTRO, in: LÖWY, 2006, p. 288).

Esta criação do socialismo em circunstâncias particulares transformou a Revolução Cubana numa revolução universal, deixando de ser somente uma conquista de cubanos e cubanas, embora tenha sido obra fundamental destes sujeitos históricos. A Revolução Cubana transcendeu os limites geográficos do Caribe e transformou-se num fato histórico latino-americano e mundial (FERNANDES, 2012).

A burguesia cubana não foi capaz de deter o curso revolucionário e organizar a contrarrevolução preventiva, ou a "revolução dentro da ordem", como aconteceu em outros países no ciclo das revoluções burguesas. A Revolução Cubana não se esgotou no patamar burguês de "reforma capitalista do capitalismo", ela ultrapassou os limites da consciência burguesa e identificou-se com a classe revolucionária, convertendo-se "em uma das grandes Revoluções Proletárias da nossa época" (FERNANDES, 2012, p. 30).

De acordo com Mao Jr., a burguesia cubana sentiu-se afetada e ameaçada sobre seus privilégios e adotou a postura de sabotagem para levar a economia ao colapso, paralisando a produção e investido suas divisas no exterior. As nacionalizações dos anos de 1960 significou um golpe duro na burguesia que não queria abrir mão da condição de burguesia neocolonial para não perder seus privilégios. Assim, se deu o rompimento do patamar burguês da Revolução.

Em seus estudos sobre o papel da burguesia, Florestan Fernandes destaca o limite da burguesia dependente, que não sabe sequer lidar com o radicalismo burguês e nem absorver as pressões das classes despossuídas para promover a sua revolução, "a pressão radical precisa ser suprimida, mesmo quando ela possui uma natureza capitalista e uma origem burguesa" (FERNANDES, 2012, p. 29).

No caso cubano, a burguesia entrou num colapso irreversível e, segundo o autor, o curso histórico da Revolução aponta a complexidade dinâmica das variações deste processo: 1) os limites da consciência burguesa em conciliar os interesses de classes; 2) um movimento revolucionário de liberação nacional que ultrapassa os limi-

tes da consciência burguesa e se identifica com os interesses da classe revolucionária; 3) a dinâmica do processo revolucionário levou ao florescimento das formas socialistas de consciência social e organização da sociedade (FERNANDES, 2012).

> Dentro de uma sociedade capitalista neocolonial não havia como levar a revolução para diante dentro do capitalismo. Ela deslocou e esmagou a burguesia, nacional e estrangeira, porque para liberar a nação e criar um Estado democrático soberano ela tinha de converter-se em uma revolução contra a ordem, ou seja, anticapitalista (FERNANDES, 2012, p. 30-31).

A Revolução Cubana é um acontecimento que merece ser examinado em todas as suas dimensões devido sua grandeza, sua totalidade e sua beleza intrínseca, como definiu Florestan Fernandes.

Em Cuba, a Revolução ultrapassou a guerrilha. O Exército Rebelde foi exitoso, mas ela se transformou em profunda e completa no momento que optou em radicalizar e abandonar a revolução por dentro da ordem do sistema neocolonial, já corroído pelas suas contradições sistêmicas, e fazê-la por fora da ordem burguesa. Fazer uma revolução por dentro da ordem não estava ao alcance de Cuba pois a ilha vivia uma situação revolucionária irreconciliável com a ordem neocolonial, contradição esta levada ao extremo e canalizada na guerra civil a impulsão dos proletários e dos humildes. Foi uma revolução de baixo para cima, uma revolução dentro da revolução e, assim, a luta anti-imperialista foi uma consequência (FERNANDES, 2012).

O autor se atenta para duas questões ao olhar mais a fundo as contradições que movimentaram a situação revolucionária:

1) o problema não estava só na incapacidade da burguesia em tomar para si o processo revolucionário, mas também na inviabilidade de resolver as contradições por dentro da ordem social neocolonial nas condições cubanas, ou seja, de fazer uma transformação capitalista do capitalismo já existente;

2) o processo histórico cubano levou à ruptura em todos sentidos com o passado e o presente, foi preciso construir uma nova ordem de organização da sociedade transformando a luta de liberação nacional, o anti-imperialismo e a revolução democrática na espinha dorsal das novas formas sociais de produção, o socialismo como projeto do presente e futuro da classe proletária.

Para Fidel Castro, no intuito de levar a cabo a Revolução, seria necessário formar uma nova mentalidade, pois ainda existiam reflexos de ideias reacionárias, resultado da colonização. Era preciso romper com a mentalidade neocolonial para avançar significativamente no processo revolucionário.

> Se éramos uma colônia, do ponto de vista econômico, também o éramos ideologicamente dos Estados Unidos. Uma velha ordem social não se mantém somente pela força das armas, o poder do Estado e a onipotência econômica das suas classes privilegiadas, mas também e em alto grau pelas ideias reacionárias e os preconceitos políticos que inculcam nas massas. Na época das revoluções socialistas, que constituem a mais radical e profunda mudança da vida da humanidade, este fator se revela com uma força particular (FIDEL CASTRO, 1975, p. 34, tradução nossa).

Toda mudança social radical pressupõe a mudança de cultura, ou seja, a erradicação da velha cultura dominante e no lugar, o triunfo de novas ideias. Em Cuba, o povo adquiriu consciência socialista com o desenvolvimento histórico da revolução, através das batalhas, da violenta luta de classes nacional e internacional.

E, “em suma, a descolonização rompeu com o que se tornara uma camisa de força capitalista e imprimiu à situação revolucionária os ritmos e os alvos das Revoluções Proletárias do século 20” (FERNANDES, 2012, p. 99).

O caráter radical nacionalista da Revolução Cubana levou a sua independência completa e a construção de uma soberania política com profundo teor revolucionário.

> Nenhum país em todas as Américas chegou a elaborar um nacionalismo desse tipo, que pudesse encadear-se quer a uma vitória burguesa, com a integração nacional que daí poderia resultar, quer a uma vitória das massas e do proletariado, com a liberação nacional consequente e a transição para o socialismo. Nas fases decisivas da desagregação da ordem social neocolonial, esse nacionalismo libertário teve uma enorme importância dinâmica na mobilização das massas e na ampliação do poder popular (FERNANDES, 2012, p. 92).

O poder popular é uma característica bastante importante da Revolução Cubana, foi através dessa nova forma de organização da participação das massas que a Revolução pôde construir o seu processo de radicalização e resistência simultânea. Uma revolução proletária, afirma Fernandes, só se torna viável através da conquista do poder pelas classes trabalhadoras.

Marta Harnecker, em suas investigações sobre Cuba, a autora focaliza a emergência da ditadura do proletariado sob o conceito de poder popular. Para Harnecker, o poder popular em Cuba é apenas um aperfeiçoamento do Estado revolucionário, mas este poder não existe somente nos momentos de eleger seus representantes institucionais, vai além do estabelecimento das instituições representativas, é um passo transcendental na democracia cubana. Vale observar que no sistema de democracia cubana, o voto não é obrigatório.

A base material da Revolução Cubana foi constituída através do agrupamento das pessoas humildes empenhadas na construção do novo. O papel dos líderes foi fundamental na constituição do sujeito revolucionário cubano e foi com o apoio dos humildes constituídos em sujeitos que se chegou ao triunfo revolucionário através da guerrilha. A vanguarda revolucionária constituída pelo Exército Rebelde e o Movimento 26 de Julho assumiu o comando do novo governo. O povo foi convocado para somar-se nas fileiras e formar uma coesão entre povo, forças armadas revolucionárias e novo governo.

Não se pode falar em Revolução Cubana sem destacar o importante papel da guerrilha na formação da base revolucionária, “sem a guerrilha não haveria nem conquista do poder nem transição para o socialismo” (FERNANDES, 2012, p. 87). A guerrilha foi um meio para se chegar ao socialismo:

> A guerrilha foi um mero instrumento e seria preciso que não se perdesse de vista que mesmo a luta armada ultrapassou a guerrilha, logo transformada em apêndice ou técnica suplementar da guerra de movimento. Ela é essencial porque representou algo parecido com o que foram os partidos socialistas revolucionários em outros países. Ela plasmou a mentalidade revolucionária e educou os guerrilheiros para a ação política revolucionária, estabelecendo os marcos que separariam a ‘sua’ revolução das outras (FERNANDES, 2012, p. 88).

Embora a guerrilha fosse o meio para fazer a revolução e chegar ao socialismo em Cuba, ela não desaparece na sua totalidade, ela se transmuta e se converte na “força histórica tão decisiva, criadora e surpreendente […] a guerrilha e o guerrilheiro desapareceram, mas o espírito da guerrilha dura até hoje, identificando-se como o próprio espírito da Revolução Cubana” (FERNANDES, 2012, p. 109).

Fernandes, em suas análises destaca o importante papel do guerrilheiro, no âmago da sua condição humana, que imprimiu na Revolução Cubana uma grandeza extraordinária.

Hobsbawm, do mesmo modo, analisa o aspecto da guerrilha como fator fundamental para a revolução em diferentes países, como forma básica de luta revolucionária no Terceiro Mundo. O autor chama a atenção ao afirmar que depois da Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, pelo menos 32 grandes guerras de guerrilhas foram possíveis ser verificadas. De acordo com o autor, foi Cuba quem colocou a guerra de guerrilhas como estratégia revolucionária para o mundo. Nas palavras do autor: “Curiosamente, foi um movimento relativamente pequeno […] atípico, mas bem-sucedido, que pôs a estratégia da guerrilha nas primeiras páginas do mundo: a revolução que tomou a ilha caribenha de Cuba em 1° de janeiro de 1959” (HOBSBAWM, 1995, p.425).

Nas condições de Cuba, não seria possível construir uma nova ordem social sem passar pelo curso das armas e assim a guerrilha se transformou numa prática política, logo, o elemento central da luta revolucionária. Florestan indaga-nos, “como fazer a revolução social quando não resta outro meio de chegar a ela senão a guerrilha?” (FERNANDES, 2012, p. 123).

É interessante a perspectiva de como a guerrilha possibilitou a ressocialização do guerrilheiro na própria guerrilha e na convivência com os campesinos, compartilhando das mesmas condições de sobrevivência na Sierra Maestra. Neste sentido, Florestan Fernandes aborda dois aspectos importantes que nos ajudam no aprofundamento da leitura da realidade: 1) o da ressocialização da personalidade do guerrilheiro; e 2) o amarramento do guerrilheiro com o poder popular. Em sua abordagem, “se o primeiro aspecto explica o amadurecimento histórico do homem que vivia dentro do guerrilheiro, o segundo nos põe diretamente diante do nascimento do guerrilheiro como homem político” (FERNANDES, 2012, p.125).

Essa abordagem desmistifica o papel do guerrilheiro que geralmente é visto de maneira estereotipada no senso comum. Nesta perspectiva, os guerrilheiros não foram somente os senhores da vanguarda, mas também o homem e a mulher comum que lutavam pela emancipação do país, eram os que tinham identidade e provinham direto das massas.

> Duas coisas ficam evidentes, de modo geral: 1. Os guerrilheiros se puseram fora e acima de qualquer distancia de classe, de dominação de classe ou de poder de classe em suas relações com os camponeses (situando-se, portanto, como companheiros no sentido mais próprio da palavra e limitando a desigualdade ao âmbito técnico do exercício da autoridade); 2. A ressocialização da personalidade básica

> pressupõe uma identificação revolucionaria com o povo que possibilita a proposição de palavras de ordem revolucionária concreta e a luta nacional pelo poder. A ideologia brota, pois, de baixo para cima e das massas para a vanguarda política […] (FERNANDES, 2012, p. 125).

A expansão do Exército Rebelde possibilitou a ampliação dos territórios livres e a construção de um proto-estado[82] que avançava cada vez para a construção de um Governo Revolucionário, "em suma, no processo da conquista do poder, a própria revolução social foi antecipada" (FERNANDES, 2012, p. 129).

Quando se fala que em Cuba a Revolução ultrapassou a guerrilha é porque a guerrilha não foi somente o processo da Sierra Maestra, ela se estendeu por todo o país, em diferentes momentos e situações. Por exemplo, no período inicial da Revolução, "período mais fecundo da Revolução", segundo Fernandes, entre 1959 e 1961, ficou evidente que não seria possível uma "cubanização do capitalismo" e assim a burguesia nacional teve que passar à contrarrevolução, o que exigiu dos guerrilheiros uma radicalização do processo no campo político e fazer a guerrilha por outros meios na tomada de posição na luta de classes.

A vanguarda se proletarizou, arrastando consigo as massas de trabalhadores urbanos e rurais a percorrerem o caminho para o socialismo.

De acordo com Guevara, em suas projeções sobre o Exército Rebelde:

> Temos que ir rapidamente para a reestruturação do exército rebelde, porque ao mesmo tempo formamos um corpo armado de camponeses e operários, muitos deles analfabetos, sem instrução e sem preparação técnica. Temos que treinar esse exército para as altas tarefas que seus membros precisam enfrentar e treiná-los técnica e culturalmente (GUEVARA, 1959).

O Exército Rebelde desmantelou finalmente a ditadura de Batista, destroçou o Estado neocolonial assumindo, assim, a tarefa de dirigir o governo revolucionário, que transcendeu a tarefa da guerrilha, em si, constituindo-se no sistema de poder nascido da revolução, caracterizado por Fernandes como uma "ditadura guerrilheiro-popular", em outras palavras, em uma ditadura do proletariado.

---

[82] Florestan Fernandes utiliza o conceito de proto-estado para referir a formação mesmo de um Estado guerrilheiro paralelo, com suas estruturas de funcionamento em contraposição ao Estado burguês em Cuba. O Exército Rebelde organizou um Estado próprio, tinham seus meios de comunicação, suas escolas, sua forma de democracia participativa etc. na perspectiva da construção de um novo governo, o governo revolucionário.

Nas palavras de Harnecker, o modelo cubano se constituiu numa ditadura do proletariado, uma vez que:

> O Estado cubano, como todo Estado – burguês ou socialista – representa uma ditadura de umas classes sobre outras. Ao longo de todos estes anos têm sido, sem dúvida, uma ditadura exercida pelos trabalhadores e explorados para esmagar a contra revolução interna e externa […] mas assim como o Estado Cubano tem sido uma ditadura para a contrarrevolução, tem sido para o povo – ainda sem a presença de instituições representativas – um Estado essencialmente democrático. Durante todos estes anos têm representado e defendido os interesses dos trabalhadores, da grande maioria do povo cubano e, ao mesmo tempo, não tomou nenhuma medida revolucionária importante sem consultar a massa através de diferentes mecanismos (HARNECKER, 1979, p. 39, tradução nossa).

Mesmo nos momentos cruciais de embate com o inimigo principal – o imperialismo estadunidense – a Revolução Cubana não recuou, ao contrário, a capacidade de liderança do comando revolucionário conseguiu ampliar a participação das massas e transformar as batalhas mais temíveis em grandes vitórias, como, por exemplo, em 1961 quando o Exército Rebelde junto ao povo conseguiu derrotar a tentativa de invasão mercenária através das incursões aéreas contra os aeroportos de La Habana e Santiago, bem como a invasão em Playa Girón.

A batalha de Girón foi a prova de que o Exército Rebelde havia se convertido no povo, conforme as projeções de Che Guevara.

> Todo o povo cubano deve se tornar um exército de guerrilheiro, uma vez que o Exército Rebelde é um corpo em crescimento cuja capacidade é limitada apenas pelo número de seis milhões de cubanos da república. Todo cubano precisa aprender a manusear armas e quando deve usá-las em sua defesa (GUEVARA, 1959).

Fernandes afirma no avançar da Revolução a guerrilha fora convertida em meios para outros fins, e o guerrilheiro seria agora a vanguarda do Estado revolucionário que conduziria para a construção do socialismo.

> Nesta etapa, a guerrilha como meio para outros fins começa a perder sua razão de ser e os próprios guerrilheiros teriam de desaparecer como entidade histórica. Convertidos na vanguarda do Estado revolucionário, em elaboração continuaria a ser a mola mestra da Revolução Cubana. Contudo agora seriam os servos daquele Estado, empenhados na consolidação do poder popular e na construção de Cuba socialista (FERNANDES, 2012, p. 142).

Em suma, a Revolução Cubana foi uma alternativa ao padrão de civilização na história da América Latina e os guerrilheiros como vanguarda deram a guinada para a radicalização que levou a Revolução Cubana a um caminho irreversível rumo ao socialismo.

> Os guerrilheiros deram essa guinada e imprimiram à Revolução Cubana a forma política que ela devia ter para que atingisse seus objetivos colocasse a América Latina nas correntes históricas da época do socialismo. A revolução que desde as suas origens contivera componentes radicais e populares muito fortes, que lhes dava um sentido socialista, converteu-se numa das grandes Revoluções Proletárias e socialistas do século 20, 1960 aparece como o ano que prepara e efetiva esse *tournant* - e é, portanto, o ano no qual a Revolução Cubana se inicia, de fato e de modo irreversível (FERNANDES, 2012, p. 142, itálico do autor).

A Revolução Cubana traz em suas entranhas, desde o princípio, as características de uma rebeldia autêntica no sentido de transgredir e rebelar-se contra a ordem vigente. Assim foi desde a luta anticolonial, passando pelo processo revolucionário e segue até os dias atuais. A resistência cubana de hoje é um ato de rebeldia.

A solidez em que se constituiu a Revolução Cubana é um paradigma emancipatório para a humanidade, esta humanidade em colapso que o capitalismo gerou. Até agora nenhum país da América Latina foi capaz de alcançar o horizonte cultural e o caudal de equidade e justiça social que alcançou a Revolução Cubana, esta se realizou na sua completude e foi de uma grandeza extraordinária.

Ela colocou o socialismo no centro do debate da História moderna, ultrapassou os limites da consciência burguesa e identificou-se com a classe revolucionária, convertendo-se em uma das grandes Revoluções Proletárias do século XX, conforme definiu Fernandes.

3.4 ASPECTOS ECONÔMICOS DO SOCIALISMO CUBANO

O primeiro ensaio das mudanças econômicas se deu ainda na Sierra Maestra, em dezembro de 1958, através da repartição de terras, bem como o experimento das pequenas indústrias encabeçadas por Che Guevara. Estas experiências significaram

o princípio da extirpação da miséria no campo cubano. Foi o primeiro ensaio de distribuição de terras na Sierra Maestra. Segundo Che Guevara[83].

> Deram-se revolucionariamente terras as terras aos camponeses, ocuparam-se grandes propriedades agrarias de servidores da ditadura, as quais foram repartidas para a propriedade dos camponeses desta zona. Havia chegado o momento que nos identificavam plenamente como um movimento camponês ligado estreitamente à terra e a reforma agrária como bandeira (GUEVARA, 1960 apud FERNANDES, 2012, p. 127)[84].

Para além da distribuição das terras, a reforma agrária cumpriu um papel estratégico naquele momento. A aliança e colaboração dos camponeses como "colaborador invisível", nas palavras de Che Guevara, que fazia o que o rebelde não podia fazer, foi fundamental para o avanço do Exército Rebelde. "Nos forneceu informações, observou o inimigo, descobriu seus pontos fracos, trazia rapidamente as mensagens urgentes, espionou nas mesmas fileiras do Exército Batista" (GUEVARA, 1959).

> […] e pela primeira vez, os *guajiro*s da serra, nessa região que está particularmente empobrecida, tiveram o seu bem-estar; pela primeira vez as crianças camponesas tomaram leite e comeram carne e rês. E pela primeira vez, também receberam benefícios da educação, porque a revolução trouxe em suas mãos a escola. Assim todos os camponeses chegaram a uma conclusão favorável ao nosso regime […] (GUEVARA, 1959, itálico nosso).

A partir de 1959 uma série de mudanças radicais começaram a ser implementadas pelo Governo Revolucionário. A Primeira Lei de Reforma Agrária[85] e a nacionalização das empresas estrangeiras são exemplos da radicalidade das medidas. Para cumprir com o "Programa do Moncada"[86] implementou-se dois programas de reforma

---

83 GUEVARA, Che. Projeções do Exército Rebelde. In: FIDEL CASTRO. La Revolución Cubana. Buenos Aires: Editorial Palestra, 1960.

84 Idem.

85 Em 17 de maio se pronunciou a Primeira Lei de Reforma Agrária por Fidel Castro e o Exército Rebelde na Sierra Maestra. Esta Lei enfrentou diretamente a oligarquia nacional, os proprietários e empresas estadunidenses que possuíam grandes proporções de terras em Cuba. O limite da propriedade se reduziu para 402 ha, o que em términos políticos havia sido um avanço, mas, do ponto de vista econômico, a burguesia agrária ainda continuava possuidora de grandes propriedades, se distribuiu terras aos campesinos mas não alterou a estrutura agrária (FIDEL CASTRO, in: FERNANDES, 2012).

86 Programa do Moncada, o autor de refere ao discurso proferido por Fidel Castro na sua autodefesa durante o julgamento do Assalto ao Quartel Moncada realizado por jovens rebeldes em Santiago de Cuba em 26 de julho de 1953. O discurso de Fidel Castro ficou conhecido como o Programa do Moncada sob o titulo A História me Absolverá.

agrária, uma reforma urbana, eliminou o desemprego, o analfabetismo e a desnutrição, também, deram-se início a um amplo programa de investimentos industriais, a agricultura foi modernizada e transformada, se elevaram consideravelmente os níveis de educação e dos serviços de saúde pública (FERNANDES, 2012).

Na opinião de Dacal (2020):

> A vitória de 1959 envolveu o radicalismo político como uma prática transformadora. Isso impactou as estruturas de capital ao desmercantilizar os direitos humanos: educação e artes, saúde, emprego, moradia. Também levou à distribuição igualitária da riqueza, uma das bases da qual foi a solução do problema agrário. Em seu impulso radical, naquele ano de 1959, condicionou a politização da sociedade e, mais especificamente, a inclusão de diversos sujeitos populares na gestão política (DACAL, 2020, p. 19).

A Revolução seguiu seu curso radical de distribuição dos meios de produção progressivamente para a sociedade, neste curso se aprova, em outubro de 1963, a Segunda Lei de Reforma Agrária[87], na qual se estabelece o limite máximo do tamanho da propriedade entre outras normativas, pois a primeira não havia sido suficientemente rigorosa e tampouco era de caráter socialista. Este passo foi fundamental para garantir a suas exportações agrícolas, dado a situação de bloqueio econômico. “As fazendas que ultrapassavam o limite estabelecido foram nacionalizadas […] uns 70% da terra ficou nas mãos da nação como propriedade comum de todo o povo, que a desenvolve e explora em benefício exclusivo da sociedade” (FIDEL CASTRO, 1975, p. 48).

Nas décadas seguintes, o desafio estava em “passar do processo de acumulação capitalista neocolonial e ultrapredatória para uma acumulação socialista originária” (FERNANDES, 2006, p. 143). E a reforma agrária, como forma de “expropriação dos expropriadores”, constitui-se nas bases para a transição socialista.

---

87 A Segunda Lei de Reforma Agrária foi decretada em 03 de outubro de 1963. Esta Lei teve um caráter mais radicalizado e afetou diretamente os grandes proprietários contra-revolucionário que ficaram privados da sua base material. A Segunda Lei assentou-se no limite máximo da propriedade da terra em 67 ha, as demais fazendas que ultrapassam este limite foram nacionalizadas, aproximadamente dez mil fazendas foram expropriadas (FIDEL CASTRO, 1975; MAO JR. 2007; FERNANDES 2012).

A reforma agrária não foi de cunho totalmente radical do ponto de vista da desapropriação total da propriedade, uma vez que indenizava os proprietários expropriados e mantinha a propriedade privada da terra, só que desta vez pertencendo aos que nela trabalhavam.

Mas, do ponto de vista da mudança da estrutura fundiária do país, era uma lei radicalizada porque “ela consolidava a aliança da revolução com os camponeses e trabalhadores agrícolas. Desagregava a base tradicional de dominação da burguesia nacional e estrangeira, com o que reduzia drasticamente seu poder econômico e social” (FERNANDES, 2012, p. 175), dando, assim, um caráter popular e democrático para a reforma agrária.

> O governo revolucionário tornou-se mediador da posse de Cuba por seu povo, substituindo os quatro mil e poucos proprietários que eram donos de mais da metade do território nacional e de 57% da área de fincas pela imensa maioria que trabalhavam a terra e viviam de seus produtos. Por ser intrinsecamente democrática, a reforma agrária extinguia o latifúndio, reduzia o despotismo oligárquico à impotência e expunha a hegemonia do centro imperial a uma crise irremediável. Reversamente, ela punha em seu lugar a grande massa de trabalhadores livres e semilivres, começando a criar a base material da revolução pela organização econômica do poder popular (FERNANDES, 2012, p. 176).

Nota-se que a socialização da miserabilidade existente em Cuba naquele período e as conquistas obtidas nas décadas seguintes definem a natureza da revolução – em meio a tantos problemas – para formar as bases da nova sociedade.

A análise de Florestan Fernandes é datada dos 20 primeiros anos da Revolução Socialista em Cuba, porém, seu vigor analítico continua atual. Já naquele período de final da década de 70 do passado século Cuba havia alcançado uma imensidão de avanços no seu pequeno curso de revolução dentro da Revolução.

> Os inimigos da Revolução Cubana prestaram-lhe um serviço, certamente sem querer! Graças ao socialismo, apenas em 20 anos, Cuba: 1º livrou-se da condição de “nação-problema”, que a levava ao beco sem saída que se encontrava; 2º realizou uma reforma agrária que se inscreve na História das grandes realizações que ocorreram na América Latina no século 20; 3º retirou a maioria de sua população, os setores mais pobres dos proletários rurais e urbanos, da situação crônica de condenados da terra, assegurando-lhes meios permanentes de trabalho, um padrão sóbrio mas decente de vida, e a possibilidade de viver como gente; 4º suplantou um dos mais terríveis cercos capi-

> talistas e deixou definitivamente para trás o complexo colonial e a complacência da burguesia compradora (lembrem-se da mensagem de Raul Castro: 'Concretamente, senhores imperialistas, nossa posição é esta: nosso país é pequeno e estreito e em torno dele existe o mar; não há esperança de recuar', discurso de 22/7/1967, *Partisans*, nº 38, p.18); elevou-se, pelos êxitos relativos, à condição de um experimento ideal entre os países socialistas, pois demonstra o que é preciso para engendrar e, depois, estabilizar a transição socialista em condições econômicas francamente adversas e o que falta à solidariedade socialista para tornar-se uma força revolucionária efetiva no plano internacional (FERNANDES, 2012, p. 145 e 146, itálico do autor).

A forma estatal de organização da propriedade, a especialização do Estado principalmente na produção de açúcar, culminou no modelo de *agrupación*[88], que levou a um processo de centralização da economia nas mãos do Estado. E, Segundo Florestan Fernandes, teve, em guardadas proporções, equivalência à NEP da União Soviética. "Se tal evolução não fosse possível, o desenvolvimento das forças produtivas e a estabilização do socialismo em Cuba teria sido muito mais difícil (ou mesmo improvável)" (FERNANDES, 2012, p. 182).

De acordo com Dacal "o modelo socialista implicou na consagração do Estado como provedor fundamental do desenvolvimento material e político da nação. A nacionalização da propriedade era uma característica determinante dessa consagração" (DACAL, 2020, p. 19)

Mas era por trás desta estatização crescente que se encontrava a força da revolução, a classe revolucionária cubana que, segundo Fernandes, eram os trabalhadores agrícolas.

> Estes suportaram o peso prolongado dos imensos sacrifícios realizados e apoiaram sem vacilação as decisões que vinham 'do poder'. Ao aprofundar-se e ao tornar-se econômica, a revolução alinhou essa classe revolucionária em todas as frentes nas quais se travaram as batalhas decisivas (FERNANDES, 2012, p. 182, aspas do autor).

A partir de 1970, Cuba viveu uma nova fase no aspecto econômico que se abriu com a grande safra açucareira e a discussão sobre os caminhos da revolução

---

88 A *agrupación* eram órgãos intermediários de direção que representavam um certo numero de cooperativas ou granjas, como uma empresas agrícola, que dinamizavam a participação das cooperativas com os centros de decisão. "correspondia às divisões político-administrativas da ilha. […] constituía a unidade agrícola propriamente dita e as granjas do Estado eram os elementos constituintes" (GUATELMAN apud FERNANDES, 2012. p. 182).

provocadas pela safra. Para erguer suas bases econômicas fez-se uma aposta ambiciosa, que serviria tanto para enfrentar o bloqueio, mas também para estabilizar a primeira etapa da construção do socialismo. A meta era a colheita de dez milhões de toneladas de açúcar, superando o recorde de 1961, que foi de sete milhões de toneladas métricas do produto. Esta era a condição para Cuba atingir um patamar elevado do seu desenvolvimento econômico.

Conforme analisa Fernandes, os males da economia cubana não estavam no açúcar e sim no padrão neocolonial que o açúcar representava, como produto imperialista do desenvolvimento capitalista. Era a fonte indireta de todos os males de Cuba. A revolução ressignificou a produção e o comércio do açúcar para uma perspectiva econômica viável.

> Tão nefasto, no passado, agora seus resultados positivos convertem-no em uma força centrípeta, que contribui poderosamente para sustentar a continuidade da revolução e para generalizar, dentro de Cuba, os impulsos socialistas da agricultura para o resto da economia e para toda a sociedade (FERNANDES, 2012, p. 188).

A Revolução Cubana herdou a sobrecarga pesada do seu passado colonial, mas foi digna de uma revolução agrícola exitosa, mesmo que a duras penas para o povo cubano para alcançar as metas do governo na transição socialista.

O cumprimento da meta ambiciosa da colheita da cana levaria não só ao desenvolvimento da agroindústria socialista, mas também a dar passos para a independência econômica. Para tanto, foi aplicado o primeiro plano de desenvolvimento com grandes investimentos na tecnologia agrícola como a mecanização, novas variedades e se ampliou consideravelmente a quantidade de fertilizantes. Segundo Fidel Castro, “em 1970 se alcançou a maior safra de todos os tempos lograda em Cuba e a maior de açúcar de cana no mundo” (FIDEL CASTRO, 1975, p. 56).

Mesmo com este ímpeto, a produção não atingiu a meta desejada para cambiar definitivamente o padrão econômico da Revolução. Ao contrário, levou ainda mais ao aprofundamento da dependência com relação a URSS, já que esta era – neste período – a principal compradora do açúcar cubano e a fornecedora de bens de consumo e outros tipos de mercadorias para a ilha.

Contudo, a safra de 1970 demonstrou uma vez mais a capacidade de mobilização das massas com gigantesco dispêndio de energia na construção do socialismo.

> O gigantesco esforço coletivo feito para plantar e colher uma safra de dez milhões de toneladas de cana-de-açúcar redundou em fracasso parcial. Embora a safra conseguida fosse um recorde, pois os 8,5 milhões de toneladas ficarão como um marco na História de Cuba, o que ela custou em concentração e devastação de recursos, em desorganização transitória da economia em sacrifício humano demonstra que essa não é uma via recomendável para a superação do subdesenvolvimento com critérios socialistas […] (FERNANDES, 2012, p. 190).

Apesar de ter funcionado como experimento, demonstrava o quanto uma base econômica estreita é vulnerável no processo de transição socialista. E, graças ao fracasso relativo da safra de 1970, o governo se obrigou a fazer sua autocrítica e reavaliar as potencialidades econômicas de Cuba.

Heredia (2017) recorda que “em 1970 comprovou que conseguir o ascenso econômico do país era extremamente difícil e demoraria muito mais do que o pensado” (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 412).

Era difícil livrar-se do fardo histórico de cinco séculos de colonialismo e neocolonialismo em apenas algumas décadas. Esta experiência demonstrou que a transição seria gradual e que ali apenas poderia ser qualificada de “período pré-transição”, conforme Fernandes.

A dependência maior do campo socialista levou Cuba a uma maior centralização da economia para responder as demandas do mercado socialista.

> Os acordos com a União Soviética, por sua vez, põe ao alcance de Cuba meios indispensáveis para a aceleração do desenvolvimento econômico, em particular no que diz respeito a modernização do parque industrial e do sistema de transportes e ao aperfeiçoamento técnico-científico da planificação centralizada […] esse entrosamento maior em programas de larga duração nas relações com os países da Comecon[89] e com a União Soviética contém implicações obvias. Ele exige um mínimo de uniformização da economia cubana com referência aos dinamismos econômicos do mercado socialista (FERNANDES, 2012, p. 196 e 1999).

Mas o fim dos anos 1980 se avizinhava com a possível desintegração da URSS e os efeitos para Cuba seriam catastróficos, considerando-se o nível de dependência, como mencionado anteriormente.

---

[89] COMECOM: Conselho para Assistência Econômica Mútua – organismo de integração econômica entre os países socialista.

O fim da Guerra Fria e o fim do chamado socialismo real[90] foram eventos praticamente concomitantes, “os dois fenômenos são historicamente separáveis, embora obviamente ligados. O socialismo de tipo soviético se pretendia uma alternativa global para o sistema mundial capitalista” (HOBSBAWM, 1995, p. 246). Haja vista a incapacidade de competição com o desenvolvimento capitalista, a queda da URSS trouxe enorme consequências para os países pobres alinhados ao bloco socialista, como Cuba por exemplo.

Neste momento a ilha mantinha 85% das suas relações econômicas com o campo socialista. Já em 1985, Fidel “foi praticamente o primeiro que se deu conta de que, o que ia acontecer na URSS, traria para Cuba um grande desastre econômico e agravaria o perigo de ser vítima do imperialismo” (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 412).

O resultado foi realmente profundo, mas não suficiente para o fim da Revolução Socialista. Fidel Castro, como líder histórico da Revolução Cubana soube uma vez mais conduzir o país com base nos preceitos da unidade popular, conforme já havia experimentado em outros momentos, como por exemplo, em 1961.

> Mas sua resposta foi ratificar que o socialismo é a única solução para os povos, a única via eficaz e a única bandeira popular, que o necessário é assumir bem e aprofundar. Então mobilizou o povo e engrandeceu sua consciência, e sustentou firmemente o poder revolucionário (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 412).

Nos anos noventa, após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviética, Cuba entrou num período de crise profunda, o chamado “Período Especial”, que foi a agudização da crise econômica com a queda de pelo menos 80% da capacidade de importação e exportação, demonstrando assim o grau de dependência da URSS frente aos impactos sofridos pelo bloqueio. Segundo Raul Castro:

> […] o Produto Interno Bruto caiu 34,8% e se deteriorou sensivelmente a alimentação dos cubanos. Sofremos apagões de 16 e até 20 horas

[90] Socialismo real, ou socialismo realmente existente foi o que passou a ser chamado na terminologia soviética, os países do mundo (Europa, Ásia, África e América Latina) que faziam parte do bloco socialista depois da Segunda Guerra Mundial. “Foi também a região cujos sistemas econômicos e sociais, assim como os regimes políticos, desmoronaram totalmente na Europa quando a década de 1980 deu lugar a 1990 […] os regimes dispersos que imitavam, ou eram inspirados, pelo ‘socialismo realmente existente’ em outras partes do mundo, ou tinham desmoronado, ou provavelmente não iriam ter uma vida longa” (HOBSBAWM, 1995, p. 364).

> diárias e se paralisou boa parte das indústrias e dos transportes públicos. Apesar disso conseguiu-se preservar a saúde pública e a educação a toda a nossa população (RAUL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 377).

A partir de então Cuba teve de enfrentar o desafio de edificar seu próprio socialismo para sobreviver sem a existência do campo socialista para apoiar-se e a saída foi a inserção relativa no mercado capitalista globalizado**.**

3.5 FIDEL CASTRO E A REVOLUÇÃO CUBANA

Nesta parte do segundo capítulo destacar-se-ão, as origens e vigência do pensamento de Fidel Castro, este que é, sem dúvidas, um dos maiores nomes do século XX. O filósofo e ensaísta cubano Fernando Heredia resume o significado da palavra de ordem *yo soy Fidel* levantada pelo povo cubano após a partida física de Fidel Castro. Para o autor, o momento demonstrou que Fidel é também um protagonista do século XXI, e não apenas do século XX. “nestes dias de duelo, Fidel travou sua primeira batalha póstuma e a ganhou; ao mesmo tempo, voltou a demonstrar para todos o caminho verdadeiro, como vinha fazendo desde 1953” (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 399).

Utilizaremos como referência principal o texto “Origens e vigência do pensamento político de Fidel”, de Fernando Heredia, resultado de uma conferência no México em março de 2017. Entre outros, este autor nos traz com riqueza de detalhes como Fidel se constituiu num líder histórico universal a partir de uma prática e de um pensamento.

Na qualidade de guerrilheiro e posteriormente estadista, Fidel nunca deixou de contribuir para a construção do pensamento crítico. Há muitas controvérsias no que se refere a Fidel como intelectual e, talvez não tenha sido, no sentido rigoroso do termo, um intelectual acadêmico, mas foi, sem dúvida, um elaborador sobre diversos assuntos que versam desde política internacional, crise ambiental, paz, socialismo, à barbarizarão da humanidade. Suas reflexões se deram a partir da esfera concreta da Revolução Cubana.

Para Ignacio Ramont (2017), Fidel foi um intelectual dos mais qualificados.

> Como intelectual que era, e de grande calibre, não tinha medo de debater. Ao contrário, ele o demandava e estimulava. Sempre disposto

> a debater com quem quer que seja. Com muito respeito pelo outro. Com muito cuidado. Era um debatedor polemista e formidável. Com argumentos em abundância. A quem apenas repugnava a má-fé e o ódio (RAMONET, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 382).

Em seus escritos políticos, ou em discursos oficiais (que não são poucos)[91], se nota a qualidade da sua elaboração a partir dos estudos, sobretudo, de José Martí, mas também do marxismo-leninismo.

> Fidel aprendeu a ser, ao mesmo tempo, patriota e socialista. Tinha que se alimentar dos ensinamentos de Martí e estudar Marx e Lenin para poder refletir bem sobre a época em que vivia, seus conflitos fundamentais e as vias e métodos da luta pela libertação […] Fidel também partiu da prática, mas ao mesmo tempo, foi apresentando e elaborando um pensamento radical excepcional, que o foi levando a ocupar um lugar destacado em toda esta História cubana, junto ao seu mestre José Martí (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 401, 402 e 403).

Certamente, sem Fidel Castro a Revolução Cubana não teria sido a mesma, pois estão intimamente imbricados e formam uma unidade indissolúvel no curso histórico de transformação radical de Cuba para a nova ordem social. Fidel Castro teve um papel fundamental na direção política do Movimento 26 de Julho – M-26-7 – e da Revolução Cubana.

Alguns anos antes do assalto ao Moncada e da guerra na Sierra Maestra, o jovem estudante Fidel Castro expressou sua aproximação com o Internacionalismo solidário na expedição de Cayo Confite, no verão de 1947, com o objetivo de ajudar o povo dominicano a derrotar a ditadura de Trujillo. Como se sabe a ação fracassou, mas desde então se constata a vocação latino-americanista e Internacionalista daquele que veio a ser um dos maiores líderes revolucionários do século XX (VALDÉS, 2008)[92].

No ano seguinte, Fidel participa nos sucessos que ficaram conhecidos como *bogotazo.* Coincidentemente, se encontrava na Colômbia neste momento e esta experiência vai demarcar sua opção internacionalista.

---

91 Todos os discursos e intervenções oficiais de Fidel Castro Ruz, como Comandante em Chefe e Presidente do Conselho de Estado da República de Cuba, assim como as Reflexões de Fidel, datadas do ano de 1959 até 2008, podem ser encontrados online na pagina do governo de Cuba. Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/. Acesso em: 25 de maio de 2019.

92 Mais informações sobre a vida de Fidel Castro se pode encontrar no livro "**Fidel Castro Ruz: Guerrillero del Tiempo"** de Katiuska Blanco Castiñeira, publicado pela Casa Editora Abril, Cuba, 2014.

> Em Bogotá, a insurreição popular estourou antes do assassinato do líder Eliécer Gaitán, em 9 de abril de 1948. Fidel, visitando o país em tarefas da organização estudantil, se junta ao *ultraje reinante,* consegue empunhar um fuzil, é um internacionalista que voluntariamente se junta à luta de um povo irmão (VALDÉS, 2008, tradução nossa, itálico nosso).

Outro aspecto importante que também marca a trajetória de Fidel Castro é seu exílio no México, junto aos demais revolucionários assaltantes do Moncada, após sua saída da prisão da Ilha de Pinos. O México, que sempre foi um tradicional refúgio e porto da solidariedade internacional, sobretudo na América Latina, possibilitou contatos e organização de comitês de solidariedade com a Revolução Cubana em diferentes países, incluindo os EUA.

Estas e outras facetas de Fidel Castro vão edificando seu projeto revolucionário na América Latina – não como projeto pessoal, mas projeto como processo coletivo –, que mais tarde se cristaliza na experiência da Revolução Cubana.

De acordo com Eric Hobsbawm, “o método de Fidel era ativista: um ataque a um quartel do Exército em 1953, cadeia, exílio e a invasão de Cuba por uma força guerrilheira que, na segunda tentativa, se estabeleceu nas montanhas da província mais remota” (HOBSBAWM, 1995, p. 426). Entre o Moncada e a chegada a Havana foram quase dois anos na prisão, quase outros dois anos no exterior, mais dois anos e um mês na guerra (SANTOS; KOLLING, 2017, p. 12).

Sem a liderança de Fidel, a Revolução não teria chegado aonde chegou e nem teria assumido a mesma forma histórica que a caracterizou. Fidel Castro dirigiu um movimento de guerra de guerrilhas que tinha como objetivo inicial romper com a ordem social neocolonial através da derruba de Batista. Mas foi adiante: transformou este Movimento na vanguarda revolucionária e converteu-o no pilar de uma Revolução Socialista (FERNANDES, 2012).

Na opinião de Hobsbawm, Fidel Castro era uma figura não muito característica na política latino-americana, nas palavras do autor: “um jovem forte e carismático de boa família proprietária de terras, de política indefinida, mas que estava decidido a demonstrar sua bravura pessoal e ser um herói de qualquer causa da liberdade contra a tirana, que se apresentasse no momento certo” (HOBSBAWM, 1996, p. 426).

No entanto, de figura politicamente indefinido, identificada por Hobsbawm, veio a transformar-se no sujeito revolucionário mais radical da segunda metade do século XX.

Advogado de profissão, “Fidel compreendeu muito cedo que a luta teria que ser feita ao mesmo tempo contra o conjunto das dominações, contra o velho, o moderno e o recente” (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 402). A luta contra esse conjunto de dominações transformou Fidel em um ferrenho defensor da bandeira anti-imperialista a qual desempenhou papel fundamental e influente nos assuntos globais. De acordo com Fernando Heredia, podemos distinguir três aspectos no transcurso da vida de Fidel:

> O jovem revolucionário; o líder da Revolução Cubana; e o líder latino-americano, do Terceiro Mundo e mundial. O segundo e terceiro aspecto sucedem simultaneamente. Vamos nos aproximar da extraordinária riqueza do pensamento político do jovem que se rebelava contra a ordem de dominação, e não contra uma parte dela, do combatente revolucionário, do artífice da vitória da insurreição cubana e da ampliação e da defesa do novo poder revolucionário, e do condutor supremo da criação de uma nova sociedade latino-americana liberta, socialista, internacionalista e anti-imperialista (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 400).

Foi uma liderança que deixou sua marca na História. Seu legado se traduz no pensamento crítico da esquerda latino-americana, mas também figura na rebeldia dos movimentos populares que lutam pela emancipação humana. Ao compreender a formação de um país neocolonial, manteve as tradições das lutas populares desde a independência e descobriu que o mais difícil ainda estava por vir, depois do dia 08 de janeiro em sua chegada em La Habana na *Caravana de la Libertad*[93]. Fidel então deu a sua contribuição na arte mais difícil: a da construção de uma verdadeira revolução que combinasse socialismo e libertação nacional.

> Então veio uma avalanche de acontecimentos e um processo vertiginoso que transformaram muito profundamente Cuba e os cubanos. Desarmaram, venceram e tiraram dos inimigos toda esperança de recuperação, e atraíram o entusiasmo e a admiração em nossa América e no mundo. Fidel completou durante esta etapa sua estatura como líder. Foi o principal protagonista da geração e da condução dos fatos e foi o maior produtor das novas ideias revolucionárias que até muito

[93] A *Caravana de la Libertad*, como o próprio nome já diz, foi uma caravana dos revolucionários que saíram desde Santiago de Cuba após o triunfo revolucionário de 1º de janeiro de 1959 até chegar em Havana no dia 8 de janeiro passando por todas as principais cidades do país.

> pouco tempo atrás haviam sido impensáveis (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 405-406).

Nos momentos mais difíceis da Revolução Cubana, do ponto de vista econômico, durante o Período Especial no início dos anos de 1990, lançou-se o desafio da luta ideológica como forma de enfrentar o imperialismo e construir a unidade interna no país, através do programa da Batalha das Ideias[94].

> A autoridade de Fidel e sua relação cativante com o povo foi determinante para a heroica resistência do país nos dramáticos anos do Período Especial, quando o Produto Interno Bruto caiu 34,8% e se deteriorou sensivelmente a alimentação dos cubanos. Sofremos apagões de 16 e até 20 horas diárias e se paralisou boa parte das indústrias e dos transportes públicos. Apesar disso, conseguiu-se preservar a saúde pública e a educação a toda nossa população (RAUL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 375).

O debate massivo sobre os rumos da revolução, a defesa da ética revolucionária, bem como o caráter socialista baseado em princípios e valores éticos, foi o que garantiu a continuidade da unidade nacional e internacional em torno do socialismo.

Fidel foi capaz de elaborar um pensamento crítico que transformou Cuba numa sociedade altiva e disposta a levar adiante a construção de uma nova sociabilidade. A capacidade de dialogar com as massas fez de Fidel Castro um educador popular, nos seus discursos tratava de assuntos de economia, história, filosofia, dentre outros. A história de Cuba foi recontada a partir da revolução com uma visão crítica e de forma dialética. O homem e a mulher comum, o povo pôde finalmente entender o sentido da escravidão através da sua própria história, como podemos conferir no trecho do discurso a seguir.

> Quando a escravidão desapareceu […] quando aqueles que iniciaram a luta armada pela libertação dos escravos, escravos que eram parte muito importante dos contingentes do nosso Exército libertador e lutaram pela nossa independência durante 30 anos, aquela forma de escravidão foi substituída por uma forma que não se baseava naquela escravidão que mantinha os homens acorrentados, mas que na verdade consistia uma forma de escravidão com correntes invisíveis; em

[94] A batalha de Ideias foi uma ação política ideológica da Revolução Cubana criada após o caso Elián González, a criança cubana que foi sequestrada pela máfia de Miami durante a crise dos balseiros no Período Especial. O programa da Batalha das ideias foi levado a cabo em diferentes esferas da sociedade cubana ao qual se debateu o caráter ético da Revolução na defesa da justiça social, da integridade territorial, defesa do Internacionalismo, entre outros.

> certas ocasiões, piores do que as correntes com que algemavam os escravos (FIDEL CASTRO, 2015, p. 19).

O silêncio que reinava em meio à multidão durante longas horas de discursos na Praça da Revolução era a prova cabal do seu papel como educador do povo na construção do senso crítico e da intelectualidade das massas (SANTOS; KOLLING, 2017).

Neste aspecto Hobsbawm também converge acerca da habilidade carismática de Fidel para com as massas, segundo este autor, o líder era capaz de fazer um monólogo para milhões de pessoas caracterizando-o como um dos grandes líderes do século XX. Nas palavras do autor:

> Provavelmente nenhum líder no Breve Século XX, uma era cheia de figuras carismáticas em sacadas e diante de microfones, idolatradas pelas massas, teve menos ouvintes céticos ou hostis que este homem grande, barbudo, impontual, de uniforme de combate amassado, que falava horas seguidas, partilhando seus pensamentos um tanto assistemáticos com as multidões atentas e crédulas (incluindo este escrito). Uma vez na vida, a revolução foi sentida como lua-de-mel coletiva. Aonde iria levar? Tinha de ser para algum lugar melhor (HOBSBAWM, 1995, p. 426).

Para Ramonet (2006), Fidel foi um ser humano extraordinário. Sempre entusiasmado e otimista ao transmitir as suas ideias. Em sua longa jornada de entrevista que resultou no livro “Fidel Castro: biografia em duas vozes”[95], Ignacio Ramonet conta sua percepção sobre a personalidade de Fidel Castro.

> Descobri assim, um Fidel cordial, quase tímido, bem-educado e muito cavalheiro, que escuta com interesse seus interlocutores e fala com simplicidade, sem afetação. Com maneira e gestos de uma cortesia à moda antiga, está sempre atento aos demais, em particular a seus colaboradores, as suas escoltas, e nunca muda o tom de suas palavras. Nunca ouvi dar uma ordem. Mas exerce uma autoridade absoluta à sua volta […] não há ninguém desde a morte de Che Guevara, no círculo de poder em que transita, que tenha um calibre intelectual próximo ao seu […] (RAMONET, 2006, p. 21).

[95]RAMONET, Ignacio. **Fidel Castro: biografia a duas vozes**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006; e: RAMONET, Ignacio.**Cien horas con Fidel: conversaciones con Ignacio Ramonet**. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2006.

Podemos observar, portanto, que diferentes intelectuais que investigaram a vida e obra de Fidel Castro o definem como um dos maiores líderes mundiais, não se trata de culto à personalidade, mas de reconhecer o papel do indivíduo na História. De acordo com Ramonet, “gostem ou não seus detratores, Fidel tem um lugar reservado no panteão mundial consagrado às figuras que com mais empenho lutaram pela justiça social e que mais solidariedade prestaram aos oprimidos da Terra” (RAMONET, 2006, p. 20).

Ao discutir a Revolução Cubana, alguns autores coincidem em suas análises. Tanto Florestan Fernandes, quanto Fernando Heredia fazem uma leitura parecida, utilizando inclusive as mesmas terminologias, com a diferença de que Heredia viveu em carne própria a Revolução, por isso, ao tratar de Fidel Castro, fala com palavras de quem o conheceu em cada gesto.

Aqui, ambos autores definem Fidel como aquele educador popular que utilizara qualquer instrumental disponível para a multiplicação da vanguarda revolucionária, conforme detalha Fernando Heredia:

> Fidel, um homem muito culto e um grande leitor do pensamento europeu, transformou-se, então, em um educador popular, que soube utilizar a mais recente tecnologia como instrumento. Incansável, foi o primeiro dirigente político no mundo que usou a televisão para levar a cabo uma grande campanha de conscientização revolucionária de um povo inteiro. Comenta-se com risos, da extensão dos seus discursos, mas é que se tratava da comunicação do dirigente com a massa mais humilde da nação, e com os que haviam considerado que a política era ofício de demagogos e delinquentes. Fidel é o chefe máximo, mas conversa com todos, e sua comunicação é horizontal. Por isso sempre o escutam com emoção, não só com a razão, e ninguém o chama pelos seus cargos e, sim, somente pelo seu nome popular, Fidel. É muito grande para necessitar de títulos (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 407-408).

Na mesma linha, Florestan Fernandes também destaca o papel pedagógico da vanguarda com as massas na construção de uma nova consciência do sujeito revolucionário, em suas palavras:

> A consciência revolucionária se esclarece e se concentra – e também não estaciona – por causa da relação pedagógica da vanguarda revolucionária com as massas (em particular de Fidel Castro com as massas) […] Fidel castro tomou a iniciativa de desenvolver uma extraordinária pregação pedagógica, para explicar, exatamente, que a revolução não se confundia com a vitória militar e não se extinguia com a

> conquista do poder. Para que a revolução atingisse seus fins, o governo revolucionário dependia de todo o povo e, juntos, teriam de travar batalhas mais difíceis […] (FERNANDES, 2012, p. 151).

Ao completarem-se 15 anos do assalto ao Quartel Moncada, em 1968, Fidel discursou para milhares de cubanos e convidados internacionais na Praça da Revolução, em Santa Clara[96]. A essência do seu discurso versou sobre aquilo que defendia Che Guevara: o desafio da construção do "homem novo" no seio de uma revolução. Para Che Guevara, as massas se tornam sujeitos quando há uma mudança de qualidade no comportamento e, em consequência, no significado da própria revolução, quando as massas tomam para si o dever de construir o socialismo, avançando paralelamente na produção e na educação do povo.

Fidel demonstrou ser possível a revolução num país subdesenvolvido e neocolonial, mesmo que a teoria clássica sobre a revolução defendesse o contrário. O passado colonial fez de Cuba um país com baixo grau de desenvolvimento econômico e social e alto nível de analfabetismo e ignorância.

O passado colonial deixou como herança a pobreza (havia, anteriormente à Revolução, um milhão de analfabetos e 700 mil desempregados). Após a Revolução houve uma mudança radical nas estruturas da sociedade e os efeitos destas mudanças se traduzem na consciência da sociedade, para Fidel a consciência das massas é o principal fruto da Revolução.

> A grande tarefa consiste essencialmente em formar o homem novo que aqui se falou, o homem novo que falou o Che, o homem novo de consciência verdadeiramente revolucionária, o homem de consciência verdadeiramente comunista […] E, quando uma causa, uma ideia se torna consciência de todo um povo, não existe força no mundo capaz de destruí-la (FIDEL CASTRO, 2015, p. 22-23).

Fidel sempre teve um vínculo indissolúvel com as massas, colocando sempre em prova sua brilhante oratória e entregando-se sem limites à causa revolucionária. "em todos estes terrenos e em todas as tarefas que lhe implicava, Fidel foi o professor, o chefe, o ser humano superior, e ele era quem enxergava mais de longe" (HEREDIA, in: SANTOS; KOLLING, p. 405).

---

[96] Discurso proclamado por Fidel Castro na comemoração de XV anos do assalto ao quartel Moncada em Santa Clara, 1974. Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1974/esp/f260774e.html. Acesso em: 01 de novembro de 2019.

Che Guevara ao despedir-se, em 1965 antes de partir para Bolívia, chamou-o de brilhante estadista ao reconhecer seu papel de comandante em chefe num dos momentos mais difíceis de Cuba que foi a crise dos mísseis.

> Vivi dias magníficos e a teu lado senti o orgulho de pertencer ao nosso povo nos dias brilhantes, embora tristes, da crise caribenha. Raramente um estadista foi mais brilhante do que você naqueles dias. Orgulho-me, também, de ter te seguido sem vacilar, identificado com tua maneira de pensar e de ver e analisar os perigos e os princípios […] (GUEVARA, in: SANTOS; KOLLING 2017, p. 372).

Além de defensor da batalha das ideias, desde o assalto ao Quartel Moncada, Fidel Castro demonstrou ter a convicção de que a luta para derrotar o inimigo tinha que ser longa e radical. A tomada do poder era um requisito indispensável para a transformação de Cuba, ele se propunha ir ao "assalto aos céus" a partir do mundo colonizado chamado América Latina, como definiu Heredia.

Fidel dirigiu a Revolução Cubana durante mais de 50 anos, sempre com a capacidade de olhar pra frente, saber escutar e conversar fazia parte da sua conduta, a revolução foi, sem dúvida, uma obra coletiva, mas sem a direção que teve, possivelmente, não teria chegado aonde chegou. Içar a Revolução Cubana como parte fundamental do movimento revolucionário mundial foi um dos seus maiores méritos.

> Revoluções, fizeram-se muitas ao logo da História; mas as revoluções socialistas são as mais profundas que ocorreram na História da Humanidade. Cada povo, cada país, tem sua forma de interpretar as ideias revolucionárias. Nós não pretendemos ser os mais perfeitos intérpretes das ideias marxista-leninistas. Mas, isto sim, temos nossa forma de interpretar essas ideias, temos nossa forma de interpretar o socialismo, temos nossa forma de interpretar o marxismo-leninismo, a nossa forma de interpretar o comunismo (FIDEL CASTRO, 1975, p. 23- 24).

Tendo o imperialismo como principal inimigo de Cuba, Fidel, ainda na Sierra Maestra, expressava através de suas cartas ou comunicados sua disposição de travar a luta sob qualquer circunstância. Em 06 de junho de 1958, manifestou à Célia Sánchez seu verdadeiro destino: luta anti-imperialista. E desde então esta bandeira tem sido uma constante na política revolucionária cubana (HEREDIA, 2017).

Fidel herdou os requisitos básicos dos revolucionários mais radicais do século XX, transformando-se em um dos maiores anti-imperialistas da contemporaneidade e o foi em toda a sua vida.

> De Fidel é preciso dizer que, durante toda a sua vida, combateu o imperialismo estadunidense e soube vencê-lo, mantê-lo no limite, obrigá-lo a reconhecer o poder e a grandeza moral da pátria cubana. Mas, sobretudo, ensinou a todos os cubanos a ser anti-imperialistas, a saber que esta é uma condição necessária para ser cubano, que contra o imperialismo sempre está dada a ordem de combater. Como um dia disse o Che – seu companheiro da alma –, ao imperialismo não se pode conceder nenhum tantinho assim. Fidel nos ensinou que a soberania nacional é intangível e não se negocia (Heredia, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 410).

Mas não bastava ser anti-imperialista, Fidel queria ir adiante construir, em Cuba, uma sociedade verdadeiramente comunista que se chocasse frontalmente com todas as normas imperialistas. Em suas didáticas palavras explicava ao povo as implicações de uma sociedade comunista.

> Uma sociedade comunista implica que o homem tenha alcançado o mais alto grau da consciência social que jamais se alcançou; uma sociedade comunista significa que o ser humano foi capaz de adquirir o nível de compreensão e de fraternidade que o homem alcança por vezes no estreito círculo de sua família. Viver numa sociedade comunista é viver numa sociedade verdadeiramente de irmãos; viver numa sociedade comunista é viver sem egoísmo, viver entre o povo e com o povo […] (FIDEL CASTRO, 2015, p. 25).

No entanto, alguns autores afirmam que apesar das projeções, Cuba não logrou chegar a este estágio de desenvolvimento conforme pensava Fidel Castro. Afirmou certa vez Fernando Martínez Heredia que “Cuba não fez a Revolução que queria fazer, Cuba fez a Revolução que pôde fazer” (HEREDIA, 2015, informação verbal)[97]. Ou seja, muitas questões, sobretudo objetivas, impediram que Cuba pudesse alcançar um estágio de desenvolvimento da sociabilidade a qual pudesse afirmar-se como sociedade comunista.

Com o mesmo espírito anti-imperialista, Fidel Castro tornou-se um internacionalista convicto, seu esforço foi fundamental na construção da unidade e solidariedade entre os povos no combate ao capitalismo na sua forma imperialista.

---

[97] Informação fornecida por Heredia, durante o **Taller Internacional sobre Paradigmas Emancipatorios,** La Habana, 2015.

De acordo com Heredia, o sentido da solidariedade para Fidel Castro vai além de oferecer ajuda. “Solidariedade não é dar o que nos sobra e sim o que nos faz falta”, dessa maneira, o povo cubano demonstrou ao mundo os valores humanos forjadas pela Revolução. Desde combatentes, médicos, professores, técnicos e muitas outras profissões, além de recursos materiais em situações especiais, Cuba pôde provar que é possível relacionar-se de maneira fraterna e solidária com o mundo, levando apoio e solidariedade aos povos mais necessitados sem pedir nada em troca, mesmo enfrentando o crucial o bloqueio econômico imposto pelos EUA, graças a liderança de Fidel.

É importante, sempre ao fazer referência ao legado e pensamento de Fidel Castro, considerar o momento histórico em que vivemos, pois não basta exaltar suas qualidades, por mais extraordinárias que sejam. Precisamos traduzi-lo para realidade e recorrer às suas ideias como instrumento da ação e reflexão, reivindicando-o enquanto autoridade moral na luta pelo socialismo (HEREDIA, 2017).

Para Dacal, embora Fidel esteja na estatura mais elevada de um indivíduo, não está acima dos dilemas da humanidade. O que o fez tão grande foi o caráter de sua prática no seu tempo histórico.

> Sua maior contribuição foi mesclar política, ética e dignidade como uma atitude na vida pública. Ser um testemunho político de sua ideologia, de seu discurso. Mover as formas políticas e históricas, contextualizadas além da Ilha, de sua batalha essencial pela liberdade e contra as opressões. Falo do apoio aos movimentos insurrecionais das décadas de 1960 e 1970, às lutas finais na África contra o colonialismo do século XIX, a força com a qual impulsionou a luta dentro dos países não alinhados e na unidade Sul-Sul […] (DACAL, 2020, p. 48).

O que acontecerá com o significado simbólico da personalidade de Fidel depende, sobretudo, do que os revolucionários futuros farão com sua representação. Fidel será sempre uma fonte viva “em outra dimensão, agora mais afetiva, mais mística, mais transcendente; a disputa passada e futura entre opressão e liberdade será reiterada em seu nome” (DACAL, 2020, p. 48).

Ao completar 90 anos de idade, Fidel Castro, com a lucidez que o caracterizou nos seus últimos anos de vida, reafirma o papel da Revolução Cubana na História.

> Eu logo devo completar 90 anos de idade, eu nunca teria pensado em tal ideia e nunca foi o resultado de um esforço, foi um capricho do acaso, eu logo serei como todo mundo. Todos nós teremos nossa vez,

> mas as ideias dos comunistas cubanos permanecerão como prova de que neste planeta, se trabalharmos com fervor e dignidade, podemos produzir os bens materiais e culturais de que os seres humanos precisam, e devemos lutar sem trégua para obtê-los. Temos que dizer aos nossos irmãos da América Latina e do mundo que o povo cubano vencerá (FIDEL CASTRO, 2016)[98].

A obra de Fidel foi eternizada, não em livros e bibliotecas, mas no seu exemplo concreto. Por isso devemos resgatá-la na sua completude, desde a grandeza humana à extraordinária contribuição para a emancipação da humanidade. Ignacio Ramonet escreveu, ao inteirar-se da sua morte: “Fidel está morto, mas é imortal. Poucos homens conhecem a glória de entrar vivos na lenda e História. Fidel é um deles […]” (RAMONET, in: SANTOS; KOLLING, p. 383).

A riqueza do seu legado é inesgotável e ainda assim se faz difícil enquadrá-lo na óptica de um estudo acadêmico.

3.6 TRANSFORMAÇÕES E ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO CUBANA

Como todas as mudanças têm suas contradições tácitas de qualquer processo de alteração radical na sociedade. Com obviedade, Cuba também teve seus erros metodológicos na consolidação revolucionária, os quais foram avaliados a partir dos anos de 1985 no chamado “processo de retificação de erros e tendências negativas”, período em que se começa evidenciar com mais profundidade as tendências negativas, relacionadas principalmente ao sistema de direção e planejamento.

Críticas contundentes ao processo de burocratização foram feitas em 1986. Para retificar os erros que freavam ou deformavam os princípios revolucionários. Mas não bastava apenas identificá-los, era necessário criar mecanismos para combatê-los, conforme a opinião de Dacal.

> No centro desse projeto está o partido único, um instrumento da vanguarda revolucionária que assumiu o governo do projeto socialista. A vanguarda, através do partido e do Estado, concentrou em todos os níveis o desenho, a decisão e o controle das políticas públicas. Nesse cenário, consolidou-se um setor burocrático derivado do entendimento de vanguarda, estabelecido como mediador entre os setores populares e o projeto da Revolução. (DACAL, 2020, p. 19).

---

98 Discurso completo de Fidel Castro no 7º Congresso do Partido Comunista de Cuba em 20 de abril de 2016. Disponível em: http://www.granma.cu/septimo-congreso-del-pcc/2016-04-20/discurso-pronunciado-por-el-comandante-en-jefe-fidel-castro-ruz-en-la-sesion-de-clausura-del-7mo-congreso-del-pcc-20-04-2016-00-04-51. Acesso em: 2 de novembro de 2019.

Para o autor, este modelo levou a administração da revolução “por decreto”, inibindo a possibilidade da crítica social. Limites estes identificados no processo de consolidação que se contradiz na prática com a projeção de uma revolução baseada no poder popular. Essa prática fez parte, de acordo com Dacal, da herança ideológica do socialismo soviético a qual o projeto revolucionário cubano teve que enfrentar intensos conflitos durante seu percurso histórico.

Um novo pacto social é algo latente na Cuba atual, pois os atores políticos já não são os mesmos de 1959, não só mudou a direção política da Revolução, como também mudou o tecido social cubano. São novas relações emergentes que precisam ser discutidas e levadas em conta nos processos de reformas e mudanças sociais, políticas e econômicas.

> Falar sobre um pacto social não se reduz a um único conteúdo possível, a um único selo ideológico ou sistêmico. Inclui diversos grupos sociais e, pelo menos, as instituições mais representativas. No entanto, para ser estável a longo prazo, deve atingir certos níveis de legitimidade, o que resulta em grande parte da qualidade do processo do qual emana e da correlação de força dos sujeitos que participam (DACAL, 2020, p. 28).

Aqui serão apontados, de maneira breve, alguns elementos da atualidade do modelo socialista cubano em seu processo de atualização ou reformas levadas a cabo, principalmente na última década.

Para tanto, se faz importante saber em que contexto Cuba está inserida na ordem mundial. Há espaço para uma economia socialista no cenário de desenvolvimento e crise do capitalismo na atualidade?

Para sustentar-se enquanto modelo contra hegemônico, o socialismo cubano optou por realizar uma série de transformações no seu curso histórico, principalmente na última década, para não ser tragado pelas contradições internas e, sobretudo, para não ser esmagado pela ação destrutiva do capitalismo em sua fase de crise estrutural[99].

---

[99] Mészáros, ao analisar a crise estrutural do capital, nos aponta quatro aspectos principais: 1) o caráter universal e não restringido a uma esfera particular que afete um ou outro ramo da produção; 2) seu alcance verdadeiramente global e não limitado a um conjunto particular de países (como em outras crises do passado); 3) escala de tempo permanente no lugar de uma crise cíclica; 4) desdobramento rastejante com possibilidades de convulsões violentas para o futuro, neste ultimo aspecto o autor também destaca o papel da maquinaria no deslocamento da crise (2009, p. 796).

A crise estrutural do sistema capitalista afeta principalmente as economias do terceiro mundo, onde a tendência de precarização do emprego, aumento do desemprego, cortes de direitos fundamentais, como saúde e educação, destruição do meio ambiente etc., são ajustes necessários para a manutenção do sistema no seu curso de acumulação. Mas num país de ordem socialista a crise afeta de maneira distinta.

Ver-se-á como em Cuba as mudanças em curso podem ou não afetar a política de direitos fundamentais garantidos desde o triunfo revolucionário de 1959. Trata-se de um modelo de país onde a centralidade é o ser humano, e não o Capital. Neste sentido, destacar-se-á o papel do Estado na garantia do acesso universal à saúde, educação entre outros direitos para a proteção e desenvolvimento pleno da sociedade.

Mas ainda assim, Cuba uma ilha no – sentido literal – isolada do resto do mundo e dependente de outras economias para reproduzir-se, não está imune às crises do Capital. A crise estrutural sistêmica é de longo alcance e atinge, sobretudo, os países subdesenvolvidos.

Por isso mesmo, estando isolada geograficamente, restringida de aumentar as possibilidades de financiamento externo devido ao bloqueio econômico, mas ao mesmo tempo com uma economia dependente das relações externas, é diretamente impactada pela crise. Portanto, fez-se necessário movimentar-se para encontrar saídas que correspondam aos seus desafios internos. Tais saídas contribuíram para a manutenção do modelo instaurado há décadas, em um novo contexto de reinserção no cenário internacional.

A partir de 2008, Cuba passa a viver uma nova fase no seu processo revolucionário. Com o afastamento de Fidel Castro, como líder máximo da Revolução, à frente do governo desde o triunfo revolucionário, abrem-se precedentes para retomar com profundidade algumas mudanças essenciais nas estruturas econômicas e sociais para revitalizar o modelo de desenvolvimento (SILVA, 2018).

Silva (2018) analisa a transição entre Fidel e Raúl Castro e observa os traços característicos de cada governo.

De acordo com o autor, diferentemente do perfil carismático e extremamente popular contida na personalidade de Fidel Castro, o sucessor a quem este confiou a tarefa, seu irmão, Raúl Castro, que esteve ao seu lado durante toda a sua vida, incluindo os momentos complexos, como o assalto ao Moncada, o desembarque do Iate

Granma e a guerra de guerrilha na Sierra Maestra, possuía uma personalidade completamente diferente. Raul Castro – quem é digno de um breve parágrafo – desde sempre foi mais discreto.

Conforme as análises de Silva, considerado o segundo homem da geração do centenário[100], Raul Castro foi o chefe das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) desde o triunfo revolucionário, ocupando o cargo de General do Exército a partir de 1976. Perfil de poucas palavras, de caráter pragmático e mais centrado nos problemas concretos. Em seu curto período como presidente de Cuba, durante os 10 anos de governo (2008-2018), ocupou-se em colocar em marcha as mudanças no plano econômico. Dirigiu seus esforços durante a sua administração para aperfeiçoamento do modelo econômico do socialismo em Cuba – o qual será apresentado brevemente neste trabalho. Atualmente, Raul Castro é deputado da Assembleia Nacional do Poder Popular e Primeiro Secretário do Partido Comunista de Cuba.

Segundo Silva, a transição de governos em Cuba, após quase meio século, se deu de maneira tranquila, sem qualquer tipo de ruptura.

> Outro aspecto relevante da transição cubana refere-se ao fato de que a transmissão de poder de Fidel para Raul Castro, ocorreu, apesar dos temores e insinuações, sem traumas e, de certa forma, sem grandes tensões ou contradições. Em suma, foi marcada pela normalidade, diferenciando-se de outras experiências socialistas, demonstrando que a continuidade, mais do que ruptura, parece ser a tônica desse novo período. Enfim, esse processo vem sendo conduzido sob a ótica da atualização do modelo (SILVA, 2018, p. 19).

Uma das medidas fundamentais durante a década de governo de Raul Castro foi a atualização do modelo econômico e social, a qual apresentam inovações nas propostas de mudanças no plano econômico, com vistas a aprofundar o “socialismo próspero e sustentável”, como é chamado em Cuba. Uma das mudanças a se destacar é a opção cada vez mais crescente pelo sistema cooperado ou privado, em substituição ao modelo estatal, esta última, adotada por Cuba desde o início da Revolução no processo de planificação e centralização da economia para a transição socialista, aos moldes soviéticos.

---

[100] Geração do centenário foi a denominação aos jovens rebeldes que participaram do assalto ao Quartel Moncada em 26 de julho de 1965. O termo faz referencia aos 100 anos de natalício de José Martí nascido em 28 de janeiro de 1853.

> Torna-se evidente, portanto, que o desafio fundamental, enfrentado pela liderança cubana com Raúl Castro à frente, é a de um socialismo viável, economicamente e politicamente, adaptado à nova realidade mundial, que só poderá se desenvolver com as realizações de transformações, estruturais e graduais, no modelo vigente […] (SILVA, 2018, p. 22).

Apesar das mudanças econômicas em curso e os dados evidenciarem um aumento na opção pela iniciativa privada, Pomar (2016), afirma que isso não significa um abandono da opção socialista.

> Mesmo assim, acreditam que essas mudanças não significariam qualquer vacilação na posição firme de manter o rumo socialista. Seria mantida intacta a capacidade do poder revolucionário sobre a direção política e econômica do país, a perseverança nos ideais, na ideologia socialista e na defesa da soberania nacional. As relações econômicas internacionais continuariam sendo controladas totalmente pelo Estado (POMAR, 2016, p. 86).

As mudanças não entraram na pauta do país em consequência do afastamento do líder histórico, e sim por uma série de fatores internos e externos, dentre eles a necessidade de atualizar o modelo centralizado política e economicamente para inserir-se no contexto de uma economia internacionalizada, o que Dacal chama de novo pacto social. A atualização do modelo cubano foi um processo que emergiu a partir dos anos 1990, após a queda da União Soviética, para debater o aperfeiçoamento do socialismo na ilha, mas que ganhou impulso principalmente a partir da última década pela necessidade de repensar e atualizar a transição socialista.

> Nesse sentido, inaugura um período de transição, que atinge inúmeras dimensões sociais e intelectuais, de corte geracional, e que envolve mudanças profundas e novas concepções sobre a organização política e econômica das estruturas do país, procurando superar, definitivamente, as heranças do modelo soviético (SILVA, 2018, p. 16).

O desafio estava na necessidade de oxigenar a economia e construir desde dentro um processo de mudança para atender às demandas atuais e gerais do país, resolver, ao mesmo tempo, problemas gritantes da população sem deixar de lado o aprofundamento da Revolução.

Claramente, as condições atuais oferecidas em Cuba hoje são completamente diferentes das de 1959, período em que a Revolução triunfante extirpou as velhas relações de poder estabelecidas no país, conforme analisa Dacal.

> Certamente as condições atuais diferem daquelas que apoiaram o pacto revolucionário iniciado em 1959, que removeu radicalmente velhas relações de subordinação e exploração, construindo gradual e contraditoriamente um pacto social do qual, por um lado, os setores populares receberam garantias de pleno emprego, alta proteção social, condições materiais e espirituais de uma vida digna e inclusiva, níveis sem precedentes de igualdade social, níveis significativos de participação social na política e garantias de soberania nacional. Por outro lado, legitimava-se a centralidade política no Estado-Partido, liderada pela vanguarda revolucionária, mediada por instituições e organizações políticas e sociais como órgãos desse pacto, um processo que incluía episódios democráticos de ajustes à ordem estabelecida (DACAL, 2020, p. 28).

É neste contexto que Cuba começa a gestar a atualização do seu modelo social e econômico, a partir da necessidade real do projeto revolucionário.

Em 2008, Raul Castro convocou a sociedade para discutir os problemas de Cuba, mas, para além de debater, o desafio estava em encontrar soluções para as problemáticas de maneira participativa. O resultado, segundo Ariel Dacal, é de que o país se encontra transformado, obviamente sem deixar de lado as complexidades e contradições encontradas no processo. A metodologia construída para o processo de atualização traz em si algumas contradições que até o momento não eram tão expostas no seio da sociedade. Isso demonstra o quão importante é para a sociedade, a participação das bases no aperfeiçoamento do modelo econômico e social para a realização das mudanças necessárias.

> Fato que pode ser marcado como o início de um processo de transformação que impactou todas as áreas da vida econômica, política, social e subjetiva de Cuba. Processo encerrado com a aprovação, em referendo popular, da nova Constituição da República de Cuba, em fevereiro de 2019 (DACAL, 2020, p. 68).

Metodologicamente, o trabalho de aperfeiçoamento do modelo econômico, se realizou através de um amplo processo de participação popular para colher opiniões acerca de um novo modelo para Cuba.

Segundo o então representante do Partido Comunista de Cuba para assuntos do Brasil, Juan Pozo[101], a metodologia consistia na coleta de propostas para a elaboração de um plano nacional para atualização, na qual pelo menos oito milhões de

[101] Informações fornecida por Juan Pozo durante diálogo com a autora em La Habana, 2013.

cubanos participaram, num universo de pouco mais de 11 milhões de habitantes, registrando assim uma ampla participação popular (informação verbal).

Pozo menciona ainda, que após recolher cerca de três milhões de propostas em nível nacional, oriundas de todas as esferas, desde escolas, universidades, empresas estatais, centros de trabalhos etc., a Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba (parlamento) estudou e elaborou as leis de implementação destas propostas para a atualização do modelo cubano, as que foram remetidas ao VI Congresso do Partido Comunista de Cuba em 2011 (informação verbal).

Para a implementação de tais propostas, uma comissão do governo foi conformada em grupos de trabalhos para atuar junto aos órgãos competentes do Partido e do governo e, assim, levar a cabo a implementação das mudanças.

É importante destacar que dentre as propostas levantadas pela população se evidenciou a defesa da manutenção do sistema social como possibilidade de melhora nas condições de vida, ampliação das possibilidades de trabalho e renda, bem como expansão da propriedade privada. Frente a este processo se abre um “leque de opções”, que não necessariamente vão à mesma direção. Segundo Dacal:

> É notório pelo menos três tendências de prioridade no setor produtivo: 1) maior predominância da empresa estatal com o aumento da eficiência produtiva e distributiva; 2) expansão da propriedade privada nas diferentes formas empresariais, com abertura ao mercado de trabalho para aumentar a produção e as entradas; 3) prioridade nas formas sociais, comunitárias, coletivas de produção com destaque na cooperativada, que vincule as produtoras e produtores diretamente às entradas advindas da produtividade (DACAL, 2017, p. 15, tradução nossa).

É notável que o tema da empresa estatal continua na centralidade que se esforça pelo fortalecimento da mesma como uma prioridade para melhorar a qualidade dos serviços e os salários. Ou seja, mesmo abrindo espaço para outras formas de propriedade, como cooperativas e economias comunitárias ou mesmo familiar etc., não significa uma perda de autonomia ou de poder econômico por parte do Estado, conforme podemos conferir abaixo.

> Modificada a estrutura produtiva, a gestão estadual prevalece com setenta por cento. O ‘trabalho por *cuenta propria*’ (empregados, empregadores e trabalhadores independentes) se aumenta em 12% da força de trabalho. As cooperativas não agrícolas alcançam 112.000 associados e associadas, com pouco mais de 420 aprovados. Acrescenta-

> se que 1 milhão 917 mil hectares foram concedidos a 222 mil pessoas físicas (DACAL, 2020, p. 71, tradução nossa).

Ainda que em menor percentual verifica-se um aumento da abertura para negócios privados por *cuenta-propria*, até 2015 havia em cuba 500 mil trabalhadores desta natureza, destes, segundo dados da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC)[102], 265 mil são sindicalizados, ou seja, um pouco mais da metade (informação verbal). Nota-se, portanto, o surgimento da necessidade de atualização, também, dos direitos laborais, a partir do aumento de trabalhadores independentes do Estado intensificados com o processo de atualização.

Dacal nos mostra como trabalho por conta própria e o cooperativo avançam na competitividade com o estatal:

> No caso dos *cuentapropistas*, os ingressos são seis vezes mais que o salário médio estatal e a lacuna é muito maior entre algumas ocupações dentro do setor. Neste cenário, tanto o trabalho por conta própria como o cooperativismo alcançam maior vínculo entre ingresso e trabalho, o que estimula o crescimento da produtividade (DACAL, 2017, p. 06, tradução nossa, itálico nosso).

Ainda que o setor estatal seja fortalecido, a concorrência entre setor estatal, privado e cooperado será grande para aumentar os níveis de produtividade. A análise de Wladimir Pomar aponta que:

> O socialismo cubano teria que mirar criticamente a experiência do século XX. Por exemplo, reconhecer que uma economia muito estatizada deve evoluir para uma economia mais flexível em que o Estado não perde seu poder econômico, mantém o controle integral do aparato econômico nacional e seu protagonismo como investidor principal nos setores estratégicos. Mas, ao mesmo tempo, seria preciso abrir espaço a outras formas de propriedade, como as cooperativas e a economia familiar, sem excluir outras formas sobre as quais não se tenha pensado (POMAR, 2016, p. 85).

Izabel Moya[103] destaca o papel da mulher neste novo cenário. A maioria das pessoas contratadas em algumas atividades especifica são mulheres, sendo no ramo

---

[102] Central de Trabalhadores de Cuba (CTC). Informações fornecidas durante a Jornada Continental Antiimperialista, La Habana, 2015.

[103] MOYA, Isabel. Informações fornecidas durante a Jornada Continental Antiimperialista, La Habana, 2015. Isabel Moya (1961-2018) foi jornalista, professora da Universiade de La Habana e diretora da *Editorial de la Mujer* e da revista *Mujeres* da Federação de Mulheres Cubanas (FMC).

da elaboração de alimentos, agências de comunicação, cafeteria e comida rápida, manicure e trabalhos domésticos, entre outros (informação verbal).

Os estudos críticos apontam para algumas situações reveladoras do ponto de vista social nos últimos anos em Cuba, a partir da intensificação dos serviços privados, conforme analisa Ariel Dacal,

> Investigações recentes revelam que progrediram (mobilidade social) homens, brancos, jovens, sujeitos com qualificações médias cada vez mais altas e origem social intelectual. Do outro lado da moeda estão as mulheres, as pessoas não brancas, de origem social operários e camponeses, e de baixo nível educacional, combinado com a transferência geracional de desvantagens. Um destaque merece o fato de que as mulheres, dentro do setor '*cuentapropista',* são 33%, e a maioria delas não são proprietárias, mas empregadas, com salários médios inferiores aos dos homens (DACAL, 2017, p. 06, tradução nossa, itálico nosso).

Há, portanto, manifestações de relações de trabalho baseado em diferenças sociais e econômicas a partir da implementação de negócios privados, o que se apresenta como limite no processo de atualização, por exemplo.

Contudo, os serviços públicos, como os direitos básicos da população, não sofrem ameaças com a atualização da política econômica e seguem garantidos como direito universal.

O "Projeto de Alinhamentos da Política Econômica e Social do Partido e a Revolução" foi resultado de um conjunto de propostas e normas para o desenvolvimento que se constituem em um processo de integração entre as propostas e ajustes para alcançar resultados em curto e médio prazo.

> As diretrizes definem que o sistema econômico que prevalecerá, continuará baseando-se na propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção, onde deverá reger o princípio de distribuição socialista 'de cada qual segundo sua capacidade a cada qual segundo seu trabalho' (DOCUMENTOS PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011, tradução nossa)[104].

Para Dacal, este processo se transformou num instrumento programático que percorre o longo e complexo processo de tentar construir um país melhor para todas e todos.

---

[104] Documentos do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, 2011. Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/por/l160711p.html. Acesso em: 28 de maio de 2019.

De acordo com fontes pesquisadas, pode-se constatar o reconhecimento da igualdade de direitos e deveres dos cidadãos nas formas de gestão e propriedade. Direitos e deveres estes implementados para melhorar a eficácia nas questões de inclusão, participação democrática nos processos de tomada de decisões na vida econômica, política, social, bem como para enfrentar as formas de discriminação prejudiciais à ao projeto emancipatório. Segundo o autor, todos esses conteúdos são bases potenciais para a criação social da política em Cuba.

Verifica-se que os conteúdos fundamentais da atualização do modelo estão no desenvolvimento econômico com vistas à elevação do nível das condições de vida baseadas na justiça e igualdade dos direitos sociais, além de eliminar as barreiras encontradas para o crescimento econômico e a transformação estrutural da sociedade.

De acordo com López Segrera[105]:

> Com respeito às conquistas sociais alcançadas nos últimos 55 anos, e que hoje são patrimônio da nação cubana (como educação, saúde pública, segurança e assistência social, esportes, bens culturais e, em geral, altos níveis de justiça social), deve ser elaborado um novo modelo de acordo com as novas realidades. Isso implicará a manutenção e os desenvolvimento do sistema nacional de saúde pública, educação e segurança social, com fórmulas mais decentralizadas e menos burocratizadas, e também com menor peso relativo o orçamento central do Estado. O desenvolvimento positivo deste novo modelo será condicionado pelos cenários e pela adoção de alternativas que contribuam para a cristalização das características do modelo econômico no que tem sido chamado de 'atualização do modelo econômico'. O desafio é realizar um certo tipo de 'ajuste' que não implique dessocialização. Isto, sem eliminar as grandes conquistas do processo revolucionário (LÓPEZ SEGRERA, 2015 apud SILVA, 2018, p. 28-29).

Este processo de mudanças em curso é caracterizado por Pomar de passagem do socialismo estatal para uma aposta ao capitalismo controlado pelo Estado socialista, a qual o autor chama de "retirada estratégica" com vistas ao desenvolvimento das forças produtivas.

> Em termos gerais, trata-se de realizar uma retirada estratégica do socialismo totalmente *estatista* para um socialismo de transição nacional em que o capitalismo, sob o comando do Estado socialista, deve con-

[105] LÓPEZ SEGRERA, F. **La revolución Cubana y los desafios de la Política Social**. El País, contrapuntos, 19 de septiembre de 2015 a.

> tribuir para o desenvolvimento das forças produtivas e esgotar seu papel histórico em condições em que o mercado não seria totalmente burguês (POMAR, 2016, p. 94, itálico nosso).

Nesta perspectiva de análise, do capitalismo controlado pelo Estado, o autor fraz referência comparadas aos casos da China, União Soviética e Vietnam. Já para o caso de Cuba, no que tange às mudanças e aperfeiçoamento do modelo econômico, Pomar acredita que a ilha começou sua “retirada estratégica” ao começar enxugar os postos de trabalho estatal, diminuir o número de empresas e ir avançando paulatinamente para uma economia descentralizada, abrindo assim mais espaço para o setor privado.

Apesar do reconhecimento das debilidades apresentadas pela estatização da economia e a crescente abertura ao setor privado, a atualização do modelo econômico não significa a reconciliação com o Capital, ou com a gestão da propriedade privada com base nas relações de exploração capitalista do trabalho, "[…] mas considerar novas formas de gestão e propriedade que consagram a posse daqueles que produzem bens e prestam serviços diretamente […]" (DACAL, 2020, p. 30).

Em sua perspectiva de análise, Dacal levanta questões profundas acerca da atualização do modelo cubano e a tendencia da expansão do setor privado, bem como as possíveis consequências para as questões sociais e políticas.

> A expansão do setor privado, em menor escala da cooperativa, o reajuste dos negócios estatais e o desempenho do capital estrangeiro abrem uma questão: quais são os direitos e deveres desses atores econômicos, seu alcance e limites dentro da ordem sociopolítica? Por outro lado, há uma maior densidade de ativistas sociais, comunitários, setoriais e eclesiais que ressignificam o revolucionário. Quais diretrizes ordenarão seu desempenho social? Que lugar ocuparão na definição de políticas locais e nacionais? Os espaços institucionais permanentes serão projetados para serem incluídos na esfera política? Conseguirão uma representação mais orgânica nos espaços já existentes? (DACAL, 2020, p. 29, tradução nossa).

Estas e outras questões aparentemente elementares, mas que no fundo são de ordem estrutural, só são possíveis discutir em Cuba, nas diferentes esferas da sociedade – desde o intelectual, o político, até o popular – porque Cuba ao longo do seu percurso construiu esta factibilidade, pese todas as complexidades existentes, nas formas mesmo de poder, no seio dessa sociedade.

3.6.1 Avanços e tendências que demarcam o modelo Cubano

Cuba não é um país suficientemente rico em recursos naturais com capacidade para manter suas demandas internas e nem para gerar montante de divisas importante [106].

> A produção de níquel se reduziu a açucareira diminuiu a um 1,5 milhão de toneladas (400 mil a menos que o planejado). A venda de derivados de petróleo caiu 68,9 por cento e a importação de petróleo venezuelano baixou 4,4 por cento. A produção de energia elétrica, por sua vez, caiu seis por cento. As exportações totais caíram 16,3 por cento. As exportações de serviços (médicos e professores) diminuíram em 11 por cento. Por outro lado, a importação de alimentos cresceu a 1,688 milhões de dólares, enquanto que a de bens caiu em 3,3 por cento. Neste cenário o país pagou 5,299 milhões de dólares da sua dívida externa para continuar tendo crédito (ALMEYRA apud DACAL, 2017, p. 10, tradução nossa).

Vale recordar que Cuba é altamente dependente da importação de alimentos, neste sentido, o país é obrigado permanentemente lidar com o problema da escassez seja pela baixa produtividade ou perda de safras nas ocasiões de catástrofes climáticas, seja pelo bloqueio que impede a entrada de produtos, dentre outros, os alimentícios. De acordo com Pericás, no ano de 2018 o governo teve que adotar várias medidas pontuais para fomentar a produção endógena de alimentos, entre estas está o estímulo à agricultura urbana, bem como estabeleceu-se o controle temporário do comércio de produtos comestíveis para equilibrar a distribuição.

> A comercialização de comestíveis como arroz, feijão e ovos, por exemplo, sofreu intervenção pontual e *provisória* do Estado, sendo limitada para evitar que a população estocasse esses itens em casa, assim como para implementar uma distribuição mais harmoniosa entre todos os cubanos (PERICÁS, 2019, itálico do autor).

Outro ponto de tensionamento no processo de atualização são investimentos estrangeiros. O governo tem tentado criar leis que regulamentem esta atividade de acordo com as necessidades de abertura para que empresas estrangeiras operem no país. Apesar do aumento, de 2014 em diante, o montante ainda é muito baixo com relação aos investimentos totais do país, pesem as restrições do bloqueio econômico

---

[106] De acordo com Pericás a safra açucareira de 2018 foi insatisfatória alcançando apenas um milhão de toneladas.

e a dualidade de moedas que limitam tanto o uso de créditos estrangeiros, as exportações, bem como os investimentos estrangeiros (MENESES; HERNÁNDEZ, 2018)[107].

O modelo internacional de desenvolvimento hegemonizado pelo capitalismo, afeta a inclusão e ampliação de investimentos estrangeiros na pauta econômica de Cuba, pois é contraditório e apresenta risco para o projeto nacional de desenvolvimento.

> A verdade é que o investimento estrangeiro é paradoxal. Por um lado, como elemento constitutivo do modelo de desenvolvimento, talvez seja o que possa atuar de maneira mais eficaz no curto prazo. Por outro lado, sua inclusão aumenta os riscos que o capital internacional representa para qualquer projeto nacional sustentado na dignidade popular em geral e das/dos trabalhadoras/es em particular. Sem dúvida, uma das maiores exigências de criatividade política em defesa da soberania. Lembre-se de que, por trás do slogan sinuoso de maior estímulo ao investimento, há sobreposição à desregulamentação do capital que condiciona, nos casos mais extremos, as políticas econômicas dos países em desenvolvimento (DACAL, 2020, p. 77, tradução nossa).

Ainda que o investimento estrangeiro apresente uma saída a curto prazo, está longe de oferecer o incremento anual suficiente à economia cubana, além de que se esbarra na burocracia necessária que atrasa a aprovação dos projetos e impede o acesso a recursos a curto prazo, resultando assim em maior dificuldade de aumento da capacidade produtiva e dinamismo da economia.

Vale recordar que o sistema financeiro internacional e suas instituições não têm como prioridade o desenvolvimento dos países pobres e sim a reprodução do capital através da expansão e intensificação da expropriação que representa “uma perspectiva hostil aos projetos de soberania que tentam proteger sua economia a serviço das necessidades nacionais de desenvolvimento de sua população” (DACAL, 2020, p. 76).

Apesar de, todavia, não alcançar grandes resultados econômicos, se realizará esforços para impulsionar os investimentos, com os cuidados necessários para não colocar em risco ou afetar a soberania de Cuba, conforme afirma o ministro de comércio exterior e investimentos estrangeiros (MENESES; HERNÁNDEZ, 2018).

---

[107] Dados disponíveis em: http://www.granma.cu/cuba/2018-06-20/analizo-consejo-de-ministros-comportamiento-de-la-economia-cubana-20-06-2018-21-06-29. Acesso em: 05 de junho de 2019.

De acordo com Pericás, a realidade econômica atual de Cuba é bastante delicada em comparação com outros períodos da Revolução, ainda que haja mais possibilidade de recuperação do que no Período Especial.

> O prazo para a recomposição da saúde financeira da ilha, contudo, ainda é incerto, e dependerá, de um lado, de alterações (mesmo que parciais) no cenário internacional e, de outro, do incremento de políticas e investimentos do governo em algumas áreas estratégicas. Motivos extrínsecos e intrínsecos, portanto, colaboram para o desaquecimento e retração dos índices econômicos do país: questões relativas à baixa produtividade e eficiência laboral, déficit em inversões, uma receita insuficiente derivada de exportações e a persistência da burocracia, assim como o endurecimento do bloqueio impulsionado pelos Estados Unidos são alguns dos problemas reconhecidos pelas autoridades locais (PERICÁS, 2019)[108].

Conforme o autor, no último quinquênio, Cuba apresentou um crescimento médio de 1,77%. A ilha conta com um conjunto de parceiros comerciais importantes como China, Rússia e União Europeia, além disso, recebe uma entrada significativa de recursos vindos do exterior, sobretudo no que se refere ao envio de divisas por familiares que vivem no exterior, bem como recursos provenientes do incremento das atividades turísticas.

> Cuba […] recebe aportes significativos de divisas do exterior (especialmente dinheiro enviado por familiares, como aqueles que moram na Flórida, por exemplo; em 2017, foram US$ 3,5 bilhões nesta modalidade) e tem robustecido o setor de turismo (que conta, atualmente, com 70 mil quartos disponíveis). No caso das remessas externas, essas subiram 143% entre 2008 e 2017. Já no que se refere à área turística, o incremento foi de 117% no interregno 2007-2017, e mesmo com uma leve diminuição naquele último ano, a partir das medidas rigorosas adotadas por Washington, começou a dar sinais de reativação a partir da segunda metade de 2018 (PERICÁS, 2019).

Percebe-se, portanto, o amplo esforço da Revolução Cubana no que se refere à ampliação das possibilidades de recuperação financeira baseada em diferentes mo-

[108] Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/2019/11/25/desafios-economicos-de-cuba/. Acesso em: 15 de julho de 2020.

dalidades de atividades econômicas para aumentar a arrecadação do Estado, principalmente o aumento da permissão dos contratos com participação majoritária de empresas estrangeiras[109].

A grande questão posta é se há lugar para uma economia socialista no cenário da atual crise internacional do Capital? A condição se encontra cada vez mais limitada, a qual obriga o país elaborar um novo plano econômico que considere os investimentos estrangeiros uma das saídas para o aumento da produção nacional.

A atualização do modelo econômico da Revolução Cubana é necessariamente a condição para o aprofundamento do socialismo. Atualizar não significa adoptar as mesmas formas de apropriação e espoliação capitalista, mas sim, nas condições cubanas, recriar o socialismo a partir do contexto histórico atual, que, aliás, se torna cada vez mais complexo.

Dacal nos ajuda a entender esta complexidade, cada vez mais explícita, na contraditória coexistência de modelos heterogêneos de estrutura econômica, por exemplo, o autor destaca as principais modalidades existentes hoje em Cuba, sendo estas “formas de gestão produtiva privada, cooperativa, comunitária, individual, estatal e mista”. Na opinião do autor, esta heterogeneidade leva à possibilidade de dois projetos.

> a) assumir que a negação da lógica e o predomínio do grande capital não implica rejeitar sua presença nas formas produtivas do modelo, com uma perspectiva de permanência estável dentro dele; b) acumular formas de gestão socializadoras da produção para finalmente superar as características capitalistas contidas na atual estrutura socioeconômica (DACAL, 2020, p. 36, tradução nossa).

A política econômica nesta nova etapa está assentada nas premissas de que somente o socialismo é capaz de vencer as dificuldades e preservar as conquistas da Revolução. “Cuba jamais voltará a uma posição de títere dos Estados Unidos. A ilha já passou por outros momentos complicados ao longo de sua história e sempre superou todas as dificuldades. Não será diferente desta vez. Cuba resistirá” (PERICÁS, 2019).

---

[109] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/12/19/conheca-o-novo-plano-economico-de-cuba-que-entrara-em-vigor-em-2021. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

Esta premissa se reafirma quando, ao pensar a atualização do modelo, se busca melhor distribuir os recursos disponíveis, em outros termos: "produzir o equilíbrio necessário para sustentar os incrementos nos salários, nas aposentadorias e nas pensões de seguridade e proteção social"[110].

3.6.2 Atualidade do bloqueio

O bloqueio contra Cuba obrigou o país a buscar novas fontes de recursos e matérias primas, alimentos e medicamentos em países numa distância pelo menos cinco vezes mais distante – com relação à América Latina – para garantir a aquisição de mercadorias de modo a suprir as necessidades básicas.

A busca por novas relações econômicas na perspectiva de abastecer a demanda interna significou, de acordo com Fidel Castro, estreitar os laços com países socialistas. A partir deste contexto de aproximação, especialmente com a União Soviética, começa então a estabelecer-se – pelas condições econômicas e políticas – uma nova dependência considerada inevitável naquele momento.

Segundo Fidel Castro, foi graças a ajuda da União Soviética, unida a abnegação do povo cubano, que Cuba pôde manter suas atividades produtivas e não ser asfixiada economicamente[111].

Medidas como a Lei de Reforma Agrária foram quase que imediatas no primeiro ano do governo revolucionário, de maneira a corresponder às mudanças estruturais necessárias. Para enfrentar as ações contrarrevolucionárias dos grandes proprietários e também as ações criminais dos Estados Unidos, se implementaram medidas radicalizadas como, por exemplo, a nacionalização de empresas dos setores estratégicos como bancos, companhias de energia, petróleo e, sobretudo, as centrais açucareiras.

---

[110] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/12/19/conheca-o-novo-plano-economico-de-cuba-que-entrara-em-vigor-em-2021. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

[111] A proclamação do caráter socialista da Revolução Cubana em 1961, após os ataques terrorristas contra Cuba, demarca o início das relações com a URSS (União das Republicas Socialistas Soviéticas) e a partir de então toda a relação econômica se dará com o bloco socialista protagonizado pela URSS, à qual Cuba passará a ter, por um lado, uma grande dependência para levar a cabo o projeto socialista. Por outro lado, as décadas de relações com a União Soviética foram os anos de bonança em Cuba, não faltavam alimentos, bens de consumo, energia etc., até o colapso do mundo socialista no final dos anos oitenta onde provocou uma profunda crise econômica em Cuba, conhecida como Período Especial.

> A primeira investida, a Lei nº 851, de Nacionalização das Empresas Estrangeiras (6 de julho de 1960), levou ao confisco dos centrais açucareiros com suas terras e das explorações agrícolas de propriedade estrangeira. A segunda investida, a Lei nº 890, de Nacionalização de Empresas Privadas (13 de outubro de 1960), levou ao confisco dos centrais açucareiros com suas terras que ainda se encontravam sob o controle da burguesia cubana. Esse avanço acelerou os ritmos da reforma agrária e, em particular, exigiu uma política econômica mais agressiva, que produzisse a neutralização socioeconômica e política da contrarrevolução (FERNANDES, 2012, p. 178).

Em resposta, o congresso americano aprovou em 1960 a suspensão das importações de açúcar. O bloqueio econômico foi uma das políticas de hostilidade adotadas para se opor às medidas revolucionárias em curso, uma vez que a expropriação das terras e a nacionalização das riquezas afetavam os grandes monopólios estadunidenses.

As medidas de retaliação norte-americana contra Cuba foram caminhando até o rompimento total das relações diplomáticas em janeiro de 1960 (RAMONET, 2006). Em março do seguinte ano, os EUA anunciam a proibição total da entrada de qualquer tipo de produto oriundo de Cuba no país. Em julho de 1963, proibiram as transações financeiras com Cuba e, em maio de 1964, a total proibição de embarque de alimentos e remédios (FIDEL CASTRO, 1975).

O bloqueio econômico afeta diretamente o desenvolvimento social e econômico de Cuba. Os dados do Relatório Anual Sobre o Bloqueio, realizado em junho 2017, apontam que “os prejuízos acumulados pelo bloqueio durante quase seis décadas de aplicação alcançam a cifra de 822.280 milhões de dólares, levando em conta a depreciação do dólar frente ao valor do ouro no mercado internacional” (CUBA VS BLOQUEIO, 2017, p. 02)[112].

De acordo com o governo de Cuba, os prejuízos acumulados até 2020, são estimados em US$ 1,98 trilhão[113].

Durante a administração de Donald Trump (2017-2021), a Política Externa dos EUA para Cuba foi de recrudescimento do bloqueio econômico através das sanções econômicas e outras medidas de sufocamento à ilha. De acordo com Pericás, diversas

---

[112] Disponível em: http://www.cubavsbloqueo.cu/sites/default/files/InformeBloqueo2017/informe_de_cuba_sobre_el_bloqueo_2017_portugues.pdf. Acesso em: 04 de junho de 2019.

[113] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/12/19/conheca-o-novo-plano-economico-de-cuba-que-entrara-em-vigor-em-2021. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

medidas foram tomadas pelo governo estadunidense, como, por exemplo, “foi decidido que seus cidadãos não poderiam mais se hospedar em hotéis ou frequentar restaurantes administrados pelas Forças Armadas Revolucionárias (FAR). Em seguida, punições a bancos estrangeiros que realizassem operações com a ilha foram ampliadas” (PERICÁS, 2019).

No que se refere a opinião internacional sobre o bloqueio, é possível verificar uma correlação de opiniões favoráveis à Cuba desde 1992, ano em que a maioria dos países com assento na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) votaram a favor do fim do bloqueio. No dia 29 de setembro de 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas voltou a aprovar uma resolução para colocar fim ao bloqueio, dos 192 países que integram a ONU, 185 votaram a favor da resolução, isto é, contra o bloqueio. Este quadro desmonta os argumentos dos EUA e demonstra o não respaldo perante o mundo acerca da manutenção da política do bloqueio econômico[114].

Em novembro de 2019, a Assembleia Geral da ONU aprovou pelo fim do bloqueio econômico com 187 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções. O quadro de votações não se alterava desde 1992, no entanto, o governo atual do Brasil rompe a tradição de 27 anos de voto contra o bloqueio e se soma ao voto dos Estados Unidos e Israel a favor do bloqueio contra Cuba, de acordo com a própria Nações Unidas.

> Como todos os anos, exceto 2016, quando se abstiveram, Estados Unidos e Israel votaram contra, e o Brasil se juntou a eles. As abstenções foram da Colômbia e da Ucrânia. Pela primeira vez, o Brasil e a Colômbia não apoiaram a resolução, rompendo assim a tradicional posição unânime da América Latina e do Caribe. Nenhum desses dois países explicou seu voto (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

O recrudescimento do bloqueio econômico e das políticas agressivas levadas a cabo pelo imperialismo estadunidense nos dias atuais, impõe à Cuba reativar sua capacidade de resistência emanada do próprio povo cubano, que demonstrou defender o processo revolucionário nos momentos mais cruciais da sua história, como por exemplo, o Período Especial vivido no início dos anos de 1990. A unidade popular em torno do projeto revolucionário será o baluarte para enfrentar esta nova ofensiva.

---

[114] Disponível em: https://www.ecured.cu/Bloqueo_Econ%C3%B3mico. Acesso em: 05 de junho de 2019.

Em 2019 o governo de Donald Trump retomou a aplicação do Título III da Lei Helms-Burton, uma cláusula que intensifica o bloqueio num momento em que Cuba necessita ampliar suas relações econômicas, atrair capitais estrangeiros para ampliar mercados etc.

A Lei Helms-Burton, aprovada em 1996 pelo congresso norte-americano, significa:

> Lei para a Liberdade e a Solidariedade Democrática Cubanas ou Lei Helms-Burton (1996): Codificou as disposições do bloqueio, alargando o seu alcance extraterritorial, mediante a imposição de sanções a diretivos de empresas estrangeiras que realizem transações com propriedades estadunidenses nacionalizadas em Cuba e a ameaça de demandas em tribunais dos Estados Unidos (este último não foi ainda aplicado). Igualmente, limitou as prerrogativas do Presidente para suspender o bloqueio, embora estabelecesse que este conservasse suas faculdades para autorizar transações com Cuba mediante a emissão de licenças (RELATÓRIO CUBA VS BLOQUEIO, 2017, p. 05)[115].

A Lei Helms-Burton proíbe qualquer tipo de negócio entre cidadãos estadunidenses e Cuba. Além da Lei Helms-Burton, outras Leis do bloqueio continuam vigentes até os dias atuais e "são aplicadas pelas agências do Governo dos Estados Unidos, especialmente pelos Departamentos de Tesouro e do Comércio e, em particular, pelo Escritório de Controle dos Ativos Estrangeiros (OFAC, pelas suas siglas em inglês)" (RELATÓRIO CUBA VS BLOQUEIO, 2017, p. 03).

Para Quesada (1998), a Lei Helms-Burton foi concebida para asfixiar a economia, acabar com a independência de cuba, além de que "[…] também lesiona gravemente a soberania e os interesses dos demais estados do planeta" (QUESADA, 1998, p.1, tradução nossa).

O Título III protege o direito à propriedade de cidadãos estadunidense em Cuba cujas propriedades foram expropriadas pelo governo cubano após 1959. Conforme comunicado do Ministério de Relações Exteriores de Cuba

> O título II[116] da lei Helms-Burton dispõe que a derrubada do governo revolucionário, a subsequente tutela do país, por um interventor esta-

[115] Comunicado do Ministério de Relações Exteriores de Cuba. Disponível em: http://misiones.minrex.gob.cu/es/articulo/declaracion-del-ministerio-de-relaciones-exteriores-firme-rechazo-de-cuba-la-nueva-3. Acesso em: 05 de junho de 2019.

[116] Há um erro no documento, no qual apresenta como Titulo II, quando na verdade está se referindo ao Título III.

> dunidense e o ulterior estabelecimento de um governo contra-revolucionário subordinado a Washington teriam como tarefa inequívoca a devolução ou pagamento aos antigos proprietários de todas as propriedades que forem reivindicadas por antigos proprietários ou seus descendentes, tenham sido ou não cidadãos americanos no momento das nacionalizações ou de tê-las abandonado. Nesse período todo, o bloqueio econômico permaneceria vigorando a plenitude. Por conseguinte, os cubanos ficariam obrigados a devolver, restituir ou pagar aos requerentes dos Estados Unidos a casa em que moram, a terra onde suas comunidades são construídas, a terra agrícola onde cultivam e produzem, a escola onde seus filhos são educados, o hospital ou policlínica onde recebem serviços médicos, onde se localiza seu centro de trabalho, onde têm um negócio privado, além de pagar os serviços de eletricidade, água, e comunicações subsidiados que usufrui a população […] (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DE CUBA, 2019).

A aplicação desta Lei extraterritorial é considerada um atentado à soberania de Cuba e uma violação do direito internacional. Conforme nota do Ministério de Relações Exteriores de Cuba, "a Lei Helms-Burton é intervencionista, extraterritorial e corresponde ao plano neocolonial dos EUA para Cuba". A Lei retoma o caráter neocolonizador e expansionista próprio do imperialismo estadunidense. Foi a Lei Helms-Burton que, unilateralmente, legitimou o bloqueio contra Cuba e o espalhou para o mundo, violando o princípio de coexistência entre as nações (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DE CUBA, 2019).

Conforme a declaração do atual Presidente de Cuba, Miguel Díaz-Cañel Bermudéz, a Lei serve:

> Para confundir a opinião pública e dar a este confronto uma legalidade que não existe, fabricou-se o Helms-Burton, um engendro jurídico onde se misturam as ânsias de dominação imperial sobre nossos destinos e a vingança dos nostálgicos do batistato […] Incapazes de fazê-lo por si mesmos, os ladrões desta época, hoje, contam com uma lei sem poder nenhum sobre Cuba, para recuperar os bens confiscados por serem o resultado de fraude ou propriedade abandonada por medo da justiça popular (DÍAZ-CANEL, 2019, tradução nossa)[117].

O atual Presidente de Cuba também expôs, em discurso público, as cifras mais recentes sobre os impactos do bloqueio econômico sobre a ilha. "Somente no último ano, de março de 2008 a abril de 2019, o bloqueio nos provocou perdas no valor de 4.343 milhões de dólares […]" (DÍAZ-CAÑEL, 2019, tradução nossa).

---

[117] Declaração do governo de Cuba disponível em: http://www.granma.cu/discursos-de-diaz-canel/2019-07-26/diaz-canel-hablo-en-nombre-de-los-agradecidos-los-que-enfrentamos-el-desafio-de-empujar-un-pais-26-07-2019-09-07-59. Acesso em: 05 de junho de 2019.

Pericás explicita de maneira mais detalhada em que consiste o recente recrudescimento do bloqueio e como essa conduta do governo estadunidense afeta a materialidade do desenvolvimento econômico em Cuba.

> E, em 2019, a Casa Branca autorizou que os exilados vivendo nos EUA entrassem com processos na Justiça para tentar retomar as propriedades que haviam sido expropriadas depois do triunfo da revolução. Para completar, o presidente Donald Trump, há pouco, anunciou a proibição das viagens de cruzeiro e de todos os voos originários dos Estados Unidos para Cuba, com exceção daqueles que se dirigem a Havana. Ou seja, companhias como a Jet Blue e a American Airlines com destino a Santa Clara, Holguín e Camagüey, a partir de 10 de dezembro, não terão autorização para operar nesses trajetos. O Birô de Indústria e Segurança (BIS) do Departamento do Tesouro norte-americano ainda divulgou, em outubro, novas medidas relacionadas à compra de produtos com componentes estadunidenses e arrendamento de aeronaves e embarcações para empresas estatais da nação caribenha. As restrições estão relacionadas, especialmente, à aquisição de artigos que tenham mais de 10% de componentes daquele país, com o propósito de dificultar exportações ou reexportações de diferentes itens para a ilha (até recentemente, essa porcentagem era de 25%, o que permitia que Havana pudesse adquirir uma quantidade maior de mercadorias). A regulação também limita a exportação de bens para a atualização da infraestrutura de telecomunicações, criando entraves para o ulterior avanço deste setor. Para completar, os EUA decidiram restringir o envio de dólares, transferências e doações monetárias através de suas instituições bancárias (PERICÁS, 2019).

As restrições de licenças de viagem, a proibição de atraque de cruzeiros, entre outras normativas, reforçam o controle contra o país e, consequentemente, afetam diretamente a economia do turismo e afins da economia conforme afirma o atual Presidente de Cuba. Tais restrições não só afetam o desenvolvimento no âmbito macroeconômico, mas sobretudo impacta no âmbito microeconômico, ou seja, na reprodução da vida local.

> São estas restrições e a perseguição contra Cuba as causas principais do desabastecimento de alimentos, combustíveis e da dificuldade para adquirir peças de reposição indispensáveis para sustentar a vitalidade do Sistema Eletroenergético Nacional, que nos tem afetado nas últimas semanas, meses e que estamos enfrentando criativamente com a vontade ferrenha de resistir e vencer. Depois de seis décadas de assédio para a mais simples transação cubana, as perdas acumuladas agora alcançam 922.630 milhões de dólares, considerando a depreciação do *papel verde* frente ao ouro (DÍAZ-CAÑEL, 2019, tradução nossa, itálico nosso).

Após relativa estabilização do Período Especial, Cuba pôde, pelo menos nos últimos quinze anos, reestabilizar até certo ponto a sua economia, atualizar o modelo e avançar para o que se chama de Socialismo Sustentável.

Nas primeiras décadas do século XXI, a Venezuela cumpriu o papel desenvolvido pela União Soviética na segunda metade do século XX no que diz respeito às relações econômicas e comerciais no âmbito da mútua solidariedade. Venezuela forneceu petróleo e outros produtos impossibilitados de chegar à ilha e como gesto de reciprocidade Cuba, por sua vez, ofereceu médicos, professores e outros quadros profissionais para atender as demandas da Venezuela.

No entanto, com a crise de desestabilização provocada pela guerra econômica e ameaças constantes dos Estados Unidos contra a Venezuela, a cooperação Cuba-Venezuela sofreu impactos violentos, como nos mostra Pericás, sobretudo na área energética que é uma das grandes debilidades da ilha.

> É bem verdade que a dependência de importação do petróleo foi reduzida (em torno de 40% do consumo interno é produzido nacionalmente nos dias de hoje). Ainda assim, a crise na Venezuela, sem dúvida, afetou a ilha sobremaneira nesta questão. Se Caracas enviava 105 mil barris diários em 2012, esse número declinou para 47 mil barris diários em 2019. Isso para não falar da exportação de serviços de médicos, professores e dentistas para a república bolivariana, que teve forte redução em tempos recentes. Afinal, 75% dos serviços desses profissionais eram contratados por aquela nação sul-americana […]. No auge da relação entre Caracas e Havana, em 2012, o auxílio, subsídios e investimentos da Venezuela equivaliam a 11% do PIB da ilha (PERICÁS, 2019).

É possível afirmar que, depois da queda da União Soviética, foi a Revolução Bolivariana da Venezuela que possibilitou à Cuba um novo alento do ponto de vista econômico, através dos acordos de solidariedade mútua entre ambos os países. Assim, nos últimos anos (mesmo com a persistência do bloqueio) foi possível promover a reorganização interna das atividades econômicas com vistas a aperfeiçoar o modelo.

A política de Trump de ataques permanentes tanto contra Cuba quanto contra a Venezuela, somado ao novo contexto político - a partir de 2015 - de retomada dos governos de ultradireita, aliados aos EUA, na América Latina, Cuba volta a entrar em um novo período de dificuldades econômicas e materiais, não tão profundo como foi o Período Especial*,* no entanto, retornam às carências que já haviam sido superadas.

Por exemplo, o racionamento de combustíveis para o uso restrito à distribuição de mantimentos e transporte público, de maneira que "os setores não essenciais tiveram de frear suas atividades e os níveis de produção de algumas indústrias foram reduzidos, para não coincidir com os horários de maior consumo de energia e evitar apagões" (PERICÁS, 2019)[118].

O bloqueio econômico é uma política obsoleta e anti-multilateral, de acordo com a própria ONU.

> Os oradores do debate, a título nacional e como representantes de blocos como o Grupo Não-Alinhado, o G77 mais a China, o CARICOM ou a União Europeia, defenderam pelo levantamento do embargo sem demora, considerando que ele tem um alto impacto humanitário na população cubana, além de impedir que o país alcance os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Eles coincidiram em instar a revogação de leis com efeito extraterritorial como Helms-Burton, que afeta a soberania de outros Estados, os interesses legítimos de entidades ou pessoas sob sua jurisdição e a liberdade de comércio e navegação […] (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Os representantes dos países e/ou blocos regionais na Assembleia das Nações Unidas destacaram também a natureza antagônica do bloqueio contra Cuba, uma vez que fere os princípios do multilateralismo, viola o princípio da não intervenção e, finalmente, desestabiliza a integração regional, como ocorre no Caribe.

Além disso, as delegações presentes na ONU qualificaram o bloqueio como uma política ultrapassada, sem nenhuma base ética ou legal e que fere completamente o direito internacional.

---

[118] De acordo com Pericás, o governo tomou uma série de medidas para mitigar a situação de desabastecimento e evitar que o país entrasse em colapso. "Em setembro, o ministro de Minas e Energia, Raúl García Barreiro, garantiu a distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) para 1,7 milhão de consumidores, assim como fornecimento de gás natural. Dessa forma, a disposição de combustível para termelétricas e para motores de combustão interna não foi prejudicada (nem para as residências, que, neste caso, consomem 60% da energia). O ministro da Economia e Planificação, Alejandro Gil Fernández, por sua vez, apontou que o diesel (responsável por 10% da geração diurna do país) deveria ser priorizado no deslocamento de passageiros e de carga. E o ministro dos Transportes, Eduardo Rodríguez Dávila, definiu como linhas principais da política de sua área, privilegiar a utilização de ferrovias; assegurar a mobilidade de adustíveis, alimentos e produtos de exportação; manter a comunicação com a Ilha da Juventude; preservar os níveis de atividades nos portos; conservar a cesta básica familiar; dar preferência aos atendimentos médicos; redesenhar as linhas de transporte coletivo urbano nos horários de maior demanda; e empreender trabalhos coordenados com *cuentapropistas* e cooperativas para resguardar os serviços, entre outras medidas" (PERICÁS, 2019, itálico do autor).

3.6.3 Aspectos sociais

Cuba, ao sobreviver difíceis batalhas após o triunfo da Revolução, demonstrou a viabilidade da alternativa socialista, a qual levou o país alcançar altos níveis de desenvolvimento. Com a economia bloqueada há mais de seis décadas, conquistou excelência em saúde, educação, segurança e cultura aos olhos da população mundial.

A política social implementada a partir de 1959 levou à universalização dos direitos e melhorou o padrão de vida. Eliminou, em grandes proporções, o desemprego e o subemprego, buscou garantir segurança e bem estar para todos, pese as dificuldades já mencionadas. A distribuição de oportunidades nos serviços como saúde, educação e outros faz parte da amplitude de políticas públicas para alcançar os melhores níveis de equidade social.

Cuba buscou colocar em prática a “humanização da condição humana”, nas palavras de Fernandes, combinando Revolução social, política e desenvolvimento econômico como condição para superação de si mesma contra neocolonialismo.

Neste estágio de desenvolvimento nas áreas de serviços públicos para a população, não há espaço para recuo, não é possível alterar o caráter e o conteúdo da Revolução, ou seja, da radicalidade das alterações transcorridas ao longo das últimas décadas.

Apesar da crise dos anos 1990, a esperança de vida ao nascer alcançava 76 anos, um honroso terceiro lugar na América Latina. De maneira que mesmo os autores críticos à Revolução Cubana reconhecem seu alto nível de desenvolvimento social.

> A miséria então praticamente desaparecera nas cidades e mesmo nas zonas rurais. E o quadro era confirmado pela boa posição assumida por Cuba no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e no Índice da Pobreza Humana (IPH) reconhecidos internacionalmente para aferir as condições sociais das populações em todo o planeta (REIS, 2010, p. 374-375).

O socialismo cubano se destacou desde o princípio pelo esforço educacional, pelo avanço paulatino para alcançar um verdadeiro sistema socialista de educação. Após o triunfo revolucionário houve uma imigração maciça de profissionais que praticamente esvaziara o quadro de recursos humanos qualificado, como professores, médicos e profissionais liberais, deixando ao país uma deficiência crônica nesta área. Em 1959, do universo de graduados, apenas 4,7 por cento eram do ensino superior, a

maioria do eram do ensino primário, o que demonstra a educação como privilégio de poucos naquele período.

> A revolução teve de impor-se uma obra educacional de tão larga envergadura (embora restringisse seu campo de ataque principalmente aos níveis do ensino primário e do ensino médio), que seu êxito atraiu para Cuba o interesse de todo mundo e o respeito dos especialistas em educação (FERNANDES, 2012, p. 220).

Atualmente, o programa de educação no país é considerado pela UNESCO como um dos melhores do mundo, sendo o único da América Latina e Caribe a atingir as metas de desenvolvimento da educação estabelecidas para 2015 “com um gasto público em educação de treze por cento do Produto Interno Bruto (PIB), Cuba apresenta um índice em desenvolvimento da Educação (IDE) de 0.983, encabeçando a América Latina e o Caribe” (UNESCO, 2014)[119].

Apesar dos recursos limitados, a área da saúde é também reconhecida pela excelência nos organismos internacionais como a OMS (Organização Mundial da Saúde), principalmente no que diz respeito à saúde preventiva e na formação de profissionais.

Por exemplo, a Escola Latino-americana de Medicina (ELAM), criada em 1999, após os furacões George e Mitch assolarem a América Central e o Caribe, com a missão de formar médicos populares para atender países pobres de diferentes partes do mundo. Até o momento, mais de vinte mil de profissionais de mais de setenta países já se graduaram em Cuba, resultado da Política Exterior baseada na solidariedade entre os povos.

É importante mencionar que a ELAM recebeu estudantes estrangeiros de todas as partes do mundo sem cobrar pelos serviços e, ademais, o Estado cubano garantiu todas as condições necessárias para a formação destes profissionais mantendo o nível de excelência. Atualmente a política de gratuidade se deduziu a casos excepcionais para que a Escola seja também uma fonte de ingresso de recursos para o país, através de convênios e sistemas de financiamentos.

Assim como a educação, a saúde também segue garantida pelo Estado como direito básico universal e gratuito igualmente destacado no âmbito internacional.

---

[119] Disponível em: http://www.unesco.org/new/es/santiago/press-room/newsletters/e-newsletter-education-for-all-in-latin-América-and-the-caribbean/no16-may-2014/nota-habana-03. Acesso em: 07 de julho de 2019.

Cuba teve em 2017 os indicadores mais baixos de mortalidade infantil da sua história, apresentando uma taxa de 4,040 em cada mil nascidos vivos, colocando o país no patamar de desenvolvimento europeu e acima dos EUA, onde a taxa é de seis em cada mil nascidos vivos.

Em contraponto, Dacal demonstra alguns indicadores para ilustrar o paradoxo em relação aos serviços públicos para a população:

> O número de hospitais baixou trinta e dois por cento e o de policlínicas oito por cento, todos os hospitais rurais e os postos rurais e urbanos foram fechados em 2011. Ao mesmo tempo, o tenso tema do envelhecimento populacional demanda o acréscimo de serviços, em si, caros (DACAL, 2017, p. 07, tradução nossa).

As análises para as próximas décadas apontam algumas tendências que implicam no planejamento econômico demandado para garantir a dinâmica do país, conforme indicam as estimativas. Uma destas tendências é o decrescimento e envelhecimento populacional, que coloca o país como um dos mais envelhecidos da América Latina e Caribe. Em Cuba, a expectativa de vida é de 78 anos e a taxa de fecundidade é de dois filhos para cada mulher, assim, a estimativa é de que em 2030 Cuba terá 999 mil pessoas a menos, ou seja, uma população em decrescimento (informação verbal)[120]. Nesta perspectiva, Pericás reafirma que:

> Vale lembrar que a taxa de natalidade do país é uma das menores do hemisfério e que há um processo gradual de envelhecimento de seus habitantes, o que cada vez mais obrigará o governo a elevar seus gastos para garantir o bem-estar desta parcela da população, um grupo etário que tende a aumentar bastante nos próximos anos, enquanto o número de cidadãos, de maneira geral, irá decrescer em ritmo constante (a expectativa de vida das mulheres lá é de 80,4 anos, e a dos homens, de 76,5 anos). Se Cuba quiser preservar e consolidar suas conquistas sociais terá de, necessariamente, avultar os aportes direcionados aos anciãos (que requerem cuidados especiais) e ao mesmo tempo manter um padrão satisfatório de serviços para o restante de seus moradores (PERICÁS, 2019).

Nestas circunstâncias, o planejamento econômico direcionado aos gastos para atender a população geral, e sobretudo a população específica como é o caso dos idosos, se faz fundamental para manter o padrão de vida de acordo com modelo

[120] Informação fornecidas pela Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), durante o evento Jornada Continental Antiimperialista, La Habana, 2015.

social adotado pelo país. Segundo Reis, Cuba proporciona alto índice de desenvolvimento e políticas radicais de distribuição de renda, isso permitiu que o país consolidasse um estado de bem-estar-social após a Revolução, principalmente com a Lei de Reforma Agraria, Reforma Urbana e a construção de sistemas públicos de saúde e educação.

Segundo o autor, em cerca de trinta anos de Revolução os níveis de desenvolvimento alcançados suscitaram, e até hoje suscitam, respeito e admiração.

Desde 1959, Cuba vem trabalhando para reduzir os níveis de pobreza e desigualdades sociais no país através das políticas sociais de desenvolvimento socioeconômico, como educação, saúde, emprego etc., destacando-se no relatório da Organização das Nações Unidas entre os países com desenvolvimento humano elevado, ocupando a 67º posição entre os 188 países[121].

Apesar dos avanços, há pontos de tensão no processo de atualização do modelo econômico e social, haja visto que as contradições se evidenciam a partir do momento em que as mudanças começam a acontecer de fato, conforme afirma Dacal.

> A desigualdade e a pobreza se diluem em términos como: população de risco ou vulnerável, grupos em desvantagens, pobreza assistida ou abrigada, desvantagem social. O não reconhecimento dessa situação impede a implantação de políticas sociais junto às transformações econômicas que confrontam as áreas de pobreza e miséria existentes. Como dados, por exemplo, o índice de GINI, que mede a desigualdade em um intervalo entre 0 e 1, amplia seu nível mais baixo; 0,24 em 1980; para 0,38 em 2000. Para 2015, foi estimado em 0,40. Do mesmo modo, a feminização, a radicalização e a territorialização da desigualdade e da pobreza aumentaram (DACAL, 2017, p. 09, tradução nossa).

Estes dados demonstram claramente que os pontos de tensões existem ainda que, de modo geral, as desigualdades sejam minimizadas em função da avançada política de desenvolvimento social.

Dacal menciona que a taxa de analfabetismo das pessoas maiores de 10 anos, comparados aos censos de 1953 e 1981, baixara de 24% para 4%. O índice de desemprego (sem contar o trabalho informal e o subemprego) caíra de 20%, em 1958, para 8%, em 1989. A taxa de mortalidade infantil reduziu-se de mais de 60 a pouco

[121] Disponível em: http://pt.granma.cu/cuba/2016-01-05/cuba-seu-alto-indice-de-desenvolvimento-humano. Acesso em: 08 de julho de 2019.

mais de 11 por mil nascidos vivos em cerca de 30 anos, entre 1958 e 1989. Na proporção de médicos e enfermeiras por cem mil habitantes, Cuba alcança, em 2019, a cifra mais alta da sua história, sendo nove médicos por cada mil habitantes, contando com 100 mil médicos ativos[122].

Na área educacional, são também elevadas as taxas brutas de matrículas em todos os níveis, com destaque para os de ensino fundamental e médio.

O sistema de educação mantém seu caráter universal e gratuito, mas se pode observar alguma deterioração do ensino, principalmente em zonas rurais. Para paliar esta situação há um incremento nos salários de professores e se revisaram condições de contratações, entre outros. O Estado continua garantindo a gratuidade dos serviços de saúde e educação, mas com os novos *lineament*os se abre a possibilidade para encontrar pontualmente serviços particulares.

> Essa ambivalência, de fato, abre as portas para a mercantilização desses serviços, para o potencial alargamento das já crescentes desigualdades e abala uma das bases essenciais da legitimidade do socialismo cubano (DACAL, 2018, p. 4, tradução nossa).

Para traçar um paralelo dos êxitos das primeiras décadas de Revolução com os índices da atualidade, destacamos alguns aspectos reconhecidos internacionalmente sobre o desenvolvimento cubano frente à realidade mundial.

Alcançado os sessenta anos de Revolução, Cuba continua aprofundando a política de desenvolvimento social como direito humano fundamental, conforme aponta o relatório de 2018 do Exame Periódico Universal (EPU), no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas[123].

> Os alcances em educação, saúde e previdência social foram reconhecidos em múltiplas ocasiões a nível mundial. Cuba ratificou 44 dos 61 instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos - que representam 72,13% do total - e faz parte do grupo de Estados membros da ONU com o maior número de ratificações de instrumentos desse tipo, de acordo com o Relatório Nacional da República de Cuba ao Exame Periódica Universal de 2018 do Conselho de Direitos Humanos (GIMERANEZ, 2020, tradução nossa)[124].

---

[122] Dados disponíveis em: http://www.juventudrebelde.cu/cuba/2019-07-22/cuba-alcanza-la-cifra-de-nueve-medicos-por-cada-mil-habitantes. Acesso em 27 de fevereiro de 2020.

[123] Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Alguns-sucessos-de-Cuba-em-termos-de-direitos-humanos-nos-últimos-cinco-anos/4/40291. Acesso em: 08 de julho de 2019.

[124] GIMERANEZ, Enrique Moreno. Disponível em: http://www.granma.cu/cuba/2020-07-04/nuestra-moral-como-bandera-04-07-2020-00-07-02. Acesso em: 15 de julho de 2020.

Destacam-se neste relatório a liderança no Comitê Regional de Validação, junto à Organização Pan-Americana da Saúde, o fundo das Nações Unidas para a Infância e o Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV, a que Cuba se tornou, em junho de 2015, o primeiro país do mundo a eliminar a transmissão materno-infantil do HIV e a sífilis congênita.

Outro aspecto importante que coloca o país em destaque mundial é o programa de alfabetização de jovens e adultos “Sim Eu Posso”, reconhecido pela UNESCO, pelo qual mais de dez milhões de pessoas tiveram acesso em diferentes partes do mundo, os dados apontam que cerca de dez milhões aprenderam ler até o ano de 2016, vale destacar que em alguns países da América Latina erradicou-se o analfabetismo através deste programa, tais como Bolívia e Venezuela.

> Além disso, mais de dez milhões de pessoas de dezenas de países foram alfabetizadas com o método cubano ‘Sim Eu Posso’, mais de um milhão alcançou a sexta série do ensino fundamental com o programa ‘Sim Eu Posso Conseguir’ e, somente nas carreiras associadas à Saúde Pública, mais de 35.000 profissionais de 136 países foram formados em nossas universidades (GIMERANEZ, 2020, tradução nossa).

Diante deste quadro apresentado, podemos reafirmar que Cuba fez uma Revolução que transcendeu seus limites geográficos, conforme Florestan Fernandes. Nestas seis décadas, transformou radicalmente a realidade cubana e ofereceu – a outros povos através da sua solidariedade – a possibilidade da realização de mudanças tangíveis na organização estrutural da sociedade.

O fato de Cuba romper definitivamente com os padrões de dominação e relações de poder impostos violentamente transformou o país no paradigma de Revolução para o Terceiro Mundo.

O Socialismo se reinventou através da Revolução Cubana e deu mostras cabais de que é possível romper com a ordem social vigente para construir novas relações baseadas nos princípios da igualdade e da solidariedade.

4 A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL COMO PRINCÍPIO NA POLÍTICA EXTERIOR CUBANA

A Política Exterior da Revolução Cubana é marcada pela práxis internacionalista solidária. A consigna *Pátria és Humanidad*, proclamada por José Martí, está intrinsecamente vinculada ao labor cubano de contribuir no projeto de emancipação humana das sociedades exploradas. Nesta perspectiva, o Internacionalismo é concebido em Cuba como o mais belo dos valores humanos, *La flor más bella de la Revolución Cubana*.

Nos primeiros anos da Revolução, em janeiro 1962, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA)[125] durante a VIII reunião de chanceleres deste organismo, ocorrida em Punta del Este, Uruguai. Assim, todos os países do hemisfério membros da OEA fecharam as portas para Cuba, com exceção do México[126], que manteve relações pelo menos formalmente. Os países europeus, na sua maioria, também fecharam suas portas, mas a consolidação do processo revolucionário através do compromisso social e político, foram novamente abrindo brechas para relações comerciais com o exterior.

Para não se encerrar no processo interno e sair do isolamento, Cuba construiu sua Política Externa baseada na relação com países do Terceiro Mundo[127], que sofriam as mesmas agressões sistêmicas, propondo a unidade através da luta contra o inimigo comum: o colonialismo e o imperialismo.

---

125 OEA - Organização dos Estados americanos, é um organismo regional internacional que agrega Estados do Continente americano, foi criada em 1948 a fim de defender seus interesses em comum como a paz, justiça, promover a solidariedade e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência (artigo 1 da Carta da OEA). São membros da Organização dos Estados americanos 35 Estados, sendo estes: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, St. Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Disponível em: https://www.ecured.cu/OEA. Acesso em: 08 de outubro de 2019.

126 O México historicamente construiu uma tradição de respeito a autodeterminação de outros países. Assentada na Doutrina Estrada (1930-2000), a Política Externa mexicana influenciou o rumo do país durante mais de meio século. Tal doutrina se apoiou no princípio de reconhecimento do Estado, não intervenção e respeito à autodeterminação e soberania de qualquer Estado nacional, A exemplo, verificou-se a manutenção das relações diplomáticas com Cuba após esta haver sido expulsa da OEA, organismo regional que rege sobre as normas e conduta dos países da comunidade latino-americana de qual o México é membro.

127 Fidel Castro usa o conceito de Terceiro Mundo para referir-se aos países mais pobres e explorados pelo sistema de dominação. Para definição do conceito em Hobsbawm, favor conferir a nota 8, no primeiro capítulo. De acordo com Fidel Castro, os países do Terceiro Mundo são pobres, não

4.1 PRECEDENTES HISTÓRICOS DO INTERNACIONALISMO CUBANO

A solidariedade internacional foi, e continua sendo, uma marca profunda da Revolução Cubana, a qual grande parte da população experimentou em maior ou menor grau o sentido deste valor humano.

> É muito difícil não encontrar em uma comunidade ou um povoado de nossos municípios e cidades uma família que não tenha no seio algum internacionalista, ou que não haja recebido as mostras de solidariedade, o calor humano da nossa sociedade e os efeitos da solidariedade e o Internacionalismo de outros povos. A solidariedade e o Internacionalismo em Cuba é a expressão do homem novo formado pela Revolução e fruto de sua gigantesca obra de justiça social e humanismo, da democracia participativa, da educação e da cultura alcançada com a sociedade socialista (CÁRDENAS, p. 1, 2006, tradução nossa).

A solidariedade como valor humano se transformou num princípio universal da sociedade cubana. Se transformou na base de vinculação entre indivíduos, aquilo que sustenta as relações do projeto societário.

---

necessariamente porque não produzem ou possuem riquezas e sim por não possuírem as forças produtivas avançadas como nos países centrais, e por serem explorados pelos países possuidores do alto desenvolvimento das relações de produção. O autor não usa o termo “subdesenvolvido” ou em “desenvolvimento” por haver, segundo ele, discrepância em relação ao uso do termo. Segundo Fidel Castro, “isso de mundo em desenvolvimento é um conceito mal aplicado […] mais que mundo em desenvolvimento poderíamos qualificar como consequências das condições que o imperialismos impôs a este mundo […] e em este conceito entre desenvolvidos e subdesenvolvidos existem discrepância terminologias, por que um país muito desenvolvido industrial e economicamente é as vezes um país subdesenvolvido política e socialmente; e que um país subdesenvolvido economicamente está política e socialmente mais desenvolvido […].” (Fidel Castro, 1968, tradução nossa, discurso completo disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1968/esp/f120168e.html). Acesso em: 08 de outubro de 2019. O autor também não utiliza o conceito Norte e Sul, por entender que, historicamente, os países do Norte foram os que dominaram os povos e se apropriaram das riquezas dos países do Sul e que por isso o Norte será sempre opulento e o Sul empobrecido e atrasado. Para ele “Sem muito trabalho, é evidente que, por meio de símbolos geográficos, fica oculto o conhecido fenômeno das relações entre os países que possuem grandes fortunas e os outros despossuídos, que nutrem as fileiras dos infelizes. É uma maneira sintética e cortês de esquecer o passado, apagar o presente e adoçar o futuro […]. Para nós, por assim dizer, o Norte está totalmente identificado com os países anteriormente colonizadores e, em geral, os neocolonizadores e imperialistas atuais que ainda mantêm uma posição dominante na economia de muitos estados africanos, asiáticos e latino-americanos, que constituem, é claro, o simbólico sul […]. A verdade do diálogo Norte-Sul é que o Norte tem o poder econômico, que se materializa e se expressa em sua poderosa indústria, em suas enormes reservas financeiras e no domínio das tecnologias avançadas; enquanto o Sul, em geral, tem o maior fluxo de matérias-primas, mão-de-obra barata e é extremamente endividado com as instituições financeiras do Norte.” (Fidel Castro, 1981, tradução nossa). Discurso completo disponível em: http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/discurso-pronunciado-en-la-inauguracion-del-ii-congreso-de-economistas-del-tercer-mundo. Acesso em 08 de outubro de 2019.

Cárdenas (2006) afirma que a solidariedade faz parte da constituição do povo cubano e é um processo vivenciado muito antes da Revolução. Para o autor, a vocação internacionalista do povo cubano está na composição dos elementos étnicos, idiomáticos e culturais heterogêneos que são próprios da composição da nacionalidade.

Nesta perspectiva, o autor afirma que a solidariedade do povo cubano "é parte de nossas tradições patrióticas, da nossa cultura e, podemos dizer também, da nossa idiossincrasia" (CÁRDENAS, 2006, p. 09, tradução nossa).

Esta formação sofreu influência desde a colonização espanhola sobre os aborígenes, da escravidão negra africana e da imigração de milhares de trabalhadores chineses que foram à ilha como mão de obra semiescrava após o fim do trabalho escravo africano[128]. De acordo com Cárdenas, da Espanha foram imigrantes de diferentes regiões (galegos, andaluzes, catalães, asturianos entre outros)[129].

Além de espanhóis e chineses, caribenhos do Haiti e Jamaica também chegaram a Cuba para trabalhar na indústria açucareira, sobretudo no Oriente do país, junto aos franceses e outras nacionalidades tanto da Europa quanto da Ásia (CÁRDENAS, 2006).

---

[128] A partir de 1844 começaram a chegar os primeiros chineses em La Habana. Se estima que entre 1847 e 1874 chegaram nesta cidade ao redor de 150 mil imigrantes formando uma das maiores comunidades de chineses na América Latina. Os chineses, conhecidos como os Culíes (imigração asiática e yucateca a Cuba), iriam compor o Exército de força de trabalho em substituição ao trabalho escravo africano essencialmente na produção açucareira. Devido a sua estratificação social e condição de trabalho semi-escravo, muitos se somaram às lutas de independência em Cuba. No início do século XX, cerca de 10 mil chineses residiam em La Habana. Em 1877, os chineses se emanciparam da escravidão quando em um tratado chino-espanhol se suspendeu a contratação de trabalhadores chineses, mas a imigração continuou. A partir da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX houve diferentes ondas imigratórias de chineles provenientes sobretudo da Califórnia, Estados Unidos. Disponível em: https://www.ecured.cu/Barrio_Chino_(La_Habana). Acesso em: 16 de janeiro de 2020. De Acordo com Medina (2009) "na nação houve três correntes de imigração chinesa: a primeira dos culíes que se estende entre (1847 e 1874); a dos chineses californianos, numericamente muito pequena mas importante econômica e culturalmente, que começa em 1865 e se estende duas décadas, e a terceira que compreende o período de (1919-1925), que alcançou uns 30 mil indivíduos […]" (MEDINA, 2009, p. 15, tradução nossa).

[129] O processo de imigração espanhola contribuiu enormemente para o povoamento de Cuba durante o século XIX, sobretudo após o fim do trabalho escravo, como aconteceu também em outros países da América Latina na substituição para o trabalho livre assalariado. Em Cuba os espanhóis, de diferentes regiões, representaram mais de 90% da população estrangeira branca, o que marcou fortemente a composição étnica, cultural,e econômica e demográfica do país. Em meados deste século chegaram em Cuba cerca de 1.208 imigrantes espanhóis, não chegando a alcançar as proporções esperadas já que as condições de trabalho eram degradantes. Já no último quartel do século XIX se começa a implementar projetos de colonização para atrair imigrantes hispânicos na ilha. No final do século o censo apontava existia em cuba 1.572.797 habitantes, entre estas: 129.240 eram naturais da Espanha que residiam em diferentes províncias cubanas. Disponível em: https://www.ecured.cu/Inmigración_española_en_Cuba. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

De acordo com o autor, esta presença forânea que se fixou em Cuba contribuiu para a mistura e formação das raízes históricas e culturais. Neste sentido, para o autor, a autenticidade da solidariedade e Internacionalismo em Cuba pode ser encontrada na própria formação do país.

Cárdenas também expressa a opinião de que o processo de resistência à colonização e a posterior luta pela independência foi um processo internacionalista. No ponto de vista do autor, as principais referências, são: Hatuey, o cacique indígena proveniente da Ilha Quisqueya, (atual República Dominicana e Haiti), que enfrentou os espanhóis sendo capturado e queimado vivo, "podemos considerá-lo o germe da solidariedade e Internacionalismo para Cuba, pois veio de Santo Domingo avisar que os espanhóis haviam chegado e pagou com sua vida" (CARDENAS, 2006, p. 3, tradução nossa).

Ainda, segundo o autor, este não foi um caso isolado, existem outras demonstrações de solidariedade nas lutas libertarias que reafirmam o caráter do internacionalismo cubano desde o berço da luta por libertação[130].

> Nas nossas lutas pela independência, homens de muitos países diferentes lutaram ao nosso lado. O mais ilustre de todos, Máximo Gómez, nascido em Santo Domingo, tornou-se o chefe do nosso Exército Libertador." disse Fidel Castro Ruz. Como camponês arrendatário, durante a Guerra dos Dez Anos, alcançou o posto mais alto do Exército Mambí, Major Geral, e terminou a Guerra da Independência de 1895 como General Chefe do Exército Mambí; Ele foi o único general da Guerra de 1868 que liderou os três departamentos em luta, protagonizou a maior façanha militar da época, a invasão do Oriente para o Ocidente em 1895, na qual brilhou outro guerreiro incomparável, o mulato ferreiro descendente de escravos, Antonio Maceo e Grajales, já imortalizado com o glorioso Protesto de Baraguá[131] em 1878. Vários generais chineses que lutaram em nossas guerras atingiram uma alta patente militar, são outro exemplo óbvio da solidariedade e assistência internacionalista que recebemos (CÁRDENAS, 2006, p. 5, tradução nossa).

---

[130] Para citar outros exemplos: 1) Tomas Jordán, major-general norteamericano desembarcou em Cuba em 1869 e chegou a ser chefe do Estado maior e chefe do Exército libertador; 3) Carlos Roloff, jovem polaco chegou em Cuba no ano de 1869, sendo major-general na Guerra dos Dez Anos e em 1895 foi secretário de guerra; 4) diversos latino-americanos participaram da Guerra dos Dez Anos em solidariedade aos Mambises; 5) o brigadeiro Henry Reeves tornou-se símbolo da solidariedade popular norteamericana para Cuba, por ser combatente destacado na invasão do ocidente em 1873; 6) Eugenio Maria de Hostos e Ramón Emeterio Betances, revolucionários porto-riquenhos foram criadores de grupos em defesa da independência de Cuba na França, Itália e na Espanha (CÁRDENAS, 2006).

[131] Protesto de Baraguá – Foi uma recusa em aceitar o acordo de paz - por considerar os termos injustos – entre Cuba e a Espanha na Guerra dos Dez Anos, liderado por Antonio Maceo e outros líderes independentistas em 15 de março de 1878. Disponível em: https://www.ecured.cu/Protesta_de_Baraguá. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

A significativa participação de combatentes de outras terras em território cubano nas lutas por independência, assim como de cubanos em outras terras, demarca o caráter internacionalista da ilha desde então.

> A participação de homens de outras terras em nossas duas guerras de independência foi tão numerosa quanto variada, devido à origem desses combatentes internacionalistas. Se calculam cerca de três mil de onze nações. Centenas de espanhóis se somaram, espanhóis amantes da liberdade, estabelecidos na ilha e chineses trazidos em meados do século como *cules* [trabalhador hindu ou chinês], entre os quais nunca houve um traidor. Os voluntários vieram de mais de vinte países. Outras figuras são eloquentes: 24 atingiram a patente de general e 14 a de coronel (VALDÉS 2008, p. 01, tradução nossa, itálico nosso, colchete nosso).

De acordo com o autor, o mais generoso exemplo desta miríade internacionalista pela independência cubana foi o jovem estadunidense Henry Reeve[132], que lutou ao lado do exército *mambis* pela independência de Cuba.

No entanto, há estudiosos do Internacionalismo cubano que opinam contrariamente a esta afirmação. Fabio Batista (2019)[133], professor de História da Universidade de La Habana, entrevistado para esta investigação, afirma que é um anacronismo afirmar que o índio Hatuey, Máximo Gómez, ou até mesmo Henry Reeve, são internacionalistas pelo fato de haverem lutado em defesa de Cuba, na condição de estrangeiros.

> O conceito de Internacionalismo é um conceito construído fundamentalmente no marco do século XX e muito vinculado a emergência e desenvolvimento movimento comunista. No sentido estrito, definir práticas do século XIX como internacionalista, é conservar um fenômeno do passado a critérios mais recentes" (BATISTA, 2019).

---

[132] Henry Reeve (1850- 1876) é um excelente exemplo de internacionalista para Cuba, tanto que a principal missão médica de solidariedade nos casos de desastres naturais e epidemias, se chama Destacamento Henry Reeve em sua homenagem. Mal havia completado 19 anos, Reeve partiu para Cuba, em 11 de maio de 1869, lutar ao lado dos mambises. Reeve, apesar de ferido em combate muitas vezes, se destacou por sua ousadia durante as batalhas mais sangrentas. "O "inglesito", como os mambis o chamavam carinhosamente, ascendeu passo a passo ao posto de coronel. Sob as ordens de Máximo Gómez, ele dirige a cavalaria no combate vitorioso de Santa Cruz del Sur, onde fica gravemente ferido. Desde então, ficou uma perna completamente inútil, passando a lutar amarrado à sela de seu cavalo […]" (Valdés, 2008). Em agosto de 1876, após o cerco adversário, se utiliza da última bala de revolver para não cair preso nas mãos dos inimigos. Reeve, participou num total de 400 ações de combate durante os sete anos dedicado à cubana. Disponível em: https://www.ecured.cu/Henry_Reeve. Acesso em: 20 de março de 2019.

[133] BATISTA, Fabio Fernandes. Entrevista de campo realizada em 11 de dezembro de 2019, em La Habana, Cuba.

De acordo com esta perspectiva, pode-se afirmar que houve um sentido de solidariedade de caráter independentista na região, mas não necessariamente o Internacionalismo tal qual conhecemos hoje. Talvez seja mais correto afirmar, conforme Batista, “um antilhanismo do século XIX”, no qual habitantes das três ilhas caribenhas, Cuba, Porto Rico e República Dominicana, desenvolvem uma conexão a partir do universo cultural que os unifica, desta maneira, se pode entender os esforços conjuntos em prol da independência destes países.

Outro exemplo destacado por Batista é a formação Partido Revolucionário Cubano, criado em 1892 por José Martí, o "apóstolo" de Cuba[134], para levar a cabo a independência do país, no qual em bases constitutivas, contém o objetivo de auxiliar na luta pela independência de Porto Rico.

Estas experiências do século XIX de lutas pela independência guiadas por valores e postulados políticos se conectam com o núcleo do que virá a ser o Internacionalismo em Cuba no século XX (BATISTA, 2019).

Cuba não só recebeu solidariedade em seu processo de independência, como também enviou ajuda para muitos lugares. Conforme afirma Cárdenas, alguns cubanos participaram de gestas importantes em diferentes países.

Jorge Risquet (2008) também analisa na mesma perspectiva de Cárdenas. Segundo o autor, o Internacionalismo cubano vem desde as batalhas pela independência, tanto em Cuba como da América Latina.

> Quando a consciência nacional ainda não havia se formado na maior das Antilhas [Cuba] e a Espanha a qualificava como ‘a sempre fiel ilha de Cuba’, muitos homens nascidos nesta terra lutaram como combatentes internacionalistas nas guerras da independência Americana. Dezenas de cubanos se juntaram ao Exército libertador de Simón Bolívar na longa e sangrenta campanha de guerra para expulsar o colonialismo espanhol da América Latina (RISQUET, 2008, p. 01, tradução nossa, colchete nosso).

[134]José Martí é considerado o apóstolo de Cuba, por suas ideias de libertação e emancipação do povo Cubano, deixou uma obra grandiosa, reunidas nas Obras Completas de José Martí, publicada pela editora Edición Crítica em 28 tomos. Disponível em: http://www.josemarti.cu/edicion-critica-obras-completas/. Acesso em: 30 de outubro de 2019. O próprio Fidel Castro se refere a José Martí como autor intelectual do assalto ao Quartel Moncada em 1953, ano em que do centenário de José Martí, por isso os assaltantes do Moncada, também são conhecidos como a “geração centenária”.

Para exemplificar, Risquet cita a participação cubana na Guerra de Secessão (1861 - 1865), entre o norte e o sul dos Estados Unidos (contra o sistema escravista no Sul), através dos irmãos Adolfo e Federico Fernández Cavada[135]. Ao regressarem a Cuba, ambos tomaram parte nas batalhas contra o Exército espanhol, utilizando-se da importante experiência militar adquirida.

Analisando os diferentes autores, nota-se certa querela com relação a vinculação das guerras de independências e o conceito de Internacionalismo. Neste sentido, acredita-se que o mais apropriado seria defini-las como lutas de viés latino-americanista entranhadas de valor solidário, diferenciando-as do Internacionalismo do século XX, conforme afirma Batista, vinculado ao desenvolvimento da luta de classes em nível internacional. Neste sentido, as lutas cubanas que antecederam à Revolução de 1959 podem ser consideradas o limiar do Internacionalismo que Cuba vai conhecer após 1959.

Talvez a primeira experiência de Cuba no âmbito do Internacionalismo Proletário esteja na participação de cerca mil cubanos, organizados pelo Primeiro Partido Comunista de Cuba, que combateram ao lado dos Republicanos durante a Guerra Civil Espanhola, destes se destaca o escritor e jornalista Pablo de la Torriente Brau[136] que morreu em combate em solo espanhol.

Batista define esta gesta como primeira experiência internacionalista cubana, em suas palavras:

> Nesta lógica do Internacionalismo, que no século XX alcança maior nível de contundência, se insere a experiência internacionalista cubana previa à Revolução. Tem a ver com a participação de quase mil cubanos nas brigadas internacionais de luta na Guerra Civil Espanhola, a favor da República e contra o franquismo (BATISTA, 2019, tradução nossa).

---

135 Conforme Valdés (2008) “Adolfo alcançou o posto de capitão. Frederico juntou-se em 1861 e, por sua bravura, ascendeu a capitão, depois a comandante e, finalmente, a tenente-coronel chefe do Regimento da Pensilvânia”. (tradução nossa). No regresso à Cuba, ambos se incorporaram nas lutas independentistas gozando de importante experiencia militar, “o major-general Federico Fernández Cavada foi preso e baleado pelo comando espanhol. Adolfo, que alcançou o mesmo posto militar, morreu de febre no manguezal, ambos em 1872.” Disponível em: http://www.fidelcastro.cu/es/articulos/las-profundas-raices-del-Internacionalismo-de-los-cubanos. Acesso em 28 de outubro de 2019.

136 Pablo de la Torriente Brau (1901-1936) foi um líder revolucionário, intelectual e o maior cronista da sua época. Lutou em Cuba contra a ditadura de Machado e na Espanha participou como jornalista, comissário político e combatente na Guerra Civil Espanhola, onde morreu em combate em 19 de dezembro de 1936. Disponível em: https://www.ecured.cu/Pablo_de_la_Torriente_Brau. Acesso em: 26 de outubro de 2019.

Mas foi a partir do triunfo revolucionário que a solidariedade internacional cubana ganha significativa expressão, transformando-se na base dos princípios revolucionários e passando a ser exercida massivamente pela população, acompanhando o curso histórico do movimento comunista internacional, sobretudo na América Latina.

4.2 A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Quando triunfa a Revolução Cubana em 1959, o Internacionalismo Proletário já havia alcançado sua maturidade, uma vez que as lutas de caráter socialista, em nível Internacional, se desenvolveram com maior intensidade e, através do movimento comunista, transcenderam as fronteiras nacionais e regionais.

Apesar da premissa do Internacionalismo Proletário haver nascido já no século XIX na perspectiva de superar a lógica dos particularismos nacionais da revolução, este é o ponto de partida que vai, no século XX, adquirir aspecto organizativo, coerência e projeção política.

Para Batista, as primeiras tarefas da Revolução Cubana que tem a ver com o Internacionalismo estão vinculadas ao apoio na esfera da saúde e educação em outros países.

> Foi após o triunfo que Cuba tornou-se portadora de um projeto de Revolução transcendente aos marcos ilha. E esta implantação do que se entende por solidariedade, vinculada com tarefas no campo da educação e saúde, há um grupo de missões cubanas que desde o princípio vai para o terreno da colaboração internacional. (BATISTA, 2019).

Do ponto de vista interno a solidariedade foi expressa em diferentes facetas, que aos poucos deram à Revolução Cubana, sentido de unidade na perspectiva da consolidação do projeto socialista.

Dentre estas facetas se destacam a Campanha de Alfabetização de 1961; o atendimento massivo à população após o devastador ciclone Flora, de 1963; a forte reação popular diante do atentado contra Aviação Cubana em 1976[137]; no esforço

[137] Atentado orquestrado pelos opositores do regime cubano, Orlando Bosch e Luis Posada Carriles, que tirou a vida de 73 pessoas do voo CU – 456 da Aviação Cubana, em 6 de outubro de 1976. Das vitimas, 57 eram jovens cubanos integrantes da equipe nacional de esgrima que regressavam de Barbados, após terem participado do Campeonato Centro americano e do Caribe de Caracas,

coletivo para salvar vidas quando, em 1981, inimigos introduziram a dengue hemorrágica como ataque biológico, entre outros. Estas e tantas outras atitudes demonstram a patente solidariedade mútua no interior da sociedade que, posteriormente, se estendeu a outros povos (CÁRDENAS, 2006).

Neste sentido, para além da ilha, a solidariedade chegou a outros rincões do planeta. Na África e em outras partes do mundo também aconteceram experiências relevantes protagonizadas pelo povo cubano.

> As centenas de milhares de doações voluntárias de sangue realizadas na saudação ao VI Congresso dos CDRs[138] são exemplos recente do que nós, cubanos, somos capazes de fazer nestes tempos difíceis e heroicos. A solidariedade humana levada ao nível internacional em que várias gerações de cubanos foram educadas é um princípio que se elevou aos níveis mais altos: o Internacionalismo, que faz parte do sistema de valores existente em nossa sociedade e que é parte integrante de nossa história, cultura e identidade como nação (CÁRDENAS, 2006, p. 2, tradução nossa).

De acordo com o autor, a solidariedade internacional é ao mesmo tempo princípio, ou seja, a essência primária da Revolução, mas também faz parte do conjunto de valores que são próprios do socialismo.

Para Hernández (2016), a primeira demonstração de Internacionalismo praticada por Cuba após o triunfo revolucionário pode ser encontrada no apoio à luta dos dominicanos contra a ditadura de Rafael Leonidas Trujillo Molina (1930-1961). Ainda em 1959, Delio Gómez Ochoa, comandante do Exército Rebelde, foi um dos organizadores da expedição de exilados dominicanos e outros internacionalistas na luta contra a ditadura de Trujillo. De acordo com a autora, a ação, composta por grupos heterogêneos, unidos puramente pelo objetivo de derrubar o regime ditatorial, consistia em chegar ao território dominicano através de Constanza, Maimón e Estero Hondo, por meio de desembarque aéreo e marítimo.

Venezuela, e outros 5 norte coreanos e 11 guianeses que viajavam a Cuba para estudar medicina. Disponível em: http://www.fidelcastro.cu/pt-pt/noticia/cuba-recorda-com-dor-e-indignacao-o-crime-de-barbados. Acesso em 08 de outubro de 2019.

138 CDR – Comitês de Defesa da Revolução. Organização de massas criada com objetivo de ajudar defender o país, uma forma de vigilância de massa e coletiva, diante das ameaças externas. Os CDR foram criados em setembro de 1960 e foram fundamentais para a mobilização das massas na derrota à invasão de Playa Girón em abril de 1961.

Conforme a autora, o objetivo comum era derrubar a ditadura, no entanto, para além da ação em si, se fundou em Cuba um movimento com projeções revolucionárias, apesar de não ter muito clara a orientação ideológica devido ao caráter heterogêneo do grupo. Ainda assim, elaborou-se um programa mínimo para a revolução dominicana e, uma vez mais, o que prevalecia era o espírito solidário latino-americanista.

O treinamento militar e teórico sobre guerra de guerrilhas para a expedição à República Dominicana se deu em território cubano, nas montanhas de Pinar del Río, e ali mesmo se criou o Movimento de Libertação Dominicano (MLD), conforme Hernández.

Segundo a autora, Cuba se envolveu nesta batalha contra a ditadura de Trujillo por solidariedade ao país vizinho, mas também porque Trujillo significava uma ameaça à Revolução Cubana, uma vez que, a partir do território dominicano, se perpetravam ações terroristas contra Cuba.

Recordemos que Fulgêncio Batista quando foge após o triunfo dos Rebeldes em 1959, se exila na República Dominicana, assim como muitos cubanos contrarrevolucionários encontraram base de apoio neste país.

A ação foi surpreendida e derrotada pelas forças inimigas. Com este feito intensificou-se a hostilidade contra Cuba que, naquele momento, não assumiu diretamente a responsabilidade, preferindo ficar publicamente à margem da questão.

> Algumas questões são discutidas sobre porque Cuba não declarou abertamente ajuda à causa dominicana, porque não dizer que os cubanos participariam da ação. Devemos levar em conta o contexto histórico de nosso país, apenas cinco meses após o triunfo da Revolução, havia um clima hostil com a nascente Cuba revolucionária, devia manter-se publicamente à margem da ajuda por questões de segurança nacional e segurança de Estado. A visão anticubana da OEA e as ameaças constantes dos Estados Unidos e em especial da própria República Dominicana influenciaram muito na tomada de decisão por parte do Comandante em Chefe (HERNÁNDEZ, p. 13, 2016, tradução nossa).

Apesar de fracassada, o propósito da ação de 14 de junho de 1959 resultou no início de um longo caminho de luta do povo dominicano que, inspirados pela Revolução Cubana, não descansaram até a derrota final da tirania *trujillista* (HERNÁNDEZ, 2016).

Nas décadas seguintes, como se conhece, cubanos e cubanas participaram efetivamente prestando ajuda às lutas centro-americanas, sobretudo com os movimentos revolucionários, tais como: “a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) da Nicarágua; a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional de El Salvador (FMLN) e a União Revolucionária Nacional da Guatemala (URNG), durante as últimas quatro décadas” (VALDÉS, 2008, p. 02, tradução nossa).

Foi através destas e outras ações de solidariedade que Cuba se projetou no cenário internacional. Em diferentes ocasiões a ilha ofereceu ajuda de caráter militar às causas de libertação nacional contra regimes ditatoriais, mas também se exerceu a solidariedade pelo viés humanitário, através das brigadas médicas que se constituíram para ajudar salvar vidas em ocasiões de catástrofes naturais. “Em 1960, Cuba começou a oferecer assistência solidária no campo da saúde, apesar das limitações econômicas e de recursos humanos no país” (DOMINGUÉZ[139], 2016 apud REYES, 2016, p. 10, tradução nossa).

Quando em maio de 1960, um terremoto assolou o Chile, havia em Cuba poucos médicos, haja visto que a maioria destes profissionais deixaram o país após o triunfo revolucionário. Ainda assim, o governo revolucionário não titubeou em oferecer sua primeira ajuda médica internacional com 08 mil toneladas de medicamentos e alimentos enviadas para o Chile. “A partir desta primeira missão solidária em 1960, Cuba já esteve presente com mais de 36 Brigadas Médicas Emergentes em mais de 20 países afetados por diferentes catástrofes como terremotos, furacões, inundações, epidemias e erupção vulcânicas” (LEÓN, 2017, tradução nossa)[140].

A solidariedade internacional foi o caminho encontrado por Cuba para a sobrevivência da Revolução frente o cenário de isolamento político e econômico.

No ano do triunfo revolucionário, Cuba participou em diferentes espaços de organismos regionais e internacionais, como a OEA, para reafirmar sua soberania frente às acusações provenientes principalmente dos Estados Unidos. Apesar das acusações e hostilidades, Cuba demonstrou, sempre, o interesse pelo diálogo para

---

139 MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ, Danneris. Impacto de la colaboración médica internacionalista como componente de la diplomacia pública en la política exterior de la Revolución cubana. (Tesis de Licenciatura). Instituto Superior de Relaciones Internacionales "Raúl Roa García". La Habana, 2016. Sin publicar.

140 Os dados completos sobre a cooperação médica no Chile se encontram disponíveis em: http://www.fidelcastro.cu/es/Internacionalismo/chile. Acesso em: 26 de outubro de 2019. Pra saber mais sobre o Internacionalismo médico de Cuba ver periódico Granma. Disponível em: http://pt.granma.cu/cuba/2017-08-10/a-maior-vocacao-solidaria. Acesso em: 26 de outubro de 2019.

resolver suas diferenças de maneira diplomática na tentativa de estabelecer “relações normais”[141].

Diante das transformações em curso fez-se necessário criar novas instituições que respondessem aos objetivos e demandas no interior da Revolução.

Neste sentido, o Ministério de Relações Exteriores de Cuba (MINREX) foi criado em 23 de dezembro de 1959, substituindo o que antes era chamado Ministério de Estado, ou Departamento de Estado, existente desde a primeira ocupação estadunidense para servir aos seus interesses do imperialismo. A criação do MINREX possibilitou um avanço qualitativo de Cuba em matéria de Política Externa, sobretudo para enfrentar as batalhas diplomáticas levadas a cabo contra Cuba.

Raúl Roa[142] foi designado Ministro para a elaboração de uma nova Política Externa, desde então, a Política Externa de Cuba segue os princípios básicos do Direito Internacional, sendo estes: respeito à soberania, independência e integridade territorial dos Estados; a autodeterminação dos povos; a igualdade de Estados e povos; o rechaço às interferências nos assuntos internos de outros Estados; o direito à cooperação internacional em benefício e interesse mútuo e equitativo; relações pacíficas entre Estados, e outros preceitos consagrados na Carta das Nações Unidas.

De acordo com Raúl Roa, uma nova Política Internacional nascente em Cuba visava estabelecer relações estáveis e amigáveis com todas as nações, com base no respeito mútuo, sobretudo com as nações recém-emancipadas da África[143] e Ásia, mas também com os Estados Caribenhos e Latino-americanos em geral. Também fazia parte da nova Política Internacional o estabelecimento de acordos e comércio com os países socialistas europeus e com a China (RAÚL ROA, 2004, p. 14).

No entanto, para Batista, o MINREX como organismo do Governo Revolucionário, por mais que tivesse assumido uma política Externa de princípios baseado na solidariedade, terminou sendo "atado" ao cumprimento das normas da diplomacia, como qualquer outro Ministério de Relações Exteriores.

---

141 Disponível em: http://revolucioncubana.cip.cu/referencias/cronologias/politica-exterior/. Acesso em: 08 de outubro de 2019.

142 Raúl Roa Kourí(1907-1982), escritor, historiador e diplomata cubano. Após o triunfo revolucionário foi nomeado embaixador de Cuba na OEA e depois foi Ministro das Relações Exteriores de Cuba, e por último, embaixador na ONU. Nos organismos internacionais, defendeu as posições de Cuba frente às batalhas diplomáticas mais difíceis, por isso ficou apelidado de Chanceler da Dignidade.

143 De acordo com Visentini (2012), o ano de 1960 foi o ano das independências Africanas. No capítulo seguir trataremos com mais detalhes sobre este assunto.

Na mesma perspectiva, Dacal (2019)[144] afirma que o MINREX é quem deve realizar a Política Externa a nível de Estado e o Internacionalismo é o conteúdo que compõe a Política Externa Cubana, no entanto, não é a mesma coisa: a Política Externa assume caráter de Estado e o Internacionalismo é a base solidária de princípios e valores humanistas da Revolução que se relaciona diretamente com povos do mundo. Há, portanto, uma diferença, mas que não se pode estabelecer uma fronteira entre Política Externa e Internacionalismo em Cuba, ambas estão associadas.

Para Angel Garcia (2019)[145], a coluna vertebral da Política Externa cubana, desde os princípios da Revolução, é composta pelo Internacionalismo, anti-imperialismo, solidariedade e unidade entre os países do Terceiro Mundo.

Com a criação do MINREX e o estabelecimento de uma Política Externa a partir do projeto revolucionário, possibilitou-se a relação de Cuba com outros Estados socialistas. A relação Cuba-União Soviética, bem como com outros países do campo socialista, fortaleceu a tendência Internacionalista da Revolução Cubana, conforme assinala Valdés.

> O império americano imediatamente colocou em jogo todos os seus recursos, da agressão militar ao bloqueio econômico, para liquidar a revolução. Durante esses anos cruciais, a solidariedade multifacetada do campo socialista europeu e especialmente da União Soviética, bem como da China e Coréia do Norte na Ásia, nos ajudou a enfrentar o ataque imperialista em todos os campos, a resistir e superá-lo (VALDÉS, 2008, p. 03, tradução nossa).

A relação diplomática entre a Cuba revolucionária e a União Soviética se iniciou formalmente em 1960 e, logo em sequência, o mesmo se deu com a então República Popular da Coreia, iniciando-se assim o caminho que levou à aproximação do campo socialista como resposta à hostilidade praticada pelos Estados Unidos.

Esta aproximação se deu no período entre finais de 1960 e início de 1961, momento em que os Estados Unidos iniciam o bloqueio econômico à ilha e rompem relações diplomáticas.

> Nos anos sessenta, o castrismo rompeu todos os dogmas ao demonstrar que um processo socialista era possível no continente. À 90 milhas de Miami, introduziu nacionalizações generalizadas para responder às

[144] DACAL, Ariel Díaz. Entrevista de campo realizada em 12 de dezembro de 2019, em La Habana, Cuba.

[145] GARCIA, Angel. Entrevista de campo realizada em 27 de janeiro de 2020, em Guararema, São Paulo.

> conspirações do imperialismo. Posteriormente, tentou uma heroica extensão regional da revolução (KATZ, 2016, p. 281, tradução nossa).

Para Katz (2016), o período inicial da Revolução Cubana, apesar da hostilidade, foi possível conspirar em torno da revolução socialista no continente, e Cuba teve um papel fundamental para a ampliação deste processo. De acordo com Dacal, há que ser cuidadoso com o termo “exportar a revolução”, segundo o autor, é preciso fazer uma diferenciação, pois uma coisa é exportar uma revolução como modelo único, e algo bastante díspar é contribuir com outros processos a partir de conteúdos similares. O conceito exportar assume nesta perspectiva um caráter colonizador e impositor, ao contrário do defendido por Cuba, que é o projeto emancipatório, portanto não é correto, segundo o autor, afirmar que Cuba exportou sua revolução.

Na opinião de Dacal, o que ocorreu na relação Cuba-América Latina foi um processo de vinculação aos processos de libertação de caráter mais radical, a qual Cuba assumiu para si a responsabilidade de dar assistência revolucionária integral, desde o aspecto militar entre outros tipos de ajuda, em prol do projeto de libertação no continente latino-americano a partir da década de 1960.

Tanto Katz quanto Löwy, defendem a opinião de que Cuba abriu um novo ciclo de lutas revolucionárias na América Latina e inaugurou uma nova corrente, a que estes autores denominam castrismo e guevarismo.

Para Löwy, o surgimento do castrismo se deu a partir da década de 1960. Segundo a perspectiva desta análise, o surgimento se vincula ao fato de que Cuba contribuíra diretamente com o desenvolvimento do movimento socialista na América Latina, entendia como dever revolucionário, mas também porque a aproximação com os movimentos latino-americanos seria fundamental para sair do isolamento imposto pela OEA e seus aliados.

Sobre este debate, Batista argumenta que o fato de Cuba haver fomentado a guerra de guerrilhas na América Latina através do apoio total aos movimentos insurgentes na década a que estamos nos referindo, desenvolveu-se a ideia de que Cuba tentou exportar seu modelo de revolução para o continente.

Na opinião de Tony López (2019)[146], ex-funcionário do Departamento de América, não foi Cuba quem exportou sua revolução, o que houve na América Latina foi

[146] LÓPEZ, Antonio (Tony). Entrevista de campo realizada em 06 de dezembro de 2019, em La Habana, Cuba.

uma relação de reciprocidade da Revolução Cubana com os países que buscavam fazer a sua revolução. Cuba sempre apoiou os movimentos insurgentes da América Latina através de instrução militar, já que a guerrilha havia se transformado na via principal para chegar ao socialismo após o triunfo revolucionário em Cuba.

Lazo (2019)[147], investigador do Instituto de Filosofia de Cuba, também opina sobre este debate. Para o investigador, “revolução não se pode exportar, o fato de não haver triunfado outras revoluções na América Latina, é a prova concreta de que não se exporta nenhuma revolução”.

Além dos fatores de influência regional, no âmbito da ampliação das relações com as lutas pelo socialismo que brotavam fora da ilha, Cuba e Estados Unidos continuaram a se enfrentar diretamente. A cada ação agressiva dos Estados Unidos contra Cuba, se produzia alguma reação imediata.

No âmbito interno, as nacionalizações massivas, por exemplo, foram as respostas ao rompimento do contrato de compra de mais de novecentas mil toneladas de açúcar cubano no ano de 1960. Como se sabe, a principal economia de Cuba naquela época era a produção açucareira, tendo Cuba que atravessar oceanos em busca de novos mercados, conforme afirma Fidel Castro.

> Nós quisemos vender nossos produtos e fomos em busca de novos mercados, e acertamos um convênio comercial com a União Soviética em virtude do qual vendíamos um milhão de toneladas e comprávamos determinadas quantidades de produtos soviéticos […] (FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

O apoio da URSS diante do bloqueio econômico e as relações de intercâmbio comercial com o CAME (Conselho para Assistência Econômica Mútua), que chegaram a alcançar 85% com o bloco socialista, são exemplos concretos.

A solidariedade de países latino-americanos e caribenhos, como o México, que também se opuseram ao bloqueio e o isolamento de Cuba nos organismos internacionais, o apoio material e moral de todos os continentes através de instituições, ONGs, personalidades políticas, religiosas e intelectuais, parlamentares e entre outros, foram essenciais nos anos mais difíceis enfrentados por Cuba (CÁRDENAS, 2006).

Nesta perspectiva, também afirma Raúl Roa:

---

147 LAZO, Dayron Roque. Entrevista de campo realizada em 05 de dezembro de 2019, em La Habana, Cuba.

> O Internacionalismo, por outro lado, tem sido algo fundamental em nossa Política Externa. Assim, desde os primeiros anos em que o imperialismo tentou nos isolar do ambiente regional e, finalmente, conseguiu que todos os países, exceto o México, rompessem os laços diplomáticos com Cuba para nos atacar militarmente e nos sufocar economicamente, oferecemos apoio total aos movimentos Revolucionários latino-americanos (RAÚL ROA, p. 18, tradução nossa).

A solidariedade no plano internacional recebida por Cuba após a Revolução é a continuidade da mesma solidariedade recebida nas décadas de luta pela independência, interrompida durante o período neocolonial, mas agora num contexto mais profundo (CÁRDENAS, 2006).

A nova Política Externa Cubana possibilitou que Cuba também oferecesse ajuda internacional a outros países, construindo laços de reciprocidade como uma maneira de defender-se do bloqueio.

De acordo com Lazo, o Internacionalismo cubano não é somente uma necessidade de sobrevivência para Cuba, mas também se conjuga com o projeto de transformação social, neste sentido, pode-se afirmar que a Revolução Cubana precisa internacionalizar-se por uma questão de necessidade, mas também por uma questão de virtude.

Para Cuba, o Internacionalismo é, portanto, uma questão de necessidade estratégica para: a) sobrevivência – conforme afirmou-se em diferentes entrevistas de campo; b) projeto – ao apoiar os processos de libertação nacional do Terceiro Mundo.

Durante seu primeiro discurso na ONU, em 1960, Fidel Castro sublinhou que a linha da Revolução Cubana seria a defesa da soberania dos povos contra o colonialismo e o imperialismo. Defendeu também que o propósito da política internacional cubana primava pela unidade dos países da Ásia, África e América Latina frente ao contexto internacional de domínio imperialista.

> Os problemas da América Latina são os mesmos problemas do mundo, do resto do mundo, da África e da Ásia. O mundo é repartido entre os monopólios. Esses mesmos monopólios que vemos na América Latina também o vemos no Oriente Médio. Ali o petróleo está nas mãos de empresas monopolistas que controlam os interesses financeiros nos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, França ... no Irã, no Iraque, na Arábia Saudita. Enfim, em qualquer canto da Terra. É a mesma coisa que acontece, por exemplo, nas Filipinas. É a mesma coisa que acontece na África. O mundo é dividido entre interesses monopolistas. Quem ousaria negar essa verdade histórica? E os interesses monopolistas não querem o desenvolvimento dos povos. O que

> eles querem é explorar os recursos naturais e os povos. E o quanto antes recuperarem ou amortizarem o capital investido, melhor (FIDEL CASTRO, 1960 tradução nossa)[148].

Fidel também defendeu em seu discurso, o direito dos povos à integridade e nacionalidade, conforme regia a nova Política Exterior de Cuba.

Após os sucessos de 1961, conhecidos como a "primeira derrota do imperialismo na América Latina", Cuba participa do primeiro encontro do Movimento dos Países não Alinhados[149], na Iugoslávia, sendo único país latino-americano a estar presente neste encontro. “Cuba sempre desempenhou um papel ativo dentro do Movimento, que chegou a presidir em 1979, apesar da campanha do imperialismo para impedir, apoiada por alguns países membros reacionários e anticomunistas” (RAÚL ROA, 2004, p. 18).

Não pertencendo a nenhum pacto militar, Cuba defendeu claramente sua opinião favorável ao desarmamento e conclamava a paz contra a divisão do mundo e do uso de forças nas relações internacionais. O Movimento dos Países não alinhados, paradoxalmente, pretendia romper a política de blocos hegemônicos e buscar uma terceira via (RAÚL ROA, 2004).

Para Valdés Paz[150] (2019), Cuba cumpriu sempre o papel de pressionar o Movimento dos Países não Alinhados na disputa pela esquerda, principalmente no período quando este tinha incidência no sistema internacional.

De acordo com Jorge Lezcano[151], ex-embaixador de Cuba no Brasil (2000-2004), os Países Não Alinhados tinham independência de critérios em matéria de Política Externa, assumiam posições independentes e primavam pela solidariedade mútua entre os países do Terceiro Mundo.

---

148 Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f260960e.html. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

149 O Movimento dos Países Não Alinhados surgiu no período da Guerra Fria, buscando o não envolvimento nas disputas entre as duas grandes potências da época (EUA e URSS), tendo Cuba como um dos países fundadores, em 1960. De acordo com Valdés Paz (2019), havia no MPNA países que eram de direita e mantinham sua política de alinhamento aos Estados Unidos, mas que, no entanto, não queriam se envolver nos conflitos mundiais.

150 VALDEZ PAZ, Juan. Entrevista de campo realizada em 11 de dezembro de 2019, em La Habana, Cuba.

151 LESCANO, Jorge. Entrevista de campo realizada em 06 de dezembro de 2019, em La Habana, Cuba.

Diante do cenário de isolamento e do bloqueio estadunidense e governos alinhados, a Revolução estabelece laços com outros povos com base na solidariedade e reciprocidade.

Para levar a cabo o Internacionalismo como estratégia de sobrevivência e ao mesmo tempo construir o socialismo, Cuba conseguiu, segundo Lazo, a confluência de dois fatores importantes:

a) consolidar o MINREX como canal oficial na relação diplomática com Estados nações; b) criar a OSPAAAL[152] (Organização de Solidariedade aos Povos da África, Asia e América Latina) e o Departamento de América como organismos que construíam relações bilaterais com organizações de lutas e resistências, sobretudo a OSPAAAL, através do apoio direto aos Movimentos de Libertação Nacional, que era a "parte dura" do Internacionalismo cubano.

O Internacionalismo é um princípio constituinte da Política Exterior no âmbito do Estado, mas sua prática e seu conteúdo transcendem a política diplomática. O Internacionalismo não é apenas uma política de Estado, mas um conjunto de valores e princípios éticos internalizados na ação prática, ou seja, na práxis do próprio povo cubano.

[152] A OSPAAAL (Organização de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina) foi derivada do contexto de lutas de liberação nacional no continente africano, asiático e latino-americano. As organizações da África e Ásia buscavam coordenação entre si através da Organização de Solidariedade aos Povos Afro-asiáticos, nascida em 1958. Após a Revolução Cubana de 1959, se exige uma articulação maior da realidade latino-americana com outros processos de lutas em nível mundial. Assim, na Terceira Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos, celebrada em 1963, na Tanzânia, se formula a proposta de celebrar em La Habana a Primeira Conferencia de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, a chamada Tricontinental, concretizada de 03 a 14 de janeiro de 1966, assim, no dia 15 de janeiro de 1966 nasce a OSPAAAL.

4.2.1 A batalha diplomática na OEA e a Primeira Declaração de La Habana

A Primeira Declaração de La Habana[153], em resposta a Declaração de São José[154], representa o início da batalha diplomática que Cuba enfrentou a partir dos anos de 1960 com a OEA. As duas declarações, completamente antagônicas, expressam o nível de acirramento vivenciado naquele contexto. A cada medida de hostilidade à Revolução Cubana, Cuba respondia de maneira audaciosa.

Em São José da Costa Rica, em agosto de 1960, se assinaram acordos lesivos contra Cuba. O cenário de agressões, tanto praticada pela OEA quanto pelos EUA, abriu terreno fértil para se construir uma política internacional decisiva sobre os futuros de Cuba.

Sobre a Declaração de São José, Fidel Castro afirmou:

> Essa foi uma política agressiva contra o nosso país; foi um ato de violação do direito internacional; foi um ato que constituiu uma agressão econômica contra um país pequeno, a fim de fazê-lo desistir de seu propósito revolucionário. Foi uma agressão econômica para obter um resultado político. A menor nação foi atacada; a pequena nação viu seus campos serem bombardeados e queimados por aviões vindos dos Estados Unidos. Seria lógico que, em qualquer reunião de ministros das Relações Exteriores, Cuba não fosse condenada; seria lógico que em qualquer reunião de ministros das Relações Exteriores os Estados Unidos fossem condenados por suas agressões contra um país pequeno. O absurdo seria que o pequeno país fosse condenado pelos ministros das Relações Exteriores, precisamente para servir aos desígnios do poderoso país agressor. E é isso que vamos discutir hoje nesta assembleia geral nacional do povo de Cuba (FIDEL CASTRO, 1960)[155].

---

153 A Primeira Declaração de La Habana foi a resposta revolucionária aprovada pela voz genuína do povo cubano em Assembleia Geral Nacional no dia 2 de setembro de 1960 em resposta à Declaração de São José realizada pela OEA na capital da Costa Rica. As versões consultadas estão disponíveis em: https://www.ecured.cu/Primera_Declaraci%C3%B3n_de_La_Habana, http://media.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2017/09/primera_declaracion_habana_2-09-1960.pdf e http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/discurso-pronunciado-en-la-magna-asamblea-popular-celebrada-por-el-pueblo-de-cuba-en-la. Acesso em 10 de outubro de 2019.

154 Em 29 de agosto de 1960, foi concluída em San José, Costa Rica, a VII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados americanos (OEA). Na cerimônia de encerramento, a Conferência aprova a declaração de São José, documento dirigido contra a Revolução Cubana que estabeleceu as condições necessárias, de acordo com os termos ianques, para impor a exclusão do governo cubano.

155 Disponível em: http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/discurso-pronunciado-en-la-magna-asamblea-popular-celebrada-por-el-pueblo-de-cuba-en-la. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

A Declaração de São José consiste no documento final da VII Reunião de Consulta[156] dos chanceleres da OEA, reunidos em São José da Costa Rica para discutir e deliberar sobre segurança continental do sistema interamericano, diante da possível intervenção extracontinental derivada das tensões entre Cuba e Estados Unidos. A referida ameaça de intervenção extracontinental correspondia a ajuda militar da União Soviética em território cubano como parte dos planos de proteção à ilha contra possível invasão estadunidense.

Especialmente os parágrafos 4 e 5 assinalam o "ajuste de conduta e disciplina" a que os Estados deveriam submeter-se em obediência à Carta da Organização de Estados americanos. De maneira que, obedecendo às instruções estadunidense, em São José se criaram as condições para impor a exclusão do governo cubano deste organismo regional.

Por sua vez, o embaixador cubano Raúl Roa retirou-se da reunião deixando as históricas palavras: "os governos latino-americanos deixaram Cuba sozinha. Eu vou com meu povo e, com meu povo, também se vão daqui os povos da América" (RAÚL ROA apud FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

Neste contexto de tensões e rupturas, se realizou na capital cubana uma gigantesca concentração na Praça da Revolução para a realização da histórica Assembleia Geral do Povo Cubano, no dia 2 de novembro de 1960. Nesta assembleia popular foi aprovada A Primeira Declaração de La Habana, com a participação de mais de um milhão de cubanos e cubanas que expressaram o enérgico rechaço à Declaração de São José e as posições hegemonizadas pelos Estados Unidos.

Em seu discurso Fidel Castro versou sobre os principais pontos da referida declaração da OEA e, ao final, como resposta, colocou em aprovação A Primeira Declaração de La Habana, aclamada pela multidão ali presente. Desta maneira, Cuba reafirmou publicamente a linha da Política Exterior da Revolução, a qual o estreitamento com a União Soviética no âmbito da defesa territorial e o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China apareceram com veemência, conforme os trechos a seguir.

---

[156] Reunião solicitada pelo Peru com o objetivo de considerar as exigências da solidariedade continental e a defesa do sistema regional e dos princípios democráticos americanos ante as ameaças que pudessem afetá-los. Convocação aprovada pelo Conselho Permanente em 18 de julho de 1960. Disponível em: https://www.oas.org/consejo/pr/RC/atas.asp. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

OEA:

> Condena veementemente a intervenção ou ameaça de intervenção, mesmo que seja condicionada por um poder extracontinental nos assuntos das repúblicas americanas, e declara que a aceitação de uma ameaça de intervenção extracontinental por um Estado americano põe em perigo a solidariedade e segurança americana, que obriga a Organização dos Estados americanos a desaprová-la e rejeitá-la energicamente (FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

Resposta de Cuba:

> Primeira votação e primeira resposta do povo de Cuba reunido em uma assembleia geral nacional. Primeira resposta aos ministros das Relações Exteriores de Costa Rica: o povo de Cuba, reunido em uma assembleia geral nacional, declara que, se a ilha de Cuba for invadida por forças militares imperialistas, Cuba aceita a ajuda da União Soviética (FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

E afirma, ainda, que os governos da América Latina não contam com efetivos militares e nem disposição para ajudar Cuba diante de uma invasão imperialista eminente.

OEA:

> Também rejeita a alegação das potências soviéticas-chinesas de usar a situação política, econômica ou social de qualquer estado americano... porque essa alegação provavelmente romperá a unidade continental e comprometerá a paz e a segurança do hemisfério (FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

Resposta de Cuba:

> É que os únicos que agridem os povos da América Latina, os únicos que romperam a união dos povos da América Latina e os únicos culpados pelo estado revolucionário que está ocorrendo em Cuba e ocorrerá na América Latina é Imperialismo ianque (FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

OEA:

> Proclama que todos os Estados membros da Organização Regional têm a obrigação de submeter-se à disciplina do sistema interamericano voluntário e livremente acordado e que a maior garantia de sua

> soberania e independência política advém da obediência às disposições da Carta da Organização dos Estados americanos (FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

Resposta de Cuba:

> O governo de Cuba não está obrigado a outra obediência, nem outra disciplina, nem a outro cumprimento, além das disposições emanadas da vontade livre e soberana de seu povo (FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

Aproveitando o ensejo da praça multitudinária, o Governo Revolucionário colocou em aprovação outras diretrizes da Política Exterior da Revolução Cubana. Questões que, todavia, estavam pendentes para a consideração da opinião popular, como por exemplo, a “amizade e comércio com todos os povos do mundo”. Abaixo os pontos em destaque:

1 – Sobre a União Soviética:

> Nosso povo restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética; queremos perguntar ao nosso povo se estão de acordo estabelecermos essas relações; se nosso povo está de acordo que também mantenhamos relações com os outros países socialistas (*exclamações unanime de: "sim!")* (FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

2 – Sobre a China:

> E há outra questão de extrema importância. Como vocês sabem, o imperialismo aproveitou a oportunidade para acusar a República Popular da China de interferir também nas questões latino-americanas, quando a verdade é que até agora nosso país não tinha relações diplomáticas com a República Popular da China, mas, ao contrário, tradicionalmente nosso país vinha mantendo relações com um governo fantoche, protegido pelos navios da Sétima Frota Norte-americana. Ah! No entanto, nenhum país da América Latina ousou restabelecer relações, não mais diplomáticas, nem mesmo comerciais, com a República Popular da China. Portanto, o Governo Revolucionário de Cuba deseja submeter à consideração do povo de Cuba se concordam que o povo cubano, nesta assembleia soberana e livre, concorde em estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China. Portanto, a partir deste momento cessam nossas relações diplomáticas com o regime de marionetes de Chiang Kai Shek. E que, se a República Popular da China quiser nos ajudar, também no caso de que Cuba seja agredida por forças militares do imperialismo, Cuba aceita a ajuda da República Popular da China (FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

A Primeira Declaração de La Habana elucida o nível de enfrentamento, ataques e agressões contra Cuba logo após o triunfo revolucionário, da mesma maneira que oferece um quadro ilustrativo de como o poder popular foi o instrumento principal para a vida da Revolução. Explicar ao povo, reunido em multidão, o significado da luta de classes naquele momento e discorrer sobre temas complexos da Política Exterior só era possível com a perspicácia de um líder como Fidel Castro.

Na geopolítica mundial daquele momento, a batalha travada por Cuba diante de um organismo influente e resolutivo como a OEA demonstrou que o país reunia as condições políticas para responder às provocações das forças imperialistas e decidir sobre sua própria política internacional. A maneira encontrada por Cuba para responder internacionalmente e legitimar sua revolução se constituiu num fato histórico que imprimiu na Revolução Cubana uma alerta para América Latina.

> Nossa pequena pátria hoje representa interesses que vão além de nossas fronteiras. Nossa pequena pátria teve o destino de ser o farol que ilumina milhões e milhões de homens e mulheres como nós, que sofrem hoje na América o mesmo que nós sofremos ontem! Esse destino glorioso nos tocou e nós seremos uma luz que nunca se apagará, uma luz que será mais brilhante a cada dia e cujos reflexos chegarão cada dia mais longe nas terras da irmã América! (FIDEL CASTRO, 1960, tradução nossa).

Após a histórica assembleia, a Primeira Declaração de La Habana foi enviada em forma de comunicado para todos os povos da América Latina e do mundo.

Nas palavras de Raúl Roa:

> A Primeira Declaração de Havana, aclamada pelo povo cubano em mais de um milhão de *habaneros* na *Plaza de la Revolución* em 2 de setembro de 1960, foi a resposta brusca à chamada ‘Declaração de San José’, adotada pelos governos da América Latina, em conformidade com o ditame do Secretário de Estado ianque, Christian Herter, durante as VI e VII Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, realizadas de 16 a 29 de agosto daquele ano na capital da Costa Rica. A declaração maciça representou um novo grito de independência para toda a América (RAÚL ROA, 2004, p. 18, tradução nossa, itálico nosso).

Ainda que a reunião de Costa Rica fosse concebida para analisar a situação cubana, as medidas adotadas não foram concretamente punitivas, e sim de ameaças e calúnias. No entanto, preparou as condições necessárias para a expulsão de Cuba

pouco mais de um ano depois no Uruguai, cenário de outra grande batalha diplomática levada a cabo por Cuba através de seu embaixador Raúl Roa e sua delegação.

Não tardou para que Cuba fosse expulsa deste organismo regional. Em janeiro de 1962, o Conselho Permanente na VIII Reunião de consulta de chanceleres em Punta del Este, no Uruguai, adotaram novas resoluções e uma delas, a IV resolução, foi precisamente a exclusão do governo cubano, representado naquele momento pelo presidente Osvaldo Dorticós[157], do Sistema Interamericano com 14 votos a favor, 01 contra e 06 abstenções, dentre estas o Brasil.

Mao Jr., analisa a expulsão como a primeira ofensiva diplomática contra a Revolução Cubana, nas palavras do autor:

> A expulsão de Cuba do quadro associativo da OEA, em 31 de janeiro de 1962, marcou o primeiro sucesso desta ofensiva diplomática. A resolução aprovada na IX Reunião[158] da OEA, realizada em *Punta del Este* (Uruguai) significou *'o rompimento de relações diplomáticas e consulares, a suspensão de intercâmbios comerciais e o cessamento de todo transporte marítimo para Cuba'*. Todos os países do continente americano, com exceção do México, romperam relações diplomáticas e econômicas com Cuba. Através do isolamento, o Governo dos Estados Unidos procurava asfixiar a Revolução (MAO JR. 2007, p. 366, itálico do autor).

O clima de tensão após a reunião de chanceleres na Costa Rica e a resposta produzida em La Habana era bastante intenso. Cuba sabia que os Estados Unidos poderiam invadir militarmente a ilha, da mesma maneira os Estados Unidos sabiam que a União Soviética usaria o território cubano para posicionar seu arsenal militar em defesa de Cuba, bem como para demostrar sua capacidade bélica. Isso tudo em plena Guerra Fria.

---

[157] Osvaldo Dorticós Torrado (1919 - 1983), advogado de formação e militante revolucionário se integrou ao Primeiro Governo Revolucionário em 1959, assumindo funções como ministro para a elaboração das leis revolucionárias. Também, foi designado pelo conselho de ministros a ocupar a presidência de Cuba, após a renúncia de Manuel Urritia, sendo o segundo presidente de Cuba revolucionária, cargo que ocupou até 1976. Após a Constituição Socialista de 1976 foi nomeado Vice-Presidente, cargo que ocupou até a sua morte. Disponível em: https://www.ecured.cu/Osvaldo_Dorticós#Revoluci.C3.B3n_en_el_poder. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

[158] O autor se refere como IX Reunião, no entanto em Punta del Este, no Uruguai se realizou a VIII Reunião de Chanceleres da OEA. Ver ata da oitava reunião de consulta de chanceleres da OEA, disponível em: https://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%208.pdf. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

4.2.2 O calor da Guerra Fria e a Segunda Declaração de La Habana

Para além das batalhas de Cuba com a OEA, o mundo também vivia o calor da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, conflito este em que Cuba esteve envolvida diretamente. A Guerra Fria, segundo Hobsbawm, apesar da retórica apocalíptica, não oferecia perigo iminente de uma nova guerra mundial.

> De fato, a situação mundial se tornou razoavelmente estável pouco depois da guerra [Segunda Guerra Mundial], e permaneceu assim até meados de 1970, quando o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período crise política e econômica. Até então as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas forças armadas que pudesse levar a uma guerra, e ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo (HOBSBAWM, 1995, p. 225, colchete nosso).

De acordo com o autor, as duas potências confiavam na moderação uma da outra nos momentos de tensão que beiravam oficialmente à guerra, ou mesmo, já estando nela.

Com relação à Cuba, a retaliação permanente por parte dos Estados Unidos e seus aliados, principalmente na América Latina, a ameaça de invasão ao território, bloqueio econômico, rechaço e deslegitimação do país diante dos organismos internacionais foram os principais e contundentes ataques enfrentados pela ilha, o que acirrava cada vez mais os ânimos entre os dois países.

A derrota dos Estados Unidos em 1961 em Playa Girón levou ao desencadeamento da internacionalmente conhecida Crise de Outubro, Crise do Caribe ou Crise dos Mísseis de 1962[159].

> O episódio da *Bahia de Cochinos* envolveu profundamente os soviéticos que, naqueles tempos de Guerra Fria, afiançaram a sobrevivência da Revolução. Estava assim definido o relacionamento básico com as duas superpotências da época, relacionamento que conduziria, pouco tempo depois, a um novo e dramático confronto: a Crise dos Mísseis de outubro de 1962. Sem dúvida, a crise de outubro de 1962 foi o desdobramento de um conflituoso processo que assumira características

[159] De acordo com Eric Hobsbawm, durante a Guerra Fria “o líder soviético Nikita S. Kruschev decidiu colocar mísseis soviéticos em Cuba, para contrabalancear os mísseis americanos já instalados do outro lado da fronteira soviética com a Turquia” (HOBSBAWM, 1995, p. 227).

> de confronto direto após a agressão dos Estados Unidos no episódio da *Bahía de Cochinos* (MAO JR. 2007, p. 363; 364, itálico do autor).

Ao declarar o caráter socialista da Revolução frente aos acontecimentos de abril, Cuba evidencia para o mundo a decisão de varrer de uma vez por todas as possibilidades de os EUA retomarem o controle sobre o país, reafirmando assim, sua independência e soberania nacional. Neste momento, anuncia ao mundo as agressões a que estava submetida e conclama a solidariedade internacional (SANTOS; KOLLING, 2017).

Ao contrário do que planejava a CIA (*Central Intelligente Agency*), derrotar a Revolução através de ofensivas militares e ações subversivas, Cuba fortalece sua capacidade de liderança no processo revolucionário (MAO JR, 2007).

Apesar da guerra constante entre EUA e Cuba, havia uma guerra maior que era a disputa pela hegemonia mundial entre os EUA e a União Soviética, levada a cabo durante a Guerra Fria. Os EUA sem dúvida tinham muitas vantagens sobre a União Soviética, mas esta última também tinha poder bélico que, embora menor, não podia ser ignorado.

Nas palavras de Hobsbawm, “equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência” (HOBSBAWM, 1995, p. 224). Ainda segundo o autor, a URSS controlava uma parte do globo que era a parte ocupada pelo Exército Vermelho, e os EUA exerciam controle predominante sobre o resto do mundo.

Cuba é o território mais próximo aos EUA onde a União Soviética poderia chegar. O conflito cubano-estadunidense colaborou para o aumento das tensões entre as potências, de maneira que os acontecimentos de Girón foram determinantes para diminuir a brecha nuclear entre as duas principais potências mundiais.

Por um lado, o governo dos EUA, John Kennedy[160], havia saído humilhado na derrota de Playa Girón e preparava uma incursão de maior envergadura contra a ilha.

---

[160] John Fitzgerald Kennedy (1917-1963). Político estadunidense, se tornou presidente dos Estados Unidos (1961–1963). Foi durante o governo de Kennedy que Cuba sofreu os maiores ataques por parte dos EUA, entre estes, se destaca a invasão de Playa Girón, no primeiro ano de seu governo, em 1961. Também foi durante seu governo que ocorreu a maior crise mundial durante os anos da Guerra Fria, a Crise dos Mísseis, que envolveu a União Soviética, Cuba e Estados Unidos. Disponível em: https://www.ecured.cu/John_F._Kennedy. Acesso em: 10 de março de 2020.

A Operação Mangosta[161] estava sendo preparada como revanche. Cuba havia demonstrado possuir capacidade militar no enfrentamento aos mercenários invasores, no entanto, não estava preparada para responder a uma intervenção militar direta dos EUA.

> Ainda em dezembro de 1961, os primeiros passos da *Operation Mongoose* foram dados quando o Governo dos Estados Unidos convocou uma reunião junto à Organização dos Estados americanos (OEA) para tratar do problema Cubano. Os Estados Unidos procuraram '*apresentar Cuba como o inimigo político de todo o hemisfério Ocidental, e não apenas dos EUA*'. A Estratégia adotada por Washington consistia em 'impor sanções econômicas e diplomáticas necessárias para cortar por completo as relações de Cuba com o restante do continente' (ALTMANN apud MAO JR. 2007, p. 366, itálico do autor).

Por outro lado, a União Soviética tinha interesse em posicionar-se estrategicamente frente aos EUA e a chance seria o colocar seus foguetes em território cubano sob o álibi de brindar proteção a Cuba. Nas Palavras de Nikita Kruschev[162], em abril de 1961, logo após a invasão mercenária em Cuba: "daremos ao povo cubano toda assistência necessária para repelir um ataque armado contra Cuba" (SZULC[163] apud MAO JR. 2007, p. 363).

De acordo com Mao Jr., os episódios de Girón envolveram profundamente os soviéticos, uma vez que a sobrevivência da Revolução Cubana fortalecia o Campo socialista em tempos de Guerra Fria.

---

161 Operação Mangosta (Mangoose, ou Mangusto), foi uma operação subversiva montada pelos Estados Unidos após a derrota de Playa Girón. Tal operação pretendia uma invasão militar de grande envergadura em território cubano que deveria culminar em finais de outubro de 1962. Com o desfecho da Crise dos Mísseis, através das negociações entre URSS e EUA, a Operação Mangosta teve que ser abortada, mas ainda assim a CIA continuou seus planos subversivos contra Cuba, como centenas de tentativas de assassinato, sabotagens, ataques terroristas entre outros. Ver Máo Jr. (2007). Para Ramonet (2007), a Operação Mangusto "compreendia ações de guerra econômica, de inteligencia, de guerra psicológica, de apoio a grupos armados, e de apoio a organizações políticas contra-revolucionárias. Lançada em novembro de 1961 […] foi concluída oficialmente no dia 3 de janeiro de 1963" (RAMONET, 2006, p. 556).

162 Nikita Serguéievich Jruschov (Kruschev ou Jruschev), (1894-1971).Participou ativamente da Revolução Russa de 1917 e combateu no Exército Vermelho durante a guerra civil de 1918 a 1920. Foi dirigente do Partido Comunista da Ucrânia e chegou a alcançar ser o Primeiro Secretario da região Moscou (1935-38). Após a morte de Stálin (1953), Kruschev foi eleito para assumir a liderança da URSS. Dentre uma série de acontecimentos na política interna e externa do país, destaca-se a participação na Crise de Outubro de 1962, momento em que os Estados Unidos e a União Soviética estiveram mais próximos de um enfrentamento direto durante a Guerra Fria. Em outubro de 1964, quando este se encontrava de férias, foi afastado do cargo pelo *birô* político do Partido, por unanimidade. Mais informações disponíveis em: https://www.ecured.cu/Nikita_Jruschov. Acesso em 12 de novembro de 2019.

163 SZULC, Tad. **Fidel um retrato critico.** São Paulo: Best Seller, 1987.

Logo após a invasão, em 24 de abril, o governo dos Estados Unidos assume a responsabilidade dos atos e no dia seguinte deu-se início ao bloqueio econômico total que persiste até os dias atuais (MAO JR. 2007, p. 367).

Neste contexto de rápida escalada estadunidense com possibilidade real de nova invasão e paralela às negociações para instalação da defesa soviética na ilha, aconteceu em Punta del Este, no Uruguai, a VIII Reunião de Consulta de Chanceleres da OEA para debater o assunto Cuba e sua relação com o bloco socialista, vista como ameaça iminente ao continente.

Diante dos fatos, o papel da OEA foi trabalhar para impedir qualquer ajuda militar proveniente da União Soviética. Assim, o Conselho Permanente definiu que todos os Estados membros pudessem adotar medidas individuais ou coletivas, incluindo o uso da força, para impedir a penetração da União Soviética com material militar em Cuba, de acordo com próprio documento da OEA[164].

Cuba estava há três anos enfrentando a acometida hostil dos Estados Unidos, mas a polêmica principal na OEA não se deu em torno das agressões do governo estadunidense e sim em torno da relação da Ilha com o bloco soviético, já que o governo cubano havia recém se declarado marxista-leninista, ideologia esta que não cabia no Sistema Interamericano, conforme o próprio texto da VIII Reunião de Consulta em Punta del Este.

> CONSIDERANDO: […] Que o atual governo de Cuba se identificou com os princípios da ideologia marxista-leninista, estabeleceu um regime político, econômico e social fundado nesta doutrina e aceita a ajuda militar das potências comunistas extracontinentais e inclusive a ameaça de intervenção armada da União Soviética na América […] (OEA, 1962, p. 13, tradução nossa).

Todos os países membros da OEA tinham conhecimento das agressões contra Cuba, sabiam que não eram somente militares, mas que também se davam no plano econômico. “A primeira coisa que eles fizeram foi ditar essa nova medida e pro-

[164] Disponível em: http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/publicaciones_digital_XLI_curso_derecho_internacional_2014_Jean_Michel_Arrighi.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

ibir absolutamente qualquer compra de produtos de Cuba, ou seja, a compra de tabaco, a compra de nossas frutas e os produtos que representavam algumas somas consideráveis." (FIDEL CASTRO, 1962, tradução nossa)[165].

A VIII Reunião de Consulta de Punta del Este, representou também uma grande batalha diplomática para Cuba, quiçá maior que a de San José, pois os fatos já estavam consumados. Na reunião de San José o clima ainda era de ameaças iminentes e que vieram a se concretizar com os sucessos de Playa Girón, o que acelerou o crescente embate e tensão entre La Habana e Washington.

Avila (2011), em seus estudos sobre a *Conferencia de Punta del Este*, nos mostra que o clima de conspiração entre os países em torno da expulsão de Cuba estava latente, havia um grupo em torno de Washington e outro que apresentavam propostas conciliatórias, como é o caso do Brasil por exemplo.

> Cumpre acrescentar que a tentativa de impulsionar uma Reunião de Consulta para abordar a questão cubana era parte da agenda hemisférica desde a assunção de John F. Kennedy na presidência dos Estados Unidos (em janeiro de 1961), e que ao longo desse ano a proposta Colombiana tinha sido precedida por iniciativas semelhantes impulsionadas pelos governos da Guatemala e do Peru – em ambos os casos, com apoio tácito dos norte-americanos. Essas tentativas guatemaltecas e peruanas foram rejeitadas pelos governos do Brasil, México, Argentina, Bolívia, Equador, Chile, Uruguai e Venezuela – geralmente sob o argumento da adesão irrestrita aos princípios de não- intervenção, autodeterminação e soberania dos Estados-membros do sistema interamericano. Contudo, a proposta Colombiana logrou uma melhor articulação das forças anti-castristas, e certamente a pressão norte-americana e de outros países com interesses na questão terminou sendo determinante para a sua aprovação (AVILA, 2011, p. 4-5).

A diplomacia cubana, por sua vez, tentou convencer alguns países a votar conta a sua expulsão, dialogando diretamente nas embaixadas acreditadas em La Habana. Apesar de suas críticas contundentes às posições da OEA, o cenário de isolamento poderia ser pior, no caso de concretizada a expulsão deste organismo, pois nestas circunstâncias os EUA teriam um caminho livre para atacar, já que a ilha não seria mais parte dos Estados Americanos.

Dessa forma, a regra de não intervenção não se aplicaria ao país, conforme o capítulo VI da Carta da Organização dos Estados americanos, que em seu artigo 28

---

[165] Discurso de Fidel Castro pronunciado na Segunda Assembléia Geral Nacional do Povo Cubano. Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1962/esp/f040262e.html. Acesso em: 26 de outubro de 2019.

traz o seguinte: “Toda agressão de um Estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania, ou a independência política de um Estado americano, será considerada como um ato de agressão contra todos os demais Estados americanos” (OEA)[166].

Alguns países como o Brasil tiveram papel importante de negociação para evitar a expulsão de Cuba, utilizando-se do seguinte argumento:

> Para que Cuba pudesse ser excluída da OEA seria necessário que a Carta dessa organização internacional, que não previa na época a exclusão dos seus membros, fosse reformada de acordo com mecanismo nela previsto para tal e com a correspondente ratificação dos diferentes Estados-membros (AVILA, 2011, p. 10).

E ainda, o Brasil, país de significativa importância no contexto regional, defendeu uma proposta de neutralização ou “finlandização”[167] de Cuba, já que o perigo, segundo a OEA, era de alastrar o comunismo pela América Latina (AVILA, 2011).

Para o Brasil, se fazia importante manter Cuba na Organização e abrir a possibilidade de uma solução construtiva, advogando pela proposta de criar um comitê para examinar as atividades cubanas e neutralizá-las, para limitar suas atividades em países da região.

> Vale destacar que em 10 de novembro de 1961, isto é, no dia seguinte à apresentação do requerimento Colombiano na OEA, o chanceler brasileiro Francisco Clementino San Tiago Dantas enviou nota ao seu colega andino José Joaquin Caicedo Castilla expressando entre outras ponderações que, mesmo reconhecendo a relevância das Reuniões de Consulta, na opinião do governo brasileiro ‘não atende aos interesses de nossa comunidade pôr em marcha um processo político

[166] Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organização_dos_Estados_americanos.htm. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

[167] De acordo com Avila (2011), “A ideia de uma neutralização ou finlandização de Cuba era uma alternativa que chegou a ser discutida inclusive com os soviéticos. Basicamente a finlandização da ilha seria lograda através de um acordo de concessões mutuas entre Estados Unidos e Cuba (Blasier, 1989). De um lado os norte-americanos renunciariam às compensações pelas expropriações econômicas de capitais estadunidenses na ilha e às tentativas de destruir a revolução. De outro, Havana cessaria seus ataques políticos contra os Estados Unidos e se comprometeria a abster-se de apoiar atividades consideradas subversivas na América Latina. Para o Embaixador soviético em Havana a ideia brasileira de finlandização de Cuba era “plausível, pois a Finlândia e a URSS, apesar de diferentes tendências políticas e da tradição, mantém boas relações, sobretudo no campo econômico, situação esta que poderia ter seu equivalente futuro nas relações entre Cuba e os Estados Unidos.”Cumpre acrescentar que, segundo a Embaixada brasileira em Washington, a reação norte-Américana diante a eventual neutralização ou finlandização cubana foi basicamente negativa nos seguintes termos: A intransigência norte-Américana na questão cubana explicar-se-ia sob o argumento de que a administração Kennedy era vigorosa e sistematicamente pressionada pelo Congresso do seu país, bem como pelas contradições próprias da Guerra Fria” (AVILA, 2011, p. 11).

> de última instância sem previamente acertarmos com precisão os objetivos e os resultados colimados pela ação' O chanceler brasileiro alertou contra um eventual intervencionismo e contra os riscos de abrir as perspectivas de sanções de ordem militar contra um Estado americano (AVILA, 2011, p. 5).

Nas palavras do próprio chanceler brasileiro da época, pode-se verificar a expressa preocupação ante a complexidade do problema, em uma evidente tentativa de mediar a situação de maneira pacífica sem a expulsão Cuba, pois, segundo a opinião da chancelaria brasileira, seria um ato de retrocesso na luta pela existência soberana dos países mais fracos.

> O problema de Cuba só é um problema Hemisférico na medida em que se lhe procure solução dentro dos limites das convenções interamericanas que preconizam, como regra, a solução pacífica das controvérsias. Só assim atingiremos, num caso como o de Cuba, resultados duradouros e capazes de fortalecer o sistema interamericano e cada um dos Estados que dele fazem parte [...] temos todos bem viva a consciência de que, no mundo atual, com as imensas disparidades de forças, a preservação da incolumidade de certos princípios é a melhor, senão a única defesa das Nações militarmente fracas (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES,[168] apud AVILA, 2011, p. 5)[169].

Conforme Avila, não foi somente Cuba quem conspirou no âmbito das relações internacionais para que a OEA não chegasse a tal ponto. A correlação de forças estava dividida em três grupos, segundo o autor:

> (a) o governo cubano, no fundamental contrário à sua eventual exclusão do sistema interamericano, (b) os países favoráveis à iniciativa Colombiana, inclusive à exclusão do governo revolucionário do foro hemisférico, e (c) os países *neutralistas*, autonomistas e/ou céticos com relação ao argumento da segurança coletiva na questão cubana (Brasil e outros) (AVILA, 2011, p. 8, itálico do autor).

---

168 Correspondência do Ministério de Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores [no sucessivo MRE] para a Embaixada em Bogotá, Telegrama 124 (Confidencial), Rio de Janeiro, 10.11.1961, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores [no sucessivo AHMRE]. Também disponível em: Documentos da Política Externa Independente, Vol. I, Brasília: FUNAG, 2008, pp. 192-194 (MRE, apud: AVILA, 2011 p. 05; 06).

169 Correspondência do Ministério de Relações Exteriores para as Embaixadas na América com exceção do Canadá, Circular Nº 4132 (Confidencial-urgente), Rio de Janeiro, 11.11.1961 AHMRE (MRE, apud: AVILA, 2011 p. 06).

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil enviou um comunicado a diversas embaixadas no continente, expressando posições contrárias à proposta Colombiana, ainda que este país contasse com a maioria dos países membros a seu favor.

A circular de caráter confidencial e urgente, demonstra a preocupação com relação às consequências vindouras no cenário latino-americano caso a OEA obedecesse aos critérios de orientação de Washington para penalizar Cuba.

> O ponto-de-vista do Governo brasileiro em relação a essa nova iniciativa [colombiana] é o mesmo já adotado em relação à proposta peruana apresentada com idêntico objetivo ao Conselho da OEA e transferida ao exame de sua Comissão Geral. Entende o Governo brasileiro que não é conveniente à salvaguarda do princípio de não-intervenção, em que se baseia o respeito à soberania dos Estados americanos, dar início a um procedimento de consulta sem terem sido previamente exploradas as suas eventuais consequências, através de conversações entre as Chancelarias. De fato, toda solução que não alcance eficácia por meios inteiramente pacíficos pode comprometer de maneira imediata e por longo tempo o sistema interamericano. Daí parecer-nos preferível antes da Reunião de Consulta um exame em nível ministerial e através de contatos bilaterais das possibilidades de uma solução que exclua o emprego da violência e que faça valer os princípios da Declaração de Santiago do Chile firmada na V Reunião de Consulta [em agosto de 1959] por todos os Chanceleres americanos, inclusive o Doutor Raúl Roa. [...] Recomendo a Vossa Excelência que dê conhecimento dessa posição do Governo brasileiro à Chancelaria desse país, exprimindo-lhe a satisfação com que veríamos uma identidade de vistas entre os nossos Governos nesse assunto (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 1961 apud AVILA, 2011, p. 6).

Finalmente, em 31 de janeiro de 1962, a OEA aprova nove resoluções, dentre estas a resolução VI, sendo o ponto mais conflitante: *"*Exclusão do atual governo de Cuba de sua participação no Sistema Interamericano" (OEA, 1962, p. 13)[170].

RESOLUÇÃO:

> 1. que a adesão de qualquer membro da Organização dos Estados americanos ao marxismo-leninismo é incompatível com o Sistema Interamericano e o alinhamento de tal governo com o bloco comunista rompe a unidade e a solidariedade do hemisfério.
> 2. que o atual governo de Cuba, que se identifica oficialmente como um governo marxista-leninista, é incompatível com os princípios e propósitos do Sistema Interamericano.

[170] OEA – documentos oficiales. Acta final de la Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores. Punta del Este, Uruguay. 22 a 31 de enero de 1962. Disponível em: https://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%208.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

> 3. que esta incompatibilidade exclui o atual Governo de Cuba de sua participação no Sistema Interamericano.
> 4. que o conselho da Organização dos Estados americanos e os outros órgãos e organismos do Sistema Interamericano adotem sem demora as providencias para cumprir esta resolução (OEA, 1962, p. 14; 15)[171].

E ainda, na resolução VII, Cuba fica excluída da Junta Interamericana de Defesa[172], considerando-se que a participação de Cuba nos processos de preparação de planos de defesa seria altamente prejudicial à Junta e à segurança do hemisfério (OEA, 1962).

As resoluções contra Cuba foram aprovadas por 14 votos a favor, 6 abstenções, e o único voto contrário foi o próprio voto de Cuba[173]. A resolução que levou à exclusão de Cuba na reunião de Punta del Este teve conteúdos essencialmente políticos, já que, como se verificou nos argumentos da chancelaria brasileira, não havia justificativa contundente que levasse à exclusão de um Estado membro.

Conforme Avila, este conteúdo ficou “explicitamente mencionado nas Declarações individuais incorporadas como adendos à Ata Final da Reunião de Consulta pelas representações do México, do Brasil e do Equador” (AVILA, 2011, p. 14).

As posições dos países contrários à expulsão compulsória de Cuba foram de implementar políticas bilaterais com relação a Ilha. E “assim, no caso brasileiro, durante os seguintes anos o governo de Goulart tentou reaproximar o governo cubano à comunidade Interamericana” (AVILA, 2011, p. 14).

As Resoluções de Punta del Este provocaram consequências importantes no continente latino-americano, algumas de violência desmedida como é o caso das ditaduras militares. Para Avila, as principais consequências desencadeadas foram: “(a) a Segunda Declaração de Havana, (b) o golpe de Estado na Argentina e a posterior

---

171 Ibid.

172 É importante enfatizar que Cuba foi expulsa da OEA e consequentemente do direito de participar de suas várias instituições. No entanto, continuou em organismos das Nações Unidas, como a OMS, “somente se manteve na Organização PanAméricana de Saúde por esta ser também uma agência regional da Organização Mundial da Saúde, organização do sistema das Nações Unidas, da qual não houve nenhuma sanção contra Cuba”. Disponível em:http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/publicaciones_digital_XLI_curso_derecho_internacional_2014_Jean_Michel_Arrighi.pdf. Acesso em 27 de outubro de 2019. . Acesso em:27 de outubro de 2019.

173 Os países que votaram a favor da expulsão de Cuba da OEA em 1962, foram: Panamá, Paraguai, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Peru, Colômbia, Costa Rica, Venezuela, Haiti, Guatemala, Republica Dominicana, Estados Unidos, Uruguai; e os países que se absteram foram: Brasil, México, Argentina, Chile, Bolívia e Equador.

onda de regimes autoritários em quase todos os outros países latino-americanos, e (c) o crepúsculo das relações bilaterais brasileiro-cubanas" (AVILA, 2011, p. 15)[174].

Para Mao Jr., o governo dos Estados Unidos buscava asfixiar a Revolução Cubana e "a expulsão de Cuba dos quadros associativos da OEA, em 31 de janeiro de 1962, marcou o primeiro sucesso desta ofensiva diplomática" (MAO JR. 2007, p. 366).

Segundo as declarações de Fidel Castro, a expulsão das filas da OEA se deu por motivos ideológicos: "por encontrar o marxismo-leninismo incompatível com o sistema, nos expulsou de suas filas e anos mais tarde, invocando a subversão, nos condenou às medidas brutais de bloqueio econômico e isolamento político" (FIDEL CASTRO, 1975, p. 43).

A Segunda Declaração de La Habana, aprovada em 04 de fevereiro de 1962, sacudiu novamente Cuba durante a Segunda Assembleia Geral do Povo Cubano, convocada pelo Governo Revolucionário. Fidel Castro novamente fez pesadas críticas à ingerência imperialista dos EUA e a sujeição da OEA às políticas de Washington, mas, para além de responder à Declaração de Punta del Este, a Segunda Declaração de La Habana faz um chamado aos povos da América Latina a lutar contra a dominação imperialista em que estão submetidos.

Fidel Castro frisa que a Segunda Declaração de La Habana é uma clara convocatória aos povos – não aos governos – da América Latina para forjar uma situação revolucionária a nível continental. Demonstra à OEA o efeito contrário à sua resolução, já que o temor de alastramento do comunismo foi o principal motivo desta expulsão.

Diferentemente da Primeira Declaração, que consistia no anúncio do estabelecimento das relações com o bloco socialista na perspectiva de defesa nacional do

---

[174] Com relação às consequências desencadeadas depois Punta del Este, Avila (2011) destaca que: "Seja como for, dois meses depois da conferência de Punta del Este o governo de Frondizi foi derrubado. E nos meses e anos seguintes foram observados golpes mais ou menos semelhantes no Peru, Guatemala, Equador, República Dominicana, Honduras, Brasil, Bolívia, Panamá, Uruguai e Chile. Uma verdadeira onda autoritária, inspirada quase sempre na Doutrina da Segurança Nacional, acabou deixando um rastro de repressão na região latino-americana. O projeto democrático latino-americano somente recuperaria impulso no início da década de 1980. Em conseqüência, parece provável que a própria democracia tenha sido outra das vítimas –indiretas – das resoluções de Punta del Este e de seus desdobramentos (Tickner, 2000; Cervo, 2001)". E no caso brasileiro, o autor afirma que: "Nesse contexto, logo após o golpe militar que derrubou o presidente Goulart, em abril de 1964, seguiu-se o rompimento das relações brasileiro-cubanas, situação que se manteve até o ano de 1986, no contexto da redemocratização brasileira" (AVILA, 2011, p.18).

projeto cubano, a Segunda Declaração expõe a clara linha de relação política internacional com os movimentos revolucionários da América Latina, a qual paulatinamente Cuba foi se alçando como liderança principal no seio da esquerda latino-americana.

O conteúdo principal da Segunda Declaração de La Habana versou primeiramente sobre o resgate do pensamento de Martí, na perspectiva de enfrentar o enraizamento do imperialismo estadunidense pela região e construir a verdadeira independência dos povos da América. Assim, Fidel propôs junto ao povo cubano, concentrados em mais de um milhar de pessoas na Praça da Revolução, dirigir a Declaração aos povos do mundo: *"del pueblo de Cuba a los pueblos de América y del Mundo"*.

Destacam-se alguns trechos principais no tocante à América Latina:

> Os povos da América se libertaram do colonialismo espanhol no início do século passado, mas não se libertaram da exploração. Os proprietários feudais assumiram a autoridade dos governantes espanhóis, os índios continuaram em servidão dolorosa, o homem latino-americano de uma ou de outra maneira permaneceu escravo e as esperanças mínimas dos povos sucumbiram sob o poder das oligarquias e das amarras do capital estrangeiro. Esta tem sido a verdade da América, com um ou outro matiz, com alguma ou outra vertente. A América Latina hoje está sob um imperialismo muito mais feroz, mais poderoso e mais cruel do que o império colonial espanhol […] A intervenção do governo dos Estados Unidos na política interna dos países latino-americanos tem sido cada vez mais aberta e desenfreada. A Junta Interamericana de Defesa, por exemplo, foi e é o ninho onde os oficiais mais reacionários e pró-ianques dos Exércitos latino-americanos são incubados e posteriormente utilizados como instrumentos de golpe a serviço dos monopólios […] Em Punta del Este, uma grande batalha ideológica foi travada entre a Revolução Cubana e o imperialismo ianque […] (FIDEL CASTRO, 1962, tradução nossa)[175].

Em seu discurso, Fidel denuncia as intervenções nos assuntos internos de Cuba operadas pelos Estados Unidos nos anos seguidos ao triunfo revolucionário. Agressões estas cometidas aos olhos da OEA, a qual nunca se tomou posições para pôr fim a situação, ao contrário, se reuniu em Punta del Este para expulsar Cuba, a principal vítima das agressões, ao invés de advertir o agressor e seus cúmplices (FIDEL CASTRO, 1962).

Segundo Fidel Castro, estava claro para Cuba que em algum momento os Estados Unidos utilizariam de algum pretexto para um ataque direto contra o país.

[175] Discurso completo Segunda Declaração de La Habana. Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1962/esp/f040262e.html. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

Assim, a decisão de firmar um acordo cubano-soviético sobre o estabelecimento de armas nucleares no território originou a Crise de Outubro. Definitivamente, Cuba não teria condições militares para enfrentar uma invasão de maior envergadura, então os Soviéticos começaram colocar em ação o plano de envio de um contingente de tropas e foguetes nucleares de alcance médio para proteger a ilha. Esta situação mudaria a correlação de forças naquele conflito e a confrontação se daria diretamente entre EUA e URSS.

De acordo com Marshall Frad (2001), diante da hostilidade dos Estados Unidos o único país em condições de ajudar Cuba era a União Soviética. “Só existia uma potência, que talvez poderia ajudar a Revolução sobreviver; era a União Soviética” (FRAD, 2001)[176].

O plano da União Soviética, denominado Operação Anadyr[177], ocorreu em completo sigilo, embora a direção cubana defendesse que fosse de maneira pública, com base no direito internacional. De acordo com Avila, a instalação dos foguetes russos em território cubano não violava nenhum direito internacional, por isso Cuba insistiu que os acordos se realizassem publicamente.

O historiador Arthur Schlesinger (2001), assessor do então presidente Kennedy, afirma que Fidel insistiu que o plano de instalação dos misseis se desse de maneira pública. “Castro finalmente aceitou o plano, embora sob condições, e disse ‘se vão trazer os foguetes que o façam publicamente, mas Krushov acreditou que poderiam fazê-lo clandestinamente” (SCHLESINGER, 2001)[178].

No entanto, este ato, conforme afirmação da própria OEA, era considerado uma intervenção extraterritorial que ameaçava os Estados americanos (OEA, 1962).

Segundo Mao Jr., as negociações entre os governos cubano e soviético para as instalações dos mísseis se iniciaram em maio de 1962. Segundo o autor:

---

176 FRAD, Maschall in: **Fidel, a historia não contada.** Documentário de Estela Bravo, 2001. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uKejBiNBID8&feature=youtu.be. Acesso em: 10 de julho de 2020.

177 Operação Anadyr, ou Operación Anádir (1962), nome codificado de uma operação militar preparada pela União Soviética para instalação das tropas soviéticas e armamento nuclear com o intuito de brindar proteção à Cuba diante de uma possível invasão militar estadunidense na Ilha. O nome da Operação faz referência ao Rio Anádir no estreito de Bering, usado como álibi de que os movimentos militares e armamentos faziam parte do treinamento estratégico ao norte do país. Disponível em: https://www.ecured.cu/Operación_Anádir. Acesso em: 08 de novembro de 2019.

178 SCHLESINGER, Arthur. In: **Fidel, a historia não contada.** Documentário de Estela Bravo, 2001. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uKejBiNBID8&feature=youtu.be. Acesso em: 10 de julho de 2020.

> Como resultado destas negociações, acordou-se o envio, dentre outras armas, de 42 mísseis nucleares de médio alcance, SS-4 e SS-5, acompanhados de suas respectivas guarnições soviéticas, além de assessores e técnicos que totalizam um efetivo de 43.000 militares. A estratégia era demonstrar para Washington que uma tentativa de invasão resultaria inevitavelmente num conflito direto em a URSS. A ameaça de um conflito nuclear livraria Cuba 'de um ataque não nuclear por parte dos Estados Unidos' (MAO JR. 2007, p. 367).

A resposta dos EUA frente às negociações entre Cuba e a URSS foi a violação constante do espaço aéreo cubano, segundo Mao Jr., somente no dia 9 de julho daquele ano, foram 12 violações, número significativamente inferior se comparado a janeiro do mesmo ano, quando se registraram 119 violações do espaço aéreo.

Os EUA ficaram em alerta desde o início do mês de outubro, monitorando através de sobrevoos para toma de fotografias e assegurar se realmente havia em Cuba instalações militares de grande porte (AVILA, 2011). Chegou a ponto de o Governo dos Estados Unidos declarar bloqueio naval contra Cuba para impedir que os armamentos soviéticos chegassem à ilha.

Naquele momento, Osvaldo Dorticós, então Presidente de Cuba, declara perante a ONU, em 08 de outubro, a iminência de um conflito mundial. Nas palavras de [179], "advertimos que, se for cometido um erro, a agressão contra Cuba poderá transformar-se, para nosso pesar e contra os nossos desejos, no início de uma nova guerra mundial" (DORTICÓS, 1962 apud MAO JR. 2007, p. 368).

A crise realmente mostrou-se quando o espaço aéreo cubano foi violado para confirmação das informações fornecidas ao presidente dos EUA por um diplomático da própria União Soviética, tal qual descreve Fidel Castro à Ignacio Ramonet.

> Eles detectaram os mísseis entre 14 e 15 de outubro. Um avião espião norte-americano U-2, que voava a grande altitude, fotografou umas rampas de lançamento. Na realidade, já se sabe que foi um membro dos serviços de informação soviéticos, o coronel Oleg Penkovski, quem deu aos norte-americanos a localização exata dos mísseis que em seguida o U-2 detectou. Kennedy foi informado no dia 16, que foi quando começou a crise (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 259).

Ao confirmar-se – através de fotografias aéreas – a construção das rampas para abrigar os mísseis soviéticos, o governo dos Estados Unidos contatou o governo

---

179 DORTICÓS. Oswaldo. Discurso Proferido na ONU em 8 de outubro de 1962. Apud In: SZULC, Tad. **Fidel: um retrato crítico.** São Paulo: Best Seller, 1987.

da União Soviética, que por sua vez cometeu, nas palavras de Fidel Castro, *"*um erro ético e político*",* ao afirmar que as armas eram apenas defensivas. "Evidentemente eram armas para defesa, mas eram ofensivas também. Aqui havia uns 36 projéteis estratégicos de alcance médio, e outras armas" (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 259-260).

A carta de Kruschev foi entregue à Kennedy em 18 de outubro pelo ministro de Relações Exteriores da União Soviética, Andrei Gromyko, até o momento a crise ainda não era pública, o mundo não sabia que estava à beira de uma catástrofe.

Quando os EUA confirmaram a existência dos mísseis soviéticos em Cuba, havia ainda poucas rampas construídas, então os cubanos e soviéticos trataram de trabalhar dia e noite para terminar as construções e, segundo Fidel Castro, "em 16 de outubro não havia praticamente nenhuma rampa de lançamento terminada, no dia 18 havia 8, no dia 20 havia 13, no dia 21 havia vinte, e assim por diante" (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 259-260).

Foi neste momento que o governo dos Estados Unidos ordenou o bloqueio naval contra Cuba por meio de 183 navios de guerra, dos quais 08 eram porta-aviões, com 40 mil infantes da Marinha a bordo.

Dentre os materiais acessados, há uma pequena contradição nas datas sobre o bloqueio naval. Segundo a entrevista de Fidel Castro a Ignacio Ramonet:

> Em 20 de outubro aconselhado por Robert McNamara, seu Secretário de Estado, Kennedy determinou o bloqueio naval da ilha […] Enquanto isso, na Flórida, concentraram-se 579 aviões de combate e cinco divisões aerotransportadas, entre as quais duas divisões de elite […] (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 259-260).

Já para Mao Junior, o governo dos Estados Unidos posicionou suas forças naval e aérea no dia 21 na Flórida e no dia seguinte, 22 de outubro, decretou o bloqueio naval:

> Na base naval de Guantánamo foram reunidos 16.000 soldados e todo pessoal civil foi retirado. No dia seguinte, 22 de outubro, o Governo dos Estados Unidos decretou o Bloqueio Naval contra Cuba e colocou sua força de bombardeios estratégicos em alerta máximo, sendo que os B-47 e B-52 estadunidenses, armados com artefatos nucleares, eram permanentemente mantidos no ar, aguardando ordens de atacar os alvos predeterminados. Às 17 horas e 40 minutos deste mesmo dia, soou em Cuba o alarme de combate convocando todo o povo a se

> preparar para defender a nação diante do iminente ataque (MAO JR. 2007, p. 368).

No entanto, segundo o próprio Fidel Castro, o bloqueio naval se efetivou somente no dia 24 de outubro. Momento este em que havia 23 navios soviéticos com destino a Cuba. “Em qualquer momento poderia acontecer um incidente, um navio norte-americano podia disparar contra um navio soviético e detonar a guerra nuclear… Havia uma tensão forte, muito forte” (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 261).

Cuba convocou imediatamente, através da televisão, o povo para o combate, demonstrando assim, disposição de ir às últimas consequências e, a qualquer preço, em defesa da sua independência

Fidel soube conduzir, uma vez mais, o povo cubano nos dias da dramática Crise de Outubro. Foi o momento mais tenso que atravessou o mundo no contexto da Guerra Fria, mas Cuba jamais se inferiorizou diante as ameaças mais atrozes do imperialismo estadunidense. De acordo com Fidel Castro, havia naquele momento “[…] mais de 270 mil homens armados dispostos a defender o solo pátrio e a Revolução até a última gota de sangue […] não íamos ceder. Estávamos no nosso direito de defender nossa soberania nacional” (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 259-260).

Em 22 de outubro, o governo dos EUA tornou público a gravidade da situação e foi então que “o mundo se inteirou de que havia essa crise e que se estava no limiar de uma guerra atômica” (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 259-260). Além de informar sobre a grave crise, também anunciou as medidas tomadas pelo governo, entre elas o bloqueio naval para impedir a chegada de novos mísseis[180].

Conforme Fidel Castro, as forças militares de cuba na Crise dos Mísseis estavam na seguinte proporção:

> Foi uma situação internacional muito tensa. Em 1962, havia aqui 42 mil soldados soviéticos, e tínhamos quase 300 mil homens armados. Não estávamos dispostos a aceitar um novo ataque contra Cuba. Era triste e doloroso, mas não íamos permitir. As unidades soviéticas estavam aqui para nos ajudar a rechaçar uma nova invasão, que, desta vez, depois da derrota dos mercenários em Girón, seria sem dúvida, direta feita por unidades norte-americanas. O perigo era iminente (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 259).

---

[180] “Naquele momento os soviéticos já haviam detido o coronel Oleg Penkovsky e sabiam que os norte-americanos tinham toda a informação. E estavam cientes também de que Kennedy sabia da mentira de Kruschev em sua carta” (FIDEL CASTRO, 2006, in: RAMONET, 2006, p. 260).

O agravamento da situação chegou a tal proporção que o Conselho de Segurança da ONU foi convocado para uma reunião em caráter de emergência a pedido dos três países, quase que simultaneamente.

Contudo, a União Soviética não garantiu sua posição sobre a soberania de Cuba frente aos Estados Unidos, diante do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No dia 25 de outubro, ainda que perante provas verídicas, o embaixador soviético, Valerian Zorin, negou as acusações e as evidências das bases de projéteis em Cuba, quando se apresentou fotografias aéreas pelo embaixador dos Estados Unidos, Adlai Steverson.

O ponto máximo da tensão da Crise de Outubro foi quando Cuba abriu fogo contra um voo rasante frequentemente realizado pelos Estados Unidos. O fato foi registrado em 27 de outubro, na antiga província do Oriente, quando uma bateria antiaérea manipulada pelos soviéticos disparou e derrubou um avião espia proveniente dos Estados Unidos. “Esse fato foi a prova de que já existia um combate. A qualquer momento poderia haver um novo incidente que desencadearia a guerra” (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 261-260).

Diante do ápice da crise, ambas as potências cederam para negociação, os soviéticos enviaram uma proposta aos Estados Unidos sem consultar a opinião de La Habana, o que ocasionou muita irritação por parte de Ilha. Contudo, a disposição do governo soviético em resolver a crise através da negociação evitou que o mundo sofresse uma catástrofe nuclear.

Vale recordar que segundo Hobsbawm, nenhuma potência estava disposta levar a cabo uma guerra aberta direta e confiavam mutuamente no poder de moderação nos conflitos.

Cuba soube através de canais públicos que os EUA e a URSS estavam negociando o distencionamento do conflito para encontrar saída para a crise. Segundo Fidel Castro:

> Não éramos contra uma solução porque o importante historicamente era evitar um conflito nuclear. Mas os soviéticos tinham de ter falado aos norte-americanos: ‘É preciso discutir com os cubanos’. Faltaram-lhes serenidade e firmeza. Deveriam ter nos consultado por uma questão de princípio (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 259-260).

Depois de sigilosas e tensas negociações – sem a participação cubana – a União Soviética acordou pela a retirada dos mísseis e, em troca, os EUA garantiriam publicamente que não iriam invadir Cuba e que também retirariam seus mísseis instalados na Itália e na Turquia (SANTOS; KOLLING, 2017, p. 56).

De acordo com Hobsbawm, os mísseis instalados na Turquia eram considerados obsoletos, assim como os mísseis soviéticos em Cuba não fariam diferença para o equilíbrio estratégico entre as forças, no entanto, fariam diferença considerável nas relações públicas presidenciais (HOBSBAWM, 1995, p. 227).

Embora encontrada uma saída pacífica para o conflito, mediada pela ONU, Cuba teceu, anos mais tarde, duras críticas à União Soviética pelo fato desta não envolver os aspectos fundamentais de interesse cubano, que, segundo Santos e Kolling, eram cinco exigências fundamentais: a) fim do bloqueio econômico; b) fim de todas as atividades subversivas; c) fim da violação do espaço aéreo; d) fim dos ataques piratas provenientes de bases nos EUA; e e) retirada da Base Naval e devolução do território de Guantánamo.

Na mesma linha, Mao Jr. afirma que:

> O fato destes acordos terem sido negociados entre a URSS e EUA praticamente sem consultar o governo cubano gerou grande mal-estar entre cubanos e soviéticos. Os cubanos pretendiam incluir outras cláusulas no acordo, tais como: a retirada da base naval de Guantánamo, o fim do bloqueio econômico, o término das violações do espaço aéreo e dos atentados terroristas, etc. Pelo fato de o governo cubano não ter participado das negociações, estas questões sequer foram discutidas (MAO JR. 2007, p. 371).

O desfecho das negociações levou a União soviética a retirar seus armamentos ofensivos, permanecendo em território cubano apenas material não ofensivo e um efetivo militar de em torno de 5 mil soldados soviéticos, os quais brindavam proteção e instruções militares. De acordo com o autor, “a presença militar soviética na ilha significava que qualquer ataque militar dos EUA representaria também uma agressão à URSS. Dessa forma, a permanência das tropas simbolizou o compromisso soviético com a defesa de Cuba […]” (MAO JR. 2007, p. 371).

Apesar da colossal contribuição da União Soviética com relação à defesa territorial cubana, o desfecho trouxe tensões importantes entre Cuba e URSS, no que diz respeito à forma como se deu a saída para o problema. De acordo com Fidel Cas-

tro, se Cuba tivesse participado dos acordos, as condições teriam sido mais vantajosas para a Ilha, pois país nenhum teria ido a uma guerra mundial por causa de ataques piratas, bloqueio econômico ou por uma base ilegalmente ocupada. Nas palavras de Fidel Castro, “nossas relações com os soviéticos se deterioraram. Durante anos, isso influenciou nas relações cubano-soviéticas” (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 259-260).

A relação Cuba-URSS foi um dilema a ser resolvido rapidamente já que a ilha era economicamente dependente e, por isso, precisava manter relação com os soviéticos. Assim “se construiu então uma relação com a URSS que permitiria encontrar uma maneira de reafirmar constantemente sua independência, sobretudo no âmbito da política exterior” (BOURNE, 2001)[181].

Para Risquet, “os foguetes atingiam duplo objetivo, fortalecer o poderio do bloco socialista e dissuadir os EUA de não atacar Cuba pois isso poderia se converter em uma guerra mundial” (RISQUET, 2001)[182].

Cuba nunca chegou a autorizar a saída dos foguetes russos do seu território, já que faziam parte de um acordo entre ambos os países, mas também nunca tomou medidas para impedir sua retirada, pois não era de interesse cubano ter conflito com duas superpotências ao mesmo tempo.

A retirada das últimas tropas soviéticas do território cubano efetuou-se em 1991. A saída da denominada Brigada de Instrução de Infantaria Mecanizada se deu através de um novo acordo entre Moscou e Washington onde, de igual maneira, os cubanos não foram consultados, apesar de transcorrer em contexto diferente e já não haver sentido manter tropas soviéticas em Cuba.

De acordo com Mao Jr., durante a Crise de Outubro, as populações de ambos os países tiveram reações completamente opostas. Enquanto a população dos Estados Unidos entrou em pânico desmedido, o povo cubano saiu às ruas defender sua Revolução de maneira surpreendente, conforme Fidel Castro, em entrevista para o jornalista Roberto D’Avila[183]. Na ocasião, o líder da resistência cubana afirmou que:

---

[181] BOURNE, Peter. In: **Fidel, uma história não contada.** Documentário de Estela Bravo, 2001. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uKejBiNBID8. Acesso em: 10 de julho de 2020.

[182] RISQUET, Jorge. In: **Fidel, uma história não contada.** Documentário de Estela Bravo, 2001. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uKejBiNBID8. Acesso em: 10 de julho de 2020.

[183] D’AVILA, Roberto: **Fidel em pessoa: a íntegra da primeira entrevista de Fidel à televisão brasileira**. 2.ed.Porto Alegre: L&PM, 1986.

> Se você tivesse visitado cuba naqueles dias, ficaria impressionado com a reação do povo. Não notaria a menor disposição em ceder e o perigo de uma guerra nuclear não atemorizou a população. Não vi nada mais impressionante na minha vida (FIDEL CASTRO, in: D'AVILA, 1986, apud MAO Jr. 2007).

Na opinião de Hobsbawm, a Crise dos Mísseis, foi um exercício de força supérfluo que levou o mundo à beira de uma guerra desnecessária, trazendo o medo e o susto por algum tempo (HOBSBAWM, 1995).

O desfecho da crise dos mísseis possibilitou à liderança revolucionária fortalecer a investida para eliminar os inimigos internos, aniquilando praticamente todos os grupos contrarrevolucionários que operavam principalmente nas zonas rurais de Cuba.

De qualquer maneira, a saída para a crise significou uma vitória para o campo socialista, ainda que Cuba continuasse a sofrer ataques e violações ao longo das décadas seguintes, a União Soviética pôde demonstrar seu poder de fogo. Finalmente, a paz prevaleceu sobre o momento de maior risco e a Guerra Fria começou a ceder.

A opinião de Hobsbawm revela uma vez mais que as superpotências não levariam a cabo a explosão de uma guerra, ao afirmar que "durante a Crise dos Mísseis cubanos de 1962, como agora sabemos, a principal preocupação dos dois lados [URSS e EUA] era impedir que gestos bélicos fossem interpretados como medidas efetivas para a guerra" (HOBSBAWM, 1995, p. 226, colchete nosso).

Em 1964, na IX Reunião[184] de Consulta de Chanceleres da OEA, que teve lugar em Washington, com exceção do México, todos os países membros da Organização dos Estados Americanos adotam, sob pressão dos Estados Unidos, o rompimento bilateral com Cuba, uma vez que unilateralmente já haviam rompido através da OEA em 1962. A referida reunião foi convocada pela Venezuela para debater e tomar medidas sobre a denúncia de que o Governo de Cuba estaria auspiciando atividades subversivas contra seu Governo.

A resolução número 3 da IX Reunião, tomada com base no artigo 6 e 8 do TIAR (Tratado de Assistência Recíproca), aplica as seguintes medidas:

---

[184] A IX Reunião de consulta de embaixadores da OEA, realizada de 21 ao 26 de julho de 1964, foi convocada pela Venezuela para debater e adotar medidas frente à denúncia de atos de intervenção do governo de Cuba em território venezuelano. Disponível em: https://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%209.pdf. Acesso em 08 de novembro de 2019.

> a) que os governos dos Estados americanos não mantenham relações diplomáticas e nem consulares com o Governo de Cuba; b) que os governos dos Estados americanos interrompam todo o seu intercâmbio comercial, direto ou indireto, com Cuba, com exceção de alimentos, medicinas, equipes médicas que por razões humanitárias possam ser enviadas à Cuba, e; c) que os governos dos Estados americanos interrompam todo transporte marítimo entre seus países e Cuba, com exceção do transporte necessário por razões de índole humanitária (OEA, 1964, p.6, tradução nossa).

Após a expulsão de Cuba da OEA em 1962, por motivos já expostos, a revogação da resolução só foi realizada em 2009, quarenta e sete anos mais tarde, decisão esta rechaçada por Cuba pela histórica cumplicidade da OEA com os crimes cometidos contra Cuba.

Em artigo publicado em 2009 no periódico Granma, Oscar Sánchez Serra descreve o que Cuba chama de *Vergonzosa Historia de la OEA*[185], destacando as principais ações contra regimes de países que não estivessem de acordo com os interesses dos EUA, afirmando-a como cúmplice dos principais crimes de Estado ocorridos na América Latina e Caribe a mais de meio século. A respeito de Cuba, o autor afirma que:

> Nosso país não se assustou, não desistiu, não mudou um ápice sua decisão soberana, não negociou sua liberdade, sua independência e sua autodeterminação. Não é uma posição extrema, é um princípio, e foi estabelecido por Raúl Roa em agosto de 1959, quando disse: [...] A Revolução Cubana não está à direita nem à esquerda de ninguém: está na frente de todos, com posição própria e inconfundível. Não é a terceira, quarta ou quinta posição. É a nossa própria posição. (SERRA, 2009).

Segundo o autor, os Estados Unidos precisam da OEA para aplicar sua política de ingerência sobre o continente latino-americano, como o fez muitas vezes para influenciar e dividir a região, a exemplo do próprio caso cubano. Cuba foi o único país historicamente a ser expulso da OEA, sob o argumento de falta de democracia, ideologia não compatível entre outros argumentos.

Entretanto, Cuba pôde entrar vencedora no Século XXI ao sobreviver ao mais longo e sangrento cerco conhecido na história da Humanidade. Com o passar dos

---

[185] Artigo completo disponível em: http://www.granma.cu/granmad/2009/05/29/interna/artic03.html. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

anos, recuperou seu protagonismo na América Latina e hoje mantém relações fluídas com quase todas as nações do hemisfério.

4.2.3 A coexistência pacífica e a Política Exterior cubana

No âmbito da geopolítica mundial, o mundo caminhava para a coexistência pacífica a partir do ano de 1955 até a década de 1980. A coexistência pacífica consistia em uma política da União Soviética, inicialmente sob a liderança de Kruschev, que visava não só o distencionamento das relações entre Estados Unidos e União Soviética, mas a coexistência dos opostos mundos entre capitalismo e socialismo.

De acordo com Hobsbawm, a política de *détente*, apareceu fortemente na União Soviética no final da década de 1950, mas que dominou o cenário internacional por poucos anos.

> Contudo, a *détente* primeiramente teve de sobreviver ao que pareceu um período extraordinariamente tenso de confrontos entre o gosto de Kruschev pelo blefe e os gestos políticos de John F. Kennedy (1969-3), o mais superestimado presidente americano do século. As duas superpotências foram assim levadas a duas operações de alto risco num momento em que – é difícil lembrar – o Ocidente capitalista sentia estar perdendo terreno para as economias comunistas, que haviam crescido mais rapidamente na década de 1950 (HOBSBAWM, 1995, p. 240).

Para o autor, um dos motivos que contribuíram para a derrota do socialismo no final dos anos de 1980, foi a política de recuo às ofensivas mais radicais e a busca pela pacificação entre os sistemas antagônicos.

Che Guevara em seu conhecido discurso, em dezembro de 1964, na Assembleia Geral das Nações Unidas, advogou pela paz, mas também destacou temas complexos como o da coexistência pacífica entre os Estados, independentemente de seus regimes econômicos e sociais. Mas o que seria a coexistência pacífica para Che Guevara em um mundo no qual a desigualdade econômica e social impera absoluta?

Guevara, que sempre foi crítico à União Soviética, acreditava não ser possível haver coexistência pacífica somente entre poucos países, entre aqueles mais poderosos política e economicamente. A coexistência pacífica somente seria alcançada com o desarmamento geral e completo, somado ao fim da desigualdade econômica

internacional que gera o subdesenvolvimento e dependência de muitos países. "A co-existência pacífica deve ser exercida entre todos os estados, independentemente de seu tamanho, das relações históricas anteriores que os unem e dos problemas que surgem entre alguns deles, a qualquer momento" (CHE GUEVARA, 1964)[186].

O sociólogo Juan Valdés Paz[187], um dos entrevistados sobre este tema, afirma que Che Guevara criticava a política de coexistência pacífica porque beneficiava alguns poucos países, ou seja, apenas as potências, e não a maioria dos países menos favorecidos. De acordo com o sociólogo, Che Guevara criticava toda a conformação do sistema internacional daquele período, tecendo duras críticas às potencias hegemônicas a exemplo da sua carta à Tricontinental.

Quesada, também afirma que Che Guevara traçou crítica veemente sobre as desigualdades entre as nações.

> […] sob o rótulo de *'coexistência pacífica'* alguns concebiam apenas como o equilíbrio e o entendimento entre as duas superpotências a fim de impedir uma nova conflagração bélica. Para o Che a paz exigia muito mais. Para que fosse autêntica e duradoura devia alcançar a todos os países independentemente do seu poderio. Tampouco podia estender-se à *'coexistência'* a contradição entre opressores e oprimidos, explorados e exploradores em escala internacional ou no interior de cada país. Sua visão revolucionária demandava implantar um esforço conjunto para evitar um conflito armado entre as potências nucleares, a solidariedade efetiva com os povos que lutavam para emancipar-se do jugo estrangeiro e com quem queriam conquistar um mundo melhor (QUESADA, 2014, tradução nossa, itálico do autor*)*[188].

Neste sentido, a paz não dependia, apenas, da coexistência pacífica entre as potências, não estava subentendida como equilíbrio do poderio militar, mas sobretudo no sistema de des-igualdade econômica, na luta contra a violência colonial e no desenvolvimento social de todas as nações.

No marco do Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, no qual se debateu a Política Exterior do país, se vivia o processo de distencionamento internacional que caminhava para uma real coexistência pacífica entre Estados antagônicos.

---

186 Disponível em: http://www.rebelion.org/noticia.php?id=146532. Acesso em:08 de outubro de 2019.

187 PAZ, Juan Valdés. Entrevista de campo realizada em 11 de dezembro de 2019, em La Habana, Cuba.

188 Disponível em: http://www.cubadebate.cu/opinion/2014/12/04/che-en-la-onu-el-mensaje-imborrable/#.Xc8RQC3OpbV. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

Neste contexto se fazia mais que necessária a projeção internacional de Cuba, momento em que o Partido Comunista, reunido em congresso, reafirmara sua intencionalidade:

> Estabelecemos então que a distensão era resultado de um longo caminho de luta em que os princípios dirigidos por Lenin desde a fundação do primeiro Estado socialista, respeito à possibilidade e conveniência da coexistência pacífica entre Estados Unidos com os diferentes regimes sociais, abriram caminho sobre a amarga resistência dos elementos mais reacionários do imperialismo […] Não se pode deixar de tomar em conta o fato de que neste processo de distensão está presente a crescente consciência de setores decisivos da política e da economia norte-americana, no sentido de que a coexistência pacífica que evite uma terceira guerra mundial de caráter nuclear é a única possibilidade real da sobrevivência por um período mais ou menos longo de seu próprio sistema social […] (FIDEL CASTRO, 1975, p. 2019; 220, tradução nossa).

Fidel Castro também adverte que o distencionamento entre as principais potências não significava, de modo algum, que o imperialismo abandonaria seu lado agressivo. A paz não está assegurada totalmente, enquanto os Estados Unidos continuarem exercendo a agressão militar como maneira de resolver os problemas que os ameaçam enquanto sistema, ou exercer a guerra como via para solucionar os problemas internacionais. “A distensão não é ainda um processo irreversível*”* afirma (FIDEL CASTRO, 1975, p. 225, tradução nossa).

A URSS neste momento de distencionamento não se preocupava somente com os EUA, mas sobretudo com o rompimento com a China. Segundo Hobsbawm, a China “acusava Moscou de amolecer diante do capitalismo, forçando assim o pacífico Kruschev a uma posição pública mais inflexível com relação ao Ocidente” (HOBSBAWM, 1995, p. 240).

De acordo com o autor, a descolonização e a Revolução no Terceiro Mundo favoreciam os soviéticos. “Os EUA, nervosos, mas confiantes, enfrentavam assim uma URSS confiante, mas nervosa por Berlim, pelo Congo e por Cuba” (HOBSBAWM, 1995, p. 240).

Apesar de parte dos países do Terceiro Mundo permanecerem alheios ao conflito internacional até após a Revolução Cubana, mesmo na América Latina, com exceção de um ou outro país.

A política de isolamento de Cuba é levada a cabo pelos EUA através da OEA, pois esta organização “não era um corpo inclinado a discordar dos EUA. Quando Cuba fez sua revolução, a OEA a expulsou” (HOBSBAWM, 1995, p. 352).

Apesar das austeras medidas serem suficientemente prejudiciais à Cuba, esta logrou sair do isolamento pela via da aproximação com a União Soviética e os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo, principalmente dos povos da América Latina que aspiravam ideias anti-imperialistas e abriam caminho para a unidade latino-americana.

Neste contexto de isolamento, Cuba afirma que a “política exterior tem como ponto de partida, segundo reza a nossa plataforma programática, a subordinação das posições cubanas às necessidades internacionais da luta pelo socialismo e pela libertação nacional dos povos” (FIDEL CASTRO 1975, p. 230, tradução nossa).

Assim, a Política Exterior da Revolução Cubana é caracterizada desde o princípio pelo momento histórico que vivia o país, de transição para o socialismo, enfrentamento do bloqueio econômico e isolamento político por um lado. Por outro lado, a América Latina alçando-se à luta guerrilheira e na África as lutas de libertação nacional contra o colonialismo a partir da segunda metade do século XX.

Estes fatores internos e externos possibilitaram a elaboração de uma Política Externa com vistas ao avanço do sistema socialista através da unidade e solidariedade.

De acordo com Valdéz Paz, “antes da Revolução, Cuba tinha uma projeção internacional quase nula, não tinha relação com muitos países e a prioridade era com os Estados Unidos” (VALDÉZ PAZ, 2019).

Segundo o sociólogo, a partir dos anos de 1960, com a projeção internacional cubana, se inicia a ajuda aos países do Terceiro Mundo. Esta projeção traz benefícios relacionados à proteção internacional da Revolução Cubana, pois aumenta a defesa da Revolução em muitos países. “A defesa de Cuba no âmbito internacional chega ser desproporcional ao tamanho e peso econômico ou militar de Cuba, comparado a outros países” (VALDÉZ PAZ, 2019).

Para Valdez Paz, o Estado Revolucionário cubano foi inspirado no Internacionalismo, por isso sua projeção foi multifacetária. Foi ao mesmo tempo, uma projeção política, militar, colaborativa, cultural e diplomática.

Cuba socialista corroborou para o êxito da sua vocação solidaria internacional de todas as formas possíveis, através de inúmeras brigadas voluntárias e seguirá fazendo desta premissa as bases das suas relações internacionais: “nosso povo cumpriu neste período histórico com firmeza e sem vacilar e seguirá cumprindo no futuro, com os princípios do Internacionalismo proletário e seus deveres com o movimento revolucionário mundial” (FIDEL CASTRO, 1975, p. 230).

Ao definir sua Política Exterior, o Partido Comunista de Cuba herda do Internacionalismo Proletário os princípios e valores de solidariedade com os povos do mundo. “Consideramos que a unidade do movimento comunista internacional, sob os princípios de Marx, Engels e Lenin, é uma condição indispensável para a vitória da luta internacional dos povos [...]” (FIDEL CASTRO 1975, p. 230, tradução nossa).

A vitória da luta internacional a que se refere Fidel Castro é precisamente no âmbito da luta anti-imperialista. Segundo Lazo, o Internacionalismo cubano cumpriu um papel fundamental para romper o isolamento a que estava submetido, além de preparar-se com mais força para enfrentar o inimigo. Não se trata de uma questão de sobrevivência apenas, mas também de dar suporte na construção de processos revolucionários em outras partes do mundo.

Para Katz, Cuba isoladamente não poderia seguir na construção do socialismo, para isso era preciso aliar-se e apostar em outros processos revolucionários.

> [Cuba] sempre soube que um alcance efetivo do socialismo era impossível numa ilha sozinha e, por isso, tentou altos níveis de complementação com os parceiros do Leste. Esta conexão foi combinada com a aposta em uma sucessão de vitórias revolucionárias na América Latina (KATZ, 2016, p. 285, tradução nossa, colchete nosso).

Esta estratégia política explica a elevada especialização de médicos, engenheiros, educadores e militares desenvolvida na ilha. Em torno destas atividades se construíram os valores de uma sociedade que ponderava os heróis em combate, os brigadistas e as missões internacionais (KATZ, 2016).

Sem dúvida, Cuba teve uma enorme contribuição para o movimento revolucionário mundial e, pelo fato de ter sido a primeira Revolução Socialista no continente latino-americano, carrega uma responsabilidade histórica.

A defesa da paz como princípio no sentido universal nas relações internacionais deve beneficiar igualmente a todos os povos. O exemplo de Angola[189] é um dos mais simbólicos atos de solidariedade internacional do povo cubano na perspectiva da luta anticolonialista e de libertação, foi preciso enfrentar a guerra para alcançar a paz.

A relação de solidariedade mútua entre Cuba e demais países socialistas sintetiza as bases da Política Exterior de Cuba. Desde África, Oriente Médio e Ásia, Cuba estreitou seus laços de reciprocidade no combate ao inimigo comum, o imperialismo. Nas palavras de Fidel Castro, "nossa política exterior nos une a todos os governos anti-imperialistas e progressistas da África, Ásia e América Latina, em particular aqueles que formam parte do Movimento dos Não Alinhados" (FIDEL CASTRO, 1975, p. 236, tradução nossa).

No tocante à manutenção das relações com demais países capitalistas como Canadá, Japão e outros países da Europa, Cuba acreditou ser necessária a aplicação dos princípios da coexistência pacífica na Política Exterior que não estão, necessariamente, restringidas pelas diferenças ideológicas. Isso contribuiu para que muitos países não aderissem ao bloqueio econômico como era de interesse dos EUA (FIDEL CASTRO, 1975).

No que tange à Política Exterior com os EUA, o Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba reiterou publicamente o interesse de retomar as relações diplomáticas. Porém, o essencial para a retomada das relações oficiais seriam as condições de igualdade exigidas por Cuba, sobretudo o fim ao bloqueio econômico. "O que rege para nós neste importante problema é, sobretudo, a nossa política de princípios" (FIDEL CASTRO 1975, p. 243, tradução nossa).

Barack Obama converteu-se no primeiro presidente estadunidense que visitou a nação antilhana depois de 88 anos. Ou seja, antes mesmo do triunfo revolucionário de 1959, presidentes dos EUA já não visitavam a ilha caribenha, este foi então um passo importante para a tentativa de retomada das relações entre Cuba e Estados Unidos (BRASIL DE FATO, 2020)[190].

---

[189] Aqui se trata da participação de Cuba no processo de Independência de Angola, que será desenvolvido no capítulo IV, no qual quase meio milhão de cubanos participaram voluntariamente da missão internacionalista chamada Operação Carlota.

[190] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/07/20/sob-ataque-de-trump-acordo-diplomatico-entre-cuba-e-eua-completa-cinco-anos. Acesso em: 20 de julho de 2020.

A última visita havia sido em janeiro de 1928 quando o então presidente estadunidense Calvin Coolidge, esteve em Havana para participar da 6ª Conferência Panamericana, após isso, a próxima visita foi de Obama.

A chegada de Obama a Cuba aconteceu um ano e três meses depois do anúncio do processo de restabelecimento das relações entre ambos os países, em 17 de dezembro de 2014, feitas publicamente pelo presidente cubano Raúl Castro e o presidente estadunidense Barack Obama (BRASIL DE FATO, 2020).

Este fato histórico foi a tentativa mais próxima, em quase um século, de alcançar o distencionamento e retomar as relações diplomáticas “normais” entre ambos os países. Agora não sabemos quanto tempo mais se demorará para chegar novamente a esta possibilidade.

4.3 NOVOS RUMOS DA POLÍTICA EXTERIOR CUBANA

A Política Exterior cubana foi fundamental para o fortalecimento interno da Revolução. Segundo Lezcano, a participação do povo cubano através das organizações de massas, na Política Exterior cubana, significou um respaldo à Revolução. Por exemplo, “na constituição vigente tem um artigo dedicado à política de solidariedade com o mundo. A constituição foi aprovada pelo povo e após referendo popular foi aprovada pela Assembleia Nacional do Poder Popular” (LEZCANO, 2019).

Para entender a estratégia da Política Exterior cubana, deve-se entender também o contexto em que ela foi elaborada, ou seja, deu-se em meio à correlação de forças internacionais de um mundo bipolarizado enfrentando-se numa Guerra Fria. Neste sentido, Cuba busca construir sua relação com o mundo a partir do projeto socialista, porém, amistosamente se relaciona com países de sistemas opostos como parte do princípio da coexistência pacífica.

Podemos elencar alguns aspectos importantes da construção da Política Exterior cubana, considerando o período histórico da década de 1970. Todos os pontos a seguir foram extraídos do Informe do Comitê Central ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba, apresentados pelo primeiro secretário, Fidel Castro:

1. a política exterior cubana se constituiu sobretudo com base na relação com a URSS, que contribuiu decisivamente para a sobrevivência da Revolução Cubana, principalmente frente às agressões dos Estados Unidos sobre a ilha;

2. também manteve estreita relação com os países da comunidade socialista integrantes do CAME, sobretudo na relação econômica e transferência tecnológica frente ao bloqueio econômico contra o país;

3. baseou-se na construção da unidade em torno dos governos anti-imperialistas e progressistas da África, Ásia e América Latina, particularmente com os países do Movimento dos Não Alinhados. Embora reconheça a heterogeneidade deste movimento, Cuba se esforçou sempre para ampliar as relações de cooperação mútua com países de profunda desigualdade social, bem como, com os que apresentavam contradições comuns com o imperialismo;

4. o princípio da coexistência pacífica foi determinante para não restringir as relações, pesem as diferenças ideológicas. Assim, foi possível estabelecer relações comerciais e econômicas com países como a França, Itália e Inglaterra, bem como com o Japão. Da mesma maneira, as relações com os países escandinavos se deram de modo diferenciado, já que historicamente tais países não carregam o peso do colonialismo;

5. com respeito à África e Ásia, a relação se deu principalmente com os países em processo de independência, cujos movimentos de libertação nacional tinham afinidade com o projeto socialista, tais como Angola, República da Guiné, República Popular do Congo, Argélia, Tanzânia, Zâmbia, Guiné-Bissau e Moçambique;

6. no contexto da América Latina, as posições do México de manter política amigável e de colaboração foi fundamental para Cuba. Assim como Peru, Venezuela, Colômbia e Panamá terem retomado as relações com a ilha fortaleceu o âmbito da independência da política internacional frente às posições da OEA. E, finalmente, a posição de países caribenhos como Jamaica, Guiana e Barbados, contra as imposições de Washington para a América Latina.

Sobre os Estados Unidos, no que se refere à política internacional cubana, o I Congresso do Partido ratificou o princípio de independência, não aceitando qualquer tipo de imposição, chantagem ou subordinação estadunidense para resolver o problema da ruptura. Reconhecendo, assim, a necessidade de retomar as relações “normais” entre Estados, intercâmbios comerciais e financeiros, entre outros, para melhorar as condições de vida do povo cubano.

> Já dissemos que estamos dispostos a negociar, mas reiteramos aqui em nosso Congresso, de frente ao povo cubano, que as negociações oficiais não poderão ser realizadas sem que a política de bloqueio seja

> retificada pelo governo dos Estados Unidos […]. Trata-se de negociar em condições de igualdade e já falamos que o bloqueio é para nós uma faca no pescoço que determina uma situação negociadora que jamais aceitaremos (FIDEL CASTRO 1975, p. 234, tradução nossa).

A seguir, salientam-se os principais pilares da Política Exterior cubana, também com base no Informe Central ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba, os quais estão claramente baseados nos princípios e valores do projeto socialista.

1. princípio de paz: como preceito universal do povo cubano, deve estender-se a outros rincões do planeta para beneficiar de maneira igual a todos os povos. “A paz tem para os comunistas e para todo o povo cubano, um sentido universal. Deve, portanto, estender-se a todos os rincões da terra e beneficiar igualmente todos os povos” (p. 231);

2. construção do socialismo em nível mundial: socialismo como projeto estratégico da classe trabalhadora mundial, “o futuro pertence por inteiro ao socialismo” (p. 233);

3. princípio da solidariedade: solidariedade entre os povos mais agredidos pelo imperialismo. “Nisso consiste precisamente o Internacionalismo proletário que o movimento revolucionário mundial deve cumprir sem vacilar” (p. 232).

Apesar das mudanças ocorridas na geopolítica mundial nos últimos cinquenta anos e algumas delas terem afetado diretamente Cuba, como por exemplo, o fim da União Soviética, não se alteraram os princípios que derivam a Política Exterior da Revolução Cubana e a vigência destes princípios segue sendo a base que sustenta sua prática.

> A decisão cubana de resistir à restauração capitalista depois do colapso da União Soviética gerou um novo susto. A população de uma pequena ilha na fronteira com o centro imperial enfrentou um sufocante isolamento internacional e realizou incomensurável esforço para manter sua independência […] O legado deste período se verifica em muitos planos. Cuba contribuiu com seu método de alfabetização, medicina preventiva e preparação militar a numerosos países da América Latina e África. Este acervo foi particularmente compartilhado entre Angola e Nicarágua nos anos setenta e oitenta, com o Haiti durante o terremoto e atualmente com a Venezuela (troca de educadores por petróleo) ou com a Bolívia (médicos e cirurgias de alta complexidade) (KATZ, 2016, p. 281-285, tradução nossa).

Recentemente, Cuba passou pelo processo de reforma de sua Constituição, a qual ratificou-se o princípio solidário de cooperação e respeito à soberania dos povos.

De acordo com Lazo e Dacal, o Internacionalismo cubano passou por transformações importantes nas últimas décadas, que se refletem inclusive na Constituição do país. A Constituição de 1992, por exemplo, conforme ressalta Lazo, faz menção especial aos internacionalistas: “pelos que massivamente cumpriram heroicas missões Internacionais” (CONSTITUIÇÃO CUBANA, 1992, p. 05, tradução nossa).

Não há um Artigo na Constituição de 1992 que reze sobre Política Externa, diferentemente da nova Constituição aprovada em 2019, a qual um pequeno Artigo é dedicado à Política Internacional.

No entanto, há igualmente no preâmbulo da Constituição dos diferentes períodos da Revolução uma disposição que afirma o ideário do povo cubano apoiado “no Internacionalismo proletário, na amizade fraterna, na ajuda, na cooperação e na solidariedade dos povos do mundo, especialmente da América Latina e do Caribe” (CONSTITUIÇÃO DE CUBA, 1992; 2019)[191].

No capítulo II da Constituição de 2019, sobre Relações Internacionais, reza o seguinte:

> Artigo 16. A República de Cuba baseia as relações internacionais no exercício de sua soberania e princípios anti-imperialistas e internacionalistas, com base nos interesses do povo e, consequentemente: a) reafirma que as relações econômicas, diplomáticas e políticas com qualquer outro Estado nunca poderão ser negociadas sob agressão, ameaça ou coerção; b) ratifica sua aspiração por uma paz digna, verdadeira e válida para todos os Estados, com base no respeito à independência e soberania dos povos e seu direito à autodeterminação, expresso na liberdade de escolher seu sistema político, econômico, social e cultural, como condição essencial para garantir a convivência pacífica entre as nações; […] n) baseia suas relações com os países que constroem o socialismo na amizade fraterna, na cooperação e na ajuda mútua; ñ) mantém e promove relações amistosas com países que, tendo um regime político, social e econômico diferente, respeitem sua soberania, observem as normas de convivência entre os Estados e adotem uma atitude recíproca com nosso país, de acordo com os princípios do Direito Internacional […]. ARTIGO 17. A República de Cuba poderá conceder asilo, de acordo com a lei, aos perseguidos por

[191] Disponível em: http://www.concourt.am/armenian/legal_resources/world_constitutions/constit/cuba/cuba---s.htm e http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constitución%20240%20KB-1.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

> seus ideais ou lutas pela libertação nacional, por atividades progressistas, pelo socialismo e pela paz, pelos direitos democráticos e por suas reivindicações, bem como aqueles que lutam contra o imperialismo, fascismo, colonialismo, neocolonialismo e qualquer outra forma de dominação, discriminação e racismo (CONSTITUIÇÃO DE CUBA, 2019).

Uma vez respaldado pela população através da Constituição, o Internacionalismo como princípio da Política Externa transcende o âmbito da política estatal diplomática.

De acordo com as entrevistas de campo realizadas, foi possível examinar distintas opiniões sobre o Internacionalismo hoje em Cuba.

Por exemplo, Valdés Paz destaca a mudança na projeção Internacional cubana em consequência da mudança na geopolítica, sobretudo na América Latina, nos últimos vinte anos. O que antes era uma projeção orientada a alguns governos e sociedade civil, hoje transformou-se em política de Estado e diplomacia. A mudança está relacionada à ascensão dos governos progressistas na América Latina nas primeiras décadas do século XXI, que possibilitaram um respiro à Revolução Cubana. Valdés Paz menciona o exemplo do Brasil que, outrora, a Revolução Cubana se relacionava com movimentos de esquerda, mas que nas últimas décadas, até 2019, se relacionou também com o governo brasileiro.

> Por exemplo, nos anos de 1960, 1970 até 1980 estávamos engajados com o movimento popular, digamos contestador, de oposição na região, nos anos 2000, o que queremos é constituir uma aprovação de Estado latino-americano. Eu creio que ainda que o discurso internacionalista não tenha mudado, a projeção Internacionalista estreitou muito o seu campo. Se fez mais intergovernamental, interestatal. Não significa que a relação com os movimentos sociais e partidos políticos tenha se reduzido a zero, mas estreitou, se minimizou (Valdés Paz, 2019, entrevista concedida à autora em dezembro de 2019, tradução nossa).

Sobre as referidas transformações ocorridas no âmbito do Internacionalismo cubano, Batista afirma, na mesma direção que Dacal e Lazo, que há diferença ente o Internacionalismo anterior aos anos de 1990 – a qual se verificava um desapego absoluto ao doar-se às causas de outros povos – com o Internacionalismo pós 1990 até os dias atuais. Nestas duas últimas décadas, fruto das necessidades materiais, se

desenvolveu com maior ênfase política de remuneração através da cooperação governamental, em detrimento da solidariedade Internacionalista que possuía outra característica.

Para Batista, o vínculo monetário com as missões Internacionalistas está vinculado sobretudo devido às condições materiais da Revolução Cubana sob os impactos do bloqueio econômico. Neste sentido, há um pragmatismo com relação ao Internacionalismo, “o romantismo e o discurso oficial não se modificou muito, segue baseado na velha tradição cubana, mas o mundo hoje é mais complexo e menos romântico” (BATISTA, 2019).

4.3.1 Saúde como destaque na política solidária internacional

O princípio da solidariedade internacional Cubana não se expressa apenas em ajudas militares nas lutas pela libertação nacional e pelo socialismo, como se deu sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Apesar da mudança na geopolítica mundial e a continuidade da política agressiva por parte dos Estados Unidos e seus aliados, a ilha garantiu seu viés solidário na política internacional.

A política solidária na esfera da saúde pública manteve-se como referência internacional, no entanto com alguns câmbios significativos concomitante ao processo de atualização do modelo econômico.

Ao olhar para o Internacionalismo cubano a partir da colaboração em questões de saúde, pode-se entender como um conjunto de ações concretas que inclui desde a prestação de serviços profissionais à capacitação de profissionais estrangeiros. Estas ações são realizadas em condições de total liberdade por ambas as partes, segundo Maury (2010)[192], com base em princípios e valores humanistas.

Os elementos que caracterizam a colaboração médica cubana são: a) o consenso nacional e vontade política que é um eixo importante no desenvolvimento da Política Externa cubana; b) canalizar, através de governos centrais ou locais, o fortalecimento da estrutura, bem como garantir a sustentabilidade; c) um total de 80% da cooperação no âmbito da saúde disponibiliza capital humano altamente qualificado,

[192] MAURY DEL TORO, José Ágel. **La colaboración medica cubana en Venezuela como expresión del Internacionalismo proletario de la Politica Exterior de la Revolución Cubana** (Tesis de Maestría). Instituto Superior de Relaciones Internacionales "Raúl Roa García". La Habana, 2010. Sin publicar

estimula a formação de recursos humanos e a transferência de tecnologias modernas; d) responder às necessidades colocadas pelas autoridades dos países que recebem a ajuda (SANTANA IGLESIAS[193], 2012, in: REYES, 2016).

A colaboração médica cubana é parte fundamental dos princípios de solidariedade do Internacionalismo Proletário contidos na Política Exterior da Revolução.

> Embora atualmente existam outras formas de cooperação, com diferentes níveis de compensação econômica por parte dos beneficiários, a verdade é que, desde os primeiros anos após o triunfo revolucionário, o novo governo demonstrou sua disposição de ajudar a todos os povos do mundo, especialmente mediante o envio médicos cubanos (REYES, 2016, p. 20, tradução nossa).

Desde os anos 2000 até os dias atuais, a colaboração cubana vem se caracterizando pelo viés da assistência humanitária, sobretudo nas emergências de epidemias ou catástrofes naturais.

Vale recordar que Cuba foi o primeiro país a chegar à África Ocidental para combater a epidemia do Ebola em 2014. O fato de médicos cubanos terem sido os primeiros a chegarem no combate ao ebola enaltece a moral Internacionalista cubana, conforme afirmam diferentes autores.

Este aspecto é ressaltado por Valdez Paz durante nossa pesquisa de campo. O sociólogo afirma que “a prática cubana possui um valor moral e incide na opinião pública internacional sobre Cuba, quando, por exemplo, médicos cubanos são os primeiros a irem combater o ebola na África, arriscando sua própria vida” (VALDÉS PAZ, 2019).

No sentido de reconhecer o esforço solidário da Revolução Cubana, verifica-se a convergência de opiniões a este respeito, as quais enobrecem o altruísmo do povo cubano. Katz (2016), Reyes (2016) e Miranda (2019) discorrem sobre a importância desta missão em especial, conforme se poderá verificar nos trechos a seguir.

> Outra prova recente desta especialização cubana em ações de socorro e solidariedade é o corpo de médicos enviados à África para lidar com a epidemia do ebola. Nada menos que o New York Times dedicou um elogio editorial a esta ação, contrastando os riscos que assumem estes profissionais com a reticência estadunidense em enviar missões ao lugar. Mais chocante é a negação das companhias de seguros em

[193] SANTANA IGLESIAS, Michele. **Caracterización del Programa Integral de Salud como modalidad de cooperación internacional, 1998-2010**. (Tesis de Maestría). Unidad Central de Colaboración Médica. La Habana 2012.

> cobrir o financiamento destas operações (KATZ, 2016, p. 285, tradução nossa).

Nas palavras do Ministro da Saúde Pública de Cuba, Dr. José Angel Portal Miranda, a presença de Cuba no combate ao Ebola foi uma das mais significativas contribuições na área da saúde pública, embora todas as demais tenham sido importantes. Nesta ocasião, milhares de pessoas se demonstraram disponíveis a viajar à África ajudar no combate à morte.

> Todas foram importantes, mas talvez pelo tamanho, pelo que significava enfrentar uma doença mortal e facilmente propagável, a participação de Cuba na luta contra a epidemia do Ebola na Serra Leoa, Guiné Conacri e Libéria se destaca entre todas essas missões, com a presença de 256 profissionais da saúde que se propuseram a combater a morte. Vale ressaltar que mais de 17 mil manifestaram sua vontade de partir para a África Ocidental (MIRANDA, 2019, tradução nossa)[194].

Para Reyes, o compromisso demonstrado pelos médicos que combateram o Ebola na África Ocidental foi reconhecido internacionalmente, mesmo por aqueles que rechaçam a Revolução Cubana.

> A atitude e o compromisso demonstrados por eles têm sido reconhecidos internacionalmente por muitos Estados, organizações e personalidades, alguns dos quais sempre mantiveram uma posição negativa em relação a Cuba. De fato, a ajuda prestada pelos médicos cubanos é um fato de alto e irrefutável valor humano (REYES, 2016, p. 24, tradução nossa).

Sem abandonar as raízes do princípio solidário, mas ao mesmo tempo como condição para enfrentar a debilidade econômica atual que volta a se complexificar em tempos atuais, Cuba mantém o Internacionalismo através do benefício mútuo que consiste na exportação de serviços, sobretudo no setor da saúde.

Para analisar esta tendência, recorremos à Risquet e Miranda a qual demonstram que, apesar do bloqueio econômico, o país segue em condições de brindar ajuda solidária. “Dois terços da colaboração no campo da saúde que Cuba oferece é gratuita. Em outros casos, são nações com recursos para compensar a prestação desses

---

[194] Discurso do Ministro da Saúde Publica de Cuba, Dr. José Angel Portal Miranda, em comemoração aos 20 anos da ELAM. Disponível em: https://salud.msp.gob.cu/?p=2809. Acesso em:15 de novembro de 2019.

serviços ou são patrocinadas por organizações internacionais" (RISQUET, 2008, p. 10, tradução nossa).

No mundo, os profissionais da saúde atuaram em mais de cem países através da exportação de serviços médicos e outros que caracterizam esta etapa do Internacionalismo cubano que se dá de forma gratuita ou compensada a depender de cada situação.

Segundo o Ministro da Saúde Pública:

> Cuba, nessas quase seis décadas de cooperação, está presente em 164 países, com mais de 400 mil profissionais, que já realizaram 1,9 bilhão de consultas, 13,777 milhões de intervenções cirúrgicas e, em nossas universidades, formamos 36,962 mil profissionais de 149 países, o que gerou um amplo reconhecimento internacional de governos, organizações e organismos internacionais, mas acima de tudo, das populações às quais prestamos assistência (MIRANDA, 2019, tradução nossa).

Nesta perspectiva, como já dito, pese a situação econômica, sobretudo no Período Especial, Cuba nunca deixou de prestar ajuda solidária a qualquer país que necessitasse de sua modesta colaboração. A manutenção desta Política Exterior, inaugurada nos anos iniciais da Revolução, é uma prova de que a solidariedade se constituiu em um dos pilares centrais da Revolução.

No período inicial da Revolução, Cuba contava com apenas três mil médicos, pois, como visto, houve uma migração massiva destes profissionais para os Estados Unidos logo após o triunfo revolucionário. Ainda nestas condições de limitados recursos econômicos e humanos, no ano de 1960, Cuba ofereceu sua primeira ajuda solidária no campo da saúde, como verificamos anteriormente.

> A primeira brigada emergente, composta por 25 profissionais médicos, partiu para o Chile com oito toneladas de equipamentos e suprimentos. O objetivo era ajudar a nação que havia sofrido a devastação dos terremotos de Concepción e Valdivia nos dias 21 e 22 de maio (MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ,[195] in: REYES, 2016, p. 20, tradução nossa).

Esta brigada emergente constituiu-se na primeira experiência que se transformou numa modalidade de colaboração médica, as Brigadas Médicas Emergentes,

---

[195] MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ, **Danneris. Impacto de la colaboración médica internacionalista como componente de la diplomacia pública en la política exterior de la Revolución cubana.** (Tesis de Licenciatura). Instituto Superior de Relaciones Internacionales "Raúl Roa García". La Habana, 2016. Sin publicar.

que a partir de então continuam a desenvolver missões como esta em diferentes partes do Mundo.

Da mesma maneira, em 1963 Cuba enviou uma missão médica para a Argélia composta por cerca de cinquenta profissionais entre homens e mulheres[196]. Foi a forma pela qual Cuba pôde solidarizar-se com a recente independência daquela ex-colônia francesa no continente africano (RISQUET, 2008).

Com o êxito nas experiências de colaboração médica internacional, no final da década de 1970 se inicia outro tipo de colaboração, a partir de contratos com organismos internacionais na área da saúde. Através desta modalidade, se firmaram diferentes convênios, conforme afirma Martínez Domínguez (2016).

> Profissionais do setor de saúde de Cuba trabalham como assessores ou representantes de instituições internacionais em alguns países. Entre essas organizações se encontram: a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde como um todo (OMS/OPAS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ, in: REYES, 2016, p. 21, tradução nossa).

No avançar da década de 1980, Cuba experimentou um avanço significativo nos termos da sua colaboração médica, uma vez que o país contava com o auge econômico que permitiu o desenvolvimento de uma série de programas na esfera da saúde e a aquisição de novas tecnologias de ponta para qualificar os novos centros médicos e desenvolver o setor da saúde no âmbito nacional.

> Esse progresso, juntamente com o prestígio alcançado no mundo pelos médicos cubanos, fez com que vários países, que não estavam incluídos precisamente entre os mais atrasados economicamente, desejassem contratar médicos de nosso país […]. Neste contexto, decide-se criar uma modalidade nova de colaboração: as missões com Assistência Técnica Compensada (ATC). Esse novo tipo de missão tem a particularidade de que os colaboradores sejam contratados pelo país anfitrião, pagando um salário do qual um por cento é remetido à Cuba (REYES, 2016, p. 21, tradução nossa).

Graças ao ATC, Cuba pôde manter o fluxo de médicos e médicas de forma gratuita aos países mais necessitados economicamente.

---

[196] De acordo com Reyes (2016), participaram desta missão na Argélia, um total de 58 colaboradores, entre médicos, enfermeiros, dentistas e técnicos de saúde.

Após o desaparecimento do campo socialista durante o conhecido Período Especial, a colaboração médica internacional esteve à beira da extinção. No entanto, várias alternativas foram aplicadas para manter a assistência. As missões da ATC foram aprimoradas em diferentes países que mantiveram a colaboração mútua, tais como Angola, Moçambique, África do Sul, Zâmbia, Brasil e Iêmen. “Este foi um elemento decisivo para a economia do país, contribuindo com aproximadamente US$ 7 milhões por ano” (REYES, 2016, p. 22, tradução nossa).

No que diz respeito à ajuda solidária gratuita, embora tenha registrado uma diminuição considerável nos anos de 1990, esta foi mantida na medida das possibilidades do país, valendo-se do princípio da solidariedade internacional, naquilo que Fidel Castro se referia de saldar a própria dívida com a Humanidade. Foram centenas de médicos e médicas que atuaram como colaboradores da saúde representando a Revolução Cubana.

> O que têm sido os colaboradores da Saúde de Cuba durante mais de meio século de Revolução em mais de 100 países do planeta? Mensageiros de Cuba? Diplomatas da Saúde ou diplomatas do Governo? Missionários revolucionários ou missionários cristãos? ou simples e humildes trabalhadores humanistas da saúde? A resposta às perguntas que se colocam no início é que os colaboradores cubanos internacionalistas da Saúde foram tudo isso durante o exercício de sua profissão em dezenas de países: embaixadores, missionários, humildes trabalhadores da saúde, humanistas e por isso muitas crianças receberam o nome de Fidel, Raúl, Camilo, Célia, Vilma, porque as mães pediam que a sua filha ou filho fosse dado o nome de figura destaque do país de onde vinham aqueles que salvaram vidas e aliviaram suas dores (UNIDADE CENTRAL DE COOPERACIÓN MÉDICA, 2012, p. 07; tradução nossa).

Apesar do atributo econômico que caracteriza hoje em dia muitas das missões médicas, vale ressaltar que em casos de desastres naturais há uma política específica de Cuba para prestar auxílio independentemente da ajuda econômica, do regime social ou da característica do governo no território afetado.

Para Miranda, há muitos exemplos no trabalho de cooperação e solidariedade internacional na área da saúde do que Cuba representa para outros povos do mundo.

> Além da formação de recursos humanos no exterior e em Cuba, há muitos outros exemplos do que o país representou para outros povos no campo da saúde desde a ajuda prestada ao Chile em 1960, após um forte terremoto que causou grandes danos, perdas materiais e hu-

> manas naquele país irmão; o nascimento da colaboração médica cubana em 1963 na República da Argélia, até sua extensão a países da África, América, Oriente Médio e Ásia (MIRANDA, 2019, tradução nossa).

De maneira cronológica, as colaborações prestadas em carácter emergencial desde o triunfo revolucionário podem exemplificar a magnitude do esforço cubano. Os dados a seguir foram extraídos de Risquet (2008).

1) No Chile, após o terremoto de 1960 e 1971;

2) No Peru, em 1970, além de ajuda médica de emergência, foram enviadas bolsas de sangue doado por 100 mil cubanos. Posteriormente, as brigadas cubanas de construção civil, construíram 15 centros hospitalares no país andino;

3) Na Nicarágua, em 1972, mesmo a ditadura de Somoza não foi obstáculo para a chegada imediata do hospital de campanha e doação de sangue, equipe de saúde e medicamentos necessários após o terremoto;

4) No Vietnã, a Brigada Médica Cubana sob o emblema da Cruz Vermelha, conduziu no período de maio de 1972 a janeiro de 1973 um total de 1.969 operações em condições de guerra, muitas vezes sob os bombardeios ianques;

5) Em 1973, uma força militar cubana agiu na República Árabe da Síria quando a agressão israelense deixou milhares de vítimas.

Honduras, em 1974, recebeu igual solidariedade após um devastador ciclone;

6) Argélia, em 1980, México, em 1985, El Salvador, em 1986, Equador, em 1987, Armênia, em 1988, e Irã, em 1990, tiveram a presença solidária cubana após terremotos que devastaram estes países;

7) Em abril de 1986, após o acidente nuclear em uma das usinas atômicas de Chernobyl, a que produziu uma tragédia humana de proporções enormes, Cuba ofereceu imediatamente assistência médica às crianças que vieram para Cuba receber tratamento especializado. De 1990 a 2003, 20.400 pacientes da Ucrânia, Bielorrússia e Rússia, em sua grande maioria menores, foram e continuam sendo tratados em Cuba;

8) A Nicarágua Sandinista, em 1988, recebeu ajuda após passagem de um ciclone. Em 1990, após as inundações da costa atlântica, o país também recebeu ajuda, assim como em 1992, devido à erupção do vulcão Cerro Negro;

> O número total de trabalhadores internacionalistas cubanos que marcharam para colaborar com outros povos até hoje [2008], desde a Brigada Médica da Argélia em 1963, é de 178.501: cerca de 86 mil na África, mais de 71 mil na América e no Caribe, mais 16.000 na Ásia e no Oriente Médio e quase 4.000 na Europa; 160 países no total, dos quais 90% correspondem ao Terceiro Mundo. (RISQUET, 2008, p. 11, tradução nossa, colchete nosso).

Na década de 1990, após a queda da União Soviética e o recrudescimento do Bloqueio Econômico contra Cuba, se potencializou a criação de uma nova modalidade de cooperação médica, denominada ATC (Assistência Técnica Compensada) que consiste em atividades de colaboração por vias de contratos diretos, ou seja, entre Cuba e o país que recebe o serviço, de maneira que parte do pagamento do serviço prestado pelos médicos sirva para ajudar o país a garantir o restante da colaboração médica que se dava de forma gratuita, bem como manter os serviços de saúde no país, haja visto a precariedade da situação econômica resultante do bloqueio. “Assim, nenhuma das unidades do Sistema Único de Saúde do país deixou de funcionar e o modelo de médico de família continuou a se espalhar pela ilha (MINISTÉRIO DE SAÚDE PÚBLICA DE CUBA)[197].

No final da década de 1990, apesar de Cuba ainda estar sob os efeitos do Período Especial, foram criados outros programas importantes que demarcaram a colaboração cubana tanto no aspecto da colaboração médica internacional, quanto no aspecto da formação de recursos humanos. O PIS (Programa Integral de Saúde), foi criado após o envio de brigadas médicas para a região centro-americana e caribenha (Haiti, Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Belize, República Dominicana, entre outros), após a passagem dos furacões George e Mitch, que arrasaram a América Central e Caribe em 1998; neste contexto se detectou a urgência em melhorar o acesso à saúde nestas regiões. Assim, o PIS passou a ser uma das modalidades mais importantes da ajuda médica cubana “contribuindo até a atualidade com mais de 25 mil colaboradores em mais de 57 países” (REYES, 2016, p. 22, tradução nossa)[198].

---

[197] MINISTÉRIO DE SAÚDE PÚBLICA DE CUBA. Disponível em: https://salud.msp.gob.cu/historia/. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

[198] No que se refere aos programas de formação em recursos humanos, podemos destacar os mais relevantes de acordo com os dados acumulados até 2012. “1) Programa Nacional de Capacitação em Medicina Integral Comunitária (PNFMIC) na Venezuela: 19.151 alunos. 2) Programa de Medicina no Exterior: 1.962 alunos (Angola: 1.493, Timor Leste: 910, Bolívia: 54, Guiné Bissau: 237, Tanzânia: 50 e Guiana: 70). 3) Programa de formação tradicional: 741 alunos (Eritreia: 263, Guiné Equatorial: 287 e Gâmbia: 191). 4) Escola Latino-Americana de Medicina da Venezuela (ELAM Venezuela): 1.608 alunos. 5) Licenciatura em Enfermagem: 2.129 alunos (Angola: 2.001, Gâmbia:

> O PIS representa a consolidação da atividade internacionalista em saúde que o precedeu, tendo como princípios: o envio gratuito de colaboradores de alto nível científico, especialmente Médico Geral Integral por um período máximo de dois anos, a formação de recursos humanos autóctones, a disponibilização de serviços em áreas rurais onde seu trabalho não interfira com o dos médicos do país em questão e atendam a toda a população sem distinção de raça, credo ou ideologia, sem misturar-se em questões de política interna e respeitando as leis e costumes dos países em que trabalham (EXPÓSITO, 2009, tradução nossa)[199].

Para materializar este programa, Cuba aportou com recursos humanos dispostos a servir nos lugares mais apartados para salvar vidas, mas também para elevar a qualidade de vida dos habitantes das regiões socialmente marginalizadas. Reyes reafirma o discurso acima citado ao afirmar alguns princípios fundamentais regem o programa:

> Os princípios que regem esse programa são: 1) Envio gratuito, pelo tempo necessário, de profissionais e técnicos de saúde, especialmente dedicados à atenção primária; 2) As Brigadas prestam seus serviços em áreas rurais; 3) Os médicos prestam seus serviços a toda a população sem distinção de raça, credo e ideologia, sem se misturar em questões internas da política e respeitar as leis e costumes dos países em que trabalham (REYES, 2016, p. 22, tradução nossa).

Somente o PIS não era suficiente para resolver o problema destes países que sofriam com a ausência de médicos e profissionais da saúde, de maneira que concomitantemente, foi criada a ELAM (Escola Latino Americana de Medicina). A ELAM surgiu com o propósito de formar médicos integrais de maneira gratuita nos países afetados pelos furacões acima mencionados, mas também de outras regiões da América Latina e Caribe, assim, a Escola expandiu sua atenção recebendo jovens de todas as partes do mundo.

---

87 e Guiné Equatorial: 41). 6) Carreiras em Tecnologias da Saúde: 691 alunos (Angola: 618 alunos do Laboratório Clínico e Eletromedicina, Haiti: 32 alunos da Eletromedicina e Gâmbia: 41 da Saúde Pública)" ((UNIDADE CENTRAL DE COOPERACIÓN MÉDICA, 2012, p. 11; tradução nossa).

199 EXPÓSITO. Yíliam Jiménez. El Programa Integral de Salud de Cuba. Un Modelo de Cooperación Sur- Sur. Disponível em: tps://www.medigraphic.com/pdfs/revcubsalpubint/spi-2010/spi101g.pdf.Acesso em: 10 de agosto de 2020.

A ELAM foi uma importante iniciativa do governo cubano no que se refere à formação de profissionais da medicina, inserida no campo da solidariedade internacional como uma das mais destacadas experiências na formação de médicos e médicas populares para salvar vidas em todos os rincões do mundo, especialmente nas zonas mais pobres do planeta.

De acordo com Risquet, “o projeto consistia em oferecer bolsas de estudo a jovens dessas localidades e países desfavorecidos para estudar medicina, com o objetivo de retornar a seus locais de origem em seis ou sete anos para substituir os médicos cubanos” (RISQUET, 2008, p. 11, tradução nossa).

Após ultrapassar a meta estabelecida – a formação de quinze mil estudantes provenientes de países pobres –, a Escola Latino Americana de Medicina transformou-se também em fonte de entrada de recurso financeiros para Cuba. A maioria dos estudantes a partir da última década autofinanciam seus estudos ou ingressam a partir de convênios governamentais. A Escola não se fechou totalmente para a política de bolsas, haja visto que estudantes de alguns países em situação de conflito ou de maior vulnerabilidade ainda são recebidos para estudar gratuitamente na Ilha.

Em 2006, segundo Fidel Castro, Cuba estava trabalhando para criar o melhor capital médico do mundo para Cuba, América Latina e outros continentes.

> Haverá 12 mil estudantes na ELAM e já há 2 mil bacharéis bolivianos aqui. E muitos países já estão solicitando que formemos médicos para eles; temos com que formá-los e ninguém pode formá-los melhor […] E nosso país deverá formar, nos próximos dez anos, cerca de 100 mil médicos latino-americanos e caribenhos, de acordo com os princípios da ALBA [Alternativa Bolivariana para as Américas], firmados entre Cuba e Venezuela, que atingirá um número igual, na marcha decisiva pela integração dos nossos povos (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 472, colchete do autor).

O princípio fundamental da ELAM é o acesso à saúde como direito universal, ou seja, que a saúde deixe de ser privilégio de poucos para tornar-se direito da maioria, conforme as palavras do Ministro de Saúde Pública de Cuba.

> Foi assim nesses vinte anos, quando mais do que uma instituição de ensino, a ELAM tem sido um lugar onde o respeito e o amor à humanidade são cultivados, e centenas de jovens de diversas culturas, origens, fé e idiossincrasias encontram um projeto comum […] O objetivo desta escola desde o início não foi outro, senão, formar médicos orientados para o trabalho da atenção primária à saúde, como cenário fundamental para seu desempenho profissional. Também prioriza que

> eles tenham acesso a uma elevada preparação científica, humanista, ética e solidária, para que sejam capazes de atuar em seu entorno, atender às necessidades de saúde de seus povos e contribuir para o desenvolvimento humano sustentável (MIRANDA 2019, tradução nossa).

Ao completar duas décadas de existência, a Escola formou trinta mil médicos de cem nacionalidades, ainda assim, continuará oferecendo todos os seus esforços, suas experiências e recursos humanos especializados disponíveis para que outros países possam se beneficiar deste acumulado humano e científico que o país produziu em mais de meio século. Também, manterá suas universidades médicas disponíveis para a formação e capacitação de profissionais e técnicos no campo da saúde, bem como o avanço científico através da criação dos produtos da indústria médica farmacêutica e de biotecnologia para influenciar o escopo da cobertura de saúde universal (MIRANDA, 2019).

Para além de oferecer estrutura e recursos humanos especializados para a formação médica em Cuba, a ilha também oferece este tipo de formação a outros países, o que se conforma em uma das características principais no campo da formação acadêmica. Este tipo de cooperação obteve vínculos com 19 países, somente no ano de 2012, sendo que em países como Venezuela, Angola, Timor Leste, Bolívia, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Tanzânia, Guiana, Eritréia e Gambia, Cuba assumiu a parte docente das faculdades de medicina. Em um total de 19 países, o número de professores cubanos passou de três mil, destes 78,3% estiveram na Venezuela, conforme o anuário de 2012 da Unidade Central de Cooperação Médica, “3.478 professores cubanos em universidades, faculdades e escolas de medicina constituíram-se na expressão do princípio enaltecido pelo líder histórico da Revolução Cubana, Fidel Castro Ruz, de compartilhar o que temos e não, de dar o que nos sobra” (UCCM, 2012, tradução nossa).

Ainda no campo da solidariedade médica, Cuba lançou em 2004 a campanha Operação Milagre (OP), que em essência consiste preservar ou recuperar a visão de pelo menos seis milhões de pessoas na América Latina e Caribe. “Em setembro de 2005, o número de caribenhos operados da vista em nosso país crescia já para 4.212, e o de venezuelanos chegava a 79.450, que somados atingiam o número de 83.662” (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 473).

Segundo o Ministro de Saúde Pública, a Operação Milagre, iniciada em 2004, até o presente momento já devolveu ou melhorou a visão de mais de 03 milhões de

pacientes da América Latina, Caribe e África. A Bolívia e Venezuela foram países a implementarem a experiência e adquiriram tecnologia da Operação Milagre para incluir em seus programas de saúde pública (MIRANDA, 2019).

A Operação Milagre é um programa que impacta positivamente em muitos países pobres, “se estima que há 37 milhões de cegos no planeta, dos quais 80% correspondem a causas curáveis” (UCCM, 2012, tradução nossa).

Até 2012, a quantidade de operados pela Operação Milagre foi de 2.457.116 pessoas de forma totalmente gratuita. Em alguns países, a Operação Milagre constituiu-se na coluna vertebral da Cooperação Médica Cubana em conjunto com as ações do PIS, como é o caso do Paraguai, por exemplo, que no ano de 2012 alcançou o número de 2.826 intervenções cirúrgicas, sendo a maioria de catarata – principal causa de cegueira e deficiência visual no mundo – chegando à cifra de 1.907 operações, ou seja, mais de dois terços do total (UCCM, 2012).

No Uruguai, a Brigada Médica Cubana também atua na modalidade da Operação Milagre desde 2007. Neste país sul-americano foram atendidos, até 2012, 417.339 pacientes, com um total de 43.468 operações realizadas.

A Brigada Médica Cubana também atua em outros países na modalidade Operação Milagre, como é o caso da Guatemala e Guiana, por exemplo.

Na Guiana, foram 23.265 pacientes atendidos e 1.070 intervenções cirúrgicas, sendo destas 602 de catarata, e ainda:

> Se realizaram 19 trabalhos de campo pela Operação Milagre, pesquisando 2.784 pacientes e diagnosticando 181 com catarata. Estas pesquisas foram realizadas pela equipe do Cento Oftalmológico nas regiões distantes e de difícil acesso, conseguindo resgatar pacientes que por suas condições socioeconômicas ou geográficas não têm acesso aos serviços de saúde. (UCCM, 2012, tradução nossa).

Na América Central também se levou a cabo o programa Operação Milagre no âmbito do PIS. Na Nicarágua, por exemplo, foram realizadas cem mil cirurgias oftalmológicas. Em 2012, Cuba esteve presente em 47 países com brigadas médicas nas modalidades PIS e OP (UCCM, 2012).

Para além do PIS e Operação Milagre, a ilha também se fez presente através de outras modalidades, como ATC em diferentes países, como a Jamaica, onde em

2012 se realizaram mais de mil cirurgias no Centro Oftalmológico Cuba-Jamaica, assim como no Equador, entre 2006 a 2012, portanto, em seis anos de trabalho, se realizaram 42.961 cirurgias pelo programa Operação Milagre.

Com a Venezuela, Cuba mantém um programa de cooperação especial e de maior abrangência na área da saúde. Com relação ao programa Operação Milagre, o país conta com 18 Centros Oftalmológicos onde atuam profissionais cubanos. Em 2012 se realizaram 67.370 intervenções cirúrgicas, das quais 12.197 foram de cataratas.

O programa Operação Milagre atua de forma integrada com outros programas, seja na modalidade PIS, seja na modalidade ATC.

Para além dos programas de saúde e de formação de profissionais (PIS, ATC, ELAM etc.), outra iniciativa que elevou o patamar da saúde cubana no âmbito internacional foi a conformação da brigada especializada em desastres naturais e epidemias. O Contingente Internacional de Médicos Especializados em Situações de Desastre e Epidemias Graves, denominado Contingente Henry Reeve, que atua em situação emergencial, como o próprio nome aclara.

O Contingente Henry Reeve se originou em 2005, após a passagem do furacão Katrina nos EUA, que deixou a cidade de Nova Orleans completamente arrasada, com mais de 1.300 mortes e prejuízos calculados em US$ 75 bilhões (MONZÓN, 2020)[200].

Naquela ocasião, o governo dos EUA se recusou receber a ajuda de Cuba. No entanto, o Contingente continuou se consolidando e brindando ajuda em distintos países quando afetados por desastres naturais ou epidemias (REYES, 2016).

A missão do Contingente Henry Reeve, é prestar ajuda humanitária-médico-sanitária, de maneira voluntária, às populações de países vítimas de desastres naturais e epidemias, bem como contribuir no seu processo de recuperação. Dependendo da situação de adversidade ou sanitária, o Contingente é mobilizado entre 24 e 48 horas, contando com a participação de pessoas já experientes em missões internacionais de saúde (MONZÓN, 2020).

O trabalho do Contingente está assentado nos seguintes princípios: saúde como direito universal, direito à paz, à dignidade humana e a solidariedade mútua entre os povos, conforme afirma o Cônsul de Cuba em São Paulo.

---

[200] Pedro Monzón Barata é Cônsul Geral do Consulado Geral de Cuba em São Paulo, desde 2018 até o momento atual.

> **A defesa e exercício do direito humano à saúde** que implique o acesso e cobertura universal de saúde, gratuitos e sem distinção de raça, religião, ideologia política ou condição econômica ou social, de pessoas e comunidades a serviços integrais adequados e oportunos e determinado de acordo com suas necessidades. **A promoção do direito humano à paz** defende o pleno gozo dos direitos derivados da dignidade inerente a toda pessoa humana, o que inclui o direito à vida. Promove o diálogo e a cooperação internacional com o objetivo de melhorar os indicadores de saúde da população afetada, com base no respeito e nas necessidades dos países solicitantes de ajuda; e responde a emergências, desastres ou epidemias, que podem significar um obstáculo para a paz no futuro; bem como reconhecer o pleno desenvolvimento de uma cultura de paz. **O Humanismo** que ratifica a dignidade do ser humano, baseado na igualdade e na justiça social e contribui para o desenvolvimento dos povos, em particular, proporcionando saúde para todos. **A solidariedade** que une os homens e os povos de maneira que o bem-estar de um determina o do outro. Baseia a ajuda mútua e a colaboração entre povos e nações, independentemente das diferenças entre seus sistemas políticos, econômicos e sociais ou de seus níveis de desenvolvimento; enquanto pratica a tolerância, o respeito pelas suas tradições e cultura e a promoção da paz (MOZON, 2020.)

No mesmo ano da sua criação Cuba enviou, de uma só vez, o Contingente com centenas de profissionais especializados – destes, 600 médicos – para atender as vítimas do furacão *Stan* na América Central. Ainda em 2005, foram para Caxemira, no Paquistão, mais de 2.500 mil profissionais, dos quais 1.463 eram médicos, após o terremoto que deixou milhares de pessoas mortas e feridas.

Num período de quinze anos (2005 – 2020), o Contingente esteve presente em 46 nações e cinco territórios não autônomos, os quais podemos destacar por região, sendo: América Latina e Caribe em 22 países; Ásia e Oceania em 5 países; África Subsaariana em 13 países; Norte da África e Oriente Médio em 3 países; Europa em 3 países; além de territórios britânicos não autônomos[201]. O número total de cubanos profissionais de saúde que participaram dessas missões ultrapassam a cifra de 9.000, aproximadamente 4 milhões de pessoas receberam atendimento médico e mais de 89.000 vidas foram salvas (MOZÓN, 2020).

---

[201] América Latina: Antígua e Barbuda, Barbados, Belize (2 vezes), Bolívia, Chile (2 vezes), Dominica (2 vezes), Equador, El Salvador, Guatemala, Granada, Haiti (4 vezes), Honduras, Jamaica, México (3 vezes), Nicarágua, Peru (2 vezes), Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Saint Kitts e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela. Ásia e Oceania: China, Ilhas Fiji, Indonésia, Nepal e Paquistão. África Subsaariana: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Conakry (2 vezes), Guiné Equatorial, Quênia, Libéria, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa (2 vezes), África do Sul e Togo. Norte da África e Oriente Médio: Emirados Árabes Unidos, Catar e Kuwait. Europa: Andorra, Azerbaijão e Itália. Territórios Britânicos Não-Autônomos assistidos: Anguila, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens, Montserrat e Martinica, departamento ultramarino da França.

A cada contingente de médicos que saía de Cuba para missões internacionais desta natureza, Fidel os encontrava pessoalmente para dirigir-lhes suas palavras, conforme depoimento a Ignacio Ramonet.

> Uma por uma, a cada uma destas brigadas, dirigi minha palavra, despedi-me delas. Sabemos o que estão fazendo nossos compatriotas em todas as partes, estamos em permanente comunicação com eles, os membros do contingente Henry Reeve e muitos outros. Há toda uma bela história, que nesse momento se desenvolve, como nunca antes na história e na vida da nossa Revolução (FIDEL CASTRO, in: RAMONET, 2006, p. 473).

O Contingente Internacional de Médicos Especializados em Situações de Desastre e Epidemias Graves “Henry Reeve” é reconhecido por organismos internacionais como a OMS, a qual em sua 70ª Assembleia Mundial da Saúde dedicou-lhe homenagem. O Prêmio Dr. Lee Jong-wook da Organização Mundial da Saúde, foi um reconhecimento ao trabalho de Cuba em medicina de emergência.

Na América Latina, a maioria dos países foram beneficiados com o trabalho das missões médicas e outros programas de saúde através de convênios entre governos e a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)[202].

No Brasil, o Programa Mais Médicos é um dos exemplos desta colaboração. De acordo com o Ministro de Saúde de Cuba, o Programa “permitiu o acesso aos serviços de saúde para mais de 60 milhões de pessoas, das quais 45 milhões foram cobertas pelos mais de 19 mil colaboradores cubanos que participaram deste projeto” (MIRANDA, 2019, tradução nossa).

O Programa iniciado em 2013 foi marcado pela presença de médicos e médicas nas localidades de maior vulnerabilidade socioeconômica e de difícil acesso no Brasil. Através do Programa, mais de 30 comunidades indígenas da Região Amazônica puderam ter acesso a atendimento médico pela primeira vez (MIRANDA, 2019).

Em novembro de 2018, o Governo cubano anunciou a retirada dos profissionais do Programa Mais Médicos por não compactuar com a nova política ultraconservadora de características neofacistas no Brasil, a qual passou a tratar com hostilidade os médicos e médicas da Revolução Cubana.

---

[202] A OPAS (Organização Pan Américana de Saúde) é um organismo internacional de saúde criada em 1902, com a missão de melhorar a situação da saúde pública dos países latino-americanos. É um organismo vinculado à OMS (Organização Mundial da Saúde) e da OEA (Organização dos Estados americanos) e da ONU (Organização das Nações Unidas).

Com estes exemplos, Cuba demonstra na sua prática que a solidariedade, a ajuda mútua e a colaboração entre os povos são a expressão máxima do seu Internacionalismo. De acordo com Reyes (2016), o povo cubano:

> Demonstra a magnitude e a transcendência da ajuda que prestamos, principalmente de maneira desinteressada e sempre com caráter altruísta, a milhões de pessoas nos países mais pobres do mundo [...]. Por isso, depois de ver todos os elementos levantados, não parece prudente questionar a validade e a transcendência de que, como parte da projeção internacional do governo cubano, a colaboração médica fornecida por nosso país a muitas nações do mundo (REYES, 2016, p. 24, tradução nossa).

É através da prática de solidariedade, demonstrada em cada passo da sua trajetória, que a Revolução Cubana continua fazer frente ao mundo globalizado. Esta prática internacionalista é a força moral que mantém o projeto socialista contra a perversidade do sistema capitalista.

Apesar da tendência crescente das missões de tipo ATC, por questão de sobrevivência econômica, “não diminui o valor ou o prestígio de todo o sistema de colaboração médica estabelecido por Cuba” (REYES, 2016, p. 24, tradução nossa) no âmbito da política de solidariedade internacional.

Ao problematizar esta questão do caráter monetário que adquirem as missões médicas de solidariedade, durante nossa pesquisa de campo, Valdés Paz é enfático ao defender que a política cubana continua sendo gratuita aos países mais necessitados, ou em “situação especial”, mas que, para os países em condições financeiras melhores que Cuba, é mais do que justo pagar pelo serviço recebido.

> Nós oferecemos gratuitamente [ajuda médica], mas se um país está melhor que nós [financeiramente], que devolva em alguma medida este ato […] pois o esforço necessário para prestar esta cooperação segue sendo enorme, quase uma guerra, quase como se estivesse indo a um combate. Então que se dê um pouco de peso [dinheiro] para que comprem suas coisas, e ainda assim, é muito pouco pelo seu exercício […] (VALDÉS PAZ, 2019).

E continua:

> É preciso fazer uma distinção entre a política de Estado e a disposição das pessoas. Ou seja, a política do governo é que: o que o antes era gratuito, agora apenas se doa ao país que esteja em piores condições

> que nós, os que estejam melhores que nós, que retribuam minimamente a cooperação, esta é a política de Estado hoje (VALDÉS PAZ, 2019).

Apesar das manobras e tentativas de isolamento levadas a cabo pelos Estados Unidos, de forma direta ou indireta através de organismos como a OEA, a Revolução Cubana sobreviveu graças ao princípio da solidariedade emanado de sua Política Exterior.

> Nos últimos 55 anos, mais de 600 mil cubanos forneceram serviços médicos em 160 países. Durante todo este tempo o Departamento de Estado do governo estadunidense utilizou inúmeras táticas sujas para desacreditar e minar seu propósito de administrar a saúde aos pobres, principalmente na América Latina (BRASIL de FATO, 2020)[203].

As milhares de ações de solidariedade, sejam no âmbito da saúde ou em outras esferas, possibilitaram ao mundo conhecer os propósitos da Revolução Socialista em Cuba. O maior desafio hoje é ser consequente com os mesmos princípios que levaram Cuba ao patamar de uma Revolução mundial.

4.4 OS IMPACTOS DA REVOLUÇÃO CUBANA NA AMÉRICA LATINA

A Revolução Cubana foi o berço das lutas sociais e políticas na América Latina após 1959. A combinação entre revolução socialista e de libertação nacional trouxe novas possibilidades de unidade continental na luta pelo socialismo.

Cuba passou a ser a referência principal em todos os aspectos da luta revolucionária, pois as transformações ocorridas no âmbito da revolução socialista não tinham sido possíveis, até então, mesmo nos países mais desenvolvidos do continente.

Nesta perspectiva, torna-se modelo referente para as lutas que se desencadeiam nas décadas posteriores e transforma-se na principal articuladora e aglutinadora dos movimentos de libertação nacional, não apenas latino-americanos, mas também mundiais.

---

203 Disponível em: https://www.brasildefators.com.br/2020/08/31/as-tentativas-de-boicotar-as-brigadas-medicas-henry-reeve-nao-terao-sucesso. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

Em 1965 foi realizada a Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, conferência esta dedicada a debater temas comuns no continente e em âmbito mundial. Por exemplo, a solidariedade com a Revolução Cubana, solidariedade ao Vietnã[204], bem como a unidade dos partidos comunistas em nível internacional diante das divergências e agudas contradições existentes no interior do campo socialista, sobretudo entre a União Soviética e a China.

A posição de Cuba sobre as discrepâncias chino-soviética, desde o princípio foi pela defesa da unidade de princípios do campo socialista, seja em quaisquer circunstâncias, pois, a "[…] a divisão, seja qual for o pretexto, contribui com o imperialismo e prejudica as lutas dos povos, sobretudo no momento em que a onda revolucionária também tocava as portas dos países hegemônicos do mundo do capital" (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2013, p. 128, tradução nossa).

De acordo com Che Guevara, é característico haver diferenças em torno da tática, do método de ação etc., mas jamais deve existir discrepâncias em torno da estratégia, neste aspecto, o campo socialista deveria ser intransigente para lograr a destruição do imperialismo.

Neste sentido, a América Latina optou por construir a unidade estratégica através da luta armada. O triunfo de Cuba em 1959 levantou os ânimos da luta revolucionária e Che Guevara foi um dos principais expoentes da estratégia latino-americana, a conquista do poder pela via armada. Para a organização desta estratégia e articulação dos movimentos de luta contra o imperialismo foram criados instrumentos importantes, como a OSPAAAL, para dar o respaldo necessário aos movimentos de libertação nacional e não deixar que as diferenças internas do campo socialista frustrassem a revoluções no Terceiro Mundo.

---

[204] Vale a pena recordar que a situação do Vietnã era um assunto candente. Comunistas do mundo inteiro declararam apoio e solidariedade internacional à luta vietnamita e contra a investida militarista do imperialismo estadunidense. Enquanto o imperialismo estadunidense se expandia e reforçava seu autoritarismo militarista pelo mundo, as divergências no interior do campo socialista se agudizam e levam à divisão entre URSS e China e, consequentemente, à diminuição do apoio do campo socialista à luta vietnamita. Cuba, por sua vez, criticou estas desavenças e ofereceu apoio, inclusive militar, ao Vietnã (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2013). O exemplo do Vietnã demonstra a conexão de solidariedade internacional contra a guerra imprevista e converge num ponto de unidade nos movimentos revolucionários do mundo inteiro. Na América Latina não foi diferente, mesmo que aparentemente a guerra no Vietnã não tenha nada a ver com o continente latino-americano, a expansão da guerra imperialista traz implicações diretas a todas as regiões do mundo. Na América Latina uma das referências em prol da causa vietnamita foi a consigna proclamada por Che Guevara em 1966, conhecida como "mensagem aos povos do mundo", onde afirma a necessidade de se criar dois, três… muitos Vietnãs como forma de debilitar a ação imperialista.

4.4.1 A OSPAAAL como catalisadora da luta pela Revolução Socialista

Após o triunfo da Revolução Cubana se construiu, na América Latina, terreno fértil para lutas nacionais e sociais que se expandiam a partir da década de 1960, na maioria dos países utilizando o método da luta armada (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2013).

No bojo deste processo, começa a gestar-se em Cuba uma nova "Internacional" a partir dos anos de 1960 – no sentido de articular os movimentos em luta de todos os continentes – para preencher o vazio deixado pela Terceira Internacional. Após a política de coexistência pacífica estabelecida pela União Soviética, a luta internacional sob influência, ou com o apoio, da URSS também dava um passo atrás no enfrentamento ao capitalismo, bem como se reduziu o apoio às lutas continentais nos processos de libertação nacional.

> A Tricontinental e a OSPAAL tentam preencher o vazio deixado pelo desaparecimento da Terceira Internacional e construir uma nova Internacional de movimento internacional de libertação nacional (MLN), claramente definida como anti-imperialista e com inclinação para o socialismo (GARCIA, 2019).

A reinvenção do Internacionalismo a partir da Revolução Cubana teve relevo através da Tricontinental em 1966, um ano antes da morte de Che Guevara na Bolívia. Esta surge da necessidade de recriar o Internacionalismo em função dos processos de libertação nacional do Terceiro Mundo, sobretudo na África, Ásia e América Latina.

> Como parte das tarefas internacionais e de solidariedade revolucionária, Cuba propiciou a realização da I Conferência Tricontinental. Depois de árduas tarefas de organização e do sequestro, tortura e assassinato, na Europa, de seu dirigente máximo, Ben Barka[205], a reunião magna aconteceu em janeiro de 1966. Nascia assim a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL) (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2013, p. 05, tradução nossa).

A OSPAAL foi criada com o objetivo claro de construir ações eficazes para compreensão e superação dos problemas do Terceiro Mundo. Sua função principal

---

[205] Medhi Bem Barka (1920-1965), militante político integrante da União Nacional de Forças Populares de Marrocos. Foi Secretario Internacional da Conferência Tricontinental e presidente do Comitê Preparatório desta conferência. Em 29 de outubro de 1965 foi sequestrado e assassinado em Paris por uma coalisão dos serviços secretos da França e Marrocos (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2013).

foi aglutinar as lutas, impulsionar a criação das linhas políticas, coordenar e apoiar a solidariedade ente os instrumentos de lutas revolucionárias ao redor do mundo.

> Participaram da fundação da OSPAAAL 150 representantes de 28 países da África, 197 representantes de 27 países da Ásia e 165 representantes de 27 países da América Latina e Caribe. Igualmente, assistiram à Primeira Conferência Tricontinental 64 observadores de diferentes organizações internacionais e 24 convidados de diferentes países (ESTRADA; SUÁREZ, 2007, p. 417, tradução nossa).

Uma das primeiras tarefas da recém-criada OSPAAAL foi a fundação da revista Tricontinental[206] como organismo teórico para servir de veículo de comunicação e divulgação das lutas do Terceiro Mundo*,* bem como promover o intercâmbio e a difusão de ideias revolucionárias.

Havia perspectivas de conectar os processos da América Latina com outros continentes e a Revolução Cubana foi decisiva neste propósito. Che Guevara foi o precursor destas iniciativas, participando de diferentes fóruns afro-asiáticos e levando a posição cubana de "apoio irrestrito ao movimento de libertação nacional em qualquer parte do mundo" (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2013, p. 128, tradução nossa).

Após a Terceira Conferência Afro-asiática, celebrada na Tanzânia, em 1963, Cuba foi convocada a realizar a Primeira Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, na qual reuniram-se diversos movimentos de libertação nacional para discutir suas estratégias de lutas contra o inimigo comum.

A realização da Conferência Tricontinental foi um acontecimento histórico, pois reuniu representantes de organizações anti-imperialistas de três continentes representando os povos do Terceiro Mundo. De acordo com Ben Barka, durante o processo preparatório, a Conferência analisou o significado deste momento histórico ao convergir duas grandes correntes contemporâneas da revolução mundial.

> A corrente que começou com a Revolução de Outubro na União Soviética e que é a corrente da revolução socialista e a corrente paralela, a corrente da libertação nacional. Nesta conferência se encontrarão

[206] Da conferência Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, também se originou a Revista Tricontinental, uma publicação cubana como órgão oficial da OSPAAAL. A primeira edição da Revista Tricontinental teve a publicação do texto de Che Guevara, intitulado "Mensagem aos povos do mundo". Sendo as primeiras edições publicadas como Boletim Tricontinental, que teve a sua primeira edição em abril de 1966, a princípio com periodicidade mensal nos principais idiomas – inglês, espanhol e francês, às vezes em árabe. Até 1980, circularam 120 números coexistindo com a revista, que teve seu primeiro número em agosto de 1967, entre outras publicações (ESTRADA; SUÁREZ, 2007).

> estas duas correntes na escala dos três continentes. Esta conferência é histórica também porque será celebrada em Cuba, porque a Revolução Cubana é a concretização da união destas duas correntes; porque Cuba fez sua revolução de libertação nacional e agora se prepara para sua revolução social, quer dizer que este é o melhor lugar para realizar este encontro […] (BARKA, in: BELL; LÓPEZ; CARAM, 2013, p. 169, tradução nossa)[207].

A realização da Conferência Tricontinental em La Habana se constituiu num marco importante para o debate do socialismo pois havia, neste período, mudanças significativas com relação à natureza da revolução latino-americana. Se comparado aos anos de 1920, por exemplo, há uma prevalência do aspecto militar sobre o político e da guerrilha em substituição ao partido (LÖWY, 2016).

Apesar da unidade com relação ao inimigo comum – o colonialismo e imperialismo estadunidense – claramente definido durante a Conferência, se vislumbravam três blocos de distintas tendências.

> Em um estava a URSS e os países da sua órbita, junto a maior parte dos partidos comunistas da América Latina. Em outro bloco se encontravam China, Indonésia, vários países africanos e alguns poucos partidos latino-americanos de tendência maoísta. O terceiro bloco liderava Cuba junto com Vietnã e o maior número de movimentos de libertação armada da África e América Latina (MONTOYA, 2016, p. 09, tradução nossa).

O efeito da Revolução Cubana na América Latina foi um alerta à contrarrevolução, dada a importância desta região do ponto de vista dos interesses imperialistas. Para Che Guevara, a América Latina constitui um conjunto de território em que os monopólios e capitais norte-americanos mantêm a primazia e os seus governos não se opõem às ordens de dominação.

> A sua política [Estados Unidos] é manter o conquistado. A linha de ação se reduz no momento atual ao uso brutal da força para impedir movimentos de libertação de qualquer tipo que sejam […] Sob o slogan 'não permitiremos outra Cuba', se encobre a possibilidade de perpetrar demasiadas agressões […] e a clara advertência que as tropas ianques estão dispostas a intervir em qualquer lugar da América onde

[207] Comunicado de imprensa oferecido por Mehdi Ben Barka, publicada pela imprensa cubana em finais de setembro de 1965. Depois foi publicada como homenagem póstuma a "El Mehdi" no nº 1 da Revista Tricontinental, correspondente ao bimestre julho-agosto de 1967 (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2013).

> a ordem estabelecida seja alterada colocando em perigo seus interesses […]. (GUEVARA., in: ESTRADA; SUÁREZ, 2007, p. 27;28, tradução nossa, colchete nosso)[208].

Nesta mensagem à Tricontinental, Che Guevara também afirma que a revolução latino-americana "deve ser socialista ou será caricatura de revolução". Há, nesta perspectiva, uma identidade continental de tipo "internacional americana", ou seja, de caráter latino-americanista, considerando inclusive aspectos culturais como a compreensão do idioma, costumes, religião etc. Para Guevara, "o grau e as formas de exploração são similares em seus efeitos para exploradores e explorados de uma boa parte dos países de Nuestra América" (GUEVARA, in: ESTRADA; SUÁREZ, 2007, p. 31, tradução nossa).

A criação da Tricontinental e a constituição da Revolução Cubana como vanguarda coloca a América Latina no centro das lutas revolucionárias novamente. Neste sentido, a Conferência teve papel relevante tanto para a América Latina quanto para outros continentes no que diz respeito à retomada da luta anti-imperialista. Para Guevara, aquele era o momento de ampliar a capacidade de organização, luta e resistência, que nas suas palavras seria "a criação do segundo ou terceiro Vietnã, ou do segundo e terceiro Vietnã do mundo" (GUEVARA, in: ESTRADA; SUÁREZ, 2007, p. 32, tradução nossa).

Guevara acreditava que seria possível uma revolução socialista de alcance continental na América Latina. E, por isso, a finalidade estratégica da luta seria a destruição do imperialismo através da luta armada. A luta armada seria a condição para a libertação dos povos, pois não havia possibilidades efetivas para uma vitória através da luta pacífica.

> Nos empurram para esta luta; não há mais remédio que prepará-la e decidir empreendê-la […] e que se desenvolva um verdadeiro Internacionalismo proletário; com Exércitos proletários internacionais, onde a

[208] "Mensagem de Che Guevara aos povos do mundo através da Tricontinental." Escrito por Che Guevara em 1966 antes de partir para a Bolívia, quando ainda preparava um seleto grupo de guerrilheiros em Pinar del Rio, Cuba, para ser publicado no primeiro numero da revista Tricontinental. Devido à excelência do material se decidiu não publicá-lo de imediato, até que Che Guevara se encontrasse em condições de começar a sua missão na Bolívia, assim, o ensaio foi publicado por primeira vez somente em 16 de abril de 1967, como um Suplemento Especial, antes do primeiro numero da Revista Tricontinental, alguns meses antes do seu assassinato na Bolívia em 09 de outubro de 1967. Por isso, este escrito de Che Guevara ficou conhecido como sua "Mensagem a todos os povos do Mundo através da Tricontinental" (ESTRADA; SUÁREZ, 2007).

> bandeira sob a que se luta seja a causa sagrada da redenção da humanidade […]. (GUEVARA, in: ESTRADA; SUÁREZ, 2007, p. 34, tradução nossa).

O objetivo estratégico da luta deve ser a derrubada do imperialismo, eliminando seu baluarte mais forte – Estados Unidos – e a tática a libertação gradual dos povos, um a um.

No bojo da criação da OSPAAAL, organizações dos 27 países latino-americanos e caribenhos que estiveram presentes na Primeira Conferência Tricontinental fundaram a OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade)[209], em 16 de janeiro de 1966, na qual participaram representantes de partidos e organizações revolucionárias de dezenas de países latino-americanos[210]. Em agosto de 1967, se realizou, também em La Habana, a Primeira [e única] Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (ESTRADA; SUÁREZ, 2007).

A OLAS como espaço de coordenação continental possuiu um significado histórico, pois foi a primeira vez – depois de Bolívar – que a América Latina se voltava ao projeto de unidade continental. “A OLAS também tomou posição a favor a guerrilha como método de luta mais eficaz na maioria dos países do continente” (LÖWY, 2016).

Concomitantemente, a OSPAAAL e OLAS foram organizações importantes para as lutas revolucionárias do século XX, a OLAS não durou mais que a década de 1970, quando a maioria dos países da América Latina alçados em armas sofreram derrotas impostas sobretudo pelas repressões das ditaduras militares anticomunistas. A OSPAAL, por sua vez, seguiu suas atividades com a missão de impulsionar a solidariedade internacional entre os povos do Terceiro Mundo, apesar das derrotas e frustrações sofridas pelos movimentos de liberação nacional ao longo das décadas. Esta última encerrou suas atividades em 2019, por decisão do governo cubano.

A Tricontinental, enquanto instrumento que veiculou o pensamento crítico do socialismo, contribuiu para a difusão de páginas importantes da história do movimento popular revolucionário na segunda metade do século XX.

---

209 Criada em Cuba em janeiro de 1966, por representantes de 27 países da América Latina, a Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), teve um significado histórico no sentido de ser o instrumento de articulação e coordenação das lutas guerrilheiras no continente. A OLAS foi inspirada na criação da OSPAAAL após a Primeira Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia, e América Latina.

210 Estiveram preserntes na fundação da OLAS, representates da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guadalupe, Guatemala, Guiana, Guiana Cayena, Haiti, Honduras, Jamaica, Martinica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Trinidade Tobago, Uruguai e Venezuela.

> Sobretudo aquelas passagens inconclusas das batalhas dos povos asiáticos, médio orientais, africanos, latino-americanos e caribenhos, dirigidas a transformar em verdade cada momento específico e de diferentes maneiras o chamado do comandante Che Guevara aos povos do mundo através da Tricontinental (ESTRADA; SUÁREZ, 2007, p. 11, tradução nossa).

Nas edições da Tricontinental foram possíveis, ao longo das décadas, expressar as análises das diferentes realidades em cada continente através da publicação de discursos e escritos de lideranças, escritores e intelectuais do campo da esquerda revolucionária, tais como Fidel Castro, Gabriel Garcia Marques, Manuel Piñeiro Losada, entre outros. A revista e a editora foram espaços pelos quais líderes do Terceiro Mundo tomaram a palavra para debater um pensamento político.

A longa temporalidade das lutas e transformações revolucionárias, muitas vezes inconclusas, transcende o ciclo de vida dos principais artífices e protagonistas, mas a ausência dos que arquitetaram o projeto socialista não significa o fim ou a negação do mesmo.

4.4.2 A opção guerrilheira na América Latina

Na América Latina houve uma combinação de tarefas para o movimento revolucionário. Além de ser uma luta antissistêmica, conforme Florestan Fernandes, precisou ser, também, de libertação nacional para consolidar o poder nas mãos dos sujeitos operários, campesinos e demais setores da classe trabalhadora, contra a exploração capitalista.

Cuba foi a principal demonstração do caráter da luta revolucionária latino-americana, pois soube combinar as tarefas de libertação nacional com a construção do socialismo.

> Em Cuba, a guerrilha foi o meio para chegar ao socialismo, como um braço político para a derrocada dos inimigos tanto interno como externo. A guerrilha foi um mero instrumento e seria preciso que não perdesse de vista que mesmo a luta armada ultrapassou a guerrilha, logo transformada em apêndice ou técnica suplementar da guerra de movimento. Ela é essencial porque representou algo parecido com o que foram os partidos socialistas revolucionários em outros países (FERNANDES, 2012, p. 89).

Na segunda metade século XX, a guerra de guerrilha se tornou a principal estratégia de luta do Movimento de Libertação Nacional na América Latina na perspectiva da tomada do poder, a qual foi amplamente difundida em todo o continente. Com exceção de Cuba e Nicarágua, nenhuma outra revolução saiu vitoriosa, mas marcaram um período histórico importante.

O governo cubano foi – e continua sendo – acusado pelos seus opositores de ser o suporte dos movimentos guerrilheiros na América Latina, mas, paradoxalmente, foi quem se tornou mediador da paz entre a guerrilha mais antiga do continente e um governo ultra neoliberal, como foi o caso dos acordos de paz entre a guerrilha colombiana das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o então governo do país, Juan Manuel Santos (2010-2018).

De maneira breve, elencaremos as principais ações do movimento guerrilheiro latino-americano para esboçar a dimensão do houvera no continente a partir sobretudo dos anos sessenta até o início dos anos oitenta.

Após 1959, em maior ou menor grau, todos os movimentos guerrilheiros mantiveram relações com La Habana, isso demonstra efetivamente o papel da Revolução Cubana como vanguarda da revolução latino-americana.

> Nas décadas de 60, 70 e 80 a pequena e pobre ilha caribenha assediada pelos EUA alcançou o que parecia impossível: 'exportou' seu espírito revolucionário ao mundo inteiro, um acontecimento inédito e irrepetível […]. Desde os primeiros anos o governo revolucionário teve claro seu objetivo de ajudar os movimentos de liberação do Terceiro Mundo e especialmente os da América Latina, Caribe e África […] (MONTOYA, 2016, p. 08, tradução nossa).

Na América do Sul, quase todos os países aderiram o método da guerrilheira como forma principal de luta conforme Emir Sader[211]. A opção pela guerrilha se deu como alternativa aos partidos comunistas tradicionais da época, os quais defendiam a tática da revolução por etapas e a conciliação com a burguesia para se chegar ao poder.

De acordo com Hobsbawm, o exemplo da Revolução Cubana e de Fidel Castro inspirou a adesão pela guerrilha na América Latina.

---

[211] Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/g/guerrilheiros-movimentos. Acesso em: 13 de outubro de 2019.

> O exemplo de Fidel inspirou os intelectuais militantes em toda a América Latina, um continente de gente ligeira no gatilho e com gosto pela bravura desprendida, sobretudo em posturas heroicas. Após algum tempo Cuba passou a estimular a insurreição continental exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana e da criação de 'dois, três, muitos Vietnãs" (HOBSBAWM, 1995, p. 428).

Para Che Guevara, a luta armada era a principal forma de combate aos regimes ditatoriais predominantes na região. Nas palavras de Löwy, "a guerrilha rural, vista como uma continuação por outros meios da luta política revolucionária, é a forma mais segura e realista de luta armada" (LÖWY, 2016, p. 47). Mas Che Guevara defendia que a guerrilha sem a participação popular não levaria à vitória do processo revolucionário.

Neste sentido, o impacto da Revolução Cubana na América Latina ao mesmo tempo que produziu simpatia e adesão ao caminho da luta armada, também gerou cisões entre os comunistas leais à orientação soviética da revolução por etapas.

> O triunfo da Revolução Cubana foi um terremoto para toda a esquerda na América Latina. Em boa parte dos partidos comunistas se produziram cisões de setores da sua militância que queriam seguir o exemplo cubano e junto com outros setores da esquerda começaram a criar organizações político-militares ao largo de toda a região (MONTOYA, 2016, p. 08, tradução nossa).

Löwy também observa que tais atividades seguiram-se de divisões internas em alguns partidos populistas ou até mesmo de comunistas tradicionais, como por exemplo Peru e Venezuela[212]. Na Venezuela, a FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional) foi organizada pelo Partido Comunista em 1962 para dar forma aos grupos guerrilheiros nascentes no país e perduraram até o final dos anos sessenta.

> Durante um período inicial (1960-68), a maioria destes movimentos tomou o caminho da guerrilha rural, tentando recriar o sucesso do Movimento 26 de julho cubano […]. Em 1967, o congresso da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS) reuniu-se em Havana,

[212] Os movimentos latino-americanos que tentaram recriar o M-26-7, no sentido de reproduzir a guerra de guerrilhas, foram inicialmente: "FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional, dirigido por Douglas Bravo) e do MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária, dirigida por Américo Matín) na Venezuela, as FAR (Forças Armadas Revolucionárias, lideradas por Turcios Lima) e o MR-13 (Movimento Revolucionário 13 de Novembro, liderado por Yon Sosa) na Guatemala, o MIR (liderado por Luis de la Puente Uceda) e o ELN (Exército de Libertação Nacional, dirigido por Hector Bejar) no Peru, a FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional, dirigida por Carlos Fonseca) na Nicarágua, o Movimento 14 de Junho na República Dominicana e, finalmente o ELN do próprio Guevara na Bolívia" (LÖWY, 2016, p. 48).

> constituindo a expressão política mais elevada deste primeiro período no continente (LÖWY, 2016, p. 48).

A OLAS ao apoiar a luta armada como caminho para a tomada do poder, retoma a convocatória da Segunda Declaração de La Habana à luta dos povos pela independência, emancipação e socialismo.

A partir da década de 1950, o continente latino-americano começa a vivenciar o processo de urbanização. Na década de 1970 apenas a América Central e o Haiti contavam com a maioria da população vivendo no campo. Mas, paradoxalmente, foi no campo que se registrou a maior parte das experiências de luta guerrilheira na região. No geral, o entusiasmo guerrilheiro se espalhou por toda a América Latina envolvendo sobretudo os jovens revolucionários da época que se lançaram às armas.

Apesar das primeiras organizações "castristas e guevaristas" – conceito defendido, entre outros autores, por Michael Löwy – terem começado suas atividades a partir dos anos de 1960, em alguns países as atividades guerrilheiras tiveram seu início antes deste período. A Colômbia, por exemplo, começou suas atividades nos anos quarenta, através do Movimento Guerrilheiro Liberal que depois se transformou nas FARC, em 1964; o ELN (Exército de Libertação Nacional), segunda guerrilha mais importante da Colômbia surgiu em 1965. Atualmente, parte do movimento guerrilheiro colombiano passou pelo processo de desmobilização através do Acordo de Paz após mais de 50 anos, no entanto, atividades clandestinas, todavia seguem no país.

Para Hobsbawm, com exceção da Colômbia e da América Central, onde havia previamente uma base de apoio no campesinato, as demais experiências guerrilheiras não duraram muito tempo, caso verificado na maioria dos países.

> Foi uma estratégia espetacularmente mal concebida, tanto mais porque, nas condições corretas, movimentos de guerrilha efetivos e duradouros em muitos desses países *eram* possíveis, como provaram as FARCs (comunistas oficiais), Forças Armadas da Revolução Colombiana, de 1964 até o momento que escrevo, e o movimento Sendero Luminoso (maoísta) no Peru, na década de 1980 (HOBSBAWM, 1995, p. 428, itálico do autor, parênteses do autor).

Para o autor, o caminho da guerrilha não era necessariamente um movimento camponês, ainda que camponeses participassem. As FARCs, segundo Hobsbawm, é uma rara exceção. As guerrilhas "eram feitas esmagadoramente na área rural do Ter-

ceiro Mundo por jovens intelectuais, vindos inicialmente das classes médias estabelecidas de seus países […], filhos e filhas estudantes da crescente pequena-burguesia rural" (HOBSBAWM, 1995, p. 428). O autor chama atenção afirmando que este fenômeno também ocorreu nas guerrilhas urbanas nas grandes cidades.

A maior parte destes movimentos guerrilheiros latino-americano foram derrotadas tanto política quanto militarmente, em muitos lugares foram praticamente dizimados como ocorreu na Bolívia.

> Após alguns sucessos conjunturais, os combatentes e seus líderes foram dizimados e os centros guerrilheiros desapareceram – como na Bolívia, Peru e na Venezuela – ou foram isolados e marginalizados. Em geral, os guerrilheiros conseguiram estabelecer vínculos locais com setores do campesinato pobre, mas a ausência de um movimento de massa de organização política em escala nacional limitou a extensão da luta armada (LÖWY, 2016, p. 49).

No final da década de 1960 na Bolívia, de acordo com as análises de Löwy, começa-se uma nova etapa de desenvolvimento da luta guerrilheira, definida pelo autor define como guevarismo, termo utilizado para definir a nova forma guerrilheira após o assassinato de Che Guevara, caracterizada neste período pela forte presença no meio urbano, após 1968.

No Uruguai, o movimento de guerrilha urbana, o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T ou Tupamaros) liderados por Raúl Sendic atuou de 1966 a 1970 e, em 1986, retornou à vida pública, transformando-se num partido político compondo a Frente Ampla. Na Argentina, uma série de movimentos de esquerda defendia a luta armada, no entanto, os movimentos mais expressivos foram os Montoneros, criado em 1969, e o PRT – ERP (Partido Revolucionário dos Trabalhadores – Exército Revolucionário do Povo), liderado por Roberto Santucho em 1970.

No Brasil, a ALN (Ação Libertadora Nacional), organização de resistência à ditadura militar fundada por Carlos Marighela em 1968, e o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), fundado também neste período, que passou a ser liderado por Carlos Lamarca, após sua ruptura com a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) em 1971, constituíram-se nas principais organizações que, entre as décadas de 1960 e 1970, se dedicaram à luta guerrilheira no Brasil.

E, finalmente, o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) chileno liderado por Miguel Enríquez, movimento armado que apoiou o governo da Unidade Popular, mas que, depois do golpe contra Salvador Allende, em 1973, organizou a guerrilha clandestina e foi massacrado. Todos estes movimentos mencionados possuíam base no campo, mas eram fundamentalmente urbanos, segundo Löwy. De acordo com o autor,

> Encontraram apoio significativo em meios estudantis e intelectuais e, em menor grau, nas favelas e entre certos setores radicalizados da classe operária. A maioria foi destruída ou extremamente enfraquecida pela brutal repressão deflagrada pelos regimes militares durante a década de 1970 (LÖWY, 2016, p. 49).

Após a crise quase que generalizada dos movimentos guerrilheiros na América Latina, devido às fortes repressões militares que tentavam a todo custo acabar com o marxismo e comunismo, surgem algumas correntes revolucionárias que também entram em crise no final dos anos de 1970, a exemplo da Junta de Coordenação Revolucionária, que agregava o Partido Revolucionário dos Trabalhadores da Argentina (PRT-ERP), ativo principalmente nas décadas de 1960 e 1970; o MIR chileno, os Tupamaros e o Exército de Liberação Nacional de Bolívia (ELN) (LÖWY (2016).

Este último ganha relevo devido à participação direta de Cuba através de Che Guevara e outros guerrilheiros Cubanos. Jorge Risquet, se refere a este fato historico como uma audaciosa e heroica expressão do Internacionalismo cubano. Para o autor:

> A coluna guerrilheira do Che na Bolívia ficou bastante conhecida porque, graças a Cuba, sem medo de revelar as relações da nossa revolução com esta epopeia, publicou o Diário do Che na Bolívia, prologado por Fidel, com uma análise crucial do que ocorreu nos exatos onze meses que incluem os acontecimentos do texto (RISQUET, 2008, p. 4, tradução nossa).

Che Guevara é, para Cuba e para a América Latina, o símbolo do Internacionalismo no interior do movimento revolucionário, através de sua luta por justiça e pela libertação dos povos oprimidos no mundo. Desde Cuba, passando pelo Congo e por último na Bolívia – onde foi assassinado pelo Exército boliviano em 09 de outubro de 1967 – seu exemplo é uma força extraordinária. Em sua mensagem à Tricontinental Che Guevara expressara:

> Que se desenvolva um verdadeiro Internacionalismo proletário (…) que a bandeira sob a qual se lute seja a causa sagrada da redenção da humanidade (…) cada gota de sangue derramada em um território sob cuja bandeira não foi nascido, é experiência adquirida por quem sobrevive para logo ser aplicada na luta pela libertação de seu lugar de origem. (GUEVARA, in: ESTRADA; SUÁREZ, 2007, p. 34, tradução nossa).

Para muitos estudiosos do pensamento de Che Guevara, a mensagem à Tricontinental foi concebida como um testamento político por tratar de temas candentes daquele momento, mas, sobretudo, por sua profundidade política, projeção e premonição histórica (ESTRADA; SUÁREZ, 2007; MONTOYA, 2016).

Che Guevara transformou-se num ícone para a juventude revolucionária.

> Imagens de Che Guevara eram carregadas como ícones por estudantes estudantis em Paris e Tóquio, e seu rosto barbudo […] de boina fez bater corações mesmo não políticos na contracultura. Nenhum nome é mais mencionado que o dele numa bem informada pesquisa da "Nova Esquerda" global de 1968, embora na prática, o nome do vietnamita Ho-Chi-Minh fosse entoado com mais frequência nas manifestações de esquerda do Primeiro Mundo (HOBSBAWM, 1995, p. 430).

O assassinato de Che Guevara na Bolívia foi uma clara demonstração de que a CIA não estava de brincadeira, era preciso acabar de uma vez por todas com o "perigo" do comunismo que se alastrara no continente.

A contrarrevolução preventiva para deter o avanço das lutas guerrilheiras e a propagação do comunismo na região foi feita pelas mãos das forças armadas. Os militares que tomaram o poder em vários países massacraram o movimento revolucionário que tomava impulso naquelas décadas.

A América Latina vivenciou a partir da década de 1960 um processo agudo de polarização das estruturas sociais e enfrentamentos políticos de interesses antagônicos, na qual a disputa pela hegemonia de projetos se deu entre as ditaduras militares e os grupos guerrilheiros, cada um defendia seus interesses numa eminente batalha entre revolução e contrarrevolução (SANTOS, 2020)[213].

> A onda de regimes militares direitistas inundou o continente latino-americano, a qual a maioria dos países da região experimentaram

[213] SANTOS, Judite. **11 de setembro: uma data para não esquecer jamais!** Disponível em: https://mst.org.br/2020/09/11/11-de-setembro-uma-data-para-nao-esquecer-jamais/. Acesso em: 11 de setembro de 2020.

> amargamente as atrocidades cometidas por estes regimes. Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Bolívia, América Central, quase que completa, vivenciaram entre as décadas de 1960, 1970 e até 1980 esta cruenta trajetória. Em alguns países a grande repressão chegou ao genocídio para defender os interesses da classe dominante (SANTOS, 2020).

Repressão, prisão e assassinatos políticos colocaram fim às atividades guerrilheiras. Em alguns poucos países, a guerrilha sobreviveu na clandestinidade, mas sem força política, social e até mesmo militar para enfrentar a ditadura.

De acordo com Montoya (2016), boa parte dos partidos comunistas nacionais acabaram entrando em crise durante o período de repressões militares, uma vez que, quem protagonizou a resistência frontal aos regimes foram as organizações político-militares, ou seja, a luta armada que começara a etapa de uma nova esquerda no continente. “Praticamente a totalidade dessas organizações revolucionárias mantinha relações de maior ou menor grau com Cuba; muitos de seus quadros treinaram na ilha, escapando do bloqueio econômico estadunidense e os controles das ditaduras latino-americanas” (MONTOYA, 2016, p. 09, tradução nossa).

Para o autor, o bloco de Cuba na Conferência Tricontinental foi o único a declarar apoio ao processo de luta armada como resistência às ditaduras e ao imperialismo.

> O bloco liderado por Cuba foi o único que ressaltou a luta armada como via indispensável para a liberação dos povos do Terceiro Mundo, neste momento subjugados por ditaduras militares e o imperialismo. Tanto o bloco liderado pela URSS como o liderado pela China se opuseram frontalmente. O bloco de Cuba foi o único que respaldou abertamente a luta da Frente Nacional pela Libertação do Vietnam, o Vietcong, nascido seis anos antes (MONTOYA, 2016, p. 10, tradução nossa).

Assim, as disputas entre as diferentes tendências ficaram cada vez mais evidentes no continente. Löwy destaca que o guevarismo não foi a única corrente predominante na América Latina a partir dos anos de 1960, em menor grau, o maoísmo e o trotskismo também permearam as correntes ideológicas da esquerda latino-americana. Isso se deu porque muitos viam na Revolução Cubana a confirmação das teses defendidas por estas correntes.

Havia entre estas correntes e o guevarismo certa simpatia e respeito, tanto que em alguns lugares houvera relações de colaboração mútua. Por exemplo, na fundação do MIR chileno houve participação trotskista, na Bolívia e na argentina também houve casos similares.

Já no caso do maoísmo, a relação com o guevarismo foi mais conflitiva, como reflexo do conflito chino-soviético e as divisões dos partidos comunistas tradicionais. Algumas poucas iniciativas marcaram esta corrente na América Latina já que, em contraposição à luta armada predominante na época, o maoísmo defendia a estratégia da guerra popular concebida pelo cerco do campo às cidades para levar a cabo a revolução anti-imperialista e anti-latifundista.

Na América Latina poucas experiências maoístas tiveram papel relevante. No Brasil, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), dissidência do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em 1962, organizou a luta armada na região amazônica entre 1971-73, a conhecida Guerrilha do Araguaia, mas que também foi dizimada. Outro exemplo similar ocorreu no Peru, Bolívia e Colômbia, com o Partido Comunista Marxista-Leninista (PCML), destes países (LÖWY, 2016).

Ainda no Peru, pode-se destacar o movimento guerrilheiro Sendero Luminoso, de orientação maoísta, e anti-guevarista, caracterizado por Hobsbawm como o “mais assustador movimento insurgente da década de 1980”, com atuação nos anos oitenta apoiando-se nas camadas mais desraigadas da sociedade peruana tanto no campo quanto na cidade.

O desenvolvimento destas correntes denominadas guevarismo/castrismo, trotskismo e maoísmo no continente, a partir dos anos de 1960, afetaram de certa maneira a hegemonia dos partidos comunistas, gerando sérias divergências no seio da esquerda com relação à tática e estratégia, bem como, o papel da luta armada.

A maioria dos partidos comunistas da América Latina seguia a orientação soviética sobre a teoria da revolução – revolução por etapas – em aliança com os setores da burguesia nacional, além disso, qualificavam os barbudos da Sierra Maestra como aventureiros pequeno-burgueses (MONTOYA, 2016).

Após a Conferência da OLAS, em 1967, também houve cisões importantes entre os comunistas no Brasil. Carlos Marighella foi expulso do Partido Comunista Brasileiro por ter participado, contra a orientação partidária, da Conferência em Cuba, que inclusive afirmou posições incisivamente a favor da luta guerrilheira no Brasil. Um ano depois, Marighella funda a Ação Libertadora Nacional.

No Chile, as cisões também ocorreram, mas em menor grau, pois a esquerda estava mais coesa na construção do caminho alternativo pra se chegar ao socialismo, pela via pacífica, através da Unidade Popular, mencionada em seção anterior.

Sobre as correntes socialistas, até antes da Revolução Cubana a social-democracia não tinha muita eficácia no continente, com exceção dos Partidos Socialistas da Argentina e Uruguai até os anos 1970. Mas a Revolução Cubana também trouxe impactos provocando sua radicalização, com isso houve divisões importantes – para a direita e para a esquerda – que enfraqueceram e marginalizaram esta corrente.

Apesar das derrotas sofridas pelos movimentos revolucionários nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na América Latina, o período revolucionário iniciado pela Revolução Cubana não havia se esgotado. Para Hobsbawm, no final da década de 1970, a América Latina lançou seu salpico contra os EUA na América Central, região de forte influência e dominação estadunidense.

O desenvolvimento das forças revolucionárias na América Central simboliza a continuidade desta dinâmica, representado sobretudo pela vitória da Revolução Nicaraguense levada a cabo pela FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), que iniciou seu movimento armado em 1961 e teve seu triunfo em 1979.

> A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi fundada em 1961, sob a influência de Cuba e do guevarismo. Contudo, o sandinismo não era uma simples cópia ou imitação do modelo cubano. Carlos Fonseca e seus amigos formularam sua própria teoria e orientação, correspondendo às tradições revolucionárias da Nicarágua. A lenda de Sandino – sua luta épica contra os U.S. Marines, o seu covarde assassinato pelos homens de Somoza em 1934 – foi uma herança transmitida de geração em geração. Representava uma oculta, reprimida, subterrânea, mas incrivelmente tenaz tradição dos oprimidos que incluía a ideia de Sandino, o General dos Homens Livres: uma mistura explosiva de anti-imperialismo intransigente e rebelião social. Colocada fora da lei pelo Estado, essa cultura revolucionária popular fundiu-se com o marxismo para transformar-se no sandinismo […] (LÖWY, 2016, p. 56).

A Revolução Sandinista assume certa semelhança com a Revolução Cubana, a começar pela derrocada do regime autoritário e criação do poder popular revolucionário em armas, bem como a realização da Reforma Agrária e entre outros aspectos.

O triunfo da Revolução Nicaraguense trouxe impactos importantes para América Latina, mas, sobretudo, para a América Central. Em El Salvador, inspirou o de-

senvolvimento de organizações populares e frentes guerrilheiras de diferentes correntes ideológicas (LÖWY, 2016). Neste país a coalizão de diferentes setores populares logrou a derrubada da ditadura militar do General Romero em 1979, mesmo ano do triunfo nicaraguense, e formou a Coordenadora Revolucionária das Massas (CRM), mas a contrarrevolução praticamente exterminou os dirigentes do processo, reestabelecendo-se pouco depois através da formação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), em 1880. “A FMLN chegou a controlar um terço do território do país e conseguiu amplo apoio popular nas cidades e no campo” (LÖWY, 2016, p. 58).

Os ventos da Revolução Sandinista também influenciaram a Guatemala e encorajaram os revolucionários a formar diversas frentes guerrilheiras guatemaltecas, resgatando as experiências das décadas anteriores para culminar, em 1985, na União Revolucionária Nacional da Guatemala (URNG). Na Guatemala, o conflito armado durou trinta e seis anos através de diferentes movimentos guerrilheiros com ondas de ascenso e descenso, sendo uma primeira nos anos de 1960 e depois nos anos de 1980. “Contudo massacres sistemáticos do Exército e a organização militar forçada da população rural conseguiram enfraquecer as organizações revolucionárias guatemaltecas” (LÖWY, 2016, p. 58).

Nestes três exemplos sobre as nações centro-americanas, a vanguarda foi construída a partir da fusão do marxismo com as tradições de lutas populares anti-imperialistas.

> Correntes e várias origens se reuniram nas três frentes de libertação – até mesmo os partidos comunistas ‘históricos’ participaram em El Salvador e Guatemala –, mas novas forças marxistas, em partes inspiradas pelo guevarismo, são as hegemônicas. A atração das ideias socialistas e marxistas para uma parte significativa das ‘massas cristãs’ e para os setores mais radicalizados do clero é um dos aspectos característicos das insurreições centro-americanas, do qual não há precedentes históricos em tal escala (LÖWY, 2016, p. 58).

Após a derrota eleitoral do sandinismo na Nicarágua, em 1990, e a mudança na geopolítica com o fim da Guerra Fria e da URSS, os movimentos guerrilheiros centro americanos – salvadorenhos e guatemaltecos – decidem aceitar o acordo de paz e o consequente desarmamento dos grupos insurgentes (LÖWY, 2016).

A partir dos anos 1980 e 1990, os socialistas e sociais-democratas ganham novo impulso na América Latina, podendo destacar-se o caso do Chile através do

Partido Socialista Chileno. Fora o Chile, todos os outros partidos da social-democracia aliaram-se à Internacional Socialista, que na maioria tiveram pouco a ver com o marxismo, a exemplo dos casos da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) no Peru, PDT (Partido Democrático Trabalhista) no Brasil, a AD (Ação Democrática) na Venezuela entre outros (LÖWY, 2016).

A situação centro americana, por mais radicalizada e violenta que tenha sido, também não foi capaz de afastar o domínio imperialista da região. Nenhuma outra revolução no continente foi capaz de impor-se como Cuba.

> Nem a Revolução Nicaraguense de 1979, que derrubou a família Somoza, peões do controle americano nas pequenas repúblicas da região, nem o crescente movimento de guerrilha em El Salvador, nem mesmo o criador de casos general Omar Torrijos, postado no canal do Panamá, enfraqueceram seriamente o domínio dos EUA, não mais que a Revolução Cubana; menos ainda a revolução na minúscula ilha de Granada em 1983, contra o qual o presidente Reagan mobilizou todo seu poderio armado. (HOBSBAWM, 1995, p. 438).

No entanto, vale ressaltar que os sucessos destes movimentos na América Central contrastaram, segundo Hobsbawm, com o fracasso do período revolucionário anterior, da década de 1960 em diante, o que causou “uma atmosfera que beirou a histeria em Washington no período de Reagan”.

De maneira geral, estes foram alguns exemplos sobre processos vivenciados na América Latina sob a égide do movimento guerrilheiro. Houve outras experiências localizadas e fragmentadas, no entanto, as mencionadas neste trabalho são consideradas de maior impacto na tentativa de ruptura com a ordem social vigente, bem como na perspectiva de integrar-se à alternativa socialista protagonizada pela Revolução Cubana.

Embora no período visto, de 1960 até 1980, não estivessem postas as condições para mudanças radicais imediatas na realidade da maioria dos países latino-americanos – que conduzissem ao mesmo caminho de Cuba –, muitos tentaram a ruptura por esta via, contudo, outros caminhos se apresentaram.

> Enquanto as massas de operários e camponeses da América Latina continuam sua luta. Surgem agora governos inspirados, uns por concepções políticas que conduzem a aspirações socialistas e outros guiados por uma clara ideia anti-imperialista, e por fim alguns num ambiente puramente nacionalista em defesa das riquezas naturais e as

> economias dos seus países (FIDEL CASTRO, 1975, p. 228, tradução nossa).

A reflexão de Fidel Castro demonstra que, para além das lutas de caráter radicalizadas dos movimentos guerrilheiros, havia também o caminho da luta pela disputa institucional protagonizado pela esquerda em alguns países, como vimos, o caso do Chile, por exemplo, que foi o primeiro país da América Latina a chegar no poder pela via institucional com um programa socialista, a chamada via chilena.

Mesmo com o forte protagonismo da luta guerrilheira, houve outros sujeitos que tiveram participação efetiva no processo revolucionário. Hobsbawm nos chama atenção para a composição do perfil desse sujeito revolucionário que contrasta cada vez mais com a geração de 1917, a qual vale a pena destacar, pois na medida em que o sujeito revolucionário "clássico" seja operário, seja guerrilheiro vai sendo obrigado pelas condições do momento histórico a deixar o protagonismo, outros sujeitos aparecem na cena política para dar continuidade ao legado da revolução socialista.

Na América Latina, a partir dos anos de 1960, surgiu o fenômeno da Teologia da Libertação, consolidado no trabalho de base na década de 1970. "A grande novidade, ao mesmo tempo intrigante e perturbadora para os da velha tradição esquerdista, basicamente seculares, e anticlericais, foi o surgimento de padres católicos marxistas, que apoiavam, e mesmo participavam e lideravam, insurreições" (HOBSBAWM, 1995, p. 438). A Teologia da Libertação foi apoiada e legitimada na Colômbia pela conferência episcopal em 1968, a qual foi acolhida como nova aliada na luta revolucionária.

Outros perfis também ocuparam o cenário na luta política em diferentes partes do mundo, o autor igualmente destaca o sujeito jovem estudantil, sobretudo de classe média, nas grandes mobilizações na Europa, América Latina e outros continentes, os quais passaram a protagonizar a ocupação das ruas como, por exemplo, o emblemático maio de 1968.

> Enquanto o historiador vê o quão longe estavam da Revolução de Outubro mesmo estas revoluções da década de 1970, que proclamavam afinidade com ela, os governos dos EUA inevitavelmente as encaravam em essência como parte de uma ofensiva global da superpotência comunista (HOBSBAWM, 1995, p. 439).

A guerrilha e o sujeito guerrilheiro foram a preocupação da contrarrevolução durante quase toda a segunda metade do século XX. A Revolução Cubana ao transcender sua fronteira geográfica, partiu ao meio a história das Américas para que pudesse construir uma nova ordem social baseada nos preceitos do socialismo, da solidariedade e da unidade continental, conforme afirma Fernandes:

> Ela coloca as Américas no próprio circuito de formação, difusão e expansão de um novo tipo de civilização. Representa para todas as Américas, a conquista de um patamar histórico-cultural que parecia nebuloso ou improvável e, para a América Latina, em particular, a evidência de que existem alternativas socialistas para a construção de uma sociedade nova no Novo Mundo (FERNANDES, 2012, p. 89).

Na opinião de Fernando Heredia, ao analisar o percurso da luta e dos projetos latino-americanos, é preciso reafirmar o socialismo como projeto, mas para isso é necessária uma reformulação que supere a degeneração sofrida no curso histórico da experiência socialista.

> O socialismo agora tem que ressurgir como criação social e isso exige projetos políticos que reconheçam e auspiciem o papel crescente dos movimentos sociais em todo o processo, incluindo a própria atividade política. Em nosso continente, muitos movimentos sociais têm características e condicionamentos apropriados para alcançar e assumir aqueles papeis, sobretudo porque podem representar-lhes como um interesse próprio e como realização de suas identidades (HEREDIA, 2006, p. 44, tradução nossa).

É preciso assumir a centralidade da luta política, econômica, social e cultural contra o capitalismo e na contemporaneidade o papel hoje é dos movimentos sociais latino-americanos que assumem o rol protagônico que outrora fora dos movimentos guerrilheiros. “As pequenas chamas da guerra de libertação e de guerrilha acendidas pela Revolução Cubana na América Latina, e pela onda de descolonização na África, não se transformaram em incêndios na floresta, mas pareceram extinguir-se” (HOBSBAWM, 1995, p. 248). É preciso reacender as chamas para que voltem aquecer a luta de classes novamente.

5 EPOPEIA CUBANA NA ÁFRICA

Neste último capítulo pretende-se discorrer sobre a experiência do Internacionalismo Cubano no continente Africano, em especial a participação de Cuba em Angola entre 1975 a 1991, durante a Operação Carlota[214].

De maneira geral, veremos o processo de independência da maioria dos países da África, principalmente a partir do ano de 1960, considerado na historiografia como o ano africano, pois registrou-se o maior número de países rompendo com os séculos de colonialismo naquele continente.

As independências africanas se deram de maneira tardia, se comparada aos países da América Latina. Por isso, o caráter das independências deu-se de maneira diferente, assumindo características de revolução de libertação nacional e muitas delas afinadas ao projeto socialista, em ascensão na geopolítica daquele momento. Nesta perspectiva, as independências africanas também são denominadas Revoluções Africanas.

O resultado devastador da Segunda Guerra Mundial na Europa criou uma situação estrutural aproveitada pelas colônias para impulsionar as lutas de libertação nacional. O mundo vivia o contexto da Guerra Fria onde as duas principais potências, EUA e URSS, emergidas do Pós Segunda Guerra disputavam a hegemonia do planeta numa iminente batalha entre capitalismo e socialismo.

Para além da disputa entre as duas potências, havia o Movimento dos Países Não Alinhados que era basicamente a relação entre os países do Terceiro Mundo (ou, do Sul global se quisermos assim chamar) que buscavam caminhos distintos à disputa imperialista, baseada principalmente na cooperação mútua.

> Não quer dizer que os 'não-alinhados' fossem igualmente opostos aos dois lados na Guerra Fria. Os inspiradores e defensores do movimento […] eram ex-revolucionários coloniais radicais […] todos tinham alguma simpatia pela União Soviética, ou pelo menos estavam dispostos a aceitar sua ajuda econômica e militar, o que não surpreende,

[214] Operação Carlota foi o nome dado à operação militar-civil cubana em Angola entre os anos de 1975 e 1991. Carlota foi uma mulher negra trazida da África para ser escravizada em Cuba durante a colonização espanhola e em Cuba foi uma das escravas que se levantaram contra o colonialismo na luta pela independência de Cuba. De acordo com Fidel Castro, “o nome daquela operação é símbolo e homenagem aos milhares de escravos que morreram em combate ou foram executados durante as primeiras insurreições. Nelas se forjaram mulheres da estirpe de Carlota, uma negra lucumí, escrava da usina açucareira Triunvirato, que em 1843 liderou uma das muitas rebeliões contra o terrível estigma da escravidão e morreu em Combate” (FIDEL CASTRO, 2005, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 358).

> pois os Estados Unidos haviam de repente abandonado suas velhas tradições anti-coloniais, depois que o mundo se dividiu, e visivelmente buscavam apoio entre os elementos mais conservadores do Terceiro Mundo […] (HOBSBAWM, 1995, p. 350).

Cuba, que mantinha relação estreita com a União Soviética e ao mesmo tempo com o grupo dos Não Alinhados, decide participar efetivamente no processo de libertação anticolonial do continente africano, através de assessoria técnico-militar e principalmente com o envio de brigadas militares e armamentos, bem como pessoal civil, como médicos, engenheiros civis e professores para apoiar alguns movimentos e governos na região.

A decisão de Cuba se deu de maneira independente à União Soviética, ao contrário de muitas afirmações. De acordo com nossa investigação, se deu por duas razões principais: 1) por defender a solidariedade internacional como um princípio ético da revolução socialista e, por isso, era um dever de Cuba ajudar outros povos em seus processos de emancipação; 2) apoiar as lutas africanas também era uma forma de travar a luta anti-imperialista.

Nesta perspectiva, participar dos processos de libertação na África consistia estrategicamente no fortalecimento do projeto socialista através da disputa pela hegemonia da região, mas também, taticamente, era uma forma de desviar o foco dos ataques dos Estados Unidos ao território cubano.

A presença cubana na África forçou a URSS comprometer-se em maior grau com o conflito africano, em especial, o conflito angolano, o que demonstra o contrário do que se acreditava, de que a ilha era apenas um satélite da URSS.

No final da década de 1960, o ponto de gravidade da Revolução Cubana se transfere da América Latina para África e, em menor medida, para Ásia, essa mudança se deve também às mudanças na geopolítica mundial. As independências africanas a partir desta década transformam-se no eixo central da geopolítica internacional.

O caso de Angola é o mais emblemático de toda a odisseia cubana pela África. Como veremos, foram 16 anos de guerra nos quais participaram quase meio milhão de cubanos nas batalhas decisivas que levaram o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) sair vitorioso da guerra, derrotando um dos Exércitos mais potentes da época, o sul-africano, fator que contribuiu também para a independência da Namíbia e o fim do regime racista do *apartheid* na África do Sul.

O Internacionalismo Proletário cubano transformou-se em materialidade, saiu das proclamas dos discursos para atravessar o atlântico e dar vida à unidade dos povos no chamado Terceiro Mundo naquele momento histórico.

A Operação Carlota foi a maior missão de solidariedade internacional da Revolução Cubana, iniciada em 1975 respondendo ao pedido de ajuda de um dos movimentos independentistas de Angola, o MPLA.

Cuba, que predicava pela libertação dos povos do Terceiro Mundo, não titubeou durante os anos da guerra angolana contra as forças da África do Sul (SADF) que eram respaldadas pelo imperialismo dos Estados Unidos, Inglaterra e outras potências do período.

Ainda sob constantes ameaças de invasão imperialista ao seu território, colocou o que tinha de melhor a serviço da causa angolana, deslocou a maior parte da sua defesa militar para defender aquele país e avançar na contra ofensiva que levaria à batalha final em Cuito Cuanavale[215].

Para a elaboração deste capítulo, contamos com depoimentos pessoais de cubanos que participaram diretamente desta missão internacionalista, bem como entrevistas de estudiosos e analistas sobre o tema, através de pesquisa de campo realizada em Cuba em dezembro de 2019.

A pesquisa de campo possibilitou uma aproximação concreta à bibliografia consultada, fornecendo subsídios empíricos que comprovam o Internacionalismo como princípio da Política Exterior cubana. As principais obras utilizadas para a elaboração deste capítulo foram *Misiones en Conflicto* de Piero Gleijeses (2007) e *Visiones de Libertad* (2015) do mesmo autor, a qual apresenta de maneira detalhada sua profunda investigação nos documentos secretos – muitos deles nunca revelados antes – dos serviços de inteligência de Washington, La Habana, Pretória, dentre outros envolvidos no conflito africano.

---

215 Cuito e Cuanavale são dois rios situados na região sudeste de Angola a duzentos km de Menongue, capital da província de Cuando Cubango, onde alberga às suas margens um pequeno povoado que foi palco de operações militares na defesa de Angola contra as forças sul africanas entre 1987 a 1988. A batalha de Cuito Cuanavale ficou conhecida como a batalha final decisiva para a vitória das FAPLA e dos cubanos no momento ao qual parecia ser o golpe de misericórdia do inimigo contra as forças angolanas, no local onde se encontrava a antiga base aérea da OTAN. A batalha forçou os acordos de paz entre os governos de Angola, África do Sul, Estados Unidos e Cuba. Considerada uma das maiores proezas da Revolução Cubana e transcendental batalha após a I Primeira Guerra Mundial, os angolanos e cubanos derrotaram os invasores sul-africanos (GUERRERO e YÁÑEZ, 2014).

5.1 BREVE CONTEXTO DAS REVOLUÇÕES AFRICANAS (1960 – 1970)

A partir da década de 1960, as forças de esquerda no mundo viam com entusiasmo os processos das lutas pela descolonização no continente africano.

De acordo do Hobsbawm, o cenário de guerras locais ou regionais, ao que o autor chama de nova onda revolucionária, implicava diretamente no envolvimento das superpotências, ou seja, não eram revoltas ou revoluções de caráter isolado, as lutas de libertação africanas envolveram a complexidade das disputas internacionais que, já naquele momento, caminhavam para a relação de coexistência pacífica.

> A nova onda de revoluções, todas provavelmente contra os regimes conservadores dos quais os EUA se haviam feito os defensores globais, deu à URSS a oportunidade de recuperar a iniciativa. À medida que o esboroante império africano de Portugal (Angola, Moçambique, Guiné-Cabo Verde) passava para o domínio comunista e a revolução que derrubou o imperador da Etiópia se voltava para o Leste; à medida que a velozmente desenvolvida marinha soviética passava a contar com grandes novas bases nos dois lados do oceano índico; à medida que o xá do Irã caía, um clima beirando a histeria foi tomando conta do público americano e do debate privado (HOBSBAWM, 1995, p. 243).

Para Visentini (2012), as Revoluções Africanas mais marcantes daquela época foram a Moçambicana, a Angolana e a Etíope. A hipótese e a discussão do autor é de que “se tratava de revoluções que buscavam uma transição ao socialismo […], no mesmo sentido, o argumento é o de que as revoluções socializantes[216] desses três países provocaram transformações sociopolíticas e tiveram forte impacto internacional […]” (VISENTINI, 2012, p. 26-27).

Para o autor, as Revoluções Africanas se enquadram no modelo de revoluções democrático-populares e não necessariamente no modelo de Revolução Socialista, ou burguesa, como historicamente o mundo havia experimentado.

> Tratava-se de revoluções de libertação nacional, democráticas, antiimperialistas e ‘antifeudais’ do Terceiro Mundo, geralmente ligadas à descolonização e ao nacionalismo. Nelas, os elementos deflagradores foram revoltas populares, mobilizações reformistas, golpes de Estado (inclusive militares) e lutas de guerrilha como as teorizadas e promo-

[216] O autor utiliza o termo socializante para referir-se ao modelo destas revoluções aos quais a maioria dos países aderiram ao socialismo como estratégica revolucionária frente ao processo de descolonização.

> vidas por Mao Zedong, Ho Chi Minh, Fidel e Raul Castro, Che Guevara, e Amílcar Cabral, entre outros. Nelas havia uma aliança entre os seguimentos da pequena burguesia e do campesinato, além de setores do proletariado (VISENTINI, 2012, p. 27-27).

É importante considerar, ao analisar os casos africanos, que não se aplica o conceito de Revolução Socialista tal qual elaborados por Marx, Engels e Lenin, a qual o socialismo se daria através do acirramento da luta de classes entre burgueses e proletários, numa sociedade de forças produtivas altamente desenvolvidas, onde a classe operária como vanguarda tomaria o poder para socializar os meios de produção sob a ditadura do proletariado, ou seja, sob controle da classe trabalhadora, sem ter o lucro como finalidade e conduzindo, desta maneira, à construção da sociedade socialista. Rússia e Cuba demonstraram o contrário.

De acordo com Hobsbawm, os movimentos revolucionários africanos, embora teoricamente pertencessem à "velha família revolucionária de 1917", eram de uma espécie diferente, se consideramos as sociedades pelas quais Marx e Lenin dedicaram suas análises e olharmos para a África subsaariana no seu período pós-colonial.

> O único país africano a que se aplicavam algumas das condições dessas análises era o capitalismo dos colonos da África do Sul, economicamente desenvolvido e industrializado, onde surgiu um verdadeiro movimento de libertação de massa, cruzando fronteiras tribais e raciais – o Congresso Nacional Africano –, com a ajuda de um verdadeiro movimento sindical de massa e um eficiente Partido Comunista (HOBSBAWM, 1995, p. 437).

Os processos de descolonização, enquanto potencial revolucionário, somente foram considerados por Marx numa etapa mais tardia quando este analisava a questão Irlandesa – colônia da Inglaterra.

É importante recordar que a própria Revolução Cubana foi, em primeira instância, uma luta por libertação nacional, só depois do triunfo revolucionário se fusionou com a luta pelo socialismo a partir de 1961. Outros casos, como Vietnã ou outras revoluções, também foram resultados de guerras de independência ou descolonização, e não necessariamente pelos fatores defendidos por Marx e Engels sobre o desenvolvimento e amadurecimento das forças produtivas no sistema capitalista.

O período a qual estamos analisando, se insere em outro contexto completamente diferente, o qual esteve fortemente sob impacto da disputa geopolítica da Guerra Fria.

No caso da África, estamos falando de um continente em que a colonização literalmente repartiu o território entre potências imperialistas, sobretudo entre França e Inglaterra, impondo o atraso e a pobreza como consequência da expansão imperialista-capitalista[217]. De acordo com Gleijeses (2007):

> Em 1945 quase toda África estava dividida entre os europeus: França e Inglaterra tinham as maiores partes, a pequena Bélgica governava a imensa colônia do Zaire [Congo Belga], Portugal era dono de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e várias pequenas ilhas; Espanha tinha alguns poucos pedaços e a sorte das antigas colônias italianas estava por decidir. O continente se encontrava muito atrasado, um quintal seguro das potências ocidentais. Não havia ameaça soviética, subversão comunista nem desafio ao domínio branco. No entanto, quinze anos depois o governo colonial estava em ruínas […] (GLEIJESES, 2007, p. 13, tradução nossa, colchete nosso).

Até o início da segunda metade do século XX a maioria dos países da África ainda não haviam passado pelo processo de emancipação política. Alguns países alcançaram suas independências passando pelo processo da descolonização no limiar deste período, como, por exemplo, a África do sul, Egito, Libéria e Etiópia. A descolonização tardia da África[218], sobretudo nos países de colonização portuguesa, abriu caminho para o desencadeamento de lutas de caráter revolucionário e trouxe impactos importantes no cenário internacional.

Segundo a teoria clássica marxiana, pressupõe-se que os países periféricos não estariam em condições para realizar uma Revolução Socialista. Ocorre que, com o avanço do sistema imperialista-capitalista, as contradições se agudizam também,

---

[217] As fronteiras africanas foram determinadas na Conferência de Berlim (1884-1985) e serviram para o empossamento dos impérios nos territórios ocupados. Do ponto de vista econômico, étnico e sociocultural não se respeitou a realidade continental. “Grupos etno-linguísticos historicamente rivais eram reunidos num mesmo Estado, enquanto outros se encontravam separados por uma linha traçada à régua no mapa. O Estado antecedia à existência de uma nação. Na ausência de um idioma comum, oficializava-se o do ex-colonizador, enquanto a massa camponesa analfabeta continuava a utilizar os diversos dialetos tribais. As rivalidades entre os distintos grupos haviam sido estimuladas pelos colonizadores como forma de dominação, e deixavam uma herança trágica, expressa no problema das minorias e do ‘tribalismo’, além do antagonismo entre assimilados e não assimilados à cultura européia” (VISENTINI, 2012, p. 31).

[218] No século XIX a maioria dos países latino-americanos já havia concluído sua independência a mais de um século. Nos Estados Unidos, por exemplo, a luta pela independência começou no século XVIII. Neste sentido, afirmamos que as independências africanas se deram de maneira mais tardia em comparação com a América Latina, no entanto, assumiram caráter completamente diferente devido à particularidade da colonização africana. As independências africanas foram mais profundas no sentido da ruptura, pela via revolucionária, em muitos casos, diferentemente do que houve na América Latina, onde as oligarquias nacionais assumiram o governo no lugar dos colonizadores.

sobretudo na periferia onde os impactos desta expansão se dão com maior intensidade devido o quadro de crescente internacionalização e intensificação do próprio sistema.

Para Visentini, o socialismo de orientação marxista conseguiu se concretizar em alguns lugares. Primeiramente com o triunfo da Revolução Russa, em pleno contexto da Primeira Guerra Mundial. O segundo aconteceu também na Europa, no Pós Segunda Guerra Mundial em contraposição ao fascismo como nos casos da Albânia e Iugoslávia consideradas revoluções autônomas. A terceira teve o epicentro na Revolução Chinesa, fortemente caracterizada pela questão camponesa. E por último, as diversas revoluções vinculadas aos processos de descolonização e construção da identidade nacional que marcaram as Revoluções Socialistas do Terceiro Mundo, a exemplo da Revolução Cubana, Vietnamita, Africanas e outras.

Revoluções de qualquer natureza impactam o cenário internacional, pois estão relacionadas às rupturas tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo.

> […] Necessariamente geram um impacto internacional, na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia […] inspiram forças políticas de outros países tanto simpatizantes como adversarias […] normalmente as revoluções dão origem a guerras externas, geralmente associadas a guerras civis internas (VISENTINI, 2012, p. 29).

Na maior parte dos casos, as Revoluções Africanas estiveram associadas a estes fatores mencionados pelo autor, guerras externas e guerras internas, o caso de Angola é uma expressão destes exemplos.

As Revoluções Africanas aconteceram concomitantemente ao processo de formação do Estado-nação, no colapso do regime colonial, ao mesmo tempo em que se inicia a construção do sistema de relações interestatais marcado pelo pan-africanismo[219].

---

[219] De acordo com Villen (2013), o pan-africanismo tem suas raízes na luta emancipatória dos negros dos Estados Unidos, tendo a sua primeira conferência em Londres, em 1900, onde se debateram teses sobre a diáspora africana. A princípio, o pan-africanismo era compreendido como uma corrente cultural e não como uma ideologia propriamente dita. Mais adiante, adquire uma conotação política ideológica no despertar da consciência nacionalista, sobretudo após o período pós bélico. No quinto congresso, realizado em Manchester em 1945, o movimento assumiu uma posição claramente política para enfrentar o problema da descolonização e servir de inspiração aos Movimentos de Libertação Nacional africanos. Em 1958 Nkrumah organiza a Conferêencia dos Estados Independentes Africanos em Accra, neste período há um crescimento significativo do conteúdo anti-imperialista nos processos de luta pela independência nacional e, concomitante, os

É importante distinguir a questão nacional, ou nacionalismo – considerado chauvinismo burguês para o Internacionalismo Proletário –, ao considerar a realidade africana. As revoluções do Terceiro Mundo ganham uma importância fundamental ao fundir a luta de libertação nacional com o marxismo para chegar ao socialismo, ou seja, a questão nacional se torna uma questão unificadora.

O pan-africanismo, como movimento político-ideológico, teve como causa principal justamente a luta pela unidade africana, que se expressava através dos movimentos de libertação, na construção de alternativas para a África como um todo.

Para Nkrumah[220], um dos teóricos mais importantes do pan-africanismo, "a África deve unir-se! […] a independência de Gana é privada de sentido se não for ligada à libertação de todo o continente africano" (NKRUMAH, 1980 apud VILLEN, 2013, p. 36)[221]. Esta proclama de Nkrumah é uma mensagem de sentido à independência africana como processo universal e não fragmentada ao particularismo de cada país.

O pan-africanismo teve como plano tático estratégico a centralidade da luta contra o inimigo comum em todos os países – o colonialismo e o imperialismo; o racismo; as leis e práticas de discriminação; o tribalismo e o separatismo religioso – elencando quatro etapas principais: 1) independência nacional; 2) consolidação nacional; 3) unidade transnacional e comunitária; 4) reconstrução econômica e social segundo os princípios do socialismo científico (VILLEN, 2013). A unidade africana deveria ser, segundo o pan-africanismo, o objetivo comum de todas as lutas e inseparável da independência político-econômica.

---

governos dos países libertos constroem um espírito de solidariedade ao dar suporte aos movimentos de libertação. Na conferência de 1963, em Adis Abeba, se criou a OUA (Organização da Unidade Africana), como concretude dos debates do pan-africanismo. Segundo a autora, este momento do pan-africanismo é demarcado – por outros autores – como expressão da divisão interna do movimento "no solo africano que começava a se tornar politicamente independente, são colocados em oposição dois tipos de defesa da unidade: a 'unidade dos revolucionários' e a 'unidade dos neocolonizados'" (VILLEN, 2013, p. 40). De acordo com esta última perspectiva do pan-africanismo, o debate da libertação como estratégia da unidade revolucionária começou a ceder espaço ao da cooperação com as antigas potências, como um pan-africanismo demagógico de não interferência nos negócios internos e de tolerância mútua.

[220] Kwame Nkrumah (1909-1972), nascido em Gana, foi um dos principais líderes e pensador do pan-africanismo. Sua principal contribuição se deu na elaboração da unidade africana através da luta anticolonial. Para Nkrumah, o colonialismo e capitalismo fazem parte do mesmo sistema de opressão. Disponível em: https://www.ecured.cu/Kwame_Nkrumah. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

[221] NKRUMA, Nwame. **Revolutionary Path**. London. Panaf, 1980.

As diferentes conferências realizadas em distintos momentos aglutinaram Estados da África e Ásia para defender a soberania dos territórios contra o domínio colonial. “A importância destas conferências era levar ao conhecimento de todos os países africanos a experiencia de luta e projeto de descolonização de cada país” (VILLEN, 2013, p. 37).

As Revoluções Africanas, em sua maioria, estiveram estritamente vinculadas ao processo de descolonização[222], em alguns casos específicos, com muito mais intensidade e profundidade, como é o caso da Argélia, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Essas transformações levadas a cabo pelos movimentos de libertação nacional africano se inserem no contexto de descolonização ocorridos a partir da segunda metade do século XX.

A crise de legitimidade do sistema colonial neste período faz com que o colonialismo adote um discurso de igualdade racial, verificado sobretudo no caso português, por exemplo, o qual aparece como nação antirracista após a emergência do Estado Novo que, segundo Villen (2013), são as características daquele período histórico específico do Segundo Pós Guerra que reorientam o novo discurso.

> Referimo-nos aqui à passagem do ‘período de ouro’ do sistema colonial português – inaugurado com o nascimento do *Estado Novo* nos anos 1930 marcado por um forte movimento de propaganda dos valores coloniais, […] - a um período de crise deste. Essa crise, que caracteriza de maneira significativa a segunda metade do século XX, atinge também as outras potências europeias. Depois da Primeira Guerra Mundial, da soberania plena dos territórios coloniais dos Estados-Nação, passou-se a uma nova fase histórica, caracterizada pela *internacionalização da administração colonial*. O novo sistema de mandados criado nesse período significou um primeiro passo que deu lugar a referida mudança (VILLEN, 2013, p. 22, itálico da autora).

Outro aspecto vinculado à crise do sistema colonial foi a ascensão de novas potências no cenário mundial no Segundo Pós-Guerra, isto é, da União Soviética e dos Estados Unidos. No caso dos Estados Unidos, este atuou como árbitro colonial, que ora financiava regimes como o de Portugal, ora defendia a autonomia das nações colonizadas.

---

[222] O termo descolonização utilizado neste trabalho está relacionado ao processo histórico de luta contra o sistema colonial e segue na mesma linha de Villen, que analisa a descolonização como “processo histórico distintivo da segunda metade do século XX, que marca o final dos regimes coloniais de dominação direta” (VILLEN, 2013, p. 32). Ainda de acordo com a autora, o termo aqui utilizado não pretende dar margem à interpretação de descolonização como uma decisão das potências colonizadoras.

O conceito anticolonial trabalhado pela autora baseia-se na obra de Amílcar Cabral[223], o qual se faz indispensável para entender a negação e superação da ordem colonial através da:

> Implantação de um sistema econômico alternativo ao capitalismo e na contínua luta contra o neocolonialismo. Mas certamente é na teoria do nascimento de um *homem novo e uma mulher nova* (ambos restituídos à sua *própria história*) e na concepção de luta anticolonial como um processo de transformação política, econômica e mental (tanto das massas populares, da pequena burguesia, quanto da elite nas sociedades colonizadas) que se encontra toda a força concreta, e ainda muito atual, de suas ideias (VILLEN, 2013, p. 17;18, itálico da autora).

Para a autora, o contexto do Segundo Pós-Guerra é esclarecedor no que se refere ao continente africano: "[…] O momento coincide também com a emergência das organizações internacionais enquanto entidades supostamente 'neutras' e imprescindíveis para a manutenção da 'paz mundial' e de uma ordem mais justa" (VILLEN, 2013, p. 13). Dentre estes organismos mencionados pela autora se encontra a ONU como mediadora de conflitos.

Neste sentido, as Revoluções Africanas, concomitantes ao contexto da Guerra Fria, possibilitaram a busca de alianças em função dos conflitos existentes na época. O apoio do campo socialista ajudou a demarcar o caráter da maioria delas. Cuba, China e a URSS tiveram um papel fundamental no apoio a estes processos, ainda que a China, após a ruptura com a União Soviética, deixasse de apoiar as guerras que de alguma maneira trariam benefício à URSS.

Contudo, as divisões entre socialismo e capitalismo impostas de fora da realidade africana, por intermédio da Guerra Fria, contribuíram para potencializar o problema da unidade africana, ou seja, as divisões entre os países segundo a ideologia e força bélica de quem os apoiavam.

---

[223] Amílcar Cabral (1924-1973), nascido na Guiné-Bissau, foi uma das principais lideranças do movimento anticolonial africano. Segundo Villen (2013), Amílcar Cabral foi uma liderança que formulou o pensamento e foi porta voz da revolução africana. Segundo a autora, Cabral foi "poeta, agrônomo, teórico e líder político da revolução anticolonial da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, o pedagogo político-cultural' que ensinava o 'aprendizado da liberdade' […] seu modo de pensar espelha sensibilidade e compromisso com o contexto socioeconômico da África, em particular das ex-colônias portuguesas, de miséria social historicamente produzida pela atuação do colonialismo nesse continente. Sua teoria, inseparável da práxis revolucionária, é expressão da corrente de pensamento crítico anticolonial […]" (VILLEN, 2013, p. 14;15). Cabral não alcançou ver a influência do seu pensamento na concretização da descolonização africana, pois morreu demasiadamente temprano aos 49 anos de idade. "Cabral foi assassinado por agentes portugueses em 1973 quando se encontrava na Guiné (Conakri) que dava refúgio ao movimento" (VISENTINI, 2012, p. 40).

As revoluções de independência foram, tanto do ponto de vista interno quanto externo, resultantes de longos anos de guerrilhas para derrubada do regime arcaico arraigado no continente. “As revoluções africanas estiveram associadas, desde as redes internacionais e alteraram o perfil da descolonização, tendo permitido que países como Cuba exercessem um grande papel no continente” (VISENTINI, 2012, p. 30;31).

Percebe-se, portanto, o quão importante foi a participação de Cuba no processo de descolonização africana, como parte da política de ajuda solidária e necessária à libertação dos povos do Terceiro Mundo.

As lutas pela descolonização tiveram importância fundamental no contexto regional, era mais que necessária a construção da unidade e solidariedade em torno da independência definitiva, sob o risco de uma transição ao neocolonialismo em vez da emancipação completa. Para Villen:

> A possibilidade de os Estados africanos nascituros escolherem o próprio caminho, de não caírem naquele da submissão ao imperialismo – como ocorreu na América Latina – era confiada a criação do Socialist Pattern of Society [padrão socialista de sociedade], segundo o qual o desenvolvimento de um país deveria construir a condição do desenvolvimento do outro (VILLEN, 2013, p. 39, colchete da autora).

Dessa maneira, segundo a autora, seria possível causar impacto contra as forças coloniais. O objetivo era criar primeiro as condições para o desenvolvimento da região África e depois as relações paritárias com outras partes do mundo.

O processo de descolonização africana, com auge após a primeira metade do século XX, teve inicialmente um caráter mais moderado em termos políticos. Segundo Gleijeses, o primeiro país subsaariano a conquistar a independência foi Gana e no ano seguinte, o governo da França, naquele momento Charles de Gaulle[224], concedeu a independência às demais colônias francesas da África subsaariana.

De acordo com Visentini:

> A descolonização da África negra (ou subsaariana) foi tardia e relativamente controlada, pois as potências coloniais anteciparam-se ao

[224] Charles André Joseph Marie De Gaulle (1890-1970). Militar e político francês, liderou a França Livre durante a Primeira Guerra Mundial, foi o fundador da Quinta República e ocupou a presidência da França de 1958 a 1969. “De Gaulle deixou uma marca indelével na política francesa do século passado e presente, uma vez que boa parte de suas ideias ainda está presente na França atual, sob o atual chamado ‘gaullismo’”. Disponível em: https://www.ecured.cu/Charles_De_Gaulle. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

> amadurecimento dos protestos e puderam encaminhar as independências nos parâmetros do primeiro caso [acordo da metrópole com a elite local para uma independência gradativa, verificada na África tropical]. Estudantes oriundos das elites locais foram enviados para estudos superiores nas metrópoles; administração tornava-se paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos europeus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma burguesia nativa previamente cooptada. (VISENTINI, 2012, p. 31; 32, colchete nosso).

Segundo o autor, os países que primeiro se tornaram independentes foram os que mais lutaram contra a lógica de transição paulatina, como o exemplo Gana, que ao obter a independência da Inglaterra, em 1957, o Primeiro Ministro Kwame Nkrumah declarou-se partidário do pan-africanismo e aliou-se à URSS e à China, da mesma maneira que quando a Guiné se liberta da França seu Primeiro Ministro, Sekou Touré[225], aproximou-se de Nkrumah e obteve apoio dos países socialistas.

O ano de 1960 é considerado pela historiografia como o ano africano. Foi o ano em que a maioria dos países[226] deste continente tornaram-se independentes dos principais impérios da época, Grã-Bretanha, França e Bélgica, porém a partir de uma estratégia pacífica, gradual e controlada, conforme verificamos. De acordo com Gleijeses, no ano da África, se tornaram independentes 16 colônias europeias.

> A rapidez da abdicação europeia se explica por muitas causas. Como uma onda expansiva, conforme uma colônia alcançava sua independência nos territórios aldeados cresciam as esperanças. E quando as autoridades coloniais colocavam freios, a resposta não foi a submissão, e sim os distúrbios (GLEIJESES, 2007, p. 13, tradução nossa).

Nos anos seguintes, entre 1961 e 1966, outros países[227] alcançaram a independência no continente africano. “Todos os novos Estados localizavam-se na zona

---

[225] Ahmed Sékou Touré (1922-1984). Líder político africano, sendo o primeiro Presidente da Guiné independente, a República da Guiné. Suas ideias eram estreitamente vinculadas ao líder Nkrumah de Gana, na defesa de um socialismo africano, mas que fosse ao mesmo tempo anti-imperialista e intransigentemente nacionalista. Após a morte de Nkrumah, ficou isolado e nos anos oitenta se transformou pró-frança defendendo os interesses francês no continente pragmaticamente baseado nas necessidades económicas do país. Disponível em: https://www.ecured.cu Ahmed_Sékou_Touré. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

[226] Segundo Visentini, os países a tornarem-se independentes nos anos de 1960 foram: Camões, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, República Centro Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Beni), Alto Volta (atual Burkina-Faso), Niger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Mauritania e Congo-Leopoldville (depois Zaire e atualmente República Democrática do Congo) (VISENTINI, 2012, p. 32).

[227] Desta vez foram “Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto” (VISENTINI, 2012, p. 32).

tropical africana e neles era limitado o número de colonos europeus, o que facilitou a transferência formal dos diversos países à burguesia e classe média negra" (VISENTINI, 2012, p. 32).

Entretanto, conforme o autor, não foram todos os processos que se deram de maneira controlada e pacífica, por exemplo, no Congo-Leopoldville[228] houve revoltas com a saída dos belgas. O líder revolucionário Patrice Lumumba[229] assumiu como Primeiro Ministro, mas foi assassinato pelos rivais financiados pela CIA.

No bojo da efervescência destes processos houve tentativas de construir estruturas regionais para fortalecer os Estados nascentes, mas as debilidades foram maiores do que as aspirações, e assim, as iniciativas não se concretizaram. Os dois blocos e as propostas formadas em 1961 foram:

> O Grupo de Casablanca, com sete membros propunha uma diplomacia neutralista e uma ruptura mais profunda com as metrópoles (Nasser do Egito, Touré da Guiné e Nkrumah de Gana eram seus principais articuladores); o Grupo de Monróvia, integrado por vinte e um membros, seguia uma linha mais moderada vinculada ao neocolonialismo (Senghor do Senegal e Burguiba da Tunísia eram suas maiores expressões (VISENTINI, 2012, p. 33).

Mais adiante, em maio de 1963, a conferência do pan-africanismo de Adis Ababa (Etiópia) criou a OUA (Organização da Unidade Africana) como espaço para debater e tomar posições sobre os conflitos no continente africano, bem como, contribuir na libertação dos países ainda sujeitados ao sistema colonial. A criação da OUA expressou as contradições internas no seio do pan-africanismo acerca da unidade, portanto, esta não foi uma organização que representasse os interesses revolucionários na luta anticolonial africana. Para Benot (1976):

---

[228] Aqui nos referimos à atual República Democrática do Congo, então Congo Leopoldville – ou Congo Belga –, a que Gleijeses se refere como Zaire para diferenciar do Congo Francês – ou Congo Brazzaville –, atual República do Congo.

[229] Patrício Émery Lumumba (1925-1961). Líder revolucionário africano, Primeiro Ministro do governo da República Democrática do Congo (Leopoldville). Lumumba foi um dos fundadores do pan-africanismo e grande defensor das lutas de libertação nacional na África, convocando todos os governos dos países libertos a apoiar a bandeira independentista dos países colonizados. Os belgas conspiraram seu assassinato com o Presidente destituído Joseph Kasavubu, em conluio com os Estados Unidos, da Inglaterra e Nações Unidas. Quarenta anos depois o parlamento belga admitiu sua responsabilidade no assassinato de Lumumba. Disponível em: https://www.ecured.cu/Patrice_Lumumba. Acesso em:09 de fevereiro de 2020.

> A unidade africana, que alguns confundem com a OUA, existe. Esta existe na dimensão do povo africano e, neste âmbito, é mais verdadeira, mais eficaz e historicamente bem mais enraizada do que a OUA, que nada mais é do que seu prolongamento orgânico e estrutural (BENOT, apud VILLEN, 2013, p. 40)[230].

Além de que a OUA manteve as fronteiras herdadas do colonialismo por não encontrar, segundo Visentini, outros parâmetros para delimitar as mesmas, o que demonstra os limites na ruptura com os séculos de dominação colonial.

Com relação ao papel dos Estados Unidos diante do novo cenário das independências em curso no continente africano, Gleijeses considera sua posição oportunista, uma vez que a nova realidade poderia favorecer o bloco comunista na correlação de forças de disputa com o Ocidente. Até então o Departamento de Estado dos EUA não tinha se preocupado com a África, enquanto estavam estes países sob a tutela colonial, no entanto, uma vez independentes poderiam tornar-se peões da Guerra Fria.

> De todo modo, os Estados Unidos tinham formidáveis vantagens em sua busca por influências na África: estavam em condições de brindar muito mais ajuda econômica do que o bloco soviético e seus aliados da Europa conservavam grande influência em suas antigas colônias […] (GLEIJESES, 2007, p. 15, tradução nossa).

Segundo o autor, os documentos do departamento de Estado dos Estados Unidos revelam a política estadunidense de empurrar para os europeus a responsabilidade de prestar assistência à África, ou pelo menos assumir publicamente esta responsabilidade.

Similares à América Latina, pese suas particularidades, os países africanos após suas independências mantiveram vínculos sobretudo econômicos com suas antigas metrópoles, o que pode ser caracterizado como período neocolonial, pois, de acordo com as análises de Villen, justamente pela condição de sustentação dos países independentes houveram, em muitos casos, a substituição do colonialismo direto para o colonialismo indireto, ou seja, pelo neocolonialismo, reflexões estas apontadas por Nkrumah no seu aporte ao pan-africanismo e também desenvolvidas por Florestan Fernandes sobre o caso cubano.

---

[230] BENOT, Yves. **Ideologie dell'indipendenza**. Roma: Riuniti, 1976.

Esta é uma contradição relevante, haja visto o sentido da revolução africana, que, como se pôde verificar, baseia-se na premissa da unidade anticolonial.

A condição de exportadores de produtos primários, bem como a manutenção do sistema de produção interna com predomínio do interesse estrangeiro, permanecia quase que inalterada no pós independência. “A carência de tecnologia, de investimentos e a falta de técnicos tornavam essa subordinação estrutural” (VISENTINI, 2012, p. 31). Estes e outros fatores caracterizavam uma relação tipicamente neocolonial, no sentido da dominação indireta, conforme verificamos no caso cubano antes da Revolução de 1959.

Outra característica dos processos de independência em alguns países africanos foi, segundo a terminologia do autor, os golpes militares de caráter progressista[231], ou até mesmo socializante. As instituições existentes “era uma das poucas de expressão nacional acima das divisões tribais” (VISENTINI, 2012, p. 35).

Nesta perspectiva, Hobsbawm também afirma o caráter de golpes militares de esquerda em alguns casos, tanto na África quanto na América Latina. Segundo o autor, foram casos subestimados inclusive pela esquerda que não acreditava na luta armada, mas que parecia plausível inclusive na Europa, com o exemplo ocorrido em Portugal em 1974. Também era comum no mundo islâmico e não poderia ser imprevisível na América Latina. De acordo com o historiador, “a revolução boliviana de 1952 foi feita por uma combinação de mineiros e insurretos do Exército” (HOBSBAWM, 1995, p. 425).

---

[231] Visentini refere-se aos processos de golpes com regimes socializantes ou progressistas aqueles processos de mudança de sistema que se deram através da tomada do poder por setores militares de esquerda que posteriormente se declararam marxistas-leninistas. A Exemplo, o autor cita “em 1969, o de Siad Barre na Somália, de Marien N’Gouabi no Congo; em 1972, de Mathieu Kérékou no Daomé/ Benin, o dos militares em Madagascar (liderado por Ratsiraka desde 1975); em 1974, dos militares Etiópia; e, em 1977, em Seychelles, Albert René e suas milícias esquerdistas tomaram o poder sem derramamento de sangue, proclamando uma república socialista, sendo que todos estes vieram a se definir como marxistas-leninistas (exceto Seychelles)” (VISENTINI, 2012, p. 38). Na Daomé, em 1972, um grupo de jovens oficiais derrubou o regime neocolonial e buscou aproximação com a China, Coreia do Norte e Líbia. Em 1973, o Benin logrou uma estabilidade política rebatizando o país como República Popular do Benin sob a bandeira do socialismo, criando um sistema comunal de base a nacionalização das empresas estrangeiras. No Congo-Bazzaville, já em 1963, o presidente Massemba Débat proclamou seu governo socialista e, em 1969, o militar de esquerda N’Gouabi assumiu o poder e criou o Partido Congolês do Trabalho e, em 1973, proclamou a República Popular do Congo também sob a bandeira vermelha do socialismo. Em Madagascar, o regime colonial foi derrubado em 1972 e, após instabilidade que perdurou até 1975, o capitão de fragata Didier Ratsiraka assumiu o poder e implantou um governo de orientação socialista. Nas ilhas Seychelles, em 1977, um ano depois da independência concedida pelos britânicos, as milícias do SPUP (Partido Unido do Povo Sheychelense) tomaram o poder e foi instituído como partido único, a (Frente Progressista do Povo Seychelense).

Na América Latina, não se verificou nenhum processo bem sucedido de libertação nacional através da tomada do poder via golpe militar progressista, embora em alguns países, como o Brasil, houve iniciativas.

> A década de 1950 foi cheia de guerrilha no Terceiro Mundo, praticamente todas nos países coloniais em que, por um motivo ou outro, as antigas potências coloniais locais resistiram à descolonização pacífica – Malásia, Quênia, (o movimento Mau Mau) e Chipre no império britânico em dissolução (HOBSBAWM, 1995, p. 425).

Do ponto de vista do impacto nas relações internacionais, houve mudanças importantes. Com o aumento dos Estados-nacionais – quase duplicaram-se –, produtos das independências, transformou-se consideravelmente o caráter da ONU[232], assim como fortaleceu-se o Movimento dos Países Não Alinhados. Muitos dos países que se tornaram independentes no bojo das revoluções africanas, tiveram como alinhamento diplomático a defesa da libertação de outros países na perspectiva da emancipação completa do continente contra o neocolonialismo. Países como Guiné, Zâmbia, Gana, Argélia, Tanzânia, foram firmes em suas posições diplomáticas.

> Muitos deles procuraram uma cooperação política e econômica com os países socialistas, o que permitiu em parte a atitude relativamente autônoma acima descrita. Entretanto, a ajuda econômica socialista era modesta para as necessidades destas nações, e a descontinuidade política delas faziam com que Moscou mantivesse uma atitude cautelosa. Esse fenômeno permaneceu vigente até a primeira metade dos anos de 1980 (VISENTINI, 2012, p. 35).

A descolonização do continente africano acirrou a relação com algumas potências colonizadoras, sobretudo ao sul do continente. Portugal, por exemplo, se recusou a reconhecer as independências de Angola e Moçambique, casos mais emblemáticos como mencionamos anteriormente. Da mesma maneira que a minoria branca[233] que governava a África do Sul continuava seu domínio sobre a Namíbia e o

---

[232] Após a criação da ONU e a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948, acompanham o debate sobre o direito de autodeterminação e de governo independente dos domínios coloniais, debate este que começa a colocar em questão a legitimidade do colonialismo. A mudança de caráter da ONU está fundamentalmente relacionada ao crescimento importante de países africanos ocupando assento neste organismo (VILLEN, 2013).

[233] De acordo com Visentini (2012), a minoria branca que governava a África do Sul era um total de 20% da população e os colonos brancos somavam 5%.

Zimbábue (antiga Rodésia), o que gerou nesta região longos processos de guerras contra o colonialismo e o neocolonialismo.

A resistência dos portugueses em conceder a independência às suas colônias na África Austral e a instauração do regime racista da África do Sul[234] se justifica em grande medida por esta região possuir grande potencial econômico associado ao capital estrangeiro. “A África Austral, em seu conjunto possuía imensas reservas de minerais estratégicos e potencialidades agrícolas, além de deter uma posição geopolítica estratégica na rota entre o Oceano Atlântico e o Índico” (VISENTINI, 2012, p. 36).

Para Gleijeses, a ditadura portuguesa se negou inclusive a examinar a possibilidade de conceder independência às suas colônias. De acordo com o autor:

> Como resultado disso, em princípios de 1961 se iniciou a luta armada em Angola, em Guiné-Bissau em 1963 e em Moçambique no ano seguinte. Os funcionários do governo de Kennedy duvidaram que Lisboa pudesse ‘levar a cabo a larga e cruenta luta que suas políticas atuais parecem garantir’; temiam que os Estados Unidos, atados de pés e mãos com Portugal pelos compromissos que implicavam a OTAN, tivessem que ver como a União Soviética e China estreitavam seus laços com os rebeldes e surgiam regimes pró comunistas nas colônias liberadas (GLEIJESES, 2007, p. 15; 16, tradução nossa).

No caso português – também na França –, buscou-se outras formas para a manutenção do sistema colonial através de algumas mudanças adotadas na prática e no discurso colonial. Para Villen, frente à deslegitimação do sistema colonial, Portugal tentou de toda maneira garantir seu *status quo* modificando algumas leis para salvaguardar seu domínio.

> Apesar do contexto descrito de crise geral dos sistemas coloniais e entre a própria metrópole portuguesa e suas colônias, o regime de Salazar insistia na manutenção das antigas estruturas do sistema de dominação direta, recusava a adoção do modelo britânico da *indirect rule*[235] ou mesmo a aceitação da irreversibilidade da descolonização pura e simples (VILLEN, 2013, p. 31, itálico da autora).

---

234 O regime de segregação racial da Africa do Sul, conhecido como apartheid, atravessou praticamente toda a segunda metade do século XX, estando consagrado na constituição sul-africana (VISENTINI, 2012). O apartheid que privilegiava uma minoria branca, em torno de 20% da população da África do Sul, segundo Visentini (2012), também exercia domínio sobre a Namíbia e a Rodésia e estava amparada por grandes forças econômicas associadas a empresas de capital transnacional.

235 Sistema indireto de administração e de governo das colônias que promovia a relação de intermédio entre a colônia e a metrópole e tornava a administração mais barata para a metrópole (VILLEN, 2013).

A intransigência de Lisboa – em não renunciar seu domínio territorial – somada às imposições das minorias brancas na África do Sul, levou ao desencadeamento da luta armada pelos movimentos anticoloniais desta região. Organizações como ACN (Congresso Nacional Africano) aderiu à guerrilha na luta contra a colonização racista junto ao Partido Comunista sul-africano, da mesma maneira que a SWAPO (Organização Popular do Sudoeste Africano) na Namíbia, a ZAPU (União Africana do Zimbábue) e a ZANU (União Nacional Africana do Zimbábue) contra a suposta independência declarada pelos brancos na Rodésia (VISENTINI, 2012).

Se 1960 foi o ano das independências africanas, 1970 foi a década das Revoluções Africanas.

Para Hobsbawm, ainda que estas não fossem revoluções ao estilo de Outubro de 1917 – como tradição "original" de revolução –, a instabilidade social continua a existir, nas palavras do autor, "o vulcão não deixa de estar ativo".

No contexto internacional, o desequilíbrio de forças crescia de maneira relevante. Os EUA precisavam limpar sua imagem perante o fracasso na guerra contra o Vietnã – o país ficou desmoralizado do ponto de vista internacional em meio às manifestações contra a guerra – e, ao mesmo tempo, fortalecer alianças no enfrentamento à União Soviética, já que os acontecimentos alteravam o equilíbrio entre as potências. Neste último caso, a República Popular da China seria uma aliada estratégica, já que havia cisões importantes no bloco socialista.

Frente a esta situação, a União Soviética buscou fortalecer-se na aliança com os países do Terceiro Mundo para obter um reequilíbrio estratégico no cenário global.

> A nova correlação de forças então criada gerou um desequilíbrio de poder global, claramente desfavorável à Moscou. Frente a esse quadro, os soviéticos buscaram intensificar sua colaboração com os Movimentos de Libertação Nacional e revolucionários do Terceiro Mundo, sobretudo através de uma aproximação com o Movimento dos Países não Alinhados e com Cuba (VISENTINI, 2012, p. 36; 37).

Conforme o autor, diante desta nova correlação de forças, o mundo caminhava para uma relativa tendência à multipolaridade. A crise econômica se alastrara à periferia, demonstrando sinais de esgotamento do ciclo de expansão capitalista decorrentes da Segunda Guerra Mundial.

A crise capitalista da década de 1970, e seu impacto na periferia, foi aproveitada pelos movimentos nacionalistas de esquerda para canalizar o potencial de mobilização para o processo revolucionário, a maioria contando com apoio do campo socialista. Triunfaram processos revolucionários anti-imperialistas ou socialistas em diferentes partes do mundo entre 1974 e 1979, abalando em certo sentido o sistema internacional, e "a estes eventos somou-se a queda dos regimes ditatoriais europeus pró-americanos em 1974-75 em Portugal, Espanha e Grécia" (VISENTINI, 2012, p.37).

Na geopolítica internacional, as décadas de 1960 e 1970 foram de profundas transformações rumo à multipolaridade do mundo, permeadas pelos impactos da descolonização nos continentes africano e asiático[236].

> À rivalidade da Guerra Fria, à realidade de divisão colonial imposta pelas fronteiras arbitrárias desse sistema, ao desmantelamento político, econômico e social do continente e à tentativa de aniquilamento das culturas africanas, a África responde não somente por meio das lutas amadas contra os Exércitos coloniais; é no significado mais amplo que se quis dar à recusa do destino de submissão colonial expresso na decisão do ato de lutar contra o colonialismo na sua totalidade […] que podemos encontrar a importância histórica da ação colonial africana contemporânea e seus desafios lançados ainda hoje ao mundo contemporâneo (VILLEN, 2013, p. 35).

Na perspectiva da autora, se pode desmistificar o processo de independência africana afirmando duas questões: primeiro, a descolonização da África não se deu por meio de uma transição pacífica em meio à crise do sistema colonial; e, segundo: a luta armada não foi o único fenômeno resultado dos séculos de violência colonial, mas a construção do projeto alternativo ao colonial e neocolonial, que representasse a emancipação dos povos do Terceiro Mundo.

5.1.1 A luta armada contra o colonialismo português

Portugal, sob o regime salazarista, se negava a conceder a independência às suas colônias na África, em um contexto permeado pelas lutas anticoloniais, pelas quais a maioria dos países africanos alcançaram sua independência.

---

[236] A independência da Índia se deu em 1947.

Villen afirma que as independências africanas, sob domínio português, não se deram de maneira voluntária pelo governo colonial, ao contrário, é a dinâmica de resistência que contribuiu e tornou possível a viragem do sistema político português.

Para a autora, a contestação ao sistema colonial não se deu somente através da luta armada ou de resistência, se deu também através do desenvolvimento da corrente de pensamento anticolonial em confrontação à ideologia colonial dominante. “Na verdade, ao buscar a resposta dada pela África, constatamos que esta nunca esteve passiva ao domínio colonial, apesar da repressão secular a que foi submetida pelo colonialismo” (VILLEN, 2013, p. 34).

No contexto de 1960 em diante, as lutas anticoloniais lideradas na sua maioria por movimentos de esquerda ou nacionalista, alguns países aderiram a luta armada como via para alcançar a independência, o exemplo dos países de colonização portuguesa são os mais destacados.

A África teve que começar do zero, criar tudo novamente, pois havia sido usurpada durante cinco séculos, adquirindo assim uma pesada herança colonial, seja pela repressão, seja pelas piores dificuldades econômicas enfrentadas na região.

Em Cabo Verde, sob a liderança de Amílcar Cabral, o PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde)[237] começou a guerrilha em Guiné-Bissau contanto com o apoio dos cubanos no âmbito da assessoria técnica e militar. “um dado curioso foi que dois países – Guiné-Bissau e Cabo Verde – eram governados pelo mesmo partido e trabalharam pela unificação, mas ela foi abandonada em 1980, havendo também a divisão do partido” (VISENTINI, 2012, p. 41).

Enquanto brotava a luta armada em Guiné-Bissau, outros países de domínio português apenas conseguiam levar adiante lutas de cunho político, como por exemplo, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Neste ínterim, em Moçambique a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) começa sua ação guerrilheira no norte do país, em 1964, tendo a Tanzânia como sua retaguarda. “A FRELIMO era liderada pelo moderado Eduardo Mondlane[238]

---

[237] O PAIGC, com base militar radicada em Concri, lutava ao mesmo tempo pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, cujo líder principal foi Amilcar Cabral. Segundo Dreker, Cabral era filho de pai guineano e mãe cabo-verdiana, e por seu vínculo com os dois países organizou um movimento de libertação unificado (entrevista a Dreke, 11 de dezembro de 2019, La Habana).

[238] Eduardo Chivambo Mondlane (1920-1969). Político e sociólogo moçambicano, foi membro fundador e primeiro presidente da FRELIMO de 1962 até o seu assassinato em 1969. Disponível em: https://www.ecured.cu/Eduardo_Mondlane. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

(graduado nos Estados Unidos) e, após o seu assassinato em 1969, foi sucedido pelo mais ‘radical’ Samora Machel” (VISENTINI, 2012, p. 40).

Segundo o autor, após a Revolução dos Cravos de Portugal[239] em 1974, alterou-se a situação dos países de colonização portuguesa. Portugal passou apoiar a luta anticolonial após a derrubada de Salazar e predicar pela paz nos territórios em guerra. O acordo de Lusaka, por exemplo, estabeleceu um governo transitório na independência moçambicana, apesar da tentativa da elite local junto a portugueses, de tomar o poder pelo sul do país através da capital Maputo, onde a FRELIMO ainda não tinha forte presença.

Para Hobsbawm, embora as novas revoluções ocorressem, na sua esmagadora maioria, em Países do Terceiro Mundo, as revoluções da década de 1970 começaram na Europa com a derrubada do regime português.

> […] do mais longevo sistema direitista do continente e, pouco depois, com o colapso de uma muito, mas breve ditadura ultradireitista na Grécia. Após a morte há muito esperada do general Franco, em 1975 […] essas transformações ainda podiam ser consideradas como a liquidação de um serviço deixado inacabado desde a era do fascismo europeu e da Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995, P. 436).

A Revolução dos Cravos em Portugal foi engendrada, segundo o autor, nas longas guerras de libertação nacional nas colônias africanas desde os anos de 1960, a qual travara-se com o Exército português, sem maiores problemas com exceção de Guiné-Bissau “onde talvez o mais hábil de todos os libertadores líderes africanos, Amílcar Cabral, os levara a um impasse no fim daquela década” (HOBSBAWM, 1995, P. 436).

Na Guiné-Bissau, o PAIGC proclamou a independência em 1973 nos territórios que haviam sido libertados, forçando Portugal ao reconhecimento no ano seguinte. Em 1975, São Tomé e Príncipe, sob a direção do MLSTP (Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe) de orientação marxista, e Cabo Verde, também

---

[239] Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974). Levantamento militar contra a ditadura salazarista em Portugal, que provocou a queda da ditadura dominante desde 1926. O fim deste regime, conhecido como Estado Novo, impulsionou a independência das últimas colônias portuguesas depois de um longo período de guerras contra o colonialismo, como é o caso de Angola e Moçambique. Segundo Visentini, a Revolução dos Cravos não mudou apenas o regime português, mas também possibilitou que as colônias africanas reivindicassem a sua independência completa. “Em julho de 1974, o General Spínola anunciou que o novo regime português concederia independência às colônias africanas” (VISENTINI, 2012, p. 55).

sob a direção do PAIGC, conquistaram suas independências. Estes três países optaram por regime “socializante” dirigidos por partido único.

Enquanto o regime português desabava, outra revolução se explodia no continente africano, trata-se do mais velho país independente, a Etiópia. Segundo Hobsbawm, o país estava devastado pela fome e, em meio aos conflitos, o imperador foi derrubado em 1974, sendo substituído por uma junta aliada a URSS. “Dentro da Etiópia, o novo regime foi contestado, e acabou sendo derrubado e 1991 por movimentos regionais de libertação ou secessão igualmente inclinados para o marxismo” (HOBSBAWM, 1995, P. 437).

Na opinião do autor, essas revoluções criaram uma “moda” de regimes alinhados ao socialismo. Daomé (Benin), Madagascar, Congo-Leopoldville, Rodésia do Sul (Zimbabue), todos estes países tiveram mudanças radicais e seus novos governos se inclinaram ao socialismo.

No caso da descolonização da África portuguesa, a Revolução dos Cravos de 1974, trouxe impactos que influenciaram de maneira decisiva a descolonização, da mesma maneira, as lutas pela independência nas colônias portuguesas também influenciaram na derrubada do regime português. Podemos dizer, portanto, que houve neste caso um movimento de mão dupla.

Em 25 de junho de 1975, Moçambique declara sua independência total e completa tornando-se uma República Popular.

> Às zero horas de hoje nasceu a República Popular de Moçambique, Estado que nasceu do combate multissecular do nosso povo pela liberdade e independência. Estado em que pela primeira vez no nosso país se implanta o poder da aliança dos trabalhadores. A nenhum moçambicano, a nenhum cidadão de qualquer país, livre ou ainda oprimido, escapa a profunda significação histórica deste momento na vida do nosso povo, como não escapa também a dimensão internacional deste facto em relação à Comunidade das Nações da qual passamos a fazer plenamente parte integrante […] (SAMORA MACHEL, 1975)[240].

Com o apoio da África do Sul, a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) organiza a contrarrevolução através de uma guerra civil cruel e sangrenta que

[240] Discurso proferido por Samora Machel em ocasião da proclamação da Independência de Moçambique, Maputo, 25 de julho de 1975. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/machel/1975/06/posse.htm. Acesso em: 24 de dezembro de 2019.

praticamente devastou o país, encerrando-se – formalmente, pois os conflitos persistem até os dias atuais – apenas em 1992, com o acordo de paz assinado entre FRELIMO e RENAMO, em Roma, na Itália.

No caso de Angola, o país mergulhou numa guerra civil que perdurou cerca de quinze anos entre os três Movimentos de Libertação Nacional, cada um recebendo apoio externo segundo seus propósitos e ideologia.

> Por uma década e meia, a partir de 1975, ambos os países [Angola e Moçambique] lutaram para implantar uma sociedade de orientação socialista, estratégia que foi abandonada no final de 1980 devido aos impasses militares, ao desgaste e ao abandono pelos soviéticos durante a *Perestroika* de Gorbachov. O mundo que havia permitido a eclosão das revoluções de Angola e Moçambique desaparecera, iniciando-se o ciclo da globalização neoliberal, ao qual MPLA e Frelimo viram-se na contingência de se adaptar para sobreviver. (VISENTINI, 2012, p. 42, itálico do autor, colchete nosso).

Dessa maneira, os países que optaram pela construção do socialismo durante ou após suas lutas emancipatórias, não conseguiram implementar um modelo autêntico devido as profundas debilidades econômicas e a dependência até enquanto perdurou a União Soviética.

A descolonização dos territórios portugueses foi um divisor de águas para os movimentos revolucionários africanos, abrindo caminho para processos radicalizados, democráticos e socialistas que impactaram o cenário internacional.

Conforme afirma Hobsbawm, os movimentos guerrilheiros que se multiplicaram na África a partir da década de 1960, sobretudo após o conflito do Congo e o endurecimento do *apartheid* na África do Sul não tiveram muito sucesso, haja visto questões como divisões tribais no âmbito interno, bem como questões de âmbito externo como, por exemplo, o conflito sino-soviético que debilitou o apoio na região. Não obstante, a década seguinte foi possível contar com maior nível de colaboração externa.

> Com a crescente ajuda soviética […] estes movimentos renasceram no início da década de 1970, mas foi a revolução portuguesa que possibilitou às colônias conquistar finalmente sua independência em 1975. (Moçambique e Angola logo foram mergulhados numa guerra civil muito mais assassina, de novo pela intervenção conjunta da África do Sul e dos EUA (HOBSBAWM, 1995, p. 437).

O enfrentamento a poderosas forças dominantes que levaram alguns países ao caminho da guerrilha foi uma conjuntura única no continente. Rompeu-se o baluarte do império colonial e trouxe à África a possibilidade de escolher seu caminho que culminou na libertação dos povos oprimidos num processo caracterizado pela combinação de revolução e descolonização.

5.2 O INTERNACIONALISMO CUBANO NA ÁFRICA

5.2.1 A participação de Cuba nas Independências Africanas

No continente africano a presença cubana se deu de maneira marcante e com resultados profundos. O caso de Angola é o mais conhecido devido sua magnitude, mas, para além de Angola, Cuba também esteve presente na Argélia, Congo, Etiópia, Namíbia, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, entre outros países, onde mais de meio milhão de cubanos tomaram parte nos conflitos que levaram ao fim do colonialismo a partir da segunda metade do século XX.

As independências se alastraram no continente africano a partir dos anos 1960 em diante, além dos 16 países que alcançaram sua independência, outros 30 começaram a luta armada pelo mesmo objetivo[241], marcando, portanto, um período fecundo da luta anticolonial.

Enquanto os Estados Unidos se preocupavam com o papel da Europa na assistência aos conflitos africanos para impedir a crescente influência comunista nesta região, Cuba desempenhou um papel excepcional.

> Quando estes funcionários [do governo dos EUA] pensavam em subversão comunista na África, tinham em mente Moscou e Beijing, não La Habana. Não pensavam que uma ilha caribenha debilitada e pobre, cujo único vínculo com África era o sangue de centenas de milhares de escravizados, enviados através do Atlântico para trabalhar nas plantações cubanas, desempenharia um papel neste longínquo continente (GLEIJESES, 2007, p. 16, tradução nossa, colchete nosso).

[241] Documentário – **Cuba uma odisseia africana.** Disponível em: https://vimeo.com/81218750. Acesso em: 12 de maio de 2018.

Neste período, a Revolução Cubana havia recém triunfado, sem embargo, prestou o apoio ao processo argelino através, sobretudo, do envio de brigadas médicas, mas também forneceu armas para a apoiar a guerrilha.

Foi neste período que Cuba começa sua trajetória de receber estudantes estrangeiros na ilha. Já em 1961, cerca de 15 jovens provenientes de diferentes países africanos são recebidos em Cuba para cursar estudos profissionalizantes. Prevaleciam relações cordiais com países como Egito, Gana e Guiné. Estes foram os primeiros de muitos jovens que viriam se formar na ilha socialista, além dos que viriam receber treinamento militar (GLEIJESES, 2007).

Cuba – desde os tempos da Sierra Maestra – acompanhava com profunda simpatia a luta argelina e, logo após o triunfo revolucionário, ofereceu ajuda contra o domínio francês ao país africano, a qual concretizou-se em 1962 com o envio de armas aos rebeldes argelinos. De acordo Gleijeses, o mesmo barco que transportou armas e alimentos até a Argélia, regressou para a ilha com guerrilheiros feridos para receber tratamento médico adequado, além de crianças oriundas de campos de refugiados, sendo a maioria delas órfãs da guerra. Mais tarde, Fidel Castro considerou este gesto como parte dos momentos essenciais nas páginas da Revolução Cubana. “Já em 1961, quando o povo da Argélia travava uma assombrosa luta pela sua independência, um navio cubano levou armas para os heroicos patriotas argelinos, e em seu retorno trazia uma centena de crianças órfãs e feridas da guerra […]” (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 346).

Este ato foi, na opinião de Gleijeses o início da odisseia cubana pela África.

> Em dezembro, um barco cubano, o *Bahia de Nipe*, partiu de La Habana com 1500 rifles, mais de 30 metralhadoras, quatro morteiros de 81 mm e uma grande quantidade de rodadas de morteiros, todas de fabricação estadunidense. […] as armas foram desembarcadas em Casablanca [cidade portuária de Marrocos] e em janeiro de 1962 transportadas ao acampamento da FLN [Frente de Libertação Nacional] próximo a Oujda [nordeste de Marrocos] perto da fronteira argelina; esta foi a primeira ajuda cubana enviada à África. Inclusive, o que era para Cuba, uma quantidade importante de armas; era uma mostra tangível da simpatia cubana pela causa argelina. O episódio, que foi um segredo bem guardado, não precisava de aspectos irônicos: cuba fornecia à FLN armas estadunidenses (GLEIJESES, 2007, p. 55-56, tradução nossa, itálico do autor, colchete nosso).

A colaboração cubana ao processo argelino consistia em riscos nas relações diplomáticas, tanto com os EUA quanto com a França, duas potências aliadas. Para

os Estados Unidos significava uma clara provocação e para a França, riscos na relação com o governo, já que Cuba pretendia manter relações normais com Charles de Gaulle. Para além dos disso, não houve rupturas.

Após a independência da Argélia, em 3 de julho de 1962, o novo presidente Ben Bella[242], viajou aos Estados Unidos para admissão do país na ONU e, após visitar o presidente dos Estados Unidos em Washington, viaja a Cuba para encontrar-se com Fidel Castro, quem lhe esperou no aeroporto acompanhado das crianças argelinas órfãs da guerra que se encontravam em Cuba. Tal encontro se deu de maneira afetuosa de ambas as partes, expressando admiração mútua entre os líderes revolucionários de Cuba e Argélia, conforme expressou Ben Bella ao retornar ao seu país.[243]

A Revolução Cubana acolheu com extraordinário entusiasmo e apoio incondicional o triunfo do povo argelino na luta pela sua verdadeira independência. A vitória argelina contra a França abriu as portas do continente africano para a contribuição cubana aos movimentos de libertação que cresciam de forma acelerada na região. A Argélia estava ameaçada pela agressão exterior e foi então que a Revolução Cubana enviou sua primeira ajuda militar à África.

De acordo com Fidel Castro, “pela primeira vez tropas cubanas cruzaram o oceano e, sem pedir licença a ninguém, acudiram ao chamado de um povo irmão” (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 346).

Foi neste contexto que, também, se iniciou a ajuda médica cubana aos países africanos, quando médicos e outros profissionais foram enviados à Argélia para ajudar no processo de reconstrução do país. Após a visita de Ben Bella à ilha, Fidel Castro convocou uma brigada de médicos voluntários a prestar serviço solidário ao povo argelino.

Como se verificou também em outros processos revolucionários, na Argélia a maioria dos profissionais qualificados abandonaram o país. Essa prática resultante do

---

242 Ahmed Ben Bella (1916-2012). Primeiro presidente da República Argelina Democrática e Popular, fundada após negociações entre Argélia e França, resultado da sangrenta guerra por independência da colônia. Em seu governo fez reformas de caráter popular socialista e defendia veemente a libertação dos países africanos contra o jugo colonial. Após golpe de Estado em 1965, passou quinze anos na prisão, ao sair exilou-se na França, desde onde encabeçou forte oposição contra o governo argelino. Disponível em: https://www.ecured.cu/Ahmed_Ben_Bella. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

243 Mais detalhes das impressões de Ben Bella sobre Cuba podem ser encontrados em: GLEIJESES, Piero. **Misiones en Conflicto. La Habana, Washington y África. 1959-1976.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

domínio colonial-capitalista de apropriação e extração máxima das riquezas dos países pobres, que nega o desenvolvimento local, deixa no processo de ruptura toda população à mercê da miséria provocada pelos séculos de saqueio, incluindo a escassez de profissionais nos serviços de atenção básica, como o da saúde neste e outros casos verificados.

No caso da Argélia, onde a esmagadora maioria dos profissionais médicos eram franceses, após a independência a evasão destes deixaram o país sem o suporte necessário para atender a população, o mesmo sucedeu em Cuba após o triunfo revolucionário e em outros países africanos.

Com conhecimento de causa e gesto solidário Cuba compartilhou seus poucos médicos com o povo argelino. “Também naqueles dias, quando o imperialismo arrebatou do país metade de seus médicos, deixando-nos apenas 3 mil, várias dezenas de médicos cubanos foram enviados à Argélia para ajudar o povo” (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 347).

Na perspectiva de diminuir os impactos deixados pelo êxodo de profissionais qualificados, em 23 de maio de 1963 saíram 50 voluntários cubanos dirigidos pelo ministro da Saúde Pública, José Ramón Machado Ventura, com destino à Argélia[244]. A chegada dos profissionais da saúde ao país africano demarcou o início da assistência técnica da Revolução Cubana no exterior, principalmente através de missões médicas que perduram até os dias atuais. Nas palavras de Fidel Castro, “Iniciava-se assim […] o que hoje se constitui a mais extraordinária cooperação médica que a humanidade conhece com os povos do Terceiro Mundo” (FIDEL CASTRO, 2005 in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 347).

> Era um gesto pouco comum: um país subdesenvolvido que oferecia ajuda gratuita a outro em situação ainda mais desesperadora. Isso ocorria no momento em que o êxodo de médicos de Cuba depois da revolução reduzia os recursos humanos com que o governo podia contar, ao mesmo tempo que estava empenhado em desenvolver novos programas para que todo o povo cubano pudesse ter acesso à atenção médica. Machado Ventura observou: ‘era como um mendigo oferecendo ajuda, mas sabíamos que o povo argelino necessitava inclusive mais do que nós e que o merecia’, era um ato de verdadeira solidariedade que não proporcionava a Cuba nenhum benefício tangível e que tinha um custo material real (GLEIJESES, 2007, p. 62, tradução nossa).

[244] Dentre os profissionais cubanos enviados para a Argélia 29 eram médicos, 3 dentistas, 15 enfermeiros e 8 técnicos médios, sendo no total 45 homens e 10 mulheres.

Em junho de 1964 chegou na Argélia o segundo grupo de voluntários[245]. Alguns brigadistas relatam os níveis de dificuldade encontrados durante o processo, desde a situação material do país até o limite do idioma, algumas vezes tendo que formar cadeias de tradução para estabelecer diálogo com os pacientes. Estes e outros tantos relatos de experiências pessoais, encontrados em Gleijeses, demonstram o quanto o Internacionalismo cubano, ao prestar ajuda aos processos de transformação, também transformou as pessoas que deles participavam, conforme se confere no depoimento de Resik[246], "[…] agora com mais de 60 anos de idade ainda recordo minha estadia na Argélia como algo bom, algo que me ajudou, algo que me transformou no ser humano que sou hoje" (RESIK, in: GLEIJESES, 2007, p. 62, tradução nossa).

A Argélia se encontrava em uma grave crise econômica após sete anos de guerra, somada ao êxodo de 800 mil profissionais franceses qualificados, a pobreza era tão grande que mesmo com a popularidade alta de Ben Bella, havia rebeliões por todo o país. Marrocos, aproveitando-se da situação de crise que também vivenciara, decide confrontar a Argélia na disputa pelas fronteiras visando a ampliação do seu território. Após alguns meses de intensos conflitos na chamada Guerra do Deserto, Ben Bella pede ajuda à Cuba para enfrentar o Exército marroquino que ocupava ilegalmente seus territórios fronteiriços.

Conforme verifica-se, durante os processos de independências africanas houve inúmeras confrontações e guerras internas que implicaram no envolvimento de outros países. Eram guerras menores dentro de um contexto de guerra maior, ou seja, guerras internas no âmbito do contexto das lutas anticoloniais que, por sua vez, também estavam inseridas no contexto da Guerra Fria, na disputa entre potências pela hegemonia no continente.

Para atender a demanda de Ben Bella, Cuba formou o Grupo Especial de Instrução (GEI), uma Força Especial para dar treinamento militar à resistência argelina[247].

---

[245] O segundo grupo de voluntários era composto por 24 médicos, 4 dentistas, 24 enfermeiros e 9 técnicos, sendo em total 24 mulheres. De acordo com os relatos dos profissionais voluntários, as mulheres enfrentavam mais dificuldade no que diz respeito às práticas machistas arraigadas na sociedade angolana, muito mais do que em Cuba naquele período (GLEIJESES, 2007).

[246] Entrevista concedida ao doutor Pablo Resik Habib por Hedelberto López Blanch, que atuou como chefe da primeira brigada médica na Argélia em 1963. in: GLEIJESES, 2007.

[247] Neste mesmo período, la Habana e Rabat haviam firmado um contrato de compra e venda de 1 milhão de toneladas de açúcar por três anos. Mesmo sob o risco de suspensão do contrato, Cuba

No mês de outubro, duas embarcações de Grupo Especial munidas de armamentos de guerra partiram para a Argélia. Embarcaram nos navios Aracelio Iglesias e Andrés González Lines mais de 600 cubanos que cruzaram o atlântico levando a bordo: tanques, canhões, artilharia antiaérea entre outros arsenais de guerra para Grupo Especial, além de 4.744 toneladas de açúcar[248]. A estes também se somam 170 cubanos que partiram no dia 21 de outubro em dois voos especiais da Cubana de Aviación.

Apesar do cuidado para manter em sigilo a chegada dos cubanos, foi impossível não chamar atenção no porto de Orã (ao noroeste da Argélia) em plena luz do dia 22 de outubro. Em poucos dias, a imprensa internacional alardeava a chegada de barco cubano com carregamento militar na cidade portuária, fato que se repetiu uma semana depois quando chegou o segundo barco (GLEIJESES, 2007).

Por fim, a Operação Dignidade, preparada para desmontar a invasão marroquina, não se levou a cabo. Foi possível resolver o conflito por via de negociação pacífica entre Argélia e Marrocos, ocorrida em 29 de outubro, num acordo de cessar-fogo entre ambos os países. Não foi desta vez que cubanos utilizaram arsenal militar e tampouco entraram em combate em solo africano.

Ainda que Cuba tivesse se esforçado para dispor de ajuda militar ao processo argelino, a preocupação dos Estados Unidos era outra, a possibilidade real de a União Soviética intervir no conflito, recordemos que a Guerra Fria estava em pleno desenvolvimento.

> Quanto ao governo dos Estados Unidos, os informes disponíveis indicam que, ainda que os funcionários [do Departamento de Estado] se surpreendessem com a intervenção de Cuba, sua preocupação não estava em uma pequena força cubana na longínqua Argélia, e sim na possibilidade de que a guerra com Marrocos levasse os argelinos a estreitar seus laços militares com Moscou e abrisse o país às instruções militares e armas soviéticas (GLEIJESES, 2007, p. 79, tradução nossa, colchete nosso).

manteve a decisão de enviar apoio ao Exército de Ben Bella, vale recordar que a situação financeira de Cuba estava cada vez mais difícil, haja vista os esforços estadunidenses para impedir o comércio cubano através do bloqueio econômico. Além disso, no início de outubro, o furacão Flora devastou o oriente da ilha, deixando um saldo de 1.400 mortos, visto pela própria CIA como o pior furacão que havia golpeado Cuba (GLEIJESES, 2007).

248 O navio Aracelio Iglesias partiu de La Habana com destino à Argélia no dia 10 de outubro e o Andrés González Lines, em 17 de outubro.

Com o cessar-fogo firmado em Bamako (capital do Mali), os cubanos desempenharam o trabalho pelo qual haviam sido enviados: treinamento militar. Criaram uma poderosa brigada argelina com capacidade militar: artilheiros, tanquistas etc., somando um total de quase mil argelinos treinados pelo Grupo Especial cubano. E enquanto se desenvolviam os treinamentos militares, a brigada médica também realizava sua missão de cuidar dos enfermos daquele país que, ao saberem do tratamento gratuito, chegavam em massa para consultar-se com os cubanos.

Finalmente, em 17 de março de 1964, metade do Grupo Especial saiu da Argélia a bordo do Aracelio Iglesias. No dia 29 de março, às 16h00, divisavam a costa cubana e em 1º de abril receberam a visita do comandante das Forças Armadas Revolucionárias, Raúl Castro, no acampamento militar de La Cabaña onde descansavam de sua missão. Raul lhes felicitou pela missão cumprida. “Depois de seis longos meses, o Grupo Especial estava em seu país. A imprensa cubana não falou do seu regresso, assim como não havia falado de sua partida” (GLEIJESES, 2007, p. 83, tradução nossa).

A primeira expedição de cubanos para a África foi considerada um êxito. Segundo o autor, foi a partir da experiência na Argélia que Cuba começou seus contatos com os movimentos guerrilheiros africanos, sobretudo os de colônias portuguesas. “Argélia era mais que porta de entrada de cuba no continente africano. A estreita colaboração entre os serviços de inteligência de Cuba e da Argélia não estava limitada somente à África […]” (GLEIJESES, 2007, p. 85, tradução nossa).

De acordo com os estudos de fontes secretas dos serviços de inteligência, tanto de Cuba como da CIA e em parte na África, Gleijeses afirma que houve estreita colaboração de Argélia com Cuba nos processos de lutas na América Latina. O que não se podia fazer diretamente desde Cuba, devido a sistemática vigilância dos EUA sobre os passos da ilha, se fazia a partir da Argélia.

Assim, Argélia serviu de ponte para a América Latina, conforme afirma Gleijeses.

> A Argélia de Ben Bella estabeleceu relações diplomáticas com vários países latino-americanos, como Argentina, Brasil e Venezuela, que haviam rompido relações diplomáticas com Cuba. Além disso, vários movimentos guerrilheiros latino-americanos tinham representantes em Argel e, segundo informava a CIA, a Argélia ‘cooperava com Cuba no treinamento e apoio material a alguns revolucionários latino-america-

> nos' […] a assistência de Argélia foi de particular utilidade para as tentativas cubanas de ajudar os guerrilheiros na Argentina e Venezuela (GLEIJESES, 2007, p. 86, tradução nossa).

Após a queda de Ben Bella, em 1965, resultado de um golpe de Estado no país, Cuba se retira completamente da Argélia e suas relações se minimizam, recuperando-se parcialmente no final da década de 1960.

A ajuda cubana ao continente africano não parou com o fim das relações com a Argélia, como vimos, a relação Cuba-Argélia foi precursora da política cubana para o continente africano, no entanto, o fluxo de cubanos enviados ao continente africano seguiu seu curso nos anos posteriores.

> Foi na Argélia que começou a epopeia do internacionalismo civil de Cuba. Após os médicos que foram à Argélia em 1963, outros seguiram para países independentes da África e os médicos guerrilheiros que foram ao Zaire [Congo belga] com o Che seguiram para as áreas de guerrilha em Guiné-Bissau (GLEIJESES, 2007, p. 89, tradução nossa, colchete nosso).

Depois da Argélia, durante o conflito pela independência da Congo a URSS foi convidada a prestar ajuda militar no intuito de derrotar definitivamente os belgas, fato este que preocupou demasiado os EUA. A ONU foi acionada para intervir militarmente e estabilizar a situação de conflito, porém, passados apenas seis meses de o Congo haver logrado sua independência, o novo presidente, Patrice Lumumba, foi assassinado brutalmente pelos opositores em conluio com a própria ONU[249].

Após o assassinato de Lumumba, os Estados Unidos financiam um golpe militar no Congo para impedir que o candidato lumumbista ganhasse as eleições, levando ao poder Cyril Adoula[250], representando os interesses estadunidenses. Com a crescente crise em Catanga, o então presidente Kennedy, aprova a intervenção da ONU com objetivo de esmagar a rebelião local.

> Com a reintegração de Catanga, Zaire passou a uma estabilidade corrupta, opressiva e pro-estadunidense que se apoiava em dois pilares:

---

[249] Patrice Lumumba foi capturado por soldados zairenses aliados da CIA no dia 1º de dezembro de 1960 e, 17 dias depois, foi levado junto a outros dois companheiros para serem entregues ao governo de Catanga (ao sul do Congo), onde foram brutalmente assassinados em janeiro de 1961 (GLEIJESES, 2007). Ver também documentário – **Cuba uma odisseia africana.** Disponível em: https://vimeo.com/81218750.

[250] Cyrille Adoula (1921-1978). Político congolês fundador, junto com Patrice Lumumba, do Movimento Nacional Congolês, ocupando o cargo de Primeiro Ministro do Congo entre 1961-1964, seu governo foi financiado pela CIA para promover a contra-revolução no Congo Leopoldville. Disponível em: https://www.ecured.cu/Cyrille_Adoula. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

> milhares de soldados das Nações Unidas e o Exército zairense (ANC) dirigido pelo general Mobutu, o homem da CIA que havia participado do assassinato de Lumumba (GLEIJESES, 2007, p. 103, tradução nossa).

Entretanto, a suposta estabilidade do Congo (Leopoldville) estava ameaçada, na província de Kivu (leste do Congo), seguidores de Lumumba se levantaram em rebelião movidos muito mais pela guerra psicológica do que pelo enfrentamento direto, conseguindo assim derrotar o Exército regular do ANC (Congolaise Armée National – Forças Armadas Nacionais Congolesas). Frente a situação de derrota, os EUA tentaram convencer a Bélgica e outros países europeus, como a França, a intervir militarmente no conflito, o que foi rechaçado por estes países. Bruxelas pretendia estabelecer um *modus vivendi* com os rebeldes, pois havia muitos civis empresários com negócios instalados no país e não lhes interessavam o conflito interno, enquanto Washington buscava todas as maneiras para responsabilizar os países europeus no conflito, já que se tratava de suas antigas colônias.

Havia que derrotar os rebeldes e o Exército zairense não o podia fazer sozinho.

> Além dos europeus, a administração de Johnson havia pedido à Etiópia, Nigéria e Senegal que enviassem tropas e eles se negaram […] Os Estados Unidos queriam uma solução limpa – tropas europeias ou africanas – mas se necessário usaria mercenários (GLEIJESES, 2007, p. 114-115, tradução nossa).

Os mercenários seriam a única solução possível e a Bélgica aceitou sob pressão dos EUA.

Com exceção da China, que oferecia modesta ajuda aos rebeldes, outros países comunistas não interviram inicialmente no conflito. Não obstante, após a ofensiva mercenária sobre Stanleyville que massacrou a Rebelião Simba[251], a União Soviética

---

[251] A Rebelião Simba (1964-1965) foi um levantamento rebeldes lumumbistas que conseguiram libertar uma zona no extremo Leste do Congo Leopoldiville. Segundo estudos sobre o levantamento dos rebeldes denominados Simbas (leões), sua capacidade de guerra estava muito mais na força psicológica do elemento espiritual africano do que a capacidade de guerra propriamente. Esta superstição teve um efeito poderoso e por onde passavam os Simbas, o Exército abandonava suas armas e fugia. Além disso, a população tinha muito mais simpatia pelos rebeldes do que pelo Exército que era considerado, inclusive pela CIA, violento e sanguinário. Outro aspecto, segundo Gleijeses, é de que os rebeldes não se apoiavam em ideologias ou regimes comunistas para sobreviver, exceto uma pequena ajuda da China, mas o que preocupava realmente os EUA era a possível queda de um governo pró-estadunidense no país. Para o autor, "a perda do Zaire 'o país mais rico e apreciado da África' poderia custar a Johnson votos na eleição presidencial. A rebelião devia ser esmagada" (GLEIJESES, 2007, p. 109, tradução nossa).

e a República Democrática da Alemanha decidiram brindar ajuda militar, assim como os países africanos também ofereceram modesta ajuda militar aos rebeldes. Apenas Cuba enviou um grupo de combatentes dirigidos por Che Guevara.

O primeiro percorrido de Cuba revolucionária pela África foi realizado por Che Guevara, entre finais de 1964 e o início de 1965, viagem que lhe ofereceu a oportunidade de conhecer com maior propriedade a realidade dos países colonizados. A visita de três meses acercou Cuba dos processos de luta no continente africano e os diferentes movimentos anticoloniais[252], bem como construir relações de reciprocidade com os movimentos de luta pela independência e alguns governos (ARIET, 2016). O resultado desta viagem assinalou o interesse de La Habana pelo continente Africano.

Che Guevara foi, portanto, um dos principais precursores da presença cubana na África do ponto de vista estratégico, pois se construiu a possibilidade de inserção direta de Cuba nos processos de emancipação das nações colonizadas, através da via revolucionária com formas radicalizadas de transformação da realidade.

O ponto de vista cubano, expressado sobretudo nos discursos de Fidel Castro, qualificava o imperialismo estadunidense como inimigo comum tanto na América Latina quanto na África. A crescente presença estadunidense sobre o território africano, em especial nos países em processos de descolonização, visava aumentar seu poder na disputa com a União Soviética. Contudo, o continente africano ainda vivia sob forte presença colonialista europeia, enquanto na América Latina o domínio estadunidense se dava de maneira mais acentuada através das ditaduras militares que começavam se alastrar com força na região.

Assim, a perspectiva cubana se assentava na necessidade de construção da unidade entre os dois continentes para empreender uma luta de maior alcance contra o imperialismo, criar diferentes focos de enfrentamento para dividir as forças do inimigo maior.

Convencidos de que a revolução africana seria iminente e que poderia ser mais um território de acirramento, além do Vietnã e América Latina, começou-se então a chamada 'epopeia cubana' pela África na tentativa de colocar em prática o internacionalismo como única forma de ganhar uma batalha desigual. Porém, para Gleijeses, “esta foi uma temporada de grande ilusão, quando os cubanos, os estadunidenses e

[252] Documentário – **Cuba uma odisséia africana.** Disponível em: https://vimeo.com/81218750. Acesso em: 12 de maio de 2018.

muitos outros pensaram que a revolução seria iminente na África" (GLEIJESES, 2007, p. 16, tradução nossa).

Os rebeldes combatentes estavam por todas as partes, nas colônias portuguesas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. No Congo Leopoldville um novo governo proclama simpatias pelo socialismo, no Zaire a luta armada também se estendia com rapidez desde 1964. Os EUA por sua vez enviaram mercenários da África do Sul, da Rodésia[253] e Europa, controlados pela CIA, para sufocar a revolta dos Simbas. Em abril de 1965, uma coluna cubana dirigida por Che Guevara se infiltra na zona oriental do Zaire, através da Tanzânia e, no verão de 1965 já havia cerca de 400 soldados cubanos na África Central (GLEIJESES, 2007).

O chefe do escritório de Inteligência e Investigação do Departamento de Estado (INR) dos Estados Unidos, Tom Hughes[254], com base nos informes recebidos de suas embaixadas na África sobre a viagem de Guevara, afirma, entre outras coisas, que "a arma mais importante do regime cubano na África parece ser seu exemplo e liderança intelectual. A operação africana de Guevara deve ser julgada como um êxito modesto [...]" (HUGHES, in: GLEIJESES, 2007, p. 103, tradução nossa)[255].

Para Gleijeses, Che Guevara não foi para África fazer relações públicas e sim conectar a Revolução Cubana com os governos e movimentos de libertação. Foi em Brazzaville (Congo francês), no início de 1965, que se abriu um novo capítulo da relação cubana com o MPLA, iniciada amistosamente em finais de 1964. Foi a primeira reunião com altos representantes da direção política cubana com dirigentes do MPLA, entre eles Agostinho Netto. De Cuba, naquele momento, o MPLA só queria uma coisa: instrução militar.

Logo após visitar Brazzaville, Che Guevara foi para Dar-es-Salaam, então capital da Tanzânia. Considerada a meca dos movimentos de libertação africana, seria o canal principal para o regresso clandestino de Guevara à África. A Tanzânia cumpriu um importante papel na relação com os grupos armados de libertação nacional na região. "Depois de Stanleyville, Nyerere apoiou plenamente os Simbas, de maneira

---

253 A Rodésia, atual Zimbabue, foi colonizada pela Inglaterra no final do século XIX. Na metade do século XX quando o continente africano passava pelo processo de descolonização, através das guerrilhas de independência, na Rodésia também se intensificou a luta por autodeterminação. Em 1980, as eleições livres levaram à vitória de Robert Mugabe que implementou políticas de caráter socialista.

254 Thomas Lowe Hughes (1925) foi secretário do Departamento de Inteligência e Pesquisa, Departamento de Estado dos EUA durante as administrações Kennedy e Johnson.

255 HUGHES (INR) ao secretário de Estado, "Che Guevara's African Venture" 19 de abril de 1965, NSFCF, caixa 20.

que a Tanzânia se transformou na sua principal retaguarda e no principal canal para entrada de armas soviéticas e chinesas. Era também a sede do Comitê de Libertação da OUA [...]" (GLEIJESES, 2007, p. 138, tradução nossa). Além de sediar inúmeros movimentos de libertação da África.

O debate de Guevara com representantes de movimentos guerrilheiros na Tanzânia propunha que o treinamento militar deveria ser realizado no Congo, considerada a situação concreta daquele país e que deveria se concretizar em um território de guerra, opinião que não agradou a muitos dirigentes, em especial da FRELIMO, já que estes defendiam que o treinamento deveria ser realizado em Cuba. Apesar das diferenças, Cuba aceitou treinar os guerrilheiros moçambicanos em seu próprio território e, em abril de 1965, parte de Cuba um barco carregado de armamentos, uniformes e alimentos para o movimento moçambicano.

Ainda em Dar-es-Salaam, Che Guevara se encontrou com líderes Simbas, entre eles Kabila[256], que lhe impressionou logo no primeiro encontro. Diante do avanço dos acontecimentos e a pedido das lideranças do movimento de libertação congolês, Cuba decidiu apoiar voluntariamente a luta no Congo.

Havia uma única exigência por parte dos Simbas, todos deveriam ser *negros de la piel oscura.* Um dos chefes de confiança para a missão foi Victor Dreke[257], veterano de guerra do Exército Rebelde. Em entrevista de campo, Dreke[258] nos conta brevemente sobre sua partida para Congo.

---

256 Laurent Désiré Kabila (1941-2001) liderou a Revolta Simba no Congo Leopoldville após o assassinato de Patrício Lumumba, alcançando a libertação de uma zona no extremo-oeste do país entre 1964 e 1965 que, em 1965, contou com a participação de instrutores cubanos, incluindo a presença de Che Guevara, no processo de luta pela libertação do Congo, mas foi esmagada pelo Exército regular do país e mercenários brancos. Em 1967, Kabila fundou o Partido Revolucionário do povo (PRP), que durante dezoito anos lutou incansavelmente contra o regime de Mobutu. Em 1996, impulsionou a criação da Aliança de Forças Democráticas de Libertação do Congo, que obteve êxitos importantes.

257 Víctor Emilio Dreke Cruz (1937) é um destacado revolucionário cubano. Militante do Partido Comunista de Cuba, foi chefe da luta contra os grupos contra-revolucionários nas montanhas do Escambray, combatente do Exército Rebelde e protagonista da resistência de Playa Girón em 1961. Com o codinome Moja, acompanhou pessoalmente Che Guevara, em 1965, em sua gesta pelo Congo entre abril e agosto daquele ano, quando Cuba decide apoiar a luta armada naquele país. No Congo, foi o segundo chefe sob o comando de Che Guevara na coluna cubana que treinou os congoleses para o combate. Após a missão no Congo, Dreke continuou a cumprir tarefas internacionalistas da Revolução Cubana no continente africano. Foi diplomata entre 1966 e 1968 e retornou à África para encabeçar a missão cubana em Guiné-Bissau no assessoramento militar às forças armadas. Atuou também como representante de Cuba em corporações de comércio e construção civil para a reconstrução de casas e escolas, estradas etc., em países como Angola. Atualmente, aos 82 anos de idade é presidente da Associação de Ex-Combatentes da Revolução Cubana (ACRC), organização composta por cerca de 50 mil membros em La Habana.

258 DREKE, Victor. Entrevista de campo realizada em 11 de dezembro de 2019, La Habana, Cuba.

> Este fato levou a presença de um grupo de cubanos ao Congo e neste grupo estava a presença do comandante Ernesto Guevara de la Sierna, o Che, com um grupo de revolucionários em abril de 1965 e eu tive a sorte de ser escolhido entre este grupo de companheiros que fomos ao Congo […] eu fui um dos dois companheiros que acompanhamos o Che em sua saída clandestina de Cuba, em 1º de abril de 1965, depois foram muito mais companheiros até chegar a 129[259] companheiros, isso aparece escrito nas memórias do Che, nos livros […] (DREKE, 2019).

Dreke, um dos homens de confiança de Fidel Castro e Che Guevara, devido sua trajetória no Exército Rebelde lhe permitiu ser escolhido. Ainda que a decisão fosse voluntária, o mesmo relata que não teve dúvida em aceitar a tarefa ainda sem saber onde e o que seria.

Uma das coisas que chamam a atenção com respeito a participação cubana em missões internacionais, em especial na África, é a subjetividade dos cubanos. Todas as pessoas entrevistadas diretamente, ou citadas em outras entrevistas a quais pudemos ter acesso, afirmam categoricamente que participaram por decisão própria, por vontade pessoal e conscientes que estariam cumprindo um dever revolucionário. Igualmente, em todas as entrevistas que tivemos acesso, se elucida que o governo cubano, ao lançar alguma convocatória, sempre deixou clara a liberdade para decisão pessoal, tanto que, em algumas das missões militares, como no Congo, Guiné Bissau entre outras, houve cubanos que se recusaram a participar, e ainda, em casos isolados, no Congo, por exemplo, houve pessoas que pediram para abandonar a missão.

A decisão que levou Cuba lutar na África sempre foi clara, a batalha permanente contra o imperialismo e o sentido internacionalista da Revolução Cubana. Não foi por interesse material em riquezas como petróleo ou diamante, conforme repete Dreke, fazendo referência à um discurso Fidel Castro, e sim por um elementar dever internacionalista de ajudar os povos a libertarem-se do jugo colonial em um contexto no qual a geopolítica mundial estava em questão.

Nas palavras de Fidel Castro:

> [...] Alguns imperialistas se perguntam por que ajudamos os angolanos, que interesses temos lá. Eles estão acostumados a pensar que

[259] Segundo Gleijeses (2007), o documento secreto de Che Guevara intitulado “Evaluación del personal a mis órdenes”, redigido na embaixada cubana em Dar-es-Salaam após a saída do Congo, menciona individualmente 127 nomes de participantes da Coluna Patricio Lumumba, com o próprio Che, seriam 128. Deste total, 11 solicitaram abandonar a luta.

> quando um país faz algo, é porque está buscando petróleo, cobre, diamante ou algum recurso natural. Não! Não buscamos nenhum interesse material, e é lógico que os imperialistas não o entendam, porque são guiados por critérios exclusivamente chauvinistas, nacionalistas e egoístas. Estamos cumprindo um elementar dever internacionalista quando ajudamos o povo de Angola! Não procuramos petróleo, não procuramos cobre, não procuramos ferro, não procuramos absolutamente nada. Simplesmente aplicamos uma política de princípios […] Então, quando os imperialistas se perguntarem que interesse temos, teremos que lhes dizer: vejam, leiam um manual de internacionalismo proletário para que possam entender por que estamos ajudando em Angola (FIDEL CASTRO, 1975)[260].

A astúcia exacerbada do imperialismo, conforme expressão de Fidel Castro, fez com que Cuba estivesse sempre preparada, "de mochilas nas costas e botas nos pés", para lutar em qualquer parte do mundo quando necessário.

A revolução latino-americana não tinha tido êxitos. A mensagem de Che Guevara para a criação de outros Vietnã não teve efeito devido às condições históricas daquele momento. No entanto, a África oferecia melhores condições para um processo avançado de luta anti-imperialista de viés anticolonial, e foi nestas condições que Cuba dedicou com afinco seus esforços, vestiu as botas, colocou as mochilas nas costas e partiu para a solidariedade internacional.

O Internacionalismo cubano foi analisado pelos próprios agentes da CIA, os quais afirmam que sua motivação principal era o "sentido de missão revolucionária", impulsionado pelo líder Fidel Castro, conforme afirmam as investigações de Gleijeses nos documentos secretos do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

De acordo com o autor, a própria CIA via a missão internacionalista cubana como forma de defesa da Revolução. Em suas palavras:

> Segundo os serviços de inteligência estadunidense, esta 'compulsão messiânica de promover a revolução' era um dos 'objetivos o impulso básico' de Castro. O outro era a 'sobrevivência da Revolução [cubana]': estava decidido a fazê-la viável desde o ponto de vista econômico', e 'decidido a ganhar prestígio e preservar para Cuba o que concebe como status independente'. Citando o próprio Castro, as análises estadunidenses observaram a via Cuba como 'um país pequeno, atacado, bloqueado contra o que se seguia uma política de guerra não

[260] Discurso pronunciado por Fidel Castro, durante o encerramento do Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, celebrado em La Habana, 22 de dezembro de 1975. Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1975/esp/f221275e.html. Acesso em: 09 de janeiro de 2020.

> declarada', e considerava que da sobrevivência da Revolução dependia o surgimento de 'outras Cubas' no continente… (GLEIJESES, 2007, p. 584, tradução nossa).

Dreke, sobre este ponto de vista, assegura o Internacionalismo cubano como autodefesa, e acrescenta que a relação Cuba-EUA era quase que um reflexo, ou seja, sendo o ataque a principal forma de defesa.

> Os ianques estavam nos perseguindo de modo que fomos enfrentá-los pelos caminhos do mundo. Tínhamos que dividir suas forças para que não pudessem lançar-se sobre nós, ou sobre qualquer outro país, com todo o seu poder. Nossa resposta devia ser ousada (DREKE apud GLEIJESES, 2007, p. 103, tradução nossa).

De acordo com Gleijeses, a decisão de atuar na África foi tomada por um pequeno grupo de dirigentes em La Habana, sem consulta prévia nem à URSS e nem à China, embora haja alguma confusão a respeito do tema[261]. No entanto, os documentos disponíveis, acessados pelo autor, apontam que "os cubanos não necessitavam luz verde da China, ou se formos a isso, da União Soviética, e não há indícios de que pediram mais aprovação a Nyerere antes de ir ao Zaire" (GLEIJESES, 2007, p. 149, tradução nossa).

Até 1964, Cuba não tinha muito interesse pela África, haja visto que a prioridade era impulsionar a revolução na América Latina. Além da Argélia, primeiro país onde Cuba prestou sua ajuda, não havia nenhum outro país da África com presença militar cubana (GLEIJESES, 2007).

A Revolução Cubana não tinha um Departamento de África, como tinha o Departamento de América, com oficiais e bases nos países africanos. Aliás, neste ano, Cuba tinha embaixadas apenas em poucos países.[262] Os próprios relatórios da CIA, conforme Gleijeses, demonstram que os EUA tinham conhecimento dos treinamentos militares realizados em Cuba e não em território africano.

---

[261] Sobre este tema de consulta ou não às potências comunistas e até mesmo aos governos de países africanos pró-socialistas, como Nyerere, há alguma confusão a respeito. De acordo com Gleijeses, alguns entrevistados afirmam ter sido participe em algumas consultas, no entanto, os documentos oficiais investigados pelo autor, demonstra que Cuba não pediu "sinal verde" a nenhum país. Esta última afirmação pode ser confirmada pelo fato de que quando Che Guevara chegou no Congo manteve-se clandestino por um longo período, nem o Congo e nem a Tanzânia sabiam de sua presença junto aos Rebeldes Simbas.

[262] De acordo com Glejeses, em 1964 Cuba tinha embaixadas apenas em Argélia, Egito, Gana, Guiné e Mali, Marrocos e Tanzânia.

Como vimos, nos primeiros anos imediatos à Revolução, Cuba se centrou na relação com o continente latino-americano, brindando alguma ajuda à África em menor intensidade. Não obstante, já em 1965 esta atenção aos movimentos revolucionários se transladou à África.

> O pragmatismo e o idealismo levaram Cuba a escolher o Zaire como campo de batalha. As atrocidades dos mercenários, a descarada incursão belga-estadunidense a Stanleyville e a lembrança de Lumumba exigiam uma resposta em nome da justiça. Os cubanos consideravam que o fermento revolucionário do Zaire, e sem dúvida de toda África subsaariana, fazia possível esta resposta […] (GLEIJESES, 2007, p. 103, tradução nossa).

O Congo seria então a base pela qual a revolução se estenderia aos países vizinhos, principalmente sobre as colônias portuguesas.

De acordo com o autor, Cuba superestimava os movimentos revolucionários africanos em 1965, principalmente no Congo, e não conhecia a realidade africana, ou muito superficialmente após a visita de Che Guevara por alguns países, nem mesmo o corpo diplomático existente em poucos países dominava a situação local (GLEIJESES, 2007).

A Operação Triângulo começou em 26 de abril de 1965, quando o maior barco da marinha mercante cubana, El Uvero, saiu de Cuba cruzando o Atlântico para a primeira empreitada da DGI (Direção Geral de Inteligência) na África subsaariana. Enquanto El Uvero levava armas e munições para a guerrilha de Guiné-Bissau e Moçambique e instrutores militares para a vanguarda da coluna destinada ao Congo, os EUA invadiam a República Dominicana, para cercear qualquer possibilidade de uma nova revolução comunista na região.

A operação cubana no Congo foi uma das ações mais importantes de Cuba na África e fundamental para definir a Política Exterior cubana. Embora, de acordo com Fidel Castro, “a história da pilhagem e do saqueio imperialista e neocolonial da Europa na África, com pleno apoio dos Estados Unidos e da OTAN, bem como a heroica solidariedade de Cuba, não são suficientemente conhecidas” […] (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 346).

Dificuldades de todos os tipos afetavam o avanço do trabalho da equipe cubana, inclusive falta de entendimento com os Simbas[263]. O primeiro combate com a participação cubana fracassara e deixara uma baixa de cinco cubanos e cerca de vinte Simbas mortos. Este ataque foi suficiente para assegurar à CIA de que os cubanos estavam lutando com os rebeldes no Congo, porém, o assunto foi tratado com menor importância, pois a agência não imaginava que pudesse haver um número importante de cubanos ao lado dos rebeldes, uma vez que a própria prática cubana era oferecer treinamento em La Habana e/ou fornecimentos de armas aos movimentos guerrilheiros, sobretudo na América Latina. O perigo vermelho continuava sendo a URSS e a China.

Outro problema importante que complicou a atuação cubana no Congo foi a entrada clandestina de Che Guevara – por razões de segurança – que implicou em sérias dificuldades na relação com o comando dos Simbas, sobretudo com Kabila que era o chefe principal dos rebeldes. De maneira que Che Guevara não pôde atuar como chefe dos cubanos tampouco comandar as ações de combate, pois, por um lado, sua presença era desconhecida pelas lideranças africanas como Nyerere que apoiava a luta no Congo e, por outro lado, se a CIA se inteirasse da sua presença, os EUA poderiam intensificar as ações para esmagar a Rebelião Simba. Havia que permanecer em sigilo.

Enquanto Che Guevara juntamente com cerca de 120 homens cubanos[264] empreendiam a luta no Congo Leopoldville, Jorge Risquet[265] chegava ao país vizinho,

---

[263] Para saber mais sobre as dificuldades no Congo, ver: GUEVARA, Ernesto Che. Pasajes de la guerra revolucionaria. Congo. La Habana: Ocean Sur, 2009; GLEIJESES, Piero. **Misiones en Conflicto. La Habana, Washington y África. 1959-1976**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

[264] De acordo com Gleijeses, não havia nenhuma mulher entre o grupo no Congo. Outras mulheres haviam participado em missões médicas e em programa de assistência técnica sobretudo na Argélia, a partir de 1963, mas a primeira mulher cubana a participar de missão militar na África foi Concepción Dumois (a Conchita), viúva do argentino Jorge Masetti, morto em combate em 1964 na guerrilha argentina. Conchita atuou como oficial de inteligência em Guiné-Bissau em 1967. Já em Angola, entre 1975 e 1976, outras mulheres puderam fazer parte da missão militar. Já em relação aos componentes do grupo, os únicos não cubanos deste grupo eram o argentino Che Guevara e o haitiano Adrien Sansaricq, que treinou em Cuba para empreender luta conta a ditadura haitiana, mas ao regressar ao seu país foi assassinado pelo Exército haitiano em 1969 (GLEIJESES, 2007).

[265] Nilo de Jesús Risquet Valdés Saldaña (1930 – 2015). Revolucionário cubano, lutou ao lado do Exército Rebelde contra a ditadura de Batista no Segundo Frente Oriental sob comando de Raúl Castro. Após o triunfo revolucionário, ocupou cargos importantes no governo. Em 1965 lhe foi delegada a tarefa de prestar assistência à revolução africana em nome de Cuba, tornando-se um importante internacionalista ao coordenar ações no Congo Brazzaville (1965) e Angola (1975-79). Em 1988, foi um dos principais negociadores dos acordos de paz quadripartite (África do Sul, Estados Unidos, Angola e Cuba) que resultaram no fim do conflito angolano, independência da

Congo Brazzaville, com outros 250 cubanos entre militares e médicos[266] para fortalecer a luta na região[267]. Este novo grupo tinha a tarefa de proteger o governo de Brazzaville pró-socialista, bem como treinar guerrilheiros do MPLA, FRELIMO e os Simbas, mas, segundo o autor, novamente Cuba chega sem conhecimento completo do que estava sucedendo na região, a falta de comunicação com La Habana implicou em sérios problemas.

Em meados de 1966 se produziu uma revolta militar onde um grupo de paraquedistas se levantou contra o governo congolês enquanto seu presidente Massamba-Débat[268] se encontrava em Madagascar. Os cubanos atuaram decididamente em defesa do governo, controlando primeiramente a estação de rádio. A revolta não durou tanto e logo os rebeldes recuaram, sem ser necessário enfrentamento direto e proclamaram lealdade ao governo. A opinião entre os embaixadores europeus e estadunidense foi unanime de que as forças armadas cubanas garantiram a defesa do governo congolês (GLEIJESES, 2007).

De acordo com Gleijeses, “os cubanos cometeram sérios erros. A falta de comunicação com La Habana foi um descuido grave e não enviar, até outubro, uma tripulação cubana – apesar das repetidas solicitações do Che – foi um erro garrafal” (GLEIJESES, 2007, p. 237, tradução nossa). La Habana não tinha informações sobre o processo com os Simbas, as dificuldades enfrentadas e nem detalhes do que se passava nos países vizinhos, o que havia era um otimismo com relação às lutas africanas. Nem mesmo a embaixada cubana em Dar-es-Salaam tinha condições e nem

---

Namíbia e início do fim do apartheid. Disponível em: https://www.ecured.cu/Jorge_Risquet_Valdés. Acesso em:03 de janeiro de 2020.

266 Segundo Gleijeses (2007), em 1965 no Congo havia apenas nove médicos para atender uma população de 850 mil pessoas. A carência de médicos era tanta que Cuba ofereceu estudo gratuito a 210 adolescentes congoleses que, segundo o autor, mal sabiam ler e escrever tendo que primeiro completar seus estudos em Cuba, mas a realidade não permitiu que todos permanecessem na ilha, tendo uma evasão de cerca de cem estudantes. “No entanto, em 1969 havia 41 congoleses estudando em escola técnica e 24 na universidade, em 1978, vinte e cinco haviam se formado médicos” (GLEIJESES, 2007).

267 No Congo francês havia treinadores soviéticos, chineses, franceses e cubanos. Quando Risquet e sua coluna chegaram, não conheciam nada sobre o território, mas passaram a ser a presença militar estrangeira mais forte no país. No grupo só havia negros, com exceção de Risquet, e seu “temperamento latino” fazia com que tivessem mais familiaridade com os congoleses. Além de militares, o grupo de cubanos também contava com médicos e enfermeiros (GLEIJESES, 2007).

268 Alphonse Massamba-Débat (1921-1977). Político congolês, eleito em agosto de 1963 presidente do Congo Brazzaville, forçando a retirada das tropas francesas do país. Foi um dos fundadores do Movimento Nacional Revolucionário. Em 1968 foi deposto por um golpe liderado por Marien Ngouabi. Oito anos depois, foi acusado de planejar o assassinato de Ngouabi e foi condenado à morte, sendo executado em 25 de março de 1977. disponível em: https://www.ecured.cu/República_del_Congo#Historia. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

pessoal suficiente para realizar as tarefas exigidas, o próprio Che foi quem conseguiu primeiro explorar o terreno após chegar com seu grupo em 1965.

Segundo o autor, a África Central não estava preparada para a revolução, tanto que Che Guevara retirou-se sete meses depois de haver chegado ao Congo, a política de Johnson[269] havia triunfado e os mercenários esmagaram as revoltas. Em menos de dois anos, a coluna responsável pelo treinamento dos angolanos também deixa o país africano.

No Congo Brazzaville, o grupo de Risquet permaneceu até finais de 1966[270], sem êxito, o trabalho dos cubanos consistia em “proteger o governo de seu próprio Exército”, conforme afirma Gleijeses. Em 15 de dezembro, 182 cubanos deixaram o Congo a bordo de um barco soviético.

Mesmo sob condições adversas enfrentadas nestes países Cuba demonstrou sua abnegação com o internacionalismo revolucionário e foi justamente nestas condições críticas da realidade concreta, que Che Guevara tomou a decisão de enfrentar a luta no Congo.

> Che, como poucos em seu tempo, havia entendido a enorme dimensão desses momentos, acompanhado da sua contribuição pessoal para a luta; portanto, quando é solicitada a ajuda de combatentes cubanos, ele compromete sua presença. Dessa maneira, seu compromisso ético-político se materializa no Congo através de sua luta anticolonialista. Assim pensava no momento de sua decisão (ARIET, 2016, p. 06, tradução nossa).

Apesar da presença cubana sob a direção de Che Guevara ter sido militarmente derrotada no Congo, Cuba não abandonou a ideia de ajudar os movimentos de libertação nos países africanos. Vale ressaltar que as dificuldades encontradas eram de todas as ordens, pois não se tratava apenas de enfrentar um inimigo externo, mas

---

269 Lyndon B. Johnson (1908-1973) foi o trigésimo sexto Presidente dos Estados Unidos, atuou como vice-presidente de Kennedy (1961-1963). Após o assassinato do presidente Kennedy assumiu a presidência que ocupou por quase seis anos (1963-1968) depois de ser reeleito em 1964. Foi o autor da "doutrina" que autorizou as Forças Armadas dos EUA a intervir unilateralmente ou a empreender "guerras limitadas" ou "preventivas" em qualquer parte do mundo onde os "interesses americanos" estavam ameaçados. A expressão máxima dessa afirmação foi a criminosa Guerra do Vietnã (1964-1973). Em seu mandato, intensificou-se o bloqueio econômico contra Cuba, proibindo qualquer intercâmbio entre este país e os Estados Unidos, além de outras políticas de desestabilização da Revolução Cubana. Disponível em: https://www.ecured.cu/Lyndon_B._Johnson. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

270 A Coluna Patricio Lumumba dirigida por Che Guevara deixou o Congo Leopoldiville em novembro de 1965, e o grupo de treinamento dirigido por Jorge Risquet, deixou o Congo Brazzaville em dezembro de 1966.

sim todas as mazelas produzidas pelo sistema colonial, desde a pobreza, o atraso, a desumanização da condição humana e tantas outras mazelas impostas pelos séculos de exploração (ARIET, 2018).

Neste sentido, foram diversos os fatores para a derrota no Congo. Somente a ajuda cubana não era suficiente para impor derrota aos inimigos, pois como vimos, o próprio Exército nativo estava despreparado para um enfrentamento de maior profundidade. E apesar das tropas cubanas serem determinadas, lhes faltavam o elemento da experiência sobre a realidade local.[271] Para a autora:

> Dada a falta de organização de todas as ordens, faltava o fundamental: a ausência de combatentes nativos e treinados com plena consciência da sua luta, agravados pela carência de quadros na zona de divisões entre tribos, condenava, nestas circunstâncias, ao fracasso a revolução congolesa pelas suas próprias debilidades internas (ARIET, 2016, p. 08, tradução nossa).

Em seus escritos sobre a guerrilha no Congo, Guevara demonstra este aniquilamento da luta revolucionária, o princípio do fim desta experiência naquele momento, reflexões estas que podem ser encontradas com mais riqueza em seu diário "Passagens da Guerra Revolucionária no Congo".

A decisão dos países africanos reunidos na OUA de não intervir em assuntos internos de outros países foi qualificada por Guevara como o "golpe de misericórdia" a um processo agonizante (ARIET, 2016).

Após a decisão da OUA, tomada em outubro de 1965, Nyerere e os demais líderes africanos progressistas reconhecem a derrota dos Simbas e a Tanzânia, principal e única entrada de ajuda para a guerrilha, muda sua política e passa a restringir o uso do território para a passagem de armas e outros subsídios de abastecimento à resistência rebelde. Mas por que Nyerere teria deixado de ajudar os Simbas? A Tanzânia era o único país africano que permitia a utilização de seu território para envio de ajuda aos rebeldes e poderia ter mantido sua autonomia com relação a decisão da OUA, no entanto não o fez, temendo o assédio dos Estados Unidos contra o seu país e o aumento da violência praticada pelos mercenários sul-africanos contra a guerrilha congolesa, além do fato de que os Simbas já estavam fadados ao fracasso, neste

---

[271] Sobre as adversidades encontradas no Congo, se recomenda a leitura do diário do Che no Congo. GUEVARA, Ernesto Che. **Pasajes de la guerra revolucionaria.** Congo. La Habana: Ocean Sur, 2009.

sentido, insistir facilitando o translado de armas e outros subsídios de guerra, só prolongaria o massacre final.

Cuba jamais teceu críticas ao governo da Tanzânia por ter retirado seu apoio à resistência dos Simbas, mas recordava que antes da ida dos cubanos houve um acordo de colaboração com a Tanzânia, ainda que os cubanos tivessem chegado, junto ao Che, de maneira clandestina e abrupta sem que ninguém soubesse dos planos na sua precisão.

Após o recuo da Tanzânia, não houve possibilidade alguma dos Simbas seguirem adiante, já estavam amedrontados diante das atrocidades mercenárias dos *gigantes blancos* e a derrota final era eminente. Assim, Che Guevara tomou a difícil decisão de abandonar o fronte sem esperar pelo combate final, havia que se preservar a vida dos que ali ainda resistiam. Na madrugada de 21 de novembro de 1965, cubanos e Simbas evacuaram a área de Frizi-Baraka – último foco da resistência Simba – cruzando em barco o lago Tanganica com destino ao povoado de Kigoma na Tanzânia.

Esta decisão não foi nada fácil para Che Guevara. La Habana emitira sua opinião: devem retirar-se, mas que ao fim e ao cabo respeitaria a última decisão de Che. Alguns haviam decidido ficar até a última batalha ao lado do Comandante para defender a causa dos Simbas, mesmo sabendo que a morte vinha por eles. Era muito mais um sentimento de lealdade do que de esperança.

Difícil se fazia a retirada deixando homens e mulheres congoleses abandonados à própria sorte. Mediado pelo conflito entre abandonar a guerra perdida e a possibilidade de empreendê-la em outro fronte, se tomou a decisão de salvar a vida de quem até ali havia chegado.

> Quatro dias depois dos cubanos abandonarem o Zaire, o comandante da ACN [Exército do Zaire], general Mobutu, afastou a Kasavubu e tomou o poder em Leopoldville num golpe brando. Mobutu trabalhava com a CIA desde 1960 […]. O golpe de Mobutu foi [para a CIA] ‘o melhor que aconteceu’ e selou a vitória estadunidense no Zaire (GLEIJESES, 2007, p. 234, tradução nossa, colchete nosso).

A obra cubana no Congo deixa, sem dúvida, a demonstração do apoio irrefutável aos processos de libertação nacional, especialmente no continente africano. "Lugar onde se cumpriu, de longe, a convicção expressa por Che em suas palavras preliminares sobre a disposição de nosso povo, não apenas para se

defender, mas sobretudo para atacar as forças imperialistas quando necessário" (ARIET, 2016, p. 08, tradução nossa).

A autora afirma que o legado deixado pelo exemplo de Che Guevara no Congo, há mais de meio século, transcende todas as críticas e opiniões sobre a complexidade da luta revolucionária naquele momento.

> O caminho foi e é longo, complexo e difícil, mas não há mal-entendido sobre o fato de que o legado deixado por Che e pelos combatentes que o acompanharam há exatamente 50 anos transcende dúvidas, críticas extemporâneas ou excessivamente difíceis, como os propostos pelo próprio Che sobre os resultados momentâneos do embate (ARIET, 2016, p. 09, tradução nossa).

Che Guevara e os combatentes cubanos haviam cumprido um importante papel ainda que em condições adversas, mas reforçou a convicção revolucionária de que a luta deve transcender fronteiras. A presença de Cuba no continente africano foi uma prova cabal de que a solidariedade deveria ser um princípio ético moral na Política Exterior da Revolução.

Após a presença no Congo, outros países conclamaram esforços cubanos para vencerem seja a guerra direta, seja a guerra indireta, esta última refletida na pobreza, na falta de médicos, de professores etc., resultado do sistema de espoliação colonial.

De acordo com Fidel Castro, "neste contexto iniciou, a partir de 1965, a nossa cooperação com a luta pela independência de Angola e Guiné-Bissau, que constitui, fundamentalmente, na preparação de quadros, envio de instrutores e ajuda material" (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 347).

Na Guiné-Bissau, a luta pela independência do colonialismo português sob a liderança de Amílcar Cabral demandou de Cuba apoio técnico e assessoria militar e, assim como no Congo belga e francês, também participaram grupos de combatentes, sobretudo na ofensiva final contra o governo português.

Apesar do pessimismo gerado após as frustradas experiências na África central, Cuba ainda preservara certa dose de otimismo com relação à Guiné-Bissau[272].

---

[272] Os guerrilheiros do PAIGC iniciaram sua luta em 1963 e em dois anos de guerrilha controlavam um terço do território de Guiné-Bissau e eram uma ameaça aos vinte mil soldados portugueses (GLEIJESES 2007).

> Os cubanos consideravam que o Partido Africano da Independência da Guiné e cabo Verde (PAIGC) era o movimento guerrilheiro mais forte das colônias portuguesas. Os estadunidenses pensavam o mesmo: seus informes enfatizavam constantemente que o PAIGC era 'o movimento de libertação nacional mais exitoso da África' (GLEIJESES, 2007, p. 290, tradução nossa).

Guiné-Bissau converteu-se, portanto, na prioridade estratégica de Cuba na África deste período. O país já havia solicitado de La Habana treinamento militar desde 1963, mas foi somente com a viagem de Che Guevara, em 1965, que se restabeleceu o compromisso cubano em atender à solicitação. Em maio do mesmo ano o barco El Uvero levou armas, medicamentos e alimentos para ao PAIGC, através de Conacri, na mesma embarcação que também destinou ajuda a movimentos de libertação em outros países.

Após a Conferência Tricontinental, em 1966, a aproximação entre Cuba e as lideranças africanas possibilitou ampliar a ajuda direta aos países em processo de independência. Foi a primeira vez que Cabral se encontrava em La Habana, ele que foi caraterizado pela inteligência estadunidense como o líder mais impactante entre todos os participantes africanos (GLEIJESES, 2007). Ao término da Conferência, permaneceu alguns dias mais para detalhar os acordos com a Revolução Cubana sobre a ajuda solicitada a seu país.

Em 1966, Dreke, que já havia participado da missão no Congo, foi um dos comandantes de maior importância a coordenar as operações militares de Cuba em Guiné-Bissau. A experiência do Congo trouxe muitas lições para Revolução Cubana, pois o fracasso foi mais moral do que militar propriamente dito, tendo em vista que não houvera muitos combates e, os que houve foram totalmente frustrados, conforme apontam o próprio diário do Che e os estudos de Gleijeses. As lições apreendidas no Congo contribuíram para uma melhor atuação em outros países.

Por exemplo, na Guiné-Bissau Cuba teve melhor e mais longo desempenho do que a experiência anterior. "Esta foi a intervenção cubana mais longa na África até os despachos dos efetivos a Angola, em novembro de 1975, e foi a que obteve melhores resultados*"* (GLEIJESES, 2007, p. 17, tradução nossa).

Na Guiné-Bissau participaram, além de instrutores cubanos, médicos e outros profissionais civis, onde permaneceram até o final da guerra. De acordo com Fidel Castro, até a independência de Guiné-Bissau, em 1974, "aproximadamente 60 internacionalistas cubanos, dentre eles uma dezena de médicos, permaneceram junto às

guerrilhas durante dez anos, desde 1964" (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 347).

Amilcar Cabral, o dirigente principal da independência da Guiné-Bissau tinha restrições sobre a participação de voluntários estrangeiros nas frentes de batalhas, pois segundo Cabral, a luta deveria ser autenticamente do povo guineano, na opinião do dirigente, não se fazia necessário voluntários estrangeiros para substituir o povo na sua única possibilidade de reafirmar a identidade: a luta anticolonial. No entanto, reconhecia que sim, era necessário contar com assessoria externa para qualificar seu Exército de combatentes. Assim, os cubanos foram, portanto, durante toda a guerra, os únicos combatentes que lutaram em Guiné-Bissau, não mais que cinquenta ou sessenta, conforme haviam acordado em La Habana.

> Já entre 1965-1966, Amílcar Cabral havia decidido que somente Cuba enviaria seus combatentes à Guiné-Bissau. Escolheu Cuba em parte porque sentia alguma afinidade étnica e cultural com os cubanos e sobretudo, porque respeitava a Revolução Cubana […] (GLEIJESES, 2007, p. 312, tradução nossa).

Assim como Kabila no Congo, Cabral também exigiu que todos os cubanos selecionados fossem negros[273], primeiro por razões de segurança e, segundo, para que tivessem mais identidade racial com aquele povo em luta.

Como vimos, a ajuda cubana à Guiné-Bissau, não foi somente militar, mas também médica, pois os poucos médicos que ali havia furtaram-se ao processo revolucionário, restando apenas a opção de contar com médicos estrangeiros para acudir tanto os acampamentos militares como a população local. "Ao longo da guerra todos os médicos eram cubanos. Exceto o panamenho Hugo Spadafora, que havia escutado falar sobre o PAIGC no Cairo e escreveu a Amílcar Cabral oferecendo-lhe seu serviço" (GLEIJESES, 2007, p. 315, tradução nossa). No total, mais de 40 médicos cubanos serviram entre Guiné e Guiné-Bissau.

Em 1972, quando Fidel Castro realiza sua primeira visita à África, Guiné-Bissau era o único país do mundo que contava com cubanos em território de combate.

---

[273] Segundo Gleijeses, alguns estudiosos identificam conteúdo racista ao selecionar apenas os negros para lutar na África. No entanto, o fato se justifica que, para além de ser uma exigência dos líderes dos movimentos de libertação por uma questão de identidade africana, seria ao, mesmo tempo, mais difícil serem detectados pelo inimigo. "A maioria esmagadora dos elegidos foram negros da pele escura" especialmente no caso do Zaire, mas após Guiné-Bissau, se verificou a presença mulatos, sobretudo cabo-verdianos, assim as missões seguintes não se seguiram tão à risca tal critério.

Neste interim, os portugueses não queriam abrir mão de suas colônias, e a luta armada na Guiné-Bissau era o passo necessário para fomentar a luta em outras colônias portuguesas.

O balanço sobre a luta armada no continente africano no início dos anos 1970 não era otimista, sem embargo, Guiné e Guiné-Bissau cumpriam um papel importante na geopolítica daquele momento de lutas por libertação. “A guerra em Guiné-Bissau poderia repercutir além das suas fronteiras” (GLEIJESES, 2007, p. 326, tradução nossa).

Após o assassinato de Amílcar Cabral[274] a luta se intensificou. Os portugueses perderam seu poder de fogo aéreo contra os rebeldes, uma que vez estes começaram a contar com mísseis soviéticos, sua capacidade e destreza militar havia se qualificado enormemente através da assessoria cubana. Em maio, os rebeldes atacaram o Sul contando com a ajuda de 41 cubanos. A ofensiva levada a cabo pelo PAIGC levou à derrocada portuguesa em maio de 1973 e, “em 24 de setembro de 1973, a Assembleia Nacional Popular proclamou o Estado Independente de Guiné-Bissau” (GLEIJESES, 2007, p. 330, tradução nossa).

No mês seguinte, quando a guerra ainda persistia, a Assembleia Geral das Nações Unidas condenou a ocupação ilegal portuguesa e seus crimes de guerra[275]. Para o APIGC, esta foi uma das grandes vitórias, porém, Portugal só veio a reconhecer a independência da Guiné-Bissau em abril de 1974, após a Revolução dos Cravos, momento em que o regime português já se encontrava enfraquecido pela ruína econômica e o desgaste da guerra que culminou na desintegração colonial.

Em entrevista, a nós concedida, Dreke, senhor de vasta experiência como combatente revolucionário em diversos países africanos, nos oferece uma síntese de como se deu o processo de participação de Cuba nas lutas africanas, classificando-as em dois momentos distintos:

O primeiro momento sendo a etapa de ajuda militar aos processos de luta armada em diferentes países, tais como pudemos verificar, começando por Argélia, Congo, Guiné-Bissau e outros, depois Moçambique e, sobretudo, Angola no processo

---

[274] Amílcar Cabral foi assassinado em 20 de janeiro de 1973 por membros descontentes do PAIGC em conluio com a polícia secreta portuguesa (GLEIJESES, 2007).

[275] A votação representou uma clara manifestação dos interesses pró-ocidente contra a autodeterminação dos governos e do povo africano. “A resolução foi aprovada com 93 votos a favor, 7 contra e 30 abstenções. Os sete votos contrários foram de Portugal, as ditaduras militares do Brasil e Grécia, a Espanha de Franco, África do Sul, Inglaterra e Estados Unidos” (GLEIJESES, 2007, p. 330, tradução nossa).

de descolonização portuguesa, que influenciou na mudança geopolítica da região. Cuba atendeu as solicitações destes países em diferentes momentos de acirramento das suas lutas locais e regionais, das quais participou de maneira ativa e voluntária.

O segundo momento se caracterizou pela ajuda civil através de médicos, engenheiros, arquitetos, professores entre outros profissionais, após concretizada a independência de países como o Congo Brazzaville, Guiné-Conacri e Guiné Equatorial, para citar alguns exemplos, que demandaram a contribuição cubana com trabalhadores civis na reconstrução do país. No caso de Angola, Cuba participou ativamente das duas etapas, a da guerra e a da reconstrução do país.

> De maneira geral, a presença do povo cubano já não era da guerra, mas sim desarmada. Foi o que se chamou exército de batas brancas, em referência à grande quantidade de médicos de batas brancas. Este momento foi e continua sendo importante […], em alguns lugares após sua libertação, como Guiné-Conacri, [os colonizadores] levaram tudo. Tinha que ir a Guiné-Conacri naquele momento para ver aquelas ruas escuras, levaram até as lâmpadas, arrancaram as luzes e jogaram no mar (como querem fazer agora com o povo de Cuba, como querem fazer agora com outros povos da América), diante desta situação solicitaram ajuda do ponto de vista técnico de Cuba. A Guiné-Equatorial é o único país africano que fala castelhano, ao libertar-se ficou sem nada porque destruíram tudo, então tiveram que fazer tudo de novo, fazer as escolas, fazer os hospitais, fazer os centros de estudos, alfabetizar o povo e isso acontecia em todo o continente africano. Esta foi a presença revolucionária de Cuba no continente africano, de ajuda totalmente voluntária sem receber nada, ou melhor, recebendo o amor e o carinho dos povos […] (DREKE, 2019, colchete nosso, tradução nossa)[276].

A contribuição de Cuba nos processos africanos não foi, portanto, somente de caráter militar, como pudemos observar, também teve a participação fundamental de trabalhadores civis na reconstrução daqueles países devastados pelas guerras de independência. Para além de enviar profissionais civis aos países africanos, Cuba também recebeu, desde o início, crianças e jovens afetados pela guerra para oferecer estudos. Assim, a Ilha da Juventude se transformou num grande centro receptor de estudantes africanos que não tinham condições de continuar seus estudos devido à situação de guerra em seus países de origem.

---

[276] DREKE, Victor. Entrevista de campo realizada em 11 de dezembro de 2019, em La Habana, Cuba.

Em agosto de 1972, como parte dos compromissos acordados durante a visita de Fidel Castro[277], Cuba recebeu 133 estudantes.

De acordo com Dreke, muitos países africanos afetados pela guerra enviaram estudantes à Cuba, a maioria eram crianças sobreviventes, de 8 anos em diante, que tiveram suas escolas, casas ou comunidades bombardeadas pelos inimigos. Fato que transformou a Ilha da Juventude numa referência internacionalista pelo papel que cumpriu oferecendo educação e abrigo a milhares de crianças e jovens que praticamente cresceram e foram educados em Cuba[278]. A Ilha da Juventude "não estava preparando crianças para a guerra, estava protegendo as crianças que sobreviveram aos horrores" (DREKE, 2019).

O caráter dos processos de emancipação africanos contribuiu enormemente para que Cuba pudesse protagonizar a construção da unidade das lutas em nível intercontinental através, sobretudo, da solidariedade prestada à maioria dos países em conflito. O apoio mútuo entre os diferentes movimentos de libertação transformou-se nos pilares básicos da Revolução Africana e da unidade internacional contra o colonialismo, o imperialismo e o capitalismo, conforme Sam Nujoma[279]:

> É também nossa intenção consolidar nossa amizade e ampliar contatos e cooperação futura entre os movimentos revolucionários da América Latina e nossos movimentos. É importante que os povos revolucionários na América Latina e África, assim como na Ásia, continuem unindo-se e lutem juntos contra as forças do colonialismo e os governos reacionários que existem em nossos três continentes. Também apoiamos plenamente os povos da Europa Ocidental que lutam contra o capitalismo e a exploração do homem pelo homem nesta parte do mundo (NUJOMA, 2007, p. 195, tradução nossa).

O projeto em torno da construção do socialismo como alternativa demonstrou, naquele período histórico, a similaridade de identidade e afinidade ideológica, bem

---

277 Após a visita de Fidel Castro, Cuba também enviou barcos de pesca com treinadores de tripulação já que o país carecia desta infraestrutura, pilotos de MIG e operários para construir aeroportos e hangares em Guiné para melhorar a retaguarda contra os portugueses.

278 Em 2017, Cuba celebrou 40 anos de suas Escolas Internacionais, a data (13 de outubro) rememorou os 52 mil jovens, sobretudo da África e da América Latina que foram estudar na ilha da juventude durante a década de 1970. Disponível em: http://mesaredonda.cubadebate.cu/mesa-redonda/2017/10/16/africa-en-una-isla-cubana-40-aniversario-de-la-escuelas-internacionalistas-video/. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

279 Samuel Daniel Shafiishuna (1929). Conhecido popularmente como Sam Nujoma, foi membro fundador e o primeiro presidente da Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO), em 1960, e liderou a luta pela independência da Namíbia do domínio sul-africano.

como reafirmou o caráter internacionalista da luta contra o sistema de dominação colonialista-capitalista. As lutas emancipatórias no continente Africano foram vistas pela Revolução Cubana como um momento único e fecundo para a construção da revolução no Terceiro Mundo.

> Na África negra, o isolamento em que se mantinha a Guiné, sob a direção do seu admirável presidente Sekou Touré, desapareceu. A República Popular do Congo, com um partido que subscreve o marxismo-leninismo, dá um exemplo de esforço pelo desenvolvimento e firmeza internacionalista. A derrota dos colonialistas portugueses deu origem à Guiné-Bissau que se transforma em um novo baluarte revolucionário; Moçambique, que fortalece as posições anti-imperialistas em uma área decisiva e a construção recente da República Popular de Angola, sob a direção do MPLA em meio à uma forte e heroica luta contra o imperialismo e seus agentes na África […], tudo isso constituirá em uma área de países governados por forças progressistas que terá influências no fortalecimento da política da Tanzânia e da Zâmbia e criará condições para que as lutas dos povos na Namíbia, Zimbabwe e África do Sul levem ao fim a odiosa exploração e apartheid dos reacionários sul africanos e da Rodésia (FIDEL CASTRO, 1975, p. 227, tradução nossa).

O ascenso das lutas e a ampliação dos governos de esquerda no continente africano trouxeram respaldo à Revolução Cubana, não somente do ponto de vista da relação bilateral com países em processos de independência política, mas sobretudo no fortalecimento da solidariedade internacionalista com vistas a influir na realização do projeto socialista que, para Cuba, era uma questão ampla e estratégica.

Guiné-Bissau e Moçambique conquistaram a independência logo após a Revolução dos Cravos que colocou fim ao regime português acabando com a ditadura salazarista em 1975. Porém, em Angola, território de muitas riquezas estratégicas, foi necessário passar por uma violenta guerra contra os interesses de outras forças externas que perdurou até finais da década de 1980.

A presença de Cuba na África corroborou de maneira decisiva para as lutas rebeldes, em alguns casos bem-sucedidos e em outros não. Mas a razão fundamental da presença cubana no continente africano foi o espírito solidário para somar forças nas batalhas contra o imperialismo estadunidense, pois, como disse Dreke e outros revolucionários, era imprescindível criar outras trincheiras de batalha como forma de defesa da própria revolução. Foi sem dúvida uma batalha desigual, no entanto, de-

marcou o princípio ético revolucionário da Revolução Cubana diante do cenário internacional onde até mesmo a inteligência estadunidense reconheceu o papel fundamental de Cuba no fortalecimento dos Exércitos rebeldes africanos.

5.3 INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

Os primeiros movimentos políticos angolanos se constituíram a partir do início do século XX. Em 1910 criou-se o Partido Reformista de Angola e a Liga Angolana. Nesta época Portugal vivia seu período republicano, o que permitiu relativa liberdade política para suas colônias.

No entanto, as organizações que surgiram em Angola não reivindicavam a descolonização como bandeira principal e sim alguns avanços a partir dos interesses africanos nos marcos do próprio sistema colonial como, por exemplo, o fim do trabalho forçado (VISENTINI, 2012, p. 46).

Com o regime salazarista em Portugal, as organizações políticas angolanas se reduziram ao que foi chamado "clubes de cultura" para impedir a influência das ideias revolucionárias e sentimentos anticoloniais no país. Ainda assim, o contato de angolanos com as demais colônias portuguesas na África levou a ampliação da opinião crítica com relação ao regime colonial, sobretudo a partir das décadas de 1940 e 1950.

> Em meados de 1950 foi criado em Luanda, um agrupamento nacionalista clandestino – o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) – que lançou um manifesto convocando os africanos a organizar um movimento de emancipação. Surgiram, dessa forma, os primeiros movimentos de libertação (VISENTINI, 2012, p. 49).

Nesta década de 1950, o tema da descolonização era bastante crescente nas diferentes colônias europeias pelo continente africano e no plano internacional havia fortes campanhas de apoio em torno desta bandeira de luta.

A influência dos países descolonizados a partir de 1960 foi fundamental para inspirar as colônias portuguesas a se levantarem contra a ordem vigente. A mudança abrupta na realidade do continente possibilitou o ressurgimento de movimentos de luta por independência em Angola, apoiados por países vizinhos como o Congo, por exemplo.

A colonização portuguesa em Angola foi uma das mais arraigadas no continente africano, na década de 1970, quando muitos dos países africanos já haviam alcançado sua independência, Portugal resistia em devolver o quinhão rico da África negra.

5.3.1 A Revolução Angolana

De maneira geral, se pode identificar uma particularidade no processo angolano comparado aos demais processos de independência. Esta foi de maior impacto regional e internacional, pois contava com enormes potencialidades econômicas como petróleo e diamantes, entre outros recursos naturais. A intensidade da luta angolana também se expressou na disputa entre as grandes potências, sendo o continente africano um dos principais palcos da Guerra Fria entre as décadas de 1960 e 1980.

Após a Segunda Guerra Mundial, se organizou em Angola os centros culturais que serviram de espaço para debater e disseminar ideias anticoloniais. A Liga Nacional Africana e o Grêmio Africano tiveram papel importante no âmbito das publicações de revistas para promover o debate acerca do tema.

> Para Amílcar Cabral, muitos movimentos de independência nas colônias africanas tiveram suas origens em movimentos culturais, o que evidenciou a importância do elemento cultural nas lutas de libertação, não só como forma de mobilização, mas também como uma arma própria dessas populações (VISENTINI, 2012, p. 49).

Lideranças como Agostinho Neto surgiram deste processo, estes puderam contar com a oportunidade de estudar no centro do império, mesmo com repressões e censuras por parte do governo português, criaram-se centros de estudos em Lisboa para debater a questão africana.

O regime português estava em queda, já não havia mais espaço no cenário mundial para que os países europeus mantivessem suas colônias. Como vimos, a maioria dos países africanos alcançaram a sua independência ou pela via pacífica e negociada com seus antigos colonizadores ou, e principalmente, através de sangrentas guerras de libertação nacional opondo-se ao neocolonialismo.

O caso de Portugal, foi um dos mais emblemáticos.

> Circunstâncias demográficas, econômicas e políticas se combinaram para fazer de Angola 'um caso mais difícil', em palavras de um alto oficial português. Era a mais rica de todas as colônias portuguesas com um tamanho duas vezes maior que o Texas, era o quarto maior produtor de café do mundo, o sexto produtor de diamantes, um importante exportador de ferro e o terceiro maior produtor de petróleo da África subsaariana. Era também a colônia portuguesa com a maior população branca e com a insurreição mais debilitada (GLEIJESES, 2007, p. 365, tradução nossa).

Diferentemente de Guiné-Bissau e Moçambique, em Angola os insurgentes estavam divididos.

Havia diferentes organizações em torno da independência, as quais precisam ser compreendidas nas suas complexidades. Os três movimentos guerrilheiros do país lutavam entre si com a mesma força que lutavam contra os portugueses. Por essa debilidade, nunca conseguiram penetrar em zonas estratégicas do país. Além disso, a guerra que se desenvolvia no país não impediu o desenvolvimento econômico da colônia, o país seguia ampliando e melhorando a sua infraestrutura, ainda que em situação de guerra.

Segundo Gleijeses, este período veio acompanhado de um grande aumento da população branca. De acordo com o autor, ainda que as estatísticas portuguesas não fossem seguras, era provável que "em 1974 população angolana fosse de 6.400.000 habitantes, incluindo 320.000 brancos […] a quarta parte dos residentes de Luanda eram brancos e 8% mulatos" (GLEIJESES, 2007, p. 366, tradução nossa). No total do país, se calculavam entre 60 e 100 mil mulatos e a grande maioria se conformavam na elite não branca do país, mas também se encontravam entre os indigentes.

Até 1961, a esmagadora maioria da população era negra, em torno de 90%.

Outro fator que explica a complexidade da luta por independência é a composição étnica do país, segundo Gleijeses, cada grupo guerrilheiro tinha sua base em um dos três principais grupos étnicos.[280]

> O MPLA nos mbundu, a FNLA nos bakongo e a UNITA […] nos ovimbundu. Mas somente a FNLA, que atuava no Nordeste bakongo, combatia em sua zona étnica. A UNITA e o MPLA operavam no Oeste de

[280] De acordo com Gleijeses, a composição étnica de Angola estava dívida da seguinte forma: os ovimbundo da alta planicie central, cerca de 2 milhões; os mbundu da região centro-norte, ao redor de 1.300.000; e aproximadamente 400 mil bakongo do nordeste. Verifica-se entre Gleijeses e Visentini diferenças com relação às definições dos grupos étnicos, no entanto, não foram tema de exploração neste trabalho.

> Angola entre populações que não eram nem ovimbundu nem mbundu (GLEIJESES, 2007, p. 368, tradução nossa).

Em consonância, Visentini afirma que as três organizações de luta pela independência angolana estavam espalhadas pelo país e cada qual predominava em uma região diferente.

> O MPLA concentrava-se no Noroeste do país, na região entre Luanda e Malangue e no Leste, na fronteira com a Zâmbia, além do Norte da região de Cabinda; a FNLA ocupava a região Nordeste do país, fronteira com o Zaire, e uma pequena área no Leste, na região de Luanda, também na fronteira com o Zaire; a Unita encontrava-se na região Centro-leste do país, entre as forças do MPLA e do FNLA a Leste, e as forças portuguesas a Oeste […] (VISENTINI, 2012, p. 53).

O MPLA, criado em 1956 e liderado por Agostinho Neto, Ilidio Machado entre outros dirigentes, foi caracteristicamente marcado pela atuação urbana após 1975 e aglutinava diferentes etnias. O MPLA resultou da fusão de outras duas organizações o PLUA (Partido da Luta Unida dos Africanos em Angola) e o MIA (Movimento para a Independência de Angola)[281], tornando-se o principal movimento revolucionário de Angola na luta por independência. Continha forma organizativa coesa, escola de formação ideológica para seus membros além de manter contatos internacionais com o campo socialista, sobretudo a União Soviética.

O MPLA tinha perspicácia na estratégia de luta contra o sistema colonial e o via no âmbito da luta de classes, não apenas como uma questão racial. Na situação angolana não havia espaço para uma luta apenas de caráter racial, o conteúdo classe foi fundamental para a ampliação das suas bases de apoio e deu ao Movimento a clareza estratégica necessária para o projeto de sociedade que eliminasse definitivamente os resquícios coloniais existentes.

Tanto que *"*o principal assessor militar do presidente do MPLA Agostinho Neto, Iko Carreira, era um mulato da pele clara, como era Lúcio Lara, o assessor mais próximo de Neto" (GLEIJESES, 2007, p. 369, tradução nossa). De maneira que o MPLA conseguia transcender as barreiras tribais num chamamento multirracial para enfrentar o domínio português.

---

[281] Segundo Visentini, há controvérsias no que diz respeito às origens da formação do MPLA, mas se pode afirmar que a fundação contou com dirigentes do PLUA. Para Marrero e Blanco, o MPLA surgiu da união do PLUA e outras organizações angolanas.

Neste sentido, o Movimento era visto inclusive pelos inimigos como o mais completo de toda Angola, a ênfase na luta de classes havia ganhado também a simpatia dos setores urbanos, transformando-se na única organização angolana com representatividade em todo o país (GLEIJESES, 2007).

Para Marrero e Blanco (2003), a plataforma política do MPLA era bem definida e compreendia:

> Independência, unidade tanto da nação como africana; criação de um governo republicano, democrático e laico; reconstrução da economia, política e social de justiça e outros elementos a favor das causas humildes (MARRERO; BLANCO, 2003, p. 155, tradução nossa).

Além do MPLA, outros dois movimentos surgiram no bojo da luta pela independência. A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). A FNLA foi fundada em 1962, também fruto da fusão de outras organizações, neste caso, da UPA (União das Populações de Angola) e do PDA (Partido Democrático de Angola).

> Ao contrário do MPLA, a FLNA utilizava a bandeira racial, declarando-se contra brancos e portugueses, e também, anticomunistas […]. A FNLA não defendia uma ideologia explícita e estruturada e era fortemente centrada na figura do seu líder [Holden Roberto][282] […] (VISENTINI, 2012, p. 50, colchete nosso).

O último movimento deste período foi a UNITA, criada em 1964 por Jonas Savimbi[283] após ruptura com a FNLA. De reivindicação maoísta tinha sua base na Zâmbia no intuito de conseguir apoio popular e mobilização das massas, apesar de sua debilidade militar.

Estas duas últimas organizações foram cada vez mais opositoras ao MPLA, sobretudo por questões ideológicas, mas também por não considerarem a centralidade no âmbito da luta de classes, tendo a questão racial mais arraigada na concepção independentista. Até mesmo os britânicos afirmavam que “os líderes da FNL e da UNITA suspeitavam dos mulatos e se opunham aos brancos, ao mesmo tempo que

---

[282] Holden Roberto (1923-2007) foi uma liderança nacionalista angolana, fundador da FNLA, movimento considerado terrorista durante a guerra anticolonial (VISENTINI, 2012).

[283] Jonas Malheiro Savimbi (1934- 2002), fundador de um dos movimentos independentistas de Angola, a UNITA, a qual liderou por mais de trinta anos. A UNITA sob a liderança de Savimbi levou a cabo uma guerra sem tréguas contra o MPLA, após a libertação de Angola em 1975, apoiado pelo exército sul africano e os EUA.

acusavam o MPLA de compactuar com os ex-exploradores da população negra angolana" (GLEIJESES, 2007, p. 369, tradução nossa).

Para o autor, havia uma diferença qualitativa no que se refere ao perfil das lideranças que conduziam a luta armada em Angola. "Enquanto os líderes da FNLA não tinham além da educação secundária, muitos dos líderes da UNITA tinham títulos universitários, no entanto, nenhum havia alcançado a proeminência intelectual da direção do MPLA" (GLEIJESES, 2007, p. 369, tradução nossa). Neto, o líder principal do MPLA, um poeta formado em medicina em Lisboa, portanto, gozava de uma sabedoria privilegiada que os demais líderes não tinham alcançado[284].

O autor também examina a característica desorganizada e corrupta da FNLA, que segundo sua análise, representava o pior do radicalismo racista africano: "ao líder da FNLA, Holden Roberto, lhe interessava mais o poder pessoal do que a guerra. A inteligência estadunidense advertia que era servil com Mobutu e este o protegia de qualquer desafio à sua liderança" (GLEIJESES, 2007, p. 373, tradução nossa).

O MPLA, por ser o movimento mais antigo e consolidado, foi o que mais sofreu repressão por parte das forças portuguesas, com prisão e até mesmo envio de suas lideranças para Cabo Verde de forma truculenta. No entanto, o resultado da política repressiva de Portugal trouxera vitória política ao MPLA, uma vez que tais prisões possibilitaram maior visibilidade e reconhecimento à luta anticolonial no país. "A partir de então, as ações do MPLA tornaram-se mais sistemáticas e coordenadas, com objetivos estabelecidos e direcionados a locais estratégicos, como a Cadeia Civil em Luanda, configurando verdadeiramente ações de uma guerrilha urbana" (VISENTINI, 2012, p. 51).

Segundo o autor, outras prisões repressivas ocorreram contra o MPLA, por exemplo, a prisão de Agostinho Neto em junho de 1960, o que desencadeou uma onda de mobilizações contra o sistema colonial e, consequentemente, o aprofundamento das repressões sobretudo nas favelas de Luanda[285], onde radicava a principal

---

[284] Em certa medida, o fato de o MPLA ter uma composição multirracial e parte de sua liderança ser mulata ou até mesmo branca e intelectualizada, gerava tensões étnicas internas nas bases guerrilheiras, como é o caso da 'Revolta do Oeste' quando o MPLA sofreu uma derrota sob os portugueses e muitos culparam a liderança da organização. Isso consistia em um grande desafio para a liderança do MPLA.

[285] Visentini afirma que parte da base do MPLA estava radicada nos arredores de Luana, sem embargo, Gleijeses afirma o contrário, que uma das debilidades do MPLA e outras guerrilhas era justamente de não ter organizado a guerrilha urbana, no entanto, afirma que devido ao viés de classe e não

base da organização. Em 1961, o movimento promoveu insurreição na capital Luanda contra as principais prisões na tentativa de libertação dos presos políticos, mas sofreram retaliações do governo português.

Na mesma linha, Marrero e Blanco afirmam que “em 04 de fevereiro de 1961, jovens trabalhadores da capital dirigidos pelo MPLA atacaram as prisões de Luanda para libertar os presos políticos, começava assim a luta armada” (BARRERO; BLANCO, 2003, p. 156, tradução nossa).

Em resposta à crescente luta contra o sistema colonial português, foi introduzida uma série de reformas como política de contenção social. Uma delas foi a abolição do trabalho forçado, além disso, também se realizou a política de aldeamento na qual os camponeses eram obrigados a abandonar seus locais de origem para formar povoados em locais controlados militarmente pelos portugueses. Essa última política visava combater a guerrilha nas áreas rurais. “Tais ações, entretanto, não impediram o MPLA e a UPA de continuar a luta, muito embora fosse crescente a oposição entre os dois movimentos” (VISENTINI, 2012, p. 52).

A UPA realizou em 1961 ações ao noroeste do país, na fronteira com o Zaire, ações estas caracterizadas pela violência indiscriminada contra qualquer pessoa. Percebe-se, portanto, a falta de centralidade estratégica e dificuldade para identificar o inimigo comum na luta independentista.

A partir de 1962 houve importante crescimento das atividades guerrilheiras em Angola. O MPLA ampliou suas bases militares para outras regiões de Luanda, dando início à formação das regiões político militares da organização.

> Em 1962, a guerra popular de libertação do Povo Angolano, que já havia iniciado no ano anterior com a criação da 1ª Região Político Militar do MPLA, ao norte de Luanda, estendeu-se a Cabinda, onde foi criada a 2ª Região Político Militar. Em 1966, a Unita iniciou a sua participação na luta pela independência com a abertura de uma frente na região leste do país, no momento em que o MPLA também abriu sua frente na mesma região, a 3ª Região Político Militar. Nos anos seguintes, o MPLA seguiu ampliando suas lutas e abrindo novas frentes: as 4ª e 5ª Regiões Político-Militares, nos anos de 1968 e 1969, nas regiões de Luanda e de Bié (centro do país) respectivamente (VISENTINI, 2012, p. 52).

racial do MPLA, este também havia ganhado a simpatia dos setores urbanos, sobretudo a partir de 1975.

O MPLA dominava o norte de Angola criando suas regiões militares. Em 1971, a organização contava com cinco regiões militares, marcando assim, presença em dez províncias no país, controlando mais de um terço do território nacional (MARRERO; BLANCO, 2003).

Para além da ampliação das atividades político-militares, o MPLA passou por uma reestruturação interna a qual conduziu Agostinho Neto à liderança da organização, processo este que levou a uma série de frações internas entre as lideranças e ao enfraquecimento da mesma perante a credibilidade no âmbito internacional, recuperando-se novamente a partir de 1964, quando Neto sai da prisão e se realiza uma conferência partidária para discutir os rumos da organização. Mas as questões internas perduraram até que Daniel Chipenda, que provocava fricções desde 1970-71, foi expulso do MPLA em 1974[286], Neto pôde, assim, recuperar seu controle sobre o Movimento.

Como vimos, em 1966, um grupo do MPLA foi treinado por cubanos no Congo, quando uma base do movimento se preparava clandestinamente, além de treinamentos, Cuba e, em menor medida, a União Soviética forneceram armas e munições para abastecer a guerrilha em Angola.

A Coluna Camilo Cienfuegos – homenagem ao guerrilheiro cubano – deixou o Congo em julho de 1966 em pequenos grupos para não chamar atenção e agosto entraram em Angola. Em setembro, depois de seis anos, chegaram pela primeira vez reforços do MPLA à Primeira Região, situada em Ngalama. Entre o grupo não havia cubanos, mas o treinamento recebido por estes havia sido decisivo (GLEIJESES, 2007).

A segunda coluna, Coluna Kamy, chegou em Angola em janeiro do ano seguinte, porém, dos 127 guerrilheiros – entre eles 5 mulheres – sobreviveram apenas 36, dentre os que conseguiram chegar e os que regressaram ao Congo. Diante desta situação, um terceiro grupo de reforço é enviado à Primeira Região, formados por 180 guerrilheiros treinados em Cuba e no Congo portando armas adicionais. A Coluna Bomboko foi capturada e a tentativa de cruzar o Congo foi frustrada, muitos caíram presos e torturados pelo governo pró-ocidental de Mobutu. Um ano depois, ao reconstituir a Coluna Bomboko, a rota foi alterada e chegaram à Terceira Região em julho de 1968.

---

[286] Daniel Chipenda era um dos líderes ovimbundo do MPLA que dirigiu a revolta contra os ‘intelectuais, mulatos e brancos do MPLA’, fomentando problemas internos da organização.

> O trabalho dos cubanos com o MPLA havia terminado com a partida da coluna Bomboko para a Primeira Região, em junho de 1967; no mês seguinte, Moracén e seus homens regressaram a Cuba. Somente um punhado de instrutores – talvez uns quarenta – ficou para trás para seguir treinando a milícia angolana (GLEIJESES, 2007, p. 286; 287, tradução nossa).

A partir do regresso dos instrutores para Cuba, os esforços cubanos passaram a concentrar-se em Guiné-Bissau na assessoria ao PAIGC até a derrota final dos portugueses, recuperando a relação com o MPLA uma década mais tarde.

O apoio extracontinental, tanto por parte da União Soviética como de Cuba – a partir de 1964 – foi fundamental para garantir a existência do MPLA em Angola, bem como seu reconhecimento em todo o continente africano. Neste mesmo ano, o Movimento também recebeu apoio da OUA e a boa relação com a Zâmbia possibilitou a abertura de uma nova frente militar no Leste do país, assim como a entrada de armamentos militares vindos da China e da URSS pelos portos da Tanzânia.

Diversos elementos da conjuntura nacional e internacional, tais como crise econômica da metrópole, solidariedade internacional, o desgaste militar português, entre outros fatores, fizera com que a resistência angolana tivesse êxito.

Com os eventos de 1974 em Portugal, criou-se um governo de transição[287] em Angola, para o qual foram convidados o MPLA, FNLA e UNITA para formar junto com Portugal, o processo de transição que não funcionou dadas as diferenças já referidas entre os movimentos. A UNITA pactuou com Portugal para derrotar o MPLA, fornecendo informações sobre seus acampamentos guerrilheiros em troca de ajuda material e logística para estes que representavam o grupo minoritário da guerrilha angolana. O pacto com Portugal permitiu a continuidade da UNITA com seu pequeno grupo armado sem confrontação e, em 14 de junho, firmam um acordo de sessar fogo com os portugueses[288].

---

[287] O governo de transição foi criado em 1975 sob os Acordos de Alvor, em que se estabelecia a coalisão dos Movimentos de libertação para formar o governo provisório até a proclamação oficial da Independência de Angola, anunciada para 11 de novembro de 1975. Tal governo de coalizão assumiu em janeiro do mesmo ano, porém, foi um fracasso devido às diferenças políticas e ideológicas irreconciliáveis entre os Movimentos, enquanto isso, o Exército português se retirou para os quartéis e a coalizão se desintegrou.

[288] O acordo entre a UNITA e as forças portuguesas em 1971, na guerra de libertação de Angola, ficou conhecida como Operação Madeira. O acordo consistiu na permissão de atuação à UNITA por parte dos portugueses e em troca a organização guerrilheira lhes forneceria informações sobre a movimentação das outras organizações guerrilheiras, além de ajudar a combatê-las. Com isso,

Ainda que o MPLA e a FNLA não tivessem participado do acordo de cessar-fogo, os portugueses suspenderam suas operações após a queda de Marcelo Caetano[289] em 1974 e, em 15 de janeiro de 1975, os três movimentos guerrilheiros assinam o acordo de Alvor[290] com Portugal. Assim, "uma alta comissão portuguesa regeria o país até a independência em 11 de novembro de 1975" (GLEIJESES, 2007, p. 380, tradução nossa).

Enquanto isso, um governo de transição foi formado com representantes dos três movimentos e alguns ministros de Portugal, bem como a composição do Exército foi formada com efetivo das três guerrilhas e do Exército português. As eleições para a Assembleia Constituinte elegeriam o primeiro presidente de Angola em 31 de outubro de 1975 (GLEIJESES, 2007).

As profundas contradições entre as três organizações não se resolveram por via das negociações e desembocou numa cruel guerra civil que assolou o país.

> A luta irrompeu primeiramente em Luanda, em fevereiro de 1975, entre o MPLA e os seguidores de Daniel Chipenda. Logo em seguida, as forças da FNLA invadiram o norte do país, com o apoio do Exército do Zaire, tendo como objetivo chegar até Luanda e, assim privar o MPLA de sua principal base de apoio antes da formalização da independência. Em abril, a África do Sul começou a se envolver diretamente no conflito, com suas tropas cruzando a fronteira da Namíbia e entrando em choque com o MPLA, embora as principais ofensivas sul-africanas só tenham se iniciado em outubro. E para completar, em maio a Unita atacou o sul de Angola, portanto, já no início de junho, a luta estava disseminada tanto ao norte quanto no sul do país. Em meados de julho, as forças do MPLA haviam conseguido expulsar a FNLA e a Unita de Luanda. A guerra, contudo, continuava e aumentava a sua intensidade (VISENTINI, 2012, p. 56-57).

A partir de então, a luta direta se intensificou e o foco principal tanto da UNITA quanto da FNLA era debilitar o MPLA através das ofensivas militares de ambos os lados. O MPLA só conseguiu empreender uma contra ofensiva com o apoio das tropas

---

tanto o MPLA quanto a FNLA foram eliminadas da região leste (VISENTINI, 2012). Em julho de 1974 a UNITA firma um cessar fogo com os portugueses, após revidar um ataque aos seus guerrilheiros (Gleijeses, 2007).

289 Marcello José das Neves Alves Caetano (1906 – 1980), político e acadêmico português, sucessor de Salazar durante o Estado Novo. Foi deposto em 1974, após a Revolução dos Cravos em Portugal.

290 O acordo de Alvor foi o acordo firmado em janeiro de 1975 em Alvor (Portugal), entre Portugal e o Movimentos de libertação de Angola (MPLA, FNLA e INITA) para um governo transitório em aras da independência de Angola, acordada para acontecer em 11 de novembro do mesmo ano.

cubanas e apoio soviético. “Em novembro, um grande desembarque de tropas cubanas (cerca de 10 mil soldados) e o massivo desembarque de armas soviéticas mudaram os rumos da guerra. Em janeiro de 1976, os sul-africanos haviam se retirado de Angola [...]” (VISENTINI, 2012, p. 57).

Finalmente, em novembro de 1975 Angola conquistou a independência, conforme estava previsto, com a retirada das últimas tropas portuguesas. No entanto, a guerra entre os três movimentos se intensificou. De acordo com Visentini, a Independência de Angola foi proclamada unilateralmente pelos três movimentos: enquanto o MPLA proclamava, em Luanda, a República Popular de Angola, a UNITA de Savimbi proclamava a Independência em Huambo e, da mesma maneira, a FNLA de Holden proclamava em Ambriz, a República Democrática de Angola. Na mesma linha, Rodrigues (2019) também afirma que a independência de Angola foi proclamada simultaneamente em cidades distintas do país.

> Com lideranças distintas, os três partidos políticos anunciaram, em diferentes locais, a independência no mesmo dia: 11 de novembro de 1975. Sob a liderança de *Holden Roberto*, o FNLA proclamou a independência da República Popular e Democrática de Angola na província de *Bengo*. *Agostinho Neto*, líder do MPLA, anunciou a independência da República Popular de Angola em *Luanda*. E *Jonas Savimbi*, líder da UNITA, proclamou a independência de Angola na província de *Huambo* (RODRIGUES, 2019, pg. 61, itálico do autor).

De acordo com Rodrigues, logo após a independência de Angola, diferentes países, tanto africanos como extracontinentais, reconheceram o MPLA como governo legítimo de Angola[291].

O fato de o país ter conquistado sua independência não significou o fim dos conflitos, muito pelo contrário, a guerra civil estava apenas começando. Algumas semanas após o governo de transição assumir o poder, a capital Luanda se torna o principal foco de combate, pois ali se encontravam todos os meios de disputa: Capital econômica, política e demográfica do país. A maioria da população de Luanda, sendo 75% negra e mulata, apoiava o MPLA, no entanto, a FNLA dominava a capital do

[291] De acordo com Rodrigues, “no mesmo dia: 11 de novembro de 1975, o Brasil reconheceu o governo instalado em Luanda, tornando-se o primeiro país a manifestar a sua posição política. Dias depois, vários países extra-continentais reconheceram o MPLA como representante do governo em Angola, fato que enfraqueceu os outros dois partidos políticos. Semanas depois, vinte e três países africanos reconheceram o MPLA como governo legítimo angolano, fato que também foi seguido pela ONU em 1976 (RODRIGUES, 2019, p. 61-62).

ponto de vista militar, estavam mais preparados e suas tropas eram melhor armadas. Mas “a FNLA queria compensar sua debilidade política com força militar, mas a brutalidade e a arrogância dos seus soldados aumentaram a hostilidade da população” (GLEIJESES, 2007, p. 394, tradução nossa).

De acordo com Rodrigues, “na sequência da independência, o país experimentou um longo período de guerra civil travada por dois partidos políticos: UNITA e MPLA. A FNLA perdeu forças e limitou suas atividades no campo político. (RODRIGUES, 2019, pg. 62)

Cada força tentava estabelecer seu poder na capital. A FNLA com seu poderio militar, o MPLA em menor capacidade, devido aos problemas internos que haviam prejudicado sua organização, a UNITA apenas com a presença simbólica, já que não contava com efetivo militar e, até mesmo Chipenda, o rival de Agostinho Neto no MPLA, também enviou um grupo de homens armados para garantir sua presença em Luanda. “Apesar de o acordo de Alvor reconhecer a FNLA, a UNITA e o MPLA ‘como os únicos representantes legítimos do povo de Angola’ [...]” (GLEIJESES, 2007, p. 394, tradução nossa), o MPLA levava vantagem política poque estava melhor organizado em todos os sentidos.

De janeiro a maio de 1975, houve vários enfrentamentos entre MPLA e FNLA, esta última atacara com seu poderio militar instalações do governo para desestabilizar a capital e intensificar a guerra civil no país.

Concomitantemente, chegavam silenciosamente tropas oriundas do Zaire que se infiltravam na fronteira ao norte de Angola e em maio se iniciou uma nova onda de combates através do MPLA, como contraofensiva para criar um cinturão de segurança em torno de Luanda (GLEIJESES, 2007). Com a chegada de armas da União Soviética e Iugoslávia para o MPLA, a FNLA perdeu seu prestígio militar.

Enquanto se desenvolvia a guerra civil, o MPLA se projetava à longo prazo para governar o país, neste sentido criou as FAPLA (Forças Armadas para a Libertação de Angola)[292] compostas sobretudo de jovens recrutados nos bairros de Luanda.

Na medida em que o conflito se intensifica em Angola, as potências internacionais também se posicionaram diretamente no conflito, pese o contexto de distencionamento levado a cabo pelas potências hegemônicas.

---

[292] As FAPLA (Forças Armadas Populares de Angola), foram criadas em 1974 como Exército regular. “nelas se integraram oitenta e dois comandantes de colunas e um esquadrão das forças guerrilheiras” (MARRERO; BLANCO, 2003, p. 156, tradução nossa).

> […] Dessa forma, o tabuleiro de xadrez movimentou-se mais uma vez e o jogo de forças neste período ficou configurado da seguinte forma: de um lado havia o MPLA recebendo apoio da ex-URSS e de Cuba; e de outro havia a UNITA sendo apoiada pelos EUA e pela África do Sul (RODRIGUES, 2019, pg. 62).

Por um lado, o eixo cubano-soviético apoiava o MPLA com recursos financeiros, transporte, translado das armas que se encontravam na Tanzânia, treinamento militar etc. Após insistentes pedidos de ajuda por parte do MPLA[293], Cuba decide colocar em prática a sua voluntariedade, tendo como primeira medida a abertura de uma embaixada em Lusaka para, em caso de necessidade, evacuar o pessoal cubano através da fronteira com a Zâmbia. Quanto aos instrutores militares, Cuba ofereceu centenas de homens, quase cinco vezes mais que o solicitado pelo MPLA. “Seguindo o modelo cubano, os instrutores ensinariam [5.300 angolanos] e, se fosse necessário, lutariam juntos a seus alunos” (GLEIJESES, 2007, p. 43, tradução nossa, colchete nosso).

Na opinião de Hobsbawm, a ajuda de Cuba foi inestimável para fortalecer a posição soviética na geopolítica. Nas palavras do autor, “os russos tiveram a inestimável assistência de forças expedicionárias de Cuba, atestando o compromisso de Fidel Castro com a revolução no Terceiro Mundo, além da sua aliança com a URSS” (HOBSBAWM, 1995, p. 245).

Para Rodrigues, a ajuda de Cuba foi fundamental considerando que a União Soviética já apresentava sinais de desmoronamento.

> Tendo em vista os sinais de desmoronamento da ex-URSS e a participação dos norte-americanos neste conflito, Angola recorreu o apoio à Cuba, que se mostrou fundamental na contenção do avanço das forças sul-africanas e da UNITA em território angolano, fato que sustentou o MPLA no poder (RODRIGUES, 2019, pg. 62).

Fidel Castro também ressaltara a importância da ajuda Cubana ao responder às demandas de Angola.

---

[293] De acordo com Gleisejes, o MPLA havia insistido várias vezes na necessidade de apoio de assistentes cubano, o que havia sido aceito por Cuba, no entanto, nem Cuba e nem Angola levaram a cabo o desenvolvimento prático desta colaboração. Cuba não tinha muitas esperanças no processo angolano, parecia muito confuso, e desde a saída do Congo em 1965-66 não havia centrado muitos esforços nesta parte da África, além de que em 1975 Cuba estava muito ocupada com temas internos da Revolução Cubana haja vista a institucionalização da Revolução a partir da criação do Partido Comunista de Cuba.

> Neste momento havia 480 instrutores militares em Angola, que chegaram semanas antes em resposta à solicitação que nos fez o Presidente do MPLA Agostinho Neto […] simplesmente nos pediu cooperação para treinar os batalhões que fariam parte do Exército desse novo Estado independente […] (FIDEL CASTRO, 2005, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 348).

Por outro lado, o eixo Estados Unidos-África do Sul tomara partido no conflito contra o MPLA e favorecera a FNLA e UNITA com o envio de armas através do Zaire de Mobutu, apesar da grande crise que vivia este país. A FNLA recebia treinamento sobretudo militar dos chineses através do Zaire, após a ruptura com a União Soviética[294]. A UNITA tinha o suporte da África do Sul; e o MPLA, do campo socialista, sobretudo Cuba e União Soviética (VISENTINI, 2012).

A aliança de cada grupo era determinada por sua afinidade político-ideológica.

Os portugueses, por sua vez, ainda contavam com cerca de 26 mil soldados em Angola, mas não estavam preocupados com a guerra civil e sim em assegurar seus bancos e a evacuação emergencial dos brancos portugueses que ainda se encontravam no país, além disso, tinham o problema interno em Portugal a que deveriam se ocupar.

A polarização do conflito era evidente e sem perspectivas de negociação a curto prazo. Assim, a UNITA e FNLA decidem pelo pacto conjunto para derrotar o MPLA, de maneira que a influência da disputa no contexto da Guerra fria se refletiu diretamente no conflito angolano.

O envolvimento das potências da Guerra Fria no problema angolano não era tão simples:

> Os líderes soviéticos se preocupavam que os despachos das tropas cubanas afetassem a política de distensão com os Estados Unidos e ofendesse a maioria dos países africanos, e também não estavam convencidos de que a situação existente em Angola os necessitava (GLEIJESES, 2007, p. 410, tradução nossa).

[294] De acordo com Gleijeses, a China foi importante doadora de recursos e armas para a FNLA. A partir dos anos de 1979, Beijing voltou-se novamente à África com interesse de estabelecer relações diplomáticas com os países independentes "quase a metade da ajuda econômica estrangeira da China ia para a África", o líder da FNLA visitou Beijing em 1974 e ganhou apoio dos chineses com toneladas de armas e treinamento militar.

Enquanto se negociava o distencionamento entre Estados Unidos e União Soviética, Cuba começa a organizar secretamente sua missão e, assim, a recém criada Missão Militar Cubana em Angola (MMCA), sob o comando de Díaz Argüelles, chega em Luanda atendendo ao chamado do MPLA.

De acordo com Gleijeses, entre 18 e 20 de outubro a operação estava montada em solo angolano, quatro Centros de Instrução Revolucionária (CIR) estavam prontos para dar início aos trabalhos, contando com quase 500 membros distribuídos entre Cabinda e outros três lugares, entre estes 17 médicos e 284 oficiais. Fidel Castro afirmou que foi neste momento, após derrotas e baixas tanto cubanas como angolanas sob ataques sul-africano, que Cuba, em coordenação com o MPLA, "decidiu enviar tropas especiais do Ministério do Interior e unidades regulares das FAR dispostas a combater, transportadas por ar e mar para enfrentar a agressão do *apartheid*" (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 348, itálico nosso).

A configuração da guerra ia dando vantagens ao MPLA. Fora de Angola, a FRELIMO também avançava na ofensiva contra o colonialismo português e, em 25 de junho de 1975, Moçambique se torna um país independente.

Outros vizinhos influenciaram na situação regional. Desde a Segunda Guerra Mundial, a Namíbia havia sido ocupada pela África do Sul, que a governava como se fosse uma província. A mudança de regime em Portugal fez com que a África do Sul abandonasse o patrulhamento na fronteira de Angola, movimento este que impedia atividades guerrilheiras da SWAPO.

A possibilidade de o MPLA vencer a guerra fortalecia a luta dos namíbios contra o domínio sul-africano. Assim, Pretória e os líderes da UNITA e FNLA se acercam em aliança contra o MPLA e trabalham juntos para impedir a penetração da SWAPO na Namíbia[295]. Sob o pretexto de proteger investimentos em represas hidroelétricas ao sul de Angola, a África do Sul invade parte da fronteira angolana com a Namíbia (GLEIJESES, 2007). Seria este o prelúdio de uma nova guerra?

> A assunção do MPLA ao poder em Angola e seu apoio ao pleito político da SWAPO, que pretendia libertar a Namíbia do jugo sul-africano,

[295] Em agosto e setembro de 1975, as forças sul-africanas se lançaram contra os acampamentos dos guerrilheiros da SWAPO no sul de Angola com a ajuda da FNLA e da UNITA. Em setembro, oficiais e suboficiais do Exército sul-africano chegaram em Capolo (sul de Angola) para treinar efetivos da UNITA. Em Capolo, sul-africanos e estadunidensea trabalharam lado a lado "[…] o paralelismo entre Pretória e Washington é impactante. Os dois começaram suas operações encobertas aproximadamente ao mesmo tempo – em meados de julho – e ambos tinham presença militar em Angola em princípios de setembro […]" (GLEIJESES, 2007, p. 468, tradução nossa).

> não foi bem digerida em Pretória e gerou uma reação desproporcional da África do Sul, materializada pela invasão de suas tropas em território angolano entre 1975 e 1976, sem, no entanto, lograr o êxito esperado (RODRIGUES, 2019, pg. 62).

A estas alturas, os Estados Unidos, preocupados com a ameaça comunista na África, decidem intervir na guerra de Angola. A CIA e o Departamento de Estado estadunidense estavam a par de como caminhava o conflito angolano, o MPLA de Neto estava fortalecido com a ajuda cubana e soviética, enquanto os líderes da FNLA e UNITA, Roberto e Savimbi, buscavam apoio em todas as partes.

Para os Estados Unidos havia três opções políticas elaboradas por um grupo de trabalho da Segurança Nacional estadunidense. De acordo com Gleijeses, estas opções seriam:

Primeira: posição neutra de não envolvimento no conflito angolano e estabelecer relações diplomáticas com qualquer governo que se estabelecesse;

Segunda: utilizar a via diplomática para encontrar soluções pacíficas, dentre elas, fazer com que Portugal e alguns Estados africanos pressionassem a URSS para reduzir seu apoio ao MPLA ou até mesmo os Estados Unidos fazê-lo privadamente; em última instância, promover uma mediação através da ONU;

Terceira: apoiar ativamente um ou mais grupos de libertação através do Zaire ou Zâmbia. Neste caso se destinariam armamentos à UNITA ou FNLA, ou às duas organizações concomitantemente através de uma operação encoberta.

Uma operação encoberta em Angola necessitaria de ajuda africana, para tanto era necessário reestabelecer a amizade com Mobutu no Congo para que as operações dos Estados Unidos se realizassem a partir deste país. Mobutu esteve de acordo, em troca de cinquenta milhões de dólares sem compromisso de ajudar o país na crise financeira que se encontrava (GLEIJESES, 2007).

O Conselho de Segurança Nacional decidiu pela terceira opção, uma operação encoberta, planejada pela CIA com ajuda de governos amigos como Mobutu, Kaunda na Zâmbia e Félix Houphouet-Boigny na Costa do Marfim, os quais colaboraram com a invasão levada a cabo por Pretória.

> Naquele momento não se pensou que Cuba poderia entrar na briga e a geografia favorecia os Estados Unidos. Três dos vizinhos de Angola – Zaire, Zâmbia e África do Sul – apoiavam com força a UNITA e a FNLA. Só o Congo, que tinha fronteiras com o enclave de Cabinda,

> dava um suporte morno ao MPLA (GLEIJESES, 2007, p. 459, tradução nossa).

Com o desembolso de mais de vinte milhões de dólares, autorizados pelo presidente Ford[296], teve início em julho de 1975 a Operação *IA Feature*, a operação encoberta da CIA em Angola.

Os Estados unidos formaram um bloco de apoio à UNITA e FNLA, contando com a colaboração do Zaire, África do sul, Inglaterra e França.

Quando se avizinhava a data da independência, forças da UNITA, sob assessoria do Exército sul-africano, bateram-se com as FAPLA do MPLA. De acordo com Gleijeses, a batalha deixou claro que a UNITA não tinha condições de enfrentar as FAPLA, "tinha que escolher entre a participação sul-africana ativa por um lado, ou aceitar a vitória do MPLA por outro. Pretória se negou a aceitar a segunda e, em 14 de outubro, uma coluna sul-africana – chamada Zulu – entrou em Angola através da Namíbia"[297] (GLEIJESES, 2007, p. 470, tradução nossa).

Ao sul de Angola o MPLA não tinha forças consolidadas e os sul-africanos encontraram terreno aberto para avançar. "Com a invasão sul-africana começava a segunda fase da guerra de Angola. As tropas estrangeiras ocuparam o centro da atenção […]" (GLEIJESES, 2007, p. 470, tradução nossa).

Os Zulu conseguiram tomar todo o sul de Angola, mas, ainda assim, as FAPLA estavam em vantagem de posição há apenas 10 dias da independência, segundo a análise do chefe da missão cubana em Angola, Díaz Argüelles.

No entanto, os cubanos não tinham informações exatas sobre o avanço Zulu, uma vez que não tinham presença ao sul de Angola, o que dificultava a análise correta sobre o desenvolver da guerra nesta região. No dia 06 de novembro a coluna Zulu entrou em Benguela, estavam na fase final da ofensiva antes de tomar Luanda.

---

[296] Gerald Ford (1913-2006). Político norteamericano, presidente dos Estados Unidos entre 1974 e 1977. Foi continuador em grande medida da política de Nixon e apoiou repressões da Operação Condor. Foi durante seu mandato que ocorreu o atentado contra o voo da Cubana de Aviación, na costa de Barbados. Durante a gestão de Ford as relações Cuba-EUA caminharam para uma relativa normalização, ou pelo menos uma flexibilização diplomática nos acordos entre países. No entanto, a participação de Cuba na questão angolana levou o governo dos EUA a endurecer as relações com Cuba.

[297] Coluna sul-africana, financiada pela CIA que invadiu Angola pela fronteira com a Namíbia, em 14 de outubro de 1975, para impedir a vitória do MPLA na independência angolana. A composição da coluna Zulu era majoritariamente de negros angolanos, cerca de mil, muitos deles haviam lutado a favor do Exército português na guerra de independência que, após a queda de Caetano, fugiram para Namíbia, onde foram treinados pelos sul-africanos. Na coluna Zulu também haviam em torno de 150 soldados brancos sul-africanos. A coluna era praticamente formada por guerrilheiros da FLN treinado por oficiais e sub-oficiais sul-africanos (GLEIJESES, 2007).

> Vinte e seis oficiais sul-africanos […], vários oficiais e especialistas em armas pesadas chegaram em avião com alguns canhões pesados para o ataque final a Luanda. Também se uniram a Roberto em seu quartel general vários oficiais paramilitares da CIA (GLEIJESES, 2007, p. 479, tradução nossa).

Enquanto o governo do MPLA se preparava para as comemorações da independência, a tensão tomava conta da atmosfera em Luanda. Ninguém sabia sobre as movimentações Zulu. Portugal havia terminado as evacuações dos seus cidadãos no dia 03 de novembro. O Departamento de Estado dos Estados Unidos havia ordenado que nenhum funcionário permanecesse em Luanda.

> Todas estas forças, com seus enormes recursos econômicos e militares, estavam preparadas para fechar um círculo invencível em torno de Luanda nas vésperas do 11 de novembro, quando o Exército português abandonaria aquele vasto, rico e bonito território onde havia sido feliz durante quinhentos anos (GARCIA MARQUES, 2007, p. 142, tradução nossa).

Enquanto isso, soldados cubanos deixavam La Habana com destino a Angola, 652 homens das tropas especiais do MININT (Ministério do Interior) e um regimento de artilharia. De acordo com Fidel Castro, Cuba aceitou o desafio sem hesitar.

> Os nossos instrutores não seriam abandonados à sua sorte […] a 10 mil quilômetros de distância, tropas cubanas herdeiras do Exército Rebelde entravam em combate com os Exércitos da África do Sul, a maior e mais rica potência nesse continente, e contra o Zaire o mais rico e bem armado títere da Europa e dos Estados Unidos (FIDEL CASTRO, 2005, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 349).

Tinha começado a Operação Carlota, “o codinome da mais justa, prolongada, massiva e bem-sucedida campanha militar de nosso país” (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 349).

5.4 OPERAÇÃO CARLOTA

As relações Cuba-Angola haviam se esfriado desde a retirada dos instrutores cubanos do Congo em 1965-1966. Cuba esteve durante todos estes anos distante do

processo angolano. Somente dez anos depois, em 1975, Agostinho Neto solicita formalmente treinamentos militares de Cuba, quando os portugueses se preparavam para retirar-se definitivamente. Havia desatado a guerra civil em torno da independência do país e a disputa interna representava sérios riscos para a Angola independente.

Estava claro para o MPLA que organizar uma resistência eficiente necessitaria de ajuda e esta ajuda teria que ser de Cuba. Cuba esteve de acordo, ainda que preferisse esperar a independência para enviar a ajuda solicitada, mas quando os sul-africanos invadiram Angola, a direção da Revolução Cubana se dera conta, que havia uma guerra mais pesada em curso.

> Castro intuiu que se não atuasse de imediato os sul-africanos tomariam Luanda e decidiu enviar Tropas Especiais e o regimento de artilharia […], a decisão se tomou às pressas sob a pressão do sentimento de que o tempo se esgotava. Decidiu Fidel Castro sem consultar o birô político, provavelmente depois de conversar com seus assessores mais próximos, sobretudo com seu irmão Raul Castro, chefe das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba (GLEIJESES, 2007, p. 481, tradução nossa).

Assim como estava claro que o MPLA precisava da ajuda cubana, também se sabia que a invasão sul-africana estava relacionada com a avançada dos Estados Unidos sobre o conflito e o histórico das experiencias anteriores confirmavam esta teoria.

Os Estados Unidos jamais poderiam imaginar que Cuba estaria envolvida diretamente no conflito angolano. Fidel Castro afirma que, até então, “nunca um país do Terceiro Mundo tinha atuado, em apoio a outro povo, num conflito militar longe da sua vizinhança geográfica” (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 350).

A Operação Carlota desembarcou milhares de soldados cubanos em solo africano numa frente militar em contraofensiva à invasão sul-africana e estadunidense.

> Ampliou-se então, a ponte aérea entre Havana e Luanda, com o envio de armas e aproximadamente 20 mil soldados. No centro do país as tropas cubanas (a maioria descendentes de ex-escravos) e do MPLA derrotaram o Exército sul-africano, um dos melhores do mundo (VISENTINI, 2012, p. 59).

Logo após tomada a decisão, na tarde de 4 de novembro de 1975, a uma semana do 11 de novembro, Cuba começa enviar reforço especial.

A batalha de Quifangondo, uma aldeia rodeada de pântano, foi a primeira batalha que os reforços cubanos enfrentaram e, foi também, a primeira vez que se utilizou na guerra angolana aviões para atacar o inimigo. “Quifangondo era defendido por 850 FAPLA, 200 katangueses, 88 cubanos e Yuri, o assessor soviético. (Atrás da primeira linha de defesa havia mais 120 cubanos das Tropas Especiais que acabavam de chegar) […]” (GLEIJESES, 2007, p. 487, tradução nossa).

Do outro lado, havia 2 mil angolanos no Exército da FNLA, 1200 soldados zairenses, 120 mercenários portugueses e muitos assessores sul-africanos e estadunidenses. Foi a primeira batalha vencida na Operação Carlota.

Na tarde deste mesmo dia 10 de novembro de 1975, os portugueses deixaram, de acordo com Gabriel Garcia Marques, “o vasto, rico e bonito território onde foram felizes por quinhentos anos”.

Para Gleijeses, a entrega da independência de Angola foi um ato peculiar, não havia nenhum angolano no salão presidencial, claro, todos estavam na guerra. “O alto comissário português, Almirante Leonel Cardoso, anunciou que, em nome do presidente de Portugal, transferia a soberania ao ‘povo angolano’ […]” (GLEIJESES, 2007, p. 488, tradução nossa). Foi assim que Portugal deixou Angola, após cinco séculos de domínio colonial.

Cabinda era um território estratégico, rico em petróleo e cobiçado pelos interesses inimigos. Mobutu, junto com a CIA, planejava a invasão da região para garantir o controle de Cabinda, a CIA fornecia armas e Mobutu os guerrilheiros mercenários e soldados zairenses, além de mercenários franceses contratados pela inteligência francesa.

De acordo com Gleijeses, após a batalha de Quifangondo e a já declarada independência, os cubanos e as FAPLA seguiram para Cabinda numa ofensiva que colocou os zairenses e mercenários em retirada.

Cubanos e as FAPLA derrotaram Mobutu e Roberto em Cabinda e Quifangondo, mas o desafio maior estava no Sul controlado pelos Zulu, que avançavam para fechar o cerco à Luanda. Os Zulu ocuparam a cidade de Novo Redondo e seguiam à Porto Amboim. A estratégia inimiga era isolar Luanda cortar o fornecimento de água e energia, mas entre Novo Redondo e Porto Amboim estava o Rio Queve. Com as margens ocupadas pelos cubanos, os sul-africanos mudaram a rota por Gabeba para desviarem-se do fogo inimigo, ainda assim, sofreram uma derrota sangrenta na aldeia de Ebo, em uma emboscada que os colocou na defensiva.

Segundo Gleijeses, a pausa sul-africana deu aos cubanos tempo para aumentar e reorganizar suas forças. Neste momento havia cerca de 1300 cubanos divididos entre Cabinda e o Norte de Luanda. Mas a Missão Militar esperava a chegada da artilharia com 1.253 homens com armas pesadas que chegariam em Luanda entre final de novembro e início de dezembro, a bordo de três barcos cubanos (Vietnã Heróico, Imías e o Ocean Pacífico). Além do reforço cubano também se esperava a chegada de pesadas armas soviéticas.

Em 22 de novembro o barco Sierra Maestra saiu do Porto Mariel com mais de 700 soldados de infantaria motorizada a bordo. Os outros três barcos partiram em 28 de novembro, enquanto isso os soldados regulares sul-africanos somavam cerca de 2.900.

De acordo com o autor, “até finais de dezembro havia em Angola entre 3.500 a 4 mil cubanos, destes, mil em Cabinda. Isto devia dar à Frente Central paridade numérica aproximada com os 3 mil sul-africanos” (GLEIJESES, 2007, p. 508, tradução nossa).

Em 2005, Fidel Castro afirma, ao fazer referência ao internacionalismo cubano em Angola, que no final de novembro de 1975 havia em solo angolano 36 mil soldados cubanos, a que participaram ativamente do início de uma fulminante ofensiva.

Os cubanos juntos ao MPLA seguiam avançando e produzindo derrotas importantes ao inimigo na guerra angolana. Mas o importante que se sabe é que Jorge Risquet e La Habana desta vez estavam em estreita comunicação, a cada avanço se enviava um informe ao comando revolucionário. Risquet, que já havia estado 18 meses no Congo, e por conhecer o MPLA, foi o encarregado da missão cubana em Angola.

Importante destacar que a imprensa internacional quase não noticiou a presença de soldados regulares sul-africanos na guerra angolana, ao contrário, faziam o trabalho de desinformação acerca dos sucessos em Angola para preservar a imagem da África do Sul e dos Estados Unidos.

A presença cubana complicou a vida dos sul-africanos, sem ela, teriam tomado Luanda sem que a imprensa soubesse que tinham cruzado a fronteira para uma operação encoberta da CIA.

Quando a CIA planejou a operação encoberta não considerou Cuba como um possível problema, como vimos em outros casos, a preocupação estadunidense sempre foi a União Soviética ou outro país militarmente mais potente do campo socialista, jamais Cuba.

Em 1975, Cuba e Estados Unidos caminhavam para a normalização das relações, fato que também fazia a CIA supor que Cuba não entraria no conflito angolano contra os Estados Unidos.

Mas Fidel Castro não só aceitou que a Revolução Cubana pudesse ajudar Angola, como se ocupou pessoalmente desta missão, desde La Habana mantinha contato direto com Risquet para a elaboração da estratégia militar para conter as tropas sul africanas e impedir que o regime de *apartheid* se instalasse no país.[298]

A ocupação do território angolano pelo Exército sul-africano significava uma investida neocolonial na região, uma vez que a África do Sul representava uma potência regional aliada aos interesses do imperialismo estadunidense.

Além de Angola, os sul africanos ocuparam parte do território da Namíbia para impedir a infiltração do Exército da Organização Popular do Sudeste Africano, de maneira que os cubanos, junto às FAPLA, permaneciam ao Norte dos sul-africanos para impedir seu avanço rumo ao centro do país.

A Namíbia serviu de base das forças imperialistas apoiadas nos Exércitos da UNITA e FNLA, para atacar Angola, uma vez que são territórios fronteiriços.

> Essas forças são treinadas e armadas na Namíbia para – em companhia das tropas racistas sul africanas, da CIA e dos mercenários – serem infiltradas na República Popular de Angola com dois objetivos fundamentais: o primeiro tratar de liquidar o governo angolano e continuar a sabotagem econômica ao desenvolvimento do país. O segundo atacar a SWAPO para impedir que levemos adiante nossas atividades revolucionárias na luta contra as tropas fascistas do regime de Pretória em nosso país (NUJOMA, 2007, p. 191, tradução nossa).

[298] Para maiores detalhes sobre a participação de Cuba na independência angolana ver o documentário: Cuba uma odisséia africana, que traz presente o papel de Cuba em diferentes processos de lutas no continente africano, prestando auxílio com tropas, treinamentos militares e outros. Desde a presença de Che Guevara no Congo até a batalha de Cuito Canavale, em Angola, o documentário traz uma riqueza de detalhes sobre o internacionalismo cubano que muitas vezes não se encontra nas bibliografias sobre o tema. Disponível em: https://vimeo.com/81218750. Acesso em: 12 de maio de 2018.

Mesmo sob ocupação inimiga, a Namíbia lutou contra o regime mais forte da África Austral, o regime racista sul africano que havia, inclusive, aprovado no parlamento uma lei que lhe permitia atacar militarmente qualquer país africano, ao sul da linha do Equador, que considerasse uma ameaça aos seus interesses (NUJOMA, 2007).

Conforme Visentini, Cuba, em conjunto com o Exército do MPLA, e as FAPLA travaram uma guerra convencional e de contra insurgência no centro-sul angolano para conter o avanço sul-africano. Para Fidel Castro, cubanos e angolanos cumpriram um papel estratégico militar fundamental para o recuo das tropas sul-africanas do território angolano.

> Atacando pelo Sul ao inimigo principal, fizeram retroceder o Exército racista sul-africano mais de mil quilômetros até seu ponto de partida, a fronteira de Angola e Namíbia, território colonial dos racistas […] Na direção Norte, em poucas semanas, as tropas regulares de Mobutu e os mercenários foram lançados ao outro lado da fronteira com o Zaire" (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 350).

De acordo com Fidel Castro, a esta altura a União Soviética pressionava Cuba para abandonar o terreno angolano buscando evitar possíveis reações estadunidenses. Apesar de objeções, Cuba decide aceitar a demanda soviética, tendo em vista que a URSS, ainda que não consultada sobre a decisão cubana, atendeu às demandas de envio de armas para o Exército angolano, uma vez que sem a ajuda logística da URSS não havia saída possível para Angola (FIDEL CASTRO, 2005).

O Ministro das Forças Armadas, Raul Castro, foi pessoalmente a Angola analisar a situação juntamente com Agostinho Neto, sobre a retirada gradual das forças cubanas que, naquele momento (1976), somavam um total de 36 mil.

Cerca de um ano depois de haver começado o programa de retirada progressiva das tropas cubanas Fidel Castro visita Angola, até este momento Cuba havia feito a retirada de cerca de doze mil efetivos.

No entanto, as conspirações dos governos de Washington e Pretória minaram a retirada completa dos internacionalistas cubanos. Cuba vê a necessidade de apoio direto à Angola e, apesar do plano de retirada, decidiu-se pela permanência por tempo indeterminado. "Poucas pessoas acreditavam que resistiríamos firmemente aos ata-

ques dos Estados Unidos e da África do Sul ao longo de tantos anos" (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 351). Foram 16 anos de guerra sem trégua aos cubanos e angolanos.

Em novembro de 1987, Cuba envia novas tropas e armamentos de reforço para o MPLA. "Neste período se produziu a última grande invasão sul-africana ao solo angolano, em circunstâncias que punham em perigo a própria estabilidade dessa nação" (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 353). Os inimigos avançaram com todas as forças numa ofensiva contra os angolanos no limite Sul-oriental da fronteira de Angola.

O avanço contra Cuito Cuanavale significava para as forças inimigas o golpe de misericórdia contra as forças cubana-angolanas. E entre 15 de novembro de 1987 e 23 de março de 1988 se produziu a intensa batalha de Cuito Cuanavale. Os chamados pela ajuda cubana por parte do governo angolano foram urgentes. De acordo com o líder da Revolução Cubana:

> Em um esforço titânico, apesar do sério perigo de agressão militar que também existia sobre nós, a alta direção política e militar de Cuba decidiu reunir as forças necessárias para dar um golpe definitivo às forças sul-africanas. A nossa pátria repetiu novamente a proeza de 1975. um rio de unidades e meios de combate cruzou rapidamente o Atlântico e desembarcou na costa Sul de Angola para atacar pelo Sudoeste em direção à Namíbia, enquanto a 800 quilômetros pelo Leste, unidades especiais avançaram para Cuito Cuanavale e ali, em união com as tropas angolanas que recuavam, prepararam uma armadilha mortal às poderosas forças sul-africanas que avançavam em direção àquela base aérea. Nessa ocasião reuniram-se 55 mil soldados cubanos em Angola (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 354).

A batalha de Cuito Cuanavale foi decisiva para a derrota dos sul-africanos. Enquanto as tropas sul-africanas eram dizimadas nesta batalha, outros 40 mil soldados cubanos e 30 mil angolanos, apoiados por centenas de tanques e peças de artilharia, milhares de armas antiaéreas etc., avançavam para a fronteira com a Namíbia dispostos a varrer as forças sul africanas definitivamente (FIDEL CASTRO, 2005).

E, finalmente, o avanço das tropas cubanas e angolanas, somadas à sucessivas vitórias sobre os inimigos em Cuito Cuanavale, tornaram possível colocar fim à invasão estrangeira.

O Resultado da operação obrigou a negociação tripartite do Acordo de Paz assinado por angolanos, cubanos e sul-africanos. Os Estados Unidos, por sua vez,

ocuparam, uma vez mais, o papel de supostos mediadores, ou, conforme Fidel Castro, "juízes e parte, aliados do regime do *apartheid",* portanto ao lado dos sul-africanos. Em tom contundente, anos depois, Fidel Castro afirma que:

> O inimigo teve que engolir sua habitual prepotência e sentar-se à mesa de acordos. As negociações terminaram com os Acordos de Paz para o Sudoeste da África, assinados pela África do Sul, Angola e Cuba na sede da ONU, em dezembro de 1988 (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 355).

Sabe-se que os Estados Unidos se opunham veementemente à participação cubana nas mesas se negociação, no entanto, tiveram que aceitar representantes cubanos juntos ao governo de Angola. Na pauta do Acordo estavam: o fim do *apartheid*, a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas de Angola, processo que se logra alcançar no Acordo de Paz assinada em Nova York em 22 de dezembro de 1988[299], conforme afirma Rodrigues.

> Conhecido também como os Acordos de Nova Iorque, em síntese, tais acordos previam as seguintes medidas: a) a retirada de tropas cubanas em Angola; b) a saída das tropas sul-africanas da Namíbia e a consequente realização de eleições no país; e c) a execução de todas as ações sendo supervisionadas pela ONU (RODRIGUES, 2019, pg. 63).

Cuba foi até as últimas consequências, honrando seu compromisso de ajudar o MPLA a enfrentar as forças inimigas, assim como, não abriu mão em participar dos Acordos de Paz, já que era uma das partes envolvidas no conflito. Muitos líderes africanos reconhecem o esforço de Cuba no apoio aos processos emancipatórios do continente. Em conferência na sede da OSPAAAL em 1978, o líder namíbio Sam Nujoma ressaltou o quão fundamental foi a contribuição de Cuba, não somente para Angola em seu processo de independência, "mas também para os povos do Sul da África em seu conjunto e para a Namíbia, em particular" (NUJOMA, 2007, p. 191, tradução nossa).

A epopeia cubana pela África, desde 1963 na Argélia até dezembro de 1989 em Angola, se findou com o retorno definitivo das tropas cubanas, incluindo os que haviam caído em combate.

---

[299] Idem.

Cuba havia cumprido cabalmente sua missão internacionalista.

O dia 07 de dezembro marca o retorno dos cubanos caídos em combate através da Operação Tributo[300], nome dado a operação de retirada dos restos mortais dos cubanos caídos em combate nas missões internacionalistas no continente africano. Em Angola tombaram 2.077 compatriotas, repatriados ao território nacional em 1989 para serem sepultados cada um em seu município de origem.

> Nossos combatentes iniciaram orgulhosos o regresso à pátria, trazendo apenas consigo a amizade do povo angolano, as armas com a quais combateram com modéstia e valor a milhares de quilômetros de sua pátria, a satisfação do dever cumprido e os gloriosos restos mortais de nossos irmãos tombados (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 356).

A obra cubana em Angola foi protagonizada por mais de 300 mil combatentes internacionalistas e cerca de 50 mil colaboradores civis entre médicos, engenheiros etc. Esta missão se transformou no maior ato de heroísmo do povo cubano. Foi a maior ação internacionalista da Revolução Cubana durante ao longo de sua história.

> Não existe dúvida de que a imensa maioria foi para Angola com a convicção plena de cumprir um ato de solidariedade política, com a mesma consciência e a mesma coragem com que 15 anos antes haviam rechaçado o desembarque em Playa Girón, e por isso mesmo a Operação Carlota não foi uma simples expedição de guerreiros profissionais, e sim uma guerra popular (MARQUES, 2007, p. 150, tradução nossa).

[300] Sempre quando se caía algum cubano em terras africanas seja por alguma doença, acidente ou mesmo em combate, na maioria dos casos, cada família era pessoalmente informada. No entanto era impossível repatriar de imediato a cada combatente caído devido a situação de guerra. Assim a Operação Tributo foi organizada para repatriar os mártires de guerra após os Acordos de Paz de 1988, seguido de um minucioso trabalho de reconhecimento dos 2.085 mártires militares e 204 civis, caídos em diferentes missões em território africano. Todo dia 07 de dezembro se rende tributo em todos os municípios do país para recordar os heróis internacionalistas. A data coincide também com o aniversario de morte de Antonio Maceo, herói nacional cubano, General da guerra de independência. Disponível em: https://www.ecured.cu/Operación_Tributo. Acesso em: 28 de dezembro de 2019.

A ajuda de Cuba foi decisiva para a independência definitiva de Angola. Nas palavras de Fidel Castro, o apoio cubano, embora até aquele momento, nunca houvera sido narrado, “foi decisivo na consolidação da independência de Angola e na conquista da Namíbia. Também contribuiu significativamente para a libertação do Zimbábue e para o desaparecimento do odioso regime do *apartheid* da África do Sul” (FIDEL CASTRO, in: SANTOS; KOLLING, 2017, p. 356, itálico nosso).

Apesar dos Acordos de Paz, a guerra não chegou ao fim. De acordo com Hobsbawm, a UNITA continuou em campo de batalha contra o governo angolano.

> Desta forma Guerra Fria se perpetuou. As guerrinhas que antes punham clientes de uma superpotência contra os de outra continuaram depois que o conflito cessou, em base local, resistindo aos que as haviam lançado e agora queriam encerrá-la. Os rebeldes da UNITA em Angola continuaram em campo contra o governo, embora a África do Sul e os cubanos se houvessem retirado do infeliz país, e embora os EUA e a ONU os houvessem desautorizado e reconhecido o outro lado (HOBSBAWM, 1995, p. 451).

Nota-se, portanto, que o fim da Guerra Fria contribuiu para que os conflitos continuassem localmente e se transformassem em negócio, devido ao super abastecimento de armas durante as guerras. No caso da África, havia países como a Somália, que estava abarrotada de armas, primeiro abastecida pelos soviéticos e depois pelos EUA, para sustentar os conflitos com a Etiópia em seus respectivos governos. Nos territórios devastados pelas guerras e pela fome as armas se transformaram em negócio (HOBSBAWM, 1995).

Rodrigues também destaca a mudança no tabuleiro da geopolítica e o novo papel da guerra angolana no cenário internacional. De acordo com o autor, a guerra civil angolana não cessou completamente até 2002. Mesmo com as mudanças no cenário internacional, o conflito persistiu ainda que os atores fossem outros.

> O conflito ideológico de outrora deu lugar à globalização, que dentre inúmeros aspectos, possibilitou o surgimento de vários Estados frágeis no SI [Sistema Internacional], maior circulação de pessoas e com o surgimento da *internet,* eliminou diversas fronteiras*.* Diante desse cenário e sem o apoio dos EUA, a UNITA mudou sua estratégia e fez uso das brechas geradas pela globalização, mantendo-se financeiramente com a venda ilegal de diamantes realizada por meio de uma complexa rede internacional, envolvendo países africanos, o leste europeu, líderes políticos, dentre outros atores (RODRIGUES, 2019, 68, colchete nosso).

Contudo, a vitória de Angola foi uma vitória da África, todas as lutas travadas desde Guiné-Bissau, Moçambique, Angola e outras, foram por um objetivo comum: derrotar o colonialismo português da África e, depois de derrotado o colonialismo, a luta foi travada para impedir a ofensiva contra revolucionária de mercenários e imperialistas neocolonialistas estadunidense e sul-africanos.

A contribuição de Cuba no continente africano ultrapassou as fronteiras de Angola colocando em prática a solidariedade incondicional em prol da liberdade e independência dos povos. Em 1976, Ahmed Sékou Touré afirmou que:

> O internacionalismo proletário se transformou em uma prática permanente do povo cubano, da Revolução Cubana. A solidariedade para com todos os povos que sofrem e lutam por um mundo de felicidade é também uma prática da Revolução Cubana. Cuba esteve na Ásia ao lado do valente povo vietnamita. Cuba esteve na Argélia. Cuba esteve no Oriente Médio, na América Latina, na Guiné, em Angola, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde. Cuba esteve em todas as partes para materializar sua vocação, a de um povo de paz e liberdade, de um povo que tem se mantido fiel aos altos ideais que sempre mobilizou a humanidade. Sua vocação é a de respeitar a dignidade e a liberdade de cada povo, independentemente de sua cor, sua religião, sua nacionalidade e que nos permitiu dizer aqui em nome do povo revolucionário da Guiné: Obrigado à Revolução Cubana! (TOURÉ, 2007, p. 163, tradução nossa).

Discursos como o de Touré demonstram a importância da solidariedade cubana para com os países africanos em processos de independência, suas palavras sintetizam o que foi o Internacionalismo cubano na África. Mas também demonstram a mudança da geopolítica do continente africano, sobretudo a partir da independência de Angola.

Apesar do peso e significado do Internacionalismo cubano na África, o tema de Angola ainda é bastante espinhoso em Cuba. Praticamente, não há uma família – pai, primo ou um parente próximo – que não tenha participado desta gesta difícil que foi a guerra.

Hoje, trinta anos depois, os cubanos e cubanas de diferentes gerações continuam estudando e discutindo para entender esta particularidade do Internacionalismo cubano.

Algumas pessoas entrevistadas para este trabalho participaram diretamente no conflito de Angola. Um como combatente e outro repórter de guerra. Os entrevistados afirmaram que participaram voluntariamente por entusiasmo com os processos

revolucionários adquiridos no seio da Revolução. Tinham profunda admiração e desejo em cumprir missões internacionalistas. Sempre dotados de valores humanistas aprendidos na juventude, estudantes de escolas militares em sua maioria, não hesitaram em cumprir o legado da Revolução Cubana.

Rigoberto Senarega Madruga[301] atuou como correspondente de guerra em Cuito Cuanavale. De acordo com seu depoimento, o que o motivou participar da guerra em Angola foi o sentimento internacionalista apreendido no processo da Revolução Cubana. Mas, declarou que ao chegar no ambiente concreto da guerra a situação se tornou complexa, *"*ninguém está preparado para a guerra, quando se vê um morto ou um ferido ao seu lado, as coisas se complicam" (MADRUGA, 2019). Rigoberto foi um dos jovens que tomavam imagens dos campos de batalha e seu trabalho contribuiu para que Fidel Castro e as FAR analisassem a situação da guerra para enviar o comando estratégico das ações.

Trinta anos depois de Cuito Cuavavale, Rigoberto realizou o documentário *"Gracias por el miedo*", lançado no o 41º Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano, de La Habana, a qual pôde compartilhar sua emoção em participar como realizador trazendo sua experiência pessoal e, ao mesmo tempo, poder "lidar e voltar a enfrentar-se com os demônios da guerra".

Angel Sardiñas também foi um dos entrevistados sobre a participação na guerra angolana. Aos 17 anos de idade, em 1988, quando ainda era estudante do Instituto Técnico Militar (ITM), participou diretamente como soldado de unidade de tanque no Centro-sul, onde cobria a saída dos combatentes.

Sardiñas expressa que ainda hoje muitos cubanos não conhecem a magnitude do que foi o processo histórico que os cubanos participaram, ou não tem a dimensão da geopolítica de Cuito Cuanavale naquele momento, mas, ainda assim, a guerra de Angola é um assunto que não escapa ao debate da sociedade.

Milhares de cubanos participaram das diversas missões internacionalistas desde os anos de 1960 até os dias atuais em diferentes países africanos, mas a batalha de Angola foi uma das maiores ações internacionalistas civil e militar da história de Cuba.

---

[301] MADRUGA, Rigoberto Sanarega, diretor de fotografia e realizador do Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica. Entrevista de campo realizada em La Habana, Cuba, 05 de dezembro de 2019.

O fim da guerra de Angola coincide também com o fim da Guerra Fria e o fim da União Soviética, de maneira que esta foi a última participação militar cubana em conflitos internacionais, pelo menos até os dias atuais.

Para Hobsbawm, o fim da Guerra Fria trouxe grandes consequências, somado a crise econômica mundial e o desmonte da União Soviética. “O fim da Guerra Fria provou ser não o fim de um conflito, mas o fim de uma Era: não só para o Oriente, mas para o mundo todo” (HOBSBAWM, 1995, p. 252).

O mundo mudou a partir da década de 1990, o que Hobsbawm chamou de “virada secular” possível de ser reconhecida pelos historiadores, ainda que fosse um fenômeno contemporâneo.

Para Cuba também mudou, outros desafios estariam por vir nesta virada secular.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Cubana, analisada desde a perspectiva do impacto internacional, tanto nos países da América Latina, mas também e principalmente no continente africano, pode ser considerada uma Revolução transcendental para os Países do Terceiro Mundo.

Os estudos apontaram que a participação cubana tanto na América Latina quanto na África tem um paradigma comum que é a contribuição nos processos de lutas guerrilheiras de libertação nacional, seja contra as ditaduras militares na América Latina, seja pela descolonização da África. Tais lutas assumiram o viés socialista como projeto estratégico para as mudanças levadas a cabo e a Revolução Cubana impactou decisivamente nesta opção.

No caso específico de Angola, levou à radicalização do enfrentamento contra as tropas sul-africanas apoiadas pelo imperialismo estadunidense. A participação cubana foi definitiva para o resultado do conflito. Sem Cuba, o MPLA não teria sido vitorioso na guerra contra as forças sul-africanas, considerando que as FAPLA receberam de Cuba tanto treinamento quando material bélico e, principalmente, uma expressiva quantidade de combatentes especializados. Ademais, Fidel Castro e o comando das Forças Armadas Revolucionárias cubanas acompanharam minuciosamente o desenvolvimento do conflito e, desde Cuba, deram comando à contra ofensiva estratégica que obrigou o recuo dos sul-africanos.

Diante dos estudos nesta dissertação podemos afirmar, como guisa de considerações finais, alguns pressupostos sobre o Internacionalismo Proletário e a Revolução Cubana.

Primeiramente, é possível afirmar, de acordo com a análise do desenvolvimento das experiências históricas, que o capitalismo não é um sistema intacto, sobrevive de suas crises e contradições. Assim, é factível, portanto, ir além deste sistema como único e hegemônico na sociedade. Mas, para a superação do modelo capitalista é necessário a ruptura e esta deve ser a ruptura socialista, de acordo com as proposições de Mézáros.

A Revolução Russa de 1917 demonstrou esta factibilidade ao superar o sistema do Capital e edificar a primeira Revolução Socialista da História. Depois vieram outras e estas Revoluções, que triunfaram no século XX, também demonstraram esta

viabilidade ao optarem pela expropriação do sistema, Cuba é o exemplo concreto na América Latina.

Como vimos no decorrer deste trabalho, as Revoluções do século XX foram contrárias aos prognósticos do próprio marxismo clássico, uma vez que o operariado clássico não foi, via de regra, o sujeito social revolucionário. Cuba, por exemplo, contou com a forte predominância campesina no protagonismo do processo revolucionário através da guerra de guerrilha.

Na África, países como Guiné-Bissau, Moçambique, Etiópia, Angola e outros, também experimentaram outros tipos de Revolução ao qual a guerra de guerrilhas também foi o componente principal na luta anticolonialista.

Neste sentido, podemos afirmar que houve transformações significativas no curso do movimento histórico que levaram a experiências inovadoras na construção da nova sociabilidade.

As experiências das Internacionais foram indispensáveis para o desenvolvimento do que se chamou, pelos movimentos socialista e comunista, de Internacionalismo Proletário, no seio das revoluções, sobretudo, na confrontação com o nacionalismo burguês, como vimos no primeiro capítulo.

Mas também é importante mencionar que todas elas enfrentaram suas limitações enquanto instrumento organizativo da classe trabalhadora mundial. Retomemos cada uma delas:

A Primeira Internacional não estava, aos olhos de Marx em 1881, “madura” para uma ofensiva hegemônica da classe trabalhadora. De acordo com sua análise, o desenvolvimento dos meios de produção para uma revolução vitoriosa não havia alcançado sua plenitude, realidade esta que poderia ser prejudicial ao movimento da classe naquele período.

A Segunda Internacional tampouco trouxe melhorias ao cenário, seguindo os critérios de Mézáros, esta capitulou as determinações econômicas dominantes no período e caminhou para a social-democracia. Não sendo, portanto, uma organização que propusesse a ruptura com o sistema do Capital e sua forma de democracia burguesa, o que levou à sua crise com a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Já a Terceira Internacional, impulsionada pelo momento histórico, resultante do processo revolucionário mais profundo do século XX, a Revolução Russa, conseguiu sair da órbita europeia espalhando-se efetivamente pelo mundo. Mas também

teve seu colapso no momento em que o mundo se acercava da Segunda Guerra Mundial e, consequentemente, o centro político da Terceira Internacional determinou o encerramento das suas atividades, optando pela negociação de forças contra o avanço do fascismo para vencer a Guerra.

Todas essas experiências deixaram seu legado histórico na luta e organização da classe trabalhadora na perspectiva da construção do Socialismo, ainda que muito centrada na realidade Europeia, com exceção da Terceira e Quarta Internacional.

A partir da segunda metade do século XX a revolução mundial deslocou seu eixo para a periferia do mundo, sendo predominantemente revoluções de caráter agrárias e populares com presença quase que predominante da guerra de guerrilhas nos países do chamado Terceiro Mundo. Essa estratégia correspondia ao momento e a realidade histórica dos países latino-americanos e, posteriormente, dos países africanos, casos estudados nesta dissertação.

A Revolução Cubana, objeto central deste estudo, não era, via de regra, socialista desde o triunfo revolucionário de 1959. Somente depois das violentas investidas do império estadunidense esta se declara uma Revolução Socialista, provocando transformações radicais no seu transcurso, que começou democrática-nacional convertendo-se para socialista. Neste sentido, podemos afirmar que a ruptura com o capitalismo-imperialista foi uma medida defensiva, mas que se tornou ofensiva ao optar pelo Socialismo.

O Internacionalismo como essência do projeto revolucionário se fortaleceu na medida em que Cuba foi sendo isolada, tanto dos organismos regionais como da maioria dos países que romperam relações diplomáticas. Foi neste momento que o país define a estratégia da sua Política Exterior na perspectiva de ampliar suas relações bilaterais, mas, principalmente, construir um bloco de forças que apoiasse as lutas do Terceiro Mundo.

Em Cuba afirma-se que o Internacionalismo foi uma estratégia de sobrevivência da própria Revolução e é nesta perspectiva que o tema também foi abordado nesta dissertação. Mas para além da estratégia de sobrevivência se agrega o elemento valor. Com base em nossos estudos, é possível afirmar, a partir da leitura de discursos oficiais, artigos acadêmicos e depoimentos pessoais, que o Internacionalismo Cubano é composto por grande dose de humanismo, altruísmo e espírito de sacrifício.

Outro aspecto que compõe a política internacionalista é o princípio da solidariedade. A solidariedade com outros povos do mundo, especialmente os mais necessitados, levou Cuba a transitar pelo mundo oferecendo o que tinha de melhor: médicos, professores, soldados entre outros. Cuba também ofereceu ajuda material como medicamentos, alimentos e até mesmo material militar. Como era possível Cuba, um país pobre, sobrevivendo a um crucial bloqueio econômico, ajudar materialmente tantos países? Fidel Castro explica esta questão quando afirma que “solidariedade não é dar o que nos sobra e sim compartilhar aquilo que temos”, este é o postulado principal do Internacionalismo Cubano.

O Internacionalismo Cubano se converteu, portanto, em batalha permanente contra as mazelas do Capital e contra a política agressiva imperialista. Ser capaz de lutar por outros povos é ser capaz de lutar por si mesmo, como sempre defendeu Fidel Castro.

Neste sentido, Cuba cumpre com três premissas importantes que caracterizam o Internacionalismo: estratégia, valor e princípio. Estas premissas vêm sendo debatidas e reivindicadas pelos movimentos sociais da atualidade, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem a Revolução Cubana como referência principal na construção da sociedade nova.

Ao tratar-se de uma estratégia política, o Internacionalismo cubano apoiou inúmeros Movimentos de Libertação Nacional em diferentes continentes na perspectiva do projeto socialista como alternativa.

Quando Che Guevara afirma, em 1966, que era preciso construir “dois, três, muitos Vietnã”, está se referindo à necessidade de impor derrotas aos diferentes terrenos do imperialismo como forma de debilitá-lo enquanto força hegemônica.

Outro aspecto relevante que pudemos reiterar durante nossa investigação foi o papel da direção política da Revolução, que contribuiu para a formação do sujeito político revolucionário, que em Cuba podemos chamar de sujeito político coletivo, na sua forma de organização através do Movimento 26 de Julho. O papel desempenhado pela máxima direção fez a Revolução tornar-se referência no projeto Socialista.

O Internacionalismo cubano não se sustentou apenas em discursos e proclamas das lideranças, embora o discurso fosse essencial para o trabalho de base com as massas. O Internacionalismo cubano foi, e continua sendo, uma ação prática coletiva desempenhado por milhares de cubanos e cubanas, incluindo sua direção, o exemplo de Che Guevara é mais concreto.

Fidel Castro foi uma personalidade excepcional, podemos afirmar como um dos maiores dirigentes políticos do século XX. Sua autoridade moral consolidada pelas circunstâncias do momento histórico fez a diferença nos rumos da Revolução Cubana, imprimindo-a os valores e princípios do Socialismo.

Os ataques implacáveis do imperialismo estadunidense contra Cuba na tentativa de esmagar a Revolução foram sabiamente respondidos à altura pelo povo cubano. A reação defensiva tornou-se ofensiva e o ataque certeiro foi o apoio aos movimentos emancipatórios. A participação de Cuba no continente africano, sobretudo em Angola, foi um fenômeno histórico que não voltou acontecer até os dias atuais. Foi, de acordo com o que se pôde verificar, um dos maiores eventos militares durante a Guerra Fria, depois da Guerra do Vietnã.

O contexto da Revolução Angolana se deu num período de equilíbrio de forças no plano mundial propiciado pela Guerra Fria. A periferia do mundo se levantou contra as potências capitalistas exigindo o fim da dominação colonial e neocolonial. Os casos de Angola, Moçambique e outros países, além da luta pela descolonização, foram revoluções que se apresentaram como alternativa através da ruptura para a conquista do poder.

No que se refere à participação cubana questão angolana, foi possível constatar algumas implicações práticas:

Primeira: Cuba foi para Angola atendendo a um chamado do Movimento de Libertação de Angola, o MPLA. Esta afirmação fica evidente nos discursos oficiais da Revolução Cubana e nos estudos de documentos secretos apresentados por Gleijeses;

Segunda: Cuba não pediu “licença” nem à União Soviética e nem à países africanos alinhados o Movimento dos Países Não Alinhados, isto é, o decidiu por critérios próprios. Este aspecto foi uma das hipóteses iniciais que se validou através das leituras e pesquisa de campo, pois trata-se de um assunto bastante polêmico, haja visto a estigmatização de Cuba como satélite da União Soviética. Neste sentido, tentou-se verificar em que medida Cuba foi para Angola em comum acordo com a União Soviética. Segundo nossa investigação, conclui-se que Cuba teve autonomia em sua decisão, comunicando aos soviéticos apenas após desembarcarem seus soldados em território angolano, a fim inclusive de solicitar ajuda material para luta que se empreenderia naquele momento;

Terceira: estar em Angola foi uma forma a mais de enfrentar o imperialismo estadunidense utilizando-se de outras fronteiras territoriais. Ao iniciar este estudo, a hipótese era de que Cuba esteve em Angola apenas por uma questão de solidariedade na luta por independência. Não obstante, constatou-se que estar em Angola foi também uma luta direta contra o imperialismo estadunidense, fazendo jus à afirmação de Che Guevara, de que a batalha contra o imperialismo deve ser travada em qualquer parte do mundo, sob quaisquer condições. Esta dimensão de enfrentamento direto ao imperialismo estadunidense em outros rincões do mundo, teve importância relevante para as constatações deste trabalho.

Quarta: a decisão de enviar tropas cubanas ao país africano cumpria com o princípio do Internacionalismo cubano de defender a luta de outros povos pelo direito à soberania e autodeterminação. Foi o ato mais profundo de solidariedade internacional que Cuba já vivenciou até os dias atuais.

Ao deslocar sua defesa militar para Angola, Cuba estaria sob o risco de invasão militar por parte dos Estados Unidos, no entanto, assumiu conscientemente este risco e foi respaldado pelo povo, quando quase meio milhão de pessoas cumpriram voluntariamente seu dever internacionalista, mudando definitivamente o sentido da história entre Cuba e África.

> Alguns séculos atrás, os barcos negreiros navegavam por estas mesmas águas atlânticas; mas no sentido contrário, para trazer carga escrava até as costas cubanas. Com o tempo, a descendência daqueles quebrou as correntes, incinerou o chicote, conquistou os cumes da liberdade e, como se isso não bastasse, voltava agora à terra de seus ancestrais para também contribuir para acabar com a ignomínia e semear para sempre na atmosfera africana o oxigênio da independência (MARRERO; BLANCO, 2003, p. 14, tradução nossa).

Em 1972, Fidel Castro afirmou que o Internacionalismo é a “melhor essência do Socialismo”, e assim o pudemos identificar, como uma das bases principais que constituem o Socialismo Cubano. Não por acaso, Florestan Fernandes a classificou como a mais transcendental das Revoluções do século XX.

De acordo com esta perspectiva, tentou-se discorrer sobre esta transcendência que afirma Florestan Fernandes. Cuba rompeu suas fronteiras, espalhou-se pelo mundo levando consigo os ideários socialistas. Colocou em prática sua concepção de Internacionalismo Proletário à serviço da humanidade.

Cuba cooperou para a mudança da geopolítica no continente africano, uma vez que, fruto da guerra de libertação de Angola, consumou-se a independência da Namíbia com o fim da invasão sul-africana, bem como contribuiu para o fim do regime de segregação racial na África do Sul, o apartheid.

Ao concluirmos esta dissertação, se faz importante ressaltar que o Internacionalismo cubano não assumiu características exclusivamente militares, conforme pudemos conferir no percurso da investigação. Apesar do enfoque nesta dissertação ter sido, sobretudo, a contribuição cubana nos processos de libertação nacional, isto é, nos processos de guerra de guerrilha de diferentes países, resulta necessário afirmar que a prática Internacionalista da Revolução Cubana sofreu alterações significativas inerentes às mudanças da geopolítica internacional.

Após o conflito angolano, encerrado com os Acordos de Paz entre os países envolvidos e quase que concomitante ao final da Guerra Fria, Cuba encerrou a Operação Carlota em maio de 1991, quando se completavam quase 16 anos de guerra, marcando para sempre sua epopeia pelo continente africano.

No entanto, outras batalhas Internacionalistas foram travadas pela Revolução Cubana. Outras facetas foram esculpidas através de novas missões, tais como de alfabetização, brigadas médicas, entre outras, que na atualidade se podem afirmar como principais missões desenvolvidas pela Revolução Cubana no campo da solidariedade internacional.

Por conseguinte, podemos afirmar também que a luta contra o Capital globalizado e o imperialismo como modelo unipolar deve se materializar na unidade dos povos em luta, através da solidariedade internacional como demonstrou ser possível a Revolução Cubana. Em outras palavras, é necessário em tempos atuais reivindicar o Internacionalismo como única forma de exercer a solidariedade entre a classe trabalhadora do mundo.

Desde a pioneira experiência da Comuna de Paris, passando pela Revolução Russa à Revolução Cubana de 1959, o que definiu o Internacionalismo Proletário foram as especificidades e o sentido de cada momento histórico. E hoje, nossa época atual faz com que voltemos a estudar e recuperar o Internacionalismo como prática revolucionária para projetar a sociedade de acordo com este novo tempo histórico.

Atualmente, a crise da classe trabalhadora, e da esquerda em geral, resultante das suas transformações inerentes às contradições do sistema do Capital, também reflete na crise do movimento revolucionário internacional. Para superar a

crise, seria necessária a retomada da prática Internacionalista como alternativa contra hegemônica? O Internacionalismo Cubano poderia ser uma expressão ou inspiração para pensar que tipo de Internacionalismo carecemos hoje?

Michael Löwy, em sua análise sobre as experiências históricas, defende um Novo Internacionalismo e recorda que Marx e Engels irradiaram a unidade proletária sem fronteiras e tentaram durante suas vidas concretizar, de forma organizada, a solidariedade internacionalista. O Novo Internacionalismo defendido por Michael Löwy, chamado de a Internacional da Resistência, é apontado como saída possível para o momento atual. E o que seria esta Internacional da Resistência?

O amálgama das experiências históricas pode nos conduzir para o caminho da Internacionalização da classe trabalhadora, como proclamaram Marx e Engels no Manifesto Comunista de 1848. Mas o sujeito coletivo do nosso tempo histórico é outro, precisamos pensar na atualidade do Internacionalismo, que já não é mais somente proletário – há materialidade e subjetividade com novos contornos.

É necessário abrir caminho para a construção de novas formas de lutas antissistêmicas, ainda que não se afirmem como socialistas ou comunistas, mas precisamos entender que estão no bojo das transformações do mundo contemporâneo. Mas ser apenas antissistêmico não resolve o problema principal que é estrutural da sociedade, neste sentido, há necessidade de retomada do projeto estratégico seguido pela Revolução Cubana.

Hobsbawm nos traz a reflexão sobre a mudança de perfil do sujeito histórico a partir de 1917, afirmando que a “coveira do capitalismo” não é mais o proletariado, como afirmava Marx. O novo e diverso sujeito revolucionário ocupou o cenário em diferentes períodos do breve século XX, sendo estes estudantes, camponeses, guerrilheiros e muitos outros que fizeram a revolução do Terceiro Mundo.

A revolução de hoje pode ser genuinamente mundial? O ciclo revolucionário inaugurado na América Latina com o triunfo da Revolução Cubana foi o elo condutor entre diferentes partes do mundo, graças a sua concepção Internacionalista. O Internacionalismo foi, portanto, o elemento estratégico que levou a Revolução Cubana a conectar-se com outras revoluções no mundo e constituir-se como transcendental.

A necessidade de recuperar o Internacionalismo Proletário, em outras palavras, o Internacionalismo Revolucionário, ou a Internacional da Resistência, está colocada e deve ser a essência do projeto estratégico da classe trabalhadora, assim como foi a essência do Socialismo cubano em seu momento histórico.

De acordo com a afirmação Hobsbawm, “a prova do desaparecimento da revolução mundial foi a desintegração do movimento internacional a ela dedicado”. Precisamos, portanto, voltar a dedicar-nos a universalizar a solidariedade como valor internacionalista para dar sentido àquilo que representa projeto emancipatório da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Perry. **Internacionalismo: um breviário**. Porto Alegre: Anos 90, v.12, n. 21/22 p.13-42, jan./dez. 2005.

ARIAS, Salvador, **Un proyecto martiano esencial: La Edad de Oro**. La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2012.

ARIET, María del Carmen. **El Congo, una gesta histórica. A 50 años de su desenlace.** La Habana: Pensar em Cuba, ano 3, n. 3, julho/setembro de 2016.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. **A conferência de Punta del Este: um estudo da VIII reunião de consulta de ministros das relações exteriores das Américas (1962**). Scientific Electronic Library Online – SciELO, 2011. disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v1/a41.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana.** 1. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BARRIOS. Manuel Alejandro Hernández. **África en una Isla cubana: 40 Aniversario de la Escuelas Internacionalistas.** Disponível em: http://mesaredonda.cubadebate.cu/mesa-redonda/2017/10/16/africa-en-una-isla-cubana-40-aniversario-de-la-escuelas-internacionalistas-video/. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

BLOQUEIO. **“Informe Bloqueio 2017”**. Disponível em: http://www.cubavsbloqueo.cu/sites/default/files/InformeBloqueo2017/informe_de_cuba_sobre_el_bloqueo_2017_portugues.pdf. Acesso em: 04 de junho de 2019.

BORON, Atilio A. **América Latina em la Geopolitica Imperial**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL DE FATO. **Cuba denuncia o recrudescimento do bloqueio promovido pelos EUA.** Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/05/24/cuba-denuncia-recrudescimento-do-bloqueio-promovido-pelos-eua/. Acesso em: 05 de junho de 2019.

_____. **Conheça o novo plano econômico de Cuba que entrará em vigor em 2021**. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/12/19/conheca-o-novo-plano-economico-de-cuba-que-entrara-em-vigor-em-2021. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

_____. **Sob ataque de Trump, acordo diplomático entre Cuba e EUA completa cinco anos.** Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/07/20/sob-ataque-de-trump-acordo-diplomatico-entre-cuba-e-eua-completa-cinco-anos. Acesso em: 20 de julho de 2020.

BRAVO, Estela. **Fidel, a história não contada.** Cuba, 2001, duração 1h 31min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uKejBiNBID8&feature=youtu.be. Acesso em: 10 de julho de 2020.

BUONICORE, Augusto. **80 anos da Guerra Civil Espanhola**. 2016. Disponível em: https://vermelho.org.br/2016/07/19/augusto-buonicore-80-anos-da-guerra-civil-espanhola/. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

CÁRDENAS, José Luis Cañizares. **Dimensión moral. La solidaridad y el internacionalismo en Cuba**. III Conferencia Internacional La obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI – La Habana, 2006. Disponível em: https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/conf3_canizares.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2019.

CARTA MAIOR. **Alguns sucessos de Cuba em termos de direitos humanos nos ultimos cinco anos.** Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Alguns-sucessos-de-Cuba-em-termos-de-direitos-humanos-nos-últimos-cinco-anos/4/40291. Acesso em: 08 de julho de 2019.

CASTRO, Fidel. **Informe ao Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba**. La Habana: 1975.

_____. **Segunda Declaración de La Habana.** Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1962/esp/f040262e.html. Acesso em 22 de outubro de 2019.

_____**. A história me absolverá.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **De Martí a Marx.** in: LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais.** 4 Ed ampliada. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

_____. **Discurso pronunciado en la clausura del 1ro congreso del PCC.** Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1975/esp/f221275e.html. Acesso em: 09 de janeiro de 2020.

_____. **Discurso pronunciado en la clausura del 7mo congresso del PCC**. Disponível em: http://www.granma.cu/septimo-congreso-del-pcc/2016-04-20/discurso-pronunciado-por-el-comandante-en-jefe-fidel-castro-ruz-en-la-sesion-de-clausura-del-7mo-congreso-del-pcc-20-04-2016-00-04-5. Acesso em: 2 de novembro de 2019.

_____. **Discurso pronunciado en la inauguración del II congresso de economistas del tercer mundo.** Disponível em: http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/discurso-pronunciado-en-la-inauguracion-del-ii-congreso-de-economistas-del-tercer-mundo. Acesso em 08 de outubro de 2019.

_____. **Discurso pronunciado en la magna asamblea popular celebrada por el pueblo cubano 1960.** Disponível em: http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/discurso-pronunciado-en-la-magna-asamblea-popular-celebrada-por-el-pueblo-de-cuba-en-la. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

_____. **Discursos 1960.** Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f260960e.html. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

_____. **Discursos 1974.** Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1974/esp/f260774e.html. Acesso em: 01 de novembro de 2019.

_____. **Discursos.** Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/. Acesso em: 25 de maio de 2019.

_____. **Primera declaración de La Habana.** Disponível em: http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/discurso-pronunciado-en-la-magna-asamblea-popular-celebrada-por-el-pueblo-de-cuba-en-la. Acesso em 10 de outubro de 2019.

_____. **Revolução socialista e democrática em Cuba**. in: LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais.** 4 Ed ampliada. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

CARDENAS, José Luis Cañizares. **La Solidaridad y el Internacionalismo em Cuba.** La Habana: 2006.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris**. Marilia: Aurora ano V número 8, 2011. disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/download/1274/1136. Acesso em: 28 de junho de 2020.

COSTA, Sílvio. **Ensinamentos da Comuna de Paris**. In: PINHEIRO, Milton (Org). **140 anos da Comuna de Paris**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. **A Comuna de Paris e o Internacionalismo Proletário**. Novos Rumos. 2002.

CONSTITUICIÓN DE CUBA. **Constitución de la República de Cuba, 1992.** Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0511.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

_____. **Constitución de la República de Cuba, 2019**. Disponível em: http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constitución%20240%20KB-1.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

CUBA DEBATE. **Primera declaración de la Habana.** http://media.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2017/09/primera_declaracion_habana_2-09-1960.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2019.

CUBA. **Documentos governo 2011** Disponível em: http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/por/l160711p.html. Acesso em: 28 de maio de 2019.

DACAL, Ariel Díaz. **Cuba: diez años de reformas.** Notas para un balance. La Habana, 2017. Disponível em: https://cubaposible.com/cuba-diez-anos-reformas/. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

_____. "Conceptualización…" y creación social de la política. La Habana, 2017. Disponível em: https://cubaposible.com/conceptualizacion-creacion-social-politica/. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

_____**. Reformas y derechos**. La Havana, 2017. Disponível em: https://cubaposible.com/reformas-y-derechos/. Acesso 10 de outubro de 2018.

DEL ROIO, Marcos. **Lenin e a Internacional**. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antonio Carlos; DEL ROIO, Marcos (orgs). **Lenin: Teoria e Pratica Revolucionaria**. Marilia: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Leandro_Galastri/publication/291447791_Mariategui_e_a_traducao_latino-americana_do_leninismo/links/56a30efb08aef91c8c0f2462.pdf#page=105. Acesso em: 22 de março de 2020.

DÍAZ-CAÑEL. Miguel. **El mundo verá lo que somos capaces de hacer y el mundo nos acompañará en nuestra resistencia.** Granma: Granma, 2019. disponível em: http://www.granma.cu/discursos-de-diaz-canel/2019-07-26/diaz-canel-hablo-en-nombre-de-los-agradecidos-los-que-enfrentamos-el-desafio-de-empujar-un-pais-26-07-2019-09-07-59. Acesso em: 05 de junho de 2019.

_____**. Hablo en nombre de los agradecidos, los que enfrentamos el desafio de empujar un pais.** Disponível em: http://www.granma.cu/discursos-de-diaz-canel/2019-07-26/diaz-canel-hablo-en-nombre-de-los-agradecidos-los-que-enfrentamos-el-desafio-de-empujar-un-pais-26-07-2019-09-07-59. Acesso em: 05 de junho de 2019.

ECURED. **Barrio Chino (La Habana).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Barrio_Chino_(La_Habana). Acesso em: 16 de janeiro de 2020

_____**. Base naval de Guantanamo**. Disponível em: https://www.ecured.cu/Base_naval_de_Guant%C3%A1namo#Base_de_detenci.C3.B3n_y_tortura. Acesso em: 27 de maio de 2019.

_____. **Ben Bella (biografia)** Disponível em: https://www.ecured.cu/Ahmed_Ben_Bella. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

_____. **Bloqueo económico.** Disponível em: https://www.ecured.cu/Bloqueo_Econ%C3%B3mico. Acesso em: 05 de junho de 2019.

_____. **Charles de Gaulle (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Charles_De_Gaulle. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

_____. **Cyrille Adoula (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Cyrille_Adoula. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

_____**. Eduardo Mondlane (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Eduardo_Mondlane. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

_____. **Guerra Necessária**. Disponível em: https://www.ecured.cu/Guerra_Necesaria_ (1895-1898). Acesso em: 25 de maio de 2019.

_____. Imigración española en Cuba. Disponível em: https://www.ecured.cu/Inmigración_española_en_Cuba. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

_____. **Henry Reeve (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Henry_Reeve. Acesso em: 20 de março de 2019.

_____. **Isla de la Juventud.** Disponível em: https://www.ecured.cu/Isla_de_la_Juventud. Acesso em: 27 de maio de 2019.

_____. **John F. Kennedy (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/John_F._Kennedy. Acesso em: 10 de março de 2020.

_____. **Lyndon Johnson (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Lyndon_B._Johnson. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

_____. **Mambises.** Disponível em https://www.ecured.cu/Mambises#El_t.C3.A9rmino_mamb.C3.AD. Acesso em: 25 de maio de 2019.

_____. **Nikita Kruschev (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Nikita_Jruschov. Acesso em 12 de novembro de 2019.

_____. **Kwamw Nkrumah (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Kwame_Nkrumah. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

_____. **OEA.** Disponível em: https://www.ecured.cu/OEA. Acesso em: 08 de outubro de 2019.

_____. **Operación Anádir.** Disponível em: https://www.ecured.cu/Operación_Anádir. Acesso em: 08 de novembro de 2019.

_____. **Operación tributo.** Disponível em: https://www.ecured.cu/Operación_Tributo. Acesso em: 28 de dezembro de 2019.

_____. **Osvaldo Dorticós (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Osvaldo_Dorticós#Revoluci.C3.B3n_en_el_poder. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

_____. **Pablo de la Torriente Brau (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Pablo_de_la_Torriente_Brau. Acesso em: 26 de outubro de 2019.

_____ **Primera declaración de la Habana.** Disponível em: https://www.ecured.cu/Primera_Declaraci%C3%B3n_de_La_Habana. Acesso em 10 de outubro de 2019.

_____. **Protesta de Baraguá.** Disponível em: https://www.ecured.cu/Protesta_de_Baraguá. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

_____. **Jorge Risquet (biografia).** Disponível em: https://www.ecured.cu/Jorge_Risquet_Valdés. Acesso em:03 de janeiro de 2020.

_____. **Sékou Touré (biografia.** Disponível em: https://www.ecured.cu/Ahmed_Sékou_Touré. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

EL-TAHRI, Jihan. **Cuba, una odisea Africana.** França: 2007; duração: 190'. Disponível em: https://vimeo.com/81218750. Acesso em: 18 abril de 2019.

Expósito, Yíliam Jiménez. **El Programa Integral de Salud de Cuba. Un Modelo de Cooperación Sur- Sur.** Revista Cubana de Salud Pública Internacional, 2010. disponível em: https://www.medigraphic.com/pdfs/revcubsalpubint/spi-2010/spi101g.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

FERNANDES, Florestan. **Nós e o Marxismo**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Da guerrilha ao socialismo: A Revolução Cubana.** 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **O que é Revolução**. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984.

FIDEL SOLDADO DE LAS IDEIAS. **Cuba recorda com dor e indignação o crime de barbados**. Disponível em: http://www.fidelcastro.cu/pt-pt/noticia/cuba-recorda-com-dor-e-indignacao-o-crime-de-barbados. Acesso em 08 de outubro de 2019.

_____. **Internacionalismo Chile.** Disponívvel em: http://www.fidelcastro.cu/es/Internacionalismo/chile. Acesso em: 26 de outubro de 2019.

GALASTRI, Leandro. **Mariátegui e a tradução latino-americana do leninismo**. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antonio Carlos; DEL ROIO, Marcos (orgs). **Lenin: Teoria e Pratica Revolucionaria**. Marilia: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Leandro_Galastri/publication/291447791_Mariategui_e_a_traducao_latino-americana_do_leninismo/links/56a30efb08aef91c8c0f2462.pdf#page=105. Acesso em: 22 de março de 2020.

GALDÓS, Pérez Víctor. **Aniversario 90 del asesinato de Julio Antonio Mella.** Disponível em: http://www.radiorebelde.cu/noticia/aniversario-90-asesinato-julio-antonio-mella-20190110/. Acesso em: 02 de julho de 2020.

GIMERANEZ, Enrique Moreno. **Nuestra Moral como bandera.** Disponível em: http://www.granma.cu/cuba/2020-07-04/nuestra-moral-como-bandera-04-07-2020-00-07-02. Acesso em: 15 de julho de 2020.

GRAHAM, Helen. **Guerra Civil Espanhola.** Porto Alegre: L&PM, 2013.

GRANMA. **Analizó consejo de ministros comportamiento de la economia cubana.** Disponível em: http://www.granma.cu/cuba/2018-06-20/analizo-consejo-de-ministros-comportamiento-de-la-economia-cubana-20-06-2018-21-06-29. Acesso em: 05 de junho de 2019.

_____. **Emenda Platt e a deslealdade de Estrada Palma completam 113 anos.** Disponível em: http://pt.granma.cu/cuba/2016-03-10/a-emenda-platt-e-a-deslealdade-de-estrada-palma-completam-113-anos. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

_____. **Índice de desenvolvimento humano.** Disponível em: http://pt.granma.cu/cuba/2016-01-05/cuba-seu-alto-indice-de-desenvolvimento-humano. Acesso em: 08 de julho de 2019.

GLEIJESES, Piero. **Misiones en Conflicto. La Habana, Washington y África. 1959-1976.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

GUERRERO, Venancio Ávila; YÁÑEZ, Eduardo Tauriñán. **Cuatrocientos noventa-trés días en Cuito Cuanavale**. La Habana: Casa Editorial Verde Olivo, 2014.

GUEVARA, Ernesto Che. **Pasajes de la guerra revolucionaria**. Congo. La Habana: Ocean Sur, 2009.

_____. **Discurso en la Asamblea General de las Naciones Unidas.** Disponível em: http://www.rebelion.org/noticia.php?id=146532. Acesso em: 08 de outubro de 2019.

_____. **Proyecciones sociales del Ejercito Rebelde.** 1959. Disponiíve em: https://www.marxists.org/espanol/guevara/59-proye.htm. Acesso em: 29 de março de 2020.

HARNERCKER, Marta. **Cuba: Ditadura o Democracia?** Mexico: Siglo veintiuno editores.S.A., 1979.

HARVEY, David. **A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista.** In: A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacências).

HEREDIA, Fernando Martínez. **Socialismo, Liberación y Democracia em el horno de los noventa.** La Habana: Acean Sur, 2006.

_____. **El carácter y la vía de la revolución.** In: PARODI, Rosario Alfonso; LÓPEZ, Fernando Luis. Ahora es tu turno Miguel: un homenaje cubano a Miguel Henríquez. La Habana: Instituto cubano de investigación cultural Juan Marinello, 2015.

HERNÁNDEZ, Ana Carla Jiménez. **Constanza, Maimón y Estero Hondo: primera manifestación de internacionalismo de la Cuba revolucionaria**. Iin: REYES, Rodolfo Romero (diretor). Revista pensar em Cuba. Ano 3, n. 3, julho/setembro de 2016.

IANNI, Octavio. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

IASI, Mauro Luis. **A Comuna de Paris e o Estado: a forma enfim encontrada**. In: PINHEIRO, Milton (Org). **140 anos da Comuna de Paris**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

IBARRURI, Dolores (A PASIONARIA). **Mensagem de despedida aos voluntários das Brigadas Internacionais**, em 01 de novembro de 1938. Publicado em 17.07.2016 Tradução Augusto Buonicore. Disponível em: http://www.grabois.org.br/cdm/especiais/152916-44727/2016-07-17/mensagem-de-despedida-aos-voluntarios-das-brigadas-internacionais. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

JOSÉ MARTÍ. **Edición critica obras completas.** Disponível em: http://www.josemarti.cu/edicion-critica-obras-completas/. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

JUVENTUD REBELDE. **Cuba alcanza la cifra de nueve medicos por cada mil habitantes.** Dados disponíveis em: http://www.juventudrebelde.cu/cuba/2019-07-22/cuba-alcanza-la-cifra-de-nueve-medicos-por-cada-mil-habitantes. Acesso em 27 de fevereiro de 2020.

KATZ, Claudio. **La epopeya de Cuba.** In: **Neoliberalismo, neodesarrollismo, socialismo**. Buenos Aires: Batalla de Ideas Ediciones, 2016.

KUSKOV, E., RUMIÁNTESEV, A., e TIMOFÉIEV, T. **El Leninismo y el Movimiento obrero Revolucionário Mundial.** Moscú: Editorial Progreso, 2ª edição, 1979.

LENIN, V. I. **La Tercera Internacional y su lugar en la História.** (MARXISTS, 2000). Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/1910s/iv-19.htm. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

LEÓN. Nuria Barbosa. **A maior vocação solidária.** Granma, 2017. disponível em: http://pt.granma.cu/cuba/2017-08-10/a-maior-vocacao-solidaria. Acesso em: 26 de outubro de 2019.

LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais.** 4 Ed ampliada. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

_____. **Por um Novo Internacionalismo.** Recherches Internationales, nº 52-53, 1998.

MÁO JÚNIOR, José Rodrigues. **A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963).** São Paulo: Ed do Autor, 2007.

MARQUES, Gabriel Garcia. **Operación Carlota.** In: Rebelión Tricontinental. Las vocês de los condenados de la tierra de África, Asia y América Latina. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

MARRERO, Jorge R. Fernández; BLANCO, José A. Gárciga. **ANGOLA: saeta al norte.** La Habana: Ediciones Verde Olivo, 2003.

MARTÍ, José. **Nuestra América.** La Habana: Centro de Estudios Martianos. Edición Crítica, 2012.

MARK, Karl. **O Congresso de Haia.** 1872. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/09/08.htm. Acesso em 28 de março de 2020

_____. **Simón Bolívar.** Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1858/mes/bolivar.htm#r1. Acesso em: 20 de junho de 2020.

_____; ENGELS Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **A Ideologia Alemã**. 1. Capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2002.

_____**. Sobre a Comuna de Paris**. In: MUSTO, Marcello. **Trabalhadores, uni-vos!** Antologia Política da Primeira Internacional. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Primeira mensagem do Conselho Geral sobre a Guerra Franco – Prussiana**. In: MUSTO, Marcello. **Trabalhadores, uni-vos!** Antologia Política da Primeira Internacional. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Sobre a Comuna.** 1871. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/05/30.htm. Acesso em 28 de março de 2020.

MARXIST. **Proudhon (biografia).** Disponível em:https://www.marxists.org/portugues/proudhon/index.htm. Acesso em: 10 de março de 2020.

_____. **Dolores Ibarruri (biografia).** Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/ibarruri/index.htm. Acesso em 11 de março de 2020.

_____. **Machel 1975.** Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/machel/1975/06/posse.htm. Acesso em:24 de dezembro de 2019.

MEDINA, Yilleidy Ferrer. **El aporte de la presencia china en la cultura villaclareña.** 2009. 66 p. (Dissertação de Mestrado) Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas. Santa Clara, Cuba, 2009.

MELLA, Julio Antonio. **Rumo à Iternacional Americana.** La Habana: Venezuela Libre Ano IV, No. 15: 1925. Disponível em: http://www.mouro.com.br/Mouro%2014/005%20-%20Rumo%20a%20Internacional%20americana%20JulioMella.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2020.

_____. **Imperialismo, tiranía, soviet.** Novos Rumos: Marília, 2019. Publicado originalmente in Venezuela Libre, Havana, 1º de junho de 1925. Traduzido por Luiz Bernardo Pericás (USP). Disponível em: http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/9579/6098. Ascesso em: 02 de julho de 2020.

MENESES, Yaima Puig; HERNÁNDEZ Leticia Martínez. **Analizó Consejo de Ministros comportamiento de la economía cubana.** La Habana: Cubadebate, 2018. disponível em: http://www.granma.cu/cuba/2018-06-20/analizo-consejo-de-ministros-comportamiento-de-la-economia-cubana-20-06-2018-21-06-29. Acesso em: 05 de junho de 2019.

MESQUITA, Afonso Mancuso de; ADOUE, Silvia Beatriz. **O socialismo indígena de Mariátegui**. Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 133, p. 13-22, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/125343. Acesso em 20 de março de 2020.

MÉSZÀROS, István. **Para Além do Capital**. 3ª Reimpressão. Boitempo, São Paulo: 2009.

_____. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CUBA. **Declaración del Ministerio de Relaciones Exteriores: Firme rechazo de Cuba a la nueva escalada agresiva de EE. UU.** Disponível em: http://misiones.minrex.gob.cu/es/articulo/declaracion-del-ministerio-de-relaciones-exteriores-firme-rechazo-de-cuba-la-nueva-3. Acesso em: 05 de junho de 2019.

MIRANDA. José Angel Portal. **Que el espíritu de solidaridad sea tan profundo en ustedes que no se borre nunca.** Disponível em: https://salud.msp.gob.cu/?p=2809. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

MONTOYA, Roberto. **Fidel y el Internacionalismo**. La Habana: Ventos del Sur, nº 149/ diciembre 2016.

MUSTO, Marcello. **Trabalhadores, uni-vos!** Antologia Política da Primeira Internacional. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETO, Agostinho. Una victória de África. In:**Rebelión Tricontinental. Las vocês de los condenados de la tierra de África, Asia y América Latina**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____**. V. I. Lenin e a Revolução de Outubro. Textos no calor da hora (1917 - 1923).** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

NUNJOMA, Sam. **Namíbia vencerá**. In: **Rebelión Tricontinental. Las vocês de los condenados de la tierra de África, Asia y América Latina**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

OEA. **Carta da Organização dos Estados americanos.** Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organização_dos_Estados_americanos.htm. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

_____**. Atas.** Disponível em: https://www.oas.org/consejo/pr/RC/atas.asp. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

_____. **Acta 208.** Disponível em: https://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%208.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

_____. **Acta 209.** Disponível em: https://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%209.pdf. Acesso em 08 de novembro de 2019.

_____. **XLI curso de derecho internacional.** Disponível em: http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/publicaciones_digital_XLI_curso_derecho_internacional_2014_Jean_Michel_Arrighi.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

ONEI. **Anuário 2018.** Disponível em: http://www.one.cu/publicaciones/cepde/anuario_2018/7-Cap%C3.%Adtulo_I.pdf. Acesso em 28 de maio de 2019.

ONÍKOV, L. e SHISHLIN, N. **Breve diccionario político.** Moscú: Editorial Progreso, 1983.

ONU. **La Asamblea General reitera con 187 votos su posición contra el embargo a Cuba**. Disponível em: https://news.un.org/es/story/2019/11/1465061. Acesso em: 29 de março de 2020

_____**. Número de habitantes da América Latina deve chegar a 625 milhões em meados de 2016, segundo CEPAL.** Disponível em: https://nacoesunidas.org/numero-de-habitantes-na-América-latina-deve-chegar-a-625-milhoes-em-meados-de-2016-segundo-cepal/. Acesso em 12 de maior de 2019.

OTERO, Germán Sánchez. **El proceso chileno durante la Unidad Popular. Importancia para experiencias revolucionárias posteriores.** In: PARODI, Rosario Alfonso; LÓPEZ, Fernando Luis. **Ahora es tu turno Miguel: un homenaje cubano a Miguel Henríquez.** La Habana: Instituto cubano de investigación cultural Juan Marinello, 2015.

PARIS, Rogelio. **Kangamba.** Cuba: 2008; duração: 194’21’’. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qkgDnXS0Ifs, Acesso em: 20 de março de 2020.

PEREIRA, Sandra M.M. Siqueira Francisco. **A Primeira Internacional e a Comuna de Paris de 1871.** Movimento Sem Terra. Internacionalismo de classe: estratégia Política e Valor socialista. Caderno de Formação nº 45. São Paulo: 2017.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Desafios econômicos de Cuba.** Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/2019/11/25/desafios-economicos-de-cuba/. Acesso em: 15 de julho de 2020

_____. **Cuba e o coronavírus.** Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/2020/04/09/cuba-e-o-coronavirus/. Acesso em: 15 de julho de 2020.

PIÑEIRO, Manuel. **La crisis actual del imperialismo y los procesos revolucionarios en América Latina y el Caribe.** In: Rebelión Tricontinental. Las vocês de los condenados de la tierra de África, Asia y América Latina. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

PINHEIRO, Milton (Org). **140 anos da Comuna de Paris**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

POMAR, Wladimir. **Cuba: revolução e reforma.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

QUESADA. Ricardo Alarcón. **Cuba y la lucha por la democracia**. La Habana: Ciencias Sociales, 2002.

_____. **Che en la ONU: el mensaje imborrable. 2014.** Disponível em: http://www.cubadebate.cu/opinion/2014/12/04/che-en-la-onu-el-mensaje-imborrable/#.Xc8RQC3OpbV. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

RAMONET. Ignacio. **Fidel Castro: Biografia a duas vozes.** São Paulo: Boitempo, 2006.

REIS, Daniel Aarão. Cap. 2. **A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso**. In: ROLLEBERG, Denise e QUADRAT, Samantha (orgs.). A Construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso no século XX, Brasil e América Latina. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010.

REVOLUCIÓN CUBANA. **Cronologias Política Exterior.** Disponível em: http://revolucioncubana.cip.cu/referencias/cronologias/politica-exterior/. Acesso em: 08 de outubro de 2019.

_____. **Conologias solidariedade.** Disponível em: http://revolucioncubana.cip.cu/referencias/cronologias/solidaridad-e-internacionalismo/. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

REYES, Reisel Romero. **De la cooperación médica cubana y otros demonios**. In: REYES, Rodolfo Romero (diretor). Revista pensar em Cuba**.** La Habana: Ano 3, n. 3, julho/setembro de 2016.

REYES, Rodolfo Romero. Revista pensar em Cuba. La Habana: Ano 3, n. 3, jul./set. 2016.

ROA KOURÍ, Raul. **Proyección Internacional de la Revolución Cubana**. La Habana: SRI - Instituto Superior de Relaciones Internacionales Raúl Roa García, 2004.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira. **Do acordo tripartido (1988) ao acordo de paz em 2002: o processo de paz conduzido em Angola.** Porto Alegre: Revista Brasileira de Estudos Africanos. v. 4, n. 7, Jan./Jun. 2019 | p. 51-83.

SADER, Emir. **Ditaduras militares**. São Paulo. Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/d/ditaduras-militares. Acesso em: 20 de março de 2019.

_____. **Guerrilheiros Movimentos.** Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/g/guerrilheiros-movimentos. Acesso em: 13 de outubro de 2019.

SANTOS, Judite E. KOLLING, Jorge Edgar (org.). **Fidel e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

_____, Judite. **Lembre-se de mim de vez enquando.** Disponível em: https://mst.org.br/2019/10/13/lembre-se-de-mim-de-vez-em-quando/. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

_____, Judite. **O legado de um comandante invicto.** Disponível em: https://mst.org.br/2018/11/25/o-legado-de-um-comandante-invicto/ acesso em: 12 julho de 2020.

_____, Judite. **Playa Girón: A primeira derrota do imperialismo na América Latina.** Disponível em: https://mst.org.br/2019/04/18/playa-giron-a-primeira-derrota-do-imperialismo-na-america-latina/. Acesso em: 25 de maio de 2020.

_____, Judite. **11 de setembro: uma data para não esquecer jamais!** Disponível em: https://mst.org.br/2020/09/11/11-de-setembro-uma-data-para-nao-esquecer-jamais/. Acesso em: 11 de setembro de 2020.

_____, Judite. **26 de julho: Dia da Rebeldia Nacional Cubana.** Disponível em: https://mst.org.br/2019/07/26/26-de-julho-dia-da-rebeldia-nacional-cubana/. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

SECCO, LINCONL. **A Frente Antifascista.** Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-frente-antifascista/. Acesso em: 28 de março de 2020.

SENA, Caridad Massón. **Apuntes sobre las relaciones entre el MIR y el PC de Chile**. In: PARODI, Rosario Alfonso; LÓPEZ, Fernando Luis Rojas. **Ahora es tu turno Miguel: un homenaje cubano a Miguel Enríquez**. La Habana: Instituto Cubano de Investigación Juan Marinello, 2015.

SERRA. Oscar Sánchez. **La vergonzosa historia de la OEA (III y final).** Disponível em: http://www.granma.cu/granmad/2009/05/29/interna/artic03.html. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

SILVA, Marcos Antonio da. **Cuba: as encruzilhadas de uma revolução.** Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

UNESCO. **Education for all in latin América and the caribbean.** Disponível em: http://www.unesco.org/new/es/santiago/press-room/newsletters/e-newsletter-education-for-all-in-latin-América-and-the-caribbean/no16-may-2014/nota-habana-03. Acesso em: 07 de julho de 2019.

TOURÉ, Ahmed Sékou. **La Bandera de la dignidad se ha enarbolado**. In:**Rebelión Tricontinental. Las vocês de los condenados de la tierra de África, Asia y América Latina**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

RISQUET, Jorge. **Las profundas raíces del internacionalismo de los cubanos.** La Habana: Revista Tricontinental, 2008. Disponível em: http://www.fidelcastro.cu/es/articulos/las-profundas-raices-del-internacionalismo-de-los-cubanos. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

VILA, Manuel Perez. **Simón Bolívar: O libertador.** Rio de Janeiro: Adipro, 2007.

VILLASEÑOR, Juan Pablo. **Los Niños de Morelia**. México, 2004, duração 90'. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=QFE3AQKjv1c&feature=emb_logo. Acesso em 22 de março de 2020.

VILLEN, Patricia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: entre a harmonia e a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagunde. **As Revoluções Africanas**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.